ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 67 Brasília - DF, segunda-feira, 12 de abril de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 28
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 28
Ministério da Cidadania 28
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 29
Ministério das Comunicações 37
Ministério da Defesa 40
Ministério do Desenvolvimento Regional 42
Ministério da Economia 43
Ministério da Educação 75
Ministério da Infraestrutura 79
Ministério da Justiça e Segurança Pública 99
Ministério de Minas e Energia 100
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 111
Ministério das Relações Exteriores 112
Ministério da Saúde 112
Ministério do Turismo 157
Tribunal de Contas da União 161
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 186

..... Esta edição completa do DOU é composta de 187 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.724 **(1)**

ORIGEM	: 5724 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PIAUÍ
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S)	: ASSOCIACAO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES - ACEL
REQTE.(S)	: ABRAFIX - ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CONCESSIONARIAS DE SERVICO TELEFONICO FIXO COMUTADO
ADV.(A/S)	: GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS (07383/DF, 52083/PE, 438132/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: CAPUTO, BASTOS E SERRA ADVOGADOS (1713/2010/DF)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta e julgou improcedente o pedido, para declarar a constitucionalidade da Lei nº 6.886/2016 do Estado do Piauí, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Roberto Barroso (Relator), Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Falou, pelas requerentes, o Dr. Gustavo Henrique Caputo Bastos. Plenário, Sessão Virtual de 20.11.2020 a 27.11.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. FEDERALISMO E RESPEITO ÀS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI 6.886/2016 DO ESTADO DO PIAUÍ. OPERADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELEFONIA FIXA E MÓVEL. OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO, NA INTERNET, DO EXTRATO DETALHADO DA CONTA DE PLANOS PRÉ-PAGOS. PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DOS ESTADOS (CF, ART. 24, V). IMPROCEDÊNCIA.

1. As regras de distribuição de competências legislativas são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder em um Estado de Direito. Princípio da predominância do interesse.

2. A Constituição Federal de 1988, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, a priori, diversas competências para cada um dos entes federativos União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-Membros e nos Municípios (CF, arts. 24 e 30, inciso I).

3. A Lei 6.886/2016 do Estado do Piauí, ao obrigar que as operadoras de telefonia móvel e fixa disponibilizem, na internet, o extrato detalhado de conta das chamadas telefônicas e serviços utilizados pelos usuários de planos pré-pagos, não tratou diretamente de legislar sobre telecomunicações, mas sim de direito do consumidor. Isso porque o fato de disponibilizar o extrato da conta de plano pré-pago detalhado na internet não diz respeito à matéria específica de contrato de telecomunicação, tendo em vista que tal serviço não se enquadra em nenhuma atividade de telecomunicações definida pelas Leis 4.117/1962 e 9.472/1997.

4. Trata-se, portanto, de norma sobre direito do consumidor que admite regulamentação concorrente pelos Estados-Membros, nos termos do art. 24, V, da Constituição Federal.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 567 **(2)**

ORIGEM	: 567 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REQTE.(S)	: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE PIROTECNIA
ADV.(A/S)	: CRISTIANE ROMANO FARHAT FERRAZ (1503/A/DF, 103868/MG, 123771/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: DANIELLA ZAGARI GONCALVES (116343/SP)
INTDO.(A/S)	: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S)	: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: MARIA NAZARE LINS BARBOSA (106017/SP)
ADV.(A/S)	: FERNANDA DE PIERI MIELLI FRANCO LIMA (287482/SP)
ADV.(A/S)	: JOSE LUIZ LEVY (67816/SP)

Decisão: Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes (Relator) e Ricardo Lewandowski, que julgavam improcedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental; e do voto do Ministro Edson Fachin, que não conhecia da arguição, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falaram: pela requerente, a Dra. Cristiane Romano, e, pelo interessado Prefeito do Município de São Paulo, o Dr. Felipe Granado Gonzales. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica no início da sessão, o Ministro Celso de Mello (art. 2º, § 5º, da Res. 642/2019). Plenário, Sessão Virtual de 3.4.2020 a 14.4.2020.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 19.2.2021 a 26.2.2021.

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. FEDERALISMO E RESPEITO ÀS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI 16.897/2018 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. PREDOMINÂNCIA DO INTERESSE LOCAL (ART. 30, I, DA CF). COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL. PROIBIÇÃO RAZOÁVEL DE MANUSEIO, UTILIZAÇÃO, QUEIMA E SOLTURA DE FOGOS DE ESTAMPIDOS, ARTIFÍCIOS E ARTEFATOS PIROTÉCNICOS SOMENTE QUANDO PRODUZIREM EFEITOS SONOROS RUIDOSOS. PROTEÇÃO À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE. IMPACTOS GRAVES E NEGATIVOS ÀS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. DANOS IRREVERÍSVEIS ÀS DIVERSAS ESPÉCIES ANIMAIS. IMPROCEDÊNCIA.

1. O princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades competentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, competindo à União atuar em matérias e questões de interesse geral; aos Estados, em matérias e questões de interesse regional; aos Municípios, assuntos de interesse local e, ao Distrito Federal, tanto temas de interesse regional quanto local.

2. As competências municipais, dentro dessa ideia de predominância de interesse, foram enumeradas no art. 30 da Constituição Federal, o qual expressamente atribuiu aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I) e para suplementar a legislação federal e a estadual no que couber (art. 30, II). A jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL já assentou que a disciplina do meio ambiente está abrangida no conceito de interesse local e que a proteção do meio ambiente e da saúde integram a competência legislativa suplementar dos Municípios. Precedentes.

3. A jurisprudência desta CORTE admite, em matéria de proteção da saúde e do meio ambiente, que os Estados e Municípios editem normas mais protetivas, com fundamento em suas peculiaridades regionais e na preponderância de seu interesse. A Lei Municipal 16.897/2018, ao proibir o uso de fogos de artifício *de efeito sonoro ruidoso* no Município de São Paulo, promoveu um padrão mais elevado de proteção à saúde e ao meio ambiente, tendo sido editada dentro de limites razoáveis do regular exercício de competência legislativa pelo ente municipal.

4. Comprovação técnico-científica dos impactos graves e negativos que fogos de estampido e de artifício com efeito sonoro ruidoso causam às pessoas com transtorno do espectro autista, em razão de hipersensibilidade auditiva. Objetivo de tutelar o bem-estar e a saúde da população de autistas residentes no Município de São Paulo.

5. Estudos demonstram a ocorrência de danos irreversíveis às diversas espécies animais. Existência de sólida base técnico-científica para a restrição ao uso desses produtos como medida de proteção ao meio ambiente. Princípio da prevenção.

6. Arguição de Preceito Fundamental julgada improcedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.671, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Promulga o texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, firmado em Genebra, em 7 de fevereiro de 2006.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição,

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 65, de 17 de dezembro de 2019, a Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, firmada em Genebra, em 7 de fevereiro de 2006, de acordo com as Emendas aprovadas em 11 de junho de 2014;

AVISO

Foi publicada em 9/4/2021 a edição extra nº 66-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Considerando que o Governo brasileiro depositou, junto ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, em 7 de maio de 2020; o instrumento de ratificação ao texto da Convenção, e

Considerando que a Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, entrará em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 7 de maio de 2021, nos termos de seu artigo VIII, parágrafo 3,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, anexo a este Decreto, firmado em Genebra, em 7 de fevereiro de 2006, de acordo com as Emendas aprovadas na centésima terceira Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção com as emendas de que trata o **caput** e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do disposto no inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de abril de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Carlos Alberto Franco França

CONVENÇÃO SOBRE TRABALHO MARÍTIMO - CTM, 2006, com emendas

Adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 94ª sessão (Marítima) (2006)

Emendas aprovadas pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 103ª sessão (2014)

Convenção: CTM

Local: Genebra

Sessão da Conferência: 94

Data de adoção da Convenção: 07/02/2006

Data e local de adoção das emendas: Genebra, em 11 de junho de 2014, durante a 130ª Conferência Internacional do Trabalho

Data de entrada em vigor das emendas de 2014: 18/01/2017

Classificação por assunto: Dispositivos Especiais por Setor de Atividade Econômica

Assunto: Gente do Mar

PREÂMBULO

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada pelo Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho, para reunir-se em Genebra em sua Nonagésima Quarta Sessão em 7 de fevereiro de 2006;

Desejando criar um documento único e coerente que incorporasse tanto quanto possível todas as normas atualizadas das Convenções e Recomendações internacionais existentes sobre Trabalho Marítimo, bem como princípios fundamentais de outras Convenções internacionais sobre trabalho, particularmente nas seguintes:

- Convenção sobre o Trabalho Forçado, 1930 (Nº 29);

- Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical, 1948 (Nº 87);

- Convenção sobre o Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva, 1949 (Nº 98);

- Convenção sobre Igualdade de Remuneração, 1951 (Nº 100);

- Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957 (Nº 105);

- Convenção sobre a Discriminação (Emprego e Profissão), 1958 (Nº 111);

- Convenção sobre a Idade Mínima, 1973 (Nº 138);

- Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (Nº 182).

Tendo em mente o mandato fundamental da Organização, que é promover condições de trabalho decentes;

Recordando a Declaração da OIT sobre os Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho, 1998;

Tendo também presente que a gente do mar está amparada pelas disposições de outros instrumentos da OIT e tem outros direitos reconhecidos como direitos e liberdades fundamentais aplicáveis a todas as pessoas;

Considerando que, dada a natureza global da indústria de navegação, a gente do mar precisa de proteção especial;

Relembrando ainda que os padrões internacionais referentes a segurança em navios, segurança humana e qualidade da gestão de embarcações, estipulados na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, revisada; a Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972, revisada; e os requisitos de formação e competência de marítimos, estipulados na Convenção Internacional de Treinamento, Certificação e Serviço de Quarto e Certificação para Marítimos, 1978, revisada;

Relembrando que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982, estabelece um marco jurídico dentro do qual todas as atividades nos mares e oceanos devem ser empreendidas e que é de importância estratégica como base para a ação nacional, regional e global e para a cooperação no setor marítimo, e cuja integridade deve ser mantida;

Relembrando que o Artigo 94 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982, estabelece os deveres e obrigações do país da bandeira com relação, dentre outras coisas, às condições de trabalho, tripulação e questões sociais em navios que arvoram a bandeira do país;

Relembrando o parágrafo 8º do Artigo 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, que determina que, de modo algum a adoção de qualquer Convenção ou Recomendação pela Conferência ou a ratificação de qualquer Convenção por qualquer Membro poderá afetar lei, decisão, costume ou acordo que assegure condições mais favoráveis aos trabalhadores do que as condições previstas pela Convenção ou Recomendação;

Determinou que este novo instrumento fosse concebido de forma a assegurar a mais ampla aceitação possível entre os governos, armadores, e gente do mar comprometidos com os princípios de trabalho decente, fosse de fácil atualização e se prestasse a uma efetiva implementação e controle da aplicação;

Havendo decidido a favor da adoção de certas propostas para a execução deste instrumento, que constitui o único tópico da agenda da sessão; e

Havendo determinado que as ditas propostas assumirão a forma de uma Convenção internacional;

ADOTA, neste vigésimo terceiro dia de fevereiro do ano de dois mil e seis, a seguinte Convenção, a que se poderá referir como Convenção sobre Trabalho Marítimo, 2006.

OBRIGAÇÕES GERAIS

Artigo I

1. Todo Membro que ratificar esta Convenção se compromete a conferir pleno efeito a suas disposições na forma estipulada no Artigo VI, a fim de assegurar o direito de toda a gente do mar a um emprego decente.

2. Os Membros cooperarão entre si com vistas a assegurar a efetiva implementação e controle da aplicação desta Convenção.

DEFINIÇÕES E ÁREA DE APLICAÇÃO

Artigo II

1. Para os fins desta Convenção, salvo disposição específica em contrário, a expressão:

a) autoridade competente - significa o ministro, repartição governamental ou outra autoridade com competência para emitir e controlar a aplicação de regulamentos, ordens ou outras instruções de atendimento obrigatório a respeito da matéria da disposição que se trate;

b) declaração de conformidade do trabalho marítimo - significa a declaração a que se refere a Regra 5.1.3;

c) arqueação bruta - significa a capacidade do volume de carga a ser transportado pelo navio, calculada de acordo com os regulamentos a respeito de mensuração de tonelagem, constantes no Anexo I à Convenção Internacional sobre Mensuração de Tonelagem de Navios, 1969, ou de qualquer Convenção subsequente; no caso de navios cobertos pelo esquema provisório de mensuração de tonelagem adotado pela Organização Marítima Internacional, arqueação bruta é a que consta na coluna de OBSERVAÇÕES do Certificado Internacional de Tonelagem (1969);

d) certificado de trabalho marítimo - significa o certificado a que se refere a Regra 5.1.3;

e) requisitos desta Convenção - se referem aos requisitos estipulados nos Artigos e nas Regras e na Parte A do Código desta Convenção;

f) gente do mar - significa qualquer pessoa empregada ou contratada ou que trabalha a bordo de um navio ao qual esta Convenção se aplica;

g) contrato de emprego da gente do mar - inclui tanto o contrato de trabalho como artigos do acordo coletivo de trabalho ou do contrato de engajamento de marítimo;

h) serviço de contratação e colocação de gente do mar - significa qualquer pessoa, empresa, instituição, agência ou outro tipo de organização do setor público ou privado que se dedica a recrutar gente do mar em nome de armadores ou à colocação de gente do mar junto a armadores;

i) navio - significa embarcação outra que não navegue exclusivamente em águas interiores ou em águas dentro de ou adjacentes a águas abrigadas ou áreas onde se aplicam os regulamentos portuários; e

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

j) armador - significa o proprietário do navio ou outra organização ou pessoa, como o gerente, agente ou afretador a casco nu, que houver assumido a responsabilidade pela operação do navio em lugar do proprietário e que, ao assumir tal responsabilidade, se comprometeu a arcar com os deveres e responsabilidades cabíveis a armadores em virtude da presente Convenção, independentemente do fato de outra organização ou pessoa cumprir certos deveres ou responsabilidades em nome do armador.

2. Salvo expressa disposição em contrário, esta Convenção se aplica a toda gente do mar.

3. Caso haja dúvida se alguma categoria de pessoas pode ou não ser considerada como gente do mar para os fins desta Convenção, a questão será dirimida pela autoridade competente em cada Estado Membro, após consulta com as organizações representativas de armadores e de gente do mar interessados na matéria.

4. Salvo expressa disposição em contrário, esta Convenção se aplica a todos os navios de propriedade pública ou privada, normalmente ocupados em atividades comerciais, exceto navios dedicados à pesca ou a atividade semelhante e navios de construção tradicional, como **dhows** e juncos. Esta Convenção não se aplica a vasos de guerra nem a unidades navais auxiliares.

5. Caso haja dúvida se esta Convenção se aplica a algum navio ou a alguma determinada categoria de navios, a questão será dirimida pela autoridade competente em cada Estado Membro, após consulta com as organizações representativas de armadores e de gente do mar interessados na matéria.

6. Se a autoridade competente determinar que não seria razoável ou viável no momento a aplicação de certos elementos específicos do Código, a que se refere o Artigo VI, parágrafo 1º, a um navio ou a certas categorias de navios que arvoram a bandeira do Membro, as disposições pertinentes do Código não se aplicarão na medida em que a matéria for tratada de maneira diferente pelas leis e regulamentos nacionais ou por acordos de negociação coletiva ou outras medidas. Tal determinação só poderá ser feita mediante consulta com as organizações representativas de armadores e de gente do mar interessadas e somente em relação a navios com arqueação bruta inferior a 200 e que não realizam viagens internacionais.

7. Toda determinação feita por um Membro ao amparo dos parágrafos 3, 5 ou 6 deste Artigo deverá ser comunicada ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, que notificará aos Membros da Organização.

8. Salvo expressa disposição em contrário, referência a esta Convenção constituirá ao mesmo tempo referência às Regras e ao Código.

DIREITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo III

Todo Membro certificar-se-á que os dispositivos de sua legislação respeitam, no contexto desta Convenção, os direitos fundamentais referentes à:

a) liberdade de associação e liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;

b) eliminação de todas as formas de trabalho forçado;

c) efetiva abolição do trabalho infantil; e

d) eliminação de discriminação em matéria de emprego e profissão.

DIREITOS NO EMPREGO E DIREITOS SOCIAIS DA GENTE DO MAR

Artigo IV

1. Toda gente do mar tem direito a um local de trabalho seguro e protegido no qual se cumpram as normas de segurança.

2. Toda gente do mar tem direito a condições justas de emprego.

3. Toda gente do mar tem direito a condições decentes de trabalho e de vida a bordo.

4. Toda gente do mar tem direito a proteção da saúde, assistência médica, medidas de bem-estar e outras formas de proteção social.

5. Todo Membro assegurará, nos limites de sua jurisdição, que os direitos de emprego e direitos sociais da gente do mar, a que se referem os parágrafos precedentes deste Artigo serão plenamente implementados conforme requer esta Convenção. Salvo disposição em contrário nesta Convenção, essa implementação poderá ser assegurada por meio de leis ou regulamentos nacionais, acordos e convenções coletivas, pela prática ou outras medidas aplicáveis.

RESPONSABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO

Artigo V

1. Todo Membro deverá implementar e controlar a aplicação da legislação ou outras medidas que adotar para cumprir seus compromissos ao amparo desta Convenção com respeito a navios e gente do mar sob sua jurisdição.

2. Todo Membro exercerá efetivamente sua jurisdição e controle sobre os navios que arvorarem sua bandeira, estabelecendo um sistema destinado a assegurar o cumprimento dos requisitos desta Convenção, inclusive inspeções periódicas, relatórios, monitoramento e o recurso a processos judiciais em conformidade com a legislação aplicável.

3. Todo Membro assegurará que os navios que arvorarem sua bandeira tenham a bordo um certificado de trabalho marítimo e uma declaração de conformidade do trabalho marítimo, como determinado nesta Convenção.

4. Todo navio ao qual esta Convenção se aplicar, poderá, em conformidade com a legislação internacional, ser inspecionado por um Membro que não o país da bandeira, quando o navio se encontrar em um de seus portos, a fim de verificar se o navio está em conformidade com os dispositivos desta Convenção.

5. Todo Membro exercerá efetivamente sua jurisdição e controle sobre os serviços de contratação e colocação de gente do mar que estiverem sediados em seu território.

6. Todo membro proibirá a violação dos dispositivos desta Convenção e, em conformidade com a legislação internacional, estabelecerá sanções ou exigirá a adoção de medidas corretivas de acordo com sua legislação, que forem apropriadas para desestimular tal violação.

7. Todo Membro deverá cumprir suas responsabilidades em virtude desta Convenção, de forma a assegurar que os navios que arvorarem a bandeira de qualquer Estado que não tenha ratificado esta Convenção não recebam tratamento mais favorável do que os navios que arvoram a bandeira de qualquer Estado que a tenha ratificado.

REGRAS E PARTES A E B DO CÓDIGO

Artigo VI

1. As Regras e as disposições da Parte A do Código são obrigatórias. As disposições da Parte B do Código não são obrigatórias.

2. Todo Membro se compromete a respeitar os direitos e princípios estabelecidos nas Regras e a implementar cada item das Regras na forma estipulada nas disposições correspondentes da Parte A do Código. Ademais, o Membro considerará devidamente o atendimento de suas responsabilidades na forma prevista na Parte B do Código.

3. O Membro que não estiver em condições de implementar os direitos e princípios na forma prescrita na Parte A do Código poderá, salvo disposição expressa em contrário nesta Convenção, implementar a Parte A por meio de dispositivos legais, regulamentos, ou outras medidas de implementação que forem substancialmente equivalentes aos dispositivos da Parte A.

4. Para os fins do parágrafo 3º deste Artigo, qualquer lei, regulamento, acordo de negociação coletiva ou outra medida de implementação será considerada substancialmente equivalente, no contexto desta Convenção, desde que o Membro verifique que:

a) ela é apropriada para a plena consecução do objetivo e propósito geral da disposição ou das disposições correspondentes da Parte A do Código; e

b) ela efetiva a disposição ou as disposições correspondentes da Parte A do Código.

CONSULTA A ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DE ARMADORES E GENTE DO MAR

Artigo VII

Caso não existam no Membro organizações representativas de armadores e gente do mar, toda exceção, isenção ou outra aplicação flexível desta Convenção, para a qual a Convenção exige consulta a organizações representativas de armadores e de gente do mar, somente poderá ser decidida pelo Membro mediante consulta ao Comitê a que se refere o Artigo XIII.

ENTRADA EM VIGOR

Artigo VIII

1. A ratificação formal desta Convenção será comunicada ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho para fins de registro.

2. Esta Convenção será vinculante apenas para o Membro da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor-Geral.

3. Esta Convenção entrará em vigor 12 meses a contar da data em que houver sido registrada a ratificação por pelo menos 30 Membros, que em conjunto possuam no mínimo 33% da arqueação bruta da frota mundial.

4. Subsequentemente, esta Convenção entrará em vigor para qualquer Membro 12 meses após o registro de sua ratificação.

DENÚNCIA

Artigo IX

1. O Membro que houver ratificado esta Convenção poderá denunciá-la depois de expirados dez anos a contar da data de entrada em vigor da Convenção, mediante notificação ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho. A denúncia produzirá efeito somente um ano após a data em que tiver sido registrada.

2. O Membro que, no prazo de um ano após o término do período de dez anos mencionado no parágrafo 1º deste Artigo, não tenha feito uso do direito de denúncia previsto neste Artigo, ficará obrigado durante um novo período de dez anos, depois do qual poderá denunciar a presente Convenção no término de cada novo período de dez anos, nas condições previstas neste Artigo.

EFEITO DA ENTRADA EM VIGOR

Artigo X

Esta Convenção revisa as seguintes Convenções:

Convenção sobre Idade Mínima (Trabalho Marítimo), 1920 (Nº 7);

Convenção sobre Indenização de Desemprego (Naufrágio), 1920, (Nº 8);

Convenção sobre Colocação de Marítimos, 1920 (Nº 9);

Convenção sobre Exame Médico de Menores (Trabalho Marítimo), 1921 (Nº 16);

Convenção sobre Contrato de Engajamento de Marítimos, 1926 (Nº 22);

Convenção sobre Repatriação de Marítimos, 1926 (Nº 23);

Convenção sobre Certificados de Capacidade dos Oficiais, 1936 (Nº 53);

Convenção sobre Férias Remuneradas (Trabalho Marítimo), 1936 (Nº 54);

Convenção sobre Obrigações do Armador (Doença e Acidente de Gente do Mar), 1936 (Nº 55);

Convenção sobre Seguro Doença (Trabalho Marítimo), 1936 (Nº 56);

Convenção sobre Horas de Trabalho e Tripulação (Trabalho Marítimo), 1936 (Nº 57);

Convenção sobre Idade Mínima (Trabalho Marítimo), 1936, (Nº 58);

Convenção sobre Alimentação e Serviço de Mesa (Tripulação de Navios), 1946 (Nº 68);

Convenção sobre Certificado de Aptidão de Cozinheiros de Navio, 1946 (Nº 69);

Convenção sobre Seguridade Social (Gente do Mar), 1946 (Nº 70);

Convenção sobre Férias Remuneradas (Gente do Mar), 1946 (Nº 72);

Convenção sobre Exame Médico (Gente do Mar), 1946 (Nº 73);

Convenção sobre Certificado de Aptidão de Marítimo Qualificado, 1946 (Nº 74);

Convenção sobre Alojamento da Tripulação, 1946 (Nº 75);

Convenção sobre Salário, Horas de Trabalho e Tripulação, 1946 (Nº 76);

Convenção sobre Férias Remuneradas (Gente do Mar) (Revista), 1949 (Nº 91);

Convenção sobre Alojamento da Tripulação a Bordo (Revista), 1949 (Nº 92);

Convenção sobre Salário, Horas de Trabalho e Tripulação (Revista), 1949 (Nº 93);

Convenção sobre Salário, Horas de Trabalho e Tripulação (Revista) 1958 (Nº 109);

Convenção sobre Alojamento da Tripulação (Disposições Suplementares), 1970 (Nº 133);

Convenção sobre Prevenção de Acidentes do Trabalho (Marítimos), 1970 (Nº 134);

Convenção sobre Continuidade de Emprego da Gente do Mar, 1976 (Nº 145);

Convenção sobre Férias Anuais Remuneradas da Gente do Mar, 1976 (Nº 146);

Convenção sobre Normas Mínimas na Marinha Mercante, 1976 (Nº 147);

Protocolo de 1996 à Convenção sobre Normas Mínimas na Marinha Mercante, 1976 (Nº 147);

Convenção sobre o Bem-Estar dos Trabalhadores Marítimos no Mar e no Porto, 1987 (Nº 163);

Convenção sobre a Proteção da Saúde e a Assistência Médica aos Trabalhadores Marítimos, 1987 (Nº 164);

Convenção sobre Seguridade Social da Gente do Mar, 1987 (Nº 165);

Convenção sobre Repatriação dos Trabalhadores Marítimos (Revista), 1987 (Nº 166);

Convenção sobre a Inspeção do Trabalho Marítimo, 1996 (Nº 178);

Convenção sobre Contratação e Colocação de Gente do Mar, 1996 (Nº 179); e

Convenção sobre a Duração dos Trabalhos a Bordo e Tripulação, 1996 (Nº 180).

FUNÇÕES DE DEPOSITÁRIO

Artigo XI

1. O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias ao amparo desta Convenção.

2. Quando estiverem atingidas as condições previstas no Artigo VIII, parágrafo 3º, o Diretor-Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data em que a Convenção entrará em vigor.

Artigo XII

O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para os fins de registro de acordo com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, uma informação completa sobre todas as ratificações, declarações e denúncias que tiver registrado de acordo com esta Convenção.

COMITÊ TRIPARTITE ESPECIAL

Artigo XIII

1. O Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho examinará continuamente a aplicação desta Convenção, por intermédio de um comitê instituído com competências específicas na área de normas do trabalho marítimo.

2. A fim de tratar de assuntos em conformidade com esta Convenção, o Comitê consistirá em dois representantes designados pelo Governo de cada Membro que houver ratificado esta Convenção e representantes de Armadores e Gente do Mar designados pelo Conselho de Administração, após consulta à Comissão Paritária Marítima.

3. Os representantes governamentais de Membros que ainda não tiverem ratificado esta Convenção poderão participar do Comitê, porém sem direito a voto a respeito de qualquer matéria tratada em virtude desta Convenção. O Conselho de Administração poderá convidar outras organizações ou entidades a se fazer representar no Comitê por observadores.

4. Os votos de cada representante de Armador e de Gente do Mar no Comitê serão ponderados, a fim de assegurar que o grupo de Armadores e o grupo de Gente do Mar detenham, cada um, metade do poder de voto do total de governos representados na reunião em apreço e com direito a voto.

EMENDAS A ESTA CONVENÇÃO

Artigo XIV

1. Emendas a qualquer disposição desta Convenção poderão ser adotadas pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em conformidade com o Artigo 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho e das regras e procedimentos da Organização para a adoção de Convenções. Emendas ao Código também poderão ser adotadas de acordo com os procedimentos previstos no Artigo XV.

2. No caso de Membros cuja ratificação desta Convenção tiver sido registrada antes da adoção de uma emenda, o texto da emenda lhes será comunicado para ratificação.

3. No caso de outros Membros da Organização, o texto emendado da Convenção lhes será comunicado para ratificação, de acordo com o Artigo 19 da Constituição.

4. Uma emenda será considerada aceita na data em que forem registradas ratificações da emenda ou da Convenção emendada, segundo for o caso, por pelo menos 30 Membros detentores de no mínimo 33% da arqueação bruta da frota mercante mundial.

5. Uma emenda adotada ao amparo do Artigo 19 da Constituição será obrigatória somente para os Membros da Organização cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

6. Para os Membros a que se refere o parágrafo 2º deste Artigo, uma emenda entrará em vigor 12 meses após a data de aceitação a que se refere o parágrafo 4º deste Artigo ou 12 meses após a data em que a ratificação da emenda tiver sido registrada, se essa data ocorrer por último.

7. Em conformidade com o parágrafo 9º deste Artigo, para os Membros a que se refere o parágrafo 3º deste Artigo, a Convenção emendada entrará em vigor 12 meses após a data de aceitação a que se refere o parágrafo 4º deste Artigo ou 12 meses após a data em que sua ratificação tiver sido registrada, se essa data ocorrer por último.

8. Para os Membros cuja ratificação desta Convenção tiver sido registrada antes da adoção de uma emenda e que ainda não a ratificaram, a Convenção continuará em vigor sem a referida emenda.

9. Um Membro cuja ratificação desta Convenção tiver sido registrada após a adoção da emenda, porém antes da data a que se refere o parágrafo 4º deste Artigo, poderá, mediante uma declaração anexada ao instrumento de ratificação, especificar que a ratificação se refere à Convenção sem a emenda em apreço. No caso dessa ratificação acompanhada da referida declaração, a Convenção entrará em vigor para o referido Membro 12 meses após a data em que a ratificação for registrada. Se o instrumento de ratificação não for acompanhado da referida declaração, ou se a ratificação for registrada na data ou após a data a que se refere o parágrafo 4º, a Convenção entrará em vigor para o referido Membro 12 meses após a data em que a ratificação tiver sido registrada e, quando entrar em vigor em conformidade com o parágrafo 7º deste Artigo, a emenda passará a ser obrigatória para o referido Membro, salvo se a emenda dispuser em contrário.

EMENDAS AO CÓDIGO

Artigo XV

1. O Código poderá ser emendado mediante o procedimento estabelecido no Artigo XIV ou, salvo expressa disposição em contrário, em conformidade com o procedimento estabelecido neste Artigo.

2. Uma emenda ao Código poderá ser proposta ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho pelo governo de qualquer Membro da Organização ou pelo grupo de representantes de Armadores ou pelo grupo de representantes de Gente do Mar que tiverem sido designados para o Comitê a que se refere o Artigo XIII. Uma emenda proposta por um governo terá de ser proposta ou apoiada no mínimo por cinco governos de Membros que tiverem ratificado a Convenção ou pelo grupo de representantes de Armadores e de Gente do Mar a que se refere este parágrafo.

3. Após verificar se uma emenda proposta atende às exigências do parágrafo 2º deste Artigo, o Diretor-Geral a comunicará prontamente, acompanhada de comentários e sugestões que julgar apropriados, a todos os Membros da Organização, convidando-os a enviar suas observações ou sugestões a respeito da proposta num prazo de seis meses ou outro prazo, que não deverá ser inferior a três meses nem superior a nove meses, prescrito pelo Conselho de Administração.

4. Ao expirar o prazo referido no parágrafo 3º acima, a proposta, acompanhada de um resumo das eventuais observações ou sugestões submetidas em conformidade com o mesmo parágrafo, será transmitida ao Comitê para consideração em reunião. A emenda será considerada adotada pelo Comitê se:

a) pelo menos a metade dos governos dos Membros que tiverem ratificado a Convenção estiverem presentes à reunião em que a proposta for considerada;

b) uma maioria de pelo menos dois terços do Comitê votar a favor da emenda; e

c) essa maioria consistir em votos a favor lançados por pelo menos a metade do poder de voto dos governos, a metade dos votos dos Armadores e a metade dos votos da Gente do Mar dos membros do Comitê presentes quando a proposta for colocada em votação.

5. A emenda aprovada em conformidade com o parágrafo 4º acima será submetida à aprovação da Conferência em sua próxima sessão. Essa aprovação exigirá uma maioria de dois terços dos votos lançados pelos delegados presentes. Caso não se obtenha essa maioria, a emenda proposta será enviada novamente ao Comitê, que a reexaminará, se assim entender conveniente.

6. Emendas aprovadas pela Conferência serão notificadas pelo Diretor-Geral a todos os Membros cuja ratificação desta Convenção tiver sido registrada antes da data em que a Conferência as tiver aprovado. Esses membros serão referidos doravante como "membros ratificantes". A notificação fará referência a este Artigo e especificará o prazo para a comunicação de eventual discordância formal. Tal prazo será de dois anos a contar da data da notificação, salvo se, na ocasião da aprovação, a Conferência tiver estabelecido outro prazo, que será de pelo menos um ano. Uma cópia da notificação será transmitida aos demais Membros da Organização para sua informação.

7. Uma emenda aprovada pela Conferência será considerada aceita, salvo se, ao expirar o prazo prescrito, o Diretor Geral tiver recebido manifestação formal de discordância de mais de 40% dos Membros que tiverem ratificado a Convenção e que representarem pelo menos 40% da arqueação bruta dos navios dos Membros que tiverem ratificado a Convenção.

8. Uma emenda considerada aceita entrará em vigor seis meses após a expiração do prazo estipulado para todos os membros ratificantes, exceto para aqueles que manifestaram formalmente sua discordância em conformidade com o parágrafo 7º acima e que não tiverem retirado sua discordância em conformidade com o parágrafo 11. Contudo:

a) antes de terminar o prazo estipulado, qualquer membro ratificante poderá notificar ao Diretor-Geral que se sujeitará à emenda somente após notificação posterior de sua aceitação; e

b) antes da data de entrada em vigor da emenda, qualquer membro ratificante poderá notificar ao Diretor-Geral que não dará efeito à referida emenda por um determinado período.

9. Uma emenda que tiver sido objeto da notificação a que se refere o parágrafo 8º, alínea "a", acima, entrará em vigor, para o Membro que fizer tal notificação, seis meses depois de ter notificado ao Diretor-Geral sua aceitação da emenda ou na data em que a emenda entrar em vigor, se essa data ocorrer por último.

10. O prazo a que se refere o parágrafo 8º, alínea "b", deste artigo, não poderá exceder um ano a contar da data da entrada em vigor da emenda ou outro prazo estipulado pela Conferência quando da aprovação da emenda.

11. O Membro que tiver manifestado formalmente sua discordância de uma emenda poderá retirar sua discordância a qualquer momento. Se o Diretor-Geral receber notificação dessa retirada depois de a emenda ter entrado em vigor, a emenda entrará em vigor para esse Membro seis meses a contar da data em que a notificação for registrada.

12. Após a entrada em vigor de uma emenda, a Convenção só poderá ser ratificada em sua versão emendada.

13. Na medida em que um certificado de trabalho marítimo se referir a questões abrangidas por uma emenda à Convenção que tiver entrado em vigor:

a) o Membro que tiver aceitado a emenda não será obrigado a estender o benefício da Convenção relativo a certificados de trabalho marítimo emitidos a favor de navios que arvoram a bandeira de outro Membro que:

i - tiver, em conformidade com o parágrafo 7º deste Artigo, manifestado sua discordância com a emenda e não tiver retirado sua discordância; ou

ii - tiver emitido notificação, em conformidade com o parágrafo 8º, alínea "a", deste Artigo, de que sua aceitação estaria sujeita a uma notificação expressa subsequente e não tiver aceitado a emenda; e

b) O Membro que tiver aceitado a emenda estenderá o benefício da Convenção relativo a certificados de trabalho marítimo emitidos a favor de navios que ostentam a bandeira de outro Membro que tiver emitido notificação, em conformidade com o parágrafo 8º, alínea "b", deste Artigo, de que não daria efeito à emenda por um prazo especificado, em conformidade com o parágrafo 10 deste Artigo.

LÍNGUAS AUTÊNTICAS

Artigo XVI

As versões em inglês e francês do texto desta Convenção são igualmente autênticas.

NOTA EXPLANATÓRIA SOBRE AS REGRAS E O CÓDIGO DA CONVENÇÃO SOBRE TRABALHO MARÍTIMO

1. O propósito desta nota explanatória, que não faz parte da Convenção sobre Trabalho Marítimo, é propiciar uma orientação geral sobre a Convenção.

2. A Convenção consiste em três partes diferentes, porém inter-relacionadas: os Artigos, as Regras e o Código.

3. Os Artigos e as Regras estabelecem os direitos e princípios fundamentais e as obrigações básicas dos membros ratificantes da Convenção. Os Artigos e as Regras só poderão ser modificados pela Conferência ao amparo do Art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (ver Art. XIV da Convenção).

4. O Código contém os pormenores da implementação das Regras. Consiste numa Parte A (normas obrigatórias) e numa Parte B (diretrizes não-obrigatórias). O Código pode ser emendado pelo procedimento simplificado a que se refere o Art. XV da Convenção. Visto que o Código se atém aos pormenores da implementação, as emendas a ele devem restringir-se ao alcance geral dos Artigos e das Regras.

5. As Regras e o Código estão estruturados em áreas gerais sob cinco Títulos:

Título 1: Requisitos mínimos para trabalhar a bordo de navios;

Título 2: Condições de emprego;

Título 3: Alojamento, instalações de lazer, alimentação e serviço de mesa a bordo;

Título 4: Proteção da saúde, assistência médica, bem-estar e proteção social; e

Título 5: Cumprimento e controle da aplicação.

6. Cada Título contém grupos de dispositivos relacionados com um determinado direito ou princípio (ou medida de controle de aplicação, no caso do Título 5), com a respectiva numeração. O primeiro grupo do Título 1, por exemplo, consiste na Regra 1.1, Norma A1.1 e Diretriz B1.1, relativas à idade mínima.

7. A Convenção tem três finalidades principais:

a) estabelecer, nos Artigos e nas Regras, um conjunto sólido de direitos e princípios;

b) permitir, mediante o Código, um grau considerável de flexibilidade na forma como os Membros implementam esses direitos e princípios; e

c) assegurar, em conformidade com o Título 5, que o cumprimento e o controle da aplicação dos direitos e princípios ocorram de maneira devidamente apropriada.

8. Dois meios principais permitem uma implementação flexível: uma é a possibilidade de o Membro, caso necessário (ver Artigo VI, parágrafo 3º), dar efeito às exigências da Parte A do Código por meio de uma equivalência substancial (segundo a definição do Artigo VI, parágrafo 4º).

9. A segunda possibilidade de flexibilidade na implementação é assegurada pela formulação mais geral dos requisitos obrigatórios de muitas disposições na Parte A, deixando maior margem para discricionariedade quanto à ação específica a ser empreendida em nível nacional. Em tais casos, diretrizes para a implementação são dadas na Parte B do Código, de caráter não-obrigatório. Dessa forma, os Membros que tiverem ratificado esta Convenção poderão verificar o tipo de ação deles esperada em relação à obrigação correspondente na Parte A, bem como o tipo de ação que não seria necessariamente implementada. Por exemplo, a Norma A4.1 requer que todos os navios propiciem acesso imediato a remédios para assistência médica a bordo (parágrafo 1º, alínea "b") e a ter um armário para remédios (parágrafo 4º, alínea "a"). O cumprimento em boa-fé dessa última obrigação significa mais do que simplesmente ter um armário de remédios a bordo. Uma indicação mais precisa daquilo de que se trata é dada na correspondente Diretriz B41.1 (parágrafo 4º), de modo a assegurar que o conteúdo do armário seja armazenado, utilizado e mantido de forma apropriada.

10. Os Membros que tiverem ratificado esta Convenção não são obrigados a cumprir a Diretriz em apreço e, como se indicou nos dispositivos do Título 5 a respeito do controle do porto pelo Estado, as inspeções tratariam apenas dos requisitos relevantes desta Convenção (Artigos, Regras e Normas da Parte A). Contudo, os Membros são obrigados, em conformidade com o parágrafo 2º do Artigo VI, a considerar devidamente o cumprimento de suas responsabilidades decorrentes da Parte A do Código, na maneira exposta na Parte B. Se, depois de ter considerado as diretrizes relevantes, o Membro decidir adotar uma forma diferente de armazenar, utilizar e manter o conteúdo do armário de remédios, para seguirmos com o exemplo acima, em conformidade com a Norma da Parte A, isso seria aceitável. Por outro lado, ao seguir a Diretriz indicada na Parte B, o Membro, bem como os órgãos da OIT responsáveis por zelar pela implementação das convenções internacionais sobre o trabalho, poderão estar seguros, sem maiores considerações, de que a forma adotada pelo Membro é adequada para o cumprimento das responsabilidades decorrentes da Parte A, à qual a Diretriz se refere.

REGRAS E CÓDIGO

TÍTULO I - REQUISITOS MÍNIMOS PARA TRABALHAR A BORDO DE NAVIOS

Regra

Regra 1.1 - Idade mínima

Finalidade: Assegurar que nenhuma pessoa abaixo de determinada idade mínima trabalhe em navios.

1. Nenhuma pessoa abaixo da idade mínima será empregada ou contratada para trabalhar a bordo de navios.

2. A idade mínima estabelecida quando da entrada em vigor desta Convenção é de 16 anos.

3. Uma idade mínima superior será exigida para trabalhar nas circunstâncias especificadas no Código.

Norma

Norma A1.1 - Idade mínima

1. Será proibido o emprego, engajamento ou trabalho de pessoas abaixo de 16 anos a bordo de navios.

2. O trabalho noturno de gente do mar menor de 18 anos será proibido. Para os fins desta Norma, "noite" será definida em conformidade com a lei e a prática nacional. Abrangerá um período de pelo menos nove horas, que começará no mais tardar à meia-noite e não poderá terminar antes das 5 horas.

3. Uma exceção à estrita observação dessa restrição referente a trabalho noturno poderá ser feita pela autoridade competente, quando:

a) o treinamento efetivo da gente do mar em apreço, em conformidade com os programas e horários estabelecidos, for prejudicado; ou

b) a natureza específica da tarefa ou um programa de treinamento reconhecido exigir que a gente do mar a que se refere a exceção desempenhe tarefas à noite e a autoridade determinar, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar pertinentes, que o trabalho não será prejudicial à sua saúde ou bem-estar.

4. O emprego, engajamento ou trabalho de gente do mar menor de 18 anos será proibido se o trabalho for suscetível de colocar em perigo sua saúde ou segurança. Os tipos de trabalho dessa natureza serão determinados por legislação ou regulamentos nacionais ou pela autoridade competente, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar interessadas, em conformidade com normas internacionais relevantes.

Diretriz

Diretriz B1.1 - Idade mínima

1. Ao regulamentar as condições de trabalho e de vida, os Membros deverão dar especial atenção às necessidades dos jovens menores de 18 anos.

Regra

Regra 1.2 - Atestado médico

Finalidade: Assegurar que toda a gente do mar esteja apta do ponto de vista médico para executar suas tarefas a bordo de embarcação.

1. A gente do mar não trabalhará a bordo de navio se não tiver um atestado médico que a declare apta para desempenhar suas tarefas.

2. Exceções só serão permitidas em conformidade com o Código.

Norma

Norma A1.2 - Atestado Médico

1. A autoridade competente exigirá que a gente do mar, antes de começar a trabalhar a bordo de embarcação, tenha um atestado médico válido declarando que está apta do ponto de vista médico para desempenhar as tarefas que lhe couberem a bordo.

2. A fim de assegurar que o atestado médico reflita genuinamente o estado de saúde da gente do mar, tendo em vista as tarefas a serem desempenhadas, a autoridade competente, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar pertinentes e depois de devida consideração das diretrizes internacionais pertinentes, a que se refere à Parte B deste Código, deverá prescrever a natureza do exame médico e do respectivo atestado.

3. Esta Norma não prejudica a Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos, 1978, revisada (STCW). Um atestado médico emitido em conformidade com os requisitos da STCW será aceito pela autoridade competente para os fins da Regra 1.2. Um atestado médico que atenda a substância de tais requisitos, no caso de gente do mar não abrangida pela STCW, será igualmente aceito.

4. Os atestados médicos deverão ser emitidos por um profissional médico qualificado ou, no caso de um atestado referente simplesmente ao exame de vista, por uma pessoa reconhecida pela autoridade competente como sendo qualificada para emitir tal atestado. Os profissionais devem usufruir de completa independência profissional no exercício de seu juízo médico ao realizar exames médicos.

5. Gente do mar a quem for negado um atestado ou que for sujeita a alguma limitação de sua capacidade de trabalhar, especialmente no que respeita a horário, campo de trabalho ou esfera de atividade, terá oportunidade de se submeter a novo exame por outro profissional médico independente ou por um árbitro médico independente.

6. No atestado médico deverá constar particularmente o seguinte:

a) a audição e a vista do interessado e a visão de cores do interessado a ser destacado para funções em que a aptidão para o trabalho a ser realizado pode ser afetada por defeito da visão de cores, são todas satisfatórias; e

b) o interessado não padece de nenhuma condição médica suscetível de se agravar com o serviço a bordo ou de tornar o candidato inapto para tal serviço ou ainda de colocar em perigo a saúde de outras pessoas a bordo.

7. A não ser por um período mais curto exigido pelas tarefas específicas a serem desempenhadas pelo interessado ou por exigência ao amparo da STCW:

a) um atestado médico será válido pelo prazo máximo de dois anos, salvo se o interessado for menor de 18 anos, em cujo caso o período máximo de validade será de um ano; e

b) um atestado de visão de cores será válido pelo prazo máximo de seis anos.

8. Em casos urgentes, a autoridade competente poderá permitir que o interessado trabalhe sem um atestado médico válido até a data de chegada da próxima escala, onde ele poderá obter um atestado médico de um profissional médico qualificado, desde que:

a) o período para tal permissão não ultrapasse três meses; e

b) o interessado possua um atestado médico vencido em data recente.

9. Se o prazo de validade do atestado vencer durante a viagem, o certificado continuará válido até a próxima escala, onde o interessado poderá obter um atestado de um profissional médico qualificado, desde que esse período de prolongamento da validade não ultrapasse três meses.

10. Os atestados médicos para gente do mar que trabalha a bordo e que está normalmente engajada em viagens internacionais devem ser expedidos, como condição mínima, em inglês.

Diretriz

Diretriz B1. 2 - Atestado Médico

Diretriz B1.2.1 - Diretrizes internacionais

1. A autoridade competente, os profissionais médicos, examinadores, armadores, representantes de gente do mar e todas as demais pessoas envolvidas na realização de exames de aptidão médica de candidatos a gente do mar e de gente do mar na ativa devem seguir as diretrizes da OIT/OMS para a Realização de Exames Pré-Embarque e Periódicos de Aptidão Médica de Gente do Mar, inclusive eventuais versões subsequentes, bem como quaisquer outras diretrizes internacionais aplicáveis, publicadas pela Organização Internacional do Trabalho, pela Organização Marítima Internacional, ou pela Organização Mundial da Saúde.

Regra

Regra 1.3 - Formação e qualificações

Finalidade: Assegurar que a gente do mar esteja formada e qualificada para desempenhar suas tarefas a bordo de navio.

1. A gente do mar não trabalhará a bordo de navio, a não ser que esteja formada ou que tenha sido certificada como competente ou qualificada para desempenhar suas tarefas.

2. Não será permitido à gente do mar trabalhar a bordo de navio, a não ser que tenha concluído com êxito o treinamento sobre segurança pessoal a bordo.

3. Formação e certificação conforme os instrumentos obrigatórios adotados pela Organização Marítima Internacional serão considerados em conformidade com os dispositivos dos parágrafos 1º e 2º desta Regra.

4. O Membro que, quando de sua ratificação da Convenção, estiver sujeito à Convenção sobre Certificado de Aptidão de Marítimo Qualificado, 1946 (Nº 74), continuará a cumprir suas obrigações ao amparo da referida Convenção até que as disposições obrigatórias referentes a sua matéria tenham sido adotadas pela Organização Marítima Internacional e entrado em vigor, ou até o lapso de cinco anos a contar da entrada em vigor desta Convenção, de conformidade com o Artigo VIII, parágrafo 3º, se esta data ocorrer primeiro.

Regra

Regra 1.4 - Contratação e colocação

Finalidade: Assegurar que a gente do mar tenha acesso a um sistema eficiente e bem regulamentado de contratação e colocação de gente do mar.

1. Toda a gente do mar terá acesso a um sistema eficiente, adequado e idôneo para encontrar emprego a bordo de navio, sem ônus para o interessado.

2. Os serviços de contratação e colocação que operarem no território de um Membro terão de coadunar-se com as normas estipuladas neste Código.

3. Todo membro exigirá, em relação a gente do mar para trabalhar em navios que arvoram sua bandeira, que os armadores que utilizarem serviços de contratação e colocação de gente do mar sediados em países ou territórios aos quais esta Convenção não se aplica, terão de assegurar que os serviços atendam aos requisitos estipulados no Código.

Norma

Norma A1.4 - Contratação e colocação

1. O Membro que operar um serviço público de contratação e colocação de gente do mar assegurará que o serviço funcione de maneira ordenada, de forma a proteger e a promover os direitos de emprego da gente do mar, como dispõe esta Convenção.

2. Se, no território de um Membro, houver em operação serviços privados de contratação e colocação de gente do mar ou serviços que realizem a contratação e a colocação de um grande número de candidatos, esses serviços somente poderão operar se estiverem em conformidade com um sistema padronizado de licenciamento ou certificação ou com outra forma de regulamentação. Esse sistema será estabelecido, modificado ou alterado somente após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar. Caso haja dúvida se esta Convenção se aplica a serviços privados de contratação e colocação, a questão será dirimida pela autoridade competente em cada Membro, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar pertinentes. A proliferação indevida de serviços privados de contratação e colocação não será incentivada.

3. As disposições do parágrafo 2º desta Norma se aplicarão também - na medida em que a autoridade competente, em consulta com as organizações de armadores e de gente do mar pertinentes, determinar que isso é apropriado - a serviços de contratação e colocação operados por organizações representativas de armadores e de gente do mar no território do Membro, a fim de fornecer gente do mar, constituída de cidadãos do referido Membro, a navios que arvoram sua bandeira. Os serviços a que se refere este parágrafo devem satisfazer as seguintes condições:

a) o serviço de contratação e colocação é operado ao amparo de um acordo ou convenção coletiva entre a dita organização e um armador;

b) tanto a organização de gente do mar e o armador estejam ambos sediados no território do Membro;

c) o Membro possua legislação ou regulamentos nacionais ou algum procedimento para autorizar ou registrar o acordo ou convenção de negociação coletiva que permite a operação do serviço de contratação e colocação; e

d) o serviço de contratação e colocação seja operado de forma ordenada e existam medidas para proteger e promover direitos de emprego comparáveis àqueles a que ser refere o parágrafo 5º desta Norma.

4. Nada nesta Norma ou na Regra 1.4 será interpretado de modo a:

a) impedir um Membro de manter um serviço público gratuito de contratação e colocação de gente do mar ao amparo de uma política que atenda às necessidades dos armadores e da gente do mar, faça ou não esse serviço parte de um serviço público de emprego para todos os trabalhadores e empregadores, e seja ou não coordenado por tal serviço; ou

b) impor a um Membro a obrigação de estabelecer um sistema para a operação de serviços privados de contratação e colocação de gente do mar em seu território.

5. O Membro que adotar um sistema a que se refere o parágrafo 2º desta Norma, deverá, no mínimo, por meio de legislação e regulamentos ou outras medidas, fazer o seguinte:

a) proibir os serviços de contratação e colocação de gente do mar de utilizar meios, mecanismos ou listas cuja finalidade seja impedir ou dissuadir gente do mar de conseguir emprego para o qual os candidatos estiverem qualificados;

b) exigir que nenhuma taxa ou outros encargos pela contratação e colocação de gente do mar ou pelo fornecimento de emprego a gente do mar sejam pagos direta ou indiretamente, em parte ou no todo, pelos candidatos, a não ser pela obtenção do atestado médico nacionalmente obrigatório, pela caderneta de trabalho e passaporte, ou por outros documentos pessoais de viagem, sem incluir os gastos com vistos, que caberão ao armador; e

c) assegurar que os serviços de contratação e colocação que operam em seu território:

i - mantenham um registro atualizado de toda a gente do mar por eles contratada ou colocada e que esse registro esteja disponível para inspeção pela autoridade competente;

ii - certifiquem-se de que a gente do mar seja informada de seus direitos e deveres previstos no acordo e contrato de trabalho antes ou no decorrer do processo de engajamento, e de que providências sejam tomadas para que a gente do mar possa examinar seus contratos de trabalho antes e depois de assinados e receba uma cópia dos referidos contratos;

iii - verifiquem se a gente do mar por eles contratada ou colocada é qualificada e está de posse dos documentos necessários para o trabalho em vista e que os acordos e contratos de trabalho estejam em conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis e com os acordos ou convenções de negociação coletiva que fizerem parte do acordo de trabalho;

iv - verifiquem, até onde for viável, que o armador dispõe dos meios para evitar que gente do mar fique abandonada num porto estrangeiro;

v - examinem e respondam a eventuais queixas sobre suas atividades e informem a autoridade competente a respeito de alguma queixa não resolvida; e

vi - estabeleçam um sistema de proteção, por meio de seguro ou outra medida equivalente apropriada, a fim de compensar a gente do mar de perdas financeiras que porventura incorrerem devido à falha do serviço de contratação e colocação ou ao descumprimento do acordo de trabalho por parte do armador pertinente.

6. A autoridade competente supervisionará meticulosamente e controlará os serviços de contratação e colocação que operam no território do Membro. As licenças e certificados ou autorizações semelhantes serão expedidas ou renovadas somente após verificação de que o serviço de contratação e colocação em apreço cumpre os requisitos da legislação e regulamentos nacionais.

7. A autoridade competente assegurará que existem equipamentos e procedimentos adequados para a investigação, caso seja necessário, de reclamações a respeito das atividades dos serviços de contratação e colocação, da qual participem, segundo couber, representantes de armadores e de gente do mar.

8. Todo Membro que tiver ratificado a presente Convenção informará seus nacionais, até onde for possível, dos problemas que podem resultar de uma contratação em navio matriculado em um Estado que não tenha ratificado a referida Convenção, até que tenha adquirido a convicção de que normas equivalentes àquelas fixadas por esta Convenção estão sendo aplicadas. As medidas tomadas para esse fim pelo Estado que tenha ratificado esta Convenção não deverão estar em contradição com o princípio da livre circulação dos trabalhadores, estipulado nos tratados de que os dois Estados em questão forem signatários.

9. O Membro que tiver ratificado esta Convenção exigirá que os armadores de navios que arvoram sua bandeira e que utilizam serviços de contratação e colocação sediados em países ou territórios aos quais esta Convenção não se aplica, assegurem, até onde for viável, que tais serviços satisfaçam os requisitos desta Norma.

10. Nada nesta Norma deverá ser interpretado de modo a diminuir as obrigações e responsabilidades dos armadores ou de um Membro em relação a navios que ostentam sua bandeira.

Diretriz

Diretriz B1.4 - Contratação e colocação

Diretriz B1. 4.1 - Diretrizes sobre organização e operação

1. No cumprimento de suas obrigações decorrentes da Norma A1.4, parágrafo 1º, a autoridade competente deveria considerar as possibilidades de:

a) tomar as medidas necessárias para promover efetiva cooperação entre os serviços de contratação e colocação de gente do mar, privados ou públicos;

b) considerar as necessidades do setor marítimo, tanto na esfera nacional como na internacional, ao elaborar programas de treinamento de gente do mar que faz parte da tripulação do navio e que é responsável pelas operações de navegação segura e prevenção de contaminação, com a participação de armadores, gente do mar e as instituições de treinamento pertinentes;

c) tomar providências adequadas para a cooperação das organizações representativas de armadores e de gente do mar na organização e operação dos serviços de contratação e colocação, onde esses existirem;

d) determinar, com a devida atenção ao direito à privacidade e à necessidade de preservar o sigilo, as condições em que os dados pessoais da gente do mar poderão ser processados pelos serviços de contratação e colocação, inclusive a coleta, armazenamento, combinação e comunicação de tais dados a terceiros;

e) manter um sistema de coleta e análise de dados relevantes sobre o mercado de trabalho marítimo, inclusive atual e futura oferta de gente do mar que trabalha como parte da tripulação, classificada por idade, sexo, categoria e qualificações, bem como sobre as necessidades do setor, a coleta de dados sobre idade e sexo sendo permitida somente para fins estatísticos ou para fins de um programa destinado a prevenir a discriminação baseada em idade ou sexo;

f) assegurar que os funcionários responsáveis pelos serviços públicos e privados de contratação e colocação de tripulantes responsáveis pelas operações de segurança do navio e prevenção de poluição tenham recebido treinamento adequado, inclusive experiência aprovada de serviço a bordo, e tenham conhecimento relevante do setor marítimo, inclusive dos instrumentos marítimos internacionais pertinentes a respeito de treinamento, certificação e normas de trabalho;

g) prescrever normas operacionais e adotar códigos de conduta e práticas éticas para os serviços de contratação e colocação de gente do mar; e

h) exercer a supervisão do sistema de concessão de licença ou de certificação, com base num sistema de normas de qualidade.

2. Ao estabelecer o sistema a que se refere a Norma A1.4, parágrafo 2º, todo Membro deverá considerar exigir que os serviços de contratação e colocação de gente do mar sediados em seu território desenvolvam e mantenham práticas operacionais passíveis de verificação. Essas práticas operacionais de serviços privados de contratação e colocação de gente do mar e, até onde couber, dos serviços públicos de contratação e colocação de gente do mar devem abranger o seguinte:

a) exames médicos, documentos de identidade e outros itens necessários para que a gente do mar possa conseguir emprego;

b) manutenção, com a devida atenção ao direito à privacidade e à necessidade de guardar sigilo, um registro completo da gente do mar abrangida pelo seu sistema de contratação e colocação, que deve incluir, sem a isso se limitar, o seguinte:

i - qualificações da gente do mar;

ii - empregos anteriores;

iii - dados pessoais pertinentes ao emprego; e

iv - dados médicos relevantes para o emprego;

c) manutenção de listas atualizadas dos navios para os quais os serviços de contratação e colocação fornecem gente do mar, assegurando que existe meio de contatar os serviços numa emergência, 24 horas por dia;

d) procedimentos para assegurar que a gente do mar não esteja sujeita à exploração pelos serviços de contratação e colocação ou de seu pessoal com respeito a oferta de engajamento em determinados navios ou por determinadas companhias;

e) procedimentos para evitar oportunidades de exploração de gente do mar, relacionada com antecipação de salários ou outras transações financeiras entre o armador e a gente do mar, intermediadas pelos serviços de contratação e colocação de gente do mar;

f) publicação transparente dos custos que a gente do mar poderá incorrer no processo de contratação e colocação;

g) certeza de que a gente do mar está informada de eventuais condições particulares relativas ao trabalho para o qual está sendo engajada e da política particular do armador em relação ao seu engajamento;

h) procedimentos em conformidade com os princípios da equidade no tratamento de casos de incompetência ou indisciplina, consistente com a legislação e prática nacional e, se for o caso, com os acordos e convenções coletivos;

i) procedimentos para assegurar, até onde for viável, que todos os certificados e documentos obrigatórios apresentados para o emprego estão atualizados e que não foram obtidos de maneira fraudulenta, e que as referências de emprego foram verificadas;

j) procedimentos para assegurar que os pedidos de informação ou orientação por parte de familiares da gente do mar em alto-mar sejam prontamente atendidos, com empatia e gratuitamente; e

k) verificação de que as condições de trabalho a bordo de navios nos quais a gente do mar foi colocada estão consistentes com os acordos e convenções de negociação coletiva aplicáveis que tiverem sido concluídos entre um armador e uma organização representativa de gente do mar e, como elemento de política, fornecimento de gente do mar somente a armadores que oferecem termos e condições de emprego que estão em conformidade com a legislação e os regulamentos nacionais ou acordos e convenções de negociação coletiva aplicáveis.

3. Deve-se considerar o incentivo à cooperação internacional entre os Membros e organizações relevantes, como os seguintes exemplos:

a) intercâmbio sistemático de informações, em base bilateral, regional e multilateral, sobre o setor e o mercado de trabalho marítimo;

b) intercâmbio de informações da legislação sobre o trabalho marítimo;

c) harmonização de políticas, métodos de trabalho e legislação relativos à contratação e colocação de gente do mar;

d) melhoria dos procedimentos e condições de contratação e colocação da gente do mar no plano internacional; e

e) planejamento da força de trabalho, levando em conta a oferta e a procura de gente do mar e as necessidades do setor marítimo.

TÍTULO 2. CONDIÇÕES DE EMPREGO

Regra

Regra 2.1 - Acordos de emprego de gente do mar

Finalidade: Assegurar que a gente do mar tenha um acordo justo de emprego.

1. Os termos e condições de emprego de gente do mar deverão ser estipulados ou expressos em contrato escrito claramente, legalmente aplicável e consistente com as normas estabelecidas no Código.

2. O contrato de emprego de gente do mar deverá ser aceito pela gente do mar em condições que lhes assegure a possibilidade de examinar os termos e condições constantes no acordo e de procurar orientação sobre eles, bem como de aceitá-los livremente antes de assiná-lo.

3. Desde que isso se coadune com a legislação e a prática nacional, será entendido que os contratos de emprego de gente do mar incorporam os acordos e convenções coletivos aplicáveis.

Norma

Norma A2.1 - Acordos de emprego de gente do mar

1. Todo Membro adotará leis ou regulamentos para assegurar que os navios que arvoram sua bandeira preencham os seguintes requisitos:

a) a gente do mar que trabalha em navios que arvoram sua bandeira tenha um acordo de contratação e colocação de gente do mar assinado pelo candidato e pelo armador ou seu representante ou, caso não se trate de empregado, prova de acerto contratual ou de natureza semelhante, que lhe garanta condições dignas de trabalho e de vida a bordo do navio, como determina esta Convenção;

b) a gente do mar que assinar um contrato de emprego como gente do mar terá possibilidade de examinar o acordo e obter orientação sobre ele antes de assiná-lo, além de outras facilidades necessárias para lhe assegurar que assinou livremente um acordo com suficiente compreensão de seus direitos e responsabilidades;

c) o armador e a gente do mar interessada terão ambos um original assinado do contrato de emprego de gente do mar;

d) medidas deverão ser tomadas para assegurar que a gente do mar, inclusive o capitão do navio, tenha fácil acesso à informação precisa a bordo sobre as condições de seu emprego, e que essa informação e uma cópia do acordo ou contrato de emprego de gente do mar esteja acessível para ser examinada por funcionários de uma autoridade competente, inclusive nos portos de escala; e

e) a gente do mar deverá receber um documento no qual conste o registro referente a seu emprego a bordo do navio.

2. Se um acordo ou convenção coletiva fizer parte do contrato de emprego de gente do mar, uma cópia do referido acordo deverá estar disponível a bordo. Se o contrato de emprego de gente do mar e o acordo de negociação coletiva pertinente não forem em inglês, os seguintes documentos deverão estar disponíveis também em inglês, salvo no caso de navios engajados somente em viagens domésticas:

a) cópia do formulário-padrão de acordo ou contrato de emprego; e

b) trechos do acordo de negociação coletiva que forem sujeitos a inspeção do Estado controlador do porto, conforme a Regra 5.2.

3. O documento a que se refere o parágrafo 1º, alínea "e" desta Norma não deverá conter nenhuma observação a respeito da qualidade do trabalho do interessado a bordo, nem de seu salário. O formato do documento, os pormenores a serem registrados e a forma de seu registro serão determinados pela legislação nacional.

4. Todo Membro adotará leis e regulamentos especificando os itens a serem incluídos nos acordos ou contratos de emprego de gente do mar, conforme a legislação nacional. Em todos os acordos ou contratos de emprego de gente do mar deverão constar os seguintes dados:

a) nome completo do interessado, data de nascimento ou idade e local de nascimento;

b) nome e endereço do armador;

c) local e data em que o acordo de emprego de gente do mar foi assinado;

d) posição para a qual o interessado foi contratado;

e) montante do salário do interessado ou, se for o caso, fórmula usada para o seu cálculo;

f) montante de férias anuais remuneradas ou, se for o caso, fórmula usada para o seu cálculo;

g) término do contrato e condições de término, inclusive:

i - se o acordo tiver sido feito por um período indeterminado, condições em que qualquer das partes poderá terminá-lo, bem como o prazo de aviso prévio, que não poderá ser menor para o armador do que para a gente do mar;

ii - se o acordo tiver sido feito por um período fixo, a data estabelecida para o seu término; e

iii - se o acordo tiver sido feito para uma viagem, o porto de destino e o período de tempo após a chegada até a baixa do serviço;

h) benefícios de saúde e previdenciários a serem assegurados pelo armador à gente do mar;

i) direito da gente do mar a repatriação;

j) referência a um acordo de negociação coletiva, se couber; e

k) outros dados que a lei nacional exigir.

5. Todo Membro adotará legislação ou regulamentos estabelecendo os períodos mínimos de aviso prévio a ser dado pela gente do mar e pelos armadores no caso de término antecipado do contrato de emprego. A duração desses períodos mínimos deverá ser determinada mediante consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar interessadas, mas não poderá ser inferior a sete dias.

6. Um período mais curto de aviso prévio poderá ser admitido em circunstâncias reconhecidas por legislação ou regulamentos nacionais ou pelos acordos de negociação coletiva pertinentes como justificativa para o término do acordo de emprego mediante aviso prévio de menor duração ou sem aviso prévio. Ao determinar tais circunstâncias, o Membro deverá assegurar que será levada em consideração a necessidade que tem a gente do mar de terminar sem penalidade o emprego mediante aviso prévio de menor prazo, por razões de solidariedade ou outros motivos prementes.

Diretriz

Diretriz B2.1 - Acordos de emprego da gente do mar

Diretriz B2.1.1 - Registro de empregos

1. Ao determinar os dados a serem consignados no registro de empregos a que se refere a Norma A2.1, parágrafo 1º, alínea "e", o Membro assegurará que esse documento contenha suficiente informação, traduzida em inglês, para facilitar a obtenção de novo emprego ou para atender os requisitos do serviço marítimo para melhor classificação ou promoção. A Caderneta de Inscrição e Registro - CIR poderá satisfazer aos requisitos do parágrafo 1º, alínea "e", da referida Norma.

Regra

Regra 2.2 - Salário

Finalidade: Assegurar que a gente do mar seja remunerada pelos seus serviços.

1. Toda gente do mar deverá receber uma remuneração periódica e integral pelo seu trabalho, em conformidade com os acordos ou contratos de emprego respectivos.

Norma

Norma A2.2 - Salário

1. Todo Membro exigirá que a remuneração devida à gente do mar que trabalha em navios que arvoram sua bandeira seja feito a intervalos que não excedam um mês e em conformidade com o acordo ou convenção coletiva aplicável.

2. A gente do mar deverá receber um relatório mensal dos pagamentos devidos e dos montantes pagos, inclusive salários, pagamentos adicionais e taxa de câmbio utilizada, caso o pagamento tenha sido feito em moeda ou a uma taxa diferente da acordada.

3. Todo Membro exigirá que os armadores tomem medidas, a exemplo das estabelecidas no parágrafo 4º desta Norma, para possibilitar à gente do mar o envio total ou parcial de sua renda às suas famílias, dependentes ou beneficiários legais.

4. Dentre as medidas destinadas a assegurar que a gente do mar possa enviar a totalidade ou parte de sua remuneração às pessoas mencionadas acima incluem-se:

a) um sistema que permita a gente do mar, quando assumir o emprego ou no seu decorrer, de destinar, caso o deseje, uma parcela de seu salário para ser remetida a intervalos regulares para suas famílias por meio de transferências bancárias ou meios semelhantes; e

b) a exigência de que as parcelas sejam remetidas a tempo e diretamente para a pessoa ou pessoas designadas pela gente do mar.

5. Uma eventual taxa pelo serviço a que se referem os parágrafos 3º e 4º desta Norma deverá ser razoável e a taxa de câmbio, salvo disposição em contrário, deverá estar de acordo com a legislação e os regulamentos nacionais, ser igual à prevalecente no mercado ou à taxa oficial publicada, e que não deverá ser desfavorável à gente do mar.

6. Todo Membro que adotar legislação ou regulamentos nacionais referentes ao salário da gente do mar levará em devida conta a orientação dada na Parte B do Código.

Diretriz

Diretriz B2.2 - Salários

Diretriz B2.2.1 - Definições específicas

1. Para os fins desta Diretriz:

a) gente do mar apta - significa gente do mar considerada competente para desempenhar qualquer tarefa suscetível de ser exigida de um marítimo no convés, que não seja tarefa de um supervisor ou especialista, ou de alguém assim definido por legislação, regulamentos ou prática nacionais ou por acordo coletivo.

b) remuneração ou salário básicos - significa pagamento, qualquer que seja sua composição, por horas normais de trabalho; não inclui pagamento por horas extras, bônus, dotações, férias remuneradas ou qualquer outra remuneração adicional;

c) salário consolidado - significa salário que inclui a remuneração básica e outros benefícios vinculados ao salário; o salário consolidado pode incluir compensação por horas extras trabalhadas e todos os demais benefícios vinculados a remuneração, ou pode incluir apenas certos benefícios, numa consolidação parcial;

d) horas de trabalho - significa o tempo durante o qual a gente do mar tem de trabalhar por conta do navio; e

e) horas extras - significa horas trabalhadas além das horas normais de trabalho.

Diretriz B2.2.2 - Cálculo e remuneração

1. No caso de gente do mar cuja remuneração inclui compensação separada por horas extras trabalhadas:

a) para os fins de cálculo salarial, as horas normais de trabalho em alto-mar e no porto não podem passar de oito horas por dia;

b) para fins de cálculo das horas extras, o número normal de horas semanais abrangidas pela remuneração ou salário básico deve ser estabelecido por legislação ou regulamentos nacionais, caso não seja estipulado em acordo ou convenção coletivos, mas não pode exceder 48 horas por semana; os acordos de negociação coletiva podem conceder um tratamento diferente, porém não menos favorável;

c) o adicional de remuneração por horas extras, que não pode ser inferior a 25 por cento a mais que a remuneração ou salário básico por hora, deverá ser prescrita na legislação ou regulamentos nacionais, ou por acordo de negociação coletiva, caso se aplique; e

d) um registro de todas as horas extras trabalhadas deve ser mantido pelo capitão ou por uma pessoa por ele designada e ser rubricado pela gente do mar a intervalos que não sejam superiores a um mês.

2. No caso de gente do mar cujo salário é total ou parcialmente consolidado:

a) o acordo de emprego da gente do mar deve especificar claramente, se couber, o número esperado de horas de trabalho em troca dessa remuneração e quaisquer adicionais devidos além do salário consolidado, e em quais circunstâncias será devido;

b) caso as horas extras sejam pagas por horas trabalhadas além daquelas incluídas no salário consolidado, o adicional não poderá ser menor que 25 por cento do valor básico correspondente às horas normais de trabalho, segundo o parágrafo 1º desta Diretriz; o mesmo princípio deve ser aplicado às horas extras incluídas no salário consolidado.

c) a remuneração pela parcela de salário total ou parcialmente consolidado, correspondente a horas normais de trabalho segundo o parágrafo 1º, alínea "a", desta Diretriz, não deve ser menor do que o salário mínimo aplicável; e

d) para gente do mar cujo salário é parcialmente consolidado, deve ser mantido e rubricado pelo trabalhador um registro das horas extras trabalhadas, em conformidade com o parágrafo 1º, alínea "d", desta Diretriz.

3. A legislação nacional ou os acordos e convenções coletivos poderão compensar horas extras ou trabalho realizado no dia de descanso semanal e em feriados públicos, com tempo livre equivalente e fora do navio ou com férias adicionais, em vez de remuneração ou outra compensação prevista.

4. A legislação nacional adotada após consulta a organizações representativas de armadores e de gente do mar ou, segundo for o caso, os acordos ou convenções coletivos, deverão levar em conta os seguintes princípios:

a) igual remuneração por trabalho de igual valor deve aplicar-se a toda a gente do mar empregada no mesmo navio, sem discriminação baseada em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social;

b) os acordos de emprego ou contratos de trabalho de gente do mar devem especificar os salários ou as taxas salariais e devem ser levados a bordo do navio; informações sobre o montante ou as taxas salariais devem estar disponíveis à gente do mar, seja mediante o fornecimento de uma cópia assinada da informação relevante para a gente do mar, em linguagem compreensível para ela, seja mediante uma cópia do acordo afixada em local acessível à gente do mar, seja mediante outros meios apropriados;

c) os salários deverão ser pagos em moeda legal; se for apropriado, poderão ser pagos por meio de transferência bancária, cheque visado, ou ordem de pagamento;

d) ao término do contrato ou engajamento, toda a remuneração devida deverá ser paga sem demora indevida;

e) penalidades adequadas ou outras medidas apropriadas deverão ser impostas pela autoridade competente em caso de atraso indevido por parte dos armadores ou por falta de pagamento de toda a remuneração devida;

f) os salários deverão ser pagos diretamente na conta bancária designada pela gente do mar, salvo seu pedido por escrito em contrário;

g) ressalvados os dispositivos da alínea "h" deste parágrafo, o armador não poderá impor limites à liberdade da gente do mar de dispor de sua remuneração;

h) deduções da remuneração somente serão permitidas se:

i - a legislação nacional ou um acordo de negociação coletiva aplicável assim dispuserem expressamente e se a gente do mar tiver sido devidamente informada, na maneira considerada mais apropriada pela autoridade competente, das condições das referidas deduções; e

ii - o total das deduções não ultrapassar o limite estabelecido por legislação nacional ou acordos e convenções coletivos, ou por decisões judiciárias relativas a tais deduções;

i) nenhuma dedução poderá ser feita da remuneração de gente do mar com o objetivo de obtenção ou preservação do emprego;

j) deverão ser proibidas multas monetárias contra a gente do mar que não sejam as autorizadas por legislação nacional, acordos ou convenções coletivos ou outras disposições;

k) a autoridade competente terá o poder de inspecionar armazéns e serviços disponíveis a bordo do navio, a fim de assegurar que preços justos e razoáveis são cobrados, para o benefício da gente do mar interessada; e

l) se as reivindicações de salário e de outras importâncias devidas à gente do mar pelo seu emprego não forem objeto de seguro em conformidade com as disposições da Convenção Internacional sobre Penhoras e Hipotecas de Navios, de 1993, essas reivindicações deverão ser protegidas ao amparo da Convenção dos Créditos Trabalhistas na Insolvência do Empregador, 1992 (Nº 173).

5. Todo Membro, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar, deverá dispor de procedimentos para investigar reivindicações relativas a qualquer matéria abrangida por esta Diretriz.

Diretriz B2.2.3 - Salário mínimo

1. Sem prejuízo do princípio de livre negociação coletiva, todo Membro, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar, deveria estabelecer procedimentos para determinar o salário mínimo de gente do mar. As organizações representativas de armadores e de gente do mar deverão participar na operação de tais procedimentos.

2. Ao estabelecer tais procedimentos e fixar o salário mínimo, devida atenção deve ser dada às normas trabalhistas internacionais sobre fixação de salário mínimo, bem como os seguintes princípios:

a) o piso salarial deve levar em conta a natureza do emprego marítimo, o efetivo de tripulação a bordo, e as horas normais de trabalho da gente do mar; e

b) o piso salarial deve ser ajustado de modo a levar em conta as variações do custo de vida e as necessidades da gente do mar.

3. A autoridade competente deve assegurar:

a) mediante um sistema de supervisão e sanções, que os salários não sejam pagos a uma taxa menor do que a taxa ou taxas fixadas; e

b) que a gente do mar que tiver sido paga a uma taxa abaixo do piso salarial seja capaz de recuperar, por meio de procedimentos judiciais ou outros procedimentos acessíveis e rápidos, o montante da diferença de pagamento.

Diretriz B2.2.4 - Salário básico ou remuneração mínima mensal da gente do mar apta

1. A remuneração ou salário básico de um mês civil de serviço por gente do mar apta não deverá ser menor do que o montante periodicamente estabelecido pela Comissão Paritária Marítima ou outro órgão autorizado pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho. Por decisão do Conselho de Administração, o Diretor-Geral notificará aos Membros da Organização o montante revisto.

2. Nenhum dispositivo desta Diretriz deverá ser interpretado de modo a prejudicar acordos assinados entre armadores ou suas organizações e as organizações representativas de gente do mar a respeito da regulamentação dos termos e condições mínimas de emprego, desde que esses termos e condições sejam reconhecidos pela autoridade competente.

Regra

Regra 2.3 - Horas de trabalho e horas de descanso

Finalidade: Assegurar que a gente do mar tenha horas de trabalho e de descanso regulamentadas.

1. Todo Membro assegurará que as horas de trabalho e as horas de descanso da gente do mar sejam regulamentadas.

2. Todo Membro estabelecerá o número máximo de horas de trabalho e o número mínimo de horas de descanso em determinados períodos, que estejam em conformidade com as disposições do Código.

Norma

Norma 2.3 - Horas de trabalho e horas de descanso

1. Para os fins desta Norma:

a) horas de trabalho - significa o tempo durante o qual se exige que a gente do mar trabalhe para o navio;

b) horas de descanso - significa o tempo fora das horas de trabalho; essa expressão não inclui as pausas curtas.

2. Todo Membro fixará, dentro dos limites estipulados nos parágrafos 5º a 8º desta Norma, o número máximo de horas de trabalho, que não deverá ser ultrapassado num determinado período, ou um número mínimo de horas de descanso, que será assegurado num determinado período.

3. Todo Membro reconhece que o padrão normal de horas de trabalho da gente do mar, como o de outros trabalhadores, deve basear-se num dia de oito horas, com um dia de descanso por semana e descanso em feriados oficiais. Isso, porém, não impede que o Membro adote procedimentos para autorizar ou registrar acordos de negociação coletiva que determinem as horas de trabalho da gente do mar em base não menos favorável do que essa norma.

4. Ao determinar as normas nacionais, todo Membro levará em conta o perigo decorrente da fatiga da gente do mar, especialmente das pessoas cujas tarefas têm a ver com a segurança da navegação e a operação segura do navio.

5. Os limites de horas de trabalho ou de descanso deverão ser os seguintes:

a) o número máximo de horas não deverá ultrapassar:

i - 14 horas por cada período de 24 horas; e

ii - 72 horas por cada período de sete dias; ou

b) o número mínimo de horas de descanso não deverá ser menor que:

i - 10 horas por cada período de 24 horas; e

ii - 77 horas por cada período de sete dias.

6. As horas de descanso não poderão ser divididas em mais de dois períodos, um dos quais será de pelo menos seis horas ininterruptas, e o intervalo entre dois períodos consecutivos de descanso não poderá ultrapassar 14 horas.

7. As revistas, os exercícios de combate de incêndio e de salvamento, bem como os exercícios prescritos por legislação nacional e por instrumentos internacionais, serão conduzidos de modo a minimizar a interferência com os períodos de descanso e a não produzir fadiga.

8. Se um marítimo tiver de ficar em disponibilidade, por exemplo, quando haja uma sala de máquinas sem tripulação permanente, ele terá direito a um período de descanso compensatório adequado, caso o período normal de descanso seja interrompido por chamadas ao trabalho.

9. Se não houver acordo ou convenção coletiva ou decisão arbitral ou se a autoridade competente determinar que os dispositivos do acordo ou da decisão a respeito dos requisitos dos parágrafos 7º e 8º desta Norma são inadequados, a autoridade competente determinará disposições que assegurem que a gente do mar em apreço tenha descanso suficiente.

10. Todo Membro exigirá a colocação, em local de fácil acesso, de um quadro da escala de trabalho a bordo, na qual conste pelo menos o seguinte para cada posto:

a) escala de serviço a bordo e de serviço no porto; e

b) o número máximo de horas de trabalho ou o número mínimo de horas de descanso exigido por lei e regulamentos nacionais ou acordos de negociação coletiva aplicáveis.

11. A escala a que se refere o parágrafo 10º desta Norma será feita num formato padronizado, no idioma ou idiomas de trabalho do navio e em inglês.

12. Todo membro exigirá a manutenção de um registro das horas diárias de trabalho ou das horas diárias de descanso da gente do mar, que permita a monitoração de conformidade com os parágrafos 5º a 11, inclusive, desta Norma. O registro deverá ser num formato padronizado, estabelecido pela autoridade competente, levando em conta diretrizes da Organização Internacional do Trabalho, ou num formato padronizado definido pela Organização. O registro será nas línguas exigidas pelo parágrafo 11 desta Norma. A gente do mar deverá receber uma cópia do respectivo registro, que deverá ser rubricada pelo capitão ou por pessoa por ele autorizada e pela gente do mar.

13. Nada nos parágrafos 5º e 6º impedirá um Membro de adotar legislação ou regulamentos ou algum procedimento para que a autoridade competente possa autorizar ou registrar acordos e convenções coletivos que permitam exceções aos limites estabelecidos. Tanto quanto possível, essas exceções deverão ajustar-se com as disposições desta Norma, porém poderão levar em conta períodos mais frequentes ou mais prolongados de férias ou a concessão de férias compensatórias a gente do mar de quarto ou a gente do mar que trabalhe a bordo de navios em viagens de curta duração.

14. Nada nesta Norma deverá ser interpretado de modo a tolher o direito do capitão de um navio de exigir que a gente do mar trabalhe o número de horas necessárias à segurança imediata do navio, de pessoas a bordo ou de carga, ou para fins de prestar assistência a outros navios ou pessoas em perigo em alto-mar. Assim sendo, o capitão poderá suspender a escala de horas de trabalho ou de horas de descanso e exigir que a gente do mar cumpra qualquer número de horas de trabalho necessárias, até que a situação normal seja restabelecida. Tão logo seja viável, depois da restauração da situação normal, o capitão deverá assegurar a concessão de um período adequado de descanso à gente do mar que tiver trabalhado em seu período estabelecido de descanso.

Diretriz

Diretriz B2.3 - Horas de trabalho e horas de descanso

Diretriz B2.3.1 - Gente do mar jovem

1. Em alto-mar e no porto, as seguintes disposições serão aplicadas a toda gente do mar menor de 18 anos:

a) as horas de trabalho não deverão ultrapassar oito horas por dia e 40 horas por semana e só serão permitidas horas extras se isso for inevitável por motivos de segurança;

b) tempo suficiente deverá ser concedido para todas as refeições, devendo-se assegurar um intervalo de pelo menos uma hora para a principal refeição do dia; e

c) uma pausa de 15 minutos para descanso deverá ser concedida assim que possível a cada duas horas de trabalho contínuo.

2. Excepcionalmente, a aplicação das disposições do parágrafo 1º desta Diretriz será dispensável:

a) se não for viável para marítimos jovens do convés, da praça das máquinas e do serviço de mesa a bordo que estiverem destacados para tarefas de quarto ou que trabalharem num sistema de turnos pré-estabelecidos; ou

b) se o treinamento efetivo de jovens marítimos, de acordo com programas e horários estabelecidos, for prejudicado.

3. Essas situações excepcionais deverão ser registradas, bem como os motivos, e o registro deve ser assinado pelo capitão.

4. O parágrafo 1º desta Diretriz não isenta os jovens marítimos da obrigação geral de toda a gente do mar de trabalhar durante emergências, segundo o disposto na Norma A2.3, parágrafo 14.

Regra

Regra 2.4 - Direito a férias

Finalidade: Assegurar que a gente do mar tenha férias adequadas.

1. Todo Membro exigirá que a gente do mar empregada em navios que arvoram sua bandeira tenha férias anuais remuneradas, em condições apropriadas, em conformidade com o disposto no Código.

2. A gente do mar terá direito a permissão para ir a terra em benefício de sua saúde e bem-estar e segundo as exigências operacionais de suas funções.

Norma

Norma A2.4 - Direito a férias

1. Todo Membro adotará legislação e regulamentos que determinem normas mínimas para férias anuais de gente do mar que trabalha em navios que arvoram sua bandeira, levando em devida conta as necessidades especiais da gente do mar em matéria de férias.

2. Sujeito a eventuais acordos de negociação coletiva ou legislação que estabeleça um método apropriado de cálculo que leve em conta as necessidades especiais da gente do mar em matéria de férias, o direito a férias anuais remuneradas será calculado com base num mínimo de 2,5 dias civis por mês de emprego. A forma de cálculo do tempo de serviço será determinada pela autoridade competente ou por mecanismo apropriado em cada país. Faltas justificadas ao trabalho não serão consideradas como parte das férias anuais.

3. Será proibido qualquer acordo para dispensar o mínimo de férias anuais prescrito nesta Norma, exceto em casos previstos pela autoridade competente.

Diretriz

Diretriz B2.4 - Direito a férias

Diretriz B2.4.1 - Cálculo das férias

1. Em condições estipuladas pela autoridade competente ou por um mecanismo apropriado em cada país, os serviços não previstos no contrato de emprego serão computados como parte do período de serviço.

2. Em condições estipuladas pela autoridade competente ou por um acordo de negociação coletiva, as faltas ao trabalho para participar de cursos autorizados de formação profissional marítima ou por motivos como doença, lesão ou maternidade, deverão ser computadas como parte do período de serviço.

3. O nível de pagamento durante as férias anuais deverá ser o mesmo da remuneração normal da gente do mar estabelecido por legislação ou regulamentos nacionais ou nos respectivos acordos de emprego. No caso de gente do mar contratada para período inferior a um ano ou no caso de término da relação empregatícia, o direito a férias deverá ser calculado proporcionalmente.

4. O seguinte não será considerado como parte das férias anuais remuneradas:

a) feriados oficiais, reconhecidos pelo Estado da bandeira, coincidam ou não com o período de férias remuneradas;

b) períodos de incapacidade para o trabalho em consequência de doença, lesão ou maternidade, em condições estipuladas pela autoridade competente ou por mecanismo apropriado em cada país;

c) permissão temporária para gente do mar ir a terra enquanto estiver em vigor o contrato de emprego; e

d) as licenças de qualquer tipo, em condições determinadas pela autoridade competente ou por mecanismo apropriado em cada país.

Diretriz B2.4.2 - Gozo de férias anuais

1. Caso não seja estabelecido por regulamento, acordo de negociação coletiva, decisão arbitral ou outro meio consistente com a prática nacional, o período em que as férias anuais poderão ser tiradas deverá ser determinado pelo armador, mediante consulta e, até onde for possível, de acordo com a gente do mar interessada ou com seus representantes.

2. Em princípio, a gente do mar deverá ter o direito de tirar suas férias anuais no lugar com o qual tiverem uma conexão substancial, que, normalmente, será o mesmo lugar para onde terá o direito de ser repatriada. A gente do mar não deverá, sem seu consentimento, ter de tirar as férias anuais a que faz jus em outro lugar, salvo disposição em contrário do contrato de trabalho, acordo de negociação coletiva, ou legislação nacional.

3. Se for obrigada a tirar suas férias anuais a partir de um lugar diferente daquele que é permitido pelo disposto no parágrafo 2º desta Diretriz, a gente do mar deverá ter direito a transporte gratuito para o local onde foi contratada ou o lugar de recrutamento que ficar mais próximo de seu domicílio; as despesas de subsistência e outros gastos incorridos deverão ser arcados pelo armador; e o tempo gasto na viagem correspondente não deverá ser deduzido das férias anuais remuneradas que lhe forem devidas.

4. Gente do mar que estiver em gozo de férias anuais deverá ser chamada de volta unicamente em casos de extrema emergência e somente com o seu consentimento.

Diretriz B2.4.3 - Fracionamento e acúmulo de férias

1. O fracionamento de férias anuais ou o acúmulo de férias referentes a um ano com o período subsequente de férias poderá ser autorizado em cada país pela autoridade competente ou por mecanismo apropriado.

2. Sujeito ao disposto no parágrafo 1º desta Diretriz e salvo disposição em contrário em acordo aplicável ao armador e ao marítimo interessado, as férias anuais remuneradas recomendadas nesta Diretriz deverão consistir num único período ininterrupto.

Diretriz B2.4.4 - Gente do Mar Jovem

1. Medidas especiais deverão ser consideradas em relação a gente do mar menor de 18 anos que tenham servido, sem férias, por seis meses ou por um período mais curto ao amparo de um acordo de negociação coletiva ou de um acordo de emprego de gente do mar, num navio com destino ao estrangeiro, que não tenha voltado ao país de residência nesse período e que não voltará nos próximos três meses de viagem. Essas medidas poderão consistir na sua repatriação, livre de despesa, para o local original em que foram contratados no seu país de residência, para que possam tirar as férias acumuladas durante a viagem.

Regra

Regra 2.5 - Repatriação

Finalidade: Assegurar que a gente do mar possa voltar para seu domicílio.

1. A gente do mar tem o direito de ser repatriada, livre de despesas, nas circunstâncias e condições especificadas no Código.

2. Todo Membro exigirá que os navios que arvoram sua bandeira aportem garantias financeiras para assegurar que a gente do mar seja devidamente repatriada em conformidade com o Código.

Norma

Norma A2.5.1 - Repatriação

1. Todo Membro assegurará que a gente do mar nos navios que arvoram sua bandeira tenha direito a repatriação, nas seguintes circunstâncias:

a) o contrato de emprego da gente do mar expira enquanto se encontre no estrangeiro;

b) o contrato de emprego é terminado:

i - pelo armador; ou

ii - pela gente do mar, por motivos justificados; e

c) a gente do mar não está mais em condições de desempenhar as tarefas a que se refere o contrato de emprego ou não é de se esperar que possa desempenhá-las em determinadas circunstâncias.

2. Todo Membro assegurará que sua legislação, seus regulamentos ou outras medidas ou ainda os acordos de negociação coletiva disponham apropriadamente sobre:

a) as circunstâncias nas quais a gente do mar terá direito a repatriação em conformidade com o parágrafo 1º, alíneas "b" e "c", desta Norma;

b) a duração máxima dos períodos de serviço a bordo após os quais a gente do mar terá direito a repatriação, devendo esse período ser inferior a 12 meses; e

c) os direitos precisos a serem concedidos pelos armadores para repatriação, inclusive direitos relativos ao destino da repatriação, meio de transporte, despesas a serem cobertas e outras providências a serem tomadas pelos armadores.

3. Todo membro proibirá os armadores de exigir que a gente do mar faça algum pagamento antecipado no início do emprego, para fins de repatriação, e de ressarcir-se dos custos de repatriação mediante desconto salarial ou restrição de outros direitos, exceto se o marítimo envolvido for culpado, segundo a legislação nacional, com outras medidas ou acordos de negociação coletiva aplicáveis, de sério descumprimento de suas obrigações contratuais.

4. A legislação e os regulamentos nacionais não deverão prejudicar qualquer direito do armador de ser ressarcido dos gastos de repatriação ao amparo de disposições contratuais com terceiros.

5. Se um armador deixar de tomar providências e não arcar com as despesas relativas a repatriação de gente do mar que tem direito de ser repatriada:

a) a autoridade competente do Membro cuja bandeira o navio arvora providenciará a repatriação da gente do mar interessada; caso não o faça, o Estado para o qual o marítimo deva ser repatriado ou o Estado do que é cidadão providenciará sua repatriação e será ressarcido pelo Estado cuja bandeira o navio arvora;

b) custos incorridos na repatriação da gente do mar serão passíveis de ressarcimento pelo armador ao Membro cuja bandeira o navio arvora; e

c) as despesas com a repatriação não poderão em caso algum ficarem a cargo da gente do mar, salvo nas condições previstas no parágrafo 3º desta Norma.

6. Tendo em vista os instrumentos internacionais, inclusive a Convenção Internacional sobre Arresto de Navios, 1999, um Membro que tiver pagado o custo de repatriação em conformidade com este Código, poderá deter ou solicitar a detenção dos navios do armador envolvido até que seja feito o ressarcimento em conformidade com o parágrafo 5º desta Norma.

7. Todo Membro facilitará a repatriação de gente do mar que estiver servindo em navios que fizerem escala em seus portos ou que passarem pelo seu território em hidrovias internas, bem como sua substituição a bordo.

8. Em particular, um Membro não recusará o direito de repatriação a nenhuma gente do mar por causa das circunstâncias financeiras do armador ou por causa da inabilidade ou má vontade do armador para substituir gente do mar.

9. Todo Membro exigirá que os navios que arvoram sua bandeira tenham a bordo uma cópia das disposições nacionais a respeito de repatriação, num idioma apropriado, e a coloque à disposição da gente do mar.

Norma A2.5.2 - Garantia financeira

1. Na implementação da Regra 2.5, parágrafo 2, essa Norma estabelece requisitos para assegurar as disposições de um expedito e efetivo sistema de garantia financeira para assistir a gente do mar na eventualidade de seu abandono.

2. Para os propósitos dessa Norma, uma gente do mar será considerada como abandonada quando, em violação aos requisitos dessa Convenção ou às condições do acordo de emprego da gente do mar, o armador:

a) falhar em cobrir os custos da repatriação da gente do mar;

b) deixar a gente do mar sem a necessária manutenção e apoio; ou

c) tenha por outro lado rompido unilateralmente os vínculos com a gente do mar, incluindo falha em pagar os salários contratuais por um período de pelo menos dois meses.

3. Cada Membro deve assegurar que um sistema de garantia financeira, de acordo com os requisitos dessa Norma, esteja disponível para os navios arvorando sua bandeira. O sistema de garantia financeira pode ser na forma de um programa de segurança social ou seguro ou um fundo nacional ou outros arranjos similares. Sua forma deverá ser determinada pelos Membros após consulta com organizações dos armadores e da gente do mar interessados.

4. O sistema de garantia financeira deverá prover acesso direto, cobertura suficiente e assistência financeira rápida, de acordo com essa Norma, para qualquer gente do mar abandonada de um navio arvorando a bandeira do Membro.

5. Para o propósito do parágrafo 2, alínea "b" dessa Norma, manutenção e apoio necessários da gente do mar deverá incluir alimentação adequada, acomodação, água, combustível essencial para a sobrevivência a bordo do navio e a necessária assistência médica.

6. Cada Membro deverá requerer que os navios que arvorem sua bandeira, e para os quais o parágrafo 1 ou 2 da Regra 5.1.3 se aplicam, levem a bordo um certificado ou outra evidência documental de garantia financeira emitido pelo provedor financeiro. Uma cópia deve ser afixada em lugar de evidência a bordo que esteja disponível para a gente do mar. Quando mais de um provedor de garantia financeira fornecer cobertura, o documento fornecido por cada provedor deverá ser levado a bordo.

7. O certificado ou outra evidência documental da garantia financeira deverá conter a informação requerida no Apêndice A2-I. Ele deverá ser em inglês ou acompanhado de uma tradução para o inglês.

8. A assistência fornecida pelo sistema de garantia financeira deverá ser concedida quando da solicitação pela gente do mar ou pelo representante nomeado pela gente do mar e suportado pela necessária justificação de titularidade de acordo com o parágrafo 2 acima.

9. Tendo observado a Regra 2.2 e 2.5, a assistência fornecida pelo sistema de garantia financeira deverá ser suficiente para cobrir o seguinte:

a) salários pendentes e outros haveres devidos pelo armador à gente do mar sob o acordo de emprego, o acordo relevante ou a lei nacional da bandeira do Estado, limitado a quatro meses dos salários pendentes e quatro meses dos haveres pendentes;

b) todas as despesas razoáveis incorridas pela gente do mar, incluindo os custos de repatriação referidos no parágrafo 10; e

c) as necessidades essenciais da gente do mar incluindo itens como alimentação adequada, vestimenta onde necessária, acomodação, água, combustível essencial para sobrevivência a bordo do navio, assistência médica necessária e quaisquer outros custos razoáveis ou despesas pelo ato ou omissão relativo ao abandono até que a gente do mar chegue em casa.

10. O custo de repatriação deverá cobrir viagem por meios apropriados e expeditos, normalmente por ar, e inclui o fornecimento de alimentação e acomodação da gente do mar, do momento que deixar o navio até a sua casa, assistência médica necessária, transporte de seus objetos pessoais e quaisquer outros custos razoáveis ou despesas advindas do abandono.

11. A garantia financeira não deverá cessar antes do fim do período de validade da garantia financeira, a não ser que o provedor da garantia financeira tenha dado uma notificação prévia de pelo menos 30 dias à autoridade competente da bandeira do Estado.

12. Se o provedor do seguro ou outra garantia financeira tiver feito qualquer pagamento para qualquer gente do mar de acordo com essa Norma, tal provedor deverá, até o montante que tenha pago e de acordo com a lei aplicável, adquirir por sub-rogação, nomeação ou outro meio, os direitos que a gente do mar tenha usufruído.

13. Nada nessa Norma deverá prejudicar qualquer direito de recurso do segurador ou provedor da garantia financeira contra terceiros.

14. As disposições dessa Norma não têm a intenção de ser exclusiva ou prejudicar quaisquer outros direitos ou reclamações que estejam disponíveis para compensar a gente do mar abandonada. Leis e regulamentos nacionais podem dispor que qualquer montante a pagar sob essa Norma pode ser liquidado contra montantes recebidos de outras origens surgidas de quaisquer direitos ou reclamações que possam ser objeto de compensação sob a presente Norma.

Diretriz B2.5 - Repatriação

Diretriz B2.5.1 - Direito a repatriação

1. A gente do mar deveria ter direito a repatriação:

a) nos casos contemplados pela Norma A2.5, parágrafo 1º, alínea "a", quando expirar o aviso prévio dado na forma estabelecida pelo respectivo acordo ou contrato de emprego; e

b) nos casos contemplados pela Norma A2.5, parágrafo 1, alíneas "b" e "c":

i - em caso de doença, lesão ou outra condição médica que exija a repatriação do marítimo, caso se verifique que ele está em condições médicas de viajar;

ii - em caso de naufrágio;

iii - caso o amador não seja capaz de continuar a cumprir com suas obrigações legais ou contratuais como empregador de gente do mar, devido à insolvência, venda do navio, mudança de matrícula do navio ou outro motivo semelhante;

iv - no caso de o navio ter de se dirigir a uma zona de guerra, definida como tal na legislação nacionais ou em acordos de negociação coletiva, à qual a gente do mar não aceite ir; e

v - em caso de término ou interrupção do emprego em virtude de laudo arbitral ou de convenção coletiva, ou do término do emprego por qualquer outro motivo similar.

2. Ao determinar o período máximo de duração de serviço a bordo para o marítimo adquirir o direito a repatriação, em conformidade com este Código, devem ser levados em conta os fatores que afetam o seu ambiente de trabalho. Todo Membro procurará, sempre que possível, reduzir esses períodos à luz de mudanças e desdobramentos tecnológicos, podendo orientar-se por recomendações da Comissão Paritária Marítima a respeito da matéria.

3. As despesas a serem arcadas pelo armador com a repatriação em conformidade com a Norma A2.5 deverão incluir pelo menos as seguintes:

a) passagem até o destino selecionado para repatriação em conformidade com o parágrafo 6º desta Diretriz;

b) alojamento e alimentação desde o momento em que o marítimo deixar o navio até chegar ao seu destino de repatriação;

c) remuneração e compensações desde o momento em que o marítimo deixar o navio até chegar ao seu destino de repatriação, se previsto na legislação nacional ou em acordos de negociação coletiva;

d) transporte de 30 kg de bagagem pessoal do marítimo até o seu destino de repatriação; e

e) tratamento médico, caso necessário, até que o marítimo esteja apto para viajar até seu destino de repatriação.

4. Nem o tempo gasto à espera de repatriação nem o tempo de viagem de repatriação deverá ser deduzido das férias remuneradas acumuladas pela gente do mar.

5. Os armadores deveriam ser obrigados a continuar a arcar com as despesas de repatriação até que a gente do mar interessada desembarque no destino estabelecido em conformidade com este Código ou obtenha emprego adequado a bordo de um navio a caminho de um desses destinos.

6. Todo Membro deveria exigir que os amadores assumam a responsabilidade pelas providências de repatriação da maneira mais apropriada e rápida. O modo normal de transporte deve ser aéreo. O Membro prescreverá os destinos para os quais a gente do mar poderá ser repatriada. Esses destinos deverão incluir os países com os quais a gente do mar parece ter uma ligação substancial, inclusive:

a) o lugar no qual a gente do mar aceitou a contratação;

b) o lugar estipulado por acordos de negociação coletiva;

c) o país de residência do interessado; ou

d) outros lugares que forem mutuamente acordados no momento da contratação.

7. A gente do mar deveria ter o direito de escolher, entre os destinos prescritos, aquele para o qual deseja ser repatriada.

8. O direito à repatriação poderá expirar se a gente do mar interessada não o reivindicar num prazo razoável, a ser definido por legislação nacional ou por acordos de negociação coletiva.

Diretriz B2.5.2 - Implementação pelos Membros

1. Toda ajuda prática possível deverá ser prestada a gente do mar retida num porto estrangeiro à espera de repatriação. Em caso de atraso da repatriação, a autoridade competente no porto estrangeiro deverá assegurar que o representante consular ou local do Estado da bandeira e do Estado de nacionalidade ou residência da gente do mar, segundo couber, seja imediatamente informado.

2. Todo Membro zelará para que as devidas providências sejam tomadas:

a) para o regresso da gente do mar empregada num navio que arvora a bandeira de um país estrangeiro, desembarcada num porto estrangeiro por motivos pelos quais ela não é responsável:

i - para o porto em que a gente do mar em apreço tiver sido engajada;

ii - para um porto no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência, segundo couber; ou

iii - para um porto acordado entre a gente do mar e o capitão ou o armador, com a aprovação da autoridade competente ou ao abrigo de salvaguardas apropriadas; e

b) para tratamento médico e manutenção de gente do mar empregada em navio que ostenta a bandeira de um país estrangeiro, desembarcada num porto estrangeiro por causa de doença ou lesão incorrida no serviço a bordo do navio e que não tiver sido causada pela sua própria conduta intencional.

3. Se jovens marítimos menores de 18 anos, depois de servirem num navio por pelo menos quatro meses em sua primeira viagem com destino ao estrangeiro, demonstrarem que não são aptos para a vida em alto-mar, eles deverão ter a oportunidade de ser repatriados gratuitamente, a partir da primeira escala em que houver serviços consulares do Estado da bandeira, ou do seu Estado de nacionalidade ou de residência. Notificação dessa repatriação, com as devidas justificativas, deverá ser enviada à autoridade emissora dos documentos que permitiram aos jovens marítimos assumir emprego em navegação marítima.

Diretriz B2.5.3 - Garantia financeira

1. Em implementação do parágrafo 8 da Norma A2.5.2, se for necessário tempo para conferir a validade de certos aspectos da solicitação da gente do mar ou do representante nomeado pela gente do mar, isso não deveria impedir a gente do mar de receber imediatamente tal parte da assistência solicitada que seja reconhecida como justificada.

Regra

Regra 2.6 - Indenização de gente do mar pela perda do navio ou naufrágio

Finalidade: Assegurar que a gente do mar seja indenizada no caso de perda do navio ou naufrágio.

1. A gente do mar tem direito a indenização adequada em caso de lesão, perdas ou desemprego em decorrência de perda do navio ou naufrágio.

Norma

Norma A2.6 - Indenização de gente do mar pela perda do navio ou naufrágio

1. Todo Membro estabelecerá regras para assegurar que, em caso de perda do navio ou naufrágio, o armador pague a cada um da gente do mar a bordo uma indenização por desemprego resultante da perda do navio ou naufrágio.

2. As regras a que se refere o parágrafo 1º desta Norma não serão aplicadas em prejuízo de quaisquer outros direitos que a gente do mar possa ter ao amparo da legislação nacional do Membro em apreço por perdas ou lesões resultantes da perda do navio ou naufrágio.

Diretriz

Diretriz B2.6 - Indenização de gente do mar pela perda do navio ou naufrágio

Diretriz B2.6.1 - Cálculo da indenização por desemprego

1. A indenização por desemprego, resultante de perda do navio ou naufrágio, deverá ser paga pelos dias durantes os quais a gente do mar ficar de fato desempregada, com o mesmo salário devido no curso do contrato de emprego. O montante total a ser pago a cada marítimo, porém, poderá ser limitado a dois meses de salário.

2. Todo Membro assegurará que a gente do mar tenha, para receber a indenização, os mesmos recursos legais que tem para receber salários atrasados devidos por serviço a bordo.

Regra

Regra 2.7 - Níveis de guarnição

Finalidade: Assegurar que a gente do mar trabalhe a bordo de navios com pessoal suficiente para a operação do navio em condições de segurança, eficiência e proteção.

1. Todo Membro exigirá que os navios que arvoram sua bandeira tenham um contingente suficiente de marítimos empregados a bordo, a fim de assegurar que o navio seja operado com segurança e eficiência e com a devida atenção à proteção em todas as condições, levando em conta o elemento de fadiga da gente do mar e a natureza e condições particulares da viagem.

Norma

Norma A2.7 - Níveis de tripulação

1. Todo Membro exigirá que os navios que arvoram sua bandeira tenham um contingente suficiente de marítimos, a fim de assegurar que o navio seja operado com segurança e eficiência e com a devida atenção à proteção. Todo navio será guarnecido de uma tripulação adequada do ponto de vista de tamanho e qualificações, capaz de assegurar a segurança e a proteção do navio e de seu pessoal em todas as condições de operação, em conformidade com o documento relativo à tripulação mínima de segurança ou documento equivalente emitido pela autoridade competente, bem como o cumprimento das normas desta Convenção.

2. Ao determinar, aprovar ou revisar os níveis de tripulação, a autoridade competente deverá levar em conta a necessidade de evitar ou minimizar um número excessivo de horas de trabalho, a fim de assegurar descanso suficiente e conter a fadiga, e deverá considerar também os princípios de instrumentos internacionais pertinentes, particularmente os da Organização Internacional do Trabalho, relativos aos níveis de tripulação.

3. Ao determinar os níveis de tripulação, a autoridade competente deverá levar em conta todos os requisitos indicados na Regra 3.2 e na Norma A3.2 em relação a alimentação e serviço de mesa de bordo.

Diretriz

Diretriz B2.7 - Níveis de tripulação

Diretriz B2.7.1 - Solução de conflitos

1. Todo Membro manterá ou assegurará a manutenção de mecanismos eficientes para a investigação e solução de queixas e conflitos relativos aos níveis de tripulação a bordo de um navio.

2. Representantes das organizações de armadores e de gente do mar deveriam participar, com ou sem outras pessoas ou autoridades, na operação desses mecanismos.

Regra

Regra 2.8 - Carreira e desenvolvimento de habilidades e oportunidades de emprego de gente do mar

Finalidade: Promover a carreira e o desenvolvimento de habilidades e oportunidades de emprego de gente do mar.

1. Todo Membro adotará políticas nacionais destinadas a promover o emprego no setor marítimo e a incentivar a carreira e o desenvolvimento de habilidades, bem como maiores oportunidades de emprego para gente do mar domiciliada em seu território.

Norma

Norma A2.8 - Carreira e desenvolvimento de habilidades e oportunidades de emprego de gente do mar

1. Todo Membro adotará políticas nacionais destinadas a incentivar a carreira e o desenvolvimento de habilidades e oportunidades de emprego de gente do mar no setor marítimo, a fim de suprir o setor de uma força de trabalho estável e competente.

2. O objetivo das políticas a que se refere o parágrafo 1º desta Norma deverá ser ajudar a gente do mar a reforçar sua competência, qualificações e oportunidades de emprego.

3. Todo Membro, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar pertinentes, estabelecerá objetivos claros para a orientação profissional, a educação e a formação de gente do mar, cujas tarefas a bordo de um navio terão a ver primariamente com a operação segura e a navegação do navio, inclusive da formação permanente.

Diretriz

Diretriz B2.8 - Carreira e desenvolvimento de habilidades e oportunidades de emprego de gente do mar

Diretriz B2.8.1 - Medidas destinadas a promover a carreira e o desenvolvimento de habilidades e oportunidades de emprego de gente do mar

1. As medidas para atingir os objetivos especificados na Norma A2.8 poderão incluir as seguintes:

a) acordos para o desenvolvimento de carreira e habilidades junto a um armador ou organização de armadores; ou

b) providências para promover o emprego, mediante o estabelecimento e manutenção de registros ou listas, por categorias, de gente do mar qualificada; ou

c) promoção de oportunidades, tanto a bordo como em terra, para aperfeiçoar a formação e educação de gente do mar, a fim de desenvolver suas habilidades e competências transferíveis, para assegurar e conservar o trabalho decente, melhorar as perspectivas individuais de emprego, e satisfazer as condições cambiantes da tecnologia e do mercado de trabalho no setor marítimo.

Diretriz B2.8.2 - Registro de gente do mar

1. Onde o emprego de gente do mar se baseia em registros ou listas, esses registros ou listas devem incluir todas as categorias ocupacionais de gente do mar, numa forma determinada por legislação ou prática nacional ou por acordos de negociação coletiva.

2. A gente do mar incluída nesses registros ou listas deve ter prioridade no engajamento para navegação marítima.

3. A gente do mar incluída num desses registros ou listas deverá estar disponível para o trabalho, de maneira a ser determinada por legislação ou prática nacional ou por acordos de negociação coletiva.

4. Até onde permitirem a legislação e regulamentos nacionais, o número de gente do mar nesses registros ou listas deve ser revisto periodicamente, com vistas a manter níveis compatíveis com as necessidades do setor marítimo.

5. Se for necessária uma redução no número de gente do mar nesses registros ou listas, todas as medidas apropriadas deverão ser tomadas para evitar ou minimizar os efeitos negativos sobre a gente do mar, levando-se em conta a situação econômica e social do país.

TÍTULO 3. ALOJAMENTO, INSTALAÇÕES DE LAZER, ALIMENTAÇÃO E SERVIÇO DE MESA A BORDO

Regra

Regra 3.1 - Alojamento e instalações de lazer

Finalidade: Assegurar que a gente do mar tenha alojamento e instalações de lazer decentes a bordo.

1. Todo Membro assegurará que os navios que arvoram sua bandeira propiciem e mantenham alojamento e instalações de lazer decentes para a gente do mar que trabalha ou vive a bordo, ou ambas as coisas, suscetíveis de promover a saúde e o bem-estar dos marítimos.

2. Os requisitos do Código que implementa esta Regra relacionada com a construção e equipamento do navio se aplicam somente a navios construídos a partir da data da entrada em vigor desta Convenção para o Membro em apreço. No caso de navios construídos antes dessa data, os requisitos relativos à construção e equipamento de navios são estabelecidos na Convenção sobre o Alojamento da Tripulação a Bordo (revisada), 1949 (Nº 92) e na Convenção sobre o Alojamento da Tripulação a Bordo de Navios (Disposições Complementares), 1970 (Nº 133) continuarão a vigorar, na medida em que forem aplicáveis, em conformidade com a legislação ou prática do Membro interessado. Um navio será considerado como construído na referida data se nela for assentada a quilha ou o navio se encontrar numa fase semelhante de construção.

3. Salvo disposição expressa em contrário, os requisitos dispostos em emenda ao Código, no que respeita à provisão de alojamento e instalações de lazer para a tripulação, se aplicarão apenas a navios construídos a partir da data em que a emenda entrar em vigor para o Membro em apreço.

Norma

Norma A3.1 - Alojamento e instalações de lazer

1. Todo Membro adotará leis e regulamentos destinados a exigir que os navios que arvoram sua bandeira:

a) satisfaçam padrões mínimos que assegurem que o alojamento da gente do mar que trabalha ou vive a bordo seja seguro, decente e consistente com as disposições pertinentes desta Norma; e

b) se submetam a inspeção, a fim de assegurar a conformidade inicial e contínua com tais padrões.

2. Ao elaborar e aplicar as leis e os regulamentos destinados à implementação desta Norma, a autoridade competente, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar deverá:

a) levar em conta a Regra 4.3 e as disposições conexas do Código sobre a proteção à saúde e à segurança, bem como sobre a prevenção de acidentes, à luz das necessidades específicas da gente do mar que vive e trabalha a bordo do navio; e

b) levar em devida conta as orientações constantes na Parte B deste Código.

3. As inspeções exigidas na Regra 5.1.4 serão realizadas quando:

a) da matrícula ou renovação da matrícula do navio; e

b) da modificação substancial do alojamento da gente do mar no navio.

4. A autoridade competente deverá dar especial atenção a assegurar a implementação dos requisitos desta Convenção relativos a:

a) dimensões dos camarotes e outros espaços do alojamento;

b) calefação e ventilação;

c) barulho e vibração e outros fatores ambientais;

d) instalações sanitárias;

e) iluminação; e

f) enfermaria.

5. A autoridade competente de cada Membro deverá exigir que os navios que arvoram sua bandeira satisfaçam as normas mínimas de alojamento e instalações de lazer a bordo, enunciadas nos parágrafos 6º a 17 desta Norma.

6. Com respeito aos requisitos gerais relativos a alojamento:

a) deverá haver altura livre adequada em todo o alojamento da gente do mar; a mínima altura livre permitida em todo o alojamento da gente do mar onde for necessária a plena e livre movimentação não deverá ser inferior a 203 centímetros; a autoridade competente poderá permitir uma redução limitada da altura livre em qualquer desses espaços ou parte dos mesmos, desde que esteja convencida de que essa redução é:

i - razoável e

ii - não acarretará desconforto para a gente do mar;

b) o alojamento deverá ser adequadamente isolado;

c) em navios que não sejam navios de passageiros, na definição da Regra 2, alíneas "e" e "f", da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, emendada (Convenção SOLAS), os camarotes deverão estar situados acima da linha de carga no centro ou na popa do navio, exceto que, em casos excepcionais, quando o tamanho, o tipo ou serviço próprio do navio tornarem inviável outra localização dos dormitórios, eles poderão ser localizados na proa do navio, mas nunca em frente da antepara de colisão;

d) em navios de passageiros e particularmente em navios especiais construídos em conformidade com o Código de Segurança de Navios para Fins Especiais, 1983, da OMI, e suas subsequentes versões, doravante denominados navios para fins especiais, a autoridade competente poderá, desde que providências satisfatórias sejam tomadas em matéria de iluminação e ventilação, permitir a localização de dormitórios abaixo da linha de carga, porém de modo algum imediatamente abaixo dos passadiços de trabalho;

e) não poderá haver quaisquer aberturas diretas entre os dormitórios e a praça de máquinas, compartimento de carga, cozinha, paiol, secadouros ou áreas sanitárias comuns; parte da antepara que separa essas áreas dos camarotes e as anteparas externas deverão ser eficientemente construídas de aço ou outro material aprovado, impermeável à água e gás;

f) os materiais utilizados na construção de anteparas internas, revestimento e forro, pisos e juntas deverão ser apropriados ao seu propósito e propícios a um ambiente saudável;

g) iluminação adequada e suficiente drenagem deverão ser asseguradas; e

h) o alojamento e as instalações de lazer e de serviço de mesa a bordo deverão satisfazer os requisitos da Regra 4.3 e as disposições correlatas do Código referentes à proteção à saúde e à segurança e à prevenção de acidentes, inclusive prevenção do risco de exposição a níveis nocivos de ruído e vibração e a outros fatores ambientais e elementos químicos a bordo de navios, além de propiciar condições de trabalho e vida a bordo aceitáveis para a gente do mar.

7. No que diz respeito aos requisitos de ventilação e calefação:

a) os camarotes e refeitórios deverão ser devidamente ventilados;

b) os navios, com exceção daqueles regularmente engajados em comércio onde as condições de clima temperado não o exijam, deverão ser providos de ar condicionado no alojamento da gente do mar e em todas as salas de rádio e de controle central de máquinas;

c) todas as instalações sanitárias deverão ter ventilação em comunicação com o exterior, separada de qualquer outra parte do alojamento; e

d) calefação adequada deverá ser propiciada por meio de um sistema apropriado de calefação, exceto em navios que navegam exclusivamente em climas tropicais.

8. No que diz respeito aos requisitos de iluminação, sujeitos aos arranjos porventura permitidos em navios de passageiros, os dormitórios e refeitórios deverão ser iluminados por luz natural e supridos de iluminação artificial adequada.

9. Caso sejam necessários dormitórios a bordo de navios, os seguintes requisitos se aplicam:

a) em navios outros que não navios de passageiros, deverá haver um camarote individual para cada marítimo; no caso de navios de arqueação bruta inferior a 3.000 ou de navios para fins especiais, a autoridade competente poderá eximi-los deste requisito, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar pertinentes;

b) deverá haver camarotes separados para homens e para mulheres;

c) os camarotes deverão ter as dimensões adequadas e ser devidamente equipados, de modo a propiciar um conforto razoável e a facilitar sua limpeza e ordem;

d) em todas as circunstâncias, deverá haver um leito camarote para cada marítimo;

e) as dimensões interiores mínimas de todos os leitos deverão ser no mínimo de 198 por 80 centímetros;

f) nos camarotes individuais, a superfície disponível para cada marítimo não poderá ser inferior a:

i - 4,5 m^2 em navios de arqueação bruta inferior a 3.000;

ii - 5,5 m^2 em navios de arqueação bruta igual ou superior a 3.000, porém inferior a 10.000; e

iii - 7 m^2 em navios de arqueação bruta igual ou superior a 10.000;

g) contudo, a fim de propiciar camarotes individuais em navios de arqueação bruta inferior a 3.000, em navios de passageiros e navios para fins especiais, a autoridade competente poderá permitir uma redução na área disponível;

h) em navios de arqueação bruta inferior a 3000, que não sejam navios de passageiros e navios para fins especiais, os camarotes poderão ser ocupados por dois marítimos, no máximo; nesse caso, a superfície disponível não poderá ser inferior a 7 m^2;

i) em navios de passageiros e navios para fins especiais, a superfície disponível dos camarotes para marítimos que não desempenharem tarefas de oficial não poderá ser inferior a:

i - 7,5 m^2 em camarotes para duas pessoas;

ii - 11,5 m^2 em camarotes para três pessoas;

iii - 14,5 m^2 em camarotes para quatro pessoas;

j) em navios para fins especiais, os camarotes poderão ser para mais de quatro pessoas. Nesse caso, a superfície disponível desses camarotes não poderá ser inferior a 3,6 m^2 por pessoa;

k) em navios outros que não navios de passageiros e navios para fins especiais, nos camarotes para marítimos que desempenham funções de oficiais do navio, caso não haja sala de estar ou salão privados, a superfície por pessoa não poderá ser inferior a;

i - 7,5 m^2 em navios de arqueação bruta inferior a 3.000;

ii - 8,5 m^2 em navios de arqueação bruta igual ou superior a 3.000, porém inferior a 10.000; e

iii - 10 m^2 em navios de arqueação bruta igual ou superior a 10.000;

l) em navios de passageiros e navios para fins especiais, a superfície disponível por marítimos que desempenham funções de oficiais, caso não haja sala de estar ou salão privados, não poderá ser inferior a 7,5 m^2 para oficiais subalternos e a 8,5 m^2 para oficiais superiores, entendendo-se por oficiais subalternos os que atuam no nível operacional e por oficiais superiores os que prestam serviço no nível de comando;

m) o capitão, o chefe de máquinas e o imediato, terão, além de seus camarotes, uma sala ou salão contíguos ou espaço equivalente adjacente; navios de arqueação bruta inferior a 3.000 poderão ser eximidos desse requisito pela autoridade competente, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar pertinentes;

n) para cada ocupante, o mobiliário deverá incluir um guarda-roupa espaçoso, com capacidade mínima de 475 litros, e uma cômoda ou espaço equivalente, cuja capacidade não seja inferior a 56 litros; se a cômoda fizer parte do guarda-roupa, o volume combinado do guarda-roupa e da cômoda deverá ser de 500 litros; este deverá ter uma prateleira e ser passível de ser trancado pelo ocupante, a fim de assegurar sua privacidade; e

o) cada camarote deverá contar com uma mesa ou escrivaninha, que poderá ser do tipo fixo, de aba dobrável ou corrediça, e provido do número de assentos cômodos que seja necessário.

10. No que respeita aos requisitos relativos a refeitórios, estes deverão:

a) estar localizados separados dos dormitórios e tão próximos quanto possível da cozinha; navios de arqueação bruta inferior a 3.000 poderão ser isentados desse requisito pela autoridade competente, após consulta às organizações de armadores e de gente do mar pertinentes; e

b) ter tamanho e conforto adequados e devidamente mobiliados e equipados, inclusive com máquinas de vender refrigerante e alimentos, levando em conta o número de marítimos que os usarão simultaneamente; e deverão ser propiciados refeitórios separados ou comuns, caso apropriado.

11. No que tange aos requisitos sobre instalações sanitárias:

a) toda a gente do mar a bordo deverá ter acesso adequado a instalações sanitárias que satisfaçam padrões mínimos de saúde e higiene e níveis razoáveis de comodidade, devendo haver instalações sanitárias separadas para homens e para mulheres;

b) deverá haver instalações sanitárias de fácil acesso para a ponte de comando e para a praça das máquinas ou perto do centro de controle da sala de máquinas; navios de arqueação bruta inferior a 3.000 poderão ser eximidos desse requisito pela autoridade competente, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar pertinentes;

c) todos os navios deverão dispor, em local adequado, de pelo menos um vaso sanitário, um lavabo e uma banheira ou um chuveiro, ou ambos, para cada grupo de seis pessoas ou um número menor de pessoas que não tiverem instalações pessoais;

d) com exceção dos navios de passageiros, todo dormitório deverá ter um lavabo com água corrente doce, quente e fria, salvo se houver um lavabo no banheiro privado adjacente;

e) no caso de navios de passageiros normalmente engajados em viagens de até quatro horas de duração, a autoridade competente poderá considerar arranjos especiais ou a redução do número de instalações exigido; e

f) água doce corrente quente e fria deverá estar disponível em todas as instalações para asseio pessoal.

12. Com respeito aos requisitos relativos à enfermaria, navios com 15 ou mais gentes do mar que efetuem viagens de mais de três dias, deverão ter enfermaria independente que será utilizada exclusivamente para fins médicos; a autoridade competente poderá flexibilizar esse requisito nos navios de cabotagem; ao aprovar uma enfermaria, a autoridade competente deverá assegurar que, em todas as condições meteorológicas, ela seja de fácil acesso, propicie acomodação confortável aos ocupantes, e seja apropriada para pronto e adequado atendimento.

13. As instalações de lavanderia deverão ser apropriadamente localizadas e equipadas.

14. Todos os navios deverão ter um ou mais de um espaço no convés aberto, ao qual a gente do mar possa ter acesso quando estiver de folga, com uma área adequada, tendo em conta as dimensões do navio e o número de marítimos a bordo.

15. Todos os navios deverão ter escritórios separados ou um escritório comum para o uso do pessoal de convés e de máquinas; navios de arqueação bruta inferior a 3.000 poderão ser eximidos desse requisito pela autoridade competente, após consulta às organizações de armadores e de gente do mar pertinentes.

16. Navios que viajam regularmente para portos infestados de mosquitos deverão ser equipados com dispositivos apropriados, como requer a autoridade competente.

17. Instalações de lazer, comodidades e serviços para a gente do mar, adaptadas para atender a necessidades especiais de marítimos que têm de viver e trabalhar a bordo dos navios, serão propiciadas para o usufruto de toda a gente do mar, em conformidade com a Regra 4.3 e as disposições correlatas do Código, relativas à proteção da saúde e da segurança e à prevenção de acidentes.

18. A autoridade competente deverá exigir a realização de inspeções frequentes a bordo dos navios, pelo capitão ou a mando seu, a fim de assegurar que o alojamento da gente do mar seja limpo, decentemente habitável e mantido em boas condições. As conclusões dessas inspeções serão registradas e franqueadas para exame.

19. No caso de navios em que é necessário levar em conta, sem discriminação, os interesses de gente do mar cujas práticas religiosas e sociais são diferentes e distintas, a autoridade competente poderá permitir variações justas na aplicação desta Norma, desde que essas variações não resultem em condições gerais menos favoráveis do que as que resultariam da aplicação regular desta Norma.

20. Todo Membro poderá, após consulta com as organizações representativas de armadores e de gente do mar, eximir navios de arqueação bruta inferior a 200, caso seja razoável, levando em consideração o tamanho do navio e o número de pessoas a bordo, no que tange às seguintes disposições desta Norma:

a) os parágrafos 7, alínea "b", 11, alínea "d" e 13; e

b) o parágrafo 9, alíneas "f" e "h" a "l", unicamente no que tange à superfície disponível.

21. Isenções dos requisitos desta Norma só serão admitidas se forem por ela expressamente permitidas e somente para circunstâncias particulares, em que tais isenções forem claramente justificáveis, com base em sólidos fundamentos, e suscetíveis de proteger a saúde e segurança da gente do mar.

Diretriz

Diretriz B3.1 - Alojamento e instalações de lazer

Diretriz B3.1.1 - Desenho e construção

1. As anteparas externas dos camarotes e refeitórios deverão ser isoladas adequadamente. As caixas de proteção das máquinas e as anteparas de contorno da cozinha e de outros espaços onde se produz calor deverão ser devidamente isoladas se houver possibilidade de efeitos térmicos em alojamento ou passadiços adjacentes. Deverão também ser tomadas medidas para assegurar a proteção contra os efeitos térmicos da tubulação de vapor ou de água quente.

2. Os dormitórios, refeitórios, áreas de lazer e passadiços na área de alojamento deverão ser devidamente isolados, a fim de evitar a condensação ou o superaquecimento.

3. As superfícies das anteparas e os tetos dos dormitórios deverão ser de material cuja superfície seja de fácil limpeza. Nenhuma forma de construção suscetível de abrigar pragas deverá ser utilizada.

4. As superfícies das anteparas e dos tetos nos camarotes e refeitórios devem ser de fácil limpeza e de cor clara, com acabamento durável e atóxico.

5. Os tetos de todo alojamento da gente do mar deverão ser de material e construção aprovados e ter superfície antiderrapante, impermeável à umidade e de fácil limpeza.

6. Se o piso for de material composto, as junções com as paredes deverão ser perfiladas, a fim de evitar fendas.

Diretriz B3.1.2 - Ventilação

1. O sistema de ventilação dos camarotes e refeitórios deverá ser controlado, de modo a conservar o ar em condição satisfatória e assegurar circulação suficiente do ar sob todas as condições meteorológicas e climáticas.

2. Os sistemas de ar condicionado, centrais ou individuais, devem ser concebidos de modo a:

a) conservar o ar numa temperatura satisfatória e umidade relativa comparável à do ar exterior, assegurar a troca suficiente de ar em todos os espaços com ar condicionado, levar em conta as características particulares das operações marítimas e não produzir ruídos ou vibrações excessivos; e

b) facilitar a limpeza e desinfecção, a fim de prevenir ou controlar a propagação de doenças.

3. A energia para a operação do sistema de ar condicionado e outros dispositivos de ventilação conforme os parágrafos anteriores desta Diretriz deverá estar disponível a todo o momento, quando houver gente do mar vivendo ou trabalhando a bordo e as circunstâncias assim o exigirem. Contudo, não é necessário que essa energia seja fornecida por fonte de emergência.

Diretriz B3.1.3 - Calefação

1. O sistema de calefação do alojamento da gente do mar deverá estar em operação a todo o momento quando houver gente do mar vivendo ou trabalhando a bordo e as circunstâncias assim o exigirem.

2. Em todos os navios em que se fizer necessário, o sistema de calefação deverá ser alimentado por água quente, ar quente, eletricidade, vapor ou outro meio equivalente. Contudo, dentro do alojamento, o vapor não deverá ser utilizado como meio de transmissão de calor. O sistema de calefação deverá ser capaz de manter a temperatura no alojamento da gente do mar em nível satisfatório em condições normais do tempo e do clima suscetíveis de serem encontrados na rota do navio. A autoridade competente deverá estabelecer o padrão a ser observado.

3. Os radiadores e outros dispositivos de calefação deverão ser localizados e, caso necessário, revestidos, de modo a evitar o risco de incêndio ou perigo e incômodo para os ocupantes.

Diretriz B3.1.4 - Iluminação

1. Em todos os navios, deverá haver eletricidade para iluminação no alojamento da gente do mar. Se não houver a bordo duas fontes independentes de produção de eletricidade, um sistema suplementar de iluminação de emergência será previsto por meio de lâmpadas ou aparelhos de iluminação de modelo adequado.

2. Nos camarotes, uma lâmpada elétrica para leitura deverá ser instalada na cabeceira de cada cama.

3. Padrões adequados de iluminação natural e artificial deverão ser estabelecidos pela autoridade competente.

Diretriz B3.1.5 - Camarotes

1. Deverá haver uma provisão adequada de leitos a bordo, para assegurar tanto quanto possível o conforto do marítimo e de quem o acompanhar.

2. Se for razoável e viável, em virtude do tamanho do navio, da atividade prevista e de sua configuração, os camarotes deverão ser planejados e providos de um banheiro privado, inclusive vaso sanitário, de modo a proporcionar conforto razoável aos ocupantes e a facilitar a ordem e a limpeza.

3. Tanto quanto possível, os camarotes da gente do mar deverão ser dispostos de modo que os marítimos em regime de quarto sejam separados e que nenhum marítimo que trabalhe durante o dia tenha de compartir um camarote com um marítimo de em regime de quarto.

4. No caso de marítimos que desempenhem funções de oficiais subalternos, não deverá haver mais do que duas pessoas por camarote.

5. Consideração deverá ser dada à extensão da vantagem a que se refere o parágrafo 9º, alínea "m", da Norma A3.1, ao segundo oficial de máquinas.

6. O espaço destinado a leitos, armários, cômodas e cadeiras deverá ser incluído na medida da superfície do piso. Deverão ser excluídos os espaços pequenos ou de formato irregular, que, de fato, não aumentam o espaço para a livre circulação e não possam ser usados para colocação de mobiliário.

7. Mais de dois leitos não deverão ser superpostos; no caso de estarem colocados ao longo da antepara do costado da embarcação, não deverão estar sobrepostos quando colocados debaixo de uma vigia.

8. O beliche de baixo não deverá estar instalado a menos de 30 cm do piso; o beliche de cima deverá ser disposto aproximadamente a meia altura entre o fundo do beliche de baixo e a parte inferior das vigas do teto.

9. A armação de um beliche e a tabua de balanço, se houver, deverão ser de material aprovado, rijo, liso e não suscetível à corrosão e a abrigar parasitas.

10. Se armações tubulares forem utilizadas na construção dos leitos, os tubos deverão estar hermeticamente fechados e sem perfurações que poderiam dar acesso à parasitas.

11. Todo leito será provido de estrado elástico ou de fundo elástico e de colchão estofado. Para enchimento de colchão, não poderá ser utilizado material suscetível de abrigar parasitas.

12. Quando beliches forem superpostos, um fundo impermeável ao pó deverá ser fixado abaixo do colchão inferior ou do estrado elástico do leito superior.

13. O mobiliário deverá ser de material liso, duro, que não seja suscetível à deformação ou à corrosão.

14. Os camarotes deverão ser providos de cortinas ou equivalente para as vigias.

15. Os camarotes deverão ser providos de um espelho, de pequenos armários para os apetrechos de higiene, de uma estante para livros e de um número suficiente de ganchos para roupa.

Diretriz B3.1.6 - Refeitórios

1. Os refeitórios poderão ser comuns ou separados. A decisão a esse respeito deverá ser tomada após consulta aos representantes dos armadores e da gente do mar, sujeito à aprovação da autoridade competente. Deverão ser levados em conta fatores como o tamanho do navio e as diferentes necessidades culturais, religiosas e sociais da gente do mar.

2. Se houver separação de refeitórios, deverá haver refeitórios:

a) para o capitão e os oficiais; e

b) para subalternos e demais gente do mar.

3. Em navios outros que não os de passageiros, a área dos refeitórios para a gente do mar não deverá ter menos de 1,5 m^2 por pessoa.

4. Em todos os navios, os refeitórios deverão ser equipados com mesas e assentos apropriados, fixos ou móveis, suficientes para acomodar o maior número possível de gente do mar que deles farão uso ao mesmo tempo.

5. Sempre que houver gente do mar a bordo, os seguintes itens deverão estar disponíveis a todo o momento:

a) um refrigerador, situado em local conveniente e com capacidade suficiente para o número de pessoas que usarão o refeitório ou os refeitórios;

b) dispositivos para bebidas quentes; e

c) dispositivos para água refrigerada.

6. Uma instalação para a lavagem de utensílios de mesa, bem como armários suficientes para a arrumação desses utensílios, serão previstos quando as copas não forem diretamente acessíveis pelos refeitórios.

7. O tampo das mesas e dos assentos deverá ser de material resistente à umidade.

Diretriz B3.1.7 - Instalações sanitárias

1. Lavabos e banheiras deverão ser de tamanho adequado e construídos de material aprovado, com superfície lisa, não suscetível de rachar, descascar ou corroer-se.

2. Todos os vasos sanitários deverão obedecer a um padrão aprovado e ser providos de uma descarga possante ou outros meios adequados de descarga, como o ar, em estado de funcionamento a qualquer momento e que possa ser acionada individualmente.

3. As instalações sanitárias destinadas a serem utilizadas por mais de uma pessoa obedecerão às seguintes prescrições:

a) o piso deverá ser de material durável aprovado, impermeável à umidade, e devidamente drenado;

b) as anteparas deverão ser de aço ou outro material aprovado, estanques até a altura de pelo menos 23 cm a contar do convés;

c) os locais deverão ser suficientemente iluminados, aquecidos e ventilados;

d) os sanitários deverão ser situados em lugar acessível, porém separados dos camarotes e instalações de asseio pessoal, sem acesso direto aos camarotes ou a uma passagem entre os camarotes e as toaletes às quais não houver outro acesso; essa última disposição não se aplica aos sanitários situados num compartimento entre dois camarotes, cujo número total de ocupantes não ultrapassar quatro; e

e) se vários sanitários forem instalados num mesmo compartimento, eles deverão estar separados por tabiques para garantir um isolamento suficiente.

4. As instalações de lavanderia previstas para o uso da gente do mar, deverão incluir o seguinte:

a) máquinas de lavar roupa;

b) secadoras ou áreas adequadamente aquecidas e ventiladas para secar roupa; e

c) ferros e tábuas de passar ou seu equivalente.

Diretriz B3.1.8 - Enfermaria

1. A enfermaria deverá ser planejada de modo a facilitar consultas e a prestação de primeiros socorros médicos e a ajudar a impedir a propagação de doenças infecciosas.

2. A disposição da entrada, leitos, iluminação, ventilação, calefação e fornecimento de água deve ser planejada de modo a assegurar o conforto e facilitar o tratamento dos ocupantes.

3. O total de leitos necessários deverá ser prescrito pela autoridade competente.

4. Deverá haver instalações sanitárias para o uso exclusivo dos ocupantes da enfermaria, como parte da enfermaria ou nas suas proximidades. As instalações sanitárias deverão consistir em pelo menos um vaso sanitário, um lavabo e uma banheira ou ducha.

Diretriz B3.1.9 - Outras instalações

1. Onde houver instalações separadas para o pessoal de máquinas trocar de roupa, elas deverão ser:

a) localizadas fora da sala de máquinas, porém de fácil acesso; e

b) equipadas com armários individuais para roupa e com banheiras ou chuveiros ou ambos, além de lavabos com água doce corrente, quente e fria.

Diretriz B3.1.10 - Roupa de cama, utensílios e itens diversos

1. Todo Membro considerará a aplicação dos seguintes princípios:

a) roupa limpa de cama e utensílios de refeitório deverão ser fornecidos pelo armador para toda a gente do mar, que será responsável pela sua devolução no momento especificado pelo capitão e ao término do serviço a bordo;

b) a roupa de cama deverá ser de boa qualidade e os pratos, xícaras e outros utensílios de refeitório devem ser de material aprovado, de fácil limpeza; e

c) toalhas, sabão e papel higiênico para toda a gente do mar deverão ser fornecidos pelo armador.

Diretriz B3.1.11 - Instalações de lazer, correio e visitas aos navios

1. As instalações e os serviços de lazer deverão ser revistos com frequência, a fim de assegurar que sejam apropriados, tendo em vista as mudanças nas necessidades da gente do mar, em virtude de fatores técnicos e operacionais e de outra natureza verificados no setor marítimo.

2. O mobiliário das instalações de lazer deverá incluir, no mínimo, uma estante para livros e condições de leitura, escrita e, caso seja viável, mobiliário para jogos.

3. Quanto ao planejamento das instalações de lazer, a autoridade competente deverá pensar em incluir uma cantina.

4. Consideração deve ser dada também às seguintes instalações, quando possível, sem ônus para a gente do mar:

a) uma sala de fumar;

b) lugar para assistir televisão e escutar rádio;

c) exibição de filmes, cujo estoque deverá ser apropriado para a duração da viagem e, se necessário, renovado a intervalos razoáveis;

d) equipamento esportivo, inclusive equipamento de musculação, e para jogos de mesa e de convés;

e) se possível, instalações para natação;

f) biblioteca, com livros de conteúdo profissional e outros livros, cujo estoque deverá ser apropriado para a duração da viagem e renovado a intervalos razoáveis;

g) condições para a realizar trabalhos manuais recreativos;

h) equipamento eletrônico, como rádio, televisão, gravadores de vídeo, aparelhos de DVD/CD, microcomputadores e software, bem como gravador/tocador de cassetes;

i) se for apropriado, instalação de bares a bordo para a gente do mar, salvo se isso contrariar costumes nacionais, religiosos ou sociais; e

j) acesso razoável a ligações telefônicas de bordo para a terra, a correio eletrônico e à internet, caso seja possível, devendo as taxas cobradas por esse serviço ser razoáveis.

5. Todo esforço deverá ser feito para assegurar que a expedição de correspondência da gente do mar seja tão confiável e rápida quanto possível. Consideração deverá ser dada a evitar que a gente do mar tenha de pagar postagem adicional quando sua correspondência for recambiada devido a circunstâncias alheias à sua vontade.

6. Deverão ser consideradas medidas para assegurar, sujeito a legislação e regulamentos nacionais ou internacionais aplicáveis, que à gente do mar do mar, sempre que isso for possível e razoável, seja prontamente concedida permissão para receber a visita de companheiros, familiares e amigos a bordo quando seu navio estiver no porto. Essas medidas deverão satisfazer os requisitos de segurança.

7. Deverá ser considerada a possibilidade de permitir que a gente do mar do mar seja acompanhada de seus parceiros em viagens ocasionais, caso exequível e razoável. Os parceiros deverão ter seguro contra acidente e doença; os armadores deverão prestar toda assistência aos marítimos com relação a tal seguro.

Diretriz B3.1.12 - Prevenção de ruído e vibração

1. O alojamento e as instalações de lazer e de serviço de mesa a bordo deverão ser localizadas tão longe quanto for possível da sala de máquinas e do aparelho de leme, dos guinchos de convés, equipamentos de ventilação, calefação e ar condicionado e de outras máquinas e aparelhos ruidosos.

2. Isolamento acústico e outros materiais apropriados para a absorção de som deverão ser utilizados na construção e acabamento das anteparas, tetos e cobertas nos espaços produtores de ruído, bem como portas automáticas que isolem o som nas praças de máquinas.

3. A sala de máquinas e outros locais de maquinaria deverão ser providos, sempre que exequível, de salas de controle centralizado à prova de som para o pessoal que ali trabalha. Os locais de trabalho, como a oficina mecânica, devem ser isolados, tanto quanto possível, do ruído da sala de máquinas geral e medidas deverão ser tomadas para reduzir o ruído na operação de maquinaria.

4. Os limites dos níveis de ruído nos locais de trabalho e no alojamento deverão estar em conformidade com as diretrizes internacionais da OIT a respeito de níveis de exposição, inclusive o código da OIT sobre Fatores ambientais no lugar de trabalho, 2001, e, caso aplicável, a proteção específica recomendada pela Organização Marítima Internacional e subsequentes emendas e instrumentos suplementares relativos a níveis aceitáveis de ruído a bordo de navios. Uma cópia dos instrumentos aplicáveis, em inglês, deverá estar disponível a bordo e acessível à gente do mar.

5. O alojamento e as instalações de lazer e de serviço de mesa a bordo não deverão ser expostos à vibração excessiva.

Regra

Regra 3.2 - Alimentação e serviço de mesa a bordo

Finalidade: Assegurar que a gente do mar disponha de alimentação e água potável de boa qualidade fornecida em condições higiênicas controladas.

1. Todo Membro assegurará que os navios que arvoram sua bandeira levem a bordo e sirvam água potável e alimentos de qualidade e valor nutricional apropriados e em quantidade adequada para satisfazer os requisitos do navio, levando em conta os diferentes antecedentes culturais e religiosos.

2. A gente do mar a bordo do navio deverá receber alimento gratuitamente durante o período de contratação.

3. Marítimos empregados como cozinheiros em navio, responsáveis pelo preparo da alimentação, deverão ter a formação e qualificações para exercer suas funções a bordo.

Norma

Norma A3.2 - Alimentação e serviço de mesa

1. Todo Membro adotará legislação e regulamentos ou outras medidas para assegurar padrões mínimos de quantidade e qualidade de alimentação e água potável, bem como de serviço de mesa, aplicáveis às refeições servidas à gente do mar a bordo de navios que arvoram sua bandeira, e empreenderá atividades educativas para promover a consciência e a implementação dos padrões a que se refere este parágrafo.

2. Todo Membro assegurará que os navios que arvoram sua bandeira satisfaçam os seguintes padrões mínimos:

a) o abastecimento de alimentos e água potável, tendo em vista o número de marítimos a bordo, seus requisitos e práticas culturais em relação a alimentos, bem como a duração e natureza da viagem, deverá ser adequado do ponto de visto de quantidade, valor nutricional, qualidade e variedade;

b) a organização e o equipamento do serviço de mesa deverá garantir o suprimento de refeições adequadas, variadas e nutritivas à gente do mar, preparadas e servidas em condições higiênicas; e

c) o pessoal do serviço de mesa deverá ser devidamente treinado ou instruído para suas funções.

3. Os armadores deverão assegurar que os marítimos engajados como cozinheiros tenham a formação necessária, e sejam qualificados e competentes para sua função, em conformidade com os requisitos prescritos na legislação do Membro em apreço.

4. Os requisitos a que se refere o parágrafo 3º desta Norma incluirão a conclusão de um curso de formação aprovado e reconhecido pela autoridade competente, que abranja culinária prática, higiene alimentar e pessoal, armazenamento de alimentos, controle de estoque, bem como proteção ambiental e saúde e segurança no serviço de mesa.

5. Nos navios que operam com uma tripulação prescrita de menos de dez pessoas e que, dado o tamanho da tripulação e a natureza das viagens, talvez não sejam obrigados pela autoridade competente a ter um cozinheiro plenamente qualificado, a pessoa encarregada do preparo de alimentos na cozinha deverá ser treinada ou instruída em áreas que incluam higiene alimentar e pessoal, bem como manuseio e armazenamento de alimentos a bordo.

6. Em casos de excepcional necessidade, a autoridade competente poderá conceder uma dispensa, permitindo que um cozinheiro que não seja plenamente qualificado possa servir num determinado navio por um determinado período, até o próximo porto de escala conveniente ou por um período que não ultrapasse um mês, desde que o detentor da licença seja treinado ou instruído em áreas que incluam higiene alimentar e pessoal, bem como o manuseio e armazenamento de alimentos a bordo.

7. Em conformidade com os procedimentos previstos pelo Título 5, a autoridade competente deverá exigir inspeções frequentes e documentadas a bordo dos navios, realizadas pelo capitão ou sob suas ordens, a respeito do seguinte:

a) suprimento de alimentos e água potável;

b) todos os locais e equipamentos utilizados para armazenagem e manuseio de alimentos e água potável; e

c) equipamentos de cozinha e outros equipamentos para preparar e servir refeições.

8. Nenhum marítimo menor de 18 anos deverá ser empregado ou contratado para trabalhar como cozinheiro de um navio.

Diretriz

Diretriz B3.2 - Alimentação e serviço de mesa

Diretriz B3.2.1 - Inspeção, educação, pesquisa e publicação

1. A autoridade competente deverá, em cooperação com outros órgãos e organizações pertinentes, compilar informação atualizada sobre nutrição e métodos para comprar, armazenar, conservar, preparar e servir alimentos, com especial referência aos requisitos do serviço de mesa a bordo de navios. Essa informação deverá ser transmitida gratuitamente, ou a custo razoável, a fabricantes e comerciantes fornecedores de alimentos e equipamentos, capitães, despenseiros e cozinheiros, bem como às organizações representativas de armadores e de gente do mar. Formas apropriadas de divulgação, como manuais, folhetos, cartazes, mapas ou anúncios em jornais do ramo deveriam ser utilizadas para esse fim.

2. A autoridade competente deverá fazer recomendações para evitar o desperdício de alimentos, facilitar a manutenção de um padrão apropriado de higiene e assegurar a máxima comodidade possível no local de trabalho.

3. A autoridade competente deverá trabalhar em cooperação com os órgãos e organizações pertinentes para elaborar materiais educativos e informações a bordo a respeito dos métodos para assegurar o suprimento adequado de alimentos e de serviço de mesa.

4. A autoridade competente deverá trabalhar em estreita colaboração com as organizações representativas de armadores e de gente do mar pertinentes, bem como com as autoridades locais responsáveis por questões de alimentação e saúde e, caso necessário, poderão utilizar os serviços das referidas autoridades.

Diretriz B3.2.2 - Cozinheiros de navio

1. Marítimos só deverão ser qualificados como cozinheiros de navio se:

a) tiverem servido no mar por um período mínimo prescrito pela autoridade competente, período esse que poderá variar em função de qualificações ou experiência relevantes; e

b) tiverem passado num exame prescrito pela autoridade competente ou num exame equivalente num curso aprovado de treinamento para cozinheiros.

2. O exame prescrito poderá ser realizado e o certificado correspondente poderá ser emitido diretamente pela autoridade competente ou, sujeito a seu controle, por uma escola aprovada de preparação de cozinheiros.

3. A autoridade competente deverá tomar providências, caso apropriado, para o reconhecimento dos certificados de qualificação de cozinheiros de navio, emitidos por outros Membros que tiverem ratificado esta Convenção ou a Convenção sobre Certificado de Aptidão Profissional de Cozinheiros de Bordo, 1946 (Nº 69) ou outro órgão aprovado.

TÍTULO 4. PROTEÇÃO DA SAÚDE, ATENDIMENTO MÉDICO, BEM-ESTAR E PROTEÇÃO SOCIAL

Regra

Regra 4.1 - Assistência médica a bordo e em terra

Finalidade: Proteger a saúde da gente do mar e assegurar-lhe pronto acesso a assistência médica a bordo e em terra.

1. Todo Membro assegurará que a gente do mar de navios que arvoram sua bandeira seja coberta por medidas adequadas de proteção à sua saúde e tenha pronto acesso a assistência médica adequada enquanto estiver trabalhando a bordo.

2. A proteção e assistência a que se refere o parágrafo 1º desta Regra deverão, em princípio, ser propiciadas gratuitamente à gente do mar.

3. Todo Membro assegurará à gente do mar a bordo de navios que se encontrem em seu território, e necessitar de assistência médica imediata, que tenha acesso aos serviços médicos do Membro em terra.

4. Os requisitos relativos à proteção da saúde e assistência médica a bordo estão prescritos no Código e incluem normas para medidas destinadas a propiciar à gente do mar proteção da saúde e assistência médica comparável, até onde possível, ao que está geralmente disponível para trabalhadores em terra.

Norma

Norma A4.1 - Assistência médica a bordo e em terra

1. Todo Membro assegurará a adoção de medidas de proteção à saúde e assistência médica, inclusive tratamento odontológico essencial, visando à gente do mar a bordo de navios que arvoram sua bandeira, medidas essas que:

a) assegurem a aplicação à gente do mar de disposições gerais a respeito de proteção à saúde ocupacional e assistência médica pertinentes às suas funções, bem como disposições específicas para o trabalho a bordo de navio;

b) assegurem que a gente do mar goze de proteção à saúde e assistência médica comparável ao que está disponível aos trabalhadores em terra, inclusive pronto acesso aos medicamentos necessários, equipamentos médicos e instalações para diagnóstico e tratamento, bem como a informação e perícia médica;

c) assegurem à gente do mar o direito de consultar sem demora um médico ou dentista qualificado nos portos de escala, caso isso seja viável;

d) assegurem, até onde permitir a legislação e a prática nacional, que os serviços de assistência médica e proteção à saúde enquanto os marítimos estiverem a bordo de navio ou desembarcada em porto estrangeiro sejam fornecidos gratuitamente; e

e) não se restrinjam ao tratamento de marítimos enfermos ou lesionados, mas incluam medidas de natureza preventiva, tais como programas educativos sobre saúde e proteção da saúde.

2. A autoridade competente deverá adotar um formulário padronizado de laudo médico a ser utilizado pelos capitães de navio e pelo pessoal médico pertinente em terra e a bordo de navio. Depois de preenchidos, esses formulários serão mantidos em caráter confidencial e serão utilizados somente para facilitar o tratamento dos marítimos.

3. Todo Membro adotará legislação e regulamentos que estabeleçam requisitos para hospitais e enfermarias a bordo, bem como para equipamentos e treinamento a bordo de navios que arvoram sua bandeira.

4. A legislação nacional deverá dispor, no mínimo, sobre os seguintes requisitos:

a) todos os navios deverão ter uma farmácia de bordo, equipamentos médicos e um guia médico, cujas características específicas deverão ser prescritas e sujeitas a inspeção regular pela autoridade competente; os requisitos nacionais deverão levar em conta o tipo de navio, o número de pessoas a bordo e a natureza, destino e duração das viagens, bem como os padrões médicos nacionais e internacionais recomendados;

b) os navios que transportarem 100 ou mais pessoas a bordo e que normalmente fizerem viagens internacionais de mais de três dias de duração, deverão ter a bordo um médico qualificado que seja responsável pela prestação de assistência médica; as leis ou os regulamentos nacionais deverão especificar também os demais navios que deverão ter um médico a bordo, levando em conta, entre outros fatores, a duração, a natureza e as condições da viagem e o número de gente do mar a bordo;

c) os navios que não tiverem um médico a bordo deverão ter pelo menos um tripulante a bordo que se encarregue de assistência médica e provisão de remédios como parte de suas funções normais ou pelo menos que seja competente para prestar primeiros socorros; as pessoas encarregadas de prestar assistência médica a bordo e que não forem médicos, deverão ter concluído satisfatoriamente um curso de treinamento em assistência médica, que satisfaça os requisitos da Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento, Certificação e Serviço de Quarto e Certificação para Marítimos, 1978, emendada (STCW); tripulantes designados para prestar primeiros socorros, que tenham concluído satisfatoriamente o treinamento em primeiros socorros, consistente com a STCW; leis ou regulamentos nacionais deverão especificar o necessário nível de treinamento aprovado, levando em conta, entre outras coisas, a duração, a natureza e as condições da viagem e o número de tripulantes a bordo; e

d) a autoridade competente deverá assegurar que um sistema pré-estabelecido de orientação médica por comunicação via rádio ou satélite com navios em alto-mar, inclusive orientação especializada, esteja disponível 24 horas por dia; orientação médica, inclusive transmissão de mensagens médicas por rádio ou satélite entre um navio e pessoas em terra que estiverem fornecendo orientação, deverá estar disponível gratuitamente a todos os navios, independentemente da bandeira que arvorarem.

Diretriz

Diretriz B4.1 - Assistência médica a bordo de navio e em terra

Diretriz B4.1.1 - Prestação de assistência médica

1. Ao determinar o nível de treinamento médico a ser assegurado a bordo de navios que não sejam obrigados a ter um médico a bordo, a autoridade competente deverá exigir o seguinte:

a) os navios que normalmente podem conseguir assistência e instalações médicas de qualidade dentro de oito horas deverão ter um marítimo designado, que possua treinamento aprovado em primeiros socorros, em conformidade com a Convenção STCW, que seja capaz de agir imediata e eficazmente em caso de acidentes ou enfermidades suscetíveis de ocorrer a bordo de um navio, e de seguir orientação médica por rádio ou satélite; e

b) todos os demais navios deverão ter pelo menos um marítimo que possua treinamento aprovado em assistência médica, em conformidade com a Convenção STCW, inclusive treinamento prático e treinamento em técnicas de salva-vidas, tais como terapia intravenosa, que seja capaz de participar eficazmente nos planos coordenados de assistência médica em navios em alto-mar, bem como de prestar aos enfermos ou lesionados uma assistência médica normal e satisfatória durante o período em que eles tiverem de permanecer a bordo.

2. Os cursos aos quais o presente Artigo faz referência deverão basear-se no conteúdo das edições mais recentes do Guia Médico Internacional de Bordo, do Guia de primeiros socorros para uso em caso de acidentes relacionados com mercadorias perigosas, do Documento que deve servir de guia - Guia internacional para a formação dos trabalhadores marítimos, e da seção médica do Código Internacional de Sinais, bem como de guias nacionais análogos.

3. As pessoas às quais o parágrafo 1º deste Artigo faz referência e os demais trabalhadores marítimos que a autoridade competente vier a designar deverão seguir, de cinco em cinco anos aproximadamente, cursos de aperfeiçoamento que lhes permitam conservar e atualizar seus conhecimentos e competências, bem como manter a par dos novos progressos.

4. A farmácia de bordo e seu conteúdo, bem como os equipamentos médicos e o guia médico levados a bordo devem ser devidamente mantidos e inspecionados a intervalos regulares, inferiores a 12 meses, por pessoas designadas pela autoridade competente, as quais deverão assegurar que as etiquetas, as datas de vencimento e as condições de armazenagem de todos os remédios e instruções para seu uso sejam verificados e que todos os equipamentos estejam funcionando como devem. Ao adotar ou revisar o guia médico nacionalmente utilizado e ao estipular o conteúdo da farmácia de bordo e os equipamentos médicos, a autoridade competente deverá levar em consideração as recomendações internacionais sobre a matéria, inclusive a última edição do Guia Médico Internacional de Bordo e os outros guias mencionados no parágrafo 2º desta Diretriz.

5. Caso alguma carga classificada como perigosa não tenha sido incluída na edição mais recente do Guia de primeiros socorros para uso em caso de acidentes relacionados com mercadorias perigosas, a informação necessária sobre a natureza da substância, os riscos envolvidos, os dispositivos de proteção pessoal necessários, os procedimentos médicos relevantes e os antídotos específicos deverá estar disponível para a gente do mar. Tais antídotos específicos e dispositivos de proteção pessoal deverão estar disponíveis a bordo sempre que mercadorias perigosas forem transportadas. Essa informação deverá ser incorporada às políticas e programas do navio a respeito de segurança ocupacional e saúde, a que se referem a Regra 4.3 e os dispositivos correlatos do Código.

6. Todos os navios deverão ter a bordo uma lista completa e atualizada de estações de rádio através das quais seria possível obter orientação médica; e, caso sejam equipados com um sistema de comunicação por satélite, deverão ter também uma lista completa e atualizada de estações costeiras terrestres, através das quais seria possível igualmente obter orientação médica. Os marítimos responsáveis pela prestação de assistência médica ou de primeiros socorros a bordo deverão ser instruídos no uso do guia médico do navio e da seção médica da edição mais recente do Código Internacional de Sinais, de modo a serem capazes de entender o tipo de informação de que os médicos necessitariam e a orientação deles recebida.

Diretriz B4.1.2 - Formulário de laudo médico

1. O formulário padronizado de laudo médico sobre gente do mar, prescrito na Parte A deste Código, deve ser concebido de modo a facilitar a troca de informação médica e outras informações correlatas entre o navio e a costa a respeito de cada marítimos, em caso de enfermidade ou lesão.

Diretriz B4.1.3 - Assistência médica em terra

1. As instalações médicas terrestres para tratamento de gente do mar devem ser adequadas aos seus fins e contar com médicos, dentistas e outros profissionais médicos devidamente qualificados.

2. Medidas deverão ser tomadas para assegurar que, quando estiver num porto, a gente do mar tenha acesso a:

a) tratamento ambulatorial de doenças e lesões;

b) hospitalização, caso necessário; e

c) condições de tratamento odontológico, especialmente em casos de emergência.

3. Medidas apropriadas deverão ser adotadas para facilitar o tratamento de gente do mar doente, e em particular, a gente do mar deverá ser prontamente internada em clínicas e hospitais em terra, sem dificuldade e independentemente de sua nacionalidade ou credo religioso e também, sempre que possível, providências deverão ser tomadas para assegurar, caso necessário, a continuação do tratamento de modo a suplementar os cuidados médicos recebidos.

Diretriz B4.1.4 - Assistência médica a outros navios e cooperação internacional

1. Todo Membro considerará devidamente sua participação em cooperação internacional em matéria de assistência, programas e pesquisa de proteção à saúde e assistência médica. Essa cooperação poderá abranger:

a) desenvolvimento e coordenação de esforços de busca e salvamento e provisão de assistência médica imediata e evacuação em alto-mar para pessoas gravemente doentes ou lesionadas a bordo de navio, por meios como sistemas de informação periódica da posição do navio, centros de coordenação de salvamento e serviços emergenciais de helicóptero, em conformidade com a Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimos, 1979, emendada, e o Manual Internacional de Busca e Salvamento Aeronáuticos e Marítimos - IAMSAR;

b) aproveitar ao máximo todos os navios que levarem um médico a bordo e de navios posicionados em alto-mar que possam propiciar instalações hospitalares e de salvamento;

c) compilação e manutenção de uma lista internacional de médicos e instalações de assistência médica disponíveis ao redor do mundo para prestação emergencial de assistência médica à gente do mar;

d) desembarque de gente do mar para tratamento de emergência em terra;

e) repatriação, tão pronto quanto possível, de gente do mar hospitalizada no estrangeiro, de acordo com o conselho dos médicos responsáveis pelo caso, levando em conta os desejos e as necessidades dos pacientes;

f) provisão de assistência pessoal à gente do mar durante o processo de repatriação, de acordo com o conselho dos médicos responsáveis pelo caso, levando em conta os desejos e necessidades dos pacientes;

g) esforço no sentido de estabelecer centros de saúde para a gente do mar, com:

i - realização de pesquisa sobre o estado de saúde, o tratamento médico e o atendimento preventivo da saúde da gente do mar; e

ii - treinamento de pessoal da área médica e de saúde em medicina marítima;

h) compilação e avaliação de dados estatísticos a respeito de acidentes, doenças e fatalidades no trabalho da gente do mar e integração e harmonização de estatísticas com o sistema nacional de estatísticas sobre acidentes e doenças ocupacionais em relação a outras categorias de trabalhadores;

i) organização de intercâmbio internacional de informações técnicas, material de treinamento e pessoal, além de cursos, seminários e grupos de trabalho internacionais;

j) provisão, para toda a gente do mar, de serviços especiais, curativos e de proteção da saúde, bem como serviços médicos no porto, ou disponibilidade de serviços gerais de saúde, médicos e de reabilitação; e

k) providências para repatriação de corpos ou cinzas de gente do mar falecida, de acordo com os desejos dos parentes próximos, o mais prontamente possível.

2. A cooperação internacional na esfera de proteção da saúde e assistência médica a gente do mar deverá basear-se em acordos bilaterais ou multilaterais e em consultas entre os Membros.

Diretriz B4.1.5 - Dependentes de gente do mar

1. Todo Membro adotará medidas para assegurar assistência médica adequada e suficiente para os dependentes de gente do mar domiciliada em seu território, enquanto não houver um serviço de assistência médica que abranja os trabalhadores em geral e seus dependentes onde tais serviços não existirem, e deverão informar a Repartição Internacional do Trabalho a respeito das medidas tomadas com essa finalidade.

Regra

Regra 4.2 - Responsabilidade dos armadores

Finalidade: Assegurar que a gente do mar seja protegida contra as consequências de doenças, lesão, ou morte relacionadas com seu emprego.

1. Todo Membro assegurará que medidas sejam tomadas, de acordo com o Código, nos navios que arvoram sua bandeira, para conferir à gente do mar neles empregada, o direito a assistência e apoio material por parte do armador, em relação às consequências financeiras de doença, lesão ou morte ocorrida quando a gente do mar trabalhava ao amparo de um acordo de emprego de marítimos ou resultante do emprego em virtude de tal acordo.

2. Esta Regra não afeta quaisquer outros recursos legais de que um marítimo possa lançar mão.

Norma

Norma A4.2.1 - Responsabilidade do armador

1. Todo Membro adotará legislação e regulamentos determinando que os armadores de navios que arvoram sua bandeira sejam responsáveis pela proteção da saúde e pela assistência médica de toda a gente do mar que trabalha a bordo dos navios, em conformidade com as seguintes normas mínimas:

a) os armadores deverão arcar com as despesas da gente do mar que trabalhar em seus navios, ocorridas por doença ou lesão ocorridas entre a data de início do trabalho e a data em que forem devidamente repatriados, ou resultantes do emprego entre as referidas datas;

b) os armadores deverão constituir uma garantia financeira, a fim de assegurar o pagamento de uma indenização em caso de morte ou de incapacidade prolongada de gente do mar, decorrente de lesão, doença ou acidente de trabalho, na forma estabelecida na legislação nacional, no acordo de emprego da gente do mar ou em acordo de negociação coletiva;

c) os armadores serão responsáveis pelas despesas de assistência médica, inclusive tratamento médico e provisão dos remédios necessários, bem como de aparelhos terapêuticos, além de hospedagem e alimentação fora de casa, até que o marítimo doente ou lesionado se recupere ou até que a doença ou incapacidade seja declarada de natureza permanente; e

d) os armadores serão responsáveis pelas despesas de funeral em caso de morte a bordo ou em terra durante o período de contratação.

2. A legislação nacional poderá limitar a responsabilidade do armador pelas despesas de assistência médica e de hospedagem e alimentação a um período de no mínimo 16 semanas a partir da data da lesão ou do início da doença.

3. Caso a doença ou lesão resulte em incapacidade para o trabalho, o armador será responsável:

a) pelo pagamento do salário integral enquanto o marítimo doente ou lesionado permanecer a bordo ou até sua repatriação em conformidade com esta Convenção; e

b) pelo pagamento integral ou parcial do salário segundo prescrever a legislação nacional ou estabelecerem os acordos de negociação coletiva, a partir da repatriação ou do desembarque do marítimo até sua recuperação ou até que ele tenha direito a benefícios pecuniários de acordo com a legislação do Membro competente, se isto acontecer antes.

4. A legislação nacional poderá limitar a responsabilidade do armador pelo pagamento integral ou parcial do salário de um marítimo desembarcado a um período mínimo de 16 semanas, a partir da data da lesão ou do início da doença.

5. A legislação ou os regulamentos nacionais poderão eximir o armador de responsabilidade nos casos de:

a) lesão que não ocorreu a serviço do navio;

b) lesão ou doença incorrida devido a conduta indevida deliberada da gente do mar doente, lesionada ou morta; e

c) doença ou enfermidade intencionalmente ocultada no momento da contratação.

6. A legislação nacional poderá eximir o armador de responsabilidade pelas despesas de assistência médica e de hospedagem e alimentação, bem como de funeral, quando essas despesas forem assumidas pelos poderes públicos.

7. Os armadores ou seus representantes deverão tomar providências para salvaguardar os pertences deixados a bordo pela gente do mar doente, lesionada ou falecida e para devolvê-los à primeira ou a seus familiares.

8. Regulamentos e leis nacionais deverão estabelecer que o sistema de garantia financeira para assegurar compensação, como previsto no parágrafo 1, alínea "b" dessa Norma para reclamações contratuais, como definido na Norma A4.2.2, reúna os seguintes requisitos mínimos:

a) a compensação contratual, quando estabelecida no acordo da gente do mar e sem prejuízo do subparágrafo "c" desse parágrafo, deverá ser pago no total e sem demora;

b) não deverá haver nenhuma pressão para aceitar um pagamento menor que o montante contratual;

c) quando a natureza de uma incapacidade de longo prazo da gente do mar tornar difícil estabelecer a compensação total a qual ela pode ter direito, um pagamento provisório ou pagamentos deverão ser feitos à gente do mar para assim evitar dificuldades;

d) de acordo com a Regra 4.2, parágrafo 2, a gente do mar deverá receber o pagamento sem prejuízo de outros direitos legais, mas tal pagamento pode ser compensado pelo armador contra quaisquer danos resultantes de qualquer reclamação feita pela gente do mar contra o armador e surgido do mesmo incidente; e

e) a reclamação para compensação contratual pode ser trazida diretamente pela gente do mar interessada, ou seu parente mais próximo, ou um representante da gente do mar ou beneficiário nomeado.

9. Regulamentos e leis nacionais devem garantir que a gente do mar receba notificação prévia se a garantia financeira de um armador esteja para ser cancelada ou terminada.

10. Regulamentos e leis nacionais devem garantir que a autoridade competente do Estado da bandeira seja notificada pelo provedor da garantia financeira se a garantia financeira do armador for cancelada ou terminada.

11. Cada Membro deverá solicitar que navios que arvorem sua bandeira levem a bordo um certificado ou outra evidência documental de garantia financeira emitida pelo provedor da garantia financeira. Uma cópia deverá ser afixada a bordo em local em evidência disponível para a gente do mar. Onde mais de um provedor de garantia financeira fornecer cobertura, o documento fornecido por cada provedor deverá ser levado a bordo.

12. A garantia financeira não deverá cessar antes do fim do período de validade da garantia financeira a não ser que o provedor da garantia financeira tenha dado notificação prévia de pelo menos 30 dias para a competente autoridade do Estado da bandeira.

13. A garantia financeira deverá prover o pagamento de todas as reclamações contratuais coberta por ela que tenha sido levantada durante o período para o qual o documento é valido.

14. O certificado ou outra evidência documental de garantia financeira deverá conter a informação solicitada no Apêndice A4-I. Ele deverá ser em inglês ou acompanhado de tradução para o inglês.

Norma A4.2.2 - Tratamento de reclamações contratuais

1. Para os propósitos da Norma A4.2.1, parágrafo 8, e a presente Norma, o termo "reclamação contratual" significa qualquer reclamação relativa à morte ou incapacidade de longo prazo da gente do mar devido a um ferimento ocupacional, doença ou risco conforme estabelecido na lei nacional, no acordo de emprego da gente do mar ou acordo coletivo.

2. O sistema de garantia financeira, conforme previsto na Norma A4.2.1, parágrafo 1, alínea "b", pode ser na forma de sistema de previdência social ou seguro ou fundo ou arranjos similares. Sua forma deverá ser determinada pelo Membro após consulta com as organizações dos armadores e gente do mar interessados.

3. Regulamentos e leis nacionais deverão assegurar que providências efetivas estão em posição de receber, tratar e imparcialmente liquidar reclamações contratuais relativas a compensações referidas à Norma A4.2.1, parágrafo 8, através de procedimentos expeditos e razoáveis.

Diretriz

Diretriz B4.2.1 - Responsabilidade do armador

1. O pagamento integral prescrito pela Norma A4.2.1, parágrafo 3º, alínea "a", poderá ser excluído das bonificações.

2. A legislação nacional poderá determinar que o armador deixe de ser responsável pelas despesas da gente do mar doente ou lesionada a partir do momento em que a gente do mar possa reivindicar benefícios médicos com base em seguro obrigatório contra doença ou contra acidente, ou indenização por acidente de trabalho.

3. A legislação nacional poderá determinar que o armador seja ressarcido por uma companhia de seguros das despesas de funeral por ele pagas, caso um benefício de funeral da gente do mar falecida seja paga ao amparo da legislação nacional relativa a seguro social ou a indenização dos trabalhadores.

Diretriz B4.2.2 - Tratamento de reclamações contratuais

1. Leis e regulamentos nacionais devem dispor que as partes para o pagamento de uma reclamação contratual podem usar o Recibo Modelo e o Formulário de Liberação estabelecido no Apêndice B4.I.

Regra

Regra 4.3 - Proteção da segurança e da saúde e prevenção de acidentes

Finalidade: Assegurar que o ambiente de trabalho da gente do mar a bordo de navios promova a segurança e a saúde no trabalho.

1. Todo Membro assegurará que a gente do mar em navios que arvoram sua bandeira conte com proteção da saúde no trabalho e viva, trabalhe e receba formação a bordo do navio em um ambiente seguro e higiênico.

2. Todo Membro elaborará e promulgará diretrizes nacionais relativas à segurança e saúde no trabalho a bordo de navios que arvoram sua bandeira, após consulta às organizações representativas de armadores e de gente do mar, levando em conta os códigos, diretrizes e normas aplicáveis, recomendadas por organizações internacionais, órgãos nacionais e organizações do setor marítimo.

3. Todo Membro adotará legislação e outras medidas pertinentes a matérias especificadas neste Código, levando em conta instrumentos internacionais relevantes, e estabelecer normas de segurança e saúde e sobre a prevenção de acidentes a bordo de navios que arvoram sua bandeira.

Norma

Norma A4.3 - Proteção da segurança e da saúde e prevenção de acidentes

1. A legislação nacional e outras medidas a serem adotadas em consonância com a Regra 4.3, parágrafo 3º, deverão incluir o seguinte:

a) adoção e efetiva implementação e promoção de políticas e programas que visem à segurança e à saúde ocupacionais em navios que arvoram a bandeira do Membro, inclusive avaliação de risco, assim como a formação e instrução da gente do mar;

b) precauções razoáveis para prevenir os acidentes de trabalho, lesões e doenças ocupacionais a bordo de navios, com inclusão de medidas para reduzir e prevenir o risco de exposição a níveis nocivos de fatores ambientais e químicos, além do risco de lesão ou doença suscetível de ocorrer com o uso de equipamentos e máquinas a bordo de navios;

c) programas a bordo para a prevenção de acidentes de trabalho, lesões e doenças ocupacionais e para o constante aprimoramento da proteção à segurança e à saúde no trabalho, com participação de representantes da gente do mar e todos os demais interessados na sua implementação, levando em conta medidas de prevenção, inclusive o controle de engenharia e desenho, substituição de processos e procedimentos para tarefas coletivas e individuais e o uso de equipamento de proteção pessoal; e

d) requisitos relativos à inspeção, notificação e correção de condições inseguras e a investigação e notificação de acidentes de trabalho a bordo.

2. As disposições mencionadas no parágrafo 1º desta Norma deverão:

a) levar em conta instrumentos internacionais relevantes que tratam de proteção à segurança e à saúde no trabalho em geral e de riscos específicos, e que abordem todas as matérias relevantes para a prevenção de acidentes de trabalho, lesões e doenças ocupacionais, suscetíveis de aplicação ao trabalho da gente do mar, especialmente aqueles que focalizem especificamente o trabalho marítimo;

b) especificar claramente a obrigação dos armadores, marítimos e outros interessados de observar as normas aplicáveis e as políticas e programas do navio que visem à segurança e à saúde ocupacionais, dando especial atenção à segurança e à saúde de gente do mar menor de 18 anos;

c) especificar o dever do capitão ou de pessoa por ele designada, ou de ambos, de assumir responsabilidade específica pela implementação e observação das políticas e programas do navio em relação à segurança e à saúde no trabalho a bordo; e

d) definir as atribuições dos membros da tripulação do navio designados ou eleitos como representantes em matéria de segurança para participar das reuniões do comitê de segurança do navio. Esse comitê será estabelecido a bordo de navios que tiverem cinco ou mais marítimos.

3. A legislação nacional e outras medidas a que se refere o parágrafo 3º da Regra 4.3 serão examinadas periodicamente em consulta com representantes das organizações de armadores e de gente do mar e, caso necessário, revistos de modo a levar em conta mudanças tecnológicas e de pesquisa, a fim de facilitar o constante aprimoramento das políticas e programas de segurança e saúde no trabalho e de garantir um ambiente ocupacional seguro para a gente do mar em navios que arvoram a bandeira do Membro.

4. A observação dos dispositivos dos instrumentos internacionais aplicáveis em relação aos níveis aceitáveis de exposição aos riscos do local de trabalho a bordo de navios e a elaboração e implementação de políticas e programas do navio em matéria de segurança e saúde no trabalho serão consideradas como cumprimento dos dispositivos desta Convenção.

5. A autoridade competente deverá assegurar:

a) que os acidentes de trabalho, lesões e doenças ocupacionais sejam notificados de maneira adequada, levando em conta a orientação fornecida pela Organização Internacional do Trabalho a respeito da notificação e registro de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;

b) que estatísticas abrangentes desses acidentes e doenças sejam mantidas, analisadas e publicadas e, se for apropriado, seguidas de pesquisa sobre as tendências gerais e os perigos identificados; e

c) que os acidentes de trabalho sejam investigados.

6. A notificação e a investigação de questões de segurança e saúde no trabalho terão a finalidade de assegurar a proteção dos dados pessoais da gente do mar e deverão levar em conta a orientação fornecida pela Organização Internacional do Trabalho sobre essa matéria.

7. A autoridade competente deverá cooperar com as organizações representativas dos armadores e da gente do mar, no sentido de chamar a atenção de toda a gente do mar para as informações a respeito dos perigos particulares a bordo dos navios, mediante, por exemplo, a afixação de notas oficiais com instruções relevantes.

8. A autoridade competente deverá exigir que os armadores, ao fazer a avaliação de riscos em relação à gestão da segurança e da saúde no trabalho, se refiram aos dados estatísticos apropriados de seus navios e às estatísticas gerais fornecidas pela autoridade competente.

Diretriz

Diretriz B4.3 - Proteção da saúde e da segurança e prevenção de acidentes

Diretriz B4.3.1 - Disposições sobre acidentes, lesões e doenças ocupacionais

1. As disposições exigidas pela Norma A4.3 deverão levar em conta o código da OIT sobre prática, intitulado Prevenção de acidentes a bordo de navios em alto-mar e em porto, de 1996, e versões subsequentes, bem como outras normas, diretrizes, e códigos de prática correlatos, a respeito de proteção da segurança e da saúde ocupacionais, inclusive proteção contra os níveis de exposição identificados.

2. A autoridade competente deverá assegurar que as orientações nacionais para a gestão da segurança e da saúde no trabalho focalizem particularmente os seguintes aspectos:

a) disposições gerais e disposições básicas;

b) características estruturais do navio, inclusive meios de acesso e riscos relacionados com asbestos;

c) máquinas;

d) efeitos de temperaturas excessivamente baixas ou altas de quaisquer superfícies com as quais a gente do mar possa ter contato;

e) efeitos de ruído no local de trabalho e no alojamento a bordo do navio;

f) efeitos de vibração no local de trabalho e no alojamento a bordo do navio;

g) efeitos de fatores ambientais, além dos mencionados nas alíneas "e" e "f" no local de trabalho e nos alojamento a bordo do navio, inclusive fumaça de tabaco;

h) medidas especiais de segurança no convés e na coberta;

i) equipamento de carregamento e descarga;

j) prevenção e combate de incêndio;

k) âncoras, correntes e cabos;

l) carga perigosa e lastro;

m) equipamento de proteção pessoal para a gente do mar;

n) trabalho em recintos confinados;

o) efeitos mentais e físicos da fadiga;

p) efeitos da dependência de drogas e de álcool;

q) proteção e prevenção de HIV/AIDS; e

r) resposta a emergências e acidentes.

3. A avaliação de riscos e a redução de exposição a que se refere o parágrafo 2º desta Diretriz deverão levar em conta os efeitos físicos sobre a saúde no trabalho, com inclusão da manipulação manual de cargas, o ruído e as vibrações, os efeitos dos fatores químicos e biológicos na saúde no trabalho, os efeitos dos fatores mentais na saúde no trabalho, assim como os efeitos na saúde física e mental da fadiga e os acidentes de trabalho. As medidas necessárias deverão levar em devida conta os princípios da prevenção, segundo os quais, entre outras coisas, deve-se dar precedência a combater o risco em sua origem, adaptar o trabalho ao indivíduo, especialmente no que tange ao planejamento dos locais de trabalho, e a substituição de elementos perigosos por outro que não oferece perigo ou é menos perigoso, colocando em segundo lugar o equipamento de proteção pessoal para a gente do mar.

4. Além disso, a autoridade competente deverá assegurar que as implicações para a segurança e a saúde sejam levadas em conta, particularmente nas seguintes áreas:

a) resposta a emergências e acidentes;

b) efeitos da dependência de drogas e álcool; e

c) proteção e prevenção contra HIV/AIDS.

Diretriz B4.3.2 - Exposição a ruído

1. A autoridade competente, em conjunção com os órgãos internacionais competentes e representantes das organizações de armadores e de gente do mar pertinentes, deverá examinar continuamente o problema de ruído a bordo dos navios, a fim de melhorar, tanto quanto possível, a proteção da gente do mar contra os efeitos da exposição ao ruído.

2. O exame a que se refere o parágrafo 1º desta Diretriz deverá levar em conta os efeitos nocivos da exposição a ruído excessivo sobre a audição, a saúde e o conforto da gente do mar, bem como as medidas a serem prescritas ou recomendadas para reduzir o ruído a bordo dos navios, a fim de proteger a gente do mar. As medidas a serem consideradas deverão incluir as seguintes:

a) instrução da gente do mar sobre os perigos para a audição e a saúde da exposição prolongada a níveis elevados de ruído e sobre o uso correto de dispositivos e equipamentos de proteção contra o ruído;

b) fornecimento de equipamento aprovado de proteção da audição à gente do mar quando for necessário; e

c) avaliação do risco e redução dos níveis de exposição ao ruído nos alojamento e em todas as instalações de lazer e de serviço de mesa, bem como na sala de máquinas e outros locais de maquinaria.

Diretriz B4.3.3 - Exposição a vibração

1. A autoridade competente, junto com os órgãos internacionais pertinentes e representantes das organizações de armadores e de gente do mar pertinentes, e levando em conta, segundo for apropriado, as normas internacionais relevantes, deverá examinar continuamente o problema de vibração a bordo dos navios, com vistas a melhorar, tanto quanto possível, a proteção da gente do mar contra os efeitos da vibração.

2. O exame a que se refere o parágrafo 1º desta Diretriz deve abranger o efeito da exposição à vibração excessiva sobre a saúde e o conforto da gente do mar, bem como medidas a serem prescritas ou recomendadas para reduzir a vibração a bordo dos navios, a fim de proteger a gente do mar. As medidas a serem consideradas deverão incluir as seguintes:

a) dar instrução à gente do mar sobre os perigos da exposição prolongada à vibração para a sua saúde;

b) fornecer equipamento aprovado de proteção individual para a gente do mar quando for necessário; e

c) avaliar o risco e reduzir os níveis de exposição à vibração dos alojamentos e em todas as instalações de lazer e de serviço de mesa, mediante a adoção de medidas consoantes com a orientação fornecida pelo código de prática da OIT sobre Fatores ambientais no local de trabalho, de 2001, e subsequentes versões, levando em conta a diferença de exposição entre os espaços de alojamento e os espaços de trabalho.

Diretriz B4.3.4 - Obrigações dos armadores

1. A obrigação do armador de prover equipamento de proteção ou outras salvaguardas para prevenção de acidentes deverá, em geral, ser acompanhada de normas de utilização que faça obrigatório o seu uso pela gente do mar, assim como da obrigação que a gente do mar acate as medidas pertinentes de prevenção de acidentes e proteção da saúde.

2. Os artigos 7 e 11 da Convenção da OIT sobre Proteção das Máquinas, 1963 (Nº 119) e as provisões correspondentes da Recomendação sobre Proteção das Máquinas, 1963 (Nº 118), impõem ao empregador a obrigação de assegurar conformidade com a exigência de que as máquinas em uso sejam devidamente protegidas e de que seja evitado seu uso sem os dispositivos de proteção, ficando o trabalhador obrigado a não usar as máquinas sem que os dispositivos de proteção estejam em seu lugar e a não inutilizar tais dispositivos.

Diretriz B4.3.5 - Notificação e compilação de estatísticas

1. Todos os acidentes de trabalho, lesões e doenças ocupacionais devem ser notificados, a fim de possibilitar sua investigação e a compilação, análise e publicação de estatísticas abrangentes, levando em conta a confidencialidade dos dados pessoais da gente do mar em apreço. As notificações não devem restringir-se a mortes ou acidentes que envolvam o navio.

2. As estatísticas a que se refere o parágrafo 1º desta Diretriz deverão registrar o número, a natureza, as causas e os efeitos dos acidentes de trabalho, lesões e doenças ocupacionais, e indicar claramente, em qual setor do navio ocorreu, o tipo de cada acidente e se a ocorrência ocorreu no mar ou em porto.

3. Todo Membro levará em devida conta sistemas ou formulários internacionais para o registro de acidentes com gente do mar, estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho.

Diretriz B43.6 - Investigações

1. A autoridade competente deverá investigar as causas e circunstâncias de todos os acidentes de trabalho, lesões e doenças ocupacionais que resultarem na perda de vida ou em grave lesão corporal, bem como outras causas especificadas na legislação nacional.

2. Uma investigação deverá considerar a inclusão dos seguintes itens:

a) ambiente de trabalho, inclusive superfícies de trabalho, disposição de máquinas, meios de acesso, iluminação e métodos de trabalho;

b) incidência de acidentes de trabalho, lesões e doenças ocupacionais em diferentes faixas etárias;

c) problemas fisiológicos e psicológicos causados pelo ambiente a bordo;

d) problemas causados por estresse físico a bordo de navios, particularmente em decorrência do aumento da carga de trabalho;

e) problemas causados pelos efeitos de inovações técnicas e sua influência sobre a composição da tripulação; e

f) problemas causados por falha humana.

Diretriz B4.3.7 - Programas nacionais de proteção e prevenção

1. A fim de dispor de bases sólidas para adotar medidas que promovam a proteção da segurança e da saúde no trabalho e a prevenção dos acidentes de trabalho, lesões e doenças igualmente ocupacionais, decorrentes de riscos peculiares ao emprego marítimo, pesquisas deveriam ser empreendidas sobre as tendências gerais e esses perigos, tais como os revelam as estatísticas.

2. A implementação de programas de proteção e prevenção destinados a promover a segurança e a saúde no trabalho e a prevenção de acidentes de trabalho e lesões e doenças profissionais, deverá ser organizada de tal modo que a autoridade competente, os armadores e gente do mar ou seus representantes e outros órgãos apropriados possam desempenhar um papel ativo, inclusive por meio de sessões informativas, diretrizes a bordo sobre os máximos níveis de exposição a fatores ambientais do local de trabalho potencialmente nocivos e a outros riscos, bem como sobre os resultados de um processo sistemático de avaliação de riscos. Em particular, deveriam ser estabelecidas comissões paritárias nacionais ou locais sobre proteção da segurança e da saúde ocupacionais e prevenção de acidentes, ou grupos de trabalho específicos e comissões a bordo, nos quais as organizações de armadores e gente do mar estejam representadas.

3. Caso tais atividades ocorram no âmbito das empresas, deverá ser considerada a possibilidade que a gente do mar esteja representada em toda comissão de segurança a bordo dos navios desse armador.

Diretriz B4.3.8 - Conteúdo dos programas de proteção e prevenção

1. A atribuição das seguintes funções às comissões e outros órgãos a que se refere o parágrafo 2º da Diretriz B4.3.7 deverá ser considerada:

a) elaboração de diretrizes e políticas nacionais sobre sistemas de gestão da segurança e da saúde no trabalho e de disposições, normas e manuais sobre prevenção de acidentes;

b) organização de cursos e programas de formação relativos à proteção da segurança e da saúde no trabalho e à prevenção de acidentes;

c) organização de divulgação sobre proteção da segurança e da saúde no trabalho e prevenção de acidentes, inclusive por meio de filmes, cartazes, anúncios e folhetos; e

d) distribuição de material e informações sobre proteção da segurança e da saúde no trabalho e prevenção de acidentes, que cheguem à gente do mar a bordo dos navios.

2. As disposições ou recomendações relevantes adotadas pelas autoridades ou organizações nacionais ou internacionais pertinentes deverão ser levadas em conta pelos encarregados de elaborar material escrito a respeito de medidas ou recomendações práticas para a proteção da segurança e da saúde no trabalho e a prevenção de acidentes.

3. Ao formular programas de proteção da segurança e da saúde no trabalho e prevenção de acidentes, todo Membro dará a devida atenção aos códigos de prática relacionados com a segurança e a saúde da gente do mar, publicados pela Organização Internacional do Trabalho.

Diretriz B4.3.9 - Instrução em proteção da segurança e da saúde no trabalho e em prevenção de acidentes de trabalho

1. O programa de formação a que se refere o parágrafo 1º, alínea "a", da Norma A4.3 deverá ser revisto periodicamente e atualizado à luz das inovações nos tipos e tamanhos de navios e em seus equipamentos, bem como das mudanças nas práticas referentes a tripulação, nacionalidade, idioma e organização do trabalho a bordo.

2. A divulgação sobre proteção da segurança e da saúde no trabalho e a prevenção de acidentes deve ser contínua. Essa divulgação poderá assumir as seguintes formas:

a) material audiovisual educativo, tais como filmes, para uso nos centros de formação profissional para gente do mar e, se possível, a bordo dos navios;

b) afixação de cartazes a bordo dos navios;

c) inclusão, nos jornais e revistas lidos pela gente do mar, de artigos sobre os riscos do trabalho marítimo e sobre medidas de proteção da segurança e da saúde no trabalho e de prevenção de acidentes; e

d) campanhas especiais, utilizando diversos meios de publicidade, para orientar a gente do mar, inclusive campanha a respeito de práticas de trabalho seguras.

3. A divulgação a que se refere o parágrafo 2º desta Diretriz deverá levar em conta as diferentes nacionalidades, idiomas e culturas da gente do mar a bordo dos navios.

Diretriz B4.3.10 - Educação de gente do mar jovem sobre segurança e saúde

1. Os regulamentos de segurança e de saúde deverão referir-se às disposições gerais sobre exames médicos antes e durante o emprego e sobre a prevenção de acidentes e a proteção da saúde no trabalho, aplicáveis ao trabalho marítimo. Esses regulamentos deverão especificar as medidas para minimizar os perigos ocupacionais para a gente do mar jovem no desempenho de suas tarefas.

2. A não ser que um jovem seja considerado plenamente qualificado pela autoridade competente para levar a cabo uma tarefa, os regulamentos deverão estipular restrições à realização, por gente do mar jovem, sem a devida supervisão e instrução, de certos tipos de trabalho que oferecem riscos especiais de acidente ou são suscetíveis de prejudicar sua saúde ou desenvolvimento físico, ou que exigem um certo grau de maturidade, experiência, ou habilidade. Ao determinar os tipos de trabalho a serem restringidos pelos regulamentos, a autoridade competente deverá pensar particularmente em trabalho que envolva o seguinte:

a) levantar, mover, ou carregar cargas ou objetos pesados;

b) entrar nas caldeiras, tanques e compartimentos estanques;

c) ser exposto a níveis nocivos de vibração e ruído;

d) operar máquinas de içar ou outras máquinas e ferramentas elétricas ou servir de sinaleiros para operadores desse tipo de equipamento;

e) manipular cabos de amarração ou de reboque ou equipamento de ancoragem;

f) mastreação e aparelhamento;

g) trabalho de borda acima ou no convés em tempo carregado;

h) serviço noturno de quarto;

i) manutenção de equipamento elétrico;

j) exposição a materiais potencialmente nocivos ou a agentes físicos nocivos, tais como substâncias perigosas ou tóxicas e radiação ionizante;

k) limpeza de equipamentos de cozinha e de serviço de mesa de bordo; e

l) manejar os botes do navio ou assumir responsabilidade por eles.

3. Medidas práticas deverão ser tomadas pela autoridade competente ou pelas entidades apropriadas, para chamar a atenção da gente do mar jovem para informações a respeito de prevenção de acidentes e proteção da sua saúde a bordo dos navios. Essas medidas poderão incluir instrução adequada, por meio de cursos, publicidade oficial sobre prevenção de acidentes destinada a pessoas jovens, e instrução e supervisão profissional de jovens.

4. A formação e treinamento de jovens em terra e a bordo dos navios deverá incluir orientação sobre os efeitos prejudiciais exercidos sobre sua saúde e bem-estar pelo abuso de álcool, drogas e outras substâncias potencialmente nocivas e sobre os riscos e preocupações relacionados com HIV/AIDS e outras atividades que impliquem em riscos para a saúde.

Diretriz B4.3.11 - Cooperação internacional

1. Os Membros, com a assistência, caso apropriado, de organizações intergovernamentais e outras organizações internacionais, deverão esforçar-se para, em mútua cooperação, alcançar a maior uniformidade possível de ação para a promoção da segurança e da saúde ocupacional e da prevenção de acidentes.

2. Ao formular programas para promover a segurança e a saúde ocupacionais e a prevenção de acidentes em conformidade com a Norma A4.3, todo Membro dará a devida atenção aos códigos relevantes de prática publicados pela Organização Internacional do Trabalho e às normas apropriadas de outras organizações internacionais.

3. Os membros deverão dar atenção à necessidade de cooperação internacional para a promoção contínua de iniciativas relacionadas com a proteção da segurança e da saúde no trabalho e a prevenção de acidentes de trabalho. Essa cooperação poderá assumir a forma de:

a) acordos bilaterais e multilaterais para promover uniformidade das normas e salvaguardas para a proteção da segurança e da saúde no trabalho e a prevenção de acidentes de trabalho;

b) intercâmbio de informações sobre perigos particulares a que está exposta a gente do mar e meios de promover a proteção da segurança e da saúde e a prevenção de acidentes;

c) assistência para testes de equipamento e inspeção em consonância com os regulamentos nacionais do Estado da bandeira;

d) colaboração na elaboração e divulgação de disposições, regras e manuais sobre proteção da segurança e da saúde ocupacionais e prevenção de acidentes;

e) colaboração para a produção e utilização de material didático; e

f) instalações conjuntas ou assistência mútua para o treinamento de gente do mar em proteção da segurança e da saúde ocupacionais, prevenção de acidentes e práticas seguras de trabalho.

Regra

Regra 4.4 - Acesso a instalações terrestres de bem-estar

Finalidade: Assegurar que a gente do mar que estiver trabalhando a bordo tenha acesso a instalações e serviços em terra para proteger sua saúde e seu bem-estar.

1. Os Membros deverão cuidar para que as instalações de bem-estar em terra, se existentes, sejam de fácil acesso. Os Membros também deverão promover a construção em determinados portos de instalações de bem-estar como as citadas no Código, para que a gente do mar a bordo dos navios que se encontrem em seus portos tenham acesso a instalações e serviços de bem-estar apropriados.

2. As responsabilidades de todo Membro com relação a instalações em terra, inclusive instalações e serviços de bem-estar, cultura, lazer e informações, são estipuladas no Código.

Norma

Norma A4.4 - Acesso a instalações terrestres de bem-estar

1. Todo Membro exigirá que, quando existirem instalações de bem-estar em seu território, que sejam franqueadas a toda a gente do mar, independentemente de nacionalidade, raça, cor, sexo, religião, opinião política ou origem social e independentemente do Estado da bandeira do navio em que estiver empregada, engajada, ou trabalhando.

2. Todo Membro deve incentivar o desenvolvimento de instalações de bem-estar nos portos apropriados do país e determinar, após consulta às organizações de armadores e de gente do mar interessadas, quais portos deverão ser considerados apropriados.

3. Todo Membro incentivará o estabelecimento de comissões de bem-estar encarregadas de examinar periodicamente as instalações e serviços de bem-estar, a fim de assegurar que são apropriados, tendo em vista as necessidades da gente do mar em função das inovações técnicas e operacionais e de outras mudanças no setor marítimo.

Diretriz

Diretriz B4.4 - Acesso a instalações terrestres de bem-estar

Diretriz B4.4.1 - Responsabilidades dos Membros

1. Todo Membro deverá:

a) adotar medidas para assegurar que haja instalações e serviços adequados de bem-estar para a gente do mar nos portos de escala designados e que haja proteção adequada da gente do mar no exercício de sua profissão; e

b) levar em conta, na implementação dessas medidas, as necessidades da gente do mar, especialmente em países estrangeiros e ao entrar em zonas de guerra, no que tange a sua segurança, saúde e atividades nas horas de folga.

2. As providências para a supervisão das instalações e serviços de bem-estar deverão ter a participação dos representantes das organizações de armadores e de gente do mar interessadas.

3. Todo Membro adotará medidas destinadas a agilizar a circulação entre os navios, agências centrais de suprimentos e estabelecimentos de materiais de bem-estar, tais como filmes, livros, jornais e equipamento esportivo que a gente do mar possa utilizar a bordo de seus navios e nos centros de bem-estar em terra.

4. Os Membros deverão cooperar uns com os outros para a promoção do bem-estar da gente do mar em alto-mar e nos portos. Essa cooperação deverá incluir o seguinte:

a) consultas entre as autoridades competentes, com vistas à provisão e aprimoramento das instalações e serviços destinados ao bem-estar da gente do mar, tanto nos portos como a bordo dos navios;

b) acordos para a combinação dos recursos e a provisão de instalações de bem-estar nos portos mais importantes, de modo a evitar uma duplicação desnecessária;

c) organização de competições esportivas internacionais e incentivo à participação da gente do mar em atividades esportivas; e

d) organização de seminários internacionais sobre o bem-estar dos marítimos no mar e nos portos.

Diretriz B4.4.2 - Instalações e serviços de bem-estar nos portos

1. Todo Membro propiciará ou assegurará a provisão das instalações e serviços de bem-estar que forem necessários, em portos apropriados do país.

2. Instalações e serviços de bem-estar deverão ser propiciados, de acordo com as condições e práticas nacionais, por uma ou mais de uma das seguintes instituições:

a) autoridades públicas;

b) organizações de armadores e de gente do mar interessadas, ao amparo de acordos de negociação coletiva ou de outros esquemas acordados; e

c) organizações beneficentes.

3. Instalações de bem-estar e recreativas necessárias deverão ser estabelecidas ou desenvolvidas nos portos, inclusive as seguintes:

a) salões de reunião e recreação, segundo a necessidade;

b) instalações esportivas e atividades ao ar livre, inclusive competições;

c) instalações de ensino; e

d) se for apropriado, instalações para atos religiosos e aconselhamento individual

4. Essas instalações poderão ser asseguradas, e instalações projetadas pra uso mais geral poderão ser colocadas à disposição de acordo com suas necessidades.

5. Onde um grande número de marítimos de diferentes nacionalidades necessitarem de instalações como hotéis, clubes e instalações esportivas num determinado porto, as autoridades competentes ou órgãos dos países de origem dos marítimos e os Estados da bandeira, bem como as associações internacionais interessadas, deverão consultar e cooperar com as autoridades competentes e os órgãos do país em que o porto estiver situado e entre si, com vistas a unir os recursos e evitar duplicação desnecessária.

6. Deverá haver disponibilidade de hotéis e albergues adequados para a gente do mar onde houver necessidade. Suas instalações deverão ser iguais às encontradas em um hotel de boa classe e, sempre que possível, situadas numa boa localização, afastada das imediações do cais. Esses hotéis ou albergues deverão ser devidamente supervisionados, ter preços razoáveis e, caso necessário, deverão poder acomodar familiares dos marítimos.

7. Essas acomodações deverão ser franqueadas a todos os marítimos, independentemente de nacionalidade, raça, cor, sexo, religião, opinião política ou origem social e do Estado da bandeira do navio em que estiverem empregados, engajados ou trabalhando. Sem prejuízo desse princípio, é possível que, em certos portos, seja necessário propiciar tipos diversos de instalações, de padrão comparável, porém adaptadas aos costumes e necessidades de diferentes grupos de marítimos.

8. Deverão ser tomadas medidas para assegurar, segundo for necessário, que, além de eventuais voluntários, pessoas com competência técnica sejam empregadas em regime de tempo integral na operação das instalações e serviços de bem-estar destinados à gente do mar.

Diretriz B4.4.3 - Comissões de bem-estar

1. Comissões de bem-estar deverão ser estabelecidas em âmbito portuário, regional e nacional, segundo for apropriado. Suas funções deverão incluir as seguintes:

a) verificar continuamente a adequação das instalações de bem-estar e monitorar a necessidade de novas instalações ou de desativação daquelas que são subutilizadas; e

b) dar assistência e orientação aos responsáveis pela oferta de instalações de bem-estar e assegurar a coordenação entre eles.

2. Os membros das comissões de bem-estar deverão incluir representantes de organizações de armadores e de gente do mar, as autoridades competentes e, se for apropriado, organizações beneficentes e entidades sociais.

3. Se for apropriado, os cônsules de Estados marítimos e representantes locais de organizações estrangeiras de bem-estar deverão, em conformidade com a legislação e os regulamentos nacionais, associar-se ao trabalho portuário, regional e nacional das comissões de bem-estar.

Diretriz B4.4.4 - Financiamento de instalações de bem-estar

1. De acordo com as condições e práticas nacionais, o apoio financeiro das instalações de bem-estar nos portos deverá provir de uma ou mais de uma das seguintes fontes:

a) verbas públicas;

b) impostos ou outros encargos especiais de fontes do setor de navegação;

c) contribuições voluntárias de armadores e de marítimos ou de suas organizações; e

d) contribuições voluntárias de outras fontes.

2. Onde impostos, taxas e encargos especiais forem cobrados, eles deverão ser usados unicamente para os seus fins declarados.

Diretriz B4.4.5 - Divulgação de informações e facilitação de medidas

1. Deverão ser divulgadas informações entre a gente do mar acerca das instalações e dos serviços franqueados ao público em geral nos portos de escala, especialmente em relação a transporte, bem-estar, recreação e educação, bem como a locais de culto, além das instalações e serviços destinados especificamente à gente do mar.

2. Meios de transporte adequados a preços moderados deverão se propiciados a qualquer momento razoável, a fim de permitir que a gente do mar possa chegar às áreas urbanas a partir de locais convenientes no porto.

3. Todas as medidas apropriadas deverão ser tomadas pelas autoridades competentes para manter os armadores e a gente do mar informados, ao entrarem num porto, a respeito de eventuais leis e costumes especiais, cuja infração poderá colocar sua liberdade em risco.

4. As zonas portuárias e as estradas de acesso deverão ser providas pelas autoridades competentes de iluminação e sinalização adequadas e de patrulhamento regular para a proteção da gente do mar.

Diretriz B4.4.6 - Gente do mar em porto estrangeiro

1. Para a proteção da gente do mar em portos estrangeiros, medidas deverão ser tomadas a fim de facilitar:

a) o acesso a cônsules do Estado de sua nacionalidade ou residência; e

b) a efetiva cooperação entre os cônsules e as autoridades locais ou nacionais.

2. Gente do mar detida em porto estrangeiro deverá ser prontamente tratada de acordo com o devido processo legal, com proteção consular apropriada.

3. Quando gente do mar for detida por qualquer motivo no território estrangeiro de um Membro, a autoridade competente deverá, caso o trabalhador assim o solicite, informar imediatamente o Estado da bandeira e o Estado de nacionalidade da gente do mar. A autoridade competente deverá informar prontamente o marítimo do seu direito de fazer tal solicitação. O Estado de nacionalidade do marítimo deverá prontamente notificar a família do marítimo. A autoridade competente deverá permitir o acesso imediato dos funcionários consulares desses Estados ao trabalhador, e subsequentes visitas regulares enquanto permanecer detido.

4. Todo Membro adotará medidas, sempre que for necessário, para assegurar a segurança da gente do mar contra agressão e outros atos ilícitos enquanto os navios estiverem em suas águas territoriais e especialmente ao se aproximarem dos portos.

5. Todo esforço deverá ser feito pelos responsáveis no porto e a bordo do navio para facilitar a permissão de gente do mar ir à terra tão logo seja possível depois que o navio entrar no porto.

Regra

Regra 4.5 - Seguridade social

Finalidade: Assegurar que sejam tomadas medidas no sentido de franquear o acesso da gente do mar à proteção da seguridade social.

1. Todo Membro assegurará que toda a gente do mar e, até onde sua lei nacional o permitir, seus dependentes tenham acesso à proteção da seguridade social, em conformidade com o Código, sem prejuízo de quaisquer outras condições mais favoráveis, a que se refere o parágrafo 8º do artigo 19 da Constituição.

2. Todo Membro se compromete a adotar medidas, de acordo com suas circunstâncias nacionais, individualmente e mediante cooperação internacional, para alcançar progressivamente a proteção abrangente da seguridade social para a gente do mar.

3. Todo Membro garantirá que gente do mar sujeita a sua legislação de seguridade social e, até onde estabelecer a sua lei nacional, seus dependentes tenham o direito de se beneficiar da proteção da seguridade social, num modo que não seja menos favorável do que o usufruído pelos trabalhadores em terra.

Norma

Norma A4.5 - Seguridade social

1. As áreas a serem consideradas com vistas a alcançar progressivamente a proteção abrangente da seguridade social, em conformidade com a Regra 4.5, são as seguintes assistência médica e benefícios por doença, por desemprego, por acidentes de trabalho e por idade, benefícios familiares, licença maternidade, por invalidez, e pensões por morte, em complementação da proteção assegurada pela Regra 4.1, a respeito de assistência médica, e a Regra 4.2, a respeito da responsabilidade dos armadores, bem como por outros títulos desta Convenção.

2. Quando da ratificação, a proteção a ser assegurada por todo membro, em conformidade com o parágrafo 1º da Regra 4.5, deverá incluir pelo menos três dos benefícios relacionados no parágrafo 1º desta Norma.

3. Todo Membro adotará medidas consoantes com suas circunstâncias nacionais, destinadas a assegurar para toda gente do mar que resida habitualmente em seu território a proteção suplementar de seguridade social, a que se refere o parágrafo 1º desta Norma. Essa responsabilidade poderá ser cumprida, por exemplo, mediante acordos bilaterais ou multilaterais apropriados ou sistemas baseados em contribuições. A proteção resultante não deverá ser menos favorável do que a usufruída pelos trabalhadores em terra, residentes no seu território.

4. Não obstante a atribuição de responsabilidades conforme o parágrafo 3º desta Norma, os Membros poderão determinar, mediante acordos bilaterais e multilaterais e disposições adotadas no contexto de organizações de integração econômica, outras regras relativas à legislação de seguridade social a que a gente do mar estará sujeita.

5. As responsabilidades de todo Membro com respeito à gente do mar a bordo de navios que arvoram sua bandeira incluem as relacionadas nas Regras 4.1 e 4.2 e nas disposições correlatas do Código, bem como as que são inerentes às obrigações gerais decorrentes do direito internacional.

6. Todo Membro dará a devida consideração às várias maneiras pelas quais benefícios comparáveis serão concedidos à gente do mar, em conformidade com a lei e prática nacionais, na falta de cobertura adequada nas áreas relacionadas no parágrafo 1º desta Norma.

7. A proteção mencionada no parágrafo 1º da Regra 4.5 poderá, se for apropriado, ser incorporada em leis e regulamentos, em planos privados ou acordos de negociação coletiva ou numa combinação de todos esses.

8. Até onde for consistente com sua legislação e prática nacional, os Membros deverão cooperar uns com os outros, mediante acordos bilaterais ou multilaterais ou outros esquemas, para assegurar a preservação dos direitos de seguridade social, baseados em esquemas contributivos ou não-contributivos, adquiridos ou em fase de aquisição por toda a gente do mar, independentemente de sua residência.

9. Todo Membro estabelecerá procedimentos justos e eficazes para a solução de conflitos.

10. Todo Membro especificará, no momento da ratificação, os tipos de benefícios concedidos em conformidade com o parágrafo 2º desta Norma. Subsequentemente, o Membro comunicará ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho quando ele conceder proteção de seguridade social relativa a um ou mais dos benefícios enumerados no parágrafo 1º desta Norma. O Diretor-Geral deverá manter um registro dessa informação e colocá-la à disposição de todas as partes interessadas.

11. Os relatórios submetidos à Repartição Internacional do Trabalho em conformidade com o artigo 22 da Constituição também incluirão informações a respeito das medidas tomadas de acordo com o parágrafo 2º da Regra 4.5, para incluir outros benefícios na proteção.

Diretriz

Diretriz B4.5 - Seguridade social

1. A proteção a ser concedida quando da ratificação, em conformidade com o parágrafo 2º da Regra A4.5, deverá incluir pelo menos os benefícios de assistência médica e os benefícios por doença e lesão profissional.

2. Nas circunstâncias a que se refere o parágrafo 6º da Norma A4.5, benefícios comparáveis poderão ser garantidos por meio de seguro, acordos bilaterais e multilaterais ou outros meios eficazes, levando em conta as disposições pertinentes de acordos de negociação coletiva. Onde essas medidas forem adotadas, a gente do mar coberta deverá ser informada das maneiras pelas quais os vários benefícios da seguridade social serão concedidos.

3. Onde a gente do mar for sujeita a mais de uma legislação referente à seguridade social, os Membros envolvidos deverão cooperar entre si, com vistas a determinar por acordo mútuo qual legislação deverá ser aplicada, levando em conta fatores como qual o tipo e nível de proteção concedida ao amparo das respectivas legislações será mais favorável ao interessado, bem como sua preferência.

4. Os procedimentos a serem estabelecidos em conformidade com o parágrafo 9º da Norma A4.5 deverão ser concebidos de modo a abranger todas as controvérsias relevantes em torno das reivindicações da gente do mar interessada, independentemente da maneira em que a cobertura for concedida.

5.Todo Membro que tiver nacionais e não-nacionais servindo em navios que arvoram sua bandeira assegurará proteção ao amparo da seguridade social, na forma prescrita na Convenção, segundo for aplicável, e reverá periodicamente os benefícios relacionados no parágrafo 1º da Norma A4.5, a fim de identificar outros benefícios favoráveis à gente do mar interessada.

6. Os acordos de emprego e contratos de trabalho da gente do mar deverão identificar os meios pelos quais os diversos benefícios da seguridade social serão assegurados à gente do mar pelo armador, bem como quaisquer outras informações relevantes disponíveis ao armador, tais como as possíveis deduções estatutárias dos salários da gente do mar e as contribuições do armador, em conformidade com as exigências dos órgãos pertinentes e de acordo com os sistemas nacionais relevantes de seguridade social.

7. Ao exercer efetivamente sua jurisdição sobre as questões sociais, o Membro cuja bandeira o navio arvora deverá comprovar que se cumprem as responsabilidades dos armadores no que se refere à proteção em matéria de seguridade social, incluindo os recolhimentos das contribuições aos regimes de seguridade social.

TÍTULO 5. CUMPRIMENTO E CONTROLE DA APLICAÇÂO

1. As Regras constantes nesse Título especificam a responsabilidade dos Membros de implementar e aplicar integralmente e controlar a aplicação dos princípios e direitos estabelecidos nos Artigos da Convenção e as obrigações particulares definidas nos Títulos 1, 2, 3 e 4.

2. Os parágrafos 3º e 4º do Artigo 4, que permitem a implementação da Parte A do código por meio de disposições substancialmente equivalentes, não se aplicam à Parte A do Código neste Título.

3. De acordo com o parágrafo 2º do Artigo VI, todo Membro se desincumbirá de suas responsabilidades estipuladas nas regras, na maneira estabelecida nas Normas correspondentes da Parte A do Código, dando a devida consideração às Diretrizes correspondentes na Parte B do Código.

4. As disposições deste Título deverão ser implementadas com a consciência de que a gente do mar e os armadores, como todas as demais pessoas, são iguais perante a lei e têm igual direito à proteção da lei, não podendo sofrer discriminação quanto ao seu acesso às cortes, tribunais ou outros mecanismos de solução de litígios. As disposições deste Título não especificam jurisdição legal nem competência territorial alguma.

Regra

Regra 5.1 - Responsabilidades do Estado da bandeira

Finalidade: Assegurar que todo Membro implementará suas responsabilidades decorrentes desta Convenção no que diz respeito aos navios que arvoram sua bandeira.

Regra 5.1.1 - Princípios gerais

1. Todo Membro será responsável por assegurar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Convenção nos navios que arvoram sua bandeira.

2. Todo Membro estabelecerá um sistema eficaz de inspeção e certificação das condições de trabalho marítimo, em conformidade com as Regras 5.1.3 e 5.1.4, de modo a assegurar que as condições de trabalho e de vida da gente do mar nos navios que arvoram sua bandeira cumprem, e que continuarão a cumprir, as normas estabelecidas nesta Convenção.

3. Ao estabelecer sistemas eficazes de inspeção e certificação das condições de trabalho marítimo, o Membro poderá, caso seja apropriado, autorizar instituições públicas ou outras organizações, inclusive de outro Membro, se esse concordar, por ele reconhecidas como competentes e independentes para fazer as inspeções ou emitir os certificados, ou ambas as coisas. Em todos os casos, o Membro será inteiramente responsável pela inspeção e certificação das condições de trabalho e de vida da gente do mar em apreço nos navios que ostentam sua bandeira.

4. Um certificado de trabalho marítimo, complementado por uma declaração de conformidade do trabalho marítimo, constituirá prova prima facie, salvo prova em contrário, de que o navio foi devidamente inspecionado pelo Membro cuja bandeira ele ostenta e que os dispositivos desta Convenção, relativos às condições de trabalho e de vida da gente do mar, foram satisfeitos, tal como atesta o certificado.

5. As informações acerca do sistema, a que se refere o parágrafo 2º desta Regra, inclusive o método utilizado para avaliar sua eficácia, constarão nos relatórios do Membro à Repartição Internacional do Trabalho, em conformidade com o Artigo 22 da Constituição.

Norma

Norma A5.1.1 - Princípios gerais

1. Todo Membro estabelecerá objetivos e normas claras para a administração de seus sistemas de inspeção e certificação, bem como procedimentos gerais adequados para avaliar até que ponto esses objetivos e normas estão sendo atingidos.

2. Todo Membro exigirá que todos os navios que arvoram sua bandeira tenham uma cópia disponível desta Convenção a bordo.

Diretriz

Diretriz B5.1.1 - Princípios gerais

1. A autoridade competente deverá tomar providências apropriadas para promover a efetiva cooperação entre instituições públicas e outras organizações, a que se referem as Regras 5.1.1 e 5.1.2, em relação às condições de trabalho e de vida da gente do mar a bordo de navios.

2. A fim de assegurar melhor cooperação entre inspetores e armadores, gente do mar e suas respectivas organizações e de manter ou melhorar as condições de trabalho e de vida da gente do mar, a autoridade competente deverá consultar os representantes dessas organizações, a intervalos regulares, sobre a melhor maneira de atingir esses objetivos. A forma de consulta deverá ser determinada pela autoridade competente, após consulta às organizações de armadores e de gente do mar.

Regra

Regra 5.1.2 - Autorização de organizações reconhecidas

1. As instituições públicas ou outras organizações a que se refere o parágrafo 3º da Regra 5.1.1, designadas como organizações reconhecidas, deverão ser reconhecidas pela autoridade competente como estando em conformidade com os requisitos do Código a respeito de competência e independência. As funções de inspeção ou certificação que as organizações reconhecidas poderão ser autorizadas a desempenhar deverão enquadrar-se no âmbito das atividades expressamente mencionadas no Código, a serem realizadas pela autoridade competente ou por uma organização competente.

2. Os relatórios a que se refere o parágrafo 5º da Regra 5.1.1 incluirão informações acerca da eventual organização reconhecida, atestando que as autorizações concedidas e as providências tomadas pelo Membro para assegurar que as atividades autorizadas foram integral e eficazmente satisfeitas.

Norma

Norma A5.1.2 - Autorização das organizações reconhecidas

1. Para efeitos de reconhecimento conforme o parágrafo 1º da Regra 5.1.2, a autoridade competente deverá examinar a competência e independência da organização interessada e determinar se essa organização demonstrou, no grau necessário para levar a cabo as atividades compreendidas nas faculdades conferidas a ela, que:

a) possui as competências técnicas necessárias nos aspectos relevantes da presente Convenção e os conhecimentos adequados sobre o funcionamento do navio, incluídos os requisitos mínimos para trabalhar a bordo de navios, as condições de trabalho, o alojamento, as instalações de lazer, a alimentação e o serviço de mesa, e a prevenção de acidentes, a proteção da saúde, a assistência médica, o bem-estar e a proteção da seguridade social;

b) tem capacidade para manter e atualizar as competências profissionais de seu pessoal;

c) possui os conhecimentos necessários sobre as disposições da Convenção assim como da legislação nacional aplicável e dos instrumentos internacionais existentes, e

d) seu tamanho, estrutura, experiência e capacidade estão em consonância com o tipo e grau de autorização.

2. Qualquer autorização que se conceda em relação com as inspeções, deve, no mínimo, permitir que a organização possa exigir que se corrijam as deficiências que verificarem nas condições de vida e trabalho a bordo da gente do mar e que realizem inspeções nesse sentido quando solicitado por um Estado do porto.

3. Todo Membro estabelecerá:

a) um sistema para garanta a idoneidade do trabalho realizado por organizações reconhecidas, que inclua informações a respeito da legislação nacional e dos instrumentos internacionais aplicáveis; e

b) procedimentos para comunicação com essas organizações e para controle das mesmas.

4. Todo Membro fornecerá à Repartição Internacional do Trabalho uma lista de organizações reconhecidas, autorizadas a atuar em seu nome, e manterá essa lista atualizada. A lista especificará as funções das organizações reconhecidas que tiverem sido autorizadas para tanto. A Repartição tornará pública essa lista.

Diretriz

Diretriz B5.1.3 - Autorização de organizações reconhecidas

1. Uma organização interessada em receber autorização deverá demonstrar competência técnica, administrativa e gerencial, bem como capacidade para assegurar a realização tempestiva de serviços de qualidade satisfatória.

2. Ao avaliar a capacidade de uma organização, a autoridade competente deverá determinar se essa organização:

a) tem um quadro adequado de pessoal técnico, gerencial e de apoio;

b) tem um quadro suficiente de pessoal qualificado para propiciar os serviços necessários com cobertura geográfica adequada;

c) tem capacidade comprovada de realizar os serviços tempestivamente e de qualidade satisfatória; e

d) é independente e responsável em suas operações.

3. A autoridade competente deverá firmar um acordo por escrito com a organização que ela reconhecer para os fins da autorização. O acordo deverá abranger os seguintes elementos:

a) âmbito de aplicação;

b) propósito;

c) condições gerais;

d) execução das funções estipuladas pela autorização;

e) fundamento legal das funções estipuladas pela autorização;

f) apresentação de relatórios à autoridade competente;

g) especificação da autorização conferida pela autoridade competente à organização reconhecida; e

h) supervisão pela autoridade competente das atividades delegadas à organização reconhecida.

4. Todo Membro exigirá que as organizações reconhecidas desenvolvam um sistema para qualificação das pessoas por elas empregadas como inspetores, a fim de assegurar a atualização oportuna dos seus conhecimentos teóricos e práticos.

5. Todo Membro deverá exigirá que as organizações reconhecidas mantenham registros dos serviços por ela prestados, para que demonstrem que cumprem com as normas exigidas pelos serviços que desempenham.

6. Ao estabelecer os procedimentos de controle a que se refere o parágrafo 3º, alínea "b" da Norma A5.1.2, todo Membro levará em conta as Diretrizes sobre autorização para que uma organização atue em nome da administração, adotadas no contexto da Organização Marítima Internacional.

Regra

Regra 5.1.3 - Certificação de trabalho marítimo e declaração de conformidade do trabalho marítimo

1. Esta Regra se aplica a navios:

a) de arqueação bruta igual ou superior a 500 que realizam viagens internacionais; e

b) de arqueação bruta igual ou superior a 500 que arvoram a bandeira de um Membro e que operam a partir de um porto, ou entre portos, de outro país.

Para os fins desta Regra, "viagem internacional" significa viagem desde um país até um porto fora desse país.

2. Esta Regra também se aplica a navios que arvoram a bandeira de um Membro e que não é abrangido pelo parágrafo 1º desta Regra, a pedido do armador ao país em apreço.

3. Todo membro exigirá que os navios que arvoram sua bandeira levem a bordo e mantenham atualizado um certificado de trabalho marítimo, atestando que as condições de trabalho e de vida da gente do mar no navio, inclusive medidas destinadas a assegurar o cumprimento contínuo das disposições adotadas, a serem incluídas na declaração de conformidade com o trabalho marítimo, a que se refere o parágrafo 4º desta Regra, foram inspecionadas e satisfazem as exigências da legislação nacional ou em outras medidas de implementação desta Convenção.

4. Todo Membro exigirá que os navios que arvoram sua bandeira levem a bordo e mantenham atualizada uma declaração de conformidade do trabalho marítimo, especificando os requisitos nacionais para a implementação desta Convenção, no que tange às condições de trabalho e de vida da gente do mar, e estipulando as medidas adotadas pelo armador para assegurar a conformidade com tais requisitos no navio ou navios de que se trate.

5. O certificado de trabalho marítimo e a declaração de conformidade do trabalho marítimo deverão obedecer ao modelo prescrito pelo Código.

6. Quando a autoridade competente do Membro ou uma organização reconhecida, devidamente autorizada para esse fim, verificar mediante inspeção que um navio que arvora a bandeira do Membro satisfaz e continua a satisfazer as normas desta Convenção, ela emitirá ou renovará o certificado de trabalho marítimo correspondente e manterá um registro desse certificado acessível ao público.

7. Requisitos pormenorizados relativos ao certificado de trabalho marítimo e à declaração de conformidade do trabalho marítimo, inclusive uma lista de itens que precisam ser inspecionados e aprovados, constam na Parte A do Código.

Norma

Norma A5.1.3 - Certificado de trabalho marítimo e declaração de conformidade do trabalho marítimo

1. O certificado de trabalho marítimo emitido a um navio pela autoridade competente ou por uma organização reconhecida e devidamente autorizada para tanto terá validade de, no máximo, cinco anos. No Apêndice A5-I, consta uma lista dos itens que precisam ser inspecionados e satisfazer a legislação nacional ou outras medidas para a implementação dos dispositivos desta Convenção, relativos às condições de trabalho e de vida da gente do mar nos navios, para que um certificado de trabalho marítimo possa ser emitido.

2. A validade do certificado de trabalho marítimo estará sujeita a uma inspeção intermediária pela autoridade competente ou por uma organização reconhecida, autorizada para esse fim, destinada a assegurar que o navio mantém a

conformidade com os requisitos nacionais para a implementação desta Convenção. Se apenas uma inspeção intermediária for realizada e o período de validade for de cinco anos, essa inspeção ocorrerá entre a segunda e a terceira data de vencimento anual do certificado. A data de vencimento anual significa o dia, o mês e o ano, que corresponderá, a cada ano, à data de expiração do certificado de trabalho marítimo. O alcance e extensão da inspeção intermediária serão idênticos ao da inspeção para renovação do certificado. O certificado será endossado após uma inspeção intermediária satisfatória.

3. Não obstante o disposto no parágrafo 1º desta Norma, se a inspeção for concluída dentro de três meses antes da expiração de um certificado de trabalho marítimo, o novo certificado de trabalho será válido a partir da data de conclusão da inspeção para renovação, por um período de, no máximo, cinco anos a partir da data de expiração do certificado existente.

4. Se a inspeção para renovação for concluída mais de três meses antes da data de expiração do certificado de trabalho marítimo, o novo certificado de trabalho marítimo será válido por um período de, no máximo, cinco anos, a partir da data de conclusão da inspeção para renovação.

5. Um certificado de trabalho marítimo poderá ser emitido provisoriamente:

a) a navios novos quando de sua entrega;

b) a um navio que troca de bandeira; ou

c) quando um armador assume responsabilidade pela operação de um navio que é novo para ele.

6. Este certificado provisório de trabalho marítimo poderá ser emitido por um período máximo de seis meses pela autoridade competente ou por uma organização reconhecida, devidamente autorizada para esse fim.

7. Um certificado provisório de trabalho marítimo poderá ser emitido somente após se verificar que:

a) o navio foi inspecionado, na medida razoável e exequível, em relação aos itens estipulados no Apêndice A5-I, levando em conta a verificação dos itens relacionados nas alíneas "b", "c" e "d" deste parágrafo;

b) o armador demonstrou à autoridade competente ou à organização reconhecida que o navio dispõe de procedimentos adequados para cumprir esta Convenção;

c) o capitão está familiarizado com os dispositivos desta Convenção e com a responsabilidade pela sua implementação; e

d) informações relevantes foram fornecidas à autoridade competente ou à organização reconhecida para a elaboração de uma declaração de conformidade de trabalho marítimo.

8. Uma inspeção rigorosa, em conformidade com o parágrafo 1º desta Norma, será realizada antes da expiração do certificado provisório, com vistas à emissão de um certificado de trabalho marítimo de validade normal. Nenhum certificado provisório poderá ser emitido após os seis meses iniciais a que se refere o parágrafo 6º desta Norma. A emissão de uma declaração de conformidade do trabalho marítimo não será necessária para o período de validade do certificado provisório.

9. O certificado de trabalho marítimo, o certificado provisório de trabalho marítimo e a declaração de conformidade do trabalho marítimo serão emitidos num formato correspondente aos modelos constantes no Apêndice A5-II.

10. A declaração de conformidade com o trabalho marítimo será anexada ao certificado de trabalho marítimo e terá duas partes:

a) A Parte I será emitida pela autoridade competente, que:

i - identificará a lista de itens a serem inspecionados, de acordo com o parágrafo 1º desta Norma;

ii - identificará os requisitos nacionais que incorporam as disposições relevantes desta Convenção, fazendo referência às disposições legais nacionais pertinentes, e, até onde for necessário, fornecerá informação concisa sobre o conteúdo principal dos requisitos nacionais;

iii - fará referência a requisitos específicos para o navio, conforme a legislação nacional;

iv - registrará eventuais disposições substancialmente equivalentes, adotadas de acordo com o parágrafo 3º do Artigo VI; e

v - indicará claramente eventuais isenções concedidas pela autoridade competente, de acordo com o disposto no Título 3; e

b) a Parte II será elaborada pelo armador e identificará as medidas tomadas para assegurar a conformidade contínua com os requisitos nacionais entre as inspeções e as medidas propostas para assegurar o aprimoramento contínuo.

A autoridade competente ou a organização reconhecida e devidamente autorizada para esse fim, certificará a Parte II e emitirá a declaração de conformidade do trabalho marítimo.

11. Os resultados de todas as inspeções subsequentes ou de outras verificações realizadas em relação ao navio em apreço e quaisquer deficiências detectadas durante alguma verificação serão registrados, juntamente com a data em que as deficiências detectadas foram sanadas. Esse registro, acompanhado de uma tradução em inglês, caso o original não seja nessa língua, será incluído na declaração de conformidade do trabalho marítimo ou a ela anexado, ou disponibilizado de alguma outra maneira à gente do mar, aos inspetores do Estado da bandeira, aos funcionários habilitados em Estados dos portos e a representantes de armadores e de gente do mar.

12. Um certificado de trabalho marítimo de validade atual e a declaração de conformidade do trabalho marítimo, acompanhados de uma versão em inglês, se os originais não forem nessa língua, serão levados a bordo do navio e afixados num local visível a bordo, para conhecimento da gente do mar. Uma cópia será fornecida, a pedido, em conformidade com a legislação nacional, a marítimos, inspetores do Estado da bandeira, funcionários habilitados dos Estados dos portos e a representantes dos armadores e da gente do mar.

13. A exigência de uma versão em inglês, conforme os parágrafos 11 e 12 desta Norma, não se aplica a navios que não realizam viagens internacionais.

14. Um certificado emitido em conformidade com os parágrafos 1º e 5º desta Norma perderá sua validade nas seguintes circunstâncias:

a) se as inspeções pertinentes não forem concluídas nos prazos especificados no parágrafo 2º desta Norma;

b) se o certificado não for endossado em conformidade com o disposto no parágrafo 2º desta Norma;

c) se o navio trocar de bandeira;

d) se um amador deixar de assumir a responsabilidade pela operação de um navio; e

e) se mudanças substanciais forem feitas na estrutura ou nos equipamentos a que se refere o Título 3.

15. No caso a que se refere o parágrafo 14, alíneas "c", "d" ou "e" desta Norma, um novo certificado será emitido somente se a autoridade competente ou a organização reconhecida que emitir o certificado estiver plenamente convencida de que o navio está em conformidade com os requisitos desta Norma.

16. Um certificado de trabalho marítimo será anulado pela autoridade competente ou pela organização reconhecida, devidamente autorizada para esse fim pelo Estado da bandeira, se houver prova de que o navio envolvido deixou de cumprir com os dispositivos desta Convenção e de tomar qualquer medida corretiva.

17. Ao decidir se um certificado de trabalho marítimo deve ser anulado, em conformidade com o parágrafo 16 desta Norma, a autoridade competente ou a organização reconhecida levará em conta a gravidade ou a frequência das ocorrências.

Diretriz

Diretriz B5.1.3 - Certificado de trabalho marítimo e declaração de conformidade do trabalho marítimo

1. O enunciado dos requisitos nacionais na Parte I da declaração de conformidade do trabalho marítimo deverá incluir ou fazer-se acompanhar de referências aos dispositivos legais relativos às condições de trabalho e de vida da gente do mar, pertinentes a cada item constante no Apêndice A5-I. Caso a legislação nacional siga precisamente os dispositivos desta Convenção, uma referência bastará. Se uma disposição da Convenção for implementada mediante uma equivalência substancial, em conformidade com o parágrafo 3º do Artigo VI, essa disposição deverá ser identificada e acompanhada de uma sucinta explicação. Caso uma isenção seja concedida pela autoridade competente, conforme o disposto no Título 3, deverá haver clara indicação da disposição ou das disposições em apreço.

2. As medidas a que se refere a Parte II da declaração de conformidade do trabalho marítimo, elaborada pelo armador, deverá, em particular, indicar as ocasiões em que a conformidade contínua com determinados requisitos nacionais será verificada, as pessoas responsáveis pela verificação, os registros a serem feitos, e os procedimentos a serem seguidos se for detectada alguma inconformidade. A Parte II poderá assumir várias formas. Ela poderá fazer referência a outros documentos mais abrangentes que abordem políticas e procedimentos relativos a outros aspectos do setor marítimo, tais como os documentos exigidos pelo Código Internacional de Gerenciamento da Segurança - ISM ou a informação exigida pela Regra 5 da Convenção SOLAS, Capítulo XI-1, relativa ao Registro de Sinopse Contínua do navio.

3. As medidas para assegurar a conformidade contínua deverão incluir os requisitos gerais internacionais para que o armador e o capitão se mantenham informados dos últimos avanços nas conclusões tecnológicas e científicas a respeito do planejamento do local de trabalho, levando em conta os perigos inerentes ao trabalho da gente do mar, e para que eles compartilhem as informações com os representantes da gente do mar, assegurando, assim, um nível melhor de proteção das condições de trabalho e de vida da gente do mar a bordo.

4. A declaração de conformidade do trabalho marítimo deverá, acima de tudo, ser elaborada em linguagem clara, destinada a ajudar as pessoas interessadas, tais como inspetores do Estado da bandeira, os funcionários autorizados dos Estados dos portos e gente do mar, para verificar se os requisitos estão sendo devidamente implementados.

5. Um exemplo do tipo de informação que poderia constar na declaração de conformidade do trabalho marítimo é dado no Apêndice B5-I.

6. Se um navio trocar de bandeira, como menciona o parágrafo 14 c da Norma A5.1.3, e se ambos os Estados interessados tiverem ratificado esta Convenção, o Membro cuja bandeira o navio arvorava anteriormente deverá, o mais prontamente possível, transmitir à autoridade competente do outro Membro cópias do certificado de trabalho marítimo e da declaração de conformidade do trabalho marítimo que estavam a bordo do navio antes da troca de bandeira e, se for aplicável, cópias dos relatórios relevantes de inspeção, caso a autoridade competente o solicite até três meses após a troca de bandeira.

Regra

Regra 5.1.4 - Inspeção e controle da aplicação

1. Todo Membro se assegurará, por meio de um sistema efetivo e coordenado de inspeções regulares, monitoramento e outras medidas de controle, de que os navios que ostentam sua bandeira cumprem com os dispositivos desta Convenção, da forma implementada na legislação e nos regulamentos nacionais.

2. Requisitos pormenorizados relativos a um sistema de inspeção e controle da aplicação, a que se refere o parágrafo 1º desta Regra, constam na Parte A do Código.

Norma

Norma A5.1.4 - Inspeção e controle da aplicação

1. Todo Membro manterá um sistema de inspeção das condições propiciadas à gente do mar nos navios que arvoram sua bandeira, que incluirá a garantia de que as medidas pertinentes às condições de trabalho e de vida especificadas na declaração de conformidade do trabalho marítimo, segundo couber, estão sendo seguidas e que os dispositivos desta Convenção estão sendo observados.

2. A autoridade competente designará um número suficiente de inspetores qualificados para desempenhar as funções previstas no parágrafo 1º desta Norma. Se organizações reconhecidas tiverem sido autorizadas a realizar as inspeções, o Membro exigirá que as pessoas encarregadas de efetuar as inspeções sejam qualificadas para desempenhar essas funções e lhes conferirá a devida autoridade legal para desempenhar suas funções.

3. Providências apropriadas serão tomadas para assegurar que os inspetores tenham formação, competência, mandato, atribuições, condição jurídica e independência necessários ou convenientes que os capacite para realizar a inspeção e assegurar o cumprimento a que se refere o parágrafo 1º desta Norma.

4. As inspeções serão feitas nos intervalos prescritos pela Norma A5.1.3, se couber. O intervalo nunca será de mais de três anos.

5. Se um Membro receber uma queixa que não considera manifestamente infundada ou se obtiver prova de que um determinado navio que arvora sua bandeira não está em conformidade com os dispositivos desta Convenção ou que há sérias deficiências na implementação das medidas relacionadas na declaração de conformidade do trabalho marítimo, o Membro tomará as providências necessárias para investigar a questão e assegurará que providências serão tomadas para sanar quaisquer deficiências detectadas.

6. Regras apropriadas serão adotadas e efetivamente aplicadas por todo Membro, a fim de garantir que os inspetores gozem de condição jurídica e condições de serviço que garantam sua independência a respeito de mudanças de governo e de qualquer influência externa indevida.

7. Os inspetores, que disporão de diretrizes claras sobre as tarefas a serem realizadas e com devidas credenciais, terão autoridade para:

a) subir a bordo de navios que arvoram a bandeira do Membro;

b) realizar qualquer inspeção, teste ou investigação que julgarem necessário para terem certeza de que as normas estão sendo estritamente observadas; e

c) exigir que qualquer deficiência seja sanada e, se houver motivo para achar que as deficiências constituem uma grave infração dos dispositivos desta Convenção, inclusive dos direitos da gente do mar, ou um perigo significativo para a segurança, saúde ou proteção da gente do mar, proibir o navio de deixar o porto até que as providências necessárias sejam tomadas.

8. Toda ação empreendida em conformidade com o parágrafo 7º, alínea "c" desta Norma estará sujeita ao direito de recurso a uma autoridade judicial ou administrativa.

9. Os inspetores poderão orientar e aconselhar em vez de iniciar ou recomendar procedimentos administrativos, caso não haja uma nítida infração dos dispositivos desta Convenção que constitua perigo para a segurança, saúde ou proteção da gente do mar em foco e se não houver precedentes de infrações semelhantes.

10. Os inspetores manterão em sigilo a fonte de qualquer queixa ou reclamação sobre um suposto perigo ou uma deficiência em relação às condições de trabalho e de vida da gente do mar ou de alguma violação da legislação nacional e não darão a entender ao representante do armador ou do operador do navio que a inspeção foi feita por causa de uma queixa ou reclamação.

11. Os inspetores não serão encarregados de tarefas que, devido ao seu número ou natureza, possam interferir numa inspeção efetiva ou prejudicar de alguma forma sua autoridade ou imparcialidade nas relações com os armadores, marítimos ou terceiros interessados. Em particular, os inspetores serão:

a) proibidos de ter qualquer interesse direto ou indireto nas atividades que devem inspecionar; e

b) proibidos, sob pena de sanções ou medidas disciplinares, de divulgar, mesmo depois de deixar o serviço, quaisquer segredos comerciais ou processos confidenciais de trabalho ou informações de natureza pessoal das quais venham a tomar conhecimento no desempenho de suas funções.

12. Os inspetores submeterão um relatório de cada inspeção à autoridade competente. Uma cópia do relatório em inglês ou na língua de trabalho do navio será fornecida ao capitão do navio e outra cópia será afixada no quadro de avisos do navio, para conhecimento da gente do mar, e outra será enviada a seus representantes, caso isso seja solicitado.

13. A autoridade competente de cada membro manterá registros das inspeções das condições dos marítimos em navios que ostentam sua bandeira. Publicará também um relatório anual sobre as atividades de inspeção num prazo razoável, de seis meses no máximo, depois do fim do ano.

14. No caso de investigação de um incidente de maior monta, o relatório será submetido à autoridade competente o mais prontamente possível, no máximo um mês após a conclusão da investigação.

15. Quando uma inspeção for realizada ou medidas prescritas por esta Norma forem tomadas, todo esforço razoável será feito para evitar que o navio fique detido ou retido por um tempo injustificado.

16. Caberá indenização, em conformidade com a legislação nacional, por perdas ou danos incorridos por causa do exercício errôneo da autoridade dos inspetores. De qualquer modo, o ônus da prova recairá sobre o querelante.

17. Todo membro adotará e aplicará efetivamente penalidades apropriadas e outras medidas corretivas pela infração dos dispositivos desta Convenção, inclusive dos direitos da gente do mar, e pela obstrução das funções desempenhadas pelos inspetores.

Diretriz

Diretriz B5.1.4 - Inspeção e controle da aplicação

1. A autoridade competente e qualquer outro serviço ou autoridade total ou parcialmente envolvida na inspeção das condições de trabalho e de vida da gente do mar deverão dispor dos recursos necessários para desempenhar suas funções. Em particular:

a) todo Membro disporá das medidas necessárias para que se possa recorrer a peritos técnicos e especialistas, se necessário, para prestar ajuda ao trabalho dos inspetores no desempenho de seu trabalho; e

b) os inspetores deverão dispor de instalações convenientemente localizadas e de equipamentos e meios de transporte adequados para o desempenho eficiente de suas funções.

2. A autoridade competente deverá formular uma política de conformidade e controle da aplicação para assegurar a consistência e orientar as atividades de inspeção e de controle da aplicação em relação a esta Convenção. Cópias desta política deverão ser disponibilizadas a todos os inspetores e funcionários relacionados ao público, aos armadores e aos marítimos.

3. A autoridade competente deverá estabelecer procedimentos simples para que ela possa receber informações confidenciais a respeito de possíveis infrações dos dispositivos desta Convenção, inclusive de direitos da gente do mar, fornecidas diretamente pela gente do mar ou por seus representantes, e para que os inspetores possam investigar tais questões prontamente, bem como:

a) permitir que os capitães do navio, a gente do mar ou os representantes da gente do mar solicitem uma inspeção, caso a julguem necessária; e

b) fornecer informações técnicas e orientação aos armadores, marítimos e organizações interessadas a respeito dos meios mais eficazes de dar cumprimento aos dispositivos desta Convenção e de efetuar o aprimoramento contínuo das condições da gente do mar a bordo.

4. Os inspetores deverão ser plenamente treinados e em número suficiente para assegurar o desempenho eficaz de suas funções, com devida atenção ao seguinte:

a) a importância das funções a serem desempenhadas pelos inspetores, e, em particular, do número, natureza e tamanho dos navios submetidos à inspeção e do número e complexidade dos dispositivos legais a serem observados;

b) os recursos colocados à disposição dos inspetores; e

c) as condições práticas em que as inspeções terão de ser feitas para que sejam eficazes.

5. Sujeito às condições de recrutamento para o serviço público prescritas pela legislação e pelos regulamentos nacionais, os inspetores deverão possuir as qualificações e a formação adequada para desempenhar suas funções e, se possível, um mínimo de conhecimentos ou de experiência como marítimos. Deverão também ter um conhecimento adequado das condições de trabalho e de vida da gente do mar e da língua inglesa.

6. Medidas deverão ser tomadas para propiciar treinamento adicional aos inspetores no decurso de seu emprego.

7. Todos os inspetores deverão ter uma compreensão clara das circunstâncias em que a inspeção será realizada, do alcance da inspeção nas diferentes circunstâncias mencionadas e do método geral de inspeção.

8. Os inspetores munidos das devidas credenciais exigidas pela legislação nacional deverão ter autoridade para, no mínimo, o seguinte:

a) subir a bordo de navios livremente e sem aviso prévio; contudo, ao iniciar a inspeção de um navio, os inspetores deverão anunciar sua presença ao capitão ou à pessoa encarregada, e, se for apropriado, à gente do mar ou a seus representantes;

b) fazer perguntas ao capitão, aos marítimos e a qualquer outra pessoa, inclusive ao armador ou ao seu representante, sobre qualquer matéria relacionada com a aplicação dos dispositivos da legislação e dos regulamentos nacionais, na presença de quaisquer testemunhas que o entrevistado quiser;

c) exigir a apresentação de quaisquer livros, diários de bordo, registros, certificados ou quaisquer outros documentos ou informações diretamente relacionados com o objeto da inspeção, a fim de verificar a conformidade com a legislação nacional que implementa esta Convenção;

d) exigir a afixação de avisos, como requer a legislação nacional que implementa esta Convenção;

e) extrair ou retirar, para fins de análise, amostras de produtos, carga, água potável, suprimentos, materiais e substâncias utilizadas ou manuseadas;

f) chamar a atenção do armador, operador do navio ou capitão, imediatamente após a inspeção, para deficiências suscetíveis de afetarem a saúde e a segurança das pessoas a bordo do navio;

g) alertar a autoridade competente e, se couber, à organização reconhecida, para deficiência ou abuso não previstos na legislação nem nos regulamentos nacionais e apresentar propostas para o aprimoramento da legislação nacional; e

h) notificar a autoridade competente a respeito de qualquer acidente de trabalho ou lesões e doenças ocupacionais que afete os marítimos, nos casos e maneiras previstas pela legislação nacional.

9. Quando a amostra a que se refere o parágrafo 8º, alínea "e", desta Diretriz for extraída ou retirada, o armador ou seu representante e, se couber, um marítimo deverá ser notificado ou deverá estar presente ao ato. A quantidade da amostra deverá ser devidamente anotada pelo inspetor.

10. No relatório anual publicado pela autoridade competente de cada Membro a respeito dos navios que arvoram sua bandeira, deverá constar o seguinte:

a) uma relação da legislação nacional pertinente às condições de trabalho e de vida da gente do mar e emendas que tiverem entrado em vigor no ano;

b) pormenores da organização do sistema de inspeção;

c) estatísticas dos navios e de outros locais sujeitos a inspeção e de navios e locais efetivamente inspecionados;

d) dados estatísticos sobre todos os marítimos sujeitos a legislação nacional;

e) dados estatísticos e informações a respeito de violações da legislação nacional, penalidades impostas e casos de detenção de navios; e

f) dados estatísticos sobre acidentes de trabalho, lesões e doenças ocupacionais notificadas que afetem a gente do mar.

Regra

Regra 5.1.5 - Procedimentos de tramitação de queixas a bordo

1. Todo Membro exigirá que os navios que arvoram sua bandeira tenham procedimentos de bordo para uma tramitação justa, eficaz e ágil de queixas de gente do mar que alegarem infrações das disposições desta Convenção, inclusive de direitos da gente do mar.

2. Todo Membro proibirá e penalizará toda forma de vitimização da gente do mar por ter apresentado uma queixa.

3. O disposto nesta Regra e nas seções correlatas do Código não prejudica o direito da gente do mar de buscar reparação por quaisquer meios legais que julgar apropriado.

Norma

Norma A5.1.5 - Procedimentos de tramitação de queixas a bordo

1. Sem prejuízo de um maior alcance que se possa dar à legislação nacional ou aos acordos de negociação coletiva, procedimentos de bordo poderão ser utilizados pela gente do mar para apresentar queixas relativas a qualquer matéria que supostamente constitui uma infração dos dispositivos desta Convenção, inclusive de direitos da gente do mar.

2. Todo Membro assegurará que a legislação nacional prescreverá procedimentos apropriados de bordo para tratar de queixas, a fim de atender aos dispositivos da Regra 5.1.5. Esses procedimentos visarão a resolver queixas na mais baixa instância possível. Em todos os casos, porém, a gente do mar terá o direito de queixar-se diretamente ao capitão e, se julgar necessário, às autoridades externas pertinentes.

3. Os procedimentos de bordo para tratar de queixas incluirão o direito da gente do mar de ser acompanhado ou representado durante a tramitação da queixa, bem como a salvaguardas contra a possibilidade de ser vitimizado por apresentar uma queixa. A expressão "vitimização" abrange qualquer ação adversa realizada por qualquer pessoa contra gente do mar, por haver apresentado uma queixa que não seja obviamente vexatória ou mal-intencionada.

4. Além de uma cópia do contrato de trabalho ou acordo de emprego, toda a gente do mar receberá uma cópia dos procedimentos de bordo para o tratamento de queixas aplicáveis ao navio. O documento trará informação para contato com a autoridade competente no Estado da bandeira do país ou no Estado de residência do marítimo, se for esse o caso, e o nome da pessoa ou pessoas a bordo do navio que poderão, em caráter confidencial, dar conselho imparcial à gente do mar a respeito de suas queixas e ajudá-la a observar os procedimentos de bordo para tratar de queixas no navio.

Diretriz

Diretriz B5.1.5 - Procedimentos de tramitação de queixas a bordo

1. Sujeito às disposições relevantes de acordos de negociação coletiva, a autoridade competente deverá, em consulta com as organizações representativas de armadores e de gente do mar, elaborar um modelo de procedimentos de tramitação de queixas a bordo, que seja justo, ágil e bem fundamentado, para todos os navios que arvoram a bandeira do Membro. Na elaboração desses procedimentos, os seguintes aspectos deverão ser considerados:

a) muitas queixas poderão relacionar-se especificamente com os indivíduos a quem a queixa terá de ser feita ou mesmo com o capitão do navio. Em todos os casos, a gente do mar deverá poder queixar-se diretamente ao capitão e apresentar a queixa externamente também; e

b) a fim de contribuir para evitar a vitimização da gente do mar por apresentar queixa a respeito de matérias previstas nesta Convenção, os procedimentos devem incentivar a designação de uma pessoa a bordo que possa aconselhar a gente do mar sobre os procedimentos a que poderá recorrer e, caso seja solicitado pelo autor da queixa, estar presente a reuniões ou audiências sobre o objeto da queixa.

2. Os procedimentos ventilados durante o processo de consulta a que se refere o parágrafo 1º desta Diretriz deverão abordar, no mínimo, o seguinte:

a) as queixas deverão ser dirigidas ao chefe do serviço da pessoa que apresentar a queixa ou ao seu oficial superior;

b) o chefe do serviço ou o oficial superior deverá tentar resolver a questão no prazo prescrito, conforme a gravidade dos aspectos envolvidos;

c) se o chefe do serviço ou o oficial superior não puderem solucionar a contento a queixa, a gente do mar poderá referi-la ao capitão, que tratará do assunto pessoalmente;

d) a gente do mar deverá a qualquer momento ter o direito de ser acompanhada e representada por outro trabalhador de sua escolha a bordo do navio em questão;

e) todas as queixas e as respectivas decisões deverão ser registradas e uma cópia deverá ser fornecida à gente do mar interessada;

f) caso uma queixa não possa ser resolvida a bordo, a matéria deverá ser referida ao armador em terra, a quem deverá ser concedido um prazo apropriado para resolver a questão, se for apropriado, em consulta com a gente do mar interessada ou com qualquer outra pessoa que ela designar como seu representante; e

g) em todos os casos, a gente do mar deverá ter o direito de submeter suas queixas diretamente ao capitão, ao armador e às autoridades competentes.

Regra

Regra 5.1.6 - Sinistros marítimos

1. Todo Membro realizará uma investigação oficial de todo sinistro marítimo que ocasione lesão ou perda de vida, que envolva um navio que arvora sua bandeira. O relatório final da investigação será normalmente dado a conhecer ao público.

2. Os membros cooperarão entre si para facilitar a investigação de sinistros marítimos graves a que se refere o parágrafo 1º desta Regra.

Norma

Norma A5.1.6 - Sinistros marítimos

(Nenhum dispositivo)

Diretriz

Diretriz B5.1.6 - Sinistros marítimos

(Nenhum dispositivo)

Regra

Regra 5.2 - Responsabilidades do Estado controlador do porto

Finalidade: Permitir que todo Membro cumpra suas responsabilidades conforme esta Convenção, no que tange à cooperação internacional necessária para assegurar a implementação e controle da aplicação das normas desta Convenção a navios estrangeiros.

Regra 5.2.1 - Inspeção no porto

1. Todo navio estrangeiro que, no desenrolar normal de sua atividade ou por motivos operacionais, fizer escala no porto de um Membro poderá estar sujeito à inspeção, de acordo com o parágrafo 4º do Artigo V, a fim de verificar sua conformidade com os dispositivos desta Convenção, inclusive com os direitos da gente do mar, no que tange às condições de trabalho e de vida da gente do mar no navio.

2. Todo Membro aceitará o certificado de trabalho marítimo e a declaração de conformidade do trabalho marítimo exigidos pela Regra 5.1.3 como presunção, salvo prova em contrário, de conformidade com os dispositivos desta Convenção, inclusive com os direitos da gente do mar. Portanto, a inspeção em seus portos se restringirá, salvo nas circunstâncias especificadas no Código, a um exame do certificado e da declaração.

3. As inspeções num porto serão realizadas por funcionários habilitados, conforme o disposto no Código e em outros acordos internacionais aplicáveis que regem o controle de inspeções pelo Estado do porto em território do Membro. Essas inspeções serão limitadas à verificação de que a matéria examinada está em conformidade com os dispositivos relevantes dos artigos e regras desta Convenção e da Parte A do Código.

4. As inspeções passíveis de serem realizadas de acordo com esta Regra serão baseadas num sistema eficaz de inspeção e controle pelo Estado que governa o porto, que contribua para assegurar que as condições de trabalho e de vida da gente do mar em navios que entram num porto do membro em apreço estejam em conformidade com os dispositivos desta Convenção, inclusive com o que se refere aos direitos da gente do mar.

5. Informações a respeito do sistema a que se refere o parágrafo 4º desta Regra, inclusive sobre o método usado para avaliar sua eficácia, serão incluídas nos relatórios do Membro, a que se refere o artigo 22 da Constituição.

Norma

1. Se um funcionário habilitado, que tiver subido a bordo para realizar uma inspeção e tiver solicitado, se for o caso, o certificado de trabalho marítimo e a declaração de conformidade do trabalho marítimo constatar:

a) que os documentos exigidos não são apresentados ou mantidos ou que seu conteúdo é falso, ou que os documentos apresentados não contêm a informação exigida por esta Convenção ou são inválidos por outros motivos;

b) que há motivos claros para crer que as condições de trabalho e de vida a bordo do navio não estão em conformidade com os dispositivos desta Convenção;

c) que existem motivos razoáveis para crer que o navio trocou de bandeira a fim de se eximir da conformidade com esta Convenção; ou

d) que há uma queixa que alega que certas condições de trabalho e de vida a bordo do navio não estão em conformidade com os dispositivos desta Convenção, uma inspeção mais minuciosa será realizada para averiguar as condições de trabalho e de vida a bordo do navio. Essa inspeção será realizada quando se crê que as condições de trabalho e de vida supostamente deficientes poderiam constituir um nítido perigo para a segurança, saúde ou proteção da gente do mar ou quando o funcionário habilitado encontrar motivos para crer que as deficiências constituem uma grave infração dos dispositivos desta Convenção, inclusive dos direitos da gente do mar.

2. Se uma inspeção mais rigorosa for realizada num navio estrangeiro em um porto de um Membro por funcionários autorizados, nas circunstâncias especificadas nas alíneas "a", "b" ou "c" do parágrafo 1º desta Norma, ela deverá, em princípio, abranger os itens relacionados no Apêndice A5-III.

3. No caso de uma queixa a que se refere à alínea "d" do parágrafo 1º desta Norma, a inspeção geralmente será limitada ao teor da queixa, embora uma queixa ou sua investigação possa propiciar motivos claros para uma investigação rigorosa, de acordo com a alínea "b" do parágrafo 1º desta Norma. Para os fins da alínea "d" do parágrafo 1º desta Norma, queixa significa informação fornecida por gente do mar, entidade profissional, associação, sindicato ou, em geral, qualquer pessoa preocupada com a segurança do navio e com os perigos para a segurança e a saúde da gente do mar a bordo.

4. Se, após uma inspeção mais pormenorizada, ficar constatado que as condições de trabalho e de vida no navio não estão em conformidade com os dispositivos desta Convenção, o funcionário habilitado imediatamente levará as deficiências ao conhecimento do capitão do navio, determinando o prazo para sua correção. Se o funcionário habilitado julgar que essas deficiências são significativas ou se elas estiverem relacionadas com a queixa feita de acordo com o parágrafo 3º desta Norma, o referido funcionário levará essas deficiências ao conhecimento das organizações de armadores e de gente do mar pertinentes no Membro em que a inspeção tiver sido realizada e poderá ainda:

a) notificar um representante do Estado da bandeira; e

b) transmitir as informações relevantes às autoridades do próximo porto de escala.

5. O Membro no qual a inspeção for realizada terá o direito de transmitir uma cópia do relatório do funcionário, que deverá ser acompanhada pela eventual resposta recebida das autoridades competentes do Estado da bandeira dentro do prazo prescrito, ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, com vistas à tomada de uma providência que se julgar apropriada e oportuna para assegurar que a informação seja registrada e levada ao conhecimento das partes suscetíveis de se interessarem em valer-se também dos procedimentos relevantes de recurso.

6. Se, após uma inspeção mais pormenorizada pelo funcionário autorizado, constatar-se que o navio não está em conformidade com os dispositivos desta Convenção e:

a) que as condições a bordo são nitidamente perigosas para a segurança, a saúde ou a proteção da gente do mar; ou

b) que a falta de conformidade constitui uma grave ou reiterada infração dos dispositivos desta Convenção, inclusive dos direitos da gente do mar, o funcionário habilitado adotará medidas para assegurar que o navio não prossiga a viagem enquanto não for sanada a falta de conformidade no âmbito da alínea "a" ou "b" deste parágrafo, ou enquanto o funcionário habilitado não tiver concordado com um plano de ação para retificar essa falta de conformidade e estiver convencido de que o plano será executado prontamente. Se o navio for impedido de zarpar, o funcionário autorizado notificará imediatamente esse fato ao Estado da bandeira e convidará um representante do Estado da bandeira a comparecer, se possível, solicitando ao Estado da bandeira que responda dentro de um prazo determinado. O funcionário habilitado informará também as organizações de armadores e de gente do mar pertinentes no Estado que controla o porto no qual a inspeção tiver sido realizada.

7. Todo membro assegurará que seus funcionários autorizados receberão orientação, do tipo indicado na Parte B do Código, quanto às circunstâncias que justificariam a detenção de um navio, de acordo com o parágrafo 6º desta Norma.

8. Ao desincumbir-se de suas responsabilidades de acordo com esta Norma, o Membro envidará todos os esforços possíveis para evitar que um navio seja indevidamente detido ou retido. Se ficar constatado que um navio está sendo indevidamente detido ou retido, será paga uma indenização por eventuais perdas ou danos incorridos e o ônus da prova caberá ao querelante.

Diretriz

Diretriz B5.2.1 - Inspeção nos portos

1. A autoridade competente deverá formular uma política de inspeção para os funcionários autorizados a realizar inspeções conforme a Regra 5.2.1. O objetivo dessa política deverá ser assegurar consistência e orientar as atividades de inspeção e controle da aplicação, relacionadas com os dispositivos desta Convenção, inclusive com os direitos da gente do mar. Cópias dessa política deverão ser franqueadas ao público, aos armadores e à gente do mar.

2. Ao formular uma política relativa às circunstâncias que justificariam a detenção do navio de acordo com o parágrafo 6º da Norma A5.2.1, a autoridade competente deverá considerar que, no que tange às infrações a que se refere o parágrafo 6º, alínea "b", a gravidade poderia ser devida à natureza da deficiência constatada. Isso seria particularmente relevante no caso de violação de direitos e princípios fundamentais ou dos direitos de emprego e sociais a que se referem os Artigos III e IV. Por exemplo, o emprego de um menor de idade deverá ser considerado como uma infração séria, mesmo que haja somente uma pessoa nessa situação a bordo. Em outros casos, a quantidade de diferentes defeitos constatados numa determinada inspeção deverá ser levada em conta. Por exemplo, talvez fossem necessárias várias ocorrências de defeitos relativos a alojamento, alimentação ou serviço de mesa que não ameaçam a segurança ou a saúde para que fossem consideradas uma infração séria.

3. Os Membros deverão cooperar uns com os outros tanto quanto possível na adoção de diretrizes internacionalmente acordadas sobre políticas de inspeção, especialmente em se tratando de circunstâncias que justificariam a detenção de um navio.

Regra

Regra 5.2.2 - Procedimentos de tramitação de queixas em terra

1. Todo Membro assegurará que a gente do mar de navios que fizerem escala num porto no território do Membro, que alegar uma infração dos dispositivos desta Convenção, inclusive de direitos da gente do mar, terá o direito de notificar tal infração, a fim de facilitar um meio imediato e prático de correção.

Norma

Norma A5.2.2 - Procedimentos de tramitação de queixas em terra

1. A queixa de um marítimo que alegar uma infração dos dispositivos desta Convenção, inclusive dos direitos da gente do mar, poderá ser notificada a um funcionário habilitado no porto em que o navio do marítimo fizer escala. Nesses casos, o funcionário habilitado empreenderá uma investigação inicial.

2. Caso seja apropriado, em vista da natureza da queixa, a investigação inicial verificará se os procedimentos de bordo para tratamento de queixas, a que se refere à Regra 5.1.5, foram utilizados. O funcionário habilitado poderá também realizar uma inspeção rigorosa, de acordo com a Norma A5.2.1.

3. O funcionário habilitado, caso seja apropriado, tentará promover uma solução para a queixa a bordo do próprio navio.

4. Caso a investigação ou a inspeção realizada de acordo com esta Norma constate uma falta de conformidade, segundo os termos do parágrafo 6º da Norma A5.2.1, os dispositivos do referido parágrafo se aplicarão.

5. Se os dispositivos do parágrafo 4º festa Norma não se aplicarem e se a queixa não for resolvida a bordo do próprio navio, o funcionário habilitado notificará imediatamente o fato ao Estado da bandeira, solicitando orientação e um plano corretivo dentro de um determinado prazo.

6. Se a queixa não for resolvida depois da ação empreendida nos termos do parágrafo 5º desta Norma, o Estado controlador do porto transmitirá uma cópia do relatório do funcionário habilitado ao Diretor-Geral. O relatório terá de ser acompanhado da eventual resposta recebida, no prazo prescrito, da autoridade competente do Estado da bandeira. As organizações pertinentes de armadores e de gente do mar também serão informadas. Além disso, dados estatísticos e informações a respeito das queixas resolvidas serão submetidos regularmente pelo Estado controlador do porto ao Diretor-Geral. Essas transmissões serão feitas para que, com base na ação que tiver sido considerada apropriada e oportuna, um registro dessa informação seja mantido e levado ao conhecimento das partes, inclusive das organizações de armadores e de gente do mar, suscetíveis de se interessar em valer-se também dos procedimentos relevantes.

7. Medidas apropriadas serão tomadas para salvaguardar a confidencialidade das queixas feitas pela gente do mar.

Diretriz

Diretriz B5.2.2 - Procedimentos de tramitação de queixas em terra

1. Quando uma queixa a que se refere à Norma A5.2.2 for tratada por um funcionário habilitado, esse funcionário verificará primeiramente se a queixa é de caráter geral, que interessa a toda a gente do mar a bordo do navio ou a uma certa categoria de gente do mar, ou se ela se refere apenas ao caso individual da gente do mar interessada.

2. Se a queixa for de caráter geral, deverá pensar-se numa inspeção pormenorizada, conforme a Norma A5.2.1.

3. Se a queixa se referir a um caso individual, deverá ser feita uma análise dos resultados dos procedimentos de bordo para resolução da queixa apresentada. Se esses procedimentos não tiverem sido utilizados, o funcionário habilitado deverá sugerir que o querelante faça uso desses procedimentos. Deverá haver sólidos motivos para considerar uma queixa antes que ela tenha sido submetida aos procedimentos de bordo. Tais motivos incluem a inadequação ou demora indevida dos procedimentos internos ou o receio do querelante de retaliação por fazer a queixa.

4. Na investigação de uma queixa, o funcionário habilitado deverá dar ao capitão, ao armador e a qualquer outra pessoa envolvida na queixa uma oportunidade adequada de expressar seus pontos de vista.

5. Caso o Estado da bandeira demonstre, em resposta à notificação recebida do Estado controlador do porto, em consonância com o parágrafo 5º da Norma A5.2.2, que ele tratará do assunto e que dispõe de procedimentos eficazes para esse fim, e submeta um plano aceitável de ação, o funcionário autorizado poderá eximir-se de qualquer outro envolvimento com a queixa.

Regra

Regra 5.3 - Responsabilidade pelo fornecimento de mão-de-obra

Finalidade: Assegurar que todo membro cumpra com suas responsabilidades ao amparo desta Convenção, no que tange ao recrutamento e colocação de gente do mar e a sua proteção.

1. Sem prejuízo do princípio da responsabilidade de todo Membro pelas condições de trabalho e de vida da gente do mar nos navios que arvoram sua bandeira, o Membro será também responsável por assegurar o recrutamento e colocação de gente do mar, bem como a proteção de sua seguridade social dos que são seus nacionais ou residentes ou domiciliados em seu território, na medida em que essa responsabilidade é determinada por esta Convenção.

2. Os dispositivos pormenorizados para a implementação do parágrafo 1º desta Regra constam no Código.

3. Todo Membro estabelecerá um sistema eficaz de inspeção e monitoramento para desincumbir-se de suas responsabilidades ao amparo desta Convenção.

4. Informações acerca do sistema a que se refere o parágrafo 3º desta Regra, inclusive sobre o método usado para avaliar sua eficácia, serão incluídas nos relatórios do Membro, em consonância com o Artigo 22 da Constituição da OIT.

Norma

Norma A5.3 - Responsabilidade pelo fornecimento de mão-de-obra

1. Todo Membro controlará a aplicação dos dispositivos desta Convenção referentes à operação e prática dos serviços de recrutamento e colocação estabelecidos em seu território, mediante um sistema de inspeção e monitoramento e de procedimentos jurídicos relativos à infração de licença e de outros requisitos operacionais constantes na Norma A1.4.

Diretriz

Diretriz B5.3 - Responsabilidade pelo fornecimento de mão-de-obra

1. Os serviços privados de recrutamento e colocação de gente do mar estabelecidos no território do Membro e que contratem os serviços de gente do mar para um armador, onde quer que esteja localizado, terão de assumir a obrigação de garantir o devido cumprimento, pelo armador, dos termos de seus acordos de emprego firmados com gente do mar.

ANEXO A2-I

EVIDÊNCIA DE GARANTIA FINANCEIRA SOB A REGRA 2.5 PARÁGRAFO 2

O certificado ou outra evidência documental referida na Norma A2.5.2, parágrafo 7, deverá incluir a seguinte informação:

a) nome do navio;

b) porto de registro do navio;

c) código de chamada do navio;

d) número IMO do navio;

e) nome e endereço do provedor ou provedores da garantia financeira;

f) detalhes do contato das pessoas ou entidade responsável por lidar com a solicitação de assistência da gente do mar;

g) nome do armador;

h) período de validade da garantia financeira; e

i) um atestado do provedor da garantia financeira de que a garantia financeira atende os requisitos do Norma A2.5.2.

ANEXO A4-I

EVIDÊNCIA DE GARANTIA FINANCEIRA SOB A REGRA 4.2

O certificado ou outra evidência documental de garantia financeira necessária sob a Norma A4.2.1, parágrafo 14, deverá incluir a seguinte informação:

a) nome do navio;

b) porto de registro do navio;

c) código de chamada do navio;

d) número IMO do navio;

e) nome e endereço do provedor ou provedores da garantia financeira;

f) detalhes do contato de pessoas ou entidade responsável para tratar das reclamações contratuais da gente do mar;

g) nome do armador;

h) período de validade da garantia financeira; e

i) um atestado do provedor da garantia financeira de que a garantia financeira atende os requisitos da Norma A4.2.1.

ANEXO B4-I

MODELO DE RECIBO E FORMULÁRIO DE LIBERAÇÃO

Referido na Diretriz B4.2.2

Navio (nome, porto de registro e número IMO):.....

Incidente (Data e local):.....

Gente do mar/herdeiro legal e/ou dependente:.....

Armador:.....

Eu, [Gente do mar] [herdeiro legal da gente do mar e/ou dependente] acuso o recebimento do valor de [moeda e montante] como satisfação da obrigação do Armador de pagar a compensação contratual por ferimento pessoal e/ou morte sob os termos e condições do [meu] [a gente do mar]* emprego e pelo presente libero o Armador de suas obrigações sob os termos e condições referidos.

O pagamento é feito sem admissão de responsabilidade de qualquer reclamação e é aceito sem prejuízo do [meu] [herdeiro legal da gente do mar e/ou dependente] direito de reclamar em juízo em relação de negligência, quebra de obrigação estatutária ou outra reparação legal disponível e surgida do incidente acima.

Data:.....

Gente do mar/herdeiro legal e/ou dependente:.....

Assinado:.....

Para reconhecimento:

Armador/representante do armador:.....

Assinado:.....

Provedor da garantia financeira:

Assinado:.....

*Apagar como apropriado.

ANEXO A5-I

As condições de trabalho e vida a bordo da gente do mar que devem ser inspecionadas e aprovadas pelo Estado da bandeira antes de expedir um certificado, conforme o parágrafo 1º da Norma A5.1.3, são as seguintes:

Idade mínima;

Atestados médicos;

Qualificações da gente do mar;

Acordos de emprego ou contratos de trabalho da gente do mar;

Utilização de serviço privado de contratação e colocação autorizado, certificado ou regulamentado;

Horas de trabalho e de descanso;

Níveis de tripulação do navio;

Alojamento;

Serviços de lazer a bordo;

Alimentação e serviço de mesa a bordo;

Saúde e segurança e prevenção de acidentes;

Assistência médica a bordo;

Procedimentos de tramitação de queixas a bordo;

Pagamento dos salários;

Garantia financeira para repatriação; e

Garantia financeira relativa à responsabilidade do armador.

ANEXO A5-II

CERTIFICADO DE TRABALHO MARÍTIMO

(Ao presente Certificado deverá juntar-se uma Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo)

Expedido conforme as disposições do artigo V e do Título 5 da Convenção sobre Trabalho Marítimo, 2006

(a seguir, "a Convenção")

em virtude da autoridade do Governo de:

.....

(designação completa do Estado cuja bandeira o navio está autorizado a arvorar)

Por: .....

(designação completa e endereço da autoridade competente ou organização reconhecida devidamente autorizada em virtude das disposições da Convenção)

Dados do navio

Nome do navio:.....

Letras ou números distintivos:.....

Porto de registro:.....

Data em que se registrou o navio:.....

Arqueação bruta[1]:.....

Número OMI:.....

Tipo de navio:.....

Nome e endereço do armador[2]:.....

Certifica-se que:

1. Este navio foi inspecionado e teve verificada sua conformidade com os requisitos da Convenção e com as disposições da Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo em anexo.

2. As condições de trabalho e vida a bordo da gente do mar especificadas no anexo A5-I da Convenção foram consideradas correspondentes às disposições nacionais do país acima indicado, pelo meio das quais se aplica a Convenção. Na Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo, parte I, consta um resumo destas disposições nacionais.

O presente Certificado é válido até ....., salvo inspeções que se efetuem conforme as Normas A5.1.3 e A5.1.4 da Convenção.

Este Certificado só é válido quando em anexo com a Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo expedida em.....na data de.....

Data de finalização da inspeção em que se baseia o presente Certificado:.....

Expedido em.....na data de.....

.....

(Assinatura do funcionário devidamente habilitado que expede o Certificado)

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

Endossos do certificado da inspeção intermediária obrigatória e, se for o caso, de outras inspeções adicionais

Certifica-se que o navio foi inspecionado conforme as Normas A5.1.3 e A5.1.4 da Convenção e que verificou-se que as condições de trabalho e vida da gente do mar que se especificam no anexo A5.I da Convenção se ajustam às disposições nacionais do país acima indicado e pelas quais se aplica a Convenção.

Inspeção intermediária: se efetuará entre o segundo e o terceiro ano a partir da data de expedição do certificado

.....

(Assinatura do funcionário habilitado)

Local.....Data.....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

Endossos adicionais (caso necessário)

Certifica-se que o navio foi objeto de uma inspeção adicional com a finalidade de verificar se o navio continua cumprindo com as disposições nacionais pelas quais se aplica a Convenção, conforme previsto no parágrafo 3 da Norma A3.1 da Convenção (nova matrícula do navio ou modificação importante de alojamento) ou por outros motivos.

Inspeção adicional: caso necessária

.....

(Assinatura do funcionário habilitado)

Local.....Data.....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

Inspeção adicional: caso necessária

.....

(Assinatura do funcionário habilitado)

Local.....Data.....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

Inspeção adicional: caso necessária

.....

(Assinatura do funcionário habilitado)

Local.....Data.....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

Convenção sobre Trabalho Marítimo, 2006

Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo - Parte I

(A presente Declaração deverá estar anexa ao Certificado de Trabalho Marítimo do navio)

Expedida sob a autoridade de:.....(inserir o nome da autoridade competente definida no parágrafo 1º, alínea "a", do artigo II da Convenção)

A respeito das disposições da Convenção sobre Trabalho Marítimo, 2006, o navio abaixo indicado, se mantém em conformidade com a Norma A5.1.3 da Convenção:

Nome do navio	Número OMI	Arqueação bruta

O abaixo assinado declara, em nome da autoridade competente antes mencionada, que:

a) as disposições da Convenção sobre o Trabalho Marítimo estão plenamente incorporadas nos requisitos nacionais listados abaixo;

b) estes requisitos nacionais estão contidos na legislação nacional a que se faz referência abaixo; explicações sobre o conteúdo desses requisitos foram fornecidas, quando necessário;

c) os detalhes de toda disposição de equivalência substancial adotada em virtude dos parágrafos 3º e 4º do artigo VI se indicam [depois dos dispositivos nacionais correspondentes listados a seguir] [mais adiante, no parágrafo previsto para tal efeito] (riscar a descrição que não corresponde);

d) toda isenção concedida pela autoridade competente conforme o Título 3 será indicada com clareza na seção que aparece mais abaixo para esse efeito; e

e) também se faz referência a todo requisito previsto na legislação nacional para uma categoria específica de navios.

1. Idade mínima (Regra 1.1):.....

2. Atestados médicos (Regra 1.2): .....

3. Qualificações da gente do mar (Regra 1.3):.....

4. Acordos de emprego da gente do mar (Regra 2.1):.....

5. Utilização de serviço privado de contratação e colocação autorizado, certificado ou regulamentado (Regra 1.4):.....

6. Horas de trabalho e de descanso (Regra 2.3):.....

7. Níveis de tripulação do navio (Regra 2.7):.....

8. Alojamento (Regra 3.1):.....

9. Serviços de lazer a bordo (Regra 3.1):.....

10. Alimentação e serviço de mesa (Regra 3.2):.....

11. Saúde e segurança e prevenção de acidentes (Regra 4.3):.....

12. Assistência médica a bordo (Regra 4.1):.....

13. Procedimentos de tramitação de queixas a bordo (Regra 5.1.5):.....

14. Pagamento dos salários (Regra2.2):.....

15. Garantia financeira para casos de repatriação (Regra 2.5):.....

16. Garantia financeira relativa à responsabilidade do armador (Regra 4.2):.....

Nome:.....

Cargo:.....

Assinatura:.....

Local:.....Data:.....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

Equivalências substanciais

(riscar o parágrafo não aplicável)

Conforme o previsto nos parágrafos 3º e 4º do artigo VI da Convenção, são indicadas as seguintes disposições de equivalência substancial, com exceção das que foram descritas na lista acima (incluir uma descrição, caso aplicável):.....

Não se aplica nenhuma disposição de equivalência substancial.

Nome:.....

Cargo:.....

Assinatura:.....

Local:.....Data:.....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

Exceções conforme o Título 3

(riscar o parágrafo não aplicável)

Conforme o previsto no Título 3 da Convenção, são indicadas as seguintes exceções permitidas pela autoridade competente:.....

.....

Não foi permitida nenhuma exceção.

Nome:.....

Cargo:.....

Assinatura:.....

Local:.....Data:.....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo - Parte II

Medidas adotadas para assegurar o cumprimento contínuo entre as inspeções

O armador, cujo nome figura no Certificado de trabalho Marítimo ao qual se anexa a presente Declaração, adotou as seguintes medidas para assegurar o cumprimento contínuo das disposições da Convenção entre as inspeções:

(Indique a continuação das medidas adotadas para assgurar o cumprimento de cada um dos pontos que figuram na parte I)

1. Idade mínima (Regra 1.1)..... ☐

2. Atestados médicos (Regra 1.2)..... ☐

3. Qualificações da gente do mar (Regra 1.3)..... ☐

4. Acordos de emprego da gente do mar (Regra 2.1)..... ☐

5. Utilização de serviço privado de contratação e colocação autorizado, certificado ou regulamentado (Regra 1.4)..... ☐

6. Horas de trabalho e horas de descanso (Regra 2.3)..... ☐

7. Níveis de tripulação do navio (Regra 2.7)..... ☐

8. Alojamento (Regra 3.1)..... ☐

9. Serviços de lazer a bordo (Regra 3.1)..... ☐

10. Alimentação e serviço de mesa (Regra 3.2)..... ☐

11. Saúde e segurança e prevenção de acidentes (Regra 4.3)..... ☐

12. Assistência médica a bordo (Regra 4.1)..... ☐

13. Procedimentos de tramitação de queixas a bordo (Regra 5.1.5)..... ☐

14. Pagamento dos salários (Regra 2.2)..... ☐

15. Garantia financeira para casos de repatriação (Regra 2.5)..... ☐

16. Garantia financeira relativa à responsabilidade do armador (Regra 4.2)..... ☐

Pela presente certifico que as medidas acima mencionadas foram formuladas para garantir o cumprimento contínuo entre as inspeções, dos requisitos listados na parte I.

Nome do armador:[3].....

Endereço da empresa:.....

Nome do signatário autorizado:.....

Cargo:.....

Assinatura:.....

Local:.....Data:.....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

As medidas antes mencionadas foram revisadas por (inserir o nome da autoridade competente ou organização devidamente reconhecida) e, depois de haver inspecionado o navio, foi considerado que satisfazem os objetivos estabelecidos na alínea "b" do parágrafo 10 da Norma A5.1.3, em relação às medidas destinadas a assegurar o cumprimento inicial e contínuo dos requisitos estipulados na parte I da presente Declaração.

Certificado Provisório de Trabalho Marítimo

Expedido conforme as disposições do artigo V e do Título 5 da Convenção sobre Trabalho Marítimo, 2006

(a seguir, "a Convenção")

em virtude da autoridade do Governo de:

.....

(designação completa do Estado cuja bandeira o navio está autorizado a arvorar)

Por: .....

(designação completa e endereço da autoridade competente ou organização reconhecida devidamente autorizada em virtude das disposições da Convenção)

Dados do navio

Nome do navio:.....

Letras ou números distintivos:.....

Porto de registro:.....

Data em que se registrou o navio:.....

Arqueação bruta[4]:.....

Número OMI:.....

Tipo de navio:.....

Nome e endereço do armador[5]:.....

Certifica-se que, para efeitos do parágrafo 7 da Norma A5.1.3 da Convenção:

a) este navio foi inspecionado, na medida do factível e razoável, a respeito das matérias que figuram no anexo A5.I da Convenção, tendo em conta a verificação dos aspectos assinalados nas alíneas "b", "c" e "d";

b) o armador demonstrou para a autoridade competente ou uma organização reconhecida que o navio conta com procedimentos adequados para cumprir o disposto na Convenção;

c) o capitão conhece as disposições da Convenção e as responsabilidades da sua aplicação, e

d) foram apresentadas informações pertinentes à autoridade competente ou a uma organização reconhecida para a expedição de uma Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo.

O presente Certificado é válido até ....., salvo inspeções que se efetuem conforme as Normas A5.1.3 e A5.1.4 da Convenção.

Data de finalização da inspeção mencionada na alínea "a" acima:.....

Expedido em.....na data de.....

.....

(Assinatura do funcionário habilitado que expede o Certificado)

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

ANEXO A5-III

Áreas gerais sujeitas a inspeção detalhada por funcionário autorizado em um porto de Membro executando inspeção de portos em conformidade com a Regra A5.2.1:

Idade Mínima;

Qualificações da gente do mar;

Acordos trabalhistas de gente do mar;

Utilização de recrutamento privado licenciado, certificado ou regulado e colocação no serviço;

Horas de trabalho ou repouso;

Níveis de tripulação do navio;

Acomodação;

Instalações de lazer a bordo;

Alimentação e serviço de bordo;

Saúde e segurança e prevenção de acidentes;

Assistência médica a bordo;

Procedimentos de reclamação a bordo;

Pagamento de remuneração;

Garantia financeira para casos de repatriação; e

Garantia financeira relativa à responsabilidade do armador.

ANEXO B5-I

EXEMPLO DE DECLARAÇÃO NACIONAL

Vide Norma B5.1.3, parágrafo 5

Convenção sobre Trabalho Marítimo, 2006

Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo - Parte I

(A presente Declaração deverá estar anexa ao Certificado de Trabalho Marítimo do navio)

Expedida sob a autoridade do **MINISTÉRIO DO TRANSPORTE MARÍTIMO DE** .....(inserir o nome da autoridade competente definida no parágrafo 1º, alínea "a", do artigo II da Convenção)

A respeito das disposições da Convenção sobre Trabalho Marítimo, 2006, o navio abaixo indicado, se mantém em conformidade com a Norma A5.1.3 da Convenção:

Nome do navio	Número OMI	Arqueação bruta
M.S. EXEMPLO	12345	1.000

O abaixo assinado declara, em nome da autoridade competente antes mencionada, que:

a) as disposições da Convenção sobre o Trabalho Marítimo estão plenamente incorporadas nos requisitos nacionais listados abaixo;

b) estes requisitos nacionais estão contidos na legislação nacional a que se faz referência abaixo; explicações sobre o conteúdo desses requisitos foram fornecidas, quando necessário;

c) os detalhes de toda disposição de equivalência substancial adotada em virtude dos parágrafos 3º e 4º do artigo VI se indicam [depois dos dispositivos nacionais correspondentes listados a seguir] [mais adiante, no parágrafo previsto para tal efeito] (riscar a descrição que não corresponde);

d) toda isenção concedida pela autoridade competente conforme o Título 3 será indicada com clareza na seção que aparece mais abaixo para esse efeito; e

e) também se faz referência a todo requisito previsto na legislação nacional para uma categoria específica de navios.

1. Idade mínima (Regra 1.1)

Direito do mar, Nº 123 de 1905, conforme emendas (Direito), capítulo X; Regulamentos do mar (Regulamentos), 2006, Regras 1111-1222.

Idades mínimas são aquelas referidas na Convenção.

"Noite" significa das 21h às 6h, a menos que o Ministério de Transporte Marítimo "Ministério" aprove um período diferente.

Exemplos de atividades de risco restritas a pessoas com 18 anos de idade ou mais estão listadas na Lista A. No caso de navios cargueiros, nenhuma pessoa menor de 18 anos poderá trabalhar em áreas identificadas no mapa do navio, a ser anexado a esta Declaração, como "áreas de risco".

2. Atestados médicos (Regra 1.2)

Legislação; Capítulo XI, Regulamentação, Regras 1223-1233.

Certificados médicos devem estar em conformidade com os requerimentos SCTW, quando aplicável; em outros casos, os requerimentos SCTW serão aplicados com os ajustes necessários.

Optometristas qualificados em lista aprovada pelo Ministério podem emitir certificados que digam respeito à visão.

Exames médicos seguirão as normas OIT/OMS referidas na Diretriz B1.2.1

Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo - Parte II

Medidas adotadas para assegurar o cumprimento contínuo entre as inspeções

O armador, cujo nome figura no Certificado de trabalho Marítimo ao qual se anexa a presente Declaração, adotou as seguintes medidas para assegurar o cumprimento contínuo das disposições da Convenção entre as inspeções:

(Indique a continuação das medidas adotadas para assegurar o cumprimento de cada um dos pontos que figuram na parte I)

1. Idade mínima (Regra 1.1)

Data de nascimento de cada trabalhador marítimo a ser anotada ao lado do seu nome na lista de tripulação.

A lista é checada no início de cada viagem pelo mestre ou oficial atuando em seu nome (oficial competente), que toma nota da data de cada verificação.

Cada trabalhador marítimo menor de 18 anos recebe, no momento da contratação, uma comunicação escrita que proíbe sua atuação em trabalho noturno ou trabalho especificamente listado como de risco (vide Parte 1, seção 1, acima) e qualquer outro trabalho de risco, e requisitando consulta ao oficial competente em caso de dúvida. Uma cópia da comunicação, contendo a assinatura do trabalhador marítimo abaixo de "recebido e lido", e a data da assinatura, será guardada pelo oficial competente.

2. Atestado médico (Regra 1.2)

Os atestados médicos são guardados de forma estritamente confidencial pelo oficial competente, junto com uma lista, preparada sob a responsabilidade do oficial competente que contenha: as funções do trabalhador marítimo, a data do(s) atestado(s) médico(s) atual(ais) e o estado de saúde estabelecido no atestado em questão.

Em qualquer possível caso de dúvida sobre se o trabalhador marítimo está medicamente apto para uma função específica ou funções, o oficial competente consultará o médico do trabalhador marítimo ou outro profissional qualificado e guardará notas com resumo das conclusões médicas, assim como o nome e número de telefone do médico e a data da consulta.

[1]. A arqueação bruta para os navios aos quais se aplica o sistema provisório de medição de arqueação bruta adotado pela OMI será a que figura na coluna "OBSERVAÇÕES" do Certificado Internacional de Arqueação (1969). Ver artigo II, parágrafo 1, alínea "c", da Convenção.

[2]. O termo armador designa o proprietário de um navio ou outra entidade ou pessoa, como pode ser o administrador, o agente ou o afretador a casco nu, que assumiu a responsabilidade de exploração do navio por conta do proprietário e que, ao fazê-lo, aceitou cumprir todos os deveres e responsabilidades que incumbem aos armadores em virtude da presente Convenção, independentemente de que outra entidade ou pessoa desempenhe alguns dos deveres ou responsabilidades em nome do armador. Ver artigo II, parágrafo 1º, alínea "j", da Convenção.

[3]. O termo *armador* designa o proprietário de um navio ou outra entidade ou pessoa, como pode ser o administrador, o agente ou o afretador a casco nu, que assumiu a responsabilidade da exploração do navio por conta do proprietário e que, ao fazê-lo, aceitou cumprir todos os deveres e responsabilidades que incumbem aos armadores em virtude da presente Convenção, independentemente que outra entidade ou pessoa desempenhe alguns dos deveres ou responsabilidades em nome do armador. Ver artigo II, parágrafo 1, alínea "j", da Convenção.

[4]. A arqueação bruta para os navios aos quais se aplica o sistema provisório de medição de arqueação bruta adotado pela OMI será a que figura na coluna "OBSERVAÇÕES" do Certificado Internacional de Arqueação (1969). Ver artigo II, parágrafo 1, alínea "c", da Convenção.

[5]. O termo armador designa o proprietário de um navio ou outra entidade ou pessoa, como pode ser o administrador, o agente ou o afretador a casco nu, que assumiu a responsabilidade de exploração do navio por conta do proprietário e que, ao fazê-lo, aceitou cumprir todos os deveres e responsabilidades que incumbem aos armadores em virtude da presente Convenção, independentemente de que outra entidade ou pessoa desempenhe alguns dos deveres ou responsabilidades em nome do armador. Ver artigo II, parágrafo 1º, alínea "j", da Convenção.

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 127, de 9 de abril de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 805.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 73, DE 6 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa nº 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.003558/2021-63, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) MÁRCIO SOARES RAMOS, CRMV-RS 05066, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 74, DE 6 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e com base no que determina o Art. 75 do Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e no Art. 3º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16/01/2018 que aprova as Diretrizes Gerais para Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21042.011053/2020-91, resolve:

HABILITAR no Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE os Médicos Veterinários relacionados no anexo I, que contém os nomes e respectivos números de registro no CRMV, para execução das atividades pertinentes ao Controle e Erradicação do Mormo, consoante às normas dispostas nas legislações vigentes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

MÉDICOS VETERINÁRIOS APROVADOS EM CAPACITAÇÃO EAD PARA HABILITAÇÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE EQUÍDEA

NOME	CRMV PRIMÁRIO	UF
EDUARDA BRITOS LOPES PEREIRA	18796	RS
EMÍLIO FERREIRA MACHADO FILHO	18546	RS
LARISSA DA CONCEIÇÃO NUNES	19080	RS
MARIA LUIZA SCHNEIDER	15252	RS
OTHON DALLA COLLETTA	17082	RS

HELENA PAN RUGERI

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Diário Oficial da União de 01 de abril de 2021, Seção 1, pág. 2, Portaria nº 65 de 29 de março de 2021, aonde se lê CARLA TIGRE DOS PASSOS, leia-se CLÁUDIA TIGRE DOS PASSOS.

COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS

RETIFICAÇÃO

Na resolução n° 12, de 31 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 05/04/2021, Seção 1, página 3, no item 2 onde se lê: negar, por maioria na votação, leia-se: acatar parcialmente, por maioria na votação.

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 108, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Cancelar as inscrições no Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP e as Licenças de Pescadores Profissionais, de acordo com o disposto no art. 17 da Instrução Normativa Ministério da Pesca e Aquicultura nº 6, de 29 de junho de 2012.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29 do anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, de acordo com o disposto na Instrução Normativa do Ministério da Pesca e Aquicultura nº 6, de 29 de junho de 2012, e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21000.017377/2021-19, resolve:

Art. 1º Cancelar as inscrições no Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP e as Licenças de Pescadores Profissionais efetivadas nos estados de São Paulo, Pernambuco e Sergipe, de acordo com o disposto no Art. 17 da Instrução Normativa Ministério da Pesca e Aquicultura nº 6, de 29 de junho de 2012, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria, com o respectivo motivo que ensejou o cancelamento da inscrição no RGP e as Licenças de Pescadores Profissionais, deverá ser afixada em lugar visível e de fácil acesso na sede das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento dos estados descritos do Art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-19/G/N° 38, de 09 de outubro de 1997, publicada no DOU Nº 196, de 10 de outubro de 1997, Seção 1, Página 22846, que criou o Projeto de Assentamento SEBASTIÃO ANDRADE, no Estado do Rio Grande do Norte, registrado no SIPRA sob o código RN0107000, onde se lê: "4.000,0000ha (quatro mil hectares)", leia-se: "5.754,8648 há (cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro hectares, oitenta e seis ares e quarenta e oito centiares)".

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.047153/2020-11

No Diário Oficial da União nº 244, de 22 de dezembro de 2020, na Seção 1, página 11 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.419/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0127 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 161196-8, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2909 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 55337-9.

Processo Nº 71000.051269/2020-54

No Diário Oficial da União nº 212, de 06 de novembro de 2020, na Seção 1, página 09 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.401/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2913 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 38586-7, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6969 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 25592-0.

Processo Nº 71000.051309/2020-68

No Diário Oficial da União nº 212, de 06 de novembro de 2020, na Seção 1, página 09 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.401/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2913 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 38587-5, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6969 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 25593-9.

Processo Nº 71000.051364/2020-58

No Diário Oficial da União nº 212, de 06 de novembro de 2020, na Seção 1, página 09 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.401/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2913 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 38584-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6969 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 25594-7.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM Nº 4.617, DE 6 DE ABRIL DE 2021 (*)

Institui a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e seus eixos temáticos

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 21, inciso XVIII, do Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, e na Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, na forma do Anexo a esta Portaria, com as finalidades de:

I - nortear as ações do Estado brasileiro em prol do fortalecimento da pesquisa, desenvolvimento e inovações de soluções em Inteligência Artificial, bem como, seu uso consciente, ético para um futuro melhor; e

II - garantir a inovação no ambiente produtivo e social na área de Inteligência Artificial, capaz de enfrentar os desafios associados ao desenvolvimento do País, nos termos do disposto na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

Parágrafo único. A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial será publicada no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 2º Caberá ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, no âmbito de suas atribuições:

I - criar instâncias e práticas de governança para priorizar, implantar, monitorar e atualizar as ações estratégicas estabelecidas na Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial;

II - coordenar e estabelecer as ações que possibilitem a implementação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial;

III - convidar instituições do setor público, privado e da academia para subsidiá-lo nas ações estratégicas definidas na Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial;

IV - elaborar relatórios de avaliação da implementação das ações estratégicas definidas na Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial;

V - dar publicidade aos relatórios de que trata o inciso III do caput deste artigo no sítio eletrônico deste Ministério; e

VI - avaliar a periodicidade de atualização da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

ANEXO

ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

APRESENTAÇÃO

Desde os anos 2000, a Inteligência Artificial (IA) passou a ser objeto de interesse não apenas nos meios científicos, mas também veículos de comunicação de grande circulação destinados ao público em geral. O debate acerca das potencialidades das tecnologias de IA, cujo desenvolvimento encontra-se em curso há aproximadamente cinco décadas, tem assumido importância no Brasil e em vários países do mundo, suscitando discussões técnicas e jurídicas acerca de seu uso, suas potenciais aplicações e sua interação com o ser humano nos processos de tomada de decisão.

É possível destacar pelo menos duas grandes características do estado atual de desenvolvimento tecnológico:

a) em primeiro lugar, o grande aumento no poder computacional e no acesso a dados de treinamento conduziu a avanços práticos na aprendizagem de máquina (Machine Learning - ML), que permitiram sucessos recentes em uma variedade de domínios aplicados, tais como o diagnóstico de câncer na área médica, a automação dos veículos e os jogos inteligentes;

b) em segundo lugar, tais avanços chamaram a atenção de formuladores de políticas públicas e de empresas, provocando uma verdadeira corrida pela liderança mundial em IA e, simultaneamente, a discussão acerca da necessidade de regulação ou de políticas públicas em campos tão diversos como o trabalho, a educação, a tributação, pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e ética. Assim, os principais pontos de questionamento dizem respeito aos limites da aplicação da IA, às implicações de seu uso em diferentes domínios econômicos e à necessidade de conjugar a tecnologia com o julgamento humano.

No âmbito da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), aprovada em março de 2018, pelo Decreto nº 9.319/2018 e pela Portaria MCTIC nº 1.556/2018, já se sinalizava para a importância de tratar de maneira prioritária o tema da IA em razão de seus impactos transversais sobre o país. Neste sentido, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), por meio da Portaria MCTIC nº 1.122/2020, definiu como prioridade a área de Inteligência Artificial no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023.

Esta Estratégia assume o papel de nortear as ações do Estado brasileiro em prol do desenvolvimento das ações, em suas várias vertentes, que estimulem a pesquisa, inovação e desenvolvimento de soluções em Inteligência Artificial, bem como, seu uso consciente, ético e em prol de um futuro melhor. É preciso entender a conexão da Inteligência Artificial com várias tecnologias e deixar claro os limites e pontos de conexão e de conceitos como: machine learning, big data, analytics, sistemas especialistas, automação, reconhecimento de voz e imagens, etc.

Para tanto, a Estratégia estabelece nove eixos temáticos, caracterizados como os pilares do documento; apresenta um diagnóstico da situação atual da IA no mundo e no Brasil; destaca os desafios a serem enfrentados; oferece uma visão de futuro; e apresenta um conjunto de ações estratégicas que nos aproximam dessa visão.

É importante destacar que a Estratégia deve ser uma política pública constantemente acompanhada, avaliada e ajustada, pois o ritmo da evolução tecnológica da Inteligência Artificial tende a se acelerar. As tecnologias digitais proporcionam as ferramentas para uma profunda transformação na atuação do próprio governo, na competitividade e na produtividade das empresas, assim como auxilia também na capacitação, no treinamento e na educação da população, resultando em maior inclusão digital, para que todos possam se desenvolver e prosperar.

INTRODUÇÃO

Uma Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), deve ter por objetivo potencializar o desenvolvimento e a utilização da tecnologia com vistas a promover o avanço científico e solucionar problemas concretos do País, identificando áreas prioritárias nas quais há maior potencial de obtenção de benefícios. Espera-se que a IA possa trazer ganhos na promoção da competitividade e no aumento da produtividade brasileira, na prestação de serviços públicos, na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na redução das desigualdades sociais, entre outros.

Observando-se estratégias similares adotadas em outros países, verifica-se que tópicos comumente abordados incluem a busca por ganhos de produtividade, preocupações com a reestruturação do mercado de trabalho, políticas de educação e de qualificação profissional e a promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação, assim como iniciativas voltadas a campos de aplicação específicos, como a saúde, a mobilidade e a segurança pública. Alguns países têm também colocado ênfase no papel do governo na facilitação da adoção de tecnologias de IA na Administração Pública, assim como nos desafios da integração da IA nos serviços públicos, tendo em vista a importância de melhorias de eficiência e redução de custos. Iniciativas concretas nesse campo incluem a promoção da abertura de dados governamentais, o estabelecimento de sandboxes regulatórios, incentivos a empresas nascentes de base tecnológica (startups) atuantes nesse campo e investimentos em PD&I em áreas de fronteira. Internacionalmente, tem-se observado também esforços em diferentes frentes relacionados ao estabelecimento de princípios éticos quanto ao uso responsável de sistemas de IA.

Uma sociedade da informação inteligente é uma sociedade na qual um novo valor é gerado e o progresso é alcançado por meio da aplicação da tecnologia da informação inteligente (TI Inteligente) - apoiada pela geração, coleta e análise de dados por tecnologias avançadas de informação e comunicação - a todos os aspectos da economia, sociedade e vida humana.

Sabe-se que, à medida que os dados e o conhecimento têm precedência sobre os fatores de produção convencionais (mão-de-obra e capital), as barreiras industriais são quebradas com a crescente convergência de produtos e serviços, e máquinas inteligentes e sistemas automatizados chegam às áreas de trabalho que, antes, exigiam complexas capacidades cognitivas humanas. Como resultado, conduz a uma modificação completa tanto da economia, quanto da sociedade, que sofrerão transformações amplas e inovadoras.

METODOLOGIA ADOTADA

O presente documento foi construído em três etapas: (i) contratação de consultoria especializada em IA, (ii) benchmarking nacional e internacional, e (iii) processo de consulta pública. A partir da convergência de estudos, reflexões, pesquisas e de consulta aos especialistas, empresas, pesquisadores e demais órgãos públicos, durante os anos de 2019 e de 2020, a EBIA foi concebida colhendo visões diversas e setoriais, deste esforço complexo que é propor um planejamento tecnológico de longo prazo ao país.

Inicialmente, ainda em 2019, ciente de que o tema merecia todo empenho, tanto do ponto de vista de política pública, quanto do ponto de vista técnico, o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PRODOC) junto à UNESCO, contratou consultoria técnica especializada em Inteligência Artificial, cujo objetivo principal era realizar estudo a respeito dos potenciais impactos sociais e econômicos das tecnologias que embasam a Inteligência Artificial, com vistas a analisar propostas de políticas que mitiguem seus efeitos negativos ao mesmo tempo em que maximizem seus efeitos positivos. Nesse cenário, foi realizada consulta focada aos especialistas acadêmicos e pesquisadores, por meio de um questionário qualitativo que buscou averiguar o grau de familiaridade do especialista com a IA e questões ligadas às políticas públicas. Outros temas tratados foram: ações para atrair empresas que desenvolvam PD&I no Brasil, parcerias internacionais em IA, uso da IA na saúde, em segurança pública e demais serviços públicos, benefícios econômicos, princípios éticos da IA, entre outros.

Em paralelo, foi realizada Consulta Pública à sociedade por meio de plataforma eletrônica do Governo Federal, entre 12 de dezembro de 2019 e 3 de março de 2020. Foram recebidas cerca de 1.000 contribuições serviram como base para a construção da presente estratégia.

Em recente recomendação da OCDE sobre Inteligência Artificial[1], à qual o Brasil aderiu, foram identificados diversos princípios para o desenvolvimento responsável da IA, assim como recomendações quanto a políticas públicas e cooperação internacional. Entre os elementos constantes da recomendação, destacam-se os seguintes:

- A IA deve beneficiar as pessoas e o planeta, impulsionando o crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar.

- Os sistemas de IA devem ser projetados de maneira a respeitar o Estado de Direito, os direitos humanos, os valores democráticos e a diversidade, e devem incluir salvaguardas apropriadas - por exemplo, possibilitando a intervenção humana sempre que necessário - para garantir uma sociedade justa.

- Organizações e indivíduos que desempenham um papel ativo no ciclo de vida de IA devem se comprometer com a transparência e com a divulgação responsável em relação a sistemas de IA, fornecendo informações relevantes e condizentes com o estado da arte que permitam (i) promover a compreensão geral sobre sistemas de IA; (ii) tornar as pessoas cientes quanto às suas interações com sistemas de IA; (ii) permitir que aqueles afetados por um sistema de IA compreendam os resultados produzidos; e (iv) permitir que aqueles adversamente afetados por um sistema de IA possam contestar seu resultado.

- Os sistemas de IA devem funcionar de maneira robusta, segura e protegida ao longo de seus ciclos de vida, e os riscos em potencial devem ser avaliados e gerenciados continuamente.

À luz de tais diretrizes, para organizar o debate acerca de uma Estratégia Brasileira de IA, estabeleceram-se 9 (nove) eixos, a seguir identificados:

I - eixos temáticos:

- legislação, regulação e uso ético;
- governança de Inteligência Artificial;
- aspectos Internacionais;

II - eixos verticais:

- qualificações para um futuro digital;
- força de trabalho e capacitação;
- pesquisa, desenvolvimento, inovação e empreendedorismo;
- aplicação nos setores produtivos;
- aplicação no poder público; e
- segurança pública.

OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA

A presente Estratégia tem como ponto de partida a definição de objetivos estratégicos que levam em consideração todo o ecossistema tecnológico, e que poderão posteriormente ser desdobrados em ações mais específicas. Esta Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial será pautada pelos seguintes objetivos:

- Contribuir para a elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e uso de IA responsáveis.

- Promover investimentos sustentados em pesquisa e desenvolvimento em IA.

- Remover barreiras à inovação em IA.

- Capacitar e formar profissionais para o ecossistema da IA.

- Estimular a inovação e o desenvolvimento da IA brasileira em ambiente internacional.

- Promover ambiente de cooperação entre os entes públicos e privados, a indústria e os centros de pesquisas para o desenvolvimento da Inteligência Artificial.

DIAGNÓSTICO

Já são visíveis os impactos da Inteligência Artificial (IA) sobre inúmeros setores da vida humana, com alteração dos paradigmas atuais da produção industrial, das relações pessoais e do cuidado com a vida. A Inteligência Artificial possui diversas ramificações que podem ser usadas de forma complementar ou dissociadas uma das outras, tais como: aprendizado de máquina (machine learning), robótica, processamento de linguagem natural, reconhecimento de voz e reconhecimento de imagens. Neste documento, todos esses termos serão englobados pelo conceito geral "Inteligência Artificial".

Não existe uma definição consensual de Inteligência Artificial. IA é melhor entendida como um conjunto de técnicas destinadas a emular alguns aspectos da cognição de seres vivos usando máquinas. A inteligência é uma capacidade entre as funções cerebrais humanas complexas. Nessa linha, seguiremos a definição apresentada pela OCDE[2]: "um sistema de IA é um sistema baseado em máquina que pode, para um determinado conjunto de objetivos definidos pelo homem, fazer previsões, recomendações ou decisões que influenciam ambientes reais ou virtuais. Os sistemas de IA são projetados para operar com vários níveis de autonomia". Ainda conforme a OCDE,[3] um sistema de IA consiste em três elementos principais: sensores, lógica operacional e atuadores. Os sensores coletam dados brutos do ambiente, processados pela lógica operacional para fornecer saídas para os atuadores, que por sua vez agem para alterar o estado do ambiente. Este ciclo é repetido inúmeras vezes, e como o ambiente é alterado pelo sistema de IA, a cada ciclo a lógica operacional pode ser aperfeiçoada.

O impacto positivo que a nova economia e a sociedade do conhecimento trazem consigo depende, fundamentalmente, da capacidade de ampliar o número de pessoas, instituições e empresas que produzam e utilizem produtos e serviços de IA. Experiências internacionais mostram que esses processos estão elevando a produtividade, transformando e ampliando os horizontes do crescimento econômico.

Assim, o então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações, atualmente Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), tem desenvolvido ao longo dos últimos anos diversos projetos relacionados à Inteligência Artificial, dentre os quais se pode citar a criação de centros de tecnologia aplicada voltados para IA e iniciativas de estímulo ao empreendedorismo de base tecnológica relacionados à IA. Cabe reconhecer, entretanto, que existem ainda desafios relacionados ao aprimoramento do ambiente brasileiro de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação.

A Inovação é compreendida como uma área chave para o desenvolvimento econômico de um país. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), cinco elementos compõem um ambiente estimulante à inovação: (a) política regulatória; (b) governança institucional; (c) ecossistema empreendedor e investimento; (d) capital humano qualificado; (e) infraestrutura técnica em pesquisa em desenvolvimento (P&D).[4]

O Brasil está, atualmente, situado na 66ª posição do Índice de Inovação Global de 2019[5], tendo como dois de seus maiores desafios o investimento no ambiente de negócios e a infraestrutura tecnológica. Dados do Banco Mundial corroboram tal diagnóstico, ao classificar o Brasil em 138º lugar quanto à facilidade de se iniciar um negócio e em 124º lugar no que se refere à facilidade de se realizar um negócio[6]. Além disso, o Brasil investe 1,27% do seu PIB em P&D, enquanto a média de investimento dos países-membros da OCDE é de 2,39%.[7]

Apesar de tais desafios, a Estratégia Brasileira para Transformação Digital, E-Digital, contempla um conjunto de 100 ações para impulsionar a digitalização de processos produtivos, e o Programa Start-Up Brasil[8] objetiva apoiar startups brasileiras e internacionais que desenvolvam software, hardware, serviços de TI ou que se utilizem destas tecnologias para inovar, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico sustentável e o aumento da competitividade brasileira nesse setor. O Brasil conta com mais de 52 parques tecnológicos, mais de 369 incubadoras, e mais de 9000 negócios encubados.[9]

Especificamente no que diz respeito a Inteligência Artificial, os desafios ainda são consideráveis. Em 2019, enquanto os EUA investiram 224 milhões USD em startups de IA, e a China 45 milhões USD, o Brasil investiu apenas 1 milhão USD.[10] Desse modo, é essencial para a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial estabelecer diretrizes que habilitem o fomento de um ambiente de empreendedorismo em IA no país.

Segundo dados obtidos por meio de consulta ao site Startup Universal,[11] o Brasil possui cerca de 12.000 startups ativas e a maioria delas segue o modelo de negócios SaaS (Software as a Service) e voltada para o segmento B2B (Business to Bussiness). A região Sudeste concentra o maior número de startups devido à grande representatividade econômica da cidade de São Paulo. Existem também centros tecnológicos que se destacam na região Sul, como na cidade de Florianópolis, e no Nordeste, como na cidade de Recife. Entre os principais desafios enfrentados pelas startups brasileiras estão a escassez de mão de obra qualificada, a alta carga tributária e a burocracia. O Brasil já responde pela maior parte do investimento da América Latina, cerca de US$ 2,49 bilhões em 2019, e vem progressivamente atraindo a atenção de grandes fundos internacionais.

Vale observar, ainda, que o número de aquisições de startups de IA aumentou de forma constante desde 2010, crescendo quase quatro vezes entre 2015 e 2018. Os aumentos nas aquisições de startups de IA foram atendidos por aumentos no financiamento de startups de IA - o financiamento global aumentou de mais de um bilhão de dólares em 2013 para mais de 20 bilhões de dólares americanos em 2018[12].

No Brasil, alguns programas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que anteriormente também mantinha sob sua gestão as políticas na área de Comunicações, oferecem incentivos a criação de Startups, entre as quais há algumas cujo produto ou serviço é baseado em Inteligência Artificial. Ao todo, 139 startups são contempladas, sendo 21 pelo programa "Conecta StartUp Brasil",[13] 25 pelo programa "Startup Brasil",[14] 6 pelo "TechD"[15] e 100 pelo "IA MCTI"[16] (algumas startups são beneficiadas por mais de um programa). As principais iniciativas compreendem o setor de saúde (23%), agronegócio (17,3%) e gestão corporativa/empresarial (8,6%).

No que tange à formação de profissionais, cabe dar destaque ao "Índice de Competitividade Global de Talentos" (GTCI), relatório anual que avalia e classifica os países com base em sua capacidade de gerar, atrair e reter talentos. Em sua edição "2020 Highlights", o Índice aborda o tema do Talento Global na Era da Inteligência Artificial e explora como o desenvolvimento de tal capacidade altera a natureza do trabalho, o que demanda uma reavaliação das práticas no local de trabalho, estruturas corporativas e ecossistemas de inovação.

Segundo o relatório referenciado, o Brasil é o país do agrupamento econômico atualmente composto por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) com a classificação mais baixa no GTCI 2020. Isso se deve, principalmente à sua baixa capacidade de atrair talentos (ocupa a 96ª posição) e ao seu limitado conjunto de habilidades profissionais e técnicas (101ª posição). Maior abertura externa (115ª posição) ajudaria bastante a elevar a pontuação de atração no país (96ª posição), enquanto melhorias na correspondência entre habilidades profissionais e necessidades da economia (123ª posição em empregabilidade) aumentariam suas habilidades vocacionais e técnicas. As melhores performances do Brasil estão relacionadas ao crescimento de talentos (55ª posição), em que se beneficia de um sólido sistema educacional (56º em Educação Formal) e acesso positivo a oportunidades de crescimento (41ª posição). O GTCI pontua ainda que o país também possui um cenário de mercado favorável (47ª posição), mas seu cenário regulatório (85ª posição) e seu cenário comercial e trabalhista (91ª posição) resultam em uma baixa competência para capacitar (79ª posição) talentos. Entre os países da América Latina e Caribe, o Brasil ocupa a 11ª posição, atrás de países como Trindade e Tobago, Jamaica, Panamá e Peru.

Considerando o desempenho do Brasil, o país ocupa, atualmente, o 80º lugar de 132 países avaliados, tendo caído da 49ª posição em 2014. Em relação às cidades brasileiras constantes do ranking internacional, temos São Paulo em 84º lugar.

Observa-se, internacionalmente, o desenvolvimento de inúmeras iniciativas e políticas públicas voltadas à formação e à capacitação de profissionais diante das transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico e frente à nova realidade imposta pela Inteligência Artificial[17].

Em fevereiro de 2017, o Brasil deu um passo importante nesse sentido. A Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) estabeleceu que o currículo do ensino médio será definido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com 60% da carga horária composta por conteúdos comuns e 40% de conteúdos optativos. As áreas de concentração, chamadas de "itinerários formativos", são obrigatórias e pelo menos uma deve ser escolhida pelo aluno. São elas: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional. Identificou-se lacuna para estimular o aluno a escolher as matérias voltadas ao mundo tecnológico.

Contudo, desafios ainda precisam ser superados. O número de pós-graduações em programas de tecnologias digitais no Brasil (i.e. que envolvam robótica, Inteligência Artificial / aprendizado de máquina ou big data) em 2016 era de 224, sendo 72 mestrados e 152 doutorados[18]. Embora os valores possam parecer relativamente altos, em termos proporcionais representam apenas um programa para cada milhão de habitantes, uma média ainda significativamente baixa. Outro desafio diz respeito à distribuição por gênero, observando-se, na América Latina, uma predominância feminina nas áreas científicas ligadas à saúde e uma predominância masculina nas áreas científicas voltadas às ciências, à tecnologia, à engenharia e à matemática. Conforme a OCDE, tal configuração é problemática, visto que equipes mistas são mais valiosas e têm menos chance de reproduzir vieses de gênero em tecnologias de automação[19] .

Em outra ponta, cabe dar destaque também aos impactos da IA sobre o mercado de trabalho. Em âmbito global, pelo menos um terço dos trabalhadores precisarão se reinventar para manter seus empregos. Pesquisadores da Universidade de Oxford, nos Estados Unidos, analisaram as profissões dos trabalhadores da América e chegaram à conclusão de que 47% dessas pessoas têm grandes chances de perderem seus empregos para robôs nos próximos 20 anos. Ademais, um estudo conduzido em 2019 pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL revelou que, em média, 16% dos postos de trabalho na região possuem alto risco de substituição por automação nos próximos 5 anos. A estimativa no Brasil é de 12%.[20]

Ainda no que diz respeito ao mercado de trabalho, a Fast Company listou sete tipos de carreiras que possuem baixa chance de serem substituídas pela automatização: empregos que requerem criatividade, como artistas e músicos; trabalhos que envolvam resolução de problemas; cabeleireiros; psicólogos e profissões que demandem um trabalho social; professores; trabalhadores da área da saúde e cuidadores[21]. Tal previsão representa grande desafio aos governos de todos os países, na criação e execução de políticas públicas capazes de capacitar e preparar sua força de trabalho para a nova realidade que já chegou.

Por fim, a importância e a amplitude de impactos da IA têm levado inúmeros países a desenvolver políticas, estratégias ou planos para lidar com o tema. Entre tais iniciativas, os principais eixos identificados são destacados a seguir:

- Pesquisa e Desenvolvimento: atrair, reter e treinar talentos em IA do próprio país ou estrangeiros, com financiamentos acadêmicos, programas de bolsas de estudo e a criação de programas específicos de mestrado e doutorado em IA; criar novos centros ou programas em pesquisa básica e aplicada, específicos para a IA.

- Competências profissionais e o futuro do trabalho: iniciativas para capacitar a força de trabalho, em geral, que desenvolvam habilidades para o futuro do trabalho, como investimento em educação ao longo da vida e habilidades digitais.

- Industrialização e IA: programas para incentivar a adoção de tecnologias em IA por parte do setor privado, com investimentos em setores estratégicos, financiamento para startups de IA, em pequenas e médias empresas, estratégias para criar clusters para IA.

- Padrões éticos para IA: criação de conselhos, comitês ou força-tarefa para elaborar normas e regulamentos, para fundamentar o uso ético e o desenvolvimento da IA. Esse tema também inclui financiamento específico para pesquisa ou programas piloto para criar IA explicável e transparente.

- Governança de Dados e Infraestrutura Digital: financiamento para parcerias que envolvam a utilização de dados abertos, plataformas de desenvolvimento compartilhado de software de IA e conjuntos de dados, bem como o compromisso para criar ambientes de testes de proteção aos direitos do cidadão.

- IA no Governo: estabelecimento de programas piloto que utilizam a IA para melhorar a eficiência do Governo, prestação de serviços e Administração Pública.

- IA para o bem-estar social: delineamento de programas para assegurar que a IA seja utilizada para promover o bem-estar social, o crescimento econômico e cultural, e de promover a inclusão por meio de suas de aplicações.

EIXOS TEMÁTIVOS E EIXOS VERTICAIS

Alinhada às diretrizes da OCDE endossadas pelo Brasil, a EBIA fundamenta-se nos cinco princípios definidos pela Organização para uma gestão responsável dos sistemas de IA, quais sejam: (i) crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar; (ii) valores centrados no ser humano e na equidade; (iii) transparência e explicabilidade; (iv) robustez, segurança e proteção e; (v) a responsabilização ou a prestação de contas (accountability).

Apresentam-se, em seguida, os nove pilares da EBIA.

LEGISLAÇÃO, REGULAÇÃO E USO ÉTICO

O desenvolvimento tecnológico da Inteligência Artificial tem sido acompanhado de intensas discussões acerca da necessidade de desenvolvimento de parâmetros jurídicos, regulatórios e éticos para orientar o desenvolvimento e aplicação da tecnologia. No centro de tais debates encontra-se a preocupação em estabelecer um ponto de equilíbrio entre (i) a proteção e a salvaguarda de direitos, inclusive aqueles associados à proteção de dados pessoais e à prevenção de discriminação e viés algorítmico; (ii) a preservação de estruturas adequadas de incentivo ao desenvolvimento de uma tecnologia cujas potencialidades ainda não foram plenamente compreendidas; e (iii) o estabelecimento de parâmetros legais que confiram segurança jurídica quanto à responsabilidade dos diferentes atores que participam da cadeia de valor de sistemas autônomos.

Nesse contexto, embora já existam exemplos internacionais de normas jurídicas regulando diferentes aspectos concretos de IA, como veículos autônomos e sistemas de reconhecimento facial, têm ganhado proeminência os debates acerca do estabelecimento de princípios gerais e parâmetros éticos a serem adotados por atores públicos e privados quanto ao tema, por meio de códigos de conduta, manuais de boas práticas e diretrizes de alto nível. Entre as inúmeras iniciativas nesse sentido, destacam-se os seguintes instrumentos:

- Princípios da OCDE sobre Inteligência Artificial (2019)[22].

- G20 - Declaração Ministerial sobre Comércio e Economia Digital - Princípios para IA Centrada nos Humanos (2019)[23].

- Grupo Independente de Peritos de Alto Nível sobre a Inteligência Artificial criado pela Comissão Europeia em junho de 2018 - Orientações Éticas para uma IA de Confiança[24].

- A Declaração de Toronto: Protegendo os Direitos à Igualdade e à Não-Discriminação em Sistemas de Aprendizado por Máquinas (2018)[25].

- Comunicação da Comissão Europeia: Inteligência Artificial para a Europa (2018)[26].

- Diretrizes Universais para Inteligência Artificial (Public Voice Coalition, 2018)[27].

- Declaração sobre Ética e Proteção de Dados em Inteligência Artificial (ICDPPC, 2018)[28].

- Asilomar AI Principles (2017)[29].

Muitos dos documentos acima citados indicam que o desenvolvimento de Inteligência Artificial deve observar a harmonização dos princípios que guiam a noção de estado de direito, de modo que beneficie a sociedade, impulsionando o crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar. Além disso, é frequente a afirmação de que os sistemas devem ser projetados de maneira a respeitar os direitos humanos, os valores democráticos e a diversidade, impondo-se a inclusão de salvaguardas apropriadas que possibilitem a intervenção humana, sempre que necessária, para garantir uma sociedade justa. Para promover um ambiente institucional e regulatório propícios à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, dada sua natureza de rápida evolução, tem-se um cenário no qual a regulamentação é complexa e propensa a se tornar obsoleta rapidamente. Sendo assim, cabe aos governos avaliar esse cenário e refletir antes de adotar novas leis, regulações ou controles que possam impedir o desenvolvimento e uso responsáveis da IA.

Outro ponto bastante discutido refere-se à transparência e à divulgação responsável acerca dos sistemas de IA, frisando-se a necessidade de adoção de medidas para garantir a compreensão dos processos associados a tomada de decisões automatizada, tornando possível identificar vieses envolvidos no processo decisório e desafiar as referidas decisões, quando cabível. Elementos-chave da discussão internacional sobre o tema são (i) a ideia de que sistemas de IA devem ser centrados no ser humano (human-centric AI); e (ii) a afirmação da necessidade de que tais sistemas sejam confiáveis (trustworthy AI).

Estruturas regulatórias sobre a proteção e aplicação dos direitos de propriedade intelectual (DPI) também são importantes. Como os dados de treinamento para modelos de IA geralmente precisam ser copiados e editados, a clareza das regulamentações relacionadas à proteção de direitos autorais se mostra essencial. Um dos pontos de destaque nesse tópico diz respeito à necessidade de se incluir um novo tipo de limitação aos direitos autorais, para mineração de textos e de dados (Text & Data Mining exception). Esse foi um dos temas abordados na Segunda Sessão da Conferência entre Propriedade Intelectual e Inteligência Artificial da Organização Mundial de Propriedade Intelectual.[30] Como os conjuntos de dados são organizados e processados, as regras existentes relacionadas à proteção de bancos de dados também podem desempenhar papel de destaque. Ao mesmo tempo, os regimes de proteção de DPI existentes relacionados a desenhos, marcas comerciais e patentes também permanecerão relevantes durante todo o processo de desenvolvimento e aplicações de soluções de Inteligência Artificial.

Para alcançar seus objetivos, é compulsório que esta Estratégia se alinhe ao quadro regulatório de governança digital e às políticas públicas existentes relacionadas ao tema. A seguir, apresentam-se algumas iniciativas governamentais relevantes para a EBIA:

- A Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (e-Digital)[31] busca coordenar as diversas iniciativas governamentais ligadas ao tema em torno de uma visão única, de modo a apoiar a digitalização dos processos produtivos e a capacitação para o ambiente digital, promovendo a geração de valor e o crescimento econômico. Nesse sentido, a Inteligência Artificial é tecnologia-chave na implementação das ações estratégicas de transformação digital.

- A Estratégia de Governo Digital 2020-2022 (e-GOV)[32], regulamentada pelo Decreto nº 10.332/2020, tem como um de seus objetivos o desenvolvimento de um Governo Inteligente, que implemente políticas efetivas com base em dados e evidências e antecipe e solucione de forma proativa as necessidades do cidadão e das organizações, além de promover um ambiente de negócios competitivo e atrativo a investimentos.

- O Programa Start-Up Brasil[33] tem como objetivo apoiar startups brasileiras e internacionais que desenvolvam software, hardware, serviços de TI ou que se utilizem dessas tecnologias para inovar, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico sustentável do país e o aumento da competitividade brasileira nesse setor.

- O Programa IA² MCTI[34] objetiva apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento orientados ao desenvolvimento de soluções em Inteligência Artificial. O programa possui abrangência nacional e cria importante oportunidade para apoiar investimentos em projetos de P&D, orçados em até R$ 500 mil.

- O Plano Nacional de IoT[35] promove o desenvolvimento do arcabouço tecnológico conhecido como "Internet das Coisas", mediante o estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de soluções inovadoras locais, à formação de mão de obra qualificada e à exportação de produtos e serviços relacionados. Muitas dessas tecnologias se beneficiam de sistemas de IA e programas de fomento devem considerar as intersecções das duas áreas.

- O Programa de Inovação Educação Conectada[36] apoia a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomenta o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica. Cursos de introdução à Inteligência Artificial e novas tecnologias poderiam ser incluídos à formação educacional de crianças e adolescentes.

Além dessas iniciativas governamentais, é importante verificar como a evolução da tecnologia de IA vai interagir com o arcabouço legal, uma vez que o amplo escopo da Inteligência Artificial tende a impactar os mais diversos campos - consumerista, concorrencial, trabalhista, processual cível e penal, etc. Cabe dar destaque a algumas normas que se relacionam de maneira mais direta com essa tecnologia:

- Lei nº 13.709/2018, que institui a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Tendo em vista que a base para a operacionalização de tecnologias de Inteligência Artificial envolve o tratamento massivo de dados ("big data") é fundamental que os princípios da IA estejam alinhados com os da LGPD e que os valores da proteção de dados sejam considerados tanto na aquisição quanto no desenvolvimento e uso dessas tecnologias.

- Decreto nº 8.771/2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Bases de dados abertos podem servir para a alimentação de sistemas de Inteligência Artificial, o que destaca a importância de diretrizes sobre o uso ético de dados abertos.

- Portaria nº 46/2016, que dispõe sobre o Software Público Brasileiro. Destaca a importância de se fomentar o uso de software público no desenvolvimento de soluções IA garantindo o compartilhamento de soluções entre todas as esferas de governo.

Um dos principais atributos da IA é a capacidade de tomar decisões sem intervenção humana. Um dos pontos de discussão mais importantes, nesse sentido, é o de avaliar quais tipos de decisão podem ser delegadas a uma máquina e quais exigiriam, necessariamente, a intervenção humana. A LGPD endereça tal questão dispondo sobre o direito de indivíduos solicitarem a revisão das decisões tomadas apenas com base no processamento automatizado de dados pessoais, quando estas afetam seus interesses. Isso inclui decisões que visam a definir o perfil pessoal, profissional, de consumidor e crédito, bem como quaisquer aspectos da personalidade dos titulares de dados.[37]

Além disso, a LGPD, em linha com o que já era estabelecido na Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), prevê a obrigação de que empresas forneçam, mediante solicitação, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial.[38] Em caso de recusa, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, criada pela LGPD, poderá realizar auditoria para verificação de aspectos discriminatórios em tratamento automatizado de dados pessoais.[39]

Nesse aspecto, há diversas metodologias e ferramentas comumente usadas para a revisão dos processos automatizados de tomada de decisão, que variam de acordo com os riscos e o impacto causado ao indivíduo pela decisão. Por exemplo, o uso de tecnologias de reconhecimento facial por companhias aéreas para verificar cartões de embarque, ou por funcionários da alfândega para permitir a entrada de indivíduos em um país, produzem decisões muito significativas, pois afetam a liberdade de locomoção de um indivíduo. Quando uma decisão incorreta é alcançada em tais cenários, a intervenção humana compõe um elemento crítico para fornecer reparação suficiente. Por outro lado, se uma tela inteligente em um espaço de varejo apresentar um anúncio destinado a aposentados para um jovem profissional com base no reconhecimento facial - portanto identificando incorretamente a faixa etária do indivíduo -, tal decisão não justificaria intervenção humana imediata ou potencialmente qualquer intervenção. Outros exemplos de usos corriqueiros das tecnologias de IA para tomadas de decisão automatizadas que podem ter impactos significativos na vida de indivíduos são técnicas de personalização e de moderação de conteúdo em plataformas de redes sociais e mecanismos de buscas. Nesse contexto, a IA é utilizada para definir quais informações são disponibilizadas de acordo com perfis determinados pelos padrões de comportamento dos usuários, ou por regras de conduta da plataforma.

Desse modo, nos casos em que a avaliação de risco de decisões automatizadas indica um alto risco para os indivíduos, a intervenção humana pode ser um importante fator de mitigação do risco a ser considerado pelas organizações privadas e pelo setor público.

Ainda nesse contexto, ganha importância a ideia de que é desejável que decisões tomadas por sistemas automatizados sejam passíveis de explicação e de interpretação. Ainda que tecnologias de machine learning sejam frequentemente caracterizadas como "caixas pretas", é possível incorporar tais ideias aos sistemas de IA de várias maneiras, inclusive por meio da implementação de mecanismos para facilitar a rastreabilidade do processo decisório e do desenvolvimento e emprego de ferramentas e de técnicas de explicabilidade. Entretanto, é importante reconhecer que a divulgação demasiada de informações sobre um algoritmo ou um processo de IA pode não apenas resultar em confusão e sobrecarga de informações para indivíduos, como também ameaçar segredos comerciais, industriais e propriedade intelectual. Entende-se, assim, que o foco da explicabilidade deve se voltar ao fornecimento de informações significativas que permitam interpretar o sistema.

Há que se reconhecer, por outro lado, que uma explicação sobre por que um modelo gerou um resultado ou uma decisão específica (e qual combinação de fatores de entrada contribuiu para isso) nem sempre é possível. Esses casos são chamados de algoritmos de "caixa preta" e requerem atenção especial. Nessas circunstâncias, outras medidas para prover explicação (por exemplo, rastreabilidade, auditabilidade e comunicação transparente sobre as capacidades do sistema) podem ser necessárias para que o sistema, como um todo, respeite os direitos fundamentais.

Outro aspecto importante de tal discussão diz respeito à ideia de que os indivíduos devem ter ciência de suas interações com sistemas de IA. De fato, a informação aos indivíduos quanto à existência de processos de tomada de decisão baseados em IA caracteriza-se como pressuposto para o exercício do direito de revisão de decisões automatizadas previsto na LGPD.

No que tange ao estabelecimento de parâmetros legais, seja por meio da criação de novas leis ou de atualizações do arcabouço existente, observam-se iniciativas, em alguns países, de iniciar a regulamentação de aplicações específicas de IA que, por sua natureza, envolvam maior risco (e.g. carros autônomos). Entende-se que a decisão quanto ao estabelecimento, ou não, de regulamentação voltada a uma tecnologia específica deve buscar cuidadosamente sopesar os riscos existentes para os indivíduos e os impactos de eventual regulamentação para o ecossistema de inovação de maneira mais ampla.

Tendo em vista o gradual processo de adoção em larga escala da IA no nosso país e a recente entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados, que endereça vários quesitos relacionados ao uso da IA, esta Estratégia adota o entendimento de que é necessário aprofundar o estudo dos impactos da IA em diferentes setores, evitando-se ações regulatórias (em sentido amplo) que possam desnecessariamente limitar a inovação, a adoção e o desenvolvimento de IA.

Nesse sentido, caberia maior aprofundamento mediante discussões amplas e participativas sobre adequação legislativa ou normativa, procurando balancear entre a busca por soluções de problemas específicos e, ao mesmo tempo, potencializar os benefícios sociais que a IA tem a oferecer à população. Há, contudo, compreensão por parte de todos os envolvidos, que qualquer movimento ao encontro de regulamentação, devem ser seguidos princípios, tais como: (i) desenvolver estruturas legais existentes; (ii) adotar uma abordagem regulatória baseada em princípios e resultados; (iii) fazer um "teste de equilíbrio de riscos/benefícios" centrado no indivíduo humano e (iv) fazer avaliação de impacto contextual.

A discussão deve levar em conta o contexto, considerando aspectos como a relação entre regulação da Inteligência Artificial e a regulamentação da coleta e uso de dados. Além disso, qualquer tipo de regulamentação que não seja neutra em termos de tecnologia pode se sobrepor ou duplicar regulamentações já existentes, o que seria prejudicial à segurança jurídica. Nos casos em que a regulamentação da IA é inevitável, deve ser desenvolvida com ponderação e com tempo suficiente para permitir que várias partes interessadas identifiquem, articulem e implementem os principais princípios e melhores práticas.

Um dos problemas mais discutidos no campo da IA diz respeito aos vieses algorítmicos. A esse respeito, cabe ressaltar que em alinhamento com o ordenamento jurídico brasileiro, esta Estratégia parte do pressuposto de que a IA não deve criar ou reforçar preconceitos capazes de impactar de maneira injusta ou desproporcional determinados indivíduos, principalmente os relacionados a características sensíveis como raça, etnia, gênero, nacionalidade, renda, orientação sexual, deficiência, crença religiosa ou inclinação política. Nesse aspecto, as pessoas e organizações responsáveis por projetar e implantar sistemas de IA devem ser responsáveis pelo funcionamento de seus sistemas. Aqueles que desenvolvem e usam sistemas de IA devem considerar os princípios balizadores de seus sistemas e verificar periodicamente se estão sendo respeitados e se estão trabalhando efetivamente.

As preocupações com a dignidade humana e com a valorização do bem-estar humano devem estar presentes desde a concepção (ethics by design) dessas ferramentas até a verificação de seus efeitos na realidade dos cidadãos. Frise-se que o desenvolvimento de uma Sociedade do Futuro centrada no ser humano é uma das diretrizes adotadas pelo "G20 - Declaração Ministerial sobre Comércio e Economia Digital - Princípios para IA Centrada nos Humanos (2019)[40]" ao tratar de economia digital, de IA e de meios para que as políticas digitais maximizem benefícios e minimizem desafios.

Princípios éticos devem ser seguidos em todas as etapas de desenvolvimento e de uso da IA podendo, inclusive, serem elevados a requisitos normativos integrantes de todas as iniciativas governamentais quanto à IA.

Ações Estratégicas

- Estimular a produção de uma IA ética financiando projetos de pesquisa que visem a aplicar soluções éticas, principalmente nos campos de equidade/não-discriminação (fairness), responsabilidade/prestação de contas (accountability) e transparência (transparency), conhecidas como a matriz FAT.

- Estimular parcerias com corporações que estejam pesquisando soluções comerciais dessas tecnologias de IA ética.

- Estabelecer como requisito técnico em licitações que os proponentes ofereçam soluções compatíveis com a promoção de uma IA ética (por exemplo, estabelecer que soluções de tecnologia de reconhecimento facial adquiridas por órgãos públicos possuam um percentual de falso positivo abaixo de determinado limiar).

- Estabelecer, de maneira multissetorial, espaços para a discussão e definição de princípios éticos a serem observados na pesquisa, no desenvolvimento e no uso da IA.

- Mapear barreiras legais e regulatórias ao desenvolvimento de IA no Brasil e identificar aspectos da legislação brasileira que possam requerer atualização, de modo a promover maior segurança jurídica para o ecossistema digital.

- Estimular ações de transparência e de divulgação responsável quanto ao uso de sistemas de IA, e promover a observância, por tais sistemas, de direitos humanos, de valores democráticos e da diversidade.

- Desenvolver técnicas para identificar e tratar o risco de viés algorítmico.

- Elaborar política de controle de qualidade de dados para o treinamento de sistemas de IA.

- Criar parâmetros sobre a intervenção humana em contextos de IA em que o resultado de uma decisão automatizada implica um alto risco de dano para o indivíduo.

- Incentivar a exploração e o desenvolvimento de mecanismos de revisão apropriados em diferentes contextos de utilização de IA por organizações privadas e por órgãos públicos.

- Criar e implementar melhores práticas ou códigos de conduta com relação à coleta, implantação e uso de dados, incentivando as organizações a melhorar sua rastreabilidade, resguardando os direitos legais.

- Promover abordagens inovadoras para a supervisão regulatória (por exemplo, sandboxes e hubs regulatórios).

GOVERNANÇA DE IA

À medida em que avançam as discussões acerca do uso ético de IA, também evoluem os debates acerca de estruturas de governança que promovam métodos e procedimentos que assegurem a observância de tais princípios. O governo de Singapura, por exemplo, lançou a primeira edição de um "Quadro Modelo para Governança de IA (Model AI Governance Framework)" que busca traduzir princípios éticos em práticas implementáveis no processo de desenvolvimento de IA.

Aspecto fundamental desse processo é estabelecer mecanismos que permitam prevenir e eliminar os vieses, que podem decorrer tanto dos próprios algoritmos utilizados, como também das bases de dados usadas para o seu treinamento. Para que um algoritmo seja "explicável" ou "interpretável", é desejável que as etapas do processo de aprendizado de máquina que resultaram em uma inferência sejam rastreáveis e que as variáveis que pesaram na tomada de decisão possam passar por escrutínio.

É nessa seara que se coloca a ideia de curadoria e seleção dos dados empregados para a aprendizagem de máquinas. Revela-se, assim, a importância de criação de rotinas de gestão de riscos, de monitoramento e de supervisão quanto ao uso de sistemas de IA ao longo de todo o seu ciclo de vida, assim como para a necessidade de que tais princípios sejam incorporados desde o momento da concepção do sistema (privacy by design, security by design, human rights by design, ethics by design).

Como é sabido, sistemas de Inteligência Artificial são capazes de melhorar seus próprios algoritmos com base no aprendizado de máquina, processo esse que é possibilitado pelo acúmulo de dados, que passam a se caracterizar como novas fontes de competitividade empresarial. Para se beneficiar da Inteligência Artificial, as indústrias precisam estabelecer ecossistemas e plataformas que incentivem o maior número possível de usuários a participar, para que possam gerar dados para usar e compartilhar.

Contudo, a ideia de accountability (aqui traduzida como responsabilidade e a prestação de contas) impõe que, a depender da aplicação de IA e dos riscos a ela associados, sejam estabelecidas estruturas de governança de IA, que possam assegurar a adoção de princípios para IA confiável e implementar mecanismos para sua observância. Tais mecanismos podem incluir, a título exemplificativo, (i) a designação de indivíduos ou de grupos específicos dentro da organização para promover a conformidade com os princípios; (ii) a adoção de medidas para aumentar a conscientização interna sobre a necessidade dessa conformidade, inclusive por meio de orientações e treinamentos em toda a empresa; e (iii) a implementação de um processo de escalação por meio do qual os funcionários possam levantar preocupações de conformidade e resolver essas preocupações. Podem, ainda, envolver a criação de selos, certificações e códigos de conduta corporativos ou governamentais.

Em relação aos processos de revisão ética, muitas organizações já têm ou estão considerando a criação de conselhos de revisão de dados ou comitês de ética em relação à IA, que podem ser internos ou externos a tais organizações. Essa é vista como uma maneira de impulsionar accountability dentro das corporações, promover tomadas de decisões responsáveis e garantir que novas utilizações de dados respeitem os valores corporativos e sociais.

A ideia de accountability deve ser guiada pelo princípio da precaução, estabelecendo-se que uma análise seja realizada para identificar aplicações de alto-risco, que podem impactar significativamente indivíduos de acordo com o contexto de sua aplicação em um determinado setor (ex. operações com risco de vida na área de saúde ou monitoramento de espaços públicos para fins de segurança pública). A intervenção regulatória deve ser proporcional ao grau de risco relacionado a determinada aplicação e quaisquer limitações devem se restringir a usos específicos. A participação de diversos atores, interessados e afetados pela tecnologia, no processo de desenvolvimento do produto ou serviço de IA também é um mecanismo importante de aplicação do princípio da precaução.

Quanto à análise de riscos, essa é hoje um requisito essencial das leis modernas de proteção de dados, inclusive a LGPD, sendo componente importantíssimo para a realização da accountability. As análises de risco da IA, por meio da elaboração de relatórios de impacto, podem estruturar a maneira como as organizações avaliam questões de justiça, direitos humanos ou outras considerações na implantação de novas tecnologias de IA. Podem, também, ajudar as organizações a incorporarem valores corporativos em seus processos (por exemplo, pela criação de white lists e black lists para certas regras e análises algorítmicas) e, eventualmente, fornecerão uma estrutura de casos pré-aprovados para definir guias para avaliar inovações futuras. Além disso, essas avaliações podem ajudar no desenvolvimento da documentação necessária para fornecer transparência efetiva aos reguladores e indivíduos, viabilizando também o controle de qualidade por meio de testes e validações periódicos.

Em particular, destaca-se a importância de conduzir relatórios de impacto de proteção de dados (RIPDs). Diretrizes para a elaboração de RIPDs, inclusive quanto a cenários em que sua realização seja necessária, devem ser elaborados pela autoridade responsável pela regulação de proteção de dados. Exemplos de outros relatórios de impacto a serem possivelmente necessários, a depender dos setores afetados, seriam:

- Relatório de Impacto de Segurança (RIS).
- Relatório de Impacto Ambiental (RIA).
- Relatório de Impacto de Direitos Humanos (RIDH).

Também a transparência constitui elemento importante de estruturas de governança de IA, seja no que se refere à informação quanto à interação com sistemas de IA (disclosure), seja no que tange à ideia de explicabilidade de decisões tomadas por sistemas autônomos, conforme debatido anteriormente. Do ponto de vista procedimental, a ideia de transparência pode ser traduzida pela adoção de metodologias transparentes e auditáveis quanto ao desenvolvimento dos sistemas de IA, quanto às fontes de dados e quanto aos procedimentos e documentação do projeto em questão.

No que se refere à utilização de sistemas de IA no campo do poder público, a integração com o setor privado constitui salutar alternativa para a inovação, observados, naturalmente, os princípios que regem a Administração Pública, dentre os quais se destacam os da transparência e da publicidade. Nesse sentido, vale destacar que o Governo Federal, em cumprimento ao Decreto nº 8.777/2016, tem fomentado algumas iniciativas de dados abertos, por meio do Portal Brasileiro de Dados Abertos[42]. Também o Portal do Software Público Brasileiro[42], regido pela Portaria nº 46/2016, disponibiliza um catálogo de softwares livres. Isso confere maior transparência aos projetos, além de permitir a participação popular no aprimoramento das ferramentas.

Bases de dados abertas em conformidade com a LGPD são fundamentais para o amplo desenvolvimento de estudos e aplicações brasileiras que envolvam IA. Sugere-se o uso de sandboxes regulatórios para a operacionalização desse modelo.

Tendo-se em vista a importância de reflexão em longo prazo sobre IA, os objetivos a serem estabelecidos para uma política que pretende preparar o Brasil para o futuro devem ser tecnologicamente neutros.

O desafio, portanto, consiste em estruturar um ecossistema de governança do uso da IA, tanto no setor público quanto no setor privado, de modo a incentivar a adoção e observância desses critérios.

Ações Estratégicas

- Estruturar ecossistemas de governança do uso da IA, tanto no setor público quanto no setor privado.
- Incentivar o compartilhamento de dados, observada a LGPD.
- Promover o desenvolvimento de padrões voluntários e consensuais para gerenciar os riscos associados aos aplicativos de IA.
- Estimular que as organizações criem conselhos de revisão de dados ou comitês de ética em relação à IA.
- Criar um observatório de Inteligência Artificial no Brasil, que possa se conectar a outros observatórios internacionais.
- Estimular o uso de conjuntos de dados representativos para treinar e testar modelos.
- Facilitar o acesso aos dados abertos do governo.
- Melhorar a qualidade dos dados disponíveis, de modo a facilitar a detecção e correção de vieses algorítmicos.
- Estimular a divulgação de códigos fonte abertos capazes de verificar tendências discriminatórias nos conjuntos de dados e nos modelos de aprendizado de máquina.
- Desenvolver diretrizes para a elaboração de Relatórios de Impacto de Proteção de Dados (RIPD).
- Compartilhar os benefícios do desenvolvimento da IA na maior extensão possível e promover oportunidades iguais de desenvolvimento para diferentes regiões e indústrias.
- Elaborar campanhas educacionais e de conscientização.
- Estimular diálogo social com participação multissetorial.
- Alavancar e incentivar práticas de accountability relacionadas à IA nas organizações.
- Definir indicadores gerais e específicos por setores (agropecuária, financeiro, saúde, etc.).

ASPECTOS INTERNACIONAIS

A corrida global por liderança em IA evidencia que o desenvolvimento e a crescente adoção de IA geram impactos que transcendem as fronteiras nacionais, seja no campo econômico, seja no campo de PD&I.

Diferentes organismos internacionais têm buscado criar ambientes em que seja possível pactuar globalmente princípios éticos, padrões técnicos e promover o compartilhamento de conhecimento, melhores práticas e métricas para medir os avanços em pesquisa, desenvolvimento e utilização de IA.

A título exemplificativo, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aprovou, em maio de 2019, seus Princípios sobre Inteligência Artificial, aos quais 42 países, inclusive o Brasil, já aderiram. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), partindo de uma perspectiva humanística, tem promovido estudos e conferências para tratar de diferentes dimensões de políticas públicas para IA, com discussão de questões como desenvolvimento sustentável, gênero, educação e ética da ciência. Também na União Internacional de Telecomunicações (UIT) existem diferentes grupos focais dedicados a discutir aspectos técnicos de IA, como, por exemplo, machine learning em redes 5G e aplicações de IA no campo da medicina.

A comunidade científica e acadêmica tem também desempenhado papel relevante nesse contexto, por meio da discussão multissetorial e transdisciplinar do tema, com intercâmbio de pesquisadores e desenvolvimento de pesquisas conjuntas.

Para que seja possível expandir a atuação do Brasil no mundo é indispensável promover a intensificação dos fluxos de conhecimento, comércio, finanças, pessoas, dados e comunicações entre os países e blocos com interesses convergentes nesse campo. Uma tendência é a construção de plataformas de cooperação para trocas de informação. Salienta-se que o Brasil vem priorizando os setores da economia em que já possui vantagem competitiva, a saber: agricultura, pecuária, mineração e indústria petroquímica.

Cabe ao Brasil celebrar parcerias internacionais que permitam benefícios mútuos entre os agentes envolvidos. No que se refere às instituições acadêmicas, salienta-se a importância do apoio ao desenvolvimento de parcerias internacionais entre instituições brasileiras e estrangeiras. Modelos de "joint ventures" entre universidades, com apoio do governo e de instituições privadas, são muito comuns em outros países e têm apresentado bons frutos.

O Brasil deve adotar uma postura proativa e propositiva no âmbito internacional, fomentando discussões, iniciativas e parcerias sobre Inteligência Artificial em organismos e foros internacionais, bem como em discussões e negociações entre países e blocos. É relevante, também, promover a construção de plataformas de cooperação para trocas de informação sobre Inteligência Artificial e reforçar a participação em oportunidades de cooperação advindas da intensificação das relações entre os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e Mercosul. Também é importante pontuar o trabalho sobre IA desenvolvido pela ONU e na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Deve-se buscar engajamento ativo, para assegurar a representação e participação em debates e deliberações sobre IA. É ainda necessário promover a cooperação internacional em normas, padrões tecnológicos, regulatórios e jurídicos, a fim de facilitar a integração econômica e a dinâmica de trocas no campo de Inteligência Artificial, sempre prezando pela privacidade dos usuários e pela proteção de dados pessoais.

Ações Estratégicas

- Auxiliar a integração do Estado Brasileiro em organismos e fóruns internacionais que promovam o uso ético da IA.
- Promover o intercâmbio de especialistas que desenvolvam pesquisas em IA, nos diversos campos científicos, das ciências exatas, humanidades e saúde.
- Fomentar a exportação de sistemas de IA desenvolvidos por empresas brasileiras, inclusive startups.
- Desenvolver plataformas de cooperação para trocas de informação sobre tecnologias de Inteligência Artificial.

QUALIFICAÇÕES PARA UM FUTURO DIGITAL

No campo da educação, o desafio que se coloca é o de preparar as gerações atuais e futuras para conviver com as mudanças e os impactos da IA, muitos dos quais ainda não são plenamente compreendidos. Alguns países já oferecem formação na área de computação baseada nos princípios e métodos utilizados pela IA, tais como plataformas de introdução à programação não determinística, uso do pensamento computacional de forma não determinística, educação baseada na robótica e outras técnicas próprias da área.

O recente "Consenso de Beijing sobre Inteligência Artificial e Educação"[43] (Unesco, 2019) frisou, entre outros aspectos, a importância de se ter presente a natureza multidisciplinar da IA e a necessidade de adoção de abordagens transversais, intersetoriais e multissetoriais para o planejamento e governança da IA na educação, estabelecendo prioridades estratégicas baseadas nos desafios locais. Outro aspecto importante diz respeito à necessidade de revisar e definir o papel e as competências necessárias dos professores, levando em conta que a interação humana e colaboração entre professores e alunos permanece como aspecto central da educação.

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (2017)[44] inclui, entre as competências gerais da educação básica, a de "compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva". A partir de tal diretriz, ressalta-se a importância de avançar nas discussões acerca de temas como recursos educacionais digitais, plataformas adaptativas, práticas pedagógicas inovadoras e a importância de ressignificação dos processos de formação de professores para lidar com os desafios decorrentes da inserção da tecnologia e da IA como ferramenta pedagógica em sala de aula.

Um dos desafios cruciais a se resolver nesta seara é o baixo interesse dos brasileiros por matemática. No índice de pessoas graduadas [no Brasil], somente 15% são da área de exatas, enquanto a China possui aproximadamente os 40%. Segundo registros de empresas de tecnologias, a baixa qualificação da mão de obra brasileira em tecnologia é uma das principais preocupações. O número de vagas com carência de mão de obra qualificada no Brasil deve chegar a 500 mil nos próximos cinco anos. Dos empregos de 2030, 65% ainda não existem hoje. Desses, quase 100% vai estar relacionado à tecnologia[45].

A qualificação para um mundo com IA envolve mais do que ciência, tecnologia, engenharia e matemática. À medida em que os computadores se comportam mais como seres humanos, as ciências sociais e humanas se tornarão ainda mais importantes. Os cursos de idiomas, arte, história, economia, ética, filosofia, psicologia e desenvolvimento humano podem ensinar habilidades críticas, filosóficas e éticas que serão fundamentais para o desenvolvimento e gerenciamento de soluções de IA. A promoção de literacia digital passa a ser fator chave para o desenvolvimento de uma nova massa de profissionais preparado para os desafios do próximo século.

De acordo com a Comissão Europeia para a promoção da literacia digital, é fundamental a aprendizagem de ferramentas de comunicação digital e o uso de redes de acesso: criar, manipular e avaliar informações de forma crítica. Em outras palavras, a literacia digital é uma habilidade para usar os computadores, incluindo o uso e a produção de mídias digitais, o processamento e a recuperação da informação, a participação em redes sociais para a criação e o compartilhamento do conhecimento e um conjunto de habilidades profissionais de computação[46]. No contexto educativo brasileiro, sabe-se que estas capacidades raramente são ensinadas nas escolas ou avaliadas regularmente, por isso, os sistemas escolares enfrentam hoje o desafio de incluir a literacia digital em todos os níveis do sistema educativo e na formação contínua dos professores.

Dentro desse contexto, foi verificado que a maioria das políticas e estratégias de IA de diversos países não trazem em suas ações foco adequado aos direitos e necessidades das crianças. Ainda se configura um desafio desenvolver uma orientação política global - voltada para governos e indústria - para determinar a melhor forma de utilizar os sistemas de IA para o desenvolvimento infantil e como as crianças podem ser priorizadas em sistemas de IA.

Durante o ciclo de infância e adolescência, é importante garantir processos de escuta sobre o impacto da IA em seu desenvolvimento e, respeitando as capacidades de cada fase da vida, equilibrar proteção com participação, seja de forma lúdica na infância ou dialogada na adolescência. Além da necessidade de educar crianças e adolescentes, é fundamental também contribuir para a educação de pais, responsáveis e educadores para que tenham o mínimo de conhecimento digital para poder funcionar adequadamente na vida digital, orientando e apoiando crianças e adolescentes. Países que já alcançaram a excelência em formação digital implementaram a educação digital em todo o currículo escolar, incluindo jovens de todas as idades escolares.

Importante ainda ressaltar que a IA também pode e deve ser utilizada como ferramenta auxiliar à educação, nas mais distintas áreas de conhecimentos, das ciências humanas às ciências naturais. Contudo, deve-se evitar o uso da IA como mecanismo de monitoramento da criança e do adolescente, dada a sensibilidade desse grupo de indivíduos.

Em relação ao mercado de trabalho, a importância da literacia digital é ainda mais latente. Muitos empregadores, logo na fase de avaliação de candidaturas de emprego, exigem o domínio de habilidades digitais, que funcionam como um catalisador, treinando outras habilidades importantes. É fundamental que cada cidadão domine habilidades digitais básicas e que tenha competências-chave para aplicar em diversas atividades profissionais. Ainda se inclui neste cenário a capacidade de usar a informação de forma ética no contexto social/virtual em que vivemos, respeitando indivíduos e grupos sociais.

Ações Estratégicas

- Avaliar a possibilidade de atualização da BNCC de modo que incorpore de maneira mais clara elementos relacionados ao pensamento computacional e à programação de computadores.
- Desenvolver programa de literacia digital em todas as áreas de ensino e em todos os níveis de educação.
- Ampliar oferta de cursos de graduação e pós-graduação ligados à Inteligência Artificial.
- Estimular o desenvolvimento de habilidades interpessoais e emocionais, como criatividade e pensamento crítico (soft skills).
- Avaliar formas de incorporação de tecnologias de IA nos ambientes escolares que levem em consideração a condição peculiar de crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento, assim como seus direitos de proteção de dados pessoais.
- Instituir programas de formação tecnológica para professores e educadores.
- Incluir cursos de noções de ciências de dados, noções de álgebra linear, noções de cálculo e noções de probabilidade e estatística à lista de atividades complementares de programas do ensino médio.
- Promover programas de interação entre o setor privado e as instituições de ensino que permitam o intercâmbio de conhecimentos práticos sobre o desenvolvimento e uso de tecnologias de Inteligência Artificial.

- Criar mecanismos para ampliar o interesse dos brasileiros por disciplinas do grupo STEM (matemática, ciências, tecnologias e engenharias) na idade escolar, com foco especial para programas de inclusão de gênero e raça nessas áreas.

FORÇA DE TRABALHO E CAPACITAÇÃO

O estudo The Future of Employment[47] prevê que a maioria dos trabalhadores em ocupações de transporte, logística, de suporte administrativo e de escritório e o trabalho em ocupações de produção está em risco. À medida em que a tecnologia avança, os trabalhadores de baixa qualificação serão realocados para tarefas não suscetíveis à informatização. Dessa forma, para os trabalhadores ganharem a corrida terão que adquirir habilidades criativas e sociais.

Há poucos dados consolidados que permitam estimar o número de profissionais de IA no país. Utilizando-se como parâmetro os dados constantes da Plataforma Lattes do CNPq (outubro/2019), é possível observar que o número de profissionais na área de IA, no Brasil, é de 4.429 especialistas. Trata-se de universo ainda pequeno se comparado aos 415.166 empregos em TI apenas no setor empresarial do País.

Para além da baixa presença de profissionais de IA no País de modo geral, o Relatório do Fórum Econômico Mundial (The Global Gender Gap Report, 2018)[48] chama atenção ainda para a baixa presença feminina em profissões ligadas a IA, correspondente a apenas 14% de mulheres entre os profissionais de IA no Brasil. Segundo o estudo, tal disparidade pode exacerbar hiatos de gênero mais amplos e representar uma significativa oportunidade perdida em um campo profissional em que há insuficiente oferta de mão de obra qualificada. Na mesma linha, relatório da UNESCO (I'd blush if I could: closing gender divides in digital skills through education, 2019[49]) identifica a persistência do hiato de gênero em termos de competências digitais e estabelece recomendações para endereçar tal disparidade.

Outro problema é o hiato racial de profissões de TI. Embora nos últimos anos as big techs tenham investido em políticas de diversidade na composição de sua equipe técnica, os percentuais ainda são baixos: nos EUA, enquanto 12% da população é considerada negra, apenas 3.7% dos técnicos do Google são negros.[50] Os índices são igualmente baixos no Facebook (1.5%),[51] Microsoft (4.4%),[52] e Netflix (4%),[53] embora sejam valores maiores do que os de anos anteriores. No contexto brasileiro, políticas que promovam a diversidade racial no campo técnico devem considerar aspectos socioculturais da racialidade no país.

Embora não haja consenso acerca do exato impacto que a IA trará para o mercado de trabalho, acredita-se que importantes mudanças ocorrerão, envolvendo criação de novos empregos e desaparecimento ou transformação de outros. Estudo da OCDE (The Future of Work. OECD Employment Outlook, 2019[54]) estima que empregos de média qualificação são crescentemente expostos a riscos: 14% dos empregos existentes podem vir a desaparecer como resultado da automação nos próximos 15-20 anos, e adicionalmente 32% podem sofrer mudanças radicais à medida em que tarefas individuais venham a ser automatizadas. Em paralelo, seis entre cada dez adultos não possuem as competências adequadas para os empregos emergentes.

Desse modo, haverá crescente demanda por habilidades ligadas à tecnologia, tanto no campo de competências digitais básicas como também na área de competências tecnológicas avançadas, como a programação de computadores, habilidades avançadas em literacia digital, pensamento crítico e resolução de problemas[55]. A competição por trabalhadores altamente qualificados tende a aumentar, ao passo que se reduzirá a demanda por trabalhadores de menor qualificação, o que agravará a tendência de desigualdade de renda e redução de empregos de faixa salarial intermediária.

Para além dos dados referentes ao impacto de IA sobre o mercado de trabalho já trazidos na seção "Diagnóstico", cabe fazer referência a estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que apresenta uma estimativa de quais ocupações correm mais ou menos riscos no mercado de trabalho, levando em conta o crescente desenvolvimento das tecnologias. Segundo a pesquisa "Na era das máquinas, o emprego é de quem? Estimação da probabilidade de automação de ocupações no Brasil"[56], 35 milhões de trabalhadores formais correm risco de perder seus empregos para a automação até 2050. Diante desse cenário, o estudo alerta para o elevado nível de desemprego nos próximos 30 anos no país caso os profissionais e o Estado não se preparem. As áreas com menos risco de serem afetadas pela automação são as que envolvem empreendedorismo, criatividade, análise, tomada de decisões estratégicas, cuidado humano e trabalho em equipe. O estudo destaca, ainda, que devem ser mantidas no curto/médio prazo as profissões associadas a valores humanos como empatia (assistentes sociais), cuidado (babás) e interpretação subjetiva (críticos de artes, por exemplo).

Além disso, novas atividades devem surgir a partir da automação. Segundo a pesquisa do Ipea, o desenvolvimento de novas tecnologias representa o advento de novas necessidades e, consequentemente, a criação de novas profissões associadas a supervisionar, manter e incrementar as tecnologias recém-introduzidas.

Também a Fundação Getúlio Vargas realizou um estudo[57] em 2019 para simular o impacto da adoção de IA na economia brasileira no prazo de 15 anos, considerando três níveis diferentes de taxa de adoção de IA: 5%; 10%; e 26% durante esse período. Em todos os cenários simulados, identificou-se uma reestruturação no mercado de trabalho em termos de diminuição de empregos menos qualificados e um aumento nos postos mais qualificados. Um ponto positivo a se destacar é em relação ao salário: tanto nos empregos menos qualificados que permanecerão quanto nos empregos mais qualificados que surgirão, haverá um aumento salarial de 7% e 14,72%, respectivamente. Em outras palavras, a crescente adoção de tecnologias baseadas em IA vão contribuir para o aumento do bem-estar dos trabalhadores e de suas condições de trabalho, mas as pessoas precisarão estar preparadas para isso.

Assim, é importante que políticas públicas no campo de IA enderecem os desafios relacionados à força de trabalho, seja no que se refere à formação de profissionais para atuar na área, seja no que tange à qualificação de trabalhadores de modo geral, para que pequenas e médias empresas possam adotar Inteligência Artificial; ou ainda, para requalificar os trabalhadores dos empregos que desaparecerão, promovendo um ambiente de igual oportunidade para todos.

Internacionalmente, discutem-se ações governamentais com vistas à implementação de programas de educação continuada, para dotar os indivíduos de conhecimentos e habilidades necessários para atuar em ocupações e em locais de trabalho que tendem a ser cada vez mais influenciados pela Inteligência Artificial. Estruturar e implementar programas de aprendizagem de adultos e de requalificação profissional para lidar com o excesso de mão de obra que resulta da automação de atividades nos campos público e privado também fazem parte do rol de preocupações no campo das políticas de trabalho e qualificação profissional relacionadas à Inteligência Artificial.

Diante deste cenário, pode-se ressaltar que novos empregos, assim como muitos empregos existentes, exigirão novas habilidades. A capacitação, e a sua continuidade ao longo do tempo, tem função bastante importante de preparar a força de trabalho, não somente em vista da criação de novas funções e carreiras, como também para melhor adequar os profissionais atuais para as mudanças exigidas em razão do uso da tecnologia.

Sabe-se que o esforço da capacitação da nova mão de obra do mundo digital é não apenas dos formuladores de políticas púbicas, mas também dos próprios empregadores, que estão cada vez mais preocupados em melhorar o treinamento no trabalho. Idealmente, o foco tem sido não apenas em cientistas de dados, mas nos técnicos que vão implementar a tecnologia na prática e nos usuários dos sistemas digitais. Ou seja, existem as habilidades técnicas, como de programação e análise dados, mas não se pode esquecer que a grande maioria da força de trabalho deve estar preparada para ser usuária de sistemas e Inteligência Artificial.

Ações Estratégicas

- Estabelecer parcerias com o setor privado e com a academia para definir políticas públicas concretas que incentivem a formação e a capacitação de profissionais, considerando as novas realidades de mercado de trabalho.

- Estimular que as empresas e os órgãos públicos implementem programa de treinamento contínuo da sua força de trabalho voltado às novas tecnologias.

- Criar campanhas de conscientização sobre a importância de se preparar para o desenvolvimento e uso ético da IA.

- Estimular a retenção de talentos especializados em TIC no Brasil.

- Criar políticas públicas que incentivem a formação e capacitação de profissionais tendo em mente as novas realidades de mercado de trabalho.

- Estimular a composição diversificada de equipes de desenvolvimento em IA, quanto ao gênero, raça, orientação sexual e outros aspectos socioculturais.

- Reforçar políticas voltadas à educação continuada e ao lifelong learning, promovendo maior interação entre o setor privado e as instituições de ensino (universidades, institutos de pesquisa e de capacitação profissional e técnica).

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Não há dúvidas de que a IA provocará grandes impactos também sobre o ambiente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, seja como objeto de estudo e desenvolvimento, seja como facilitadora de novas descobertas científicas. Tal potencialidade decorre da capacidade de sistemas de IA de tratar grandes volumes de dados, o que permite identificar padrões, explorar hipóteses e realizar inferências não passíveis de execução por seres humanos.

Segunda a Organização Mundial para a Propriedade Intelectual (WIPO Technology Trends 2019. Artificial Intelligence, 2019)[57], quase 340 mil famílias de patentes e mais de 1,6 milhões de artigos científicos relacionados à IA foram publicados entre 1960 e meados de 2018. O número de patentes anualmente no campo de IA cresceu em uma proporção de 6,5 vezes entre 2011 e 2017, voltando-se de maneira expressiva para aplicações industriais. Segundo o mesmo estudo, a maior parte das entidades que depositam patentes são empresas (vinte e seis entre os trinta maiores depositantes, sendo que apenas quatro entidades entre estes são universidades ou organizações públicas de pesquisa). Com base na análise de dados referentes a patentes e publicações científicas, pode-se afirmar que China e EUA são hoje líderes mundiais em pesquisa em IA, tanto em pesquisa básica como também em pesquisa aplicada.

No Brasil, segundo dados da Plataforma Lattes do CNPq (outubro/2019), os profissionais atuantes na área de IA trabalham, em sua maioria, em universidades, institutos federais e centros de pesquisa, com baixa presença em empresas de tecnologia. Este fato faz com que a IA, como área de estudo, esteja distribuída por quase todo o país. Na área acadêmica, isso resulta em que o Brasil ocupe, respectivamente, o 15º e o 18º em produção científica, publicada internacionalmente de forma individual ou em cooperação com outros países[58].

A Recomendação do Conselho da OCDE sobre IA (2019) sugere que Estados nacionais devam promover e incentivar investimentos públicos e privados em P&D, contemplando esforços interdisciplinares para promover inovação em IA confiável, de modo a focar não apenas em desafios técnicos, mas também em implicações sociais, jurídicas e éticas associadas a IA. Além disso, o documento recomenda que governos viabilizem investimentos em bases de dados abertas, que sejam representativas e respeitem direitos à privacidade e à proteção de dados pessoais, de modo a (i) promover um ambiente para pesquisa e desenvolvimento em IA que seja livre de viés; e (ii) aperfeiçoar a interoperabilidade e o uso de padrões comuns. Para além desses aspectos, a Recomendação indica que governos devem promover um ambiente de políticas públicas que apoie uma transição ágil da fase de P&D para a fase de desenvolvimento e operação de sistemas de IA.

No contexto brasileiro, reconhecendo-se a necessidade de ampliação das possibilidades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e aplicação de IA, foram iniciados esforços, no então MCTIC, com vistas ao desenvolvimento de oito centros de Inteligência Artificial, focando em diferentes campos de aplicação dessa tecnologia, em parceria com os diferentes atores públicos e privados já engajados nessa temática.

A Pesquisa e Desenvolvimento da Inteligência Artificial deve adotar abordagens éticas de design para tornar o sistema confiável. Isso pode incluir, mas não se limita a: tornar o sistema o mais justo possível, reduzir possíveis discriminações e preconceitos, melhorar sua transparência, prover explicação e previsibilidade e tornar o sistema mais rastreável, auditável e responsável.

Tendo em vista os diversos gargalos já endereçados por este documento, como a escassez de mão-de-obra qualificada e de ferramentas adequadas, todos de curto prazo, evidencia-se uma necessidade de catalisar a execução de pesquisas e projetos de IA por parte dos diversos atores no setor público e privado. Desta maneira, pode ser necessária a criação de um programa prioritário (PPI) dedicado às necessidades de IA e que os devidos incentivos sejam implementados para que fundos, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), sejam direcionados com maior intensidade para tais programas. Dada a complexidade intrínseca de um projeto de IA e da demanda pela velocidade, explorar as diversas formas de aplicação desse fundo, desde programas de capacitação até investimentos em startups e empreendedores do ecossistema de empreendedorismo brasileiro pode ser uma solução eficaz.

No que se refere às políticas públicas voltadas a PD&I, pode-se, para fins de categorização, identificar três categorias de atuação do poder público:

Financiador ou investidor direto: governos podem fornecer financiamento para apoiar o desenvolvimento e adoção de tecnologias emergentes, com aplicação prática no setor público, bem como projetos de P&D do setor privado cujos resultados podem se aplicar a toda a economia.

Regulador flexível: Ciclos de inovação acelerados em tecnologias digitais emergentes exigem repensar os tipos de políticas e instrumentos regulatórios utilizados e sua implementação. A segurança jurídica é fundamental para garantir o investimento.

Administrador de dados: Os governos possuem ou mantêm vastos bancos de dados. Esses dados podem alimentar tecnologias baseadas em IA, especialmente quando bem gerenciados.

A adoção de sandboxes regulatórios com o objetivo de apoiar organizações que estão desenvolvendo produtos e serviços inovadores usando dados pessoais e desenvolver uma compreensão compartilhada de como é a conformidade em áreas inovadoras específicas também é bem-vinda. A título de exemplo, a Information Commissioner's Office, órgão regulador de proteção de dados do Reino Unido, desenvolveu um Guia do Sandbox[59] para orientar empreendedores que queiram desenvolver negócios inovadores de maneira segura.

Entre critérios que esses sandboxes podem considerar estão: (i) o grau de risco das atividades desenvolvidas; (ii) o tamanho das empresas beneficiadas; (iii) a delimitação de escopo e duração do sandbox; (iv) a especificação de resultados funcionais predeterminados; (v) o monitoramento por autoridade competente que avalie as oportunidades e riscos de disponibilização no mercado dos sistemas de IA desenvolvidos em ambiente de sandbox.

Ações Estratégicas

- Definir áreas prioritárias para investimentos em IA, de maneira alinhada a outras políticas relacionadas ao ambiente digital.

- Ampliar as possibilidades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e aplicação de IA, por meio da viabilização do aporte de recursos específicos para esse tema e da coordenação entre iniciativas já existentes.

- Estabelecer conexões e parcerias entre setor público, setor privado e instituições científicas e universidades em prol do avanço no desenvolvimento e utilização da IA no Brasil.

- Promover um ambiente de políticas públicas que apoie uma transição ágil da fase de P&D para a fase de desenvolvimento e operação de sistemas de IA.

- Promover um ambiente para pesquisa e desenvolvimento em IA que seja livre de viés.

- Aperfeiçoar a interoperabilidade e o uso de padrões comuns.

- Promover mecanismos de incentivo que estimulem o desenvolvimento de sistemas de IA que adotem princípios e valores éticos.

APLICAÇÃO NOS SETORES PRODUTIVOS

A integração de sistemas de IA à estrutura produtiva não é apenas uma promessa para o futuro, mas uma realidade bastante disseminada. Exemplos são ferramentas de reconhecimento de voz, chatbots e atendentes virtuais, jogos, aplicativos de segurança para sistemas informacionais, carros autônomos e robôs que fazem diagnósticos médicos. No mundo corporativo, essa tecnologia alterou a maneira de fazer negócios em diversos segmentos do comércio, da indústria e do varejo.

Na indústria, a Inteligência Artificial terá um papel-chave para tornar negócios mais eficazes, com custos reduzidos e uma taxa de erros operacionais mínima. Ela poderá ser empregada em diferentes setores, automatizando uma série de processos e tornando o dia a dia de negócios mais flexível e ágil. Assim, empreendedores poderão dedicar mais tempo às atividades próximas ao core business do empreendimento e menos às questões burocráticas e operacionais. Indústrias com grandes linhas de montagem, por exemplo, podem utilizar a Inteligência Artificial para diminuir o número de erros nos processos de montagem de produtos. Isso acontece, por exemplo, na indústria automobilística: robôs são utilizados de maneira extensiva para a montagem de veículos, reduzindo as chances de erros ocorrerem e tornando os processos mais seguros.

A adoção disseminada de IA produz importantes consequências econômicas, abrangendo potenciais benefícios, mas também importantes custos relacionados à sua implementação. A expectativa do mercado mundial de IA para 2025 é de USD 13.9 bilhões. O crescimento esperado entre 2020 e 2025 é de 21,9%[60]. De modo agregado, e descontando efeitos de competição e custos de transição, IA pode potencialmente aumentar o PIB global em 1,2% ao ano até 2030.

Segundo o IDC Brasil (2019)[61], também no Brasil aumenta o ritmo de adoção de IA, com projeção de que investimentos globais cheguem a US$ 52 bilhões até 2021. Segundo a consultoria, 15,3% das médias e grandes empresas no país já contam com a tecnologia entre as principais iniciativas e esse percentual deve dobrar nos próximos quatro anos. As áreas com maior potencial de crescimento estão ligadas ao atendimento a clientes, à análise e investigação de fraudes, à automação de TI, aos diagnósticos e tratamentos de saúde. Para 2022, a previsão do uso de Inteligência Artificial é de 20% das empresas usando tecnologias de voz para interação com clientes e, em 2024, interfaces de Inteligência Artificial e automação de processos devem substituir um terço das interfaces de tela dos aplicativos.

Entre os desafios para se estabelecer políticas públicas de IA, está o de identificar os ramos de uso da IA e as áreas de mercado nos quais os investimentos a serem aplicados podem gerar os melhores resultados. Essas áreas podem dar visibilidade para o País em termos internacionais, gerar empregos com melhores qualificações, atrair grandes empresas da área de TI na oferta de soluções tecnológicas, gerar produtos e aplicações da IA para as diversas necessidades dos setores público e privado e, também, preparar o País para a necessidade de requalificação que a tecnologia vem impondo em nível global.

Dentro do processo de aplicação da IA nos setores produtivos, a Inteligência Artificial exige que se pense também o contexto tecnológico e social em que se insere. Nesse aspecto, alguns elementos devem ser destacados: (i) o papel dos dados no desenvolvimento da Inteligência Artificial; (ii) o uso das tecnologias auxiliares (exemplo: sensores, IoT); (iii) capacidades computacionais; e (iv) modelos de negócio baseados na rastreabilidade das ações humanas (coleta de dados devida ou indevida).

A seguir, apresentam-se exemplos de uso da IA em diferentes setores produtivos:

- Logística: os sistemas de IA podem ajudar a otimizar o uso do armazém, prevendo a demanda e organizando estoques, melhorando a eficiência nas cadeias de suprimentos.
- Transporte: os sistemas de IA também estão no coração de veículos autônomos, usando sistemas complexos de aprendizado de máquina para interpretar sinais de trânsito, ler mapas, reconhecer e reagir a fatores de perigo. Em outras aplicações, machine learning (ML) e entradas humanas são combinadas para otimizar o software de navegação usando dados de tráfego em tempo real e informações históricas para prever as melhores opções de rota para os usuários da estrada.
- Serviços financeiros: as instituições financeiras utilizam os sistemas de IA para melhorar as decisões financeiras, avaliar o valor do crédito, detectar fraudes e reduzir os custos de atendimento ao cliente.
- Serviços profissionais: profissionais como advogados, engenheiros e arquitetos podem aproveitar os sistemas de IA para criar eficiências em seu trabalho. Por exemplo, os advogados podem analisar grandes volumes de jurisprudência, economizando tempo crucial para ganho de produtividade.
- Assistentes virtuais: os sistemas de IA capacitam software que depende do processamento de linguagem natural e pode responder a comandos e perguntas faladas ou escritas. Assistentes virtuais são empregados para reduzir custos nas relações com os consumidores e melhorar a personalização de serviços.
- Marketing e publicidade: os sistemas de IA ajudam a aumentar a experiência do consumidor e personalizar o conteúdo, enquanto fazem previsões mais precisas para publicidade direcionada de bens e serviços.

Agricultura: os sistemas de IA podem ajudar a analisar os dados da fazenda em tempo real, prevendo as consequências das condições climáticas, uso da água, saúde do solo e outras variáveis. Isso pode ajudar os agricultores a aumentar o rendimento e a qualidade das culturas e identificar o que plantar, como e onde.

- Assistência médica: os sistemas de IA são cada vez mais utilizados em diagnósticos médicos, prevenção de surtos de doenças e desenvolvimento de novos medicamentos, entre outros.
- Aprendizado de idiomas e tradução automatizada: os desenvolvimentos no processamento de idiomas naturais melhoram o aprendizado automatizado de idiomas, os processos de tradução e facilitam a automação de comunicações simples.

Nos termos de aplicações concretas relacionadas à interação com clientes, destacam-se:

- Serviços automáticos de atendimento ao cliente.
- Marketing direcionado.
- Personalização e moderação de conteúdo em redes sociais.
- Análise de "sentimento" em redes sociais.
- Buscas em websites.
- Previsão de saída de clientes da carteira das empresas (churn).
- Precificação dinâmica (exemplo: Uber).
- Chatbots para maximizar atendimento por humanos.

Na medicina, são também inúmeras as aplicações de Inteligência Artificial:

- Uso de IA para o ensino da medicina.
- Exames automatizados.
- Análises patológicas.
- Imagens e microscópios de capacidade microcelular.
- Uso de drones para entrega de medicamentos.

A IA também promete reduzir os custos ligados ao comércio exterior. Isso pode surgir em parte por meio de maior eficiência logística, mas também por melhor conectar a oferta e a demanda e reduzir as barreiras linguísticas. De fato, análises recentes mostram que a tradução automática reduz os atritos comerciais relacionados ao idioma e aumenta as exportações em 10,9%[62]. O uso de IA na alfândega e outras agências de fronteira para a facilitação do comércio também pode contribuir para maiores reduções de custos de comércio decorrentes da fronteira.

A Quarta Revolução Industrial, que está promovendo mudanças significativas na tecnologia da informação inteligente (TI inteligente), deverá transformar a estrutura básica das indústrias, aumentando a produtividade e a eficiência para níveis sem precedentes, com base na inteligência aprimorada das máquinas.

Um campo promissor pode estar também em ambientes já incentivados por políticas pré-existentes, como saúde, cidades, indústria e rural. Esses são eleitos, pelo art. 4º do Decreto nº 9.854, de 25/06/2019 (Plano Nacional de Internet das Coisas), como nichos a serem priorizados na implementação da política, a despeito de a norma reconhecer a importância da Internet das Coisas para os mais diversos fins.

No que concerne à combinação entre IoT e IA, há diversas especificidades a serem resolvidas para que tal conjunção seja bem sucedida, a exemplo de temas como conectividade, segurança, integração de sistemas, armazenamento e compartilhamento de dados, desenvolvimento de aplicações, escalabilidade, acessibilidade e análise de dados de IoT, além da garantia de uma escala de funcionalidade, já que criar sensores a serem acessados por dispositivos conectados é muito menos complexo do que desenvolver dispositivos confiáveis, seguros, remotamente controláveis e de baixo custo. Uma infraestrutura adequada para garantir a conectividade e a flexibilidade necessária para a diversidade de dispositivos existentes é fundamental, e nesse contexto a 5G apresenta-se como peça-chave.

Além disso, programas de investimento devem estabelecer objetivos específicos e delimitar indicadores de sucesso das soluções propostas que incluam o custo, escalabilidade e acurácia das tecnologias desenvolvidas, assim como o grau de impacto em direitos fundamentais.

Ações Estratégicas

- Definir ou identificar uma estrutura de governança pública-privada para promover o avanço das indústrias inteligentes de TI, aos moldes da Câmara Brasileira de Indústria 4.0.
- Fomentar o surgimento de novas Startups brasileiras na área por meio de novas parcerias público privadas.
- Criar redes de colaboração entre startups de base tecnológica e pequenas e médias empresas (PMEs).
- Incorporar em iniciativas como o Programa Brasil Mais mecanismos de incentivo ao uso de IA por pequenas e médias empresas, de modo a aprimorar processos de gestão e promover sua transformação digital.

APLICAÇÃO NO PODER PÚBLICO

A ideia de governo digital pressupõe aproveitar e incorporar os avanços científicos e tecnológicos da área da ciência dos dados e da Inteligência Artificial na criação de soluções de melhoria dos serviços públicos, baseadas mais no conhecimento das realidades e experiências dos cidadãos do que nas intuições e ideias preexistentes sobre as situações em que há necessidade de intervir.

A junção da ciência dos dados, da aprendizagem automática e do alto poder computacional constitui um importante contributo para transformar o elevado manancial de dados disponível na Administração Pública em informação relevante (encontrando padrões) e conhecimento transformador (antecipando falhas e otimizando ações). Essas transformações poderão modificar os processos de decisão, relativos a matérias com impacto crítico na vida dos cidadãos, e também melhorar processos operacionais, reduzindo prazos e obtendo respostas mais eficazes face às necessidades apresentadas.

A criação e exploração dessas novas possibilidades de transformação dos serviços públicos, com maior produção de benefícios para os cidadãos, exigem competências humanas e organizacionais específicas, facilitadoras de um ambiente propício e capaz de analisar as situações e os processos e imaginar e desenhar novas soluções fundadas nas possibilidades de uso da informação e capacidades computacionais de processar, aprender e projetar um novo modelo de ação mais inteligente e eficaz.

No campo do Poder Público, a Inteligência Artificial representa importante oportunidade para melhorias na qualidade de atendimento e nos índices de satisfação dos cidadãos. A inovação na gestão pública, ao modernizar os processos administrativos, possibilita que o Estado supere obstáculos burocráticos e restrições orçamentárias para oferecer serviços novos, melhores e mais eficientes à população.

Não por acaso, dos 50 países com estratégias nacionais de IA, 36 possuem estratégias específicas para a transformação do setor público por meio da IA ou têm foco no setor público dentro de uma estratégia mais ampla[63]. Algumas questões centrais contidas em tais estratégias são:

- Colaboração entre diferentes setores, inclusive por meio de parcerias público-privadas, facilitada por hubs e por laboratórios de inovação.
- Criação de conselhos, redes e comunidades envolvendo diferentes áreas do governo.
- Automação de processos rotineiros para aumentar a eficiência.
- Uso de IA para apoiar processos de tomada de decisão.
- Gestão estratégica e abertura de dados governamentais, inclusive para alavancar IA no setor privado.
- Orientações quanto ao uso transparente e ético de IA no setor público.

No Brasil, já existem diversos casos de utilização bem-sucedida de sistemas de IA em órgãos públicos, entre os quais destacam-se:

Na esfera federal:

- TCU - "Alice" (Análise de Licitações e Editais). Alice, o primeiro dos três robôs do TCU, lê as licitações e editais publicados nos Diários Oficiais trazendo aos membros do Tribunal o número de processos por estado, assim como o valor dos riscos de cada um. Com esses dados, o robô ainda cria um documento apontando se há indícios de fraudes.
- TCU - "Sofia" (Sistema de Orientação sobre Fatos e Indícios para o Auditor). Funciona como um corretor que auxilia o auditor ao escrever um texto, apontando possíveis erros e até sugerindo informações relacionadas às partes envolvidas ou ao tema tratado. Sofia cria alertas com dados como a validade de um CPF registrado pelo auditor, a existência e a validade de contratos de uma entidade, se há registro de óbito sobre determinada pessoa, e se o cidadão ou empresa está ou não cadastrado no sistema do TCU.
- TCU - "Monica" (Monitoramento Integrado para Controle de Aquisições). Traz informações sobre as compras públicas na esfera federal, incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público. O robô faz um trabalho mensal de obtenção de dados, com exceção das informações sobre pregões, que são atualizadas semanalmente. Além disso, a tecnologia permite que sejam feitas buscas rápidas por palavras-chave no objeto das aquisições.
- TST - "Bem-Te-Vi": gerencia processos judiciais com IA. Desde o começo de maio de 2019, a ferramenta permite a análise automática da observância de prazos dos processos.
- CGU: implantou um sistema para encontrar indícios de desvios na atuação de servidores.
- CGU: possui outro sistema baseado em IA usado com o propósito de fiscalizar contratos e fornecedores. A ferramenta elabora uma análise de riscos, incluindo não somente o de corrupção, mas também de outros problemas, como a possibilidade de um fornecedor não cumprir o contrato ou fechar as portas.
- STF - "Victor": a ferramenta tem por objetivo ler todos os Recursos Extraordinários que chegam ao STF e identificar quais estão vinculados a determinados temas de repercussão geral.
- MPF - HALBert Corpus: classifica os pareceres dados em Habeas Corpus quanto a sua admissibilidade (conhecimento, não conhecimento, se está prejudicado, etc) e mérito (concessão, denegação, sem exame de mérito, etc).

Na esfera estadual:

- Paraná Inteligência Artificial (PIÁ): é um programa de IA focado na prestação de serviços à população. A plataforma e o aplicativo reúnem mais de 380 serviços do Governo em um só lugar e funcionam como canais de diálogo com o cidadão para atender suas demandas e reclamações. O PIÁ também tem integração bidirecional com ferramentas do governo federal e integração municipal.
- Justiça de Pernambuco - "Elis": o sistema foi desenvolvido por uma equipe do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para acelerar a tramitação de processos, reduzindo para 15 dias o trabalho que 11 servidores levariam mais de um ano para concluir.
- Ministério Público do Rio de Janeiro: sistemas de IA são utilizados para agilizar investigações e evitar a prescrição de crimes. A instituição tem 52 profissionais dedicados à área e está desembolsando R$ 2,9 milhões em ciência de dados e IA para coletar, armazenar e analisar grandes volumes de informações.

Como se pode observar, já há ampla compreensão, no setor público, das oportunidades que a IA oferece para aprimorar a oferta de serviços em diferentes setores, como tráfego urbano e saúde, bem como os desafios inerentes ao seu uso, especialmente os relacionados à transparência dos processos decisórios e à proteção de dados pessoais.

Reconhece-se que o Poder Público tem um papel importante na promoção da adoção da IA, criando um ambiente habilitador para seu pleno desenvolvimento. Isso deve começar com a adoção de tecnologias de IA responsáveis no setor público, de modo a melhorar a qualidade do serviço oferecido ao cidadão, promover uma interação transparente e eficiente, aumentar o nível de confiança do público no governo e gerar melhores resultados para os cidadãos. De fato, as tecnologias digitais baseadas em IA criam oportunidades para explorar novos modelos de prestação de serviços, melhorar o gerenciamento de recursos por meio de gastos mais inteligentes e vincular o investimento em programas e serviços aos resultados que eles produzem para os cidadãos, aumentando a responsabilidade e a confiança.

A OCDE publicou em 2018 o relatório "Open Government Data Report"[64], o qual destaca que a melhora do acesso a dados governamentais propicia oportunidades para inovadores governamentais e não-governamentais criarem novas formas de solucionar problemas de nossa sociedade. Isso implica o engajamento e participação de partes interessadas não institucionais, como do setor privado, academia, setor sem fins lucrativos, no processo de política de dados abertos. Dados abertos podem se tornar a "plataforma" que alimenta o desenvolvimento de aplicações e soluções úteis, ou seja, fica cada vez mais evidente o valor dos dados abertos em produzir benefícios econômicos ao setor público e à economia como um todo, ao facilitar novas oportunidades de negócios e ajudar indivíduos, empresas e o governo a tomar melhores decisões com base em mais informações disponíveis. O Governo Brasileiro segue em linha com tais direcionamentos. Não há dúvidas de que os benefícios advindos do uso de dados governamentais abertos, além de significantes, são transversais, na medida em que atingem áreas inicialmente não previstas.

Há, ainda, possibilidade de grandes ganhos ao país na aplicação da IA no aprimoramento de resultados e da transparência de políticas públicas e regulação. As vantagens desse uso foram objeto de recente debate da "Comissão Senado do Futuro" no Senado Federal em 21/08/2019. Foram ressaltados dois projetos em andamento, pelo CADE e pela CGU. O projeto Cérebro do CADE tem utilizado essas ferramentas para a identificação de cartéis em licitações públicas. A CGU, por sua vez, tem aprimorado a análise dos repasses da União por meio do projeto Malha Fina de Convênio. O aprimoramento de ferramentas como essas para o uso do poder público pode auxiliar os administradores na tomada de decisões, evitando gargalos e aumentando eficiência e economicidade.

Ao mesmo tempo em que a IA traz inúmeros benefícios, como o aumento de eficiência dos serviços públicos, é fundamental que os valores éticos de uma IA justa e responsável também estejam refletidas nas soluções adquiridas e/ou desenvolvidas pelo Poder Público.

Ações Estratégicas

- Em linha com o estabelecido na Estratégia de Governo Digital, implementar recursos de Inteligência Artificial em, no mínimo, 12 serviços públicos federais até 2022.

- Incorporar a IA e a análise de dados nos processos de formulação de políticas públicas.

- Implantar espaços de experimentação de dados com IA e desenvolver parcerias de PD&I voltadas para IA com instituições de ensino superior, setor privado e terceiro setor.

- Atualizar e reavaliar processos e práticas de trabalho, em preparação para possíveis mudanças nos ambientes em que sistemas de IA forem introduzidos.

- Considerar, em licitações e contratos administrativos voltados à aquisição de produtos e serviços de Inteligência Artificial, critérios voltados não apenas à eficiência técnica, mas também relativos à incorporação de princípios éticos relacionados à transparência, à equidade e à não-discriminação.

- Estabelecer mecanismos para célere apuração de denúncias e reclamações sobre violações de direitos em decisões realizadas por sistemas de IA.

- Promover o intercâmbio de dados abertos entre entidades da Administração Pública e entre estas e o setor privado, sempre com respeito ao direito à proteção de dados pessoais e ao segredo comercial.

- Realizar análise de impacto nos casos de uso da IA que afetem diretamente o cidadão ou o servidor público.

- Estabelecer valores éticos para uso da IA na Administração Pública Federal.

- Estimular que os órgãos públicos promovam a conscientização do uso da IA em seu corpo técnico.

SEGURANÇA PÚBLICA

Sistemas de Inteligência Artificial apresentam aplicações potenciais em inúmeras atividades relacionadas à segurança e à defesa, seja no contexto do Poder Público, seja no campo privado. Recente estudo de um instituto de pesquisa dos EUA, o Carnegie Endowment for International Peace,[65] revelou que pelo menos 75 países estão usando ativamente tecnologias de Inteligência Artificial para fins de vigilância / segurança pública. As principais tecnologias de IA para a área de segurança pública identificadas são: (i) plataformas de cidades inteligentes / cidades seguras; (ii) sistemas de reconhecimento facial; e; (iii) policiamento inteligente.

Uma das principais aplicações de IA no campo da segurança diz respeito às soluções que permitem a identificação de objetos e de pessoas em imagens e vídeos, que podem ser utilizadas em aplicações simples - como a detecção de uma pessoa pulando um muro - até aplicações que são capazes de identificar pessoas portando armas na rua e/ou agredindo outras pessoas.

As aplicações de análise de áudio também vêm ganhando cada vez mais espaço, com algumas soluções demonstrando capacidade de detecção de sons de tiros, de batidas de carros ou de tumultos, com envio automático de alerta para as autoridades responsáveis. Com tecnologias analíticas, as autoridades podem, por exemplo, descobrir em tempo real ocorrências e avaliar quais apresentam maior necessidade de urgência, diante de parâmetros pré-estabelecidos, como por exemplo, a presença de armas de fogo. Tecnologias emergentes podem auxiliar no combate à violência, integrando a Inteligência Artificial aos atuais processos da segurança pública. Sistemas de monitoramento com vídeos podem transformar o setor de segurança pública de reativo em proativo, permitindo assim que a fiscalização para combater crimes e tiroteios em massa sejam mais eficazes.

No contexto de IA em segurança pública, merecem destaque os sistemas de reconhecimento facial - SRF, que têm sido utilizados em conjunto com sistemas de circuito fechado de televisão - CFTV, para identificar indivíduos foragidos ou comportamentos criminosos em locais públicos. Pesquisa do Instituto Igarapé revelou que desde 2011, SRFs são utilizados no Brasil para diferentes finalidades. De 47 casos reportados, 13 tinham como objetivo o uso no contexto de segurança pública.[66] Por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, entre julho e outubro de 2019, 10% das prisões do 19º Batalhão da Polícia Militar - BPM foram decorrentes do SRF utilizado[67].

Por outro lado, a utilização de tais tecnologias tem também sido amplamente discutida, principalmente no que diz respeito aos problemas associados a viés e discriminação decorrentes, em muitos casos, de bases de dados de treinamento insuficientemente representativas. Embora sistemas de reconhecimento facial para segurança pública tenham sido adotados em inúmeros contextos, inclusive no Brasil, os índices de falsas identificações positivas suscitam preocupações. Erros em SRF utilizados para segurança pública podem representar constrangimentos, prisões arbitrárias e violações de direitos fundamentais.

Além disso, problemas relacionados a viés de gênero e de raça têm sido constatados em diversos casos de uso de SRFs. O relatório do NIST sobre questões demográficas em SRF concluiu que os falsos positivos são muito maiores na identificação de pessoas com traços africanos e asiáticos do que para traços europeus caucasianos. A proporção de falsos positivos em mulheres também foram maiores do que em homens.[68] No contexto brasileiro, o relatório "Retratos da Violência",[69] do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESeC, apresentou investigação sobre o uso de SRFs em quatro Estados: Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraíba, totalizando 151 pessoas presas entre março e outubro de 2019, com o uso desta tecnologia. Em 42 destes casos, informações sobre raça ou cor foram reveladas, o que permitiu identificar que 90,5% das pessoas detidas eram negras (pretas ou pardas), contra 9,5% de pessoas brancas.

Estudos apontam que vieses algorítmicos são, em muitos casos, decorrentes de conjuntos de dados (datasets) utilizados para treinar os modelos de IA com composição demográfica desproporcional. Por exemplo, no dataset de rostos do Intelligence Advanced Research Projects Activity (IARPA) nos EUA, um dos mais utilizados em solo norte-americano, constatou-se que 79.6% das imagens eram de indivíduos brancos, sendo 59.4% homens e 20.2% mulheres, o que, inevitavelmente, garantia uma acurácia muito maior para identificar homens brancos do que mulheres negras.[70] Outros bancos de dados revelaram assimetrias similares.

Para além das tecnologias de reconhecimento facial, técnicas de policiamento preditivo adotadas em outros países têm também sido criticadas a partir de perspectivas que questionam tanto a sua efetividade como também os riscos de perfilhamento racial e construção de "profecias autorrealizáveis". Por exemplo, em 2016, o software COMPAS, utilizado em tribunais nos EUA para determinar o índice de reincidência criminal e concessão de fianças, foi duramente criticado ao se revelar que ele era tendencioso contra pessoas negras: estas tinham 45% mais chances de serem identificados como indivíduos de alto risco do que pessoas brancas.[71]

É importante ressaltar que tecnologias de IA utilizadas no contexto de segurança pública devem respeitar os direitos de privacidade e de proteção de dados pessoais, em conformidade com os direitos constitucionais à intimidade, à privacidade e à proteção à imagem do titular. Assim, cabe mencionar que o uso dessas tecnologias no contexto da segurança pública pode suscitar riscos referentes à coleta e tratamento de dados pessoais em grande escala para treinamento de seus modelos algorítmicos[72]. Assim, a criação e o uso de bancos de dados de segurança pública integrados a sistemas de IA devem observar o devido processo legal, os princípios gerais de proteção de dados pessoais e os direitos dos titulares de dados, conforme o art. 4º, §1º, da LGPD.

Algumas medidas que garantem o desenvolvimento tecnológico e a proteção de dados pessoais são:

(i) Mecanismos de soft law: Guias e recomendações que auxiliam reguladores e regulados a aplicar as previsões normativas das leis relevantes. No contexto europeu, autoridades de proteção de dados já produziram documentos sobre o uso de tecnologias de vigilância: a Information Commissioner's Office (ICO), do Reino Unido, publicou em 2019 um relatório da investigação do uso de reconhecimento facial em espaços públicos pela polícia;[73] e o European Data Protection Supervisor, lançou, em março de 2020, um guia para o uso de câmeras de vigilância, com uma seção dedicada a sistemas inteligentes.[74] Nos EUA, o National Institute of Standards and Technology - NIST possui um programa de aprimoramento de tecnologias de reconhecimento facial chamado Face Recognition Vendor Test, que publica relatórios periódicos com orientações de como melhorar a acurácia e outras características destes sistemas.

(ii) Estrutura de supervisão (oversight): Estruturas de supervisão normalmente incluem um ou mais representantes legitimados pelo Estado que possuem instrumentos para garantir a aplicabilidade da lei (enforcement), assim como a recomendação de boas práticas e outras salvaguardas. Boas práticas indicam ser desejável que um mecanismo de supervisão bem estruturado inclua elementos como uma autoridade supervisora independente; a obtenção de autorização prévia para a atividade de vigilância (i.e. legalidade); o monitoramento do uso das tecnologias em questão; e a existência de remédios jurídicos eficazes para endereçar eventuais abusos.

(iii) Adoção de normas ou padrões técnicos (standardisation): Normas e padrões técnicos são estabelecidos pelas comunidades técnico-científicas, de modo a orientar a indústria no desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas. Uma organização internacionalmente reconhecida pela publicação de padrões é a International Organization for Standardization (ISO). No Brasil, a tradução dessas normas é feita pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que produz as Normas Brasileiras NBR ISO. Dessa forma, enquanto as empresas se beneficiam de melhoria na produtividade e vendas, compartilhamento de conhecimentos e boas práticas e menores custos de implementação, a sociedade se beneficia com maior qualidade, segurança e confiança dos produtos e serviços desenvolvidos em conformidade com um determinado padrão. No contexto de IA para segurança pública, algumas normas ISO que merecem destaque são:

- ISO/IEC 27001 - sistema de gestão da segurança da informação.
- ISO/IEC 27701 - sistema de gestão da privacidade da informação.
- ISO/IEC 37122 - indicadores para cidades inteligentes (seção 15: segurança pública).

(iv) Regulações de proteção de dados aplicadas à segurança pública: O tratamento de dados em contexto de segurança pública necessita de lei específica, uma vez que este tema foge ao escopo da LGPD.[75] Para isso, a Câmara dos Deputados compôs uma comissão especial de juristas para elaborar um anteprojeto de lei sobre o tratamento de dados pessoais para fins de segurança pública. Em julho de 2020 foi realizado um Seminário Internacional da Comissão de Juristas para obter sugestões e recomendações da comunidade multissetorial nacional e internacional.[76] Enquanto uma lei específica sobre o tema não existe, aplica-se a LGPD ainda que de forma limitada: o art. 4º, §1º estabelece que o devido processo legal, os princípios gerais de proteção de dados pessoais e os direitos do titular de dados previstos na LGPD devem estar presentes na lei específica a ser elaborada.

(v) Implementação de sandbox regulatório: O sandbox regulatório é importante técnica regulatória que permite transparência a respeito de soluções tecnológicas desenvolvidas por entes privados ou estatais. Em um sandbox, autoridades reguladoras de um determinado setor abrem editais públicos para que entidades se candidatem para construir testagens de soluções tecnológicas sob supervisão estatal. Isto permitirá um monitoramento contínuo da tecnologia desenvolvido e eventuais riscos identificados não implicarão em sanções, desde que os avaliados obedeçam determinados parâmetros mínimos de segurança para a solução pretendida. Ao fim do período de testes, o regulador decidirá se a tecnologia poderá ou não ser distribuída no mercado. Um exemplo de sandbox regulatório é o desenvolvido pela ICO, no Reino Unido, cuja versão beta foi lançada em setembro de 2019.[77]

Ações Estratégicas

- Estabelecer mecanismos supervisores para monitorar o uso da IA para atividades de segurança pública.

- Estimular que os órgãos que venham a fazer uso da IA para monitoramento apresentem relatório de impacto de proteção de dados previamente à implementação.

- Disponibilizar mecanismos eficazes para que os indivíduos monitorados possam reagir à operação de vigilância.

- Apresentar relatórios com estatísticas e resultados do serviço implementado.

- Elaborar lei sobre proteção de dados aplicadas à segurança pública.

- Implementar um sandbox regulatório da privacidade e proteção de dados para sistemas de IA voltados para a segurança pública.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Como um instrumento norteador do Estado brasileiro para potencializar o desenvolvimento e a utilização da tecnologia com vistas a promover o avanço científico e solucionar problemas concretos do País em Inteligência Artificial, bem como seu uso consciente e ético. A Estratégia apresenta um diagnóstico da situação atual da IA no mundo e no Brasil; destaca os desafios a serem enfrentados; oferece uma visão de futuro; e apresenta um conjunto de ações estratégicas para os nove eixos temáticos caracterizados como os pilares do documento.

Vale a pena ressaltar que a presente Estratégia contou com a colaboração do setor privado, das instituições de pesquisa, da academia e das diversas esferas do governo.

Trata-se de um documento vivo, ou seja, esta Estratégia deve ser uma política pública constantemente acompanhada, avaliada e ajustada, pois o ritmo da evolução tecnológica da inteligência artificial tende a ser exponencial.

Nesse sentido, espera-se que a inteligência artificial seja uma tecnologia habilitadora que possa contribuir para gerar riquezas para o Brasil, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e garantir os direitos fundamentais dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

[1] OECD. Council Recommendation on Artificial Intelligence (2019). Disponível em https://www.oecd.org/going-digital/ai/principles/. Acesso em: 06/01/2021.https://www.oecd.org/going-digital/ai/principles/.

[2] OECD. Recommendation of the Council on Artificial intelligence. Disponível em: https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0449. Acesso em: 06/01/2021.

[3] OECD. Artificial Intelligence in Society. Disponível em: https://www.oecd.org/publications/artificial-intelligence-in-society-eedfee77-en.htm. Acesso em: 06/01/2021.

[4] UNCTAD. Technology and Innovation Report 2018: harnessing frontier technologies for sustainable development, p. 55. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tir2018_en.pdf. Acesso em: 06/01/2021.

[5] CORNELL UNIVERSITY; INSEAD and WIPO. The Global Innovation Index 2020: who will finance innovation? Ithaca, Fontainebleau, and Geneva, 2020, p 233. Disponível em: https://www.globalinnovationindex.org/gii-2019-report#. Acesso em: 06/01/2021.
[6] THE WORLD BANK. Doing Business rankings, 2020. Disponível em: https://www.doingbusiness.org/en/rankings. Acesso em: 06/01/2021.
[7] OECD. Gross domestic spending on R&D. Disponível em: https://data.oecd.org/rd/gross-domestic-spending-on-r-d.htm . Acesso em: 06/01/2021.
[8] Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/inovacao/paginas/empreendedorismo_inovador/startup_brasil.html
[9] https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/parques-tecnologicos-parceria-entre-governo-empresas-e-universidades.htm. Acesso em: 26/01/2021.
[10] The AI STARTUP LANDSCAPE. Disponível em https://uk.rs-online.com/web/generalDisplay.html?id=did-you-know/ai-startup-landscape. Acesso em 06/01/2021.
[11]STARTUP UNIVERSAL. Country Guide Brazil. Disponível em: https://startupuniversal.com/country/brazil/. Acesso em: 06/01/2021.
[12] STATISTA. Market size and revenue comparison for artificial intelligence worldwide from 2015 to 2025. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/941835/artificial-intelligence-market-size-revenue-comparisons/. Acesso em: 06/01/2021.
[13] CONECTA STARTUP BRASIL. Disponível em: https://conectastartupbrasil.org.br/. Acesso em 06/01/2021.
[14] STARTUP BRASIL. Disponível em: https://www.startupbrasil.org.br/. Acesso em 06/01/2021.
[15] TECH D. Disponível em: https://www.gov.br/startuppoint/pt-br/programas/tech-d. Acesso em 06/01/2021.
[16] IA2 MCTI. Disponível em: https://softex.br/iamcti/. Acesso em 06/01/2021.
[17]Vale citar, a título exemplificativo, a organização britânica sem fins lucrativos denominada "Computação na Escola" (Computing At School), que tem como missão liderar e promover a excelência em todos os funcionários envolvidos no ensino de computação nas escolas, bem como inserir a computação como matéria no currículo de todas as escolas primárias e secundárias, ao lado da matemática e das ciências naturais. Disponível em: https://www.computingatschool.org.uk/, consultado em agosto de 2020.
[18] ECLAC (2018), Data, Algorithms and Policies: Redefining the Digital World, https://repositorio.cepal.org/ bitstream/handle/11362/43515/7/S1800052_en.pdf.
[19] OCDE (2020), Latin America Economic Outlook 2020, https://www.oecd.org/publications/latin-american-economic-outlook-20725140.htm.
[20] CEPAL (2019), Observatório Regional de Banda Larga (base de dados), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Santiago, www.cepal.org/es/observatorio-regional-de-banda-ancha.
[21] SIMÕES, Daniela. Conheça as profissões que não serão substituídas por robôs no futuro. Época Negócios, Tecnologia, 04 set 2018. Disponível em: https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/09/conheca-profissoes-que-nao-serao-substituidas-por-robos-no-futuro.html. Acesso em: 06/01/2021.
[22] OECD. OECD Council Recommendation on Artificial Intelligence. Disponível em https://www.oecd.org/going-digital/ai/principles/. Acesso em 06/01/2021.
[23] INTERNATIONAL ORGANIZATIONS. G20 Ministerial Statement on Trade and Digital Economy. Disponível em https://www.mofa.go.jp/files/000486596.pdf. Acesso em 06/012021.https://www.mofa.go.jp/files/000486596.pdf.
[24] EUROPEAN COMISSION. Ethics. Disponível em: https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/ethics-guidelines for -trustworthy AI. Disponível em: https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/ethics-guidelines-trustworthy-ai. Acesso em 06/01/2021-ai.
[25] Disponível em: http://www.intgovforum.org/multilingual/sites/default/files/webform/toronto-declaration-final.pdf, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[26] Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018DC0237&from=EN, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[27] Disponível em: https://thepublicvoice.org/ai-universal-guidelines/, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[28] Disponível em: https://icdppc.org/wp-content/uploads/2019/04/20180922_ICDPPC-40th_AI-Declaration_ADOPTED.pdf, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[29] Disponível em: https://futureoflife.org/ai-principles/, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[30] Disponível em: https://www.wipo.int/about-ip/en/artificial_intelligence/call_for_comments/pdf/ ind_izquierdo.pdf.
[31] Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/ASCOM_PUBLICACOES/estrategia_digital.pdf.
[32] Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020.
[33] Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/inovacao/paginas/empreendedorismo_inovador/startup_brasil.html.
[34] Disponível em: https://softex.br/iamcti/.
[35] Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/inovacao/paginas/politicasDigitais/internet_coisas/_iot/Plano_Nacional_de_IoT.html?searchRef=plano%20nacional%20de%20iot&tipoBusca=expressaoExata.
[36] Disponível em: http://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/sobre.
[37] Art. 20, caput da LGPD.
[38] Art. 20, §1º, da LGPD.
[39] Art. 20, §2º, da LGPD.
[40] Disponível em: https://www.mofa.go.jp/files/000486596.pdf, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[41] Disponível em: http://dados.gov.br/.
[42] Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/software-publico.
[43] Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368303, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[44] Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[45] Disponível em: https://exame.com/tecnologia/vamos-perder-a-batalha-da-inteligencia-artificial-diz-ceo-da-microsoft-br/.
[46] UNESCO. Disponível em: https://ieducacao.ceie-br.org/literaciadigital/.
[47] Disponível em: https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf.
[48] Disponível em: https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2018, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[49] Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367416.page=7, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[50] Disponível em: https://kstatic.googleusercontent.com/files/25badfc6b6d1b33f3b87372ff7545d79261520d821e6ee9a82c4ab2de42a01216be2156bc5a60ae3337ffe7176d90b8b2b3000891ac6e516a650ecebf0e3f866.
[51] Disponível em: https://diversity.fb.com/read-report/.
[52] Disponível em: https://query.prod.cms.rt.microsoft.com/cms/api/am/binary/RE4aqv1.
[53] Disponível em: https://jobs.netflix.com/diversity.
[54] Disponível em: https://www.oecd.org/employment/Employment-Outlook-2019-Highlight-EN.pdf, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[55] Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/190329_td_2457.pdf.
[56] Disponível em: https://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,desemprego-pode-subir-ate-4-pontos-percentuais-com-adocao-de-inteligencia-artificial-diz-fg,70002833283.
[57] Disponível em: https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=4386, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[58] Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/terreno-fertil-para-a-inteligencia-artificial/#&gid=1&pid=1.
[59] Disponível em: https://ico.org.uk/for-organisations/the-guide-to-the-sandbox/.
[60]Disponível em: ttps://www.marketsandmarkets.com/Market-Reports/conversational-ai-market-49043506.html.
[61] Disponível em: http://br.idclatin.com/releases/news.aspx?id=2462, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[62] Disponível em: https://source.wustl.edu/2019/05/machine-learning-reduces-language-barriers-in-global-trade-research-shows/.
[63] Cfr. Berryhill, J., et al. (2019), "Hello, World: Artificial intelligence and its use in the public sector", OECD Working Papers on Public Governance, No. 36, OECD Publishing, Paris, p. 73 ss. Disponível em https://doi.org/10.1787/726fd39d-en, consultado em 09 de dezembro de 2019.
[64] Disponível em: https://www.oecd.org/gov/open-government-data-report-9789264305847-en.htm.
[65] Disponível em: https://carnegieendowment.org/2019/09/17/global-expansion-of-ai-surveillance-pub-79847.
[66] Disponível em: https://igarape.org.br/infografico-reconhecimento-facial-no-brasil/.
[67] Disponível em: https://igarape.org.br/videomonitoramento-webreport.
[68] Disponível em: https://nvlpubs.nist.gov/nistpubs/ir/2019/NIST.IR.8280.pdf.
[69] Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/11/1relatoriorede.pdf p. 69.
[70] Disponível em: http://proceedings.mlr.press/v81/buolamwini18a/buolamwini18a.pdf.
[71] Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37677421.
[72] No Carnaval de 2019, durante os quatro dias da Micareta de Feira de Santana, na Bahia, o SRF capturou os rostos de mais de 1,3 milhões de pessoas, gerando 903 alertas, o que resultou no cumprimento de 18 mandados e na prisão de 15 pessoas. Isto significa que, de todos os alertas emitidos, menos de 4% resultou em mandados ou prisões. Ademais, a proporção entre alertas e rostos identificados é de 6 para 10000, ou seja, a cada 10000 rostos identificados apenas 6 geraram alertas. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/11/1relatoriorede.pdf p. 68.
[73] Disponível em: https://ico.org.uk/media/about-the-ico/documents/2616185/live-frt-law-enforcement-report-20191031.pdf.
[74] Disponível em: https://ico.org.uk/media/about-the-ico/documents/2616185/live-frt-law-enforcement-report-20191031.pdf.
[75] BRASIL. Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019, Lei Geral de Proteção de Dados. Art. 4º, III, alínea a. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 9 jul 2019. . Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art1. Acesso em: 06/01/2021.
[76] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/56a-legislatura/comissao-de-juristas-dados-pessoais-seguranca-publica/reunioes/seminario-internacional-da-comissao-de-juristas.
[77] Disponível em: https://ico.org.uk/for-organisations/the-guide-to-the-sandbox/.

(*) Republicada por ter saído sem o Anexo, no Diário Oficial da União nº 66, de 9 de abril de 2021, Seção 1, pág. 21

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SEXEC Nº 4.627, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Portaria nº 3.097/2020/SEI-MCTI, de 26 de agosto de 2020, que disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no exercício da competência delegada pelo art. 5º da Portaria nº 2.858, de 8 de julho de 2020, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e na Portaria nº 2.858, de 8 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Suspender, a partir da data da publicação desta Portaria até o dia 4 de maio de 2021, a realização da Fase 2 do cronograma de retorno às atividades presenciais dos servidores, empregados públicos e estagiários do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, a que se refere o artigo 5º, inciso II, da Portaria nº 3.097/2020/SEI-MCTI, de 26 de agosto de 2020, publicada no D.O.U. de 27 seguinte, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º ...

FASES	CETEM Sede (Rio de Janeiro - RJ)	NRES (Cachoeiro de Itapemirim - ES)
Fase 1	08/09/2020	08/09/2020
Fase 2	05/05/2021	05/05/2021
Fase 3	05/07/2021	05/07/2021

(NR)"

Art. 2º Durante a suspensão da Fase 2, será mantido o trabalho remoto para todos os servidores, empregados públicos e estagiários, nos moldes da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, salvo para aqueles que desenvolvem atividades essenciais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR

PORTARIA Nº 4.632, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Altera a Portaria nº 3.099/2020/SEI-MCTI, de 26 de agosto de 2020, que disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no exercício da competência delegada pelo art. 5º da Portaria nº 2.858, de 8 de julho de 2020, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e na Portaria nº 2.858, de 8 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 30 de abril de 2021, a Fase Vermelha do cronograma de retorno às atividades presenciais dos servidores, empregados públicos e estagiários do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI, a que se refere o art. 9º da Portaria nº 3099/2020/SEI-MCTI, de 26 de agosto de 2020, publicada no D.O.U. de 27 seguinte, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º...

FASE	DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	CONDIÇÕES	PRAZO ESTIMADO
Vermelha	...	...	...	Do início do Decreto Municipal nº 21.360, de 02/03/21 até 30/04/2021.
Laranja	...	...	...	De 03/05/2021 até 31/05/2021
Amarela	...	...	...	De 01/06/2021 até 30/07/2021
Verde	...	...	...	De 02/08/2021 até 01/10/2021

(NR)"
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

DESPACHO DE 9 DE ABRIL DE 2021

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 240ª Reunião Ordinária da CTNBio em 08/04/2021, que foram deferidos o cancelamento dos seguintes processos: 01250.061029/2018-16 (Parecer Técnico: 6216/2018); 01250.010674/2020-95 (Extrato Prévio 6972/2020); 01250.005568/2019-56 (Parecer Técnico: 6.515/2019); 01250.064675/2017-54 (Parecer Técnico: 5960/2018) e 01250.076824/2018-17 (Extrato Prévio: 6326/2019).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
CÂMARA DE INOVAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 195, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Resolução da Câmara de Inovação - RCI nº 01/2020, de 9 de dezembro de 2020, Recomenda que o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações proponha estrutura que possibilite a participação da Sociedade Civil na Câmara de Inovação.

A Câmara de Inovação, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.534, de 21 de março de 2018, em sua 1ª reunião ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2020, na Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Recomendar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações que apresente proposta de alteração do Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, para incluir a participação formal da sociedade civil na Câmara de Inovação, a fim de ser encaminhada ao Presidente da República.

§ 1º Os membros da Câmara de Inovação poderão fazer sugestões quanto à proposta de que trata o caput, no que diz respeito ao formato da participação, com a criação de outra instância ou a alteração da composição da Câmara, assim como a quais seriam os possíveis participantes, a serem enviadas para o e-mail camaradeinovacao@mctic.gov.br até duas semanas antes da próxima reunião ordinária da Câmara.

§ 2º A sugestão de proposta de que trata o caput será apresentada e aprovada

CARLOS GOMES MONTEIRO
Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO Nº 196, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Resolução da Câmara de Inovação - RCI nº 02/2020, de 9 de dezembro de 2020, Institui os Grupos Consultivos Temáticos responsáveis pela apresentação da proposta de Estratégia Nacional de Inovação, incluindo os seus respectivos planos de ação para o período 2021-2022.

A Câmara de Inovação, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 do Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Instituir cinco grupos consultivos temáticos com a finalidade de contribuir com a elaboração da Estratégia Nacional de Inovação, sendo um para cada eixo da estratégia:

I - Grupo de Fomento;
II - Grupo de Base Tecnológica;
III - Grupo de Cultura de Inovação;
IV - Grupo de Mercado; e
V - Grupo de Sistemas Educacionais.

§ 1º Serão responsáveis pela constituição dos grupos os seguintes órgãos:

I - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações: para os grupos de que tratam os incisos I a III do caput;

II - Ministério da Economia: para o grupo de que trata o inciso IV do caput; e

III - Ministério da Educação: para o grupo de que trata o inciso V do caput.

§ 2º Os órgãos previstos nos incisos I a III do § 1º deste artigo serão responsáveis pelo apoio administrativo dos respectivos grupos temáticos.

Art. 2º Compete aos grupos temáticos de que trata o art. 1º:

I - analisar os resultados da Consulta Pública;
II - identificar as ações, em andamento e as que ainda irão iniciar, para cada iniciativa;
III - definir:
a) as ações prioritárias para integrarem o plano de ação 2021-2022;
b) o cronograma de execução para as ações prioritárias; e
c) metas e indicadores para o eixo que sejam responsáveis; e
IV - sugerir, quando necessário, a criação de grupos consultivos temáticos para a implementação das ações prioritárias.

Parágrafo único. Os trabalhos devem ser concluídos até abril de 2021, sendo possível a prorrogação desse prazo mediante apresentação de justificativa pelo grupo temático, desde que não ultrapasse o prazo de um ano de duração.

Art. 3º Os membros dos grupos temáticos de que trata o art. 1º serão indicados pelos órgãos representados na Câmara de Inovação, especialmente os previstos nos incisos I a III do § 1º do art. 1º, conforme interesse e pertinência temática.

§ 1º Poderão compor os grupos temáticos especialistas de outros órgãos da Administração, da sociedade ou da academia, que devem ser indicados a critério dos membros da Câmara de Inovação.

§ 2º A designação dos membros dos grupos temáticos será realizada por ato do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações.

§ 3º Os coordenadores de cada grupo serão indicados pelos representantes da Câmara de Inovação, conforme ,o disposto no parágrafo único do art. 1º, e designados pelo Presidente da Câmara.

§ 4º Compete ao Coordenador de cada grupo elaborar cronograma de trabalho, levando em consideração o prazo de conclusão dos trabalhos e a disponibilidade dos membros.

Art. 4º As reuniões ordinárias dos grupos temáticos ocorrerão conforme o cronograma de trabalho deque trata o § 3º do art. 3º, e as extraordinárias, sempre que se fizer necessário, mediante convocação do Coordenador do grupo ou da Secretaria-Executiva da Câmara, por meio de correspondência eletrônica.

§ 1º Poderão ser convidados, pelo Coordenador de cada grupo, especialistas de órgãos ou entidades públicas ou privadas, da sociedade civil, da academia, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, para participar das reuniões, sem direito a voto.

§ 2º As reuniões serão realizadas por videoconferência.

§ 3º A participação nos grupos consultivos temáticos é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 4º As decisões serão tomadas por consenso entre os membros de cada grupo, podendo ser elaborado relatório com a apresentação de propostas alternativas que reflitam as diferentes posições de seus membros, a ser submetido à Câmara na conclusão dos trabalhos.

Art. 5º Após encerrados os trabalhos os grupos consultivos temáticos serão considerados extintos.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS GOMES MONTEIRO
Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO Nº 197, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Resolução da Câmara de Inovação - RCI nº 03/2020, de 9 de dezembro de 2020, Aprova o Plano de Trabalho para o ano de 2021.

A Câmara de Inovação, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10 do Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar o plano de trabalho deste colegiado, para o exercício de 2021, na forma disposta no Anexo.

Parágrafo único. O plano de trabalho de que trata o caput poderá, por deliberação dos seus membros, ser modificado a qualquer tempo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS GOMES MONTEIRO
Presidente da Câmara

ANEXO

Data	Ação
12/2020 - 03/2021	Conclusão da Elaboração da estratégia . Análise da consulta pública . Definição de prioridades, metas e indicadores . Definição de planos de ação por eixo Elaboração da solução para participação da sociedade na Câmara
04/2021	Reunião Ordinária da Câmara - 1/2021 . Aprovação do regimento interno . Aprovação da estratégia . Criação de grupos temáticos para as ações priorizadas . Aprovação da solução para participação da sociedade na câmara
08/2021	Primeira reunião da instância de participação da sociedade
05/2021 - 10/2021	Atividades dos grupos temáticos Formulação de proposta para o Núcleo de Inteligência
11/2021	Reunião Ordinária da Câmara - 2/2021 . Aprovação dos primeiros resultados dos grupos temáticos . Aprovação da criação do Núcleo de Inteligência . Análise dos subsídios coletados da sociedade . Definição do plano de trabalho para 2022

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA
COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS
COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na retificação publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de junho de 2020, Seção 1, Página 9, onde se lê: "...PORTARIA Nº 225/2020/SEI-MCTIC, de 11 de fevereiro de 2020..., leia-se: ...PORTARIA Nº 225/2020/SEI-MCTIC, de 21 de janeiro de 2020...", leia-se: "...PORTARIA Nº 225/2020/SEI-MCTIC, de 11 de fevereiro de 2020..., leia-se: ...PORTARIA Nº 255/2020/SEI-MCTIC, de 21 de janeiro de 2020..."

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO ANATEL Nº 744, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Aprova o Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) em Regime Público.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO que compete à União assegurar a continuidade do serviço de telecomunicações prestado em regime público, cabendo à Anatel adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade;

CONSIDERANDO que a legislação setorial prevê a existência de mecanismos que assegurem o adequado controle público no que tange aos bens reversíveis, com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido;

CONSIDERANDO os comentários recebidos decorrentes da Consulta Pública nº 19, de 11 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de março de 2020;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 897, de 25 de março de 2021;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.056388/2017-85, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, o Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) em Regime Público.

Art. 2º Revogar a Resolução nº 447, de 10 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento de Controle de Bens Reversíveis - RCBR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 3 de maio de 2021.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ANEXO

REGULAMENTO DE CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DESTINADO AO USO DO PÚBLICO EM GERAL (STFC) EM REGIME PÚBLICO

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I
DO OBJETIVO E DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º A continuidade da prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao público em geral (STFC) em regime público é regida pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e suas alterações, por este Regulamento, pelos contratos de concessão ou termos de permissão celebrados entre as Prestadoras e a Anatel e por outros instrumentos aplicáveis.

Art. 2º Este Regulamento dispõe sobre as condições e os procedimentos relacionados à continuidade do STFC em regime público, incluindo, para isso, a possibilidade de reversão de bens e de sub-rogação de contratos de bens e serviços de terceiros essenciais e efetivamente empregados à sua prestação.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para efeitos deste Regulamento, aplicam-se as seguintes definições, além daquelas constantes da legislação e da regulamentação:

I - Alienação: transferência de propriedade, mediante venda, desapropriação, doação ou qualquer outra operação, de bem ou direito reversível no momento de sua transmissão;

II - Bens de Terceiros: equipamentos, infraestrutura, logiciários ou qualquer outro bem, móvel ou imóvel, ou direito, que não integram o patrimônio da Prestadora, de sua controladora, controlada ou coligada, essenciais e efetivamente empregados para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público;

III - Bens Reversíveis: equipamentos, infraestrutura, logiciários ou qualquer outro bem, móvel ou imóvel, ou direito integrantes do patrimônio da Prestadora, de sua controladora, controlada ou coligada, essenciais e efetivamente empregados para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público;

IV - Desvinculação: exclusão de bem ou direito da RBR, em razão do reconhecimento de não ser efetivamente empregado ou essencial à continuidade e atualidade do STFC prestado em regime público;

V - Oneração: ato ou efeito de gravar Bem Reversível ou Bem de Terceiro com garantia real ou fidejussória em qualquer modalidade de negócio jurídico, bem assim sua constrição para fins judiciais, de modo a privar a posse ou figuras parcelares da propriedade de seu titular;

VI - Relação de Bens Reversíveis (RBR): documento no qual estão registrados os Bens Reversíveis;

VII - Serviços Contratados: contratos celebrados com terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implementação de projetos associados, essenciais e efetivamente empregados à continuidade e atualidade do STFC prestado em regime público; e,

VIII - Substituição: permuta de um bem ou direito em sub-rogação a outro.

TÍTULO II
DA CONTINUIDADE
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A continuidade do STFC em regime público será, quando da extinção da concessão ou da permissão, assegurada pela reversão de bens e direitos, indispensáveis à sua prestação, ao Poder Concedente ou à empresa que sucederá a Prestadora, observado o disposto nos arts. 112 e 122 da Lei nº 9.472, de 1997, e pela execução do Plano de Continuidade, nos termos do art. 7º.

Art. 5º Na hipótese de a competição entre o STFC prestado em regime público e os outros serviços de voz prestados em regime privado tornar insustentável a prestação do STFC em regime público, a Anatel poderá, dentre outras medidas, extinguir ou suspender obrigações exclusivas das Prestadoras do STFC em regime público.

Parágrafo único. A extinção ou suspensão de obrigações abrangerá somente os instrumentos normativos sob a competência da Agência.

Art. 6º A Prestadora deve encaminhar anualmente, em data a ser definida no Manual Operacional, a Relação de Bens Reversíveis (RBR), o Inventário, a Relação de Bens de Terceiros (RBT) e a Relação de Serviços Contratados (RSC), correspondente ao exercício anterior.

§ 1º A Superintendência da Anatel responsável pelo acompanhamento e controle de Bens Reversíveis estabelecerá o leiaute e o formato eletrônico das relações citadas no caput.

§ 2º Serão encaminhados à Anatel, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da data de entrada em vigor deste regulamento, os documentos descritos no caput.

§ 3º Devem ser sanadas, em prazo consignado pela Agência, sob pena de restar configurada infração administrativa, irregularidades nos instrumentos de que tratam o caput.

Art. 7º A Prestadora deverá apresentar um Plano de Continuidade, nos termos do Manual Operacional, com o objetivo de prover informações que viabilizem ao Poder Concedente ou à empresa que sucederá a Prestadora garantir a continuidade e atualidade da prestação do STFC em regime público.

Parágrafo único. O Manual Operacional estabelecerá os prazos de submissão dos referidos Planos e a sua periodicidade de atualização.

CAPÍTULO II
DA UTILIZAÇÃO DE BENS DE TERCEIROS E SERVIÇOS CONTRATADOS

Art. 8º A Prestadora, na utilização de Bens de Terceiros ou de Serviços Contratados, deve fazer constar, nos respectivos contratos:

I - cláusula pela qual o contratado se obriga, em caso de extinção da concessão ou permissão, a mantê-los e a sub-rogar à Anatel os direitos e obrigações deles decorrentes, além do direito de a Agência sub-rogar a outros;

II - cláusula que indique, com clareza, que o Bem de Terceiro contratado é essencial para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público; e,

III - cláusula pela qual o contratado se obriga a não onerar o bem contratado.

Parágrafo único. A obrigação referida no inciso III é dispensada se o contrato for registrado em cartório e nele for consignado que sua vigência continuará, no caso de alienação, conforme previsto na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil.

Art. 9º A Prestadora, na utilização de Bens de Terceiros, também deve fazer constar do respectivo contrato cláusula pela qual o contratado se obriga, se houver Oneração decorrente de determinação judicial, a informar no prazo a ser definido pela Superintendência da Anatel responsável pelo acompanhamento e controle de Bens Reversíveis no Manual Operacional:

I - à autoridade judicial sobre a condição de indispensabilidade do bem para a continuidade da prestação do STFC no regime público;

II - à Prestadora e à Anatel as providências tomadas; e,

III - à Prestadora e à Anatel sobre a substituição judicial do bem.

Art. 10. A contratação de Bens de Terceiros que envolva a Substituição de Bens Reversíveis deve, obrigatoriamente, ser objeto de anuência prévia da Anatel.

Parágrafo único. A Superintendência da Anatel responsável pelo acompanhamento e controle de Bens Reversíveis poderá estabelecer no Manual Operacional hipóteses para a contratação de Bens de Terceiros que envolva a Substituição de Bens Reversíveis previamente anuídas, desde que não impliquem prejuízos à continuidade e à atualidade do STFC prestado em regime público.

CAPÍTULO III
DOS PROCEDIMENTOS PARA DESVINCULAÇÃO, ALIENAÇÃO, ONERAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE BENS REVERSÍVEIS

Art. 11. A Desvinculação, Alienação, Oneração ou Substituição de Bens Reversíveis deve, obrigatoriamente, ser objeto de anuência prévia da Anatel.

Art. 12. Estão previamente anuídas as seguintes operações de Bens Reversíveis, desde que não implique prejuízos à continuidade e atualidade do STFC em regime público:

I - Desvinculação quando da inserção indevida de bem na RBR;

II - Desvinculação quando houver a perda da essencialidade do bem para a prestação do STFC em regime público, em virtude de alteração normativa;

III - Desvinculação quando o bem se tornar inservível à prestação do STFC em regime público em razão de sucateamento, obsolescência, defeito, furto, roubo, acidente ou demais casos fortuitos ou de força maior; e,

IV - Substituição de Bem Reversível por outro de propriedade da Prestadora.

Parágrafo único. A situação prevista no caput não exime a Prestadora de encaminhar à Anatel a justificativa para a operação, bem como as provas de que a situação fática do bem se enquadrava nos incisos I, II, III e IV deste artigo, no prazo e em condições estabelecidas pela Superintendência da Anatel responsável pelo acompanhamento e controle de Bens Reversíveis.

Art. 13. A Oneração de Bens Reversíveis, decorrente de determinação judicial, deve obedecer ao disposto a seguir:

I - a Prestadora deve informar à autoridade judicial sobre a natureza de reversibilidade do bem submetido a eventual constrição determinada por juízo ou tribunal, além de substituí-lo por bem não reversível;

II - a Prestadora deve informar à Anatel, no prazo previsto no Manual Operacional, as providências tomadas; e,

III - a substituição de Bens Reversíveis perante a autoridade judicial deve ser informada à Anatel, no prazo previsto no Manual Operacional.

Art. 14. Em caso de instauração de procedimento de desapropriação de Bens Reversíveis pelo Poder Público, a Prestadora deverá dar ciência à Anatel no prazo máximo previsto no Manual Operacional, contado da data em que foi formalmente notificada acerca do decreto que declarar a necessidade pública, utilidade pública ou o interesse social.

§ 1º A Prestadora deve informar ao Poder Público sobre a condição de reversibilidade do bem, no prazo máximo previsto no Manual Operacional, contado da data em que foi formalmente notificada acerca do decreto de declaração de necessidade pública, de utilidade pública ou do interesse social.

§ 2º A Prestadora somente poderá se manifestar ou praticar qualquer ato a favor da desapropriação mediante anuência prévia da Anatel, que poderá estar associada à imposição da substituição do bem ou a outros condicionamentos.

§ 3º Na hipótese de desapropriação parcial do bem, a Prestadora se obriga a realizar os ajustes necessários na RBR.

Art. 15. A Superintendência da Anatel responsável pelo acompanhamento e controle de Bens Reversíveis poderá, no Manual Operacional, estabelecer os documentos necessários para instrução do pedido de Desvinculação, Alienação, Oneração ou Substituição de Bens Reversíveis.

Parágrafo único. A Superintendência poderá estabelecer procedimentos distintos, para cada espécie de bem, em razão de sua relevância para a continuidade e atualidade da prestação do STFC em regime público.

TÍTULO III
DA INDENIZAÇÃO

Art. 16. Ao final da concessão, somente caberá indenização em favor da Prestadora caso existam Bens Reversíveis ainda não integralmente amortizados, cuja aquisição tenha sido previamente autorizada pela Anatel com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público.

§ 1º A solicitação de autorização de que trata o caput deste artigo deverá conter, no mínimo:

I - a justificativa técnica da necessidade do bem; e,

II - outras informações requeridas pela Superintendência da Anatel responsável pelo acompanhamento e controle de Bens Reversíveis.

§ 2º Uma vez solicitada a autorização, nos termos do § 1º, a prestadora poderá adquirir o bem a que esta se refere caso sua não aquisição possa implicar efetivo prejuízo à prestação do serviço, hipótese em que a anuência da Anatel dar-se-á posteriormente, quando cabível.

§ 3º A Superintendência da Anatel responsável pelo acompanhamento e controle de Bens Reversíveis poderá estabelecer, no Manual Operacional, hipóteses em que a aquisição de Bens Reversíveis prevista no caput está previamente autorizada.

§ 4º O bem cuja aquisição tenha sido autorizada pela Anatel, inclusive nas hipóteses previstas no § 2º, deve ser registrado na RBR referente ao ano de sua incorporação com todos campos declarados de forma precisa e fidedigna, sob pena de não ser passível de indenização.

§ 5º A autorização para aquisição de bem a que se refere este artigo não garante o direito à indenização pela concessionária, a qual dependerá da avaliação da Anatel quanto à necessidade do bem adquirido para a garantia da continuidade e atualidade da prestação do STFC em regime público, nos termos do art. 17.

§ 6º A Prestadora deve tornar disponíveis os comprovantes de valores de aquisição dos bens previstos neste artigo, sempre que solicitados pela Anatel.

§ 7º O valor contábil e o custo de aquisição informados pela Prestadora não vinculam o montante eventualmente devido a título de indenização.

Art. 17. Eventual indenização apenas será devida caso se constate, após avaliação realizada pela Anatel ao final da concessão ou da permissão, a necessidade do bem adquirido para a garantia da continuidade e atualidade da prestação do STFC em regime público.

Art. 18. A indenização será devida pelo Poder Concedente ou por empresa que sucederá a Prestadora.

Art. 19. No cálculo de eventual indenização, aplicar-se-ão as regras normatizadas pela Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo único. A indenização de que trata o parágrafo único do art. 102 da Lei nº 9.472, de 1997, independe da autorização para aquisição de bens de que trata o art. 16 deste Regulamento e somente se aplica aos bens adquiridos na vigência dos contratos de concessão com a finalidade de garantir a continuidade e atualidade da prestação do STFC em regime público.

Art. 20. O termo final do contrato de concessão ou termo de permissão do STFC em regime público não está condicionado ao pagamento prévio de eventual indenização à Prestadora.

Art. 21. Não caberá indenização para os bens de uso compartilhado previstos no Título IV deste Regulamento.

Art. 22. O disposto neste Título não se aplica às hipóteses de cálculo do valor econômico associado à adaptação a que se referem os arts. 144-B e 144-C da Lei Geral de Telecomunicações - LGT.

TÍTULO IV
DO COMPARTILHAMENTO DE BENS REVERSÍVEIS

Art. 23. Os Bens Reversíveis utilizados para a prestação de outros serviços de telecomunicações explorados em regime privado permanecem revestidos do ônus da reversibilidade durante a vigência dos contratos de concessão, aplicando-se-lhes as regras deste Regulamento.

Art. 24. Reconhecer-se-á o uso compartilhado de Bens Reversíveis apenas ao final do contrato de concessão, mediante a quantificação do uso daqueles bens pelo serviço prestado no regime público, consoante fórmula de cálculo a ser definida.

Art. 25. Ao término dos contratos de concessão ou termos de permissão, será garantida a cessão de direito de uso dos bens de uso compartilhado em condições econômicas justas e razoáveis, caso o Poder Concedente ou a empresa que sucederá a Prestadora queiram fazer uso de tais bens para manter a continuidade da prestação do STFC em regime público.

TÍTULO V

DA REVERSÃO

Art. 26. Os procedimentos operacionais para reversão da posse, nos termos do art. 102 da Lei nº 9.472 de 16 de julho de 1997, de Bens Reversíveis e o uso de bens compartilhados serão estabelecidos em Manual Operacional definido pela Superintendência da Anatel responsável pelo acompanhamento e controle de Bens Reversíveis, observado o disposto nos contratos de concessão, devendo conter, no mínimo:

I - marcos temporais para início dos procedimentos de reversão e cessão de uso, incluindo a realização de certame público para a seleção de empresa que sucederá a Prestadora;

II - mecanismos para identificação, por parte da Anatel ou de empresa que sucederá a Prestadora, dos bens que serão efetivamente revertidos e cedidos;

III - os critérios e as fórmulas que deverão ser utilizados no cálculo da indenização de que trata o Título III deste Regulamento;

IV - mecanismos para composição de conflitos relativos à identificação e possível indenização de bens que serão efetivamente revertidos ao Poder Concedente ou à empresa que sucederá a Prestadora; e,

V - mecanismos para composição de conflitos relativos à identificação e cessão de uso de bens compartilhados.

Art. 27. Quando da extinção da concessão ou permissão, reverterão automaticamente à Anatel ou à empresa que sucederá a Prestadora todos os Bens Reversíveis, resguardado o direito às indenizações previstas na legislação e neste Regulamento.

Parágrafo único. Ao final da concessão ou permissão, a Anatel ou a empresa que sucederá a Prestadora procederá à avaliação dos Bens Reversíveis, podendo recusar a reversão daqueles que considere não essenciais para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público, garantido o direito da Prestadora ao contraditório, inclusive por meio da elaboração e apresentação, às suas expensas, de laudos ou estudos demonstradores da necessidade de reversão.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Será garantida a participação dos interessados, na definição dos procedimentos operacionais tratados neste Regulamento, por meio de Consulta Pública ou de outro instrumento de participação social.

Art. 29. A Agência publicará informações relacionadas aos Bens Reversíveis de cada Prestadora em seu sítio na Internet, resguardando-se as informações que sejam consideradas sigilosas pela legislação aplicável.

Art. 30. O Manual Operacional previsto neste Regulamento deverá ser publicado no prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar de sua entrada em vigor.

Art. 31. O disposto neste Regulamento aplica-se somente aos fatos ocorridos a partir de sua vigência.

Art. 32. Eventuais saldos de recursos referentes à alienação de Bens Reversíveis que sejam concretizados até a data de entrada em vigor deste Regulamento devem ser aplicados no serviço prestado em regime público.

Art. 32. Os primeiros Planos de Continuidade deverão ser apresentados em até 60 (sessenta) dias após a publicação do Manual Operacional previsto neste Regulamento.

ACÓRDÃO Nº 121, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53572.000884/2013-15
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0011-40

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S.A., CNPJ nº 33.000.118/0011-40, em face do Despacho nº 34/2018/SEI/COUN/SCO, de 4 de abril de 2018 (SEI nº 2367505), que aplicou à Prestadora a sanção de multa pelo descumprimento aos arts. 5º, 11, 15 e 17 do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público, aprovado pelo Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011, para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) conhecer da petição extemporânea (SEI nº 3754728) e deferir parcialmente um dos pedidos dela constantes, exclusivamente para aplicar as atenuantes previstas no art. 20, incisos II e III, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, às multas relativas ao descumprimento dos arts. 5º e 15 do Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011;

c) reformar o Despacho recorrido no sentido de rever a sanção de multa aplicada, passando de R$ 11.813.629,75 (onze milhões, oitocentos e treze mil, seiscentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos) para R$ 9.854.951,05 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinco centavos), em virtude da retificação do percentual de agravamento, da incidência de atenuantes e da ocorrência de reincidência específica; e,

d) determinar às Superintendências de Controle de Obrigações (SCO) e de Fiscalização (SFI) que adotem providências tempestivas em todos os processos nos quais se tenha aplicado sanções de obrigação de fazer, para que se afaste qualquer risco de prescrição relativa à cobrança de valor pecuniário e ao eventual ajuizamento, pela Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel (PFE-Anatel), de execução fiscal da multa decorrente da inadimplência, parcial ou total, daquelas obrigações.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 122, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53500.056388/2017-85
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, aprovar a proposta de Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) em Regime Público, nos termos da Minuta de Resolução CB (SEI nº 6545787).

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 9 DE ABRIL DE 2021

Nº 123 - Processo nº 53500.060912/2020-18
Recorrente/Interessado: MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos do Voto nº 36/2021/PR (SEI nº 6735155), integrante deste acórdão, manifestar-se contrariamente ao pedido de requisição de servidor à Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEAE/SEPEC) do Ministério da Economia.

Nº 124 - Processo nº 53500.060909/2020-02
Recorrente/Interessado: MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos do Voto nº 35/2021/PR (SEI nº 6729306), integrante deste acórdão, manifestar-se contrariamente ao pedido de requisição de servidor à Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEAE/SEPEC) do Ministério da Economia.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 2.401, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53516.009222/2021-87: Expede à EDUARDO ALFREDO BONFANTE, CPF nº ***.377.019-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 2.403, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53516.009147/2021-54: Outorga à AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA, CNPJ nº 78.196.649/0001-17, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 2.104, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Outorga autorização de uso de radiofrequências a Getúlio Pedersoli Guimarães, CPF nº ***.156.876-**, associada a autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 31 DE MARÇO DE 2021

Nº 2.187 - Outorga autorização de uso de radiofrequências a SANTA ROSA AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA, CNPJ nº 24.263.860/0001-86, associada a autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 2.195 - Expede autorização a FARPAL AGROPASTORIL E PARTICIPAÇÕES LIMITADA, CNPJ nº 23.879.182/0001-18, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.204 - Outorga autorização de uso de radiofrequências a I. B. LOGISTICA & TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 10.687.862/0001-98, associada a autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 2.205 - Outorga autorização de uso de radiofrequências a Canápolis Açúcar e Etanol S.A, CNPJ nº 28.144.326/0001-01, associada a autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 2.259, DE 5 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53504.000522/2021-30 - Expedir autorização ao Fernando Vinicius Pires Moraes, CPF nº ***.921.228-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 7 DE ABRIL DE 2021

Expedir autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo território nacional à(ao):

Nº 2.325 - Processo nº 53504.000865/2021-02 - Fábio Junqueira de Almeida Camargo Palma, CPF nº ***.469.088-**;

Nº 2.336 - Processo nº 53504.000879/2021-18 - MSPZEN PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 35.789.372/0001-23.

MARCELO AGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 8 DE ABRIL DE 2021

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 2.348 - Processo nº 53504.000940/2021-27 - Andrey da Silva Minson, CPF nº ***.045.468-**

Nº 2.349 - Processo nº 53504.000953/2021-04 - Gustavo Henrique Simionato dos Reis, CPF nº ***.360.088-**;

Nº 2.364 - Processo nº 53504.000931/2021-36 - AMAZON LOGISTICA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 28.387.734/0002-75;

Nº 2.365 - Processo nº 53504.000945/2021-50 - Jozue Vieira Filho, CPF nº ***.867.184-**;

Nº 2.371 - Processo nº 53504.000870/2021-15 - ROMANOF LTDA, CNPJ nº 01.224.595/0002-02;

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 2.239, DE 5 DE ABRIL DE 2021

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à(ao) RADIO EXTREMO SUL DA BAHIA LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 15.620.529/0001-85, na localidade de Itamaraju/BA, até 08/08/2025, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, na referida cidade.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATOS DE 8 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.375. Processo nº 53548.000172/2021-03. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à GADU SEGURANCA - EIRELI, CNPJ nº 08.953.397/0001-48, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.387. Processo nº 53548.000050/2021-17. Expede autorização à COBB-VANTRESS BRASIL LTDA, CNPJ nº 00.466.591/0009-44, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 2.229, DE 5 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53569.001499/2021-46. Expede autorização a F F P OLIVEIRA CNPJ nº 22959050000133, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 2.327, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53569.001503/2021-76. Expede autorização à Maria da Penha Braga de Aquino CPF nº ***.754.782.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATOS DE 8 DE ABRIL DE 2021

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.366 - Processo nº 53569.001552/2021-17 - Adenilson Pinheiro de Sousa, CPF nº ***.805.722.**.

Nº 2.367 - Processo nº 53569.001560/2021-55, Lucas de Oliveira Cruz, CPF nº ***.142.582.**.

Nº 2.368 - Processo nº 53569.001689/2021-63 - LACA ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 63873012000140

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 1.324, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53500.026534/2012-33. Adapta a outorga do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite - DTH, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, expedida por meio do Ato nº 38528, de 22/08/2008, publicado no DOU de 25/08/2008, à empresa RADIO E TELEVISÃO MODELO PAULISTA LTDA, CNPJ nº 04.425.426/0001-48, para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATO Nº 2.383, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53500.011966/2021-31. Autoriza a expansão da área de prestação das autorizações do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), em regime privado, da SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES, CNPJ nº 01.371.416/0001-89, para todo o território nacional, exceto Setor 20 do Plano Geral de Outorgas.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 17, DE 7 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.022368/2021-97, proposta de Alteração nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23 horas e 59 minutos do décimo dia da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 24 DE MARÇO DE 2021

Nº 2.002 Processo nº 53500.016742/2021-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FM IGUATU LTDA, CNPJ 02.396.921/0001-40, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Iguatu/CE.

Nº 2.003 Processo nº 53500.017389/2021-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO SOM TOCANTINS LTDA, CNPJ 04.475.357/0001-87, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Miracema do Tocantins/TO.

Nº 2.004 Processo nº 53500.017858/2021-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à VALE DO JAMARI COMUNICACAO LTDA, CNPJ 26.734.347/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cujubim/RO.

Nº 2.005 Processo nº 53500.018585/2021-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ORGANIZACOES SO DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 02.376.802/0001-26, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Penha/SC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 26 DE MARÇO DE 2021

Nº 2.066 Processo nº 53500.011360/2021-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO DIFUSORA ALEGRETENSE LTDA, CNPJ 89.230.916/0001-41, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Alegrete/RS.

Nº 2.074 Processo nº 53500.018919/2021-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à OMEGA RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 60.269.180/0001-33, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Arujá/SP.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 74/GC1, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a adição de militares da ativa do Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o inciso XIV, do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, com o prescrito no Capítulo III do Título IV do Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica, aprovado por meio da Portaria nº 1.411/GC3, de 14 de dezembro de 2020, e o que consta no Processo nº 67400.001612/2021-11, resolve:

Art. 1º A passagem de militar da ativa da Aeronáutica à situação de adido deve obedecer ao disposto nesta Portaria.

Art. 2º O ato de adição terá uma ou mais das seguintes finalidades:

a) administrativa (gestão de pessoal militar);

b) financeira (pagamento de pessoal);

c) controle (período de designação e relação institucional com a OM / órgão de destino);

d) justiça; e

e) disciplina.

Parágrafo único. De acordo com as demandas surgidas, novas finalidades poderão ser estabelecidas pelo Comando-Geral de Pessoal junto às OM responsáveis pelo ato de adição.

Art. 3º A responsabilidade pelo ato de adição, as OM de adição e as respectivas finalidades encontram-se definidas nos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 4º A DIRAP e os SEREP, de acordo com a respectiva responsabilidade, ao tomarem conhecimento do ato de nomeação, designação ou de colocação à disposição, deverão publicar no Boletim do Comando da Aeronáutica o respectivo ato de adição.

Art. 5º Os GAP apoiadores, as Bases Aéreas e as Unidades Gestoras Executoras Apoiadoras transcreverão em seus boletins internos o ato de adição oriundo da DIRAP e dos SEREP.

Art. 6º Os casos não previstos nesta Portaria serão submetidos à apreciação do Comandante da Aeronáutica, por intermédio do Comandante-Geral do Pessoal.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor em 2 de maio de 2021.

Art. 8º Revoga-se a Portaria nº 1.395/GC1, de 9 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 236, Seção 1, de 10 de dezembro de 2020 e no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 226, de 11 de dezembro de 2020.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ

ANEXO I

Por ato do Diretor de Administração do Pessoal							
POSTO/GRAD/CÍRCULO	SITUAÇÃO / CARGO (militar à disposição de / da / do)	OM DE ADIÇÃO	ADM	FINANCEIRA	CONTROLE	JUSTIÇA	DISCIPLINA
Ten Brig	Ministério da Defesa Ministro do Superior Tribunal Militar	GABAER	X	X	X	X	X
	Organização das Nações Unidas (ONU) Delegação Permanente do Brasil em Genebra	GABAER	X		X	X	X
		DIRAD (SDPP)		X			
Maj Brig e Brig	Adido Militar, junto às representações diplomáticas no exterior	EMAER	X		X	X	X
		DIRAD (SDPP)		X			
	Demais oficiais-generais realizando Missão ou curso no Exterior, com duração superior a 180 dias	DIRAP	X		X	X	X
		DIRAD (SDPP)		X			
	Presidência da República Vice-Presidência da República Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República Ministério da Defesa, em Brasília - DF, exceto o designado para a prestação de serviço no HFA Comando do Exército (Comando de Defesa Cibernética) Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, sediado no Distrito Federal	DIRAP			X	X	X
		GAP-BR	X	X			
	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, sediado no Brasil, excetuando-se o Distrito Federal	DIRAP			X	X	X
		GAP Apoiadores	X	X			
		Bases Aéreas	X	X			
		Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) Apoiadoras	X	X			

Por ato do Diretor de Administração do Pessoal							
POSTO/GRAD/CÍRCULO	SITUAÇÃO (militar à disposição de / da / do)	OM DE ADIÇÃO	ADM	FINANCEIRA	CONTROLE	JUSTIÇA	DISCIPLINA
Oficial	Adido Militar, junto às representações diplomáticas no exterior, e seu respectivo Adjunto	EMAER	X		X	X	X
		DIRAD (SDPP)		X			
	Demais oficiais realizando Missão ou curso no Exterior, com duração superior a 180 dias	DIRAP	X		X	X	X
		DIRAD (SDPP)		X			
	Presidência da República Vice-Presidência da República Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República Ministério da Defesa, em Brasília - DF, exceto o designado para a prestação de serviço no HFA Comando do Exército (Comando de Defesa Cibernética) Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, sediado no Distrito Federal	SEREP-BR			X	X	X
		GAP-BR	X	X			
	Comando do Exército (Colégio Militar de Brasília)	SEREP-BR			X	X	X
	Ministério da Defesa (Hospital das Forças Armadas)	GAP-DF	X	X			
	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, situado no Estado do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo	DIRAP	X		X	X	X
		GAP-GL		X			
	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, situado no Estado de Minas Gerais	DIRAP			X	X	X
		GAP Apoiadores	X	X			
		Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) Apoiadoras	X	X			
	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, sediado no Brasil, excetuando-se o Distrito Federal e os Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo	SEREP			X	X	X
		GAP Apoiadores	X	X			
		Bases Aéreas	X	X			
		Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) Apoiadoras	X	X			

Por ato do Diretor de Administração do Pessoal							
POSTO/GRAD/CÍRCULO	SITUAÇÃO (militar à disposição de / da / do)	OM DE ADIÇÃO	ADM	FINANCEIRA	CONTROLE	JUSTIÇA	DISCIPLINA
Suboficial e Sargento	Auxiliar de Adido Militar, junto às representações diplomáticas no exterior	EMAER	X		X	X	X
		DIRAD (SDPP)		X			
	Demais Suboficiais e Sargentos realizando Missão ou curso no Exterior, com duração superior a 180 dias	DIRAP	X		X	X	X
		DIRAD (SDPP)		X			
	Presidência da República Vice-Presidência da República Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República Ministério da Defesa, em Brasília - DF, exceto o designado para a prestação de serviço no HFA	SEREP-BR			X	X	X
		GAP-BR	X	X			
	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, situado no Estado do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo	DIRAP	X		X	X	X
		GAP-GL		X			
	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, situado no Estado de Minas Gerais	DIRAP			X	X	X
		GAP Apoiadores	X	X			
		UG EXEC Apoiadoras	X	X			
	Comando do Exército (Colégio Militar de Brasília) Ministério da Defesa (Hospital das Forças Armadas) Comando do Exército (Comando de Defesa Cibernética) Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, sediado no Distrito Federal	SEREP-BR			X	X	X
		GAP-DF	X	X			
	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, sediado no Brasil, excetuando-se o Distrito Federal e os Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo	SEREP			X	X	X
		GAP Apoiadores	X	X			
		Bases Aéreas	X	X			
		Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) Apoiadoras	X	X			

ANEXO II

Por ato do Chefe do Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica							
POSTOGRADCÍRCULO	SITUAÇÃO (militar à disposição de / da / do)	OM DE ADIÇÃO	ADM	FINANCEIRA	CONTROLE	JUSTIÇA	DISCIPLINA
Cabo, Soldado e Taifeiro	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, situado no Estado do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo	DIRAP	X		X	X	X
		GAP-GL		X			
	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, situado no Estado de Minas Gerais	DIRAP			X	X	X
		GAP Apoiadores	X	X			
		UG EXEC Apoiadoras	X	X			
	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, situado no Distrito Federal	GAP-DF	X	X			
		SEREP-BR			X	X	X
	Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, sediado no Brasil, excetuando-se o Distrito Federal e os Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo	GAP Apoiadores	X	X			
		Bases Aéreas	X	X			
		Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) Apoiadoras	X	X			
		SEREP			X	X	X

ANEXO III

Por ato do Comandante, Diretor ou Chefe da OM (*)							
POSTO/GRAD/CÍRCULO	SITUAÇÃO	OM DE ADIÇÃO	ADM	FINANCEIRA	CONTROLE	JUSTIÇA	DISCIPLINA
Militar	Em gozo de uma das licenças em período superior a trinta dias, previstas no art. 291 do RISAER (1)	Própria OM			X	X	X
	Designado para realizar curso ou missão em Órgão não integrante da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, com duração superior a trinta dias e igual ou inferior a 180 dias, sediado no Brasil (1)	GAP Apoiador da OM de origem	**X**	X			
		Unidade Gestora Executora (UG EXEC) da OM de origem	X	X			
	Designado para realizar curso ou missão no exterior, de duração superior a trinta dias e igual ou inferior a 180 dias (1)	Própria OM			X	X	X
		GAP Apoiador da OM de origem	X				
		Unidade Gestora Executora (UG EXEC) da OM de origem	X				
		DIRAD (SDPP)		X			
	Designado para realizar curso ou missão, em Órgão do Comando da Aeronáutica, de duração superior a trinta dias e igual ou inferior a 180 dias (2)	OM de destino			X	X	X
		GAP Apoiador da OM de origem	X	X			
		Unidade Gestora Executora (UG EXEC) da OM de origem	X	X			
	Movimentado de acordo com o inciso V do art. 222 do RISAER (3)	OM de destino			X	X	X
		GAP Apoiador da OM de origem					
		Unidade Gestora Executora (UG EXEC) da OM de origem	X	X			

(*) Por ato do Comandante, Diretor ou Chefe:
(1) da OM à qual pertence o militar;
(2) da OM responsável pelo curso ou da missão; ou
(3) da OM de destino da movimentação temporária.

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 128/DPC, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Revogação de Portarias.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Revogar as Portarias abaixo relacionadas, em razão da expedição dos Certificados de Dispensa do Serviço de Praticagem, atendendo ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

I - Portaria nº 250, datada de 25 de julho de 2018, publicada no DOU de 26 de julho de 2018 (Certificado DPC-253 n º 0035/2021);

II - Portaria nº 24, datada de 18 de janeiro de 2019, publicada no DOU de 22 de janeiro de 2019 (Certificado DPC-253 n º 0036/2021);

III - Portaria nº 283, datada de 31 de julho de 2019, publicada no DOU de 2 de agosto de 2019 (Certificado DPC-253 n º 0033/2021);

IV - Portaria nº 306, datada de 12 de agosto de 2019, publicada no DOU de 14 de agosto de 2019 (Certificado DPC-253 n º 0044/2021);

V - Portaria nº 381, datada de 23 de outubro de 2019, publicada no DOU de 25 de outubro de 2019 (Certificado DPC-253 n º 0041/2021);

VI - Portaria n º 2, datada de 15 de janeiro de 2020, publicada no DOU de 17 de janeiro de 2020 (Certificado DPC-253 n º 0043/2021);

VII - Portaria nº 63, datada de 3 de março de 2020, publicada no DOU de 5 de março de 2020 (Certificado DPC-253 n º 0039/2021); e

VIII - Portaria nº 64, datada de 3 de março de 2020, publicada no DOU de 5 de março de 2020 (Certificado DPC-253 nº 0038/2021).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 648, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Aprova o Manual para Apresentação das Propostas da Ação Orçamentária 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 13.971, de 27 de dezembro de 2019, e no Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual para Apresentação das Propostas da Ação Orçamentária 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano.

Parágrafo único. O Manual identificado no caput deste artigo se encontra disponível no sítio eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional (www.mdr.gov.br).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 632, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 4° da Portaria n. 131, de 05 de maio de 2014, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Colatina - ES, para ações de Defesa Civil, para até 14/10/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 637, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Baía Formosa - RN, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Baía Formosa-RN, no valor de R$ 108.485,40 (cento e oito mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005859/2021-85.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 639, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Ceará/CE.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Ceará/CE, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19), DECRETO Nº 34.019, de 31 de março de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 644, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Itupiranga - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Itupiranga-PA, no valor de R$ 222.316,09 (duzentos e vinte e dois mil trezentos e dezesseis reais e nove centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005942/2021-54.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 645, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Félix do Xingu - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Félix do Xingu-PA, no valor de R$ 149.491,85 (cento e quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005985/2021-30.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 646, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Carauari - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Carauari-AM, no valor de R$ 948.970,00 (novecentos e quarenta e oito mil novecentos e setenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006018/2021-95.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 647, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Estado de Sergipe - SE, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Estado de Sergipe-SE, no valor de R$ 93.843,84 (noventa e três mil oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005980/2021-15.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 651, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Lábrea - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Lábrea-AM, no valor de R$ 778.191,50 (setecentos e setenta e oito mil cento e noventa e um reais e cinquenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005990/2021-42.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO Nº 110, DE 8 DE ABRIL DE 2021 - PGFN-ME

APROVO, para os fins do art. 19-A, caput e inciso III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, o PARECER SEI N° 2592/2021/ME (13743765) que responde a questionamentos decorrentes do julgamento do Tema 228 da repercussão geral (RE nº 596.832/RJ): "restituição de valores recolhidos a maior a título de PIS e COFINS mediante o regime de substituição tributária".

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Procurador-Geral da Fazenda Nacional

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 24, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 936, de 17 de dezembro de 2009, e promulgado pelo Decreto nº 7.159, de 27 de abril de 2010, e na Lei nº 9.784, de 1999, e tendo em vista o que consta do Processo SEI/ME 19972.102235/2020-28 e da Nota Técnica nº 03, de 25 de março de 2021, elaborada pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM desta Secretaria, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração interposto pela Associação Brasileira das Indústrias de Nãotecidos e Tecidos Técnicos (ABINT), objeto do processo SEI Economia nº 19972.102235/2020-28, em face da Circular Secex nº 63, de 24 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 25 de setembro de 2020, que encerrou, sem julgamento do mérito, a investigação sobre a existência de dano grave causado à indústria doméstica decorrente do aumento preferencial das importações de nãotecidos para aplicação em produtos de higiene pessoal, normalmente classificados nos subitens 5603.11.30, 603.12.30, 5603.91.20, e 5603.92.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias de Israel, iniciada consoante o disposto no Capítulo V do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, em razão de inconsistências nos indicadores de dano apresentados pela indústria doméstica.

Art. 2º Encaminhar o pleito da ABINT, na forma de recurso administrativo, à autoridade superior, nos termos do parágrafo 1º do artigo 56 da Lei no 9.784, de 29 janeiro de 1999.

LUCAS FERRAZ

PORTARIA SECEX Nº 89, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Altera a Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso I do art. 91 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, , resolve:

Art. 1º A Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15-A A origem das importações de bens idênticos aos sujeitos a medidas de defesa comercial, quando originários de países sob investigação de origem na forma da Portaria SECEX nº 87, de 31 de março de 2021, deverá ser comprovada por meio de declaração de origem prestada por exportador ou produtor do país de origem das mercadorias.

§ 1º A declaração de origem deverá:

I - ter sido formulada por escrito, na fatura comercial, na ordem de entrega (delivery note) ou em outro documento comercial, em português ou inglês; e

II - amparar somente as importações realizadas dentro do prazo de validade nela consignado.

§ 2º O documento comercial a que se refere o inciso II do § 1º deverá conter a identificação do exportador e a descrição detalhada das mercadorias cuja origem é declarada, a fim de permitir sua identificação.

§ 3º A declaração de origem terá validade máxima de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

§ 4º A SECEX poderá solicitar a Declaração de Origem ao importador em qualquer momento, devendo o importador apresentá-la em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da solicitação.

§ 5º A empresa importadora deverá manter guarda da Declaração de Origem pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir do registro da Declaração Importação a que ela se refere.

....." (NR)

"Art. 17. .....

.....

§ 1º .....

.....

VI - importações de material usado a que se referem a alínea "e" do inciso II do art. 15 desta Portaria;

VII - sujeitas à obtenção de cota tarifária, inclusive as que se refere o art. 60; e

VIII - importações sujeitas ao exame de similaridade a que se refere os arts. 31 a 39 desta Portaria.

....." (NR)

"Art. 45. Na hipótese prevista no parágrafo único do art. 41, simultaneamente ao registro do licenciamento, a interessada deverá encaminhar à SUEXT:

a) declaração do fabricante ou da empresa responsável pelo recondicionamento das partes, peças e acessórios, referentes à garantia e ao preço de mercadoria nova, idêntica à recondicionada pretendida, o que poderá constar da própria fatura comercial do aludido material recondicionado; e

b) o catálogo técnico ou memorial descritivo do produto a importar a que se refere o art. 44." (NR)

ANEXO XXIX

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DE PEDIDO DE LICENÇA DE IMPORTAÇÃO DE BENS SUJEITOS A EXAME DE SIMILARIDADE

Art. 1º .....

.....

Tipo do Benefício	Produtos	Código de preenchimento	Base Legal para Preenchimento no Campo "Informações Complementares"
Indústria cinematográfica e audiovisual, e de radiodifusão	Máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas partes e peças de reposição, e películas cinematográficas virgens, destinadas à indústria cinematográfica e audiovisual, e de radiodifusão, classificadas nos capítulos 37, 84, 85, 90 e na posição 9405 da NCM.	Destaque de NCM "555"	"Art. 8º, §12, inciso V, da Lei nº 10.865/2004, regulamentada pelo Decreto 5.171/2004"
Pesquisa Científica e Tecnológica	Máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica, que excederem o limite global anual de importações estipulado pelo Ministério da Fazenda (importações extra-cota)	Regime Tributário "3" Fundamento Legal "08"	Art. 2º, inciso I, alínea "f" da Lei nº 8.032/90 c/c o art. 2º, § 3º da Lei nº 8.010/1990
Instituições de Educação/Assistência Social	Quaisquer bens permitidos	Regime Tributário "3" Fundamento Legal "11"	Decreto-Lei nº 2.434/1988 Lei nº 8.032/1990.
Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público	Bens não vinculados às finalidades essenciais da Autarquia ou Fundação, ou às delas decorrentes	Regime Tributário "3" Fundamento Legal "12"	Lei nº 8.032/90 Lei nº 8.402/92
ITAIPU Binacional	Bens, sem similar nacional, importados pelos contratantes da Itaipu Binacional, desde que comprovada e exclusivamente destinados à execução do projeto de aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, a cargo daquela entidade.	Regime Tributário "3" Fundamento Legal "18"	Decreto-Lei nº 1.450/1976
REPENEC	Máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras dos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado	Regime Tributário "5" Fundamento Legal "85"	Lei nº 12.249/2010 Decreto nº 7.320/2011
RECINE	Máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo imobilizado e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção.	Regime Tributário "5" Fundamento Legal "99"	Lei nº 12.599/2012
RECOPA	Máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol com utilização prevista nas partidas oficiais da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014	Regime Tributário "5" Fundamento Legal "09"	Lei nº 12.350/2010
RENUCLEAR	Bens ou materiais de construção importados por pessoa jurídica beneficiária do regime.	Regime Tributário "5" Fundamento Legal "99"	Lei nº 12.431/2011
Material de premiação para eventos esportivos no Brasil	I - troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País. Obs: não se sujeitam a exame os produtos do inciso I quando os produtos forem destinados a evento a ser realizado no exterior.	Regime Tributário "3" Fundamento Legal "15"	Lei nº 11.488/07
Equipamentos e materiais esportivos homologados pela entidade internacional do esporte	Equipamentos ou materiais esportivos, importados até 2015, destinados às competições (jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, Parapanamericanos, nacionais e mundiais), ao treinamento e à preparação de atletas e equipes brasileiras.	Regime Tributário "3" Fundamento Legal "99"	Lei nº 10.451/02
Urnas eletrônicas	Produtos classificados sob os códigos NCM 8504.40.21, 8471.60.61, 8471.60.52, 8534.00.00 e 8473.30.49, destinados à coletores eletrônicos de votos	Regime Tributário "3" Fundamento Legal "19"	Lei nº 9.359/96 e art.1º Lei nº 9.643/98
Outros	Outras situações cuja fruição do benefício legal esteja sujeita ao exame da similaridade.	Regime Tributário "3" ou "5" Fundamento Legal "99"	Preencher a base legal da operação específica

"(NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Portaria SECEX nº 23, de 2011:

I - alínea "i" do inciso II do art. 15;

II - §§ 6º, 7º e 8º do art. 15-A;

III - § 4º do art. 15-B;

IV - inciso I do parágrafo único do art. 41;

V - Anexo XXVI - DECLARAÇÃO DE ORIGEM - DECLARATION OF ORIGIN; e

VI - a segunda linha da tabela do Anexo XXIX - INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DE PEDIDO DE LICENÇA DE IMPORTAÇÃO DE BENS SUJEITOS A EXAME DE SIMILARIDADE, que dispõe "Tipo de Benefício: REPORTO - Produtos: Produtos classificados nos códigos NCM relacionados nos Anexo I e II do Decreto nº 6.582/2008. - Código de preenchimento: Regime Tributário "5" Fundamento Legal "79" - Base Legal para Preenchimento no Campo "Informações Complementares": Lei nº 11.033/2004 (prorrogado até 31/12/2020 pela Lei nº 13.169/15)".

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUCAS FERRAZ

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA ME Nº 3.399, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Autorizar a doação, com encargos, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, do imóvel urbano de propriedade da União, com área de 13.451,21 m², localizado na Avenida João Paulo II nº 514, Bairro Castanheira, no Município de Belém, Estado do Pará.

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 4º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, na Portaria Conjunta SEGES/SPU nº 38, de 31 de julho de 2020, bem como a Portaria SEDDM/SPU/ME Nº 2.517, de 2 de março de 2021, que institui o Programa SPU+, além dos elementos que integram o Processo Administrativo nº 10154.111083/2019-80, e ainda,

Considerando a instituição do Programa SPU+ que visa o aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União, especialmente o eixo de Racionalização de Uso e Ocupação dos edifícios públicos federais.

Considerando que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA edificou prédios no terreno utilizados pela Reitoria e assim sendo, a destinação em referência servirá para regularizar situação de fato.

Considerando que o IFPA comunicou que não há projetos para implantação de novas edificações no terreno destinado à reitoria do IFPA, que os projetos futuros visam a manutenção do terreno com melhorias no estacionamento, calçadas e paisagismo, não envolvendo nova edificação.

Considerando o que preconizam as políticas públicas de ensino, impactando a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, para a promoção do bem público e para a melhoria da qualidade de vida, particularmente do povo da Amazônia. e

Considerando a deliberação do Comitê Central de Alienação de Imóveis da União - CCA, instituído pela Portaria nº 55, de 2 de julho de 2019, em reunião realizada em 29 de setembro de 2020, favorável à doação, ao IFPA, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, do imóvel urbano de propriedade da União, com área de 13.451,21 m², localizado na Avenida João Paulo II nº 514, Bairro Castanheira, no Município de Belém, Estado do Pará, cadastrado sob o RIP Imóvel nº 042701031.500-1 e RIP Utilização nº 042701032.500-7, avaliado em R$ 30.458.844,00, matrícula nº 39.851, do Livro 2, Registro Geral, Ficha 1, de 16 de julho de 2019, no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belém/PA.

Art. 2º A doação destina-se à continuidade do funcionamento da Sede Administrativa da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA no Município de Belém/PA.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, ou ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 4º Fica o donatário responsável pela regularização do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único O disposto no art. 2º deverá constar da averbação registrada na respectiva matrícula do imóvel.

Art. 5º A presente doação não exime o donatário de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e à execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 6º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel a que se refere o art. 1º, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 7º É vedada ao donatário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, no todo ou em parte.

Art. 8º Os direitos e as obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 13, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Altera o Ato COTEPE/PMPF 12/21, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ,

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal, recebida por meio de mensagem eletrônica no dia 09.04.2021, registrada no processo SEI nº 12004.100301/2021-14, fica alterado o Ato COTEPE/PMPF 12/21, de 8 de abril de 2021, no item 7, referente à unidade federada supracitada:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL													
ITEM	UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
7	DF	**5,5420	**7,1320	**4,5000	**4,4460	*6,6447	*6,6447	-	**4,4880	3,8590	-	-	-

Notas Explicativas:
a) * valores alterados de PMPF; e
b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 22, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Publica Convênios ICMS aprovados na 180ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 08.04.2021.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 35, 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 180ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 8 de abril de 2021, foram celebrados os seguintes atos normativos:

CONVÊNIO ICMS 33/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 133/97, que aprova o Regimento do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO:

Cláusula primeira O § 4º do art. 6º do Anexo do Convênio ICMS 133/97, de 12 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º As propostas não aprovadas, DE ACORDO COM O QUÓRUM PREVISTO NO § 3º, serão incluídas na primeira reunião ordinária do CONFAZ que ocorrer, devendo serem submetidas à manifestação prévia da COTEPE/ICMS.".

Cláusula segunda O § 5º fica acrescido ao art. 6º do Anexo do Convênio ICMS nº 133/97 com a seguinte redação:

"§ 5º As reuniões ordinárias e extraordinárias, excepcionalmente, poderão ser realizadas, mediante a utilização de plataformas de videoconferência, pela Internet, nos termos e condições que vierem a ser estabelecidas no ato convocatório, observado o disposto no art. 30.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 34/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza os Estados de Mato Grosso e Pará a conceder redução de base de cálculo do ICMS nas operações internas com calçados, confecções e tecidos.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os Estados de Mato Grosso e Pará ficam autorizados a conceder redução de base de cálculo do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - incidente nas operações internas com calçados, vestuário, confecções e tecidos, relacionados no Anexo Único deste convênio, promovidas por contribuintes do comércio varejista localizado no território de Mato Grosso, de forma que a carga tributária seja equivalente a:

I - 12% (doze por cento), para empresas cuja receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao pedido de concessão do benefício seja de até R$ 8 (oito) milhões;

II - 14% (quatorze por cento), para empresas cuja receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao pedido de concessão do benefício seja superior a R$ 8 (oito) milhões e até R$ 16 (dezesseis) milhões;

III - 15% (quinze por cento) para empresas cuja receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao pedido de concessão do benefício seja superior R$ 16 (dezesseis) milhões limitado a R$ 90 (noventa) milhões.

§ 1º O benefício previsto neste convênio será:

I - concedido para contribuintes que não possuam irregularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual de Mato Grosso;

II - recalculado a cada 12 (doze) meses, para fins de reenquadramento nas faixas de alíquotas, permanecendo vigente por, no mínimo, mais 12 (doze) meses.

§ 2º Para o cálculo de receita bruta serão considerados todos os estabelecimentos da empresa, quando da apresentação do pedido de concessão do benefício e do reenquadramento, a receita bruta de estabelecimentos localizados em outras unidades federadas.

§ 3º O disposto neste convênio somente se aplica às vendas realizadas presencial a consumidor final pessoa física.

Cláusula segunda A unidade federada fica autorizada a não exigir o estorno do crédito fiscal de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, relativo à entrada de mercadoria cuja operação subsequente seja beneficiada pela redução da base de cálculo de que trata o presente convênio.

Cláusula terceira Legislação estadual poderá estabelecer condições, limites e restrições para a fruição do benefício de que trata este convênio.

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2021.

ANEXO ÚNICO

ITEM	MERCADORIA	NCM/SH
01	CALÇADOS	6401; 6402; 6403; 6404; 6405.
02	VESTUÁRIO	4203; 4303; 6101; 6102; 6104; 6105; 6106; 6107; 6108; 6109; 6110; 6111; 6112; 6113; 6114; 6115; 6116; 6117; 6201; 6202; 6203; 6204; 6205; 6206; 6207; 6208; 6209; 6210; 6211; 6212; 6213; 6214; 6215; 6216; 6217.
03	CONFECÇÕES	6301; 6302.
04	TECIDOS	5007; 5111; 5112; 5113; 5208; 5209; 5210; 5211; 5212; 5309; 5310; 5311; 5407; 5408; 5512; 5513; 5514; 5515; 5516; 5603; 5801; 5802; 5803; 5804; 5805; 5806; 5809; 5811; 6001; 6002; 6003; 6004; 6005; 6006.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 35/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 36/16, que estabelece substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto nos art. 6º a 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e no § 7º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O § 6º fica acrescido à cláusula primeira do Convênio ICMS 36/16, de 03 de maio de 2016, com a seguinte redação:

"§ 6º O disposto no inciso II do § 4º, desta cláusula, em relação às operações originadas em Minas Gerais aplica-se, também, para as mercadorias classificadas na NCM/SH 7602.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 36/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 03/17, que autoriza as unidades federadas que menciona a instituir Programa de Fomento às Empresas Prestadoras de Serviço de Comunicação Multimídia que migrarem do Simples Nacional para o Regime Normal, concedendo redução de base de cálculo do ICMS nas prestações internas de serviços de comunicação a que se refere.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os Estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia ficam incluídos nas disposições do Convênio ICMS 03/17, de 30 de janeiro de 2017.

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 03/17 passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rondônia e Santa Catarina autorizados a instituir o Programa de Fomento SCM, destinado a promover o crescimento das empresas prestadoras do Serviço de Comunicação Multimídia que migrarem do Simples Nacional para o regime normal.";

II - o § 4º da cláusula segunda:

"§ 4º Tratando-se de contribuinte enquadrado na faixa de faturamento prevista no inciso III do caput desta cláusula poderão, conforme dispuser a legislação da respectiva unidade federada, ser admitidos os créditos proporcionais relativos:

I - à contratação de link de dados;

II - aos demais créditos, observados em relação àqueles referentes ao ativo imobilizado o disposto no § 5º do art. 20 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 37/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 56/12, que dispõe sobre a instituição de crédito presumido em substituição aos estornos de débitos decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira A cláusula segunda do Convênio ICMS 56/12, de 22 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda O disposto neste convênio não se aplica ao Estado de Rondônia.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 38/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a adesão dos Estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Rio de Grande do Sul e altera o Convênio ICMS 66/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas operações e prestações internas e de importação com mercadorias destinadas ao uso no âmbito das medidas de prevenção ao contágio, de enfretamento e de contingenciamento da pandemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo novo agentes do coronavírus (SARS-CoV-2), realizadas por órgão da administração pública estadual ou municipal, suas Fundações e Autarquias.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os Estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Rio de Grande do Sul ficam incluídos nas disposições do Convênio ICMS 66/20, de 30 de julho de 2020.

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 66/20 passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio de Grande do Sul, Roraima e Santa Catarina autorizados a isentar do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - nas operações e prestações internas e de importação com as seguintes mercadorias destinadas ao uso no âmbito das medidas de prevenção ao contágio, de enfretamento e de contingenciamento da pandemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo novo agentes do coronavírus (SARS-CoV-2), realizadas por órgão da Administração Pública Estadual ou Municipal, suas Fundações e Autarquias:";

II - o caput da cláusula segunda:

"Cláusula segunda Ficam os Estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio de Grande do Sul, Roraima e Santa Catarina autorizados também a:".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 39/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 64/20, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a não exigir o ICMS devido pelo descumprimento de compromissos assumidos como requisito à concessão de benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 73/16 e no Convênio ICMS 188/17, bem como reinstituídos nos termos da Lei Complementar nº 160/17 e do Convênio ICMS 190/17, quando derivar exclusivamente dos efeitos econômicos negativos relacionados à pandemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo novo Coronavírus (COVID-19).

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira A cláusula segunda do Convênio ICMS 64/20, de 30 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a remitir e anistiar os créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, cujos fatos geradores tenham ocorrido até a data de 31 de dezembro de 2020, relativos à fruição de benefícios fiscais alcançados pela cláusula primeira deste convênio, atendida a condição estabelecida na cláusula primeira deste convênio.".

Cláusula segunda A aplicação deste convênio não autoriza a restituição ou compensação de valores do imposto ou seus acréscimos legais já recolhidos.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 40/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a adesão do Estado de São Paulo e altera o Convênio ICMS 63/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS incidente nas operações e correspondentes prestações de serviço de transporte realizadas no âmbito das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2).

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O Estado de São Paulo fica incluído nas disposições do Convênio ICMS 63/20, de 30 de julho de 2020.

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 63/20 passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e o Distrito Federal autorizados a conceder isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, no âmbito das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2), em relação às mercadorias constantes no anexo único deste convênio, nas seguintes operações:";

II - o caput da cláusula segunda:

"Cláusula segunda Ficam os Estados do Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e o Distrito Federal autorizados também:".

Cláusula terceira Os itens 112 a 131 ficam acrescidos ao Anexo Único do Convênio ICMS 63/20 com as seguintes redações:

"

ITEM	NCM	DESCRIÇÃO
112	2939.79.90 3003.49.90 3004.49.90	Atropina
113	2933.49.90 3003.90.79 3004.90.69	Atracúrio
114	2933.49.90 3003.90.79 3004.90.69	Cisatracúrio
115	2933.29.99 3003.90.79 3004.90.69	Dexmedetomidina
116	2922.39.90 3003.90.49 3004.90.39	Dextrocetamina
117	2933.91.22 3003.90.74 3004.90.64	Diazepam
118	2937.90.90 3003.39.99 3004.39.99	Epinefrina
119	2933.29.99 3003.90.79 3004.90.69	Etomidato
120	2933.33.63 3003.90.79 3004.90.69	Fentanila
121	2933.39.15 3003.90.79 3004.90.69	Haloperidol
122	2924.29.14 3003.90.53 3004.90.43	Lidocaína
123	2933.91.53 3003.90.79 3004.90.69	Midazolam
124	2939.11.61 3003.49.90 3004.49.90	Morfina
125	2937.90.90 3003.39.99 3004.39.99	Norepinefrina
126	2934.99.19 3003.90.89 3004.90.79	Rocurônio
127	2923.90.20 3003.90.99 3004.90.99	cloreto de suxametônio (Succinilcolina)
128	2933.39.49 3003.90.79 3004.90.69	Remifentanila
129	2933.33.11 3003.90.79 3004.90.69	Alfentanila
130	2934.91.70 3003.90.89 3004.90.79	Sufentanila
131	2933.39.49 3003.90.79 3004.90.69	Pancurônio

".

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira

Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 41/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS incidente nas operações internas e de importação do exterior, bem como as correspondentes prestações de serviço de transporte, realizadas com oxigênio medicinal e autoriza as unidades federadas a conceder isenção do ICMS incidente nas operações e prestações do serviço de transporte interestaduais com oxigênio medicinal destinadas ao Estado do Maranhão.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Autoriza o Estado do Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, e Tocantins e o Distrito Federal a conceder isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - incidente nas operações internas e de importação do exterior, bem como nas correspondentes prestações de serviço de transporte, realizadas no âmbito das medidas de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2), em relação a mercadoria a seguir descrita:

ITEM	NCM/SH	Descrição
1	2804.40.00	Oxigênio Medicinal

Parágrafo único. As unidades federadas ficam autorizadas a isentar as operações, e respectivas prestações de serviço de transporte, com a mercadoria descrita no caput com destino aos Estados do Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, e Tocantins e ao Distrito Federal.

Cláusula segunda Ficam os Estados do Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, e Tocantins e o Distrito Federal autorizados a não exigir o estorno do crédito de ICMS previsto nos incisos I e II do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Cláusula terceira Legislação estadual poderá dispor sobre demais condições, prazos, e procedimentos para fruição do benefício de que trata este convênio.

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2021.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 42/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul a conceder anistia e remissão de créditos tributários relativos ao diferencial de alíquotas.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O Estado de Mato Grosso do Sul fica autorizado a conceder anistia e remissão dos créditos tributários decorrentes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, constituídos ou não, relativos ao diferencial de alíquotas na entrada de bens e mercadorias realizadas pela empresa Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGAS, CNPJ nº 02.741.679/0001-03, inscrição estadual nº 28.305.412-3, referentes aos fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2021

§ 1º Legislação estadual poderá estabelecer condições e limites para a fruição do benefício previsto de que trata este convênio.

§ 2º O disposto no caput não autoriza a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 43/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a reduzir multa e juros de crédito tributário conforme especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O Estado do Rio Grande do Sul fica autorizado a reduzir em até 75% (setenta e cinco por cento) o valor da multa e dos juros relativos ao crédito tributário constituído por meio do Auto de Lançamento nº 41961315, de 06 de setembro de 2018, relacionado à diferença entre o valor utilizado para o cálculo do débito de responsabilidade por substituição tributária e o preço praticado na operação a consumidor final.

Parágrafo único. O benefício de que trata o caput fica condicionado à renúncia a qualquer discussão, administrativa ou judicial, incluindo a aplicação de decisões transitadas em julgado, relacionadas à diferença entre o valor utilizado para o cálculo do débito de responsabilidade por substituição tributária e o preço praticado na operação a consumidor final.

Cláusula segunda O benefício concedido com base neste convênio não confere qualquer direito a restituição ou compensação de importâncias já pagas ou compensadas anteriormente.

Cláusula terceira Legislação estadual poderá estabelecer condições, limites e restrições para a fruição do benefício de que trata este convênio.

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 44/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 205/19, que autoriza o Estado de Alagoas a conceder anistia e remissão dos créditos decorrentes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativos às indústrias de Laticínios do Estado de Alagoas.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira A cláusula terceira-A fica acrescida ao Convênio ICMS 205/19, de 13 de dezembro de 2019, com a seguinte redação:

"Cláusula terceira-A Fica convalidado o ingresso ao programa de que trata este convênio, realizado no período de 1º a 5 de fevereiro de 2021, nos termos da legislação estadual.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 45/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 08/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a remitir crédito tributário de pequeno valor inscrito em dívida ativa, reduzir juros e multas previstos na legislação tributária, bem como a conceder parcelamento de crédito tributário, relacionados com o ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 08/20, de 05 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Fica o Estado de Goiás autorizado a reduzir juros e multas relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativos a créditos tributários, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2020, inclusive os ajuizados, bem como conceder parcelamento para o respectivo pagamento, observado o disposto neste convênio e as demais normas previstas na legislação tributária estadual.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 46/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o Distrito Federal a dispensar o recolhimento do valor das multas acessórias aplicadas.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, e tendo em vista a decretação de calamidade pública durante o período da pandemia de Covid-19, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO:

Cláusula primeira Fica o Distrito Federal autorizado a anistiar os créditos tributários ainda não constituídos e a remitir os créditos tributários já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa, relativos a multas aplicadas pela Administração Tributária por descumprimento de obrigações acessórias relacionadas exclusivamente à inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF, decorrentes de irregularidades constatadas a partir de 1º de março de 2020 até a data da publicação deste convênio.

Cláusula segunda A remissão e anistia de que trata este convênio não autoriza a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 47/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 87/02, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os itens 96, 175 e 183 do Anexo Único do Convênio ICMS 87/02, de 28 de junho de 2002, passam a vigorar com as seguintes redações:

"

ITEM	FÁRMACOS	NCM FÁRMACOS	MEDICAMENTOS	NCM MEDICAMENTOS
96	Somatropina	2937.11.00	Somatropina - 4 UI - injetável - por frasco-ampola ou carpule Somatropina - 12 UI - Injetável - por frasco-ampola ou carpule Somatropina - 15 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida ou carpule Somatropina - 16 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida ou carpule Somatropina - 18 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida ou carpule Somatropina - 24 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida ou carpule Somatropina - 30 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida ou carpule Somatropina - 36 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida ou carpule Somatropina - 45 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida ou carpule	3003.90.33 3004.90.99
175	Etinilestradiol + Levonorgestrel	2937.23.49 2937.23.21	Etinilestradiol 0,03 mg/ml + Levonorgestrel 0,15 mg/ml	3006.60.00
183	Enantato de noretisterona + Valerato de estradiol	2937.23.99	Enantato de noretisterona 50 mg/ml + Valerato estradiol de 5 mg/ml	3006.60.00

".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Convênio ICMS 87/02:

I - a cláusula primeira-A:

"Cláusula primeira-A Os benefícios previstos neste convênio, relativamente ao item 96 do Anexo Único, aplicam-se nas operações originadas no Estado de Goiás, nos termos da redação vigente em 31 de março de 2021.";

II - a cláusula primeira-B:

"Cláusula primeira-B Os benefícios previstos neste convênio não se aplicam nas operações originadas no Estado de Goiás em relação aos itens 225 a 235 do Anexo Único.";

II - os itens 225 a 235:

"

225	Cloridrato de Cinacalcete	2921.49.90	Cloridrato de Cinacalcete 30 mg, comprimido	3003.90.33 3004.90.99
			Cloridrato de Cinacalcete 60 mg, comprimido	3003.90.33 3004.90.99
226	Paricalcitol	2906.19.90	Paricalcitol ampolas de 1ml com 5.0 µg/ml	3004.90.99
227	Idursulfase Alfa	3507.90.39	Idursulfase Alfa 2mg/ml solução injetável (frasco com 3ml)	3004.90.14 3004.90.99
228	Furamato de Dimetila	2917.19.30	Fumarato de Dimetila 120mg, capsula liberação retardada	3004.90.29
			Fumarato de Dimetila 240mg, capsula liberação retardada	3004.90.29
229	Laronidase	3507.90.39	Laronidase 0,58 mg/ml solução injetável (frasco 5ml)	3004.90.19
230	Mesilato de Rasagilina	2921.49.90	Mesilato de Rasagilina 1mg, comprimido	3004.90.39
231	Teriflunomida	2926.90.99	Teriflunomida 14 mg, comprimido revestido	3004.90.49
232	Tofacitinibe	2933.99.49	Tofacitinibe 5mg, comprimido revestido	3004.90.69 3004.90.99
233	Insulina Degludeca	2937.19.90	TRESIBA 100 U/ML SOL INJ CT 1 CAR VD TRANS X 3 ML X 1 SIST APLIC PLAS (FLEXTOUCH)	3004.39.29
			TRESIBA 100 U/ML SOL INJ CT 5 CAR VD TRANS X 3 ML (PENFILL)	
234	Insulina Glargina	2937.12.00	300 UI/ML SOL INJ CT CAR VD TRANS X 1,5 ML + CAN APLIC	3004.39.29
			100 UI/ML SOL INJ CT CARP VD INC X 3 ML + SISTEMA APLIC PLAS	
			100 UI/ML SOL INJ CT CARP VD INC X 3 ML	
			100 UI/ML SOL INJ CT FA VD INC X 10 ML	
235	Insulina Detemir	2937.19.90	100 U/ML SOL INJ CT 5 CARP VD INC X 3 ML X 5 SIST APLIC PLAST	3004.39.29
			100 U/ML SOL INJ CT 5 CARP VD INC X 3 ML	
			100 U/ML SOL INJ CT 1 CARP VD INC X 3 ML X 1 SIST APLIC PLAST	

".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 48/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 01/99, que concede isenção do ICMS às operações com equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os itens a seguir indicados do Anexo Único do Convênio ICMS 01/99, de 02 de março de 1999, passam a vigorar com as seguintes redações:

"

ITEM	NCM	EQUIPAMENTOS E INSUMOS
5	3006.10.90	Hemostático absorvível
9	3006.40.20	Cimento ortopédico com medicamento ou
51	9018.90.95	Clipe para aneurisma
191	9021.90.81	Stent para artérias coronárias, farmacológico ou não
197	9021.90.81	Spiral para embolização neurovascular

".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Convênio ICMS 01/99, com as seguintes redações:

I - a cláusula terceira-A:

"Cláusula terceira-A Os benefícios previstos neste convênio não se aplicam nas operações originadas nos Estados de Goiás e Paraná, em relação ao item 198 do Anexo Único.";

II - o item 198 ao Anexo Único:

"

ITEM	NCM	EQUIPAMENTOS E INSUMOS
198	9018.39.29	Sonda vesical para incontinência e continência

".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 49/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 162/94, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS nas operações com medicamentos destinados ao tratamento de câncer.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O item 82 fica acrescido ao Anexo Único do Convênio ICMS 162/94, de 07 dezembro de 1994, com a seguinte redação:

"

ITEM	MEDICAMENTO
82	Pegaspargase

".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 50/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a adesão dos Estados do Maranhão, Pará e Pernambuco e altera o Convênio ICMS 52/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS incidente nas operações com medicamento destinado a tratamento da Atrofia Muscular Espinal - AME.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os Estados do Maranhão, Pará e Pernambuco ficam incluídos nas disposições do Convênio ICMS 52/20, de 30 de julho de 2020.

Cláusula segunda O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 52/20 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal autorizados a conceder isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas operações com o medicamento Zolgensma (princípio ativo Onasemnogene Abeparvovec-xioi), classificado no código 3002.90.92 da Nomenclatura Comum do Mercosul baseada no Sistema Harmonizado (NCM/SH), destinado a tratamento da Atrofia Muscular Espinal - AME.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 51/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 66/19, que concede isenção do ICMS às operações com aceleradores lineares, destinados à prestação de serviços de saúde.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 66/19, de 05 de julho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam isentas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - as seguintes operações com aceleradores lineares, classificados nos códigos 9022.14.90 e 9022.21.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul baseada no Sistema Harmonizado - NCM/SH:"

Cláusula segunda A cláusula primeira-A fica acrescida ao Convênio ICMS 66/19 com a seguinte redação:

"Cláusula primeira-A Os benefícios previstos na cláusula primeira deste convênio relativos às operações com aceleradores lineares classificados no código 9022.14.90 da NCM/SH não se aplicam nas operações originadas no Estado de Goiás.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 52/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Ficam as unidades federas que menciona autorizadas a reduzir a base de cálculo do ICMS nas saídas de veículos de combate a incêndio.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO:

Cláusula primeira Os Estados do Rio Grande do Sul e Tocantins ficam autorizados a reduzir a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de forma que a carga tributária seja equivalente à aplicação do percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor das operações com veículos de combate a incêndio, classificados no código 8705.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul baseada no Sistema Harmonizado - NCM/SH.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2022.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 53/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza as unidades federadas que menciona a conceder redução da base de cálculo do ICMS incidente nas prestações de serviço de transporte intermunicipal de pessoas, no âmbito das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2).

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Ficam os Estados do Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul autorizado a reduzir a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas prestações de serviço de transporte intermunicipal de pessoas, passageiros ou não, em até 100% (cem por cento), no âmbito das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2), conforme os Decretos Estaduais de calamidade pública em decorrência da Covid-19.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2021.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 54/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas operações internas com equipamentos de irrigação destinado ao uso na agricultura ou horticultura.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os Estados do Acre, Alagoas, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rondônia e Santa Catarina ficam autorizados a conceder isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - incidente nas operações internas com irrigadores e sistemas de irrigação para uso na agricultura ou horticultura, por aspersão ou gotejamento, inclusive os elementos integrantes desses sistemas, como máquinas, aparelhos, equipamentos, dispositivos e instrumentos, classificados nos códigos 8424.82.21 e 8424.82.29 da Nomenclatura Comum do Mercosul baseada no Sistema Harmonizado - NCM/SH.

§ 1º A isenção de que trata esta cláusula também se aplica ao imposto relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual incidente nas entradas interestaduais com as mercadorias de que trata o caput.

§ 2º Ficam as unidades federadas autorizadas a não exigir o estorno do crédito do ICMS, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nas operações de que trata este convênio.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2021.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 55/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICM 12/75, que equipara à exportação o fornecimento de produtos para uso ou consumo de embarcações ou aeronaves de bandeira estrangeira aportadas no País e revoga o Convênio ICMS 84/90.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, e nos arts. 100, 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICM 12/75, de 15 de julho de 1975, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Equipara à exportação a saída de produtos destinada ao uso ou consumo de bordo em embarcações ou aeronaves exclusivamente em tráfego internacional com destino ao exterior.";

II - a cláusula primeira:

"Cláusula primeira Fica equiparada à exportação, para os efeitos fiscais previstos na legislação vigente, a saída de produtos destinada ao uso ou consumo de bordo, em embarcações ou aeronaves exclusivamente em tráfego internacional com destino ao exterior.".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Convênio ICM nº 12/75 com as seguintes redações:

I - os §§ 1º e 2º na cláusula primeira:

"§ 1º A equiparação condiciona-se a que ocorra:

I - a confirmação do uso ou do consumo de bordo nos termos previstos neste convênio;

II - o abastecimento de combustível ou lubrificante ou a entrega do produto exclusivamente em zona primária alfandegada ou área de porto organizado alfandegado.

§ 2º As unidades federadas ficam autorizadas a não exigir o estorno de crédito previsto no inciso I do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nas operações de que trata esta cláusula.";

II - as cláusulas segunda-A e segunda-B:

"Cláusula segunda-A O estabelecimento remetente deverá:

I - emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, contendo, além dos requisitos exigidos pela legislação, a indicação de Código Fiscal de Operações e Prestações - CFOP - específico para a operação de saída de produtos destinada ao uso ou consumo de bordo, em embarcações ou aeronaves exclusivamente em tráfego internacional com destino ao exterior;

II - registrar a Declaração Única de Exportação - DU-E - para o correspondente despacho aduaneiro da operação junto à Receita Federal do Brasil - RFB;

III - indicar, no campo de dados adicionais, a expressão "Procedimento previsto no Convênio ICM 12/75.".

Cláusula segunda-B Considera-se não confirmada a operação de uso ou consumo de bordo nos termos previstos neste convênio a falta de registro do evento de averbação na NF-e de que trata o inciso I da cláusula segunda-A após o prazo de sessenta dias a contar da sua emissão.

Parágrafo único. O estabelecimento remetente fica obrigado ao recolhimento do ICMS devido, monetariamente atualizado, com os acréscimos legais, inclusive multa, segundo a legislação da respectiva unidade federada, na hipótese de não-confirmação da operação.".

Cláusula terceira O Convênio ICMS 84/90, de 12 de dezembro de 1990, fica revogado.

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 56/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o Estado de Alagoas a não exigir o crédito tributário relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - que for devido pelo descumprimento de compromissos assumidos por contribuintes como contrapartida à concessão de benefícios fiscais.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado de Alagoas autorizado a não exigir, total ou parcialmente, o crédito tributário relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - devido pelo descumprimento de compromissos assumidos por contribuinte como contrapartida à concessão de benefícios fiscais previstos no Decreto nº 38.631, de 22 de novembro de 2000, devidamente registrado e depositado no CONFAZ - Certificado de Registro e Depósito nº 37/18 - seguindo os ditames da Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017.

§1º O descumprimento de compromissos assumidos a que se refere o caput, para o contribuinte fazer jus ao benefício do presente convênio, deve ter ocorrido entre 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2020.

§ 2º O disposto neste convênio não se aplica ao descumprimento relativo à contribuição para fundos de proteção social ou para outros fundos instituídos pelas unidades federadas, inclusive àqueles instituídos com fundamento no Convênio ICMS 42/16, de 03 de maio de 2016.

Cláusula segunda Legislação estadual poderá dispor sobre demais condições, processos e procedimentos aplicáveis para a fruição dos benefícios de que trata este convênio.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2022.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 57/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 27/05, que concede isenção do imposto nas saídas de pilhas e baterias usadas.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira A cláusula segunda do Convênio ICMS 27/05, de 01 de abril de 2005, fica revogada.

Cláusula segunda Este convênio entra em na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 58/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Revigora e altera o Convênio ICMS 123/97, que concede isenção do ICMS nas operações que destinem mercadorias ao Programa de Modernização e Consolidação da Infraestrutura Acadêmica das IFES e HUS, e autoriza a não exigência do ICMS correspondente a operações realizadas em conformidade com o referido convênio.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O Convênio ICMS 123/97, de 12 de dezembro de 1997, fica revigorado.

Cláusula segunda A cláusula terceira do Convênio ICMS 123/97 passa vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de março de 2022.".

Cláusula terceira Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a não exigir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - correspondentes às eventuais operações ocorridas no período de 1º de janeiro de 2021 ao início da produção dos efeitos deste convênio, desde que realizadas em conformidade com o disposto no Convênio ICMS 123/97.

Cláusula quarta Este convênio entra vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 59/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a adesão do Estado de Sergipe e altera o Convênio ICMS 07/19, que autoriza os Estados que menciona a conceder crédito presumido de ICMS nas operações realizadas pelos estabelecimentos que exerçam atividade econômica de fabricação de produtos do refino de petróleo e de gás natural, bem como a redução de juros e multas e a remissão parcial do imposto, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado de Sergipe incluído nas disposições do Convênio ICMS 07/19, de 13 de março de 2019.

Cláusula segunda O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 07/19 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe autorizados a conceder crédito presumido de ICMS em substituição ao sistema normal de apuração para os estabelecimentos que exerçam a atividade econômica de fabricação de produtos do refino de petróleo e de gás natural, classificada no código 1921-7/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.".

Cláusula terceira O parágrafo único fica acrescido a cláusula segunda do Convênio ICMS 07/19 com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O prazo previsto no caput desta cláusula não se aplica aos estabelecimentos:

I - resultantes de sucessão, descentralização ou desmembramento dos estabelecimentos elencados no Anexo Único deste convênio, observados os limites máximos respectivos;

II - que venham a ser inseridos no Anexo Único deste convênio, desde que tenham, comprovadamente, exercido as atividades previstas no caput há mais de 3 (três) anos, observadas as disposições constantes da cláusula terceira deste convênio.".

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 60/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Revigora dispositivo do Convênio ICMS 03/90, que concede isenção do ICMS às saídas de óleo lubrificante usado ou contaminado, e revoga dispostivo do Convênio ICMS 28/21.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira A cláusula segunda do Convênio ICMS 03/90, de 30 de maio de 1990, fica revigorada com a redação vigente em 18 de março de 2021.

Cláusula segunda O inciso III do caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 28/21, de 12 de março de 2021, fica revogado.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 61/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a exclusão do Estado de Pernambuco e altera o Convênio ICMS 102/13, que autoriza as unidades federadas que menciona a concederem crédito presumido na aquisição de energia elétrica e de serviço de comunicação.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Estado de Pernambuco fica excluído das disposições do Convênio ICMS 102/13, de 07 de agosto de 2013.

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados da cláusula primeira do Convênio ICMS 102/13 passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o caput:

"Cláusula primeira Ficam os Estados de Amapá, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Sergipe autorizados a conceder crédito presumido às empresas fornecedoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de comunicação de até 3% (três por cento), calculado sobre o valor do faturamento bruto de seus estabelecimentos situados nas unidades federadas no segundo mês anterior ao do crédito.";

II - o § 2º:

"§ 2º Não se aplica ao Estado da Paraíba o limite percentual referido no caput desta cláusula.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 62/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 164/19, que dispõe sobre a entrega e disponibilização dos dados relativos ao Cadastro de Contribuintes de ICMS ativos dos Estados e do Distrito Federal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), bem como no inciso II do art. 147 do Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, e no inciso XV do art. 12 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, aprovado pela Resolução nº 03/97, de 12 de dezembro de 1997, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O § 1º da cláusula primeira do Convênio ICMS 164/19, de 10 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º As informações devem ser prestadas trimestralmente pelas SEFAZ, com as quantidades consolidadas no último dia útil dos meses de referência: março, junho, setembro e dezembro.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 63/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 05/09, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder regime especial a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para emissão de nota fiscal nas operações que indica, com petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, biocombustíveis e seus derivados, e outros produtos comercializáveis a granel, através de navegação de cabotagem, fluvial ou lacustre.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, nos termos do art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os dispositivos as seguir indicados do Convênio ICMS 05/09, de 03 de abril de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder regime especial aos estabelecimentos que exerçam como atividade econômica principal a fabricação de produtos do refino de petróleo, classificada no código 1921-7/00 da CNAE, para emissão de nota fiscal nas operações que indica, com petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, biocombustíveis e seus derivados, e outros produtos comercializáveis a granel, através de navegação de cabotagem, fluvial ou lacustre.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a conceder aos estabelecimentos que exerçam como atividade econômica principal a fabricação de produtos do refino de petróleo, classificada no código 1921-7/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), Regime Especial, para emissão de nota fiscal nas operações de transferência e destinadas a comercialização, inclusive aquelas sem destinatário certo, com petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, biocombustíveis e seus derivados, e outros produtos comercializáveis a granel, no transporte efetuado através de navegação de cabotagem, fluvial ou lacustre.";

III - da cláusula segunda:

a) o caput:

"Cláusula segunda Nas operações a que se refere o caput da cláusula primeira o estabelecimento remetente terá o prazo de até 1 (um) dia útil contado a partir da data de saída do navio, para emissão da nota fiscal correspondente ao carregamento.";

b) o § 1º:

"§ 1º Na hipótese do caput desta cláusula o transporte inicial do produto será acompanhado pelo documento Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e, modelo 58.";

c) o § 2º:

"§ 2º No campo "Informações Complementares" da nota fiscal emitida na forma do caput desta cláusula, deverá constar o número do MDF-e a que se refere o § 1º desta cláusula.";

IV - da cláusula terceira:

a) o caput:

"Cláusula terceira Nas operações de transferência e comercialização sem destinatário certo, o estabelecimento remetente emitirá nota fiscal correspondente ao carregamento efetuado, que será retida no estabelecimento de origem, sem destaque do ICMS, cujo destinatário será o próprio estabelecimento remetente, tendo como natureza da operação: "Outras Saídas".";

b) o § 1º:

"§ 1º Na hipótese do caput desta cláusula, após o término do descarregamento em cada porto de destino, o estabelecimento remetente emitirá a nota fiscal definitiva, com série distinta da prevista na cláusula segunda, para os destinatários, em até 2 (dois) dias úteis após o descarregamento do produto, devendo constar no campo "Informações Complementares" o número da nota fiscal que acobertou o transporte.";

V - a cláusula quarta:

"Cláusula quarta No caso de emissão do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE - em contingência, a via original deste documento deverá estar disponibilizada para os respectivos destinatários em até 2 dias úteis horas úteis após sua emissão.".

Cláusula segunda Os dispositivos as seguir indicados ficam acrescidos ao Convênio ICMS 05/09 com as seguintes redações:

I - o § 2º à cláusula primeira, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

"§ 2º O Regime Especial previsto no caput desta cláusula se aplica aos estabelecimentos devidamente credenciados e relacionados em Ato COTEPE/ICMS.";

II - a cláusula quinta - A:

"Cláusula quinta - A: Na hipótese de transbordo de produto entre embarcações, o remetente deverá emitir um novo Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e e incluir a informação nos dados adicionais da nota fiscal mediante a emissão de carta de correção.";

III - a cláusula oitava - A:

"Cláusula oitava - A O tratamento tributário previsto neste convênio é opcional ao contribuinte, que deverá formalizar a sua adesão junto aos Estados em termo de comunicação próprio.

Parágrafo único. A lista dos beneficiários deste convênio, prevista § 2º da cláusula primeira, será divulgada em Ato COTEPE/ICMS, observado o seguinte:

I - a administração tributária de cada unidade federada comunicará à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - SE/CONFAZ, a qualquer momento, a inclusão ou exclusão dos referidos beneficiários, e esta providenciará a publicação do Ato COTEPE/ICMS previsto no caput deste parágrafo;

II - o Ato COTEPE/ICMS previsto no caput deste parágrafo deve conter: Razão Social, Número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - e a unidade federada do domicílio fiscal do beneficiário.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 64/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o Estado do Espírito Santo a dispensar ou reduzir multas e juros e conceder parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e ICMS na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Estado do Espírito Santo fica autorizado a instituir programa de parcelamento de todos os débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, suas multas e juros, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2020, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, observadas as condições e limites estabelecidos neste convênio.

§ 1º O débito será consolidado, individualmente, na data do pedido de ingresso no programa, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 2º Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados ou informados pelo contribuinte à repartição fazendária, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores do ICM e do ICMS ocorridos até 31 de dezembro de 2020.

Cláusula segunda O débito consolidado poderá ser pago nas formas estabelecidas nos Anexos I e II, cujo estabelecimento de percentuais de descontos estará atrelado ao período relacionado a adesão ao programa.

Parágrafo único. No pagamento de parcela em atraso serão aplicados os acréscimos legais previstos na legislação estadual do ICMS.

Cláusula terceira A formalização de pedido de ingresso no programa implica o reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos, e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

Parágrafo único. O ingresso no programa dar-se-á por opção do contribuinte, a ser formalizada no período compreendido entre os dias 1º de julho a 30 de dezembro de 2021 e será homologado no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

Cláusula quarta Implica revogação do parcelamento e cobrança do saldo devedor remanescente:

I - a inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas neste convênio;

II - estar em atraso, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, com o pagamento de qualquer parcela;

III - o inadimplemento do imposto devido, relativamente a fatos geradores ocorridos após a data da homologação do ingresso no programa;

IV - o descumprimento de outras condições, a serem estabelecidas pela unidade federada.

Parágrafo único. O prazo previsto no inciso II poderá, excepcionalmente, ser prorrogado, se decretado Estado de Calamidade Pública para fins de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação frente à epidemia do novo coronavírus (COVID-19).

Cláusula quinta A unidade federada poderá dispor sobre:

I - o valor mínimo e a forma de pagamento de cada parcela;

II - juros e atualização monetária;

III - outros critérios que considerar necessário para controle do parcelamento.

Cláusula sexta O disposto neste convênio não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Cláusula sétima As disposições deste convênio aplicar-se-ão também aos saldos remanescentes de parcelamentos em curso, desde que estes não tenham sido beneficiados por quaisquer programas de parcelamento incentivado e que não tenham parcelas em atraso.

Cláusula oitava Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

ANEXO I - PERCENTUAIS DE REDUÇÃO DA MULTA E DOS JUROS PARA DÉBITOS COMPOSTOS DE IMPOSTO E MULTA

PERÍODO DE ADESÃO	PRAZO DE PAGAMENTO			
	À VISTA	DE 2 A 12 PARCELAS	DE 13 A 30 PARCELAS	DE 31 A 60 PARCELAS
De 1º/07 a 31/08/2021	100%	95%	90%	85%
De 1º/09 a 29/10/2021	95%	90%	85%	80%
De 1º/11 a 30/12/2021	90%	85%	80%	75%

ANEXO II - PERCENTUAIS DE REDUÇÃO DA MULTA PARA DÉBITOS COMPOSTOS APENAS DE MULTA

PERÍODO DE ADESÃO	PRAZO DE PAGAMENTO			
	À VISTA	DE 2 A 12 PARCELAS	DE 13 A 30 PARCELAS	DE 31 A 60 PARCELAS
De 1º/07 a 31/08/2021	95%	85%	70%	50%
De 1º/09 a 29/10/2021	90%	80%	65%	45%
De 1º/11 a 30/12/2021	85%	75%	60%	40%

CONVÊNIO ICMS 65/21, DE 08 ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a adesão do Estado de Rondônia e altera o Convênio ICMS 73/20 que autoriza as unidades federadas que menciona, em face da crise econômica decorrente da pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2), a não exigir o crédito tributário relativo ao ICMS que for devido pelo descumprimento de compromissos assumidos por contribuintes como contrapartida à concessão de benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, na Lei Complementar n° 160, de 07 de agosto de 2017 e no Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Estado de Rondônia fica incluído nas disposições do Convênio ICMS 73/20, de 30 de julho de 2020.

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 73/20, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados de Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e o Distrito Federal autorizados a não exigir, total ou parcialmente, o crédito tributário relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS devido pelo descumprimento de compromissos assumidos por contribuinte como contrapartida à concessão de benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.";

II - da cláusula segunda

a) o caput:

"Cláusula segunda Os Estados Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e o Distrito Federal, como medida complementar ao disposto no caput da cláusula primeira, ficam autorizados a repactuar os compromissos firmados, tributários ou não tributários, nas seguintes situações:";

b) o inciso I:

"I - desde que o descumprimento dos compromissos firmados tenha resultado exclusivamente da crise econômica decorrente da pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2), ainda que pactuados anteriormente ao exercício de 2020; ".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 66/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a adesão do Estado do Mato Grosso à cláusula oitava e altera o Convênio ICMS 79/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, inclusive os decorrentes da situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O Estado de Mato Grosso fica incluído nas disposições da cláusula oitava do Convênio ICMS 79/20, de 02 de setembro de 2020.

Cláusula segunda A cláusula oitava do Convênio ICMS 79/20 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula oitava Para fruição do benefício de que trata este convênio nos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Sergipe devem ser observadas as regras de operacionalização dispostas nas legislações estaduais.".

Cláusula terceira A cláusula sétima-B fica acrescida ao Convênio ICMS 79/20, com a seguinte redação:

"Cláusula sétima-B Para os fins do disposto neste convênio, em relação ao Estado de Mato Grosso, será observado o que segue:

I - as reduções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput da cláusula terceira, bem como na cláusula quarta, aplicam-se, exclusivamente, em relação às multas e aos juros de mora;

II - os créditos tributários relativos a penalidades pecuniárias por mero descumprimento de obrigações acessórias poderão ser reduzidos em até 65% (sessenta e cinco por cento) do seu valor para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

III - respeitadas as reduções definidas conforme os incisos I e II desta cláusula, o cálculo das parcelas vincendas será efetuado de acordo com a legislação estadual;

IV - não se aplicam o disposto nos §§ 3° e 4° da cláusula segunda e a cláusula quarta;

V - fica autorizada a resilição de contratos de parcelamento disciplinados em outros programas de refinanciamento de débitos instituídos pelo Estado, para pagamento à vista ou reparcelamento com os benefícios definidos nos termos dos incisos I e II desta cláusula, observados os critérios para a respectiva recomposição e consolidação do débito, bem como para apuração do saldo devedor conforme previsto na legislação estadual.".

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da sua publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 67/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a adesão do Estado do Acre e do Distrito Federal e altera o Convênio ICMS 79/19, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder redução de base de cálculo nas operações internas com óleo diesel e biodiesel destinadas a empresa concessionária ou permissionária de transporte coletivo de passageiros por qualquer modal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária realizada em Brasília, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO:

Cláusula primeira O Estado do Acre e o Distrito Federal ficam incluídos nas disposições do Convênio ICMS 79/19, de 05 de julho de 2019.

Cláusula segunda A cláusula primeira do Convênio ICMS 79/19, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Acre, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina e o Distrito Federal autorizados a conceder redução de base de cálculo do ICMS em até 80% (oitenta por cento) nas operações internas com óleo diesel e biodiesel destinadas às empresas concessionárias ou permissionárias de transporte coletivo de passageiros.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 68/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o Estado do Paraná a dispensar a multa mediante o parcelamento de débitos fiscais relacionados ao ICMS, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Estado do Paraná fica autorizado a instituir programa de parcelamento incentivado de débitos fiscais relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de maio de 2020, sujeitos ao regime de substituição tributária, que foram objeto de comunicado de autorregularização pelo fisco estadual aos estabelecimentos varejistas de produtos farmacêuticos, observadas as condições e limites estabelecidos neste convênio.

Parágrafo único. Poderão ser objeto do programa, com redução de cem por cento da multa, o montante do imposto devido por substituição tributária, apurado pelo fisco ou espontaneamente denunciado pelo contribuinte, referente a operações bonificadas de produtos farmacêuticos destinados aos estabelecimentos varejistas, sem a retenção do ICMS devido pelas operações subsequentes.

Cláusula segunda O montante do imposto devido poderá ser pago em até sessenta parcelas mensais e sucessivas, devendo o pedido de adesão ao programa de parcelamento ser realizado até 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. O valor parcelável deverá ser atualizado até a data do pedido de parcelamento, aplicando-se os acréscimos legais previstos na legislação estadual, inclusive em relação às parcelas vincendas e eventuais atrasos no pagamento das mesmas, sem prejuízo da dispensa da multa a que se refere o disposto no parágrafo único da cláusula primeira.

Cláusula terceira O pedido de parcelamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

Parágrafo único. Rescindido o parcelamento, deverá ser restabelecido, em relação ao saldo devedor, o valor originário da multa dispensada, prosseguindo-se na cobrança do débito remanescente, que será inscrito em dívida ativa.

Cláusula quarta A legislação estadual poderá dispor sobre:

I - o valor mínimo de cada parcela;

II - rescisão do parcelamento;

III - outras condições para a concessão dos benefícios tratados neste convênio.

Cláusula quinta O disposto neste convênio não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Cláusula sexta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 69/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 60/20, que autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder parcelamento de débitos do ICMS à indústria pesqueira.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 60/20, de 30 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira O Estado de Santa Catarina fica autorizado a conceder à indústria pesqueira parcelamento de débitos do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2020.".

Cláusula segunda O § 2º fica acrescido à cláusula primeira do Convênio ICMS 60/20, renumerado o atual parágrafo único para § 1º:

"§ 2º Fica o Estado de Santa Catarina fica autorizado a conceder parcelamento nas condições previstas nesta cláusula a empresas prestadoras de serviço de transporte de passageiros ou cargas e demais setores impactados pelos decretos editados pelo Estado de restrição de atividades, cujas empresas já se encontravam em dificuldade financeira em período anterior à pandemia da Covid 19."

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2021.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 70/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a adesão dos Estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo e altera o Convênio ICMS 224/17, que autoriza os Estados do Acre, Amapá, Bahia e Paraná a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos essenciais ao consumo popular que compõem a cesta básica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os Estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo ficam incluídos nas disposições do Convênio ICMS 224/17, de 15 de dezembro de 2017.

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 224/17 passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos essenciais ao consumo popular que compõem a cesta básica.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe autorizados, na forma e condições definidas em sua legislação, a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos essenciais ao consumo popular, que compõem a cesta básica.".

Cláusula terceira O parágrafo único fica incluído à cláusula primeira do Convênio ICMS nº 224/17, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Em relação ao Amazonas, a isenção prevista no caput fica condicionada ao aporte de contrapartida de pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do ICMS desonerado a fundo com finalidade específica de assistência à população em situação de vulnerabilidade social no Estado.".

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso

- Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 71/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas operações de importação dos equipamentos especificados por empresas operadoras portuárias.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os Estados do Maranhão e Rio Grande do Sul ficam autorizadom a conceder isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - nas operações de importação de um guindaste móvel portuário, diesel, hidráulico, sobre pneus, para movimentação de containers e granéis sólidos em grandes navios, marca LIEBHERR, modelo LHM 550 Litronic, classificado no código 8426.41.10 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado - Nomenclatura Comum do Mercosul - NNBM/SH-NCM, sem similar produzido no país, por empresa portuária para aparelhamento do porto de Rio Grande, nas condições previstas na legislação estadual.

§ 1º O benefício previsto neste convênio fica condicionado à integração do bem ao ativo imobilizado da empresa beneficiada e a seu efetivo uso, em portos localizados em território gaúcho, na execução dos serviços referidos no caput, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

§ 2º A comprovação da ausência de similaridade deverá ser feita por laudo emitido por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos com abrangência nacional ou por órgão federal especializado.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2021.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 72/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Altera o Convênio ICMS 87/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a instituir programa especial de parcelamento de créditos tributários, com redução de penalidades e acréscimos moratórios, nas hipóteses que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO:

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Convênio ICMS 87/20, de 02 de setembro de 2020, com as seguintes redações:

I - os §§ 3º e 4º à cláusula primeira:

"§ 3º Fica o Estado do Rio de Janeiro autorizado a prorrogar o programa de parcelamento débitos fiscais de que trata o caput desta cláusula, para fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2020.

§ 4º Fica o Estado do Rio de Janeiro autorizado a incluir na consolidação, de que trata o § 1º desta cláusula, os valores espontaneamente denunciados ou informados pelo contribuinte à repartição fazendária decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores do ICMS, ocorridos até 31 de dezembro de 2020.";

II - o § 3º à cláusula terceira:

"§ 3º Fica o Estado do Rio de Janeiro autorizado a estender o prazo disposto no § 2º desta cláusula até 31 de agosto de 2021.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CONVÊNIO ICMS 73/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a adesão do Estado de Mato Grosso do Sul e altera o Convênio ICMS 181/17, que autoriza a dilação de prazo de pagamento do ICMS e autoriza a remissão e a anistia de créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, decorrentes da dilação de prazo de pagamento do imposto.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO:

Cláusula primeira O Estado do Mato Grosso do Sul fica incluído nas disposições do Convênio ICMS 181/17, de 23 de novembro de 2017.

Cláusula segunda A cláusula primeira do Convênio ICMS 181/17 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe autorizados a dilatar o prazo de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, até o último dia do terceiro mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 23, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Publica Ajuste SINIEF 01/21 aprovado na 180ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 08.04.2021.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 35, 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 180ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 8 de abril de 2021, foi celebrado o seguinte ato normativo:

AJUSTE SINIEF 01/21, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre o tratamento diferenciado aplicável aos contribuintes do ICMS para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas ao processamento de gás natural.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na 180ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Brasília, DF, no dia 08 de abril de 2021, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira Este ajuste dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido aos contribuintes do Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicação - ICMS - para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas ao processamento de gás natural.

Parágrafo único. O tratamento diferenciado disposto no caput aplica-se aos autores da encomenda e industrializadores localizados nos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Cláusula segunda Para efeitos deste ajuste, considera-se:

I - autor da encomenda: titular do gás natural não processado, que exerça atividade de extração de petróleo e gás natural, classificada sob o código 0600-0/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), e contrata o processamento de gás natural junto ao industrializador detentor de autorização outorgada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para operar instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural;

II - contrato de industrialização por encomenda: instrumento que define as condições pelas quais o agente autorizado a atuar como industrializador realiza, no seu complexo industrial, o processamento de gás natural ou suas frações, a partir de insumos remetidos pelo autor da encomenda;

III - derivados de gás natural: produtos decorrentes do fracionamento do gás natural, tais como gás natural processado, os derivados líquidos de gás natural, bem como outras correntes de produtos disponibilizados no estado líquido ou no estado gasoso;

IV - derivados líquidos de gás natural: produtos decorrentes do processamento do gás natural normalmente apresentados em sua forma líquida, tais como:

a) gás liquefeito de petróleo (GLP/GLGN);

b) fração de C5+ (gasolina natural);

c) líquidos de gás natural (LGN);

d) outras correntes de mistura de derivados ou componentes puros, conforme o caso;

V - fator de conversão energético: 1 MMBtu (um milhão de British Termal Unit) corresponde a 251995,8 Kcal (duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e cinco e oito décimos de quilocalorias);

VI - gás combustível: a quantidade de gás natural. Convertido em unidade de energia necessária e efetivamente consumida nos equipamentos da unidade de processamento de gás natural (UPGN) durante o processo de industrialização como insumo, apurado a cada período de competência, adquirido pelo industrializador do autor da encomenda por meio de contratos de compra e venda de gás natural;

VII - gás natural não processado: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, cuja composição poderá conter gases úmidos, secos e residuais, que não tenha passado pelo processamento;

VIII - gás natural processado: gás natural nacional ou importado que tenha passado pelo processamento e cuja qualidade atenda as especificações da regulamentação pertinente;

IX - gasoduto de escoamento da produção: dutos integrantes das instalações de produção destinados à movimentação de gás natural desde os poços produtores até as UPGN ou unidades de liquefação;

X - industrializador ou processador de gás natural: pessoa jurídica ou consórcio a quem foi outorgada pela ANP autorização para o processamento do gás natural não processado nas UPGN;

XI - industrializador-usuário: empresa ou consórcio de empresas que atua, concomitantemente, como titular e usuária da UPGN para o processamento de gás natural;

XII - insumos remetidos pelo autor da encomenda: quaisquer bens ou mercadorias utilizados no processamento, tal como o gás natural não processado;

XIII - poder calorífico superior médio (PCS): compreende a média ponderada dos valores de poder calorífico superior medidos, expressa na unidade de Kcal\m³ (quilocalorias por metro cúbico);

XIV - ponto de entrada: ponto na interconexão entre o gasoduto de escoamento e a UPGN, no qual o gás natural não processado é medido e entregue ao industrializador pelo autor da encomenda ou por terceiro por conta e ordem do autor da encomenda;

XV - ponto de saída: ponto na interconexão entre a UPGN e gasodutos e oleodutos que movimentam derivados de gás natural ou a estação de carregamento do modal de transporte alternativo ao dutoviário, no qual os derivados de gás natural são medidos e entregues pelo industrializador ao autor da encomenda ou ao terceiro por conta e ordem do autor da encomenda;

XVI - processamento: atividade realizada pelo industrializador que consiste nas etapas de tratamento do gás natural não processado para remoção de contaminantes ou impurezas e fracionamento (separação dos componentes do gás natural não processado), para permitir o transporte, distribuição e utilização do gás natural processado e dos derivados líquidos de gás natural no mercado;

XVII - quantidade programada: a quantidade de derivados de líquidos de gás natural que tenha sido programada mensalmente, pelo industrializador, para retirada no respectivo ponto de saída pelo autor da encomenda;

XVIII - unidade de processamento de gás natural (UPGN): unidade industrial que objetiva separar as frações existentes no gás natural, gerando derivados, tais como gás natural processado, GLP/GLGN, fração C5+ e LGN;

XIX - usuário do sistema de escoamento: sociedade empresária ou consórcio que detenha ou tenha detido a titularidade do gás natural não processado e que faça uso capacidade de gasoduto de escoamento de produção imediatamente conectado a um ponto de entrada do estabelecimento industrializador.

Cláusula terceira A emissão das notas fiscais eletrônicas (NF-e), modelo 55, para acobertar as operações de que trata este ajuste será realizada com base nas quantidades medidas de gás natural não processado e de derivados de gás natural nos pontos de entrada e de saída da UPGN, respectivamente.

Parágrafo único. Além dos demais requisitos previstos na legislação, as NF-e de que trata o caput serão emitidas observando-se os seguintes procedimentos:

I - na entrada do gás natural não processado na UPGN:

a) no campo "informações complementares de interesse do contribuinte" das NF-e deverão ser indicados, claramente, o volume medido, em m³ (metro cúbico), a quantidade de energia medida em MMBtu, e o PCS, devendo as informações serem apresentadas no seguinte formato: Ajuste SINIEF XXX/XX, m³: XXX, MMBtu: XXX e PCS: XXXX, onde:

1. M³: metros cúbicos medidos;
2. MMBtu: unidade de energia correspondente à 251995,8 Kcal;
3. PCS: o poder calorífico superior médio com 4 (quatro) casas decimais;

b) o relatório a que se refere o Capítulo II deverá dispor da quantidade de gás natural não processado em unidade de energia (MMBtu), aplicando-se o fator de conversão energético, e o seu volume em m³ (metros cúbicos);

c) o valor do gás natural não processado remetido para industrialização, nos termos deste ajuste, corresponderá ao valor apurado pelo autor da encomenda com base na média ponderada dos preços de referência adotados para o cálculo das participações governamentais (royalties e outras participações), convertido em R$/MMBtu aplicando-se o poder calorífico superior e o fator de conversão energético, conforme divulgação mais recente da ANP, relativos aos campos de produção de origem de tal gás natural não processado;

II - na saída do gás natural processado da UPGN:

a) no campo "informações complementares de interesse do contribuinte das NF-e deverão ser indicados, claramente, o volume medido, em m³ (metro cúbico), a quantidade de energia medida em MMBtu, e o PCS, devendo as informações serem apresentadas no seguinte formato: Ajuste SINIEF XXX/XX, m³: XXX, MMBtu: XXX e PCS: XXXX, onde:

1. M³: metros cúbicos medidos;
2. MMBtu: unidade de energia correspondente à 251995,8 Kcal;
3. PCS: o poder calorífico superior médio com 4 (quatro) casas decimais;

b) o relatório a que se refere o Capítulo II deverá dispor da quantidade de gás natural processado em unidade de energia (MMBtu), aplicando-se o fator de conversão energético, e o seu volume em m³ (metros cúbicos);

III - na saída dos derivados líquidos de gás natural da UPGN, tratando-se de:

a) gás liquefeito de petróleo (GLP/GLGN):

1. no campo "informações complementares de interesse do contribuinte" das NF-e deverão ser indicados, claramente, a quantidade de energia medida, em MMBtu, e o PCS, devendo as informações serem apresentadas no seguinte formato: Ajuste SINIEF XXX/XX, MMBtu: XXX e PCS: XXXX, onde:

1.1. MMBtu: unidade de energia correspondente à 251995,8 Kcal;

1.2. PCS: o poder calorífico superior médio com 4 (quatro) casas decimais;

2. o relatório a que se refere o Capítulo II, deverá dispor das quantidades de gás liquefeito de petróleo (GLP/GLGN) em unidade de energia e em toneladas (ton);

b) fração de C5+ (gasolina natural):

1. no campo "informações complementares de interesse do contribuinte" das NF-e deverão ser indicados, claramente, a quantidade de energia medida, em MMBtu, e o PCS, devendo as informações serem apresentadas no seguinte formato: Ajuste SINIEF XXX/XX, MMBtu: XXX e PCS: XXXX, onde:

1.1. MMBtu: unidade de energia correspondente à 251995,8 kcal;

1.2. PCS: o poder calorífico superior médio com 4 (quatro) casas decimais;

2. o relatório a que se refere o Capítulo II deverá dispor das quantidades de fração de C5+ (gasolina natural) em unidade de energia e em m³ (metros cúbicos);

c) líquido de gás natural (LGN):

1. no campo "informações complementares de interesse do contribuinte" das NF-e deverão ser indicados, claramente, a quantidade de energia medida, em MMBtu, e o PCS, devendo as informações serem apresentadas no seguinte formato: Ajuste SINIEF XXX/XX, MMBtu: XXX e PCS: XXXX, onde:

1.1. MMBtu: unidade de energia correspondente à 251995,8 kcal;

1.2. PCS: o poder calorífico superior médio com 4 (quatro) casas decimais;

2. o relatório a que se refere o Capítulo II deverá dispor das quantidades de LGN em unidade de energia e em toneladas (ton).

Cláusula quarta Para fins da definição das operações a que se refere este ajuste, será considerada a localização dos estabelecimentos autor da encomenda e industrializador, ainda que a remessa das mercadorias seja realizada de outro ou para outro estabelecimento, conforme disposto nas cláusula nona e seguintes desde ajuste.

CAPÍTULO II

CONTROLE DE ESTOQUE DE GÁS NATURAL NÃO PROCESSADO, DE GÁS NATURAL PROCESSADO E DOS DERIVADOS LÍQUIDOS DE GÁS NATURAL

Cláusula quinta O industrializador enviará mensalmente às administrações tributárias um relatório de controle de estoque da industrialização por encomenda do gás natural não processado, do gás natural processado e de cada derivado líquido de gás natural, incluindo as quantidades de derivados líquidos de gás natural objeto de operações de mútuo, conforme modelo estabelecido no Anexo I deste ajuste.

Cláusula sexta O usuário do sistema de escoamento enviará mensalmente às administrações tributárias um relatório de controle da quantidade de gás natural não processado objeto de escoamento de acordo com cada campo de produção, ponto de entrada e ponto de saída do gasoduto de escoamento, incluindo as quantidades objeto de operações de mútuo perante outros usuários do sistema de escoamento, conforme modelo estabelecido no Anexo II deste ajuste.

CAPÍTULO III

NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DE ENTRADA E SAÍDA SIMBÓLICAS DOS DERIVADOS LÍQUIDOS DE GÁS NATURAL

Cláusula sétima O autor da encomenda emitirá, no 1º (primeiro) dia útil de cada período de apuração, NF-e relativa à entrada simbólica de derivados líquidos de gás natural, sem destaque do imposto, contendo os seguintes dados, dentre outros previstos na legislação tributária:

I - como destinatário, o próprio autor da encomenda;

II - como natureza da operação, "entrada simbólica de retorno de industrialização por encomenda";

III - no campo código fiscal de operações e prestações (CFOP), o código "1.949", relativo a outras entradas de mercadoria ou prestações de serviço não especificados.

§ 1° A quantidade de cada derivado líquido de gás natural indicada na NF-e corresponderá à quantidade programada indicada pelo industrializador como resultado do processamento.

§ 2° Caso o autor da encomenda identifique, ao longo do período de apuração, que a quantidade de qualquer derivado líquido de gás natural constante na NF-e mencionada no caput é insuficiente para acobertar as saídas realizadas, este emitirá NF-e complementar.

§ 3º A NF-e complementar de que trata o § 2º deverá corresponder à quantidade proporcional de cada derivado líquido de gás natural resultante do processamento.

§ 4º O disposto nesta cláusula aplica-se também ao estabelecimento do industrializador-usuário localizado na UPGN.

Cláusula oitava O autor da encomenda emitirá, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período de apuração, NF-e relativa à saída simbólica, para anular a entrada simbólica, a que se refere a cláusula sétima deste ajuste, sem destaque do imposto, contendo os seguintes dados, dentre outros previstos na legislação tributária:

I - como destinatário, o próprio autor da encomenda;

II - como natureza da operação, "saída simbólica de produto recebido em industrialização por encomenda";

III - no campo CFOP, o código "5.949", relativo a outras saídas de mercadoria ou prestações de serviço não especificados;

IV - no campo "refNFe" (chave de acesso da NF-e referenciada), a chave de acesso das NF-e de entrada simbólicas.

§ 1º A quantidade de cada derivado líquido de gás natural indicada no referido documento fiscal corresponderá a totalidade do volume constante das NF-e de entrada simbólicas emitidas no início do período de apuração, incluindo eventuais NF-e simbólicas complementares.

§ 2º O disposto nesta cláusula aplica-se também ao estabelecimento do industrializador-usuário localizado na UPGN.

CAPÍTULO IV

PROCEDIMENTO FISCAL NAS REMESSAS DE GÁS NATURAL NÃO PROCESSADO PARA PROCESSAMENTO E NOS RETORNOS DOS PRODUTOS RESULTANTES DA INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA

Cláusula nona O lançamento do imposto incidente na remessa dos insumos e no valor referente a estes na NF-e de retorno de industrialização por encomenda fica suspenso, devendo ser recolhido pelo autor da encomenda englobadamente com o ICMS incidente na saída subsequente dos produtos objeto da industrialização.

Cláusula décima O lançamento do imposto incidente sobre o valor agregado nas operações internas ficará diferido, devendo ser recolhido pelo autor da encomenda englobadamente com o ICMS incidente na saída subsequente dos produtos objeto da industrialização.

Cláusula décima primeira O autor da encomenda emitirá, até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente ao da remessa, NF-e de remessa do gás natural não processado para industrialização por encomenda contendo os seguintes dados, dentre outros previstos na legislação tributária:

I - como destinatário, o industrializador;

II - como natureza da operação, "remessa de gás natural não processado para industrialização por encomenda";

III - no campo CFOP, o código "5.901" ou "6.901", conforme o caso, relativo à remessa para industrialização por encomenda.

Parágrafo único. A quantidade de gás natural não processado indicada na NF-e de que trata esta cláusula corresponderá àquela efetivamente remetida para industrialização por encomenda, medida no ponto de entrada.

Cláusula décima segunda Na hipótese em que o autor da encomenda mandar industrializar mercadoria, com fornecimento de gás natural não processado, adquirido de fornecedor que promover a sua entrega diretamente ao industrializador, observar-se-á o seguinte:

I - o fornecedor deverá:

a) emitir NF-e tendo como destinatário o autor da encomenda, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da remessa, na qual, além dos demais requisitos, constarão o nome do industrializador, o endereço e os números de inscrição estadual e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do estabelecimento do industrializador em que os produtos serão entregues, bem como a circunstância de que se destinam a industrialização;

b) efetuar, nessa NF-e, o destaque do valor do imposto, se devido;

c) emitir NF-e, sem destaque do valor do imposto, para o industrializador, na qual constarão, além dos demais requisitos, o número, a série, a data da emissão da NF-e referida na alínea "a", o nome, o endereço e os números de inscrição estadual e no CNPJ, do adquirente, por cuja conta e ordem a mercadoria será industrializada;

II - o autor da encomenda deverá emitir, até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente ao da remessa, NF-e relativa à remessa simbólica tendo como destinatário o industrializador, sem destaque do valor do imposto, mencionando, além dos demais requisitos, a chave de acesso da NF-e referenciada do documento fiscal emitido nos termos da alínea "a" do inciso I.

Parágrafo único. O fornecedor fica dispensado da emissão da NF-e de que trata a alínea "c" do inciso I, desde que conste na NF-e a que se refere a alínea "a" do inciso I, o nome do industrializador, o endereço e os números de inscrição estadual e no CNPJ do estabelecimento do industrializador.

Cláusula décima terceira Em relação ao gás natural processado e aos derivados líquidos de gás natural, o industrializador emitirá, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da remessa, NF-e de retorno da industrialização por encomenda em observância do disposto na cláusula terceira deste ajuste, contendo os seguintes dados, dentre outros previstos na legislação tributária:

I - como destinatário, o autor da encomenda;

II - como natureza da operação, "retorno de industrialização por encomenda de gás natural não processado";

III - a quantidade de gás natural não processado efetivamente objeto da industrialização por encomenda relacionado aos produtos processados que tenham saído do estabelecimento industrializador, conforme medição realizada no ponto de saída, e também relacionado ao gás combustível;

IV - no campo CFOP, os códigos "5.902", "6.902", "5.903", "6.903", "5.925", "6.925", "5124", "6124", "5125" ou "6125" conforme o caso;

V - o valor total do gás não processado e o valor agregado, cobrado do estabelecimento autor da encomenda;

VI - no campo "refNFe", as chaves de acesso das NF-e mencionadas na cláusula décima primeira e no inciso II da cláusula décima segunda deste ajuste, referentes à remessa para industrialização.

§ 1° O industrializador poderá cumprir o disposto nesta cláusula pela emissão de duas NF-e, sendo uma destinada ao retorno do gás natural não processado recebido para industrialização por encomenda, e outra para a cobrança do valor agregado, ambas referenciando em campo próprio a chave de acesso da NF-e de remessa para industrialização por encomenda.

§ 2º O relatório a que se refere o Capítulo II deverá dispor da quantidade de cada derivado de gás natural em unidade de energia (MMBtu), aplicando-se o fator de conversão energético, e a respectiva quantidade em sua unidade de medida original, massa ou volume, conforme o caso.

Cláusula décima quarta Na remessa de derivados líquidos de gás natural resultantes do processo de industrialização que, por conta e ordem do autor da encomenda, for efetuada pelo estabelecimento industrializador diretamente ao estabelecimento que os tenha adquirido, observar-se-á o seguinte:

I - o autor da encomenda deverá:

a) emitir no momento da saída da mercadoria, tendo como destinatário o adquirente, NF-e para acompanhar o trânsito da mercadoria, se aplicável, na qual, além dos demais requisitos previstos neste ajuste, constarão a data efetiva da saída da mercadoria, o nome do estabelecimento, o endereço e as inscrições, estadual e no CNPJ, do estabelecimento industrializador que irá promover a remessa das mercadorias ao adquirente;

b) efetuar, na NF-e indicada na alínea "a", o destaque do valor do imposto, se devido;

II - o estabelecimento industrializador deverá referenciar no campo "refNFe" da NF-e de que trata a cláusula décima terceira deste ajuste todas as chaves de acesso das NF-e de que trata o inciso I.

Parágrafo único. O disposto nesta cláusula aplica-se, também, às remessas feitas pelo estabelecimento industrializador a outro estabelecimento pertencente ao autor da encomenda.

Cláusula décima quinta Nas vendas de derivados líquidos de gás natural a serem transportados pelo modal dutoviário a partir da UPGN, sem prejuízo do disposto nas cláusulas antecedentes, observar-se-á o seguinte:

I - o autor da encomenda deverá:

a) emitir, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da operação, NF-e de venda para o estabelecimento adquirente, na qual, além dos demais requisitos previstos neste ajuste, constarão os dados do estabelecimento industrializador;

b) efetuar, na NF-e indicada na alínea "a", o destaque do valor do imposto, se devido;

II - o estabelecimento industrializador deverá referenciar no campo "refNFe" da NF-e de que trata a cláusula décima terceira deste ajuste, todas as chaves de acesso das NF-e de que trata o inciso I.

Parágrafo único. O disposto nesta cláusula aplica-se também ao estabelecimento do industrializador-usuário localizado na UPGN.

Cláusula décima sexta Nas vendas de gás natural processado a ser movimentado a partir da UPGN por gasoduto, sem a prestação de serviço de transporte, observar-se-á o seguinte:

I - o autor da encomenda deverá:

a) emitir, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da operação, NF-e de venda para o estabelecimento adquirente, na qual, além dos demais dados previstos neste ajuste, constarão os dados do estabelecimento industrializador;

b) efetuar, na NF-e indicada na alínea "a", o destaque do valor do imposto, se devido;

II - o estabelecimento industrializador deverá referenciar no campo "refNFe" da NF-e de que trata a cláusula décima terceira deste ajuste todas as chaves de acesso das NF-e de que trata o inciso I.

§ 1º Às operações realizadas pelo industrializador, pelo autor da encomenda e pelo adquirente do gás natural processado aplica-se, no que couber, relativamente ao transporte e as vendas de gás, as regras previstas no Ajuste SINIEF 03/18, de 03 de abril de 2018.

§ 2º O disposto nesta cláusula aplica-se também ao estabelecimento do industrializador-usuário localizado na UPGN.

CAPÍTULO V

DOS MÚTUOS DE GÁS NATURAL NÃO PROCESSADO E DE DERIVADOS LÍQUIDOS DE GÁS NATURAL

Cláusula décima sétima As operações de mútuo de gás natural não processado se destinam a compatibilizar as quantidades alocadas aos autores da encomenda, pelo processador no ponto de entrada, com as quantidades efetivamente remetidas, informadas pelos usuários do sistema de escoamento.

Parágrafo único. Os usuários do sistema de escoamento serão responsáveis pelo controle da quantidade mutuada no relatório de que trata a cláusula sexta deste ajuste (Anexo II).

Cláusula décima oitava As operações de mútuo de derivados líquidos de gás natural se destinam exclusivamente a viabilizar a melhor eficiência logística da UPGN e a formação de lotes de expedição dessas mercadorias, sendo praticadas pelos autores da encomenda e pelo industrializador-usuário.

Parágrafo único. O industrializador será responsável pelo controle da quantidade mutuada entre os autores da encomenda e o próprio industrializador-usuário, conforme cláusula quinta deste ajuste (Anexo I).

Cláusula décima nona As operações de mútuo de que trata este capítulo serão resolvidas mediante a devolução do mesmo tipo de mercadoria objeto da operação de mútuo ou pela sua conversão em operação de venda, sendo vedada a devolução de outro tipo de mercadoria pelo mutuário ao mutuante.

Cláusula vigésima Nas operações de que trata este capítulo deverão ser observados os seguintes procedimentos, independentemente da celebração de contrato formal:

I - o mutuante emitirá NF-e ao mutuário, com base no saldo líquido mensal mutuado indicando como natureza de operação "Operação de mútuo", utilizando no campo CFOP os códigos "5.949" ou "6.949", conforme o caso;

II - o mutuário emitirá NF-e ao mutuante, com base no saldo líquido mensal mutuado indicando como natureza de operação "Devolução de operação de mútuo" utilizando no campo CFOP os códigos "5.949" ou "6.949", conforme o caso, fazendo constar no campo "refNFe" a chave da NF-e de que trata o inciso I.

§ 1º A NF-e do saldo de mútuo ou de devolução do saldo do mútuo apurado ao término de cada mês será emitida até o 5º (quinto) dia do mês subsequente com o destaque do imposto devido.

§ 2º Para fins de emissão da NF-e de que trata o inciso I do caput, a base de cálculo corresponderá ao montante do saldo líquido efetivamente mutuado entre as partes.

§ 3º A base de cálculo a que se refere o § 2° é o valor da operação, subsidiariamente, observar-se-á o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula vigésima primeira A fruição do tratamento diferenciado previsto neste ajuste é condicionada ao credenciamento dos autores da encomenda e dos industrializadores junto às suas respectivas unidades federadas por meio de manifestação expressa do contribuinte às Secretarias Estaduais de Economia, Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação das unidades federadas relacionadas.

§ 1º Ato COTEPE/ICMS divulgará a relação dos contribuintes credenciados, por unidade federada, observado o seguinte:

I - a administração tributária de cada unidade federada comunicará à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária (SE-CONFAZ), a qualquer momento, a inclusão ou exclusão dos referidos contribuintes, e esta providenciará a publicação do ato COTEPE/ICMS no Diário Oficial da União e disponibilização no sítio eletrônico do CONFAZ;

II - o ato COTEPE/ICMS deve conter, no mínimo: Razão Social, número CNPJ e a unidade federada do domicílio fiscal do contribuinte.

§ 2º O cumprimento das obrigações dos contribuintes credenciados, na forma desse ajuste, aplicar-se-á a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação do ato COTEPE/ICMS.

Cláusula vigésima segunda Observados os prazos para emissão de documentos fiscais especificados neste ajuste, a escrituração dos referidos documentos fiscais deverá ser feita de acordo com a competência respectiva para cada fato gerador.

Cláusula vigésima terceira Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Presidente do CONFAZ - Waldery Rodrigues Junior, em exercício; Secretário da Receita Federal do Brasi - José Barroso Tostes Neto, Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

ANEXO I

MODELO DE RELATÓRIO DE CONTROLE DE ESTOQUE DE GÁS NATURAL NÃO PROCESSADO, GÁS NATURAL PROCESSADO E DOS DERIVADOS LÍQUIDOS DE GÁS NATURAL DO INDUSTRIALIZADOR

(Ajuste SINIEF 01/21, cláusula quinta)

LOGO	Nome / Razão Social		CONTROLE DE ESTOQUE DE GÁS NATURAL NÃO PROCESSADO, DE GÁS NATURAL PROCESSADO E DOS DERIVADOS LÍQUIDOS DE GÁS NATURAL								
	CNPJ										AJUSTE SINIEF XX/XXXX - ANEXO I
	Endereço										COMPETÊNCIA: XX/XXXX
	Inscrição Estadual										
CONTRATANTE			CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	TOTAL
SALDO INICIAL	LGN	MMBTU									
		TON									
	GLP	MMBTU									
		TON									
	C5+	MMBTU									
		M³									
	TOTAL (I)	MMBTU									
RECEBIMENTOS	GÁS NATUAL NÃO PROCESSADO	MMBTU									
		M³									
	TOTAL (II)	MMBTU									
RETIRADAS	GÁS NATURAL NÃO PROCESSADO	MMBTU									
		M³									
	GÁS NATURAL PROCESSADO	MMBTU									
		M³									
	LGN	MMBTU									
		TON									
	GLP	MMBTU									
		TON									
	C5+	MMBTU									
		M³									
	GÁS COMBUSTÍVEL	MMBTU									
		M³									
	TOTAL (III)	MMBTU									
MÚTUOS	LGN	MMBTU									
		TON									
	GLP	MMBTU									
		TON									
	C5+	MMBTU									
		M³									
	TOTAL (IV)	MMBTU									
SALDO FINAL	LGN	MMBTU									
		TON									
	GLP	MMBTU									
		TON									
	C5+	MMBTU									
		M³									
	TOTAL (V)	MMBTU									
DIFERENÇAS OPERACIONAIS (V + III) - (IV+ II + I)											

SALDO INICIAL (I)	MUTUANTE		MUTUÁRIA		PRODUTO	QUANTIDADE MMBTU
	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	RAZÃO SOCIAL		
INICIO	A		B		GLP	
INICIO	A		C		GLP	

INICIO	D		A		GLP	
INICIO	B		D		GLP	
INICIO	B		A		GLP	
INICIO	C		A		GLP	
INICIO	A		D		GLP	
INICIO	D		B		GLP	
MÚTUOS (II)	MUTUANTE		MUTUÁRIA		PRODUTO	QUANTIDADE MMBTU
	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	RAZÃO SOCIAL		
01/07/2020	B		A		GLP	
01/07/2020	C		A		GLP	
01/07/2020	D		A		GLP	
01/07/2020	D		B		GLP	
02/07/2020	A		B		GLP	
02/07/2020	C		A		GLP	
02/07/2020	A		D		GLP	
02/07/2020	B		D		GLP	
OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA (III)	MUTUANTE		MUTUÁRIA		PRODUTO	QUANTIDADE MMBTU
	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	RAZÃO SOCIAL		
01/07/2020	B		A		GLP	
01/07/2020	C		A		GLP	
01/07/2020	D		A		GLP	
01/07/2020	D		B		GLP	
02/07/2020	A		B		GLP	
02/07/2020	C		A		GLP	
02/07/2020	A		D		GLP	
02/07/2020	B		D		GLP	
SALDO FINAL (IV) = (II + I - III)	MUTUANTE		MUTUÁRIA		PRODUTO	QUANTIDADE MMBTU
	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	RAZÃO SOCIAL		
FINAL	A		B		GLP	0
FINAL	A		C		GLP	0
FINAL	D		A		GLP	0
FINAL	B		D		GLP	0
FINAL	B		A		GLP	0
FINAL	C		A		GLP	0
FINAL	A		D		GLP	0
FINAL	D		B		GLP	0
MÚTUOS	MUTUANTE		MUTUÁRIA		PRODUTO	QUANTIDADE MMBTU
	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	RAZÃO SOCIAL		
MÚTUO MÊS	A		B		GLP	0
MÚTUO MÊS	A		C		GLP	0
MÚTUO MÊS	D		A		GLP	0
MÚTUO MÊS	B		D		GLP	0
MÚTUO MÊS	B		A		GLP	0
MÚTUO MÊS	C		A		GLP	0
MÚTUO MÊS	A		D		GLP	0
MÚTUO MÊS	D		B		GLP	0

ANEXO II

MODELO DE RELATÓRIO DE CONTROLE DE ESTOQUE DE GÁS NATURAL NÃO PROCESSADO DO USUÁRIO DO SISTEMA DE ESCOAMENTO

(Ajuste SINIEF 01/21, cláusula sexta)

CAMPO	PLATAFORMA	ESTADO	EST. INICIAL	EXPORTAÇÕES	RETIRADAS	EST. FINAL CALCULADO	DIFERENÇAS OPERACIONAIS	OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA	OPERAÇÕES DE MÚTUO	REMESSA PARA INDUSTRIALIZAÇÃO
			MMBTU	MMBTU	MMBTU	MMBTU	MMBTU		MMBTU	MMBTU
ABC	FPSO 1									
	FPSO 2									
	TOTAL									
GHI	FPSO 3									
	FPSO 4									
	FPSO 5									
	FPSO 6									
	FPSO 7									
	FPSO 8									
	FPSO 9									
	FPSO 10									
	FPSO 11									
	TOTAL									
XYZ	FPSO 12									
	FPSO 13									
	TOTAL									
	TOTAL									

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

Na coluna "FAIXA 4" na tabela da cláusula primeira do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 01/21, DE 21 DE JANEIRO DE 2021, 6º TERMO ADITIVO - ACORDO DE COOPERAÇÃO 01/2018 - SVBA, DE 15 DE AGOSTO DE 2018, publicado no DOU de 28 de janeiro de 2021, Seção 1, página 48, onde se lê: "1.500.000 9.999.999", leia-se: "1.500.000 2.999.999".

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA SEPRT/ME Nº 4.094, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência de que trata o art. 28 da Portaria GME n° 406, de 8 de dezembro de 2020, publicada no DOU de 9 de dezembro de 2020, seção 1, páginas 220/223 - (Processo nº 10132.100181/2021-64), resolve

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de abril de 2021, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de março de 2021;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,003300 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de março de 2021 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de março de 2021; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,008600.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de abril de 2021, serão efetuadas mediante a aplicação do índice de 1,008600.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social, página "Legislação da Previdência Social".

Art. 6º O Ministério da Economia, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 9 DE ABRIL DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, em cumprimento à Decisão Judicial (14568783), Ação Civil Coletiva nº 0000596-44.2018.5.10.0003, procedente da 3ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, TRT da 10ª Região; com fundamento na NOTA TÉCNICA SEI Nº 15874/2021/ME (14870513), resolve, EXCLUIR os comerciários de consórcios e de concessionários de veículos da representação de 2º grau relativamente aos municípios de Porto Alegre, Alvorada, Guaíba, Eldorado do Sul, Barra do Ribeiro, Charqueadas, Arroio dos Ratos, São Gabriel e São Jerônimo e Região, da REPRESENTAÇÃO (CATEGORIA) da FENATRACON - Federação Nacional dos Trabalhadores em Concessionárias de Veículos, Empregados e Vendedores em Administradoras de Consórcios, Processo de Registro Sindical nº 46000.006460/2017-07 - SC19412 (14870927), CNPJ: 28.373.958/0001-47 (14870929).

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na Nota Técnica SEI nº 15485/2021/ME (SEI 14815843), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINDIFABRA/ES - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE RAÇÃO ANIMAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46207.004001/2017-64, CNPJ: 25.118.769/0001-30; e SNAA - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL (impugnante), CNPJ nº 62.803.127/0001-04, Impugnação nº 19964.102449/2021-84; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na Nota Técnica SEI nº 15501/2021/ME (SEI 14818618), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE CONFRESA - MT - SINTRAMM (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46210.002044/2018-37, CNPJ: 31.895.144/0001-87; e SINTRAMAB - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Água Boa, Estado de Mato Grosso (impugnante), CNPJ: 24.991.648/0001-35, Impugnação nº 19964.103561/2021-32; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 15527/2021/ME (SEI 14823465), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46213.025918/2012-17, de interesse do Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos Turísticos, Fretamento e Autônomos em Transporte de Turismo, CNPJ 06.078.854/0001-77, nos termos do art. 22, inc. XI c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 14979/2021/ME (14745910), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINDICATO INTERMUNICIPAL DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DA REGIONAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - SINDACS RECÔNCAVO (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46204.013984/2017-50 (SC19592), CNPJ: 28.004.038/0001-51; SINDRACSE - BAHIA - Sindicato Intermunicipal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias dos Municípios de Valença, Aratuípe, Jaguaripe, Nazaré, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Muniz Ferreira e Presidente Tancredo Neves (impugnante 1), CNPJ: 15.612.684/0001-50, impugnação 19964.102333/2021-45; SINDVALE- BAHIA - Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos de Matuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Cravolândia, Laje, São Miguel das Matas, Elisio Medrado, Lajedo do Tabocal, Itiriçu e Maracás - Bahia (impugnante 2), CNPJ: 08.807.309/0001-08, impugnação 19964.102330/2021-10; SINSPUMUR/BA - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Recôncavo Baiano (impugnante 3), CNPJ:14.168.653/0001-99, impugnação 19964.103148/2021-78; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, em cumprimento a Portaria 17.593/2020 e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 51445/2020/ME (11818493) resolve: 1) ARQUIVAR as impugnações de nºs 46000.001619/2017-99 e 46312.000830/2017-71, de interesse do SISEM - Sindicato dos Funcionários e Servidores Municipais de Campo Grande/MS, CNPJ: 33.095.142/0001-39, com fundamento na Nota Técnica 394/2017/CGRS/SRT/MTb, publicada no DOU de 23/05/2017, n° 97, Seção 1, pág. 131 e Nota Técnica 863/2017/CGRS/SRT/MTb, publicada no DOU de 26/06/2017, n° 142, Seção 1, pág. 167, respectivamente; 2) DEFERIR o pedido de registro ao Sindicato dos Guardas Municipais do Município de Campo Grande do Estado de MS - SINDGM/CG, CNPJ nº 17.747.843/0001-59, Processo 46312.004237/2014-51 (SC16223), para representar a Categoria Profissional a Guarda Municipal instituída e criado pela Lei Municipal de nº 2.749, de 10 de Agosto de 1990 e organizada pela Lei Municipal de nº 4.520, de 19 de Setembro de 2007, em cujo quadro de pessoal mantém vínculo funcional direto com a respectiva Administração Pública Municipal, com abrangência municipal e base territorial no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 21, inciso "II", da Portaria 17.593/2020. 3) E para fins de Anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: Excluir a categoria Guarda Municipal instituída e criado pela Lei Municipal de nº 2.749, de 10 de Agosto de 1990 e organizada pela Lei Municipal de nº 4.520, de 19 de Setembro de 2007, em cujo quadro de pessoal mantém vínculo funcional direto com a respectiva Administração Pública Municipal das seguintes entidades: A) UNIAO NACIONAL DOS SERVIDORES PUBLICOS CIVIS DO BRASIL-UNSP/SINDICATO NACIONAL, CNPJ nº 33.721.911/0001-67, processo n° 24000.004348/89-11; B) SISEM - Sindicato dos Funcionários e Servidores Municipais de Campo Grande/MS, CNPJ: 33.095.142/0001-39, processo 24240.000570/90-29; tudo nos termos do art. 24 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 16162/2021/ME (14903718), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Processamento de Dados e de Informática do Oeste de Santa Catarina, CNPJ n°. 11.181.354/0001-04 (impugnado), processo de pedido de registro n° 46220.004573/2009-65 (SC06525); e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Santa Catarina-SINDPD/SC, CNPJ n° 79.831.442/0001-30, impugnação n° 46000.008650/2010-84); para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, c/c o art. 47 da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 9 DE ABRIL DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 55158/2021/ME, respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alto Feliz, CNPJ 10.472.878/0001-83, Processo nº 46218.008872/2015-66, para a apresentação no prazo de 20 (vinte) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido Ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, incisos I e XI, da Portaria 17.593/2020. A notificação poderá ser consultada mediante "consulta pública de processos" acessando o link do Ministério da Economia sei.economia.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 7959/2021/ME (SEI nº 13834760), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.101040/2021-41, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Fabricação do Açúcar e do Álcool de Rio Brilhante/MS - STIFAARB, CNPJ nº 33.752.338/0001-59, para representação da categoria dos trabalhadores nas indústrias e agroindústrias da fabricação do açúcar, álcool e biocombustível em geral: etanol, biodiesel e lubrificantes biofabricados; produtos químicos para fins industriais; preparação de óleos vegetais e animais (não consumíveis pelo ser humano); perfumaria

e artigos de toucador; resinas sintéticas; sabão e velas; explosivos; tintas e vernizes; fósforos; adubos e corretivos agrícolas; defensivos agrícolas; material plástico e reciclagem plástica; matérias primas para inseticidas e fertilizantes; abrasivos; álcalis; lápis, canetas e materiais de escritório; defensivos animais; re-refino de óleos minerais - lubrificantes usados ou contaminados, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Maracaju, Rio Brilhante, Sidrolândia e Vicentina, no Estado Mato Grosso do Sul/MS, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício sei nº 27241/2021/ME (SEI nº 13473008), com fulcro no art. 26, §4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do STIM-MARACAS E REGIAO - Sind dos Trab na Ind de Prospecção e Pesq Extração, Benefic de Vanádio, Bauxita, Márm, Pedreira, de Pirita, Calcário, de Areia, Met Precios e Miner não Metálicos de Maracás Jaguaq Planaltino N Itarana Brejões Milagres Amarg Itiruçu L do Tabocal Irajuba St Inês Cravolandia Itaquara L Coutinho C do Sincorá Iramaia e Jequié - BA, CNPJ nº 22.687.335/0001-62, Processo nº 46204.000167/2017-31, para no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, cumpra as determinações contidas no ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício sei nº 320335 (SEI nº 12554516), com fulcro no art. 26, §4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDITELE-SANTOS - Sindicato Municipal das Empresas Prestadoras de Serviços de Instalação e Manutenção de Sistemas de Redes de Telecomunicações e Prestação de Serviços de Tele-serviços e Tele-atendimento no Município de Santos/ SP, CNPJ nº 11.512.198/0001-09, Processo nº 08015.003361/2019-79, para no prazo de 15 (quinze) dias, para apresentação da GRU referente à taxa da segunda publicação, e no prazo de 30 (trinta) dias, para apresentação da diretoria atualizada, a partir desta publicação, conforme solicitado no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício sei nº 319327/2020/ME (SEI nº 12532076), com fulcro no art. 26, §4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Bandeirantes, CNPJ nº 22.321.155/0001-62, Processo nº 46212.018973/2018-48, para no prazo de 15 (quinze) dias, para apresentação da GRU referente à taxa da segunda publicação, e no prazo de 30 (trinta) dias, para apresentação da diretoria atualizada, a partir desta publicação, conforme solicitado no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 15933/2021/ME (14876927), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.104837/2021-08, de interesse do SINJURIS - SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS DO JUDICIÁRIO ESTADUAL NAS REGIÕES DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, VOTUPORANGA, FERNADÓPOLIS, CATANDUVA, BARRETOS JABOTICABAL, FRANCA, BATATAIS, ITUVERAVA, RIBEIRÃO PRETO, JALES, ARAÇATUBA, DRACENA E ANDRADINA DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ 13.558.843/0001-50, nos termos do art. 22, incisos I e II c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 15690/2021/ME (14842977), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINTICEL UBERABA E REGIÃO - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Pasta de Madeira Para Papel, Papelão, Celulose e Cortiça de Uberaba e Região, CNPJ 23.751.816/0001-52, Processo nº 46242.000102/2016-59, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Papel, Papelão, Cartolina, Cartão e Cortiça; de Pasta de Madeira Para Papel, Papelão, Celulose e Cortiça; Artefatos de Papel Recicláveis e Aparas de Papelão e Cortiça; Fabricação de Embalagens de Papel, Papelão e Cortiça, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de ARAGUARI, ARAPORÃ, ARAXA, CAMPINA VERDE, FRUTAL, ITAPAGIPE, ITUIUTABA, ITURAMA, MONTE CARMELO, PATROCÍNIO, PRATA, SACRAMENTO, UBERABA e UBERLÂNDIA, todos no Estado Minas Gerais, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 36434/2020/ME (10239594), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº n. 46204.006796/2016-94, de interesse do Sindicato dos Produtores Rurais de Maragojipe, CNPJ 22.110.042/0001-18, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, art. 22, inciso I e XI e art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11387/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPIPOCA/CE - SINTRAF ITAPIPOCA, CNPJ 23.991.834/0001-01, Processo 46205.001928/2016-81, para representar a Categoria dos Trabalhadores e as trabalhadoras do município de Itapipoca - Ceará, proprietários ou não incluindo os aposentados ativos e inativos os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensáveis à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme decreto nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Itapipoca, no Estado Ceará/CE, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 15363/2021/ME (SEI 14799298), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária do Sindicato dos Securitários do Pará - SSP, CNPJ n.º 22.980.627/0001-99, Processo n.º 46222.001604/2017-16, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e art. 22, inciso VI c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 15815/2021/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46223.002529/2016-10, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Bequimão-MA, CNPJ 41.498.668/0001-98, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de agricultura familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no Município de Bequimão, no Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 15381/2021/ME , resolve: ARQUIVAR o registro sindical do SINTRAPESCA - Sindicato Municipal dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Bom Principio do Piauí, CNPJ n.º 22.673.840/0001-58, referente ao Processo n.º 46214.004528/2015-38, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e art. 22, inciso VI c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica 15938/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical ao SINDICOMERCIÁRIOS - Sindicato Intermunicipal dos Empregados no Comércio e Serviços de Coxim e Região, CNPJ nº 27.396.982/0001-39, Processo nº 46312.001791/2017-29 (SC 19163), nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica 15432/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 14021.115241/2021-51 (SA05354), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferrovias da Zona Mogiana, CNPJ nº 46.111.811/0001-60 nos termos do art. art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica 15958/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 47999.003042/2017-27 (SC19206), de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PUBLICO MUNICIPAL DE CANAS/SP, CNPJ nº 09.366.752/0001-45, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16065/2021/ME (SEI nº 14893031), resolve: DEFERIR a Alteração Estatutária à FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ - FETIPA, CNPJ nº 04.977.138/0001-04, Processo 46222.000375/2017-12, com abrangência interestadual, nos Estados do Pará e Amapá, para a seguinte representação: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da categoria Indústria, nos termos do art. 21, inciso VI, c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 15968/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n° 46214.003411/2018-80, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO- PIAUI, CNPJ 21.278.729/0001-02, nos termos do art. 22, incisos I e VI e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 15972/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n° 46216.000017/2018-70, de interesse do SINETRER - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS DO ESTADO DE RONDONIA EXCETO PORTO-VELHO, CNPJ 03.174.355/0001-95, nos termos do art. 22, incisos I e VI e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16163/2021/ME (SEI 14903815), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Ativos e Aposentados nas Industrias de Panificação, Açúcar, Sucos Concentrados, Carnes e Derivados, CNPJ nº 39.958.628/0001-30, processo 19964.115897/2020-67, para representar a categoria profissional dos trabalhadores ativos e aposentados nas indústrias de panificação, confeitaria, bolos, bolachas e massas alimentícias, usinas de açúcar, sucos concentrados e liofilizados, nos setores de abrangência frigorifica bovina, suína e avícola, atuantes em câmara fria, estamparia, embutidos, frigoríficos bovinos, suínos e avícolas, desossa, miúdos, moagem embalagem, abate, couros, bucharia, conserva, porcionados, pouches, rotulagem, limpeza, administrativo diverso, setor industrial de meio e fim, cortes, embarque, laboratório, graxaria, manutenção e triparia, com abrangência Municipal e base territorial no município de Colina, no Estado de São Paulo, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na NT 15490/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico da Região Sul de Goiás - SITRAME, CNPJ 12.921.781/0001-36, Processo 46208.002612/2018-49, para representar a Categoria Profissional dos empregados que prestam serviços nas dependências das empresas de Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, contratadas por estas ou por terceiras, e, ainda, daquelas que direta ou indiretamente trabalham na indústria de ferro (siderúrgicas), indústria de trefilação e laminação de metais ferrosos, indústria de fundição, indústria de artefatos de ferro e metais em geral, indústria de serralheria, indústria mecânica, indústria de proteção, tratamento e transformação de superfícies, indústria de máquinas de balanças, pesos e medidas, indústria de cutelaria, indústria de estamparia de metais, indústria de móveis de metal, indústria de construção naval, indústria de materiais e equipamentos rodoviários e ferroviários (compreensiva das empresas industriais fabricantes de carrocerias, para ônibus e caminhões, viaturas, reboques e semirreboques, locomotivas, vagões, carros e equipamentos rodoviários, motocicletas, motonetas, e veículos semelhantes), indústria de artefatos de metais não ferrosos, indústria de geradores de vapor (caldeira e acessórios), indústria de parafusos, porcas rebites e similares, indústria de tratores, caminhões, ônibus e veículos similares, indústria de lâmpadas e aparelhos elétricos de iluminação, indústria de condutores elétricos, trefilação e laminação de metais não ferrosos, indústria de aparelhos elétricos, eletrônicos e similares, indústria de aparelhos de radio transmissão, indústria de peças para automóveis e similares, indústria de construção aeronáutica, indústria de reparação de veículos e acessórios, indústria de funilaria, indústria de forjaria, indústria de refrigeração, aquecimento e tratamento de ar, indústria produtora e de manutenção de elevadores, indústria de preparação de sucata ferrosa e não ferrosa, indústria de artigos e equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares, indústria de informática, indústria de rolhas metálicas, com abrangência intermunicipal e base territorial nos Municípios de Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Castelândia, Cromínia, Edealina, Edéia, Goiatuba, Gouvelândia, Inaciolândia, Indiara, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil e Vicentinópolis, Estado de Goiás, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 46280/2020/ME (SEI 11277305), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46205.003099/2019-14, de interesse do SINDEUS - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EUSÉBIO, CNPJ 73.283.970/0001-15, nos termos do art. 22, inciso XI e art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16016/2021/ME (14886605), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n. 46257.003743/2017-87, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO LOURENÇO DA SERRA, CNPJ 25.116.594/0001-21, no temos do art. 22, inciso VI c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade do processo, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16077/2021/ME (sei 14894079), resolve: DEFERIR o registro sindical ao STTRC - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Canudos- Bahia, CNPJ nº 16.252.157/0001-44, para representar a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares que exercem a atividade dentro da base territorial do Município de Canudos-Bahia, sendo trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto-Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Canudos, Estado da Bahia, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16008/2021/ME (14885753), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.104789/2021-40, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTO JEQUITIBA MG, CNPJ 05.385.812/0001-16, para representação da categoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ativos e inativos: assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, hortifruticultura; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários até dois módulos rurais, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e os aposentados(as) rurais, com abrangência municipal e base territorial no Município de Alto Jequitibá, Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16018/2021/ME (14886999), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.104762/2021-57, de interesse do SINDICATO REGIONAL DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE E AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS DA REGIAO LESTE DE MATO GROSSO, CNPJ 32.284.280/0001-01, nos termos do artigo 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16013/2021/ME (SEI nº 14886204), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46214.002005/2018-08, de interesse do SINTEMO - Sindicato dos Servidores Municipais de Oeiras-PI, CNPJ n.º 11.181.330/0001-47, para representação da categoria dos Trabalhadores em Educação do Município de Oeiras/ PI, conforme art. 24 da Legislação referente à categoria, Lei N° 1.749 de 27 de novembro de 2012, os seguintes servidores: Professor Classe A, II) Professor e Pedagogo Classe B, III) Professor e Pedagogo Classe C, IV) Professor e Pedagogo Classe D, V) Professor e Pedagogo Classe E, e o Cargo de Trabalhador em Educação/Apoio Administrativo que compreende as seguintes classes: I) Apoio Administrativo Classe A (vigia, merendeira, zeladora e motorista),II) Apoio Administrativo Classe B (vigia merendeira, zeladora e motorista), III) Apoio Administrativo Classe C (agente administrativo, vigia, merendeira zeladora e motorista), IV) Apoio Administrativo Classe D (agente administrativo, vigia, merendeira zeladora e motorista), V) Apoio Administrativo Classe E (agente administrativo, vigia, merendeira, zeladora e motorista), VI) Apoio Administrativo Classe F (agente administrativo, vigia, merendeira. zeladora e motorista), com abrangência municipal e base territorial no município de Oeiras, Estado do Piauí, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 15935/2021/ME (14877080), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.104840/2021-13, de interesse do SINDMETAL - SIND DOS TRAB IND MET MEC E DE MAT EL DE CASCAVEL E REG, CNPJ 78.121.845/0001-22, nos termos do art. 22, incisos I e II c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na NT 15990/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Fé de Minas/MG, CNPJ 02.670.864/0001-46, Processo 46551.000362/2016-31, para representar a categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais e hortifruticultura; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários até dois módulos rurais (Decreto 1166/71), posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e os aposentados(as) rurais., com abrangência municipal e base territorial no Município de Santa Fé de Minas, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16063/2021/ME (14892771), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 14021.128219/2021-71, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Pedra Preta - MT, CNPJ n.º 01.856.446/0001-85, nos termos do Artigo 22, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16068/2021/ME (14893307), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.103973/2021-72, de interesse do : SINDICATO DOS REPRESENTANTES, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DAS INDUSTRIAS FARMACEUTICAS DE MOJI MIRIM E MOGI GUACU, CNPJ n.º 22.716.888/0001-04, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria nº 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.019, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.960, de 16 de junho de 2020, que estabelece medidas para redução dos impactos econômicos decorrentes da doença pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19) com relação aos beneficiários do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial de que tratam as Instruções Normativas RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012, e nº 1.612, de 26 de janeiro de 2016.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o incisos III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 89 a 91 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, no § 2º do art. 59 e nos arts. 63 e 92 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e nos arts. 420 a 426 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro, resolve:

Art.1º A Instrução Normativa RFB nº 1.960, de 16 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Os percentuais estabelecidos nos incisos I e II do art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.291, de 2012, e do art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 2016, serão, excepcionalmente, reduzidos em 50% (cinquenta por cento) para os períodos de apuração dos regimes encerrados entre 1º de maio de 2020 e 30 de abril de 2022." (NR)

"Art. 3º Os prazos de vigência do regime ou sua prorrogação previstos no art. 30 da Instrução Normativa RFB nº 1.291, de 2012, e no art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 2016, serão, excepcionalmente, acrescidos em 1 (um) ano no caso de mercadorias admitidas no regime entre o dia 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2021." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.020, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.010, de 24 de fevereiro de 2021, e as Instruções Normativas SRF nº 208, de 27 de setembro de 2002, e nº 81, de 11 de outubro de 2001, para prorrogar, excepcionalmente, prazos relativos à apresentação de declarações e ao recolhimento de créditos tributários apurados, relativamente ao exercício de 2021, ano-calendário 2020.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 14 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 2.010, de 24 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º A Declaração de Ajuste Anual deve ser apresentada no período de 1º de março a 31 de maio de 2021, pela Internet, mediante a utilização:

....." (NR)

"Art. 12. .....

.....

§ 3º .....

I - .....

a) até 10 de maio de 2021, para a quota única ou a partir da 1ª (primeira) quota; e

b) entre 11 de maio e o último dia do prazo previsto no caput do art. 7º, a partir da 2ª (segunda) quota;

....." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa SRF nº 208, de 27 de setembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

.....

§ 12. O prazo para a entrega da Declaração e para o recolhimento do imposto e dos demais créditos tributários de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do caput, originalmente fixado para até 30 de abril de 2021, fica excepcionalmente prorrogado para até 31 de maio de 2021." (NR)

"Art. 11. .....

.....

§ 4º O prazo para a entrega da Declaração e para o recolhimento do imposto e dos demais créditos tributários de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do caput, originalmente fixado para até 30 de abril de 2021, fica excepcionalmente prorrogado para até 31 de maio de 2021." (NR)

Art. 3º A Instrução Normativa SRF nº 81, de 11 de outubro de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 6º .....

.....

§ 5º O prazo para a entrega da Declaração de que trata o caput, originalmente fixado para até 30 de abril de 2021, fica excepcionalmente prorrogado para até 31 de maio de 2021." (NR)

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

PORTARIA RFB Nº 20, DE 5 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre atos administrativos no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, resolve:

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Art. 1º Os atos editados, os despachos proferidos e a correspondência expedida pelas autoridades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) deverão observar o disposto nesta Portaria.

CAPÍTULO II

DOS ATOS DA RFB

Art. 2º São atos administrativos editados no âmbito da RFB:

I - Acórdão;

II - Ato Declaratório Executivo (ADE);

III - Ato Declaratório Interpretativo (ADI);

IV - Auto de Infração (AI);

V - Despacho;

VI - Despacho Decisório (DD);

VII - Informação;

VIII - Instrução Normativa (IN);

IX - Norma de Execução (NE);

X - Nota;

XI - Nota Executiva;

XII - Nota Técnica (NT);

XIII - Notificação de Lançamento (NL);

XIV - Ordem de Serviço (OS);

XV - Parecer;

XVI - Parecer RFB;

XVII - Portaria;

XVIII- Resolução;

XIX - Solução de Consulta (SC);

XX - Solução de Consulta Interna (SCI);

XXI - Solução de Divergência (SD); e

XXII - PORTARIA DE PESSOAL.

§ 1º O disposto no caput não impede a edição de outros atos previstos em legislação específica.

§ 2º A PORTARIA DE PESSOAL a que se refere o inciso XXII do caput é o ato referente a vínculo funcional de agentes públicos nominalmente identificados que guarde relação com os institutos de gestão de pessoas, por disposição legal ou normativa, ou exija registro em assentamento funcional ou sistema de gestão de pessoas.

Art. 3º Os atos normativos serão editados sob a forma de:

I - Portaria;

II - Resolução; ou

III - Instrução Normativa.

Parágrafo único. O disposto no caput não afasta a possibilidade de:

I - uso excepcional de outras denominações de atos normativos por força de exigência legal;

II - edição de Portarias, Resoluções ou Instruções Normativas conjuntas;

III - edição de Portarias de Pessoal; ou

IV - edição de Resoluções de caráter decisório por turmas de julgamento da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJ).

Art. 4º Os atos administrativos que têm por objetivo a interpretação e aplicação de normas ao caso concreto, visando a deferir ou a indeferir uma solicitação, autorizar providências, aferir a determinação e a exigência tributária e solucionar dúvidas sobre a interpretação da legislação tributária são denominados atos decisórios.

§ 1º São considerados atos administrativos decisórios no âmbito da RFB, a Solução de Consulta (SC), a Solução de Divergência (SD), o Despacho Decisório (DD), a Resolução emitida por turma de julgamento da DRJ, o Auto de Infração (AI), a Notificação de Lançamento (NL), o Acórdão e o Ato Declaratório Executivo (ADE), observado quanto a este último o disposto no art. 5º.

§ 2º Os atos administrativos decisórios serão emitidos com observância ao disposto no Anexo IV e deverão conter relatório, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação.

Art. 5º O ADE emitido nos termos do caput do art. 4º terá efeito constitutivo, desde que:

I - contenha base legal para a sua emissão; e

II - seja adotado como razões de decidir o disposto em Parecer, conforme previsto no item 5 (cinco) do Anexo IV.

Parágrafo único. O ADE gerado por meio de sistema informatizado, devidamente explicitado em seu conteúdo os motivos para a sua emissão, prescindirá das formalidades previstas no caput.

CAPÍTULO III

DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Art. 6º A edição, a alteração ou a revogação dos atos normativos de que trata o art. 3º de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados pela RFB será precedida de Análise de Impacto Regulatório (AIR), nos termos do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020.

§ 1º Para fins do disposto no caput, AIR consiste no procedimento, a partir da definição de problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos, que conterá informações e dados sobre seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão.

§ 2º A autoridade responsável pela elaboração do relatório de AIR deverá manifestar-se quanto à sua adequação formal e aos objetivos pretendidos, de modo a demonstrar se a adoção das alternativas sugeridas, considerados os seus impactos estimados, é a mais adequada ao enfrentamento do problema regulatório identificado, observado o disposto no art. 15 do Decreto nº 10.411, de 2020.

Art. 7º No âmbito da RFB, a AIR será realizada somente nos casos de atos normativos que instituam ou modifiquem obrigação acessória, de acordo com os requisitos e metodologias previstos nos art. 6º e 7º do Decreto nº 10.411, de 2020.

Art. 8º A AIR não se aplica aos atos normativos:

I - de natureza administrativa, cujos efeitos sejam restritos ao âmbito da RFB;

II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados;

III - que disponham sobre execução orçamentária e financeira; e

IV - que visem a consolidar outras normas sobre matérias específicas, sem alteração de mérito.

Art. 9º A AIR poderá ser dispensada, desde que haja decisão fundamentada, nas hipóteses de que trata o art. 4º do Decreto nº 10.411, de 2020.

Parágrafo único. Nas hipóteses de que trata o caput, deverão ser observados os procedimentos previstos nos §§ 1º a 3º do art. 4º do Decreto nº 10.411, de 2020, e o disposto no seu art. 12.

CAPÍTULO Iv

DA COMPETÊNCIA PARA EDIÇÃO E DO EMPREGO DOS ATOS

Art. 10. A denominação e a finalidade dos atos de que trata o art. 2º e a autoridade ou unidade administrativa competente para a sua edição são as constantes do Anexo I.

§ 1º Na hipótese de delegação de competência, o ato de delegação deverá ser indicado, conforme o caso, no preâmbulo ou abaixo do nome da autoridade.

§ 2º Não podem ser objeto de delegação de competência:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos; e

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

§ 3º Para edição dos atos de que trata o art. 2º a autoridade ou unidade administrativa deverá observar a competência regimental para sua expedição.

CAPÍTULO V

DO ENCAMINHAMENTO DE ATOS DE COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA RFB

Art. 11. As propostas de Instrução Normativa, Ato Declaratório Interpretativo e Portaria serão acompanhadas de exposição de motivos do titular da unidade proponente e encaminhadas ao Gabinete da RFB por meio de processo digital (e-processo) ou do e-assina.

Parágrafo único. A proposta que tratar de assunto relacionado a 2 (duas) ou mais unidades será elaborada conjuntamente por elas.

CAPÍTULO VI

DAS SIGLAS

Art. 12. As siglas das unidades da RFB, aprovadas em Portaria específica, serão usadas com a observância do princípio de que a primeira referência no texto do ato seja acompanhada de explicitação de seu significado.

CAPÍTULO VIi

DA NUMERAÇÃO DOS ATOS

Art. 13. A numeração dos atos é expressa em algarismos arábicos, sem o numeral 0 (zero) à esquerda, observado o seguinte:

I - os atos terão numeração sequencial específica em cada unidade, iniciando-se nova numeração a cada ano civil, à exceção das Instruções Normativas, das Portarias, das Resoluções de caráter normativo e dos Acórdãos, que serão numerados em ordem sequencial, sem interrupção a cada ano; e

II - em caso de ato conjunto, a numeração será efetuada pela unidade ou pelo órgão da 1ª (primeira) autoridade indicada na autoria.

§ 1º Os atos gerados por meio de sistema informatizado poderão ter numeração sequencial de acordo com o sistema emissor.

§ 2º As Portarias de Pessoal terão numeração sequencial distinta, que se reiniciará a cada ano.

CAPÍTULO VIII

DA ASSINATURA

Art. 14. O nome da autoridade que edita o ato, ou das autoridades no caso de ato conjunto, deve ser indicado depois da parte normativa, centralizado e grafado em letras maiúsculas, sem negrito e com fonte Calibri, corpo 12, precedido do termo "Assinatura digital", centralizado, em itálico e com fonte corpo 11.

§ 1º A denominação do cargo deverá ser indicada abaixo do nome da autoridade somente quando se tratar de ato conjunto ou quando for necessária para identificar as competências nos atos assinados por mais de uma autoridade da RFB.

§ 2º Os atos elaborados e editados eletronicamente serão assinados digitalmente com emprego de certificado digital, emitido no âmbito da RFB por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 3º Na hipótese de ADE eletrônico gerado por sistema informatizado, a assinatura digital de que trata o § 2º poderá ser substituída pela chancela eletrônica, dispensadas as formalidades previstas no caput.

CAPÍTULO IX

DOS MODELOS DE ATOS

Art. 15. Os atos da RFB deverão ser elaborados de acordo com o Manual de Redação e Elaboração de Atos Administrativos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (Marea) e o Manual de Técnica Legislativa (Legisla) aprovados em Portarias específicas.

CAPÍTULO X

DA CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS

Art. 16. As Instruções Normativas e as Portarias que disponham sobre matérias conexas ou afins serão consolidadas para fins de sistematização da legislação.

§ 1º A consolidação consistirá na reunião de todas as Instruções Normativas e de todas as Portarias pertinentes a determinada matéria em um único ato, com a revogação expressa daquelas incorporadas à consolidação.

§ 2º O disposto neste artigo poderá ser aplicado a outros atos, a critério da autoridade competente.

CAPÍTULO XI

DA PUBLICAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DOS ATOS

Art. 17. Deverão ser publicados no Diário Oficial da União (DOU):

I - os seguintes atos:

a) Instrução Normativa;

b) Portaria, exceto quando for de aplicação exclusivamente interna e não afetar interesses de terceiros;

c) Ato Declaratório Interpretativo;

d) Ato Declaratório Executivo, quando tiver sua publicação exigida pela legislação aplicável;

e) Parecer RFB;

f) Resolução, quando tiver caráter normativo; e

g) PORTARIA DE PESSOAL, nos casos previstos no ato referido no § 4º; e

II - o número, o assunto, a ementa e os dispositivos legais de:

a) Solução de Consulta; e

b) Solução de Divergência.

§ 1º Os anexos dos atos referidos no inciso I do caput serão publicados integralmente no DOU.

§ 2º Os atos publicados com incorreção deverão ser retificados mediante publicação no DOU apenas dos tópicos alterados, emendados ou omitidos, com menção aos elementos essenciais a sua identificação, não sendo necessário o uso de signatário.

§ 3º Na hipótese de a incorreção de que trata o § 2º ser de grande extensão e comprometer a essência do ato, este deverá ser republicado.

§ 4º A publicação de atos no DOU observará o disposto na Portaria Imprensa Nacional nº 283, de 2 de outubro de 2018, que dispõe sobre normas para publicação e pagamento de atos no DOU.

Art. 18. Os demais atos serão publicados e divulgados, conforme o caso, no Boletim de Serviço da RFB na Intranet da RFB, em sistemas informatizados específicos ou no site da RFB na Internet, no endereço <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>.

§ 1º A Solução de Consulta Interna da Cosit será divulgada no site da RFB na Internet, no endereço mencionado no caput, conforme estabelecido em portaria específica.

§ 2º A Solução de Consulta e a Solução de Divergência serão divulgadas na Internet, com exceção do número do e-processo, dos dados cadastrais do consulente ou de qualquer outra informação que permita a identificação do consulente e de outros sujeitos passivos.

§ 3º As ementas dos Acórdãos das DRJ serão divulgadas no site da RFB na Internet, no endereço mencionado no caput.

§ 4º Os atos da RFB publicados na Imprensa Nacional que forem divulgados na Internet deverão ter indicação da data do DOU correspondente.

§ 5º Em cada ato constará a indicação do local de publicação, de divulgação e de vigência, nos termos do Anexo II.

CAPÍTULO XII

DOS EXPEDIENTES DE COMUNICAÇÃO OFICIAL DA RFB

Art. 19. Os expedientes de comunicação oficial da RFB são:

I - Ofício; e

II - Mensagem de correio eletrônico.

Parágrafo único. Os expedientes de que trata este artigo observarão as normas do Marea e o disposto no Anexo III.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Ficam revogados os seguintes atos:

I - Portaria RFB nº 1.098, de 8 de agosto de 2013;

II - Portaria RFB nº 1.195, de 26 de agosto de 2013;

III - Portaria RFB nº 1.850, de 19 de dezembro de 2013;

IV - Portaria RFB nº 2.218, de 19 de dezembro de 2014;

V - Portaria RFB nº 500, de 1º de abril de 2016;

VI - Portaria RFB nº 1.454, de 29 de setembro de 2016;

VII - Portaria RFB nº 212, de 20 de fevereiro de 2017;

VIII - Portaria RFB nº 176, de 24 de janeiro de 2020; e

IX - Portaria RFB nº 5.055, de 23 de dezembro de 2020.

Art. 21. Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 15 de abril de 2021.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

ANEXO I

DENOMINAÇÃO E FINALIDADE DOS ATOS DA RFB

Denominação do ato	Competência para editar o ato	Finalidade do ato
Acórdão	Turma de Julgamento das Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJ)	Decidir sobre impugnação e manifestação de inconformidade em matérias de sua competência.
Ato Declaratório Executivo (ADE)	Secretário Especial (*) Subsecretário-Geral Subsecretário Coordenador-Geral Coordenador Especial Superintendente Delegado Auditor-Fiscal da RFB (*) Exceto os ADE de competência privativa do Auditor-Fiscal da RFB	Constituir ou pôr termo a situações individuais em face da legislação tributária e aduaneira, bem como preservar direitos, reconhecer situações preexistentes ou possibilitar seu exercício. Aplica-se especialmente nos casos de: a) reconhecimento ou suspensão de isenção; b) suspensão de imunidade; c) declaração de inaptidão; d) exclusão de regimes tributários especiais; e) exclusão de parcelamentos especiais ou extraordinários; f) concessão de registro especial de fabricantes ou importadores; g) atribuição de códigos de receita ou de agentes arrecadadores; h) divulgação de agenda tributária; i) divulgação de taxas de juros e de câmbio, aplicáveis à matéria tributária; j) divulgação, quando exigida, de extratos de despachos decisórios concessivos; k) outorga de regimes ou recintos aduaneiros; l) classificação de mercadorias; m) denegação e exclusão de tratamento tarifário preferencial; n) aprovação dos manuais e dos leiautes dos arquivos de entrega de dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped); o) aprovação dos leiautes aplicáveis aos campos, registros e arquivos das obrigações acessórias instituídas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB); e p) aprovação de requisitos de funcionalidades, segurança e controle fiscal dos sistemas de fiscalização.
Ato Declaratório Interpretativo (ADI)	Secretário Especial	Interpretar dispositivos da legislação tributária e aduaneira, inclusive correlata, e uniformizar entendimento.
Auto de Infração (AI)	Auditor-Fiscal da RFB	Constituir o crédito tributário.
Despacho	Delegado Inspetor Agente Auditor-Fiscal da RFB Analista Tributário da RFB	Deliberar sobre: a) alteração do débito por meio de revisão que não altere o crédito tributário constituído de ofício ou confessado, a declaração de obrigação acessória, a notificação de lançamento nem o lançamento; e b) alteração de dados cadastrais.
	Demais servidores que atuam no processo, respeitadas suas atribuições em cada caso	Deliberar sobre atividades administrativas distintas das descritas nas alíneas "a" e "b".
Despacho Decisório (DD)	Subsecretário-Geral Superintendente Corregedor Coordenador-Geral Coordenador-Especial Delegado Auditor-Fiscal da RFB	Decidir sobre demandas em matéria de sua competência em geral, em recurso hierárquico e na admissibilidade de consulta sobre a legislação tributária, aduaneira, correlata e classificação de mercadorias e de serviços e de recurso ou representação de divergência entre soluções de consulta.
Informação	Auditor-Fiscal da RFB Analista-Tributário da RFB Demais servidores que atuam no processo, respeitadas suas atribuições em cada caso.	Sistematizar e esclarecer fatos ocorridos no curso do processo; informar resultados de diligências e fornecer dados e informações extraídas de sistemas informatizados. A informação serve de base para a emissão de despachos e pareceres nos autos do processo. Tem natureza narrativa.
Instrução Normativa (IN)	Secretário Especial	Complementar e disciplinar a legislação tributária, aduaneira e correlata relativa aos tributos administrados pela RFB.
Norma de Execução (NE)	Subsecretário Coordenador Coordenador Especial	Estabelecer procedimentos internos para dar cumprimento à legislação tributária, aduaneira, correlata e administrativa.
Nota	Subsecretário Corregedor Coordenador-Geral Coordenador Especial Chefe do Gabinete da RFB Chefe do Cetad Chefe de Assessoria Chefe de Divisão, Seção ou Setor	Prestar informações ou esclarecimentos em matéria tributária, aduaneira, correlata ou administrativa.

Nota Executiva	Servidor demandado a prestar a informação	Apresentar esclarecimentos ou explicações sobre temas e estudos técnicos visando informar e pautar a autoridade solicitante na tomada de decisão. Em linguagem corrente, de forma resumida e objetiva. Dispensa assinatura.
Nota Técnica (NT)	Subsecretário Corregedor Coordenador-Geral Coordenador Especial Chefe do Gabinete da RFB Chefe do Cetad Chefe de Assessoria Chefe de Divisão de SRRF	Orientar as unidades da RFB sobre procedimentos relacionados a sua área de atuação.
Notificação de Lançamento (NL)	Auditor-Fiscal da RFB	Constituir o crédito tributário.
Ordem de Serviço (OS)	Subsecretário Coordenador-Geral Corregedor Coordenador Especial Chefe do Gabinete da RFB Chefe do Cetad Chefe de Assessoria Superintendente Delegado de Julgamento Delegado Inspetor Agente	Estabelecer instruções detalhadas para a realização de tarefas administrativas fixadas em ato editado por autoridade de hierarquia superior. Dirigida aos servidores da RFB.
Parecer	Subsecretário de Tributação e Contencioso Corregedor Coordenador-Geral de Tributação Coordenador de Tributação Internacional Auditor-Fiscal da RFB Analista-Tributário da RFB	Da Sutri: solucionar casos de conflito de competência. Da Cosit: interpretar normas tributárias e definir procedimentos internos a serem aplicados ao caso concreto ou em procedimentos de fiscalização, investigação, inteligência ou de arrecadação e de consulta a outros órgãos. De uso exclusivamente interno da RFB. Da Cotin: analisar pedido de procedimento amigável previsto nas Convenções e Acordos Internacionais destinados a evitar a dupla tributação. Demais casos: fornecer fundamentação fática e jurídica às decisões, inclusive em recursos hierárquicos, esclarecendo dúvidas e indagações, mediante subsídios técnicos, em matéria de sua competência ou atribuição. O Parecer deve consignar em seu texto a análise da situação, as razões da solicitação e os fundamentos legais da decisão ou solução nele proposta, a ser proferida pela Administração.
Parecer RFB	Secretário Especial	Interpretar dispositivos da legislação tributária, aduaneira e correlata.
Portaria	Secretário Especial Subsecretário-Geral Subsecretário Coordenador-Geral Corregedor Coordenador Especial Chefe do Gabinete da RFB Chefe do Cetad Chefe de Assessoria Superintendente Delegado de Julgamento Delegado Inspetor Agente	Dispor, no âmbito da RFB, sobre matérias de caráter normativo não abrangidas pela Instrução Normativa.
PORTARIA DE PESSOAL	Secretário Especial Subsecretário-Geral Subsecretário Coordenador-Geral Corregedor Coordenador Especial Chefe do Gabinete da RFB Chefe do Cetad Chefe de Assessoria Superintendente Delegado de Julgamento Delegado Inspetor Agente	Dispor sobre matérias relativas ao vínculo funcional de agentes públicos nominalmente identificados que guardem relação com os institutos de gestão de pessoas, por disposição legal ou normativa, ou exijam registro em assentamento funcional ou sistema de gestão de pessoas.
Resolução	Turma de Julgamento de Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJ) Secretário Especial	Da DRJ: deliberar sobre conversão de julgamento em diligência em matérias de sua competência. Do Secretário Especial: estabelecer diretrizes gerais e procedimentais aplicáveis a colegiado da RFB de que seja Presidente.
Solução de Consulta (SC)	Coordenador-Geral de Tributação	Solucionar consulta sobre interpretação de dispositivos da legislação tributária, aduaneira, correlata e sobre classificação de serviços.
Solução de Divergência (SD)	Coordenador-Geral de Tributação	Uniformizar ou revisar a interpretação dada em matéria de consulta, no caso de divergência entre soluções de consulta.
Solução de Consulta Interna (SCI)	Coordenador-Geral de Tributação Corregedor	Da Cosit: interpretar dispositivos da legislação tributária, aduaneira e correlata em decorrência de consulta formulada por unidades da RFB. Da Coger: manifestar-se em matéria de caráter disciplinar.

ANEXO II

PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATOS DA RFB

Tipo de Ato	Publicação/Divulgação	Forma ou limite	Base Legal da vedação total ou parcial
Acórdão	Site RFB	Ementa/Parte Normativa.	Art. 198 CTN
Ato Declaratório Executivo	DOU/Site RFB1	Completo.	
Ato Declaratório Interpretativo	DOU/Site RFB	Completo.	
Instrução Normativa	DOU/Site RFB	Completa.	
Parecer RFB	DOU/Site RFB	Completo.	
Portaria	DOU/Site RFB2	Completa.	
PORTARIA DE PESSOAL	DOU/Site RFB3	Completa.	
Resolução	DOU/Site RFB4	Completa.	
Solução de Consulta	DOU/Site RFB5	Número/Assunto/Ementa/ Dispositivos Legais.	Art. 198 CTN
Solução de Consulta Interna	Site RFB	Completa.	
Solução de Divergência	DOU/Site RFB5	Número/Assunto/Ementa/ Dispositivos Legais.	Art. 198 CTN

1 O ADE será publicado no DOU quando houver determinação legal (art. 17, inciso I, alínea "d").

2 A Portaria será publicada no DOU, exceto quando for de aplicação exclusivamente interna e não afetar interesses de terceiros (art. 17, inciso I, alínea "b").

3 A PORTARIA DE PESSOAL deverá ser publicada no DOU nos casos previstos na Portaria Imprensa Nacional nº 283, de 2018 (art. 17, inciso I, alínea "g").

4 Somente a Resolução de caráter normativo deverá ser publicada no DOU (art. 17, inciso I, alínea "f").

5 A Solução de Consulta e a Solução de Divergência serão divulgadas na internet, observada a restrição do § 2º do art. 18.

Obs. 1: Os anexos dos atos publicados no DOU serão publicados juntamente ao ato (art. 17, § 1º).

Obs. 2: A publicação e a divulgação dos demais atos dependem de análise caso a caso, com observância aos sigilos fiscal e funcional.

ANEXO III

COMUNICAÇÕES OFICIAIS

Denominação	Autoridade competente para expedição	Emprego
Ofício	Secretário Especial Subsecretário-Geral Subsecretários Superintendentes Coordenadores Delegados Inspetores Agente Chefe de Divisão, Seção ou Serviço	Comunicação dirigida a autoridades ou a órgãos, integrantes ou não da estrutura do Ministério da Economia, a autoridades ou a servidores da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), ou a qualquer pessoa. Pode ser encaminhado a mais de um destinatário. Pode ser encaminhado também por meio eletrônico e por e-processo.
Mensagem de correio eletrônico	Autoridade ou servidor competente para prestar a informação.	Comunicação utilizada entre servidores da RFB para tratar de assunto de trabalho, ou entre autoridades da RFB e de outros órgãos, principalmente para tratar de assunto que requer urgência e praticidade. Pode ser encaminhada a mais de um destinatário.

ANEXO IV

ORIENTAÇÕES EM RELAÇÃO À EDIÇÃO DE ATOS DECISÓRIOS

1. Nos seguintes procedimentos e processos administrativos, a decisão é de competência privativa do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, consubstanciado nos seguintes atos administrativos decisórios, entre outros:

Procedimentos e Processos Administrativos	Atos Administrativos Decisórios
Constituição do crédito tributário.	Auto de Infração e Notificação de Lançamento
Decisão colegiada em processo administrativo fiscal sob o rito do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.	Acordão
Procedimento de reconhecimento de direito creditório do sujeito passivo.	Despacho Decisório
Procedimento de reconhecimento de benefício fiscal.	Despacho Decisório
Consulta.	Solução de Consulta e Despacho Decisório
Revisão de ofício de lançamento.	Despacho Decisório
Concessão de regime aduaneiro especial.	Despacho Decisório
Não homologação de retificação de declaração constitutiva de crédito tributário em decorrência de fiscalização tributária.	Despacho Decisório

1.1. Nos procedimentos e processos de que trata o item 1, não cabe a realização do ato administrativo "Parecer", devendo a decisão constar integralmente nos atos administrativos decisórios acima identificados.

1.2. Nos procedimentos e processos de que trata o item 1, os atos decisórios podem ser precedidos do ato administrativo "Informação" elaborado pelo Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

1.3. Compete ao Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil realizar atividades preparatórias ou acessórias ao arrolamento, à diligência e às demais atividades privativas do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

2. Nos recursos hierárquicos em matéria privativa do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, a não reconsideração da decisão recorrida será exarada em Despacho Decisório e o recurso em Parecer, ambos emitidos exclusivamente por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

3. Os atos administrativos que tenham por objetivo a interpretação da legislação tributária, aduaneira e correlata, de caráter geral e vinculante, tais como o Parecer RFB, o Parecer Sutri, a Solução de Consulta Interna Cosit e o Parecer Cosit, devem ser elaborados exclusivamente por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

3.1. O Parecer Sutri, elaborado pela Cosit, em conflito negativo de competência no caso concreto é vinculante e aplicável aos demais casos de igual situação, devendo ser divulgado na intranet.

3.2. O Parecer Cosit em reposta a procedimento amigável previsto nas Convenções e Acordos Internacionais destinados a evitar a dupla tributação é vinculante e deve ser divulgado no Sistema Decisões.

4. A decisão referente a impugnação ou a recurso nos seguintes processos administrativos consubstancia-se em Despacho Decisório:

I - aplicação da pena de perdimento de bens, mercadorias e valores; e

II - aplicação de sanções aos intervenientes nas operações de comércio exterior.

4.1. O Despacho Decisório de que trata o item 4 pode ser precedido de "Parecer" elaborado exclusivamente por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

5. As decisões nos demais procedimentos e processos administrativos em trâmite perante a RFB consubstanciam-se em Despacho Decisório ou em Ato Declaratório Executivo com efeito constitutivo e, desde que não estejam incluídos nos processos e procedimentos administrativos de competência privativa do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, podem ser emitidos com base em "Parecer" elaborado também por Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

6. Os demais servidores da RFB, que não são Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil ou Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, podem realizar o ato administrativo "Informação" exclusivamente nas situações que não se enquadram nas competências privativas daqueles.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BSB Nº 6, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Declara incluída no Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, DECLARA:

Art. 1º INCLUÍDA de ofício no Registro Especial - específico para ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas - sob o nº 01101/0026 a pessoa jurídica ENGENHO CAVACO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.676.130/0001-72, em atendimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432/2013.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BSB Nº 7, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Declara incluída no Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, DECLARA:

Art. 1º INCLUÍDA de ofício no Registro Especial - específico para PRODUTOR de bebidas alcoólicas - sob o nº 01101/0025 a pessoa jurídica ENGENHO CAVACO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.676.130/0001-72, em atendimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432/2013.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CRU Nº 2, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Declara o cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Economia nº 248, de 27/07/2020, publicada no DOU de 27/07/2020, tendo em vista o artigo 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02/10/2014, publicada no DOU de 03/10/2014, e em conformidade com o Processo/Dossiê nº 10271.164185/2021-86, DECLARA:

Art. 1º O cancelamento da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o nº E020.B5CC.617E.B2DE, emitida em 05/04/2021 às 11:42:30, em nome de LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 35.474.949/0001-08, tendo em vista a emissão indevida.

Art 2º O cancelamento da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o 4E08.987E.85A5.95DC, emitida em 05/04/2021 às 14:53:40, em nome de LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 35.474.949/0001-08, tendo em vista a emissão indevida.

Art. 3º O cancelamento da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o 3º D676.F11F.7AD5.033A, emitida em 05/04/2021 às 20:34:03, em nome de LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 35.474.949/0001-08, tendo em vista a emissão indevida.

Art. 4º O cancelamento da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o BB1F.2EF6.F98F.4556, emitida em 06/04/2021 às 08:02:39, em nome de LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 35.474.949/0001-08, tendo em vista a emissão indevida.

Art. 5º O cancelamento da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o F856.7F92.2DFB.817D, emitida em 07/04/2021 às 08:02:43, em nome de LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 35.474.949/0001-08, tendo em vista a emissão indevida.

Art. 6º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL CASIMIRO ROCHA

RETIFICAÇÃO

NO ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CRU Nº 2, DE 8 DE ABRIL DE 2021, publicado no DOU de 09/04/2021, Seção 1, página 46, onde se lê:

"Art. O cancelamento da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o 3º D676.F11F.7AD5.033A, emitida em 05/04/2021 às 20:34:03, em nome de LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 35.474.949/0001-08, tendo em vista a emissão indevida."

Leia-se:

Art. 3º O cancelamento da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o 3º D676.F11F.7AD5.033A, emitida em 05/04/2021 às 20:34:03, em nome de LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 35.474.949/0001-08, tendo em vista a emissão indevida.

Onde se lê:

"Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União."

Leia-se:

Art. 6º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

PORTARIA DRF/JPA Nº 4, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre o atendimento em decorrência do agravamento da pandemia da Covid-19

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA-PB, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso I do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020.

CONSIDERANDO o agravamento da pandemia da Covid-19, inclusive com servidores, terceirizados e familiares contaminados;

CONSIDERANDO as notícias veiculadas pela imprensa de elevada taxa de ocupação dos leitos hospitalares no estado da Paraíba com ocupação dos leitos de UTI durante o mês de março acima de 85% em média;

CONSIDERANDO que na situação atual é imperioso resguardar a saúde dos servidores e dos cidadãos;

CONSIDERANDO que a redução da circulação de pessoas é medida eficaz para reduzir a propagação do vírus, resolve:

Art. 1º O atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa (PB) e Agências da Receita Federal do Brasil jurisdicionadas (Santa Rita, Itabaiana, Guarabira, Campina Grande, Patos e Sousa) será prestado exclusivamente de forma virtual pelos canais de atendimento da Receita Federal do Brasil, constantes no site www.gov.br/receitafederal por período indeterminado.

§ 1º Continua em vigor o atendimento pelo email: atendimentorfb.04@rfb.gov.br.

§ 2º Em caso de dúvidas, orientações sobre os canais de atendimento poderão ser obtidas pelo telefone (83) 3216-4460, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, exceto fins de semana e feriados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.012 - SRRF04/DISIT, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Ementa: SUSPENSÃO. INAPLICABILIDADE.

Devido à ausência de previsão legal, não fica suspenso o pagamento da Cofins incidente, na espécie, sobre a receita decorrente da venda, no mercado interno, de torta de algodão e do nutriente denominado "Concentral", realizada por fabricante desses produtos, com destino a pessoas jurídicas que produzam preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais vivos da espécie bovina.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 97, de 26 de agosto de 2020, com ementa publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2020, Seção 1, página 28.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), art. 111; Lei nº 12.350, de 2010, arts. 54 e 57; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 25, II, 491, XI, 495, I a III, 501, I e II, e 511.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Ementa: SUSPENSÃO. INAPLICABILIDADE.

Devido à ausência de previsão legal, não fica suspenso o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep incidente, na espécie, sobre a receita decorrente da venda, no mercado interno, de torta de algodão e do nutriente denominado "Concentral", realizada por fabricante desses produtos, com destino a pessoas jurídicas que produzam preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais vivos da espécie bovina.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 97, de 26 de agosto de 2020, com ementa publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2020, Seção 1, página 28.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), art. 111; Lei nº 12.350, de 2010, arts. 54 e 57; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 25, II, 491, XI, 495, I a III, 501, I e II, e 511.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituída por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento 6589, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como AGENTE DE CARGA, a empresa GLOBEX LOGISTICS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.907.395/0001-36.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

PORTARIA Nº 19, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir a pessoa jurídica HOSPITAL SANTO ANTÔNIO LTDA., CNPJ: 16.828.915-0001-20, do Programa de Recuperação Fiscal - Refis, de acordo com o inciso II do Art. 5º da Lei 9.964/2000: "inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000", combinado com o inciso VI do Art. 3º da Lei 9.964/2000, a opção pelo Refis sujeita a pessoa jurídica a "pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos e das contribuições com vencimento posterior a 29 de fevereiro de 2000", conforme registrado no processo administrativo n° 10134.722505/2019-85, com efeitos a partir de 01/05/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG N° 127, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Declara, a pessoa jurídica que menciona, coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n°. nº 10166.724990/2021-79, DECLARA:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica J DANTAS S/A ENGENHARIA E CONSTRUCOES inscrita no CNPJ n° 17.168.907/0001-67, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911 /2019 .

A coabilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela - Portaria M.Infraestrutura n°2.264 de 29/05/2019 DOU de 03/06/2019 que aprovou o projeto de implantação de melhorias do sistema rodoviário da Concessão das Rodovias BR-116/376/PR e BR-101/SC - Trecho Curitiba - Florianópolis, Contrato de Concessão nº 003/2007 -Lote 06 - ANTT para a empresa Autopista Litoral Sul S.A.-CNPJ 09.313.969/0001-97 habilitada ao REIDI pelo ADE-PR nº 95 de 04/09/2019-DOU-12/09/2019 .

NOME DA PESSOA JURIDICA	J DANTAS S/A ENGENHARIA E CONSTRUCOES
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	17.168.907/0001-67
NOME DO PROJETO	Prestação de de melhorias nas Rodovias BR-135, MG-231 e LMG-754 previsto em contrato de concessão
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria M.Infraestrutura n°2.264 de 29/05/2019 DOU de 03/06/2019
N° DO ADE DE HABILTAÇÃO DO PROJETO	ADE-PR Nº 95 de 04/09/2019-DOU-12/09/2019
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	RODOVIAS

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG N° 128, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Declara, a pessoa jurídica que menciona, coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n°. nº 10166.734295/2021-15, DECLARA:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica CONSTRUTORA ATERPA S/A inscrita no CNPJ n° 17.162.983/0001-65, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911 /2019 .

A coabilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela - Portaria M.Infraestrutura n°2.264 de 29/05/2019 DOU de 03/06/2019 que aprovou o projeto de implantação de melhorias do sistema rodoviário da Concessão das Rodovias BR-116/376/PR e BR-101/SC - Trecho Curitiba - Florianópolis, Contrato de Concessão nº 003/2007 -Lote 06 - ANTT para a empresa Autopista Litoral Sul S.A.-CNPJ 09.313.969/0001-97 habilitada ao REIDI pelo ADE-PR nº 95 de 04/09/2019-DOU-12/09/2019 .

NOME DA PESSOA JURIDICA	CONSTRUTORA ATERPA S/A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	17.162.983/0001-65
NOME DO PROJETO	Prestação de de melhorias nas Rodovias BR-135, MG-231 e LMG-754 previsto em contrato de concessão
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria M.Infraestrutura n°2.264 de 29/05/2019 DOU de 03/06/2019
N° DO ADE DE HABILTAÇÃO DO PROJETO	ADE-PR Nº 95 de 04/09/2019-DOU-12/09/2019
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	RODOVIAS

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOI Nº 14, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Concede Registro Especial a engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 10, caput, e 360, inciso III, ambos da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e de acordo com o dossiê eletrônico nº 13033.590651/2020-03, DECLARA:

Art. 1º - Inscrito no Registro Especial, na atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas, sob nº 09202/0043, o estabelecimento da empresa Van Der Haus Fabricação de Bebidas Destiladas Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 18.821.317/0001-54, situado na Rua Pereira Oliveira, 455, Centro I Baixada, Mafra /SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/PGA Nº 4, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Credencia perito, a título precário, em cumprimento de decisão judicial.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 360, inciso III do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista decisão exarada nos autos do MS Nº 5000437-31.2020.4.04.7008/PR, resolve:

Art. 1º Credenciar, a título precário, para o exercício das atividades concernentes à prestação de serviço de perícia para quantificação de mercadoria importada e a exportar, no curso de procedimento fiscal, em cumprimento de decisão judicial referente ao MS Nº 5000437-31.2020.4.04.7008/PR:

NOME	CPF
HUGO JOSÉ DOS PASSOS	072.591.749-00

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO DO CARMO ANDREOLI

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

PORTARIA ALF/ITJ Nº 4, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Portaria ALF/ITJ nº 83, de 28 de setembro de 2020, que dispõe sobre atendimento ao contribuinte, o agendamento e a disponibilização de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, considerando o disposto na Portaria SRRF09 nº 103, de 06 de abril de 2021, que regulamenta os serviços atendidos por meio da caixa corporativa instituída no Correio Eletrônico no âmbito do Atendimento ao Contribuinte na 9ª Região Fiscal, resolve:

Art. 1º Fica revogado o artigo 9º da Portaria ALF/ITJ nº 83, de 28 de setembro de 2020, publicada no DOU de 30/09/2020, seção 1, página 211.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF10 Nº 22, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a regionalização do despacho aduaneiro de importação e exportação no âmbito da 10ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o caput do art. 359 e o inciso II do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no art. 9º da Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A regionalização do despacho aduaneiro de importação e exportação na 10ª Região Fiscal será realizada por meio de quebra de jurisdição, observadas as Normas de Execução Coana nº 4, de 10 de outubro de 2018, e nº 1, de 19 de agosto de 2019, e o disposto nesta Portaria.

Art. 2º A análise fiscal do despacho aduaneiro de importação realizado por meio de Declaração de Importação (DI), e do despacho aduaneiro de exportação realizado por meio de Declaração Única de Exportação (DUE), exceto DUE com embarque antecipado, será executada pelas seguintes unidades polo:

I - Alfândega da Receita Federal do Brasil (ALF) de Uruguaiana: responsável pela análise fiscal dos despachos registrados na própria unidade e nas Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF) de Porto Mauá, Porto Xavier, São Borja, Itaqui, Quaraí e Santana do Livramento;

II - ALF de Porto Alegre: responsável pela análise fiscal dos despachos registrados na própria unidade, na IRF do Aeroporto Salgado Filho e nas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) de Novo Hamburgo e de Caxias do Sul; e

III - ALF do Porto de Rio Grande: responsável pela análise fiscal dos despachos registrados na própria unidade, nas IRF de Chuí, Jaguarão e Bagé e na DRF de Pelotas.

Parágrafo único. A implementação das unidades polo será realizada de forma gradual, mediante quebra de jurisdição, de acordo com cronograma estabelecido pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (SRRF10).

Art. 3º As seguintes atividades serão executadas pelas unidades polo:

I - análise fiscal e desembaraço de DI e DUE da própria unidade e das que forem objeto de quebra de jurisdição;

II - solicitação de Relatório de Verificação Física (RVF);

III - solicitação de exame laboratorial e assistência técnica quando necessários à identificação e classificação de mercadorias submetidas ao despacho de importação e de exportação;

IV - formalização de Auto de Infração no curso do despacho aduaneiro, mesmo sub judice;

V - cancelamento de DI da própria unidade e das que forem objeto de quebra de jurisdição;

VI - cancelamento e retificação de DUE da própria unidade e das que forem objeto de quebra de jurisdição;

VII - retificação pós-despacho de DI da própria unidade e das que forem objeto de quebra de jurisdição, quando de responsabilidade da unidade de despacho aduaneiro, de acordo com o disposto no inciso II do § 1º do art. 46 da IN SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006;

VIII - controle dos regimes especiais de admissão e de exportação temporária de declarações da própria unidade e das que forem objeto de quebra de jurisdição; e

IX - apuração de divergências na manifestação de embarque no curso do despacho, pós-desembaraço ou pós-averbação de DUE parametrizada para canal laranja ou vermelho, bem como aplicação das respectivas penalidades ao transportador, se for o caso.

Art. 4º Será constituída, para cada unidade polo, equipe de trabalho responsável pela execução das atividades elencadas no art. 3º, cujos integrantes atuarão preferencialmente com dedicação exclusiva.

§ 1º Ato da SRRF10 discriminará os servidores integrantes das equipes de que trata o caput e seus respectivos percentuais de dedicação.

§ 2º As equipes poderão ser compostas por servidores lotados na unidade polo ou em unidade diversa, os quais executarão as atividades em caráter remoto na unidade de lotação, não implicando remoção.

Art. 5º A Divisão de Administração Aduaneira (Diana) da SRRF10 fará a gestão da execução das atividades envolvendo a regionalização do despacho aduaneiro de importação e exportação, inclusive acompanhará os resultados e, sempre que necessário, proporá medidas de aprimoramento das atividades, visando à disseminação do conhecimento, das boas práticas e à uniformização dos procedimentos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

BANCO CENTRAL DO BRASIL
CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA COAF Nº 7, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Divulga instruções complementares para o cumprimento de deveres de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf por parte daqueles que, na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, se sujeitam à sua supervisão nos termos da sua Resolução nº 23, de 20 de dezembro de 2012, referente aos supervisionados que comercializem joias, pedras e metais preciosos, e da sua Resolução nº 25, de 16 de janeiro de 2013, referente aos supervisionados que comercializem bens de luxo ou de alto valor ou intermedeiem a sua comercialização.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 9º do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 9.663, de 1º de janeiro de 2019, mantido em vigor, no que compatível com a Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, na forma do art. 9º da Lei nº 13.901, de 11 de novembro de 2019, e tendo em vista o disposto nos arts. 11, § 1º, e 14, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, bem como nos arts. 9º, inciso III, 10 e 21 da Resolução Coaf nº 23, de 20 de dezembro de 2012, e nos arts. 4º, inciso II, e 12 da Resolução Coaf nº 25, de 16 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece instruções complementares para o cumprimento de deveres de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf previstos no inciso II do art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, por parte daqueles que, na forma do § 1º do art. 14 da Lei, se sujeitam à sua supervisão nos termos da Resolução Coaf nº 23, de 20 de dezembro de 2012, e da Resolução Coaf nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Art. 2º Para efeito de cumprimento do disposto no art. 10 da Resolução Coaf nº 23, de 2012, e no art. 5º da Resolução Coaf nº 25, de 2013, os supervisionados devem analisar com especial atenção a realização ou proposta de operação ou a situação que envolva hipótese como as abaixo descritas, para que a comunique ao Coaf se, por suas características, no que se refere a partes envolvidas, valores, forma de realização, instrumentos utilizados ou falta de fundamento econômico ou legal, puder configurar indício de crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, ou com eles relacionar-se:

I - qualquer tipo de aquisição, inclusive de bem, produto, serviço, ativo ou direito:

a) aparentemente incompatível com as atividades ou a capacidade econômico-financeira do adquirente, conhecidas ou presumíveis pelas circunstâncias;

b) em relação à qual se observe disposição em negociar preços ou condições fora dos padrões do mercado;

c) que envolva, sem justificativa plausível:

1. pagamento por terceiro, ainda que autorizado pelo favorecido;

2. pagamento a maior e posterior devolução ou pedido de devolução de valor;

3. cancelamento ou desistência e correlata devolução ou pedido de devolução do pagamento, total ou parcial;

II - qualquer tipo de aquisição por parte de agente público ou pessoa exposta politicamente (PEP), como tal reconhecida na forma da legislação vigente a respeito, inclusive de bem, produto, serviço, ativo ou direito, que envolva recursos em espécie;

III - aquisição de veículo destinado a deslocamento aéreo ou aquaviário em área fronteiriça ou que apresente considerável índice de criminalidade;

IV - aquisição de veículo na "modalidade frotista" por:

a) pessoa física;

b) pessoa jurídica constituída recentemente ou sem experiência nesse mercado, ou cuja atividade não tenha relação com a utilização de frota de veículos;

c) pessoa jurídica cujo patrimônio ou cuja capacidade econômico-financeira, que se conheça ou se possa presumir pelas circunstâncias, não seja compatível com a aquisição de frota de veículos; e

V - realização de depósito(s) com recursos em espécie em conta(s) bancária(s), de pagamento ou equivalente(s) de qualquer tipo em valor igual ou superior ao limite estabelecido no art. 9º, inciso I, da Resolução Coaf nº 23, de 2012, ou no art. 4º, inciso I, da Resolução Coaf nº 25, de 2013, conforme o caso, ainda que tal valor se verifique em relação a conjunto de múltiplas situações ou operações realizadas ou propostas envolvendo as mesmas partes, direta ou indiretamente, dentro de um período de seis meses;

VI - resistência ao fornecimento de documentação ou informação solicitada para identificação, cadastro ou registro de cliente ou da operação, ou fornecimento desse tipo de documentação ou informação de modo que possa suscitar dúvida quanto à sua verossimilhança ou exatidão.

Art. 3º A comunicação ao Coaf de que trata o art. 2º deve:

I - conter todos os elementos resultantes da análise de que trata aquele artigo que indiquem por que o supervisionado reconheceu a situação, a operação ou a proposta analisada como suspeita ou atípica, de forma a motivar o encaminhamento da comunicação; e

II - ser realizada, em consonância com o art. 12 da Resolução Coaf nº 23, de 2012, e com o art. 6º da Resolução Coaf nº 25, de 2013, pelo Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf), meio eletrônico disponibilizado na página do Coaf na internet, por seu atual endereço https://www.gov.br/coaf ou outro que venha a sucedê-lo.

Parágrafo único. A análise referida no inciso I do caput deve ser passível de demonstração perante o Coaf independentemente de ter resultado, ou não, em conclusão que tenha levado o supervisionado a lhe encaminhar comunicação.

Art. 4º Independentemente da caracterização de alguma hipótese indicada nos incisos do art. 2º, deve ser comunicada ao Coaf, para efeito de cumprimento dos arts. 10 e 12 da Resolução Coaf nº 23, de 2012, e dos art. 5º e 6º da Resolução Coaf nº 25, de 2013, qualquer situação, operação ou proposta que, por suas características, no que se refere a partes envolvidas, valores, forma de realização, instrumentos utilizados ou falta de fundamento econômico ou legal, possa configurar indício de crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, ou com eles relacionar-se.

Art. 5º Fica revogada, com a entrada em vigor desta Instrução Normativa, a Instrução Normativa Coaf nº 4, de 16 de outubro de 2015.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de junho de 2021.

RICARDO LIÁO

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 85, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a serem observados pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 8 de abril de 2021, com base nos arts. 9º, 10 e 15 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e tendo em vista o art. 14 da Resolução nº 4.282, de 4 de novembro de 2013, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a serem observados pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Seção I

Da Implementação da Política de Segurança Cibernética

Art. 2º As instituições de pagamento devem implementar e manter política de segurança cibernética formulada com base em princípios e diretrizes que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

§ 1º A política mencionada no caput deve ser compatível com:

I - o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição;

II - a natureza das atividades da instituição e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos; e

III - a sensibilidade dos dados e das informações sob responsabilidade da instituição.

§ 2º As instituições de pagamento integrantes de conglomerado prudencial podem adotar política de segurança cibernética única do conglomerado prudencial, nos termos da regulamentação em vigor, desde que compatível com o disposto neste Capítulo.

§ 3º As instituições de pagamento que não constituírem política de segurança cibernética própria em decorrência do disposto no § 2º devem formalizar a opção por essa faculdade em reunião do conselho de administração ou, na sua inexistência, da diretoria da instituição.

Art. 3º A política de segurança cibernética deve especificar, no mínimo:

I - os objetivos de segurança cibernética da instituição de pagamento;

II - os procedimentos e os controles adotados para reduzir a vulnerabilidade da instituição de pagamento a incidentes e atender aos demais objetivos de segurança cibernética;

III - os controles específicos, incluindo os voltados para a rastreabilidade da informação, que busquem garantir a segurança das informações sensíveis;

IV - o registro, a análise da causa e do impacto, bem como o controle dos efeitos de incidentes relevantes para as atividades da instituição de pagamento;

V - as diretrizes para:

a) a elaboração de cenários de incidentes considerados nos testes de continuidade dos serviços de pagamento prestados;

b) a definição de procedimentos e de controles voltados à prevenção e ao tratamento dos incidentes a serem adotados por empresas prestadoras de serviços a terceiros que manuseiem dados ou informações sensíveis ou que sejam relevantes para a condução das atividades operacionais da instituição de pagamento;

c) a classificação dos dados e das informações quanto à relevância; e

d) a definição dos parâmetros a serem utilizados na avaliação da relevância dos incidentes;

VI - os mecanismos para disseminação da cultura de segurança cibernética na instituição de pagamento, incluindo:

a) a implementação de programas de capacitação e de avaliação periódica de pessoal;

b) a prestação de informações a usuários finais sobre precauções na utilização de produtos e serviços oferecidos; e

c) o comprometimento da alta administração com a melhoria contínua dos procedimentos relacionados com a segurança cibernética; e

VII - as iniciativas para compartilhamento de informações sobre os incidentes relevantes, mencionados no inciso IV, com as instituições de pagamento e com as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º Na definição dos objetivos de segurança cibernética referidos no inciso I do caput, deve ser contemplada a capacidade da instituição de pagamento para prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a incidentes relacionados com o ambiente cibernético.

§ 2º Os procedimentos e os controles de que trata o inciso II do caput devem abranger a autenticação, a criptografia, a prevenção e a detecção de intrusão, a prevenção de vazamento de informações, a realização periódica de testes e varreduras para detecção de vulnerabilidades, a proteção contra softwares maliciosos, o estabelecimento de mecanismos de rastreabilidade, os controles de acesso e de segmentação da rede de computadores e a manutenção de cópias de segurança dos dados e das informações.

§ 3º Os procedimentos e os controles citados no inciso II do caput devem ser aplicados, inclusive, no desenvolvimento de sistemas de informação seguros e na adoção de novas tecnologias empregadas nas atividades da instituição de pagamento.

§ 4º O registro, a análise da causa e do impacto, bem como o controle dos efeitos de incidentes, citados no inciso IV do caput, devem abranger inclusive informações recebidas de empresas prestadoras de serviços a terceiros.

§ 5º As diretrizes de que trata a alínea "b" do inciso V do caput devem contemplar procedimentos e controles em níveis de complexidade, abrangência e precisão compatíveis com os utilizados pela própria instituição de pagamento.

Seção II

Da Divulgação da Política de Segurança Cibernética

Art. 4º A política de segurança cibernética deve ser divulgada aos funcionários da instituição de pagamento e às empresas prestadoras de serviços a terceiros, mediante linguagem clara, acessível e em nível de detalhamento compatível com as funções desempenhadas e com a sensibilidade das informações.

Art. 5º As instituições de pagamento devem divulgar ao público resumo contendo as linhas gerais da política de segurança cibernética.

Seção III

Do Plano de Ação e de Resposta a Incidentes

Art. 6º As instituições de pagamento devem estabelecer plano de ação e de resposta a incidentes visando à implementação da política de segurança cibernética.

Parágrafo único. O plano mencionado no caput deve abranger, no mínimo:

I - as ações a serem desenvolvidas pela instituição para adequar suas estruturas organizacional e operacional aos princípios e às diretrizes da política de segurança cibernética;

II - as rotinas, os procedimentos, os controles e as tecnologias a serem utilizados na prevenção e na resposta a incidentes, em conformidade com as diretrizes da política de segurança cibernética; e

III - a área responsável pelo registro e controle dos efeitos de incidentes relevantes.

Art. 7º As instituições de pagamento devem designar diretor responsável pela política de segurança cibernética e pela execução do plano de ação e de resposta a incidentes.

Parágrafo único. O diretor mencionado no caput pode desempenhar outras funções na instituição, desde que não haja conflito de interesses.

Art. 8º As instituições de pagamento devem elaborar relatório anual sobre a implementação do plano de ação e de resposta a incidentes, mencionado no art. 6º, com data-base de 31 de dezembro.

§ 1º O relatório de que trata o caput deve abordar, no mínimo:

I - a efetividade da implementação das ações descritas no art. 6º, parágrafo único, inciso I;

II - o resumo dos resultados obtidos na implementação das rotinas, dos procedimentos, dos controles e das tecnologias a serem utilizados na prevenção e na resposta a incidentes descritos no art. 6º, parágrafo único, inciso II;

III - os incidentes relevantes relacionados com o ambiente cibernético ocorridos no período; e

IV - os resultados dos testes de continuidade dos serviços de pagamento prestados, considerando cenários de indisponibilidade ocasionada por incidentes.

§ 2º O relatório mencionado no caput deve ser apresentado ao conselho de administração ou, na sua inexistência, à diretoria da instituição até 31 de março do ano seguinte ao da data-base.

Art. 9º A política de segurança cibernética referida no art. 2º e o plano de ação e de resposta a incidentes mencionado no art. 6º devem ser aprovados pelo conselho de administração ou, na sua inexistência, pela diretoria da instituição de pagamento.

Art. 10. A política de segurança cibernética e o plano de ação e de resposta a incidentes devem ser documentados e revisados, no mínimo, anualmente.

CAPÍTULO III

DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS E DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM

Art. 11. As instituições de pagamento devem assegurar que suas políticas, estratégias e estruturas para gerenciamento de riscos previstas na regulamentação em vigor, especificamente no tocante aos critérios de decisão quanto à terceirização de serviços, contemplem a contratação de serviços relevantes de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem, no País ou no exterior.

Art. 12. As instituições de pagamento, previamente à contratação de serviços relevantes de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem, devem adotar procedimentos que contemplem:

I - a adoção de práticas de governança corporativa e de gestão proporcionais à relevância do serviço a ser contratado e aos riscos a que estejam expostas; e

II - a verificação da capacidade do potencial prestador de serviço de assegurar:

a) o cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor;

b) o acesso da instituição aos dados e às informações a serem processados ou armazenados pelo prestador de serviço;

c) a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a recuperação dos dados e das informações processados ou armazenados pelo prestador de serviço;

d) a sua aderência a certificações exigidas pela instituição para a prestação do serviço a ser contratado;

e) o acesso da instituição contratante aos relatórios elaborados por empresa de auditoria especializada independente contratada pelo prestador de serviço, relativos aos procedimentos e aos controles utilizados na prestação dos serviços a serem contratados;

f) o provimento de informações e de recursos de gestão adequados ao monitoramento dos serviços a serem prestados;

g) a identificação e a segregação dos dados dos usuários finais da instituição por meio de controles físicos ou lógicos; e

h) a qualidade dos controles de acesso voltados à proteção dos dados e das informações dos usuários finais da instituição.

§ 1º Na avaliação da relevância do serviço a ser contratado, mencionada no inciso I do caput, a instituição contratante deve considerar a criticidade do serviço e a sensibilidade dos dados e das informações a serem processados, armazenados e gerenciados pelo contratado, levando em conta, inclusive, a classificação realizada nos termos do art. 3º, inciso V, alínea "c".

§ 2º Os procedimentos de que trata o caput, inclusive as informações relativas à verificação mencionada no inciso II, devem ser documentados.

§ 3º No caso da execução de aplicativos por meio da internet, referidos no art. 13, inciso III, a instituição deve assegurar que o potencial prestador dos serviços adote controles que mitiguem os efeitos de eventuais vulnerabilidades na liberação de novas versões do aplicativo.

§ 4º A instituição deve possuir recursos e competências necessários para a adequada gestão dos serviços a serem contratados, inclusive para análise de informações e uso de recursos providos nos termos da alínea "f" do inciso II do caput.

Art. 13. Para os fins do disposto nesta Resolução, os serviços de computação em nuvem abrangem a disponibilidade à instituição de pagamento contratante, sob demanda e de maneira virtual, de ao menos um dos seguintes serviços:

I - processamento de dados, armazenamento de dados, infraestrutura de redes e outros recursos computacionais que permitam à instituição contratante implantar ou executar softwares, que podem incluir sistemas operacionais e aplicativos desenvolvidos pela instituição ou por ela adquiridos;

II - implantação ou execução de aplicativos desenvolvidos pela instituição contratante, ou por ela adquiridos, utilizando recursos computacionais do prestador de serviços; ou

III - execução, por meio da internet, de aplicativos implantados ou desenvolvidos pelo prestador de serviço, com a utilização de recursos computacionais do próprio prestador de serviços.

Art. 14. A instituição de pagamento contratante dos serviços mencionados no art. 12 é responsável pela confiabilidade, pela integridade, pela disponibilidade, pela segurança e pelo sigilo em relação aos serviços contratados, bem como pelo cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor.

Art. 15. A contratação de serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e de computação em nuvem deve ser comunicada pelas instituições de pagamento ao Banco Central do Brasil.

§ 1º A comunicação mencionada no caput deve conter as seguintes informações:

I - a denominação da empresa contratada;

II - os serviços relevantes contratados; e

III - a indicação dos países e das regiões em cada país onde os serviços poderão ser prestados e os dados poderão ser armazenados, processados e gerenciados, definida nos termos do inciso III do art. 16, no caso de contratação no exterior.

§ 2º A comunicação de que trata o caput deve ser realizada até dez dias após a contratação dos serviços.

§ 3º As alterações contratuais que impliquem modificação das informações de que trata o § 1º devem ser comunicadas ao Banco Central do Brasil até dez dias após a alteração contratual.

Art. 16. A contratação de serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e de computação em nuvem prestados no exterior deve observar os seguintes requisitos:

I - a existência de convênio para troca de informações entre o Banco Central do Brasil e as autoridades supervisoras dos países onde os serviços poderão ser prestados;

II - a instituição de pagamento contratante deve assegurar que a prestação dos serviços referidos no caput não cause prejuízos ao seu regular funcionamento nem embaraço à atuação do Banco Central do Brasil;

III - a instituição de pagamento contratante deve definir, previamente à contratação, os países e as regiões em cada país onde os serviços poderão ser prestados e os dados poderão ser armazenados, processados e gerenciados; e

IV - a instituição de pagamento contratante deve prever alternativas para a continuidade dos serviços de pagamento prestados, no caso de impossibilidade de manutenção ou extinção do contrato de prestação de serviços.

§ 1º No caso de inexistência de convênio nos termos do inciso I do caput, a instituição de pagamento contratante deverá solicitar autorização do Banco Central do Brasil para:

I - a contratação do serviço, no prazo mínimo de sessenta dias antes da contratação, observado o disposto no art. 15, § 1º; e

II - as alterações contratuais que impliquem modificação das informações de que trata o art. 15, § 1º, observando o prazo mínimo de sessenta dias antes da alteração contratual.

§ 2º Para atendimento aos incisos II e III do caput, as instituições deverão assegurar que a legislação e a regulamentação nos países e nas regiões em cada país onde os serviços poderão ser prestados não restringem nem impedem o acesso das instituições de pagamento contratantes e do Banco Central do Brasil aos dados e às informações.

§ 3º A comprovação do atendimento aos requisitos de que tratam os incisos I a IV do caput e o cumprimento da exigência de que trata o § 2º devem ser documentados.

Art. 17. Os contratos para prestação de serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e computação em nuvem devem conter cláusulas dispondo sobre:

I - a indicação dos países e da região em cada país onde os serviços poderão ser prestados e os dados poderão ser armazenados, processados e gerenciados;

II - a adoção de medidas de segurança para a transmissão e armazenamento dos dados citados no inciso I;

III - a manutenção, enquanto o contrato estiver vigente, da segregação dos dados e dos controles de acesso para proteção das informações dos usuários finais;

IV - a obrigatoriedade, em caso de extinção do contrato, de:

a) transferência dos dados citados no inciso I ao novo prestador de serviços ou à instituição de pagamento contratante; e

b) exclusão dos dados citados no inciso I pela empresa contratada substituída, após a transferência dos dados prevista na alínea "a" e a confirmação da integridade e da disponibilidade dos dados recebidos;

V - o acesso da instituição de pagamento contratante a:

a) informações fornecidas pela empresa contratada, visando a verificar o cumprimento do disposto nos incisos I a III;

b) informações relativas às certificações e aos relatórios de auditoria especializada, citados no art. 12, inciso II, alíneas "d" e "e"; e

c) informações e recursos de gestão adequados ao monitoramento dos serviços a serem prestados, citados no art. 12, inciso II, alínea "f";

VI - a obrigação de a empresa contratada notificar a instituição de pagamento contratante sobre a subcontratação de serviços relevantes para a instituição;

VII - a permissão de acesso do Banco Central do Brasil aos contratos e aos acordos firmados para a prestação de serviços, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados e das informações, bem como aos códigos de acesso aos dados e às informações;

VIII - a adoção de medidas pela instituição de pagamento contratante, em decorrência de determinação do Banco Central do Brasil; e

IX - a obrigação de a empresa contratada manter a instituição de pagamento contratante permanentemente informada sobre eventuais limitações que possam afetar a prestação dos serviços ou o cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor.

Parágrafo único. Os contratos mencionados no caput devem prever, para o caso da decretação de regime de resolução da instituição de pagamento contratante pelo Banco Central do Brasil:

I - a obrigação de a empresa contratada conceder pleno e irrestrito acesso do responsável pelo regime de resolução aos contratos, aos acordos, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados e das informações, bem como aos códigos de acesso, citados no inciso VII do caput, que estejam em poder da empresa contratada; e

II - a obrigação de notificação prévia do responsável pelo regime de resolução sobre a intenção de a empresa contratada interromper a prestação de serviços, com pelo menos trinta dias de antecedência da data prevista para a interrupção, observado que:

a) a empresa contratada obriga-se a aceitar eventual pedido de prazo adicional de trinta dias para a interrupção do serviço, feito pelo responsável pelo regime de resolução; e

b) a notificação prévia deverá ocorrer também na situação em que a interrupção for motivada por inadimplência da instituição de pagamento contratante.

Art. 18. O disposto nos arts. 11 a 17 não se aplica à contratação de sistemas operados por câmaras, por prestadores de serviços de compensação e de liquidação ou por entidades que exerçam atividades de registro ou de depósito centralizado.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. As instituições de pagamento devem assegurar que suas políticas previstas na estrutura de gerenciamento de riscos, nos termos da regulamentação em vigor, disponham, no tocante à continuidade dos serviços de pagamento prestados, sobre:

I - o tratamento dos incidentes relevantes relacionados com o ambiente cibernético de que trata o art. 3º, inciso IV;

II - os procedimentos a serem seguidos no caso da interrupção de serviços relevantes de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem contratados, abrangendo cenários que considerem a substituição da empresa contratada e o reestabelecimento da operação normal da instituição; e

III - os cenários de incidentes considerados nos testes de continuidade de serviços de pagamento prestados de que trata o art. 3º, inciso V, alínea "a".

Art. 20. Os procedimentos adotados pelas instituições de pagamento para gerenciamento de riscos previstos na regulamentação em vigor devem especificar, no tocante à continuidade dos serviços de pagamento prestados:

I - o tratamento previsto para mitigar os efeitos dos incidentes relevantes de que trata o art. 3º, inciso IV, e da interrupção dos serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e de computação em nuvem contratados;

II - o prazo estipulado para reinício ou normalização das suas atividades ou dos serviços relevantes interrompidos, citados no inciso I; e

III - a comunicação tempestiva ao Banco Central do Brasil das ocorrências de incidentes relevantes e das interrupções dos serviços relevantes, citados no inciso I, que configurem situação de crise pela instituição de pagamento, bem como das providências para o reinício das suas atividades.

Parágrafo único. As instituições de pagamento devem estabelecer e documentar os critérios que configurem a situação de crise de que trata o inciso III do caput.

Art. 21. As instituições de pagamento devem instituir mecanismos de acompanhamento e de controle com vistas a assegurar a implementação e a efetividade da política de segurança cibernética, do plano de ação e de resposta a incidentes e dos requisitos para contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem, incluindo:

I - a definição de processos, testes e trilhas de auditoria;

II - a definição de métricas e indicadores adequados; e

III - a identificação e a correção de eventuais deficiências.

§ 1º As notificações recebidas sobre a subcontratação de serviços relevantes descritas no art. 17, inciso VI, devem ser consideradas na definição dos mecanismos de que trata o caput.

§ 2º Os mecanismos de que trata o caput devem ser submetidos a testes periódicos pela auditoria interna compatíveis com os controles internos da instituição.

Art. 22. Sem prejuízo do dever de sigilo e da livre concorrência, as instituições de pagamento devem desenvolver iniciativas para o compartilhamento de informações sobre os incidentes relevantes de que trata o art. 3º, inciso IV.

§ 1º O compartilhamento de que trata o caput deve abranger informações sobre incidentes relevantes recebidas de empresas prestadoras de serviços a terceiros.

§ 2º As informações compartilhadas devem estar disponíveis ao Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Devem ficar à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de cinco anos:

I - o documento relativo à política de segurança cibernética, de que trata o art. 2º;

II - a ata de reunião do conselho de administração ou, na sua inexistência, da diretoria da instituição, no caso de ser formalizada a opção de que trata o art. 2º, § 2º;

III - o documento relativo ao plano de ação e de resposta a incidentes, de que trata o art. 6º;

IV - o relatório anual, de que trata o art. 8º;

V - a documentação sobre os procedimentos de que trata o art. 12, § 2º;

VI - a documentação de que trata o art. 16, § 3º, no caso de serviços prestados no exterior;

VII - os contratos de que trata o art. 17, contado o prazo referido no caput a partir da extinção do contrato;

VIII - os dados, os registros e as informações relativas aos mecanismos de acompanhamento e de controle de que trata o art. 21, contado o prazo referido no caput a partir da implementação dos citados mecanismos; e

IX - a documentação com os critérios que configurem a situação de crise de que trata o art. 20, parágrafo único.

Art. 24. As instituições de pagamento que em 1º de setembro de 2019 já tinham contratado a prestação de serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e de computação em nuvem devem adequar o contrato para a prestação de tais serviços:

I - ao cumprimento do disposto no art. 16, incisos I, II, IV e § 2º, no caso de serviços prestados no exterior; e

II - ao disposto nos arts. 15, § 1º, e 17.

Parágrafo único. A adequação ao disposto no caput deve ocorrer até 31 de dezembro de 2021.

Art. 25. O Banco Central do Brasil poderá vetar ou impor restrições para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem quando constatar, a qualquer tempo, a inobservância do disposto nesta Resolução, bem como a limitação à atuação do Banco Central do Brasil, estabelecendo prazo para a adequação dos referidos serviços e dos contratos correspondentes.

Art. 26. Ficam revogados:

I - os arts. 1º a 26 da Circular nº 3.909, de 16 de agosto de 2018; e

II - a Circular nº 3.969, de 13 de novembro de 2019.

Art. 27. Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2021.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.618, DE 7 DE ABRIL DE 2021

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 da Resolução CVM Nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, declara:

REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 19/01/2021, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica

Nova Denominação Social

TJS AUDITORIA & CONSULTORIA EMPRESARIAL

CNPJ: 07.765.419/0001-83

Anterior Denominação Social

CONSULT AUDI - AUDITORIA & CONSULTORIA EMPRESARIAL

CNPJ: 07.765.419/0001-83

PAULO ROBERTO GONÇALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 9 DE ABRIL DE 2021

Nº 18.626 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a OBY CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 40.147.132, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.627 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza GANESH INOCALLA, CPF nº 991.227.230-72, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 18.628 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza LUIZ CARLOS PENHAS FONSECA, CPF nº 303.493.148-45, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 18.629 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a EVEREST CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 37.464.061, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

RAFAEL BARROS CUSTODIO

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

CONSULTA PÚBLICA Nº 14, DE 7 DE ABRIL DE 2021

Proposta de alteração do Regulamento Técnico da Qualidade e dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Panelas Metálicas, publicados pelas Portarias Inmetro nº 398, de 31 de julho de 2012, e nº 419, de 9 de agosto de 2012, respectivamente.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que consta do Processo SEI nº 0052600.022265/2018-31, resolve:

Art. 1º Fica disponível a proposta de texto da portaria definitiva referente às alterações do Regulamento Técnico da Qualidade e dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Panelas Metálicas.

Art. 2º Fica aberto, a partir da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º As críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha padronizada para contribuição dos requisitos, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf
Av. Nossa Senhora das Graças, nº 50 - Prédio 6 - Xerém
CEP: 25.250-020 - Duque de Caxias - RJ, ou
E-mail: dconf.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou e-mail elencado no caput.

Art. 4º Findo o prazo fixado no art. 2º desta Consulta Pública, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Esta Consulta Pública entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXOS

PROPOSTA DE TEXTO DE PORTARIA DEFINITIVA

Altera o Regulamento Técnico da Qualidade e dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Panelas Metálicas, publicados pelas Portarias Inmetro nº 398, de 31 de julho de 2012, e nº 419, de

9 de agosto de 2012, respectivamente.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Considerando a Portaria Inmetro nº 398, de 31 de julho de 2012, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade para Panelas Metálicas, publicada no Diário Oficial da União de 1º de agosto de 2012, seção 1, páginas 66 a 67;

Considerando a Portaria Inmetro nº 419, de 6 de julho de 2012, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Panelas Metálicas, publicada no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2012, seção 1, página 55;

Considerando a Portaria Inmetro nº 21, de 14 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 1, página 47 a 48, que aprova o aperfeiçoamento e adequação do Regulamento Técnico da Qualidade e dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Panelas Metálicas;

Considerando a necessidade de harmonizar conceitos e dirimir dúvidas técnicas em relação ao processo de certificação da medida regulatória para Panelas Metálicas, instituída pelas Portarias Inmetro nº 398, de 2012 e nº 419, de 2012, complementada pela Portaria Inmetro nº 21, de 2016;

Considerando a consulta pública divulgada pela Consulta Pública nº 14, de 07 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de xx de xxxxxx de xxxx, seção xx, página xx, que colheu contribuições da sociedade em geral para elaboração do texto ora aprovado; e

Considerando o que consta do Processo SEI nº 0052600.022265/2018-31, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as alterações no Regulamento Técnico da Qualidade - RTQ para Panelas Metálicas, publicado pela Portaria Inmetro nº 398, de 2012, na forma do Anexo A desta Portaria, e nos Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC para Panelas Metálicas, publicados pela Portaria Inmetro nº 419, de 2012, na forma do Anexo B desta Portaria.

Art. 2º O art. 3º da Portaria Inmetro nº 419, de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Instituir, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, a certificação compulsória para panelas metálicas, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto - OCP, estabelecido no Brasil e acreditado pelo Inmetro, consoante os Requisitos ora aprovados.

§1º Estes Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC se aplicam apenas aos utensílios destinados ao uso em forno e fogão, conforme a seguir:

a) para uso em forno, com diâmetro de base ou diagonal - equivalente ao diâmetro de circunferência circunscrita na forma geométrica do utensílio - de até 75 cm (inclusive): assadeiras, formas, tabuleiros e torteiras, ou outro utensílio com função semelhante a esses;

b) para uso em fogão, com capacidade volumétrica de até 17 l (inclusive): banhos-maria, caçarolas, caldeirões, cozedores a vapor, cuscuzeiras, espagueteiras, fervedores, merendeiras, paejeiras, panelas, papeiros, pipoqueiras, pudinzeiras, tachos, woks, ou outro utensílio com função semelhante a esses;

c) para uso em fogão, com diâmetro de base ou diagonal - equivalente ao diâmetro de circunferência circunscrita na forma geométrica do utensílio - de até 40 cm (inclusive): bifeteiras, bistequeiras, churrasqueiras, crepeira, formas de pizza fechadas, formas para fonte direta de calor, frigideiras, molheiras, omeleteiras, panquequeiras, sanduicheiras e tapioqueiras, ou outro utensílio com função semelhante a esses;

d) para uso em fogão, com capacidade volumétrica de até 2 l (inclusive): bules, canecas, cafeteiras, chaleiras, fritadeiras, leiteiras, marmitas e molheiras, ou outro utensílio com função semelhante a esses; e

e) panelas de pressão, com capacidade volumétrica de até 30 l.

§2º Este RAC não se aplica às panelas com capacidade superior as supracitadas, as de uso exclusivo em hotéis, indústrias e acampamento (camping), às de silicone, além das exclusivamente elétricas, tipos réchaud e aos utensílios descartáveis.

§3º Os produtos de uso exclusivo em hotéis, indústrias ou acampamento (camping) devem estar devidamente identificados em seu rótulo ou embalagem quanto à exclusividade do uso pretendido." (NR)

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições contidas na Portaria Inmetro nº 398, de 2012, na Portaria Inmetro nº 419, de 2012 e na Portaria Inmetro nº 21, de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em xx de xxxxxxx, de xxxx [data específica, conforme art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019].

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

Presidente

ANEXO A

1. O Regulamento Técnico da Qualidade, publicado pela Portaria Inmetro nº 398, de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

" 3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

RDC Anvisa nº 91, de 2001, ou substitutiva	Regulamento Técnico - Critérios Gerais para Embalagens e Equipamentos Alimentícios em Contato com Alimentos
Resolução da Anvisa nº 105, de 1999, ou substitutiva	Aprova o Regulamento Técnico sobre as disposições gerais para embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos.
RDC da Anvisa nº 123, de 2001, ou substitutiva	Aprova o Regulamento Técnico sobre embalagens e equipamentos elastoméricos em contato com alimentos.
RDC da Anvisa nº 20, de 2007, ou substitutiva	Aprova o Regulamento Técnico sobre Disposições para Embalagens, Revestimentos, Utensílios, Tampas e Equipamentos Metálicos em Contato com Alimentos.
RDC da Anvisa nº 17, de 2008, ou substitutiva	Dispõe sobre Regulamento Técnico sobre lista positiva de aditivos para materiais plásticos destinados à elaboração de embalagens e equipamentos em contato com alimentos.
Portaria Anvisa nº 27, de 1996, ou substitutiva	Aprova o Regulamento Técnico sobre embalagens e equipamentos de vidro e cerâmica em contato com alimentos
Portaria Anvisa nº 987, de 1998, ou sua substitutiva	Aprova o Regulamento Técnico para embalagens descartáveis de polietileno tereftalato - PET - multicamadas destinadas ao acondicionamento de bebidas não alcoólicas carbonatadas, constante do anexo desta Portaria.
ABNT NBR ISO 209:2007	Alumínio e suas ligas - Composição química
ABNT NBR ISO 4287:2009	Especificações geométricas do produto (GPS) - Rugosidade: Método do perfil - Termos, definições e parâmetros da rugosidade
ISO 2747:1998	Vitreous and porcelain enamels - Enamelled cooking utensils - Determination of resistance to thermal shock
ISO 4532:1991	Vitreous and porcelain enamels - Determination of the resistance of enameled articles to impact - Pistol test
ISO 6508-1:2016	Materiais metálicos - Ensaio de dureza Rockwell Parte 1: Método de ensaio (escalas A, B, C, D, E, F, G, H, K, N, T)
ISO 28706-2:2017	Vitreous and porcelain enamels - Determination of resistance to chemical corrosion - Part 2: Determination of resistance to chemical corrosion by boiling acids, boiling neutral liquids and/or their vapors
ASTM A240M:2020	Standard Specification for Chromium and Chromium-Nickel Stainless Steel Plate, Sheet, and Strip for Pressure Vessels and for General Applications
ABNT NBR 5601:2011	Aços inoxidáveis - Classificação por composição química
ABNT NBR 8094:1983	Material metálico revestido e não revestido- corrosão por exposição à névoa salina
ABNT NBR 11823:2016	Utensílios domésticos metálicos - Panela de Pressão
ABNT NBR 12610:2010	Tratamento de superfície do alumínio e suas ligas - Determinação da espessura de camadas não condutoras pelo método de corrente parasita (Eddy Current)
ABNT NBR 12611:2006	Alumínio e suas ligas - Tratamento de superfície - Determinação da espessura de camada anódica - Método de microscopia óptica
ABNT NBR 14155:2010	Tratamento de superfície do alumínio e suas ligas - Determinação da microdureza da camada anódica da anodização para fins técnicos (dura)
ABNT NBR 14630:2018	Utensílios domésticos metálicos para uso em forno e fogão
ABNT NBR 14622:2006	Alumínio e suas ligas - Tratamento de superfície - Determinação da aderência da pintura - Método de corte em X e corte em grade
ABNT NBR 14876:2016	Utensílios domésticos metálicos - Alças, cabos, poméis e sistemas de fixação
ABNT NBR 15321:2019 Parte 1	Utensílios domésticos metálicos - Revestimento - Segurança
ABNT NBR 15321:2020 Parte 2	Utensílios domésticos metálicos - Revestimento Parte 2 - Revestimento para produtos utilizados em fornos
ABNT NBR 15975:2011	Alumínio primário e de fundição - Composição química
ABNT NBR 5906:2008	Bobinas e chapas laminadas a quente de aço- carbono para estampagem - Especificação
ABNT NBR 5915-1:2013	Chapas e bobinas de aço laminadas a frio - Parte 1: Requisitos
ABNT NBR 6589:2015	Peças em ferro fundido cinzento classificadas conforme a resistência à tração
ABNT NBR 6651:2013	Bobinas e chapas finas de aço-carbono, laminadas a frio, para esmaltação vítrea Especificação
DIN EN 1561:2012	Founding - Grey cast irons

"(NR)

"4.2 Alça, Cabo ou Pomel

Dispositivo fixo ou removível pertencente ao utensílio ou tampa que serve para erguê-la ou segurá-la." (NR)

"4.5 Bifeteira ou bistequeira

Utensílio culinário, estriado ou liso, utilizado geralmente para preparar bifes ou bistecas." (NR) "4.6 Caçarola e Caldeirão

Utensílio, com ou sem tampa, geralmente redondo, de largura e altura variáveis, utilizado para preparar alimentos." (NR)

"4.15 Frigideira

Utensílio utilizado geralmente para fritar alimentos." (NR)

"4.16 Fritadeira

Utensílio geralmente utilizado para fritar alimentos, com ou sem escorredor." (NR)

"4.21 Panela

Utensílio com cabo, com ou sem tampa, de largura e altura variáveis, utilizado para preparar alimentos." (NR)

"5.1.1.1.5 O fundo das panelas de pressão, em sua parte externa, quando revestida com antiaderente não vítreo, deve conter ranhuras, ou sulcos, ou com superfície mais áspera ou de qualquer outra forma para evitar o deslizamento desses sobre a plataforma de cocção, reservando uma área central suficiente para as marcações regulamentares." (NR)

"5.1.1.2 Corpo

O corpo das panelas de pressão deve ser fabricado em um dos seguintes materiais:

a) alumínio - ligas constantes da ABNT NBR ISO 209, com exceção das seguintes ligas: 4009, 4026, 4032, 4145, 4145A, 8090, 8091 ou 8093;

b) alumínio fundido, conforme ABNT NBR 15975;

c) aço inoxidável, conforme ABNT NBR 5601;

d) aço laminado para estampagem, conforme ABNT NBR 5906 e ABNT NBR 5915-1;

e) ferro fundido, conforme a DIN EN 1561, classes GJL-100, GJL-150 ou GJL-200;

f) cobre, latão ou bronze revestidos integralmente na parte interna por uma capa de ouro, prata, níquel ou estanho tecnicamente puros; ou

g) titânio." (NR)

"5.1.3.1 A panela de pressão (corpo e tampa) deve ser colocada aberta na câmara de ensaio de corrosão por névoa salina, de acordo com a ABNT NBR 8094, em uma inclinação de 45 ± 5° pelo período de 24 horas. Como critério de aceitação, pode haver a ocorrência de pontos vermelhos desde que o utensílio não perca sua usabilidade, não afete sua resistência mecânica e que atenda aos critérios de migração de elementos conforme disposto em Resoluções da Anvisa. Em seguida, dar continuidade ao diagrama sequencial da figura 19 da ABNT NBR 14876 e, ao final, verificar a ocorrência de corrosão nas válvulas de segurança (quando estas forem metálicas), para as quais não pode haver pontos de corrosão." (NR)

"5.1.6.1.1 As pressões de trabalho devem ser determinadas conforme o procedimento estabelecido pelo item 4.4.1 da norma técnica ABNT NBR 11823." (NR)

"5.2.1.1 Corpo

O corpo do utensílio deve ser fabricado em um dos seguintes materiais:

a) alumínio - ligas constantes da ABNT NBR ISO 209, com exceção das seguintes ligas: 4009, 4026, 4032, 4145, 4145A, 8090, 8091 ou 8093;

b) alumínio fundido, conforme ABNT NBR 15975;

c) aço inoxidável, conforme ABNT NBR 5601;

d) aço laminado para estampagem, conforme ABNT NBR 5906 e ABNT NBR 5915-1;

e) ferro fundido, conforme a DIN EN 1561, classes GJL-100, GJL-150 ou GJL-200;

f) cobre, latão ou bronze revestidos integralmente na parte interna por uma capa de ouro, prata, níquel ou estanho tecnicamente puros;

g) aço laminado a frio conforme ABNT NBR 6651 (esmaltação); ou

h) titânio." (N.R.)

"5.2.1.3 O fundo das panelas de pressão, em sua parte externa, quando revestida com antiaderente não vítreo, deve conter ranhuras, ou sulcos, ou com superfície mais áspera ou de qualquer outra forma para evitar o deslizamento desses sobre a plataforma de cocção, reservando uma área central suficiente para as marcações regulamentares." (NR)

"5.2.4.1 O fundo do utensílio com termodifusor deve ser ensaiado de acordo com o Anexo E da norma técnica ABNT NBR 14630." (NR)

"5.2.5 Ensaio das propriedades mecânicas

Os ensaios de propriedades mecânicas devem ser realizados somente no corpo do utensílio, a exceção do ensaio de cantos vivos e rebarbas, conforme previsto no subitem 5.2.5.5, o qual deverá ser realizado também na tampa.

Para a realização de ensaio das propriedades mecânicas, deformações no corpo e/ou tampa do utensílio não devem ser consideradas falhas no cabo, na alça, ou no sistema de fixação. No entanto, caso essas deformações comprometam a sequência de ensaios previstos neste item, o utensílio deve ser reprovado.

Nota: Para utensílios com cabos e alças removíveis, são aplicáveis os ensaios de propriedades físicas e mecânicas, incluindo os ensaios de Resistência a Queima e de Resistência ao Calor, independente da orientação de uso indicada para o produto" (NR)

"5.2.6 Ensaio das propriedades físicas

Para utensílios com cabos e alças removíveis, são aplicáveis os ensaios de propriedades físicas e mecânicas, incluindo os ensaios de Resistência a Queima e de Resistência ao Calor, independente da orientação de uso indicada para o produto." (NR)

"5.2.6.2.2.1 Caso seja possível atingir com uma sonda esférica de 14 mm de diâmetro qualquer parte de metal contida dentro do cabo, da alça ou do pomel cuja temperatura exceda 50ºC, deve ser indicado o uso de proteção para o manuseio do utensílio doméstico.

Nota: Para os utensílios de uso em fogão que possam também ser utilizados em forno, é aplicável tanto o ensaio de Propagação de Calor (fogão) como também o ensaio de Resistência ao calor (forno)" (NR)

"5.2.6.4.1 Os cabos, as alças e os poméis, utilizados com a finalidade de retirar utensílios que serão utilizados em fornos, quando colocados em um forno com temperatura interna a 180ºC ± 2 pelo período de 1 (uma) hora, e logo após resfriados à temperatura ambiente por 3 (três) horas, não podem apresentar quaisquer danos ou distorções tanto em si próprios quanto nos sistemas de fixação do corpo ou da tampa do utensílio.

Nota: Para os utensílios de uso em fogão que possam também ser utilizados em forno, é aplicável tanto o ensaio de Propagação de Calor (fogão) como também o ensaio de Resistência ao calor (forno)" (NR)

"5.2.7.1.1 O utensílio (corpo e tampa, se houver), deve ser colocado aberto na câmara de ensaio de corrosão por névoa salina, de acordo com a ABNT NBR 8094 e de acordo com a ABNT NBR 14876, em uma inclinação de 45 ± 5° pelo período de 24 horas. Como critério de aceitação, pode haver a ocorrência de pontos vermelhos desde que o utensílio não perca sua usabilidade, não afete sua resistência mecânica e que atenda aos critérios de migração de elementos conforme disposto em Resoluções da Anvisa. Em seguida, lavar a amostra conforme a norma ABNT NBR 8094 e continuar os ensaios de propriedades mecânicas.

Nota: O ensaio de névoa salina somente se aplica aos componentes, corpos e tampas ferrosos das panelas metálicas, incluindo os construídos em aço inoxidável, não sendo aplicado aos utensílios de ferro fundido" (N.R.)

"5.2.8.1 Cada utensílio deve ser marcado de forma permanente ou adesivado, de maneira clara e indelével, com as seguintes indicações:

a) nome do fornecedor;

b) identificação que garanta a rastreabilidade do produto, e

c) capacidade volumétrica e diâmetro nominal." (N.R.)

2. Fica incluído o subitem 5.2.2.3.2.1 no Regulamento Técnico da Qualidade, aprovado pela Portaria Inmetro nº 398, de 2012, com a seguinte redação:

"5.2.2.3.2.1 Quando, pelo formato do utensílio, não for possível medir a diagonal, a medida da diagonal dos utensílios deve ser equivalente ao diâmetro da circunferência circunscrita do utensílio, com variação máxima de ± 2%."(N.R)

3. Fica excluído o item 1.1 do Regulamento Técnico da Qualidade, aprovado pela Portaria Inmetro nº 398, de 2012.

4. Fica excluído o subitem 5.2.8.4 do Regulamento Técnico da Qualidade, aprovado pela Portaria Inmetro n° 398, de 2012.

5. Ficam excluídos os itens, e seus subitens correspondentes, 1, 4, 5, 6, 9, 10, 16, 20, 21, 22 e 23 da Portaria Inmetro nº 21, de 2016.

ANEXO B

1. Os Requisitos de Avaliação da Conformidade, publicado pela Portaria Inmetro nº 419, de 2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"1.2.3 Família de Utensílios

Para fins deste RAC, definem uma família cada agrupamento de utensílios conforme tabela a seguir, considerando também os mesmos materiais de construção, processo produtivo e tipo de revestimento, com exceção de panelas de pressão, que devem seguir os critérios do item 1.2.4 deste RAC.

Tabela 1: Agrupamento dos tipos de utensílios por família

Família	Tipos de utensílios
1	Abafador, assadeira, churrasqueira, forma, formas de pizza fechadas, formas para fonte direta de calor, marmita, merendeira, tabuleiro e torteira, ou outro utensílio com função semelhante a esses
2	Bifeteira, bistequeira, crepeira, frigideira, omeleteira, fritadeira, paejeira, panquequeira, tapioqueira e wok, ou outro utensílio com função semelhante a esses
3	Bule, cafeteira, caneca, chaleira, fervedor e leiteira, ou outro utensílio com função semelhante a esses
4	Banho-maria, caçarola, caldeirão, espagueteira, molheira, cuscuzeira, cozedor a vapor, panela, papeiro, pipoqueira, pudinzeira e tacho, ou outro utensílio com função semelhante a esses

Nota: podem ser incluídos na mesma família aqueles utensílios cujo revestimento interno da panela diferencie-se apenas pelo pigmento/cor, mantendo a mesma formulação de sua base e número de camadas. Porém, considerando-se que cores diferentes podem apresentar resultados diferentes quanto à migração de substâncias, devem ser solicitados quantos laudos forem necessários para que o OCP comprove que os modelos com variação de pigmento no revestimento interno atendam as Resoluções Anvisa, conforme Anexo C." (N.R)

"6.2.1 Solicitação de Certificação

O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP de acordo com os requisitos do RGCP, juntamente com a:

a) Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade em atendimento aos requisitos descritos no item

ou no item 6.3.1.2, no caso de MPEs;

b) Memorial Descritivo, conforme Anexo B deste RAC; e

Documentos descritos no Anexo C, de acordo com os respectivos materiais para evidenciar a conformidade dos seus produtos à regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para materiais, utensílios e equipamentos em contato com alimentos, juntamente com os respectivos relatórios de ensaios. Para panelas metálicas com e sem revestimento podem ser apresentados os relatórios de ensaios pelo fornecedor da matéria-prima.

Nota 1: As MPEs devem apresentar documentos que comprovem a sua classificação, de acordo com a legislação vigente. Cabe ao OCP avaliar e validar esta classificação.

Nota 2: Os ensaios realizados em atendimento ao Anexo C devem ser realizados e/ou avaliados somente na etapa de Solicitação de Certificação, ou no caso de alteração de matéria-prima, revestimentos e elastômeros (fornecedor e/ou composição)." (NR)

"6.3.1 Plano de Ensaios Iniciais

O OCP deve:

a) realizar o plano de ensaios iniciais conforme os critérios estabelecidos no RGCP e neste RAC.

b) realizar planos de ensaios individuais para cada família. O plano de ensaios iniciais deve contemplar a amostragem especificada no item 6.3.1.2 dentre os modelos de uma mesma família.

c) analisar as panelas quanto à sua rastreabilidade."(N.R)

"6.3.1.2 .....

Tabela 2: Amostragem para panelas de pressão.

Ensaios	Amostragem			Critério de Aceitação
	Prova	Contraprova	Testemunha	
Dimensões	1	1	1	Conforme item 5.2.2 do RTQ
Marcações e Instruções				Conforme item 5.1.10 do RTQ
Capacidade volumétrica				Conforme item 5.1.7 do RTQ
Válvula reguladora de pressão e válvula de segurança				Conforme item 5.1.4 do RTQ
Cantos vivos e rebarbas				Conforme item 5.2.5.5 do RTQ
Partes elastoméricas (Nota 2)	6	6	6	Conforme item 5.1.2.1 do RTQ
Partes poliméricas e névoa Salina	2	2	2	Conforme item 5.1.3 e 5.1.5 do RTQ
Pressões de trabalho	1	1	1	Conforme item 5.1.6.1 do RTQ
Pressão de resistência hidrostática	1	1	1	Conforme item 5.1.6.2 do RTQ
Pressão de funcionamento da válvula de segurança	1	1	1	Conforme item 5.1.6.3 do RTQ
Fixação do termodifusor (Nota 1)	1	1	1	Conforme item 5.1.9 do RTQ
Utensílios com revestimento antiaderente (Nota 1)	6	6	6	Conforme itens 5.2.3 do RTQ
Utensílios de alumínio com revestimento cerâmico e esmalte vítreo (Nota 1)	1	1	1	Conforme item 5.2.3.8.5.1 do RTQ
Utensílios de aço ou ferro fundido com revestimento cerâmico e esmalte vítreo (Nota 1)	6	6	6	Conforme item 5.2.3.8.5.2 do RTQ
Utensílios com anodização dura (Nota 1)	2	2	2	Conforme item 5.2.3.8 do RTQ

Nota 1: Só devem ser realizados em panelas em que os mesmos sejam aplicáveis, sendo assim, caso estes ensaios não sejam aplicáveis, não é necessária a realização de amostragem destas amostras.

Nota 2: É necessário um total de 6 anéis de vedação e 6 válvulas de segurança, sendo que estas amostras podem ser retiradas de amostras que foram submetidas a outros ensaios, com exceção o ensaio de "Pressão de funcionamento da válvula de segurança". Caso a amostragem total de panelas não seja suficiente para fornecer ao laboratório a quantidade mencionada de anéis e válvulas, fica a critério do OCP enviar somente os anéis e válvulas complementares para ensaio, a serem retiradas de amostras no momento da amostragem.

Nota 3: A quantidade total a ser amostrada deve ser a soma da quantidade de amostras de todos os ensaios aplicáveis, sendo permitido a reutilização do corpo de prova apenas dos ensaios que estão mesclados na tabela.

Nota 4: Os ensaios de revestimento antiaderente podem ser compartilhados por famílias diferentes, desde que um mesmo revestimento (composição, espessura e demais características) seja aplicado em diferentes famílias.

Tabela 3: Amostragem para outros utensílios, com exceção de panelas de pressão.

Ensaios	Amostragem			Critério de Aceitação
	Prova	Contraprova	Testemunha	
Dimensões	1	1	1	Conforme item 5.2.2 do RTQ
Capacidade Volumétrica				Conforme item 5.2.8 do RTQ
Marcações e Instruções				Conforme item 5.2.9 do RTQ
Propriedades mecânicas e névoa salina	1	1	1	Conforme item 5.2.7.1 e 5.2.5 do RTQ
Propriedades físicas	1	1	1	Conforme item 5.2.6 do RTQ
Fixação do termodifusor (Nota 1)	1	1	1	Conforme item 5.2.4 do RTQ
Utensílios com revestimento antiaderente (Nota 1)	6	6	6	Conforme item 5.2.3 do RTQ
Utensílios de alumínio com revestimento cerâmico e esmalte vítreo (Nota 1)	1	1	1	Conforme item 5.2.3.8.5.1 do RTQ
Utensílios de aço ou ferro fundido com revestimento cerâmico e esmalte vítreo (Nota 1)	6	6	6	Conforme item 5.2.3.8.5.2 do RTQ
Utensílios com anodização dura (Nota 1)	2	2	2	Conforme item 5.2.3.8 do RTQ

Nota 1: Só devem ser realizados em panelas em que os mesmos sejam aplicáveis, sendo assim, caso estes ensaios não sejam aplicáveis, não é necessária a realização de amostragem destas amostras.

Nota 2: A quantidade total a ser amostrada deve ser a soma da quantidade de amostras de todos os ensaios aplicáveis, sendo permitida a reutilização do corpo de prova apenas dos ensaios que estão mesclados na tabela.

Nota 3: Os ensaios de revestimento antiaderente podem ser compartilhados por famílias diferentes, desde que seja o mesmo revestimento, proveniente do mesmo fornecedor e aplicado nas famílias de mesmo material construtivo " (N.R.)

"6.3.1.5.2.1 O Certificado de Conformidade, como um instrumento formal emitido pelo OCP, deve conter, além das informações contidas nos Requisitos Gerais de Certificação de Produtos - RGCP, os seguintes itens:

Família	Para as famílias definidas conforme subitem 1.2.3 desse RAC, utilizar a seguinte configuração: "Família (conforme Tabela 1) + material de construção (tipo + liga/composição) + tipo de revestimento (tipo + designação comercial) + número de camadas do revestimento". Para as famílias definidas no item 1.2.4 desse RAC, utilizar a seguinte configuração: "Família panela de pressão + material de construção (tipo + liga/composição) + tipo de revestimento (tipo + designação comercial) + número de camadas do revestimento + diâmetro interno + pressão de trabalho + tipo de fechamento".		
Marca	Modelo: Designação comercial do modelo e código de referência comercial (se existente)	Descrição técnica do(s) modelo (s): tipo de utensílio; material de construção; pressão nominal (quando houver); pintura; revestimento, incluindo cor e classificação (se aplicável); dimensões (no mínimo diâmetro interno ou dimensões nominais e volume); Sistema de fechamento (quando houver); Acessórios (quando houver)	Código de barras: Quando existente, informar todas as versões.

"

"6.4.2.2 Definição da Amostragem

O OCP é responsável pela coleta aleatória das amostras do utensílio a ser certificado conforme as Tabelas 2 e 3 do item 6.3.1.2. "(N.R)

"6.4.3.2.1 Definição de ensaios a serem realizados

Para as famílias contempladas no subitem 1.2.3 desse RAC, os ensaios devem ser realizados a cada 02 (dois) anos, de acordo com a Tabela 2 desse RAC. Para as famílias contempladas no subitem 1.2.4 deste RAC, os ensaios devem ser realizados anualmente, de acordo com a Tabela 3 desse RAC."(N.R)

"6.5.1.2 O OCP é responsável pela coleta das amostras do utensílio a ser certificado, por família, conforme tabela a seguir:

Tabela 8: Amostragem para Panelas de Pressão e outros Utensílios, para certificação por Modelo 1b - Lote / ensaios para a certificação das famílias dos Utensílios

Ensaios	Tamanho do Lote	Amostragem - Prova
Conforme Tabelas 2 e 3 deste RAC	1 a 5000	1 repetição - todos os ensaios aplicáveis
	5.001 a 10.000	2 repetições - todos os ensaios aplicáveis
	Igual ou acima de 10.001	3 repetições - todos os ensaios aplicáveis

Nota: a amostragem deve ser realizada considerando a quantidade necessária para a realização de todos os ensaios aplicáveis, conforme estabelecido nas Tabelas 2 e 3 desse RAC, e multiplicada, proporcionalmente, ao tamanho do lote da família (ex. até 5000 unidades considera-se uma (1) repetição de cada ensaio aplicável." (N.R.)

"6.5.3 Emissão do Certificado de Conformidade

Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade para o Lote devem seguir as condições descritas no RGCP e no item 6.3.1.5.2.1." (N.R)

2. O Anexo A dos Requisitos de Avaliação da Conformidade, aprovados pela Portaria Inmetro nº 419, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO A - MODELOS PARA O SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

A.1 A identificação da conformidade deve ser gravada no rótulo e em sua embalagem primária, quando houver, de forma clara, indelével e não violável - gravado ou adesivo, contendo o Selo com a marca do Inmetro, o número do registro e a logomarca do OCP, devendo seguir um dos modelos do Selo de Identificação da Conformidade descritos na figura A.1, com exceção dos utensílios que possuam revestimentos, que devem estar de acordo com o item A2 desse Anexo.

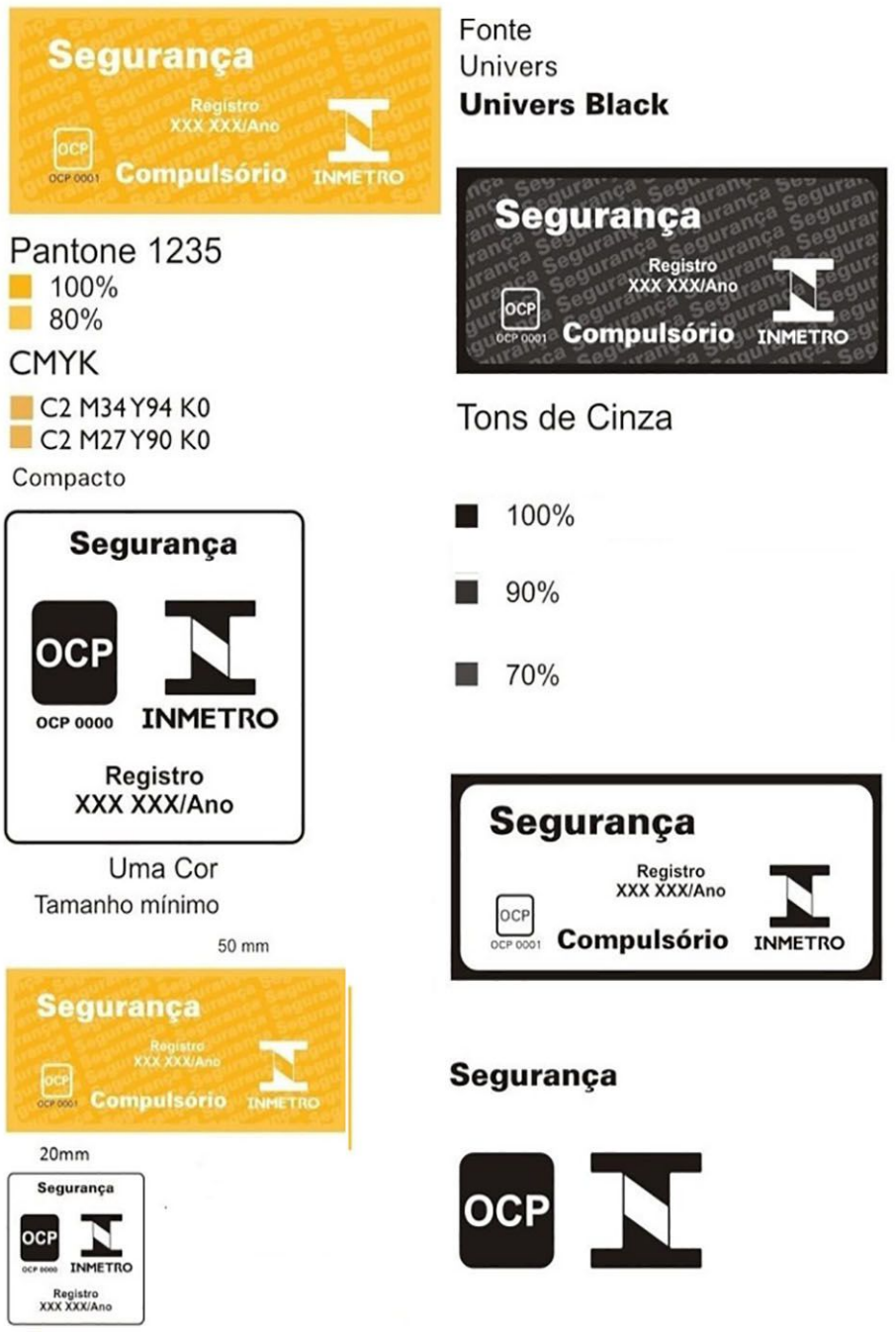


Figura A.1 - Formato e dimensões do Selo de Identificação da Conformidade

Nota: Na embalagem principal dos jogos, conjuntos, "kits", feirinhas e outras formas de apresentação deve ser informada a relação de utensílios constantes no agrupamento, seus respectivos números de registro e de códigos de barra para fins de fiscalização e, quando aplicável a frase "Produto contém revestimento antiaderente com classificação = ...", sendo as reticências substituída por "A (ótima)", "B (boa)", "C (fraca)" e "D (nenhuma)" para cada um dos utensílios pertinentes.

A.2 Para os utensílios que possuam revestimentos antiaderente deve ser utilizado o Selo de Identificação da Conformidade conforme a figura A.2, devendo ser aposto no produto ou na embalagem de forma impressa ou de adesivo, de forma clara, visível ao consumidor para sua decisão de compra.



Figura A.2 - Formato e dimensões do Selo de Identificação da Conformidade para utensílios com revestimentos.

A.3 A figura A.2 deve ser impressa em fundo branco e com texto na cor preta. As faixas de eficiência devem obedecer ao padrão de cores CMYK (ciano, magenta, amarelo e preto), conforme Quadro 1 ou no padrão de cores RGB (vermelho, verde e azul) conforme Quadro 2:

Quadro 1 - Padrão CMYK formador das cores da ENCE

Classes	Ciano	Magenta	Amarelo	Preto
A	100	0	100	0
B	30	0	100	0
C	0	0	100	0
D	0	30	100	0

Quadro 2 - Padrão RGB formador das cores da ENCE

Classes	Red	Green	Blue
A	0	128	0
B	153	204	0
C	255	255	0
D	255	153	0

A.4 Para os utensílios de menor área, com ou sem revestimento, que não seja possível a aplicação do tamanho mínimo do Selo de Identificação da Conformidade citado acima, será possível a aplicação do Selo compacto, com o tamanho mínimo de 20 mm, conforme figura a seguir:



A.4.1 Para os utensílios de menor área que possuam revestimentos, é permitido, ao invés do Selo de aderência, o uso do Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro compacto, acompanhado de uma frase de advertência, conforme abaixo, de acordo com a classificação do Revestimento Antiaderente.

"Produto contém revestimento antiaderente com classificação = A (ótima)" "Produto contém revestimento antiaderente com classificação = B (boa)" "Produto contém revestimento antiaderente com classificação = C (fraca)"

"Produto contém revestimento antiaderente com classificação = D (nenhuma)". " (N.R)

3. O Anexo B dos Requisitos de Avaliação da Conformidade, aprovados pela Portaria Inmetro nº 419, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

" ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO

B.1 O Memorial Descritivo deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

DADOS GERAIS

Razão social do solicitante: Modelos e família de utensílio: Nome e endereço do fabricante: Denominações comerciais:

Marca:

Código de Barras:

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO UTENSÍLIO

Material de construção do corpo:

Liga/composição do metal:

Possui termodifusor:

Processo de Fabricação:

( ) Estampagem ( ) Fundição

( ) Forjamento ( ) Repuxo

( ) Outros: _____

Dimensões:

Espessura:

Tipo de utensílio:

CARACTERÍSTICAS DO REVESTIMENTO

- Tipo de aplicação;
- Quantidade de camadas;
- Composição:
- Possui característica Antiaderente

POSICIONAMENTO DAS CERTIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS (SELO)

Marca do fabricante e ou importador: como está posicionada. ANEXOS

Desenhos, Fotos e/ou Catálogos Técnicos.

Data do Documento Assinaturas dos responsáveis do fornecedor" (N.R)

4. O Anexo C dos Requisitos de Avaliação da Conformidade, aprovados pela Portaria Inmetro nº 419, de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"C.1.1 Declaração: Auto Declaração do Metal de Construção - Anexo C1" (N.R) "C.2 Panelas metálicas com revestimento vítreo, esmaltado e/ou cerâmico Utensílios com revestimento que não contenham compostos poliméricos.

C.2.1 Declarações: Auto Declaração do Metal de Construção - Anexo C1 e Auto Declaração com revestimento vítreo, esmaltado e/ou cerâmico - Anexo C2;

....." (N.R)

"C.3 Panelas metálicas com revestimento polimérico

Utensílios com revestimento esmaltado que contenham compostos poliméricos devem atender aos itens C2 e C3.

C.3.1 Declarações: Auto Declaração do Metal de Construção - Anexo C1;
....." (N.R)
"C.3.8 Laudo de migração de substâncias de conferem cor para atendimento a RDC n° 52/2010 ou suas respectivas sucessoras (Ensaio somente para polímeros coloridos) e realizada no produto final (panela).
....." (N.R)
"ANEXO C1 - Auto Declaração do Metal de Construção
AUTO DECLARAÇÃO
A (neste campo deve-se inserir o nome do fornecedor), sito à (aqui deve-se inserir o endereço completo do fornecedor), inscrita no CNPJ (inserir o número do CNPJ da empresa), declara que os componentes da formulação dos produtos (neste campo deve-se inserir as descrições das panelas - objeto de certificação) constam na Lista Positiva da seguinte Resolução:
- Resolução RDC nº 20, de 22 de março de 2007 que "aprova o Regulamento Técnico sobre Disposições para Embalagens, Revestimentos, Utensílios, Tampas e Equipamentos Metálicos em Contato com Alimentos", publicada pela Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde.
Declaramos também que o metal utilizado na fabricação do corpo e tampa dos produtos citados acima são de:
( ) Alumínio - ligas constantes da ABNT NBR ISO 209:2007, com exceção das seguintes ligas: 4009, 4026, 4032, 4145, 4145A, 8090, 8091 ou 8093;
( ) Alumínio fundido, conforme ABNT NBR 15975:2013; ( ) Aço inoxidável, conforme ABNT NBR 5601:2011;
( ) Aço laminado para estampagem, conforme ABNT NBR 5906:2008 e 5915-1:2013;
( ) Ferro fundido, conforme a DIN EN 1561:2012, classes GJL-100, GJL-150 ou GJL-200.
( ) Cobre, latão ou bronze revestidos integralmente na parte interna por uma capa de ouro, prata, níquel ou estanho tecnicamente puros.
( ) Aço laminado a frio conforme ABNT NBR 6651:2013 - Esmaltação vítrea. ( ) Titânio.
Esta declaração e as informações fornecidas na mesma são de total responsabilidade do Contratante (cliente).

_____
Assinatura do Responsável Legal
Nome completo:
CPF:
Data: (DD/MM/AAAA)
" (N.R)
"ANEXO C2 - Auto Declaração com revestimento vítreo, esmaltado e/ou cerâmico.
AUTO DECLARAÇÃO
A (neste campo deve-se inserir o nome do fornecedor), sito à (aqui deve-se inserir o endereço completo do fornecedor), inscrita no CNPJ (inserir o número do CNPJ da empresa), declara que os componentes da formulação dos produtos (neste campo deve-se inserir as descrições das panelas
- objeto de certificação), cumpre os requisitos da Portaria 27/1996 ou suas respectivas sucessoras.
Reiteramos ainda que, para o atendimento completo dos requisitos desses regulamentos, os artigos fabricados com o revestimento esmalte vítreo, devem ser submetidos aos ensaios de migração específica de cádmio e chumbo.

_____
Assinatura do Responsável Legal
Nome completo:
CPF:
Data: (DD/MM/AAAA)
" (N.R)
5. O Anexo D dos Requisitos de Avaliação da Conformidade, aprovados pela Portaria Inmetro nº 419, de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:
"D.1 Esclarecer que para a constituição das famílias 1, 2, 3 e 4 e famílias de panelas de pressão, desde que possuam o mesmo material de construção e o mesmo tipo de revestimento (interno), os utensílios que possuírem apenas a pintura externa como diferença fazem parte da mesma família." (N.R.)
"D.2 Para a constituição das famílias 1, 2, 3 e 4, é de responsabilidade do OCP a seleção do utensílio mais crítico para a realização dos ensaios completos, tendo em vista que, no caso de haver na mesma família utensílios com quaisquer componentes que os diferencie quanto ao sistema de fixação, bem como outras características distintas que possam apresentar comportamento diferenciado nos ensaios, por exemplo tampas, cabos, alças, pomeis, partes elastoméricas válvulas, etc, deverão, obrigatoriamente, ser realizados ensaios complementares, conforme Tabelas 3 e 6 desta Portaria." (N.R.)
"D.5 As tampas aplicáveis entre modelos de famílias distintas podem ser ensaiadas uma única vez e seus resultados compartilhados para todos os utensílios que as utilizem." (N.R.)
"D.8 Na impossibilidade da realização de algum dos ensaios de revestimento previstos no RTQ no item mais crítico da família, devido suas dimensões ou outras características, o OCP deverá seguir as prioridades abaixo:
a) realizar os ensaios em outro utensílio da mesma família;
b) realizar ou validar os ensaios em utensílio de outra família, desde que possuam as mesmas características (mesmo material de construção, mesmo tipo de revestimento e número de camadas, mesmo processo de fabricação principal), e
c) não realizar o ensaio, sendo substituído pela aplicação da nota mais conservadora." (N.R)
6. Incluir o subitem D.9 no Anexo D dos Requisitos de Avaliação da Conformidade, aprovados pela Portaria Inmetro nº 419, de 2012, com a seguinte redação:
"D.9 As fontes de calor referenciadas nos ensaios previstos pela Portaria Inmetro n° 398, de 2012, devem ser de natureza térmica, com o gás liquefeito de petróleo padrão utilizado na regulamentação de fogões e fornos de uso doméstico, utilizando um fogão a gás, protegendo as laterais dos utensílios em relação às chamas e aplicando as temperaturas especificadas nos respectivos ensaios e as seguintes potências:
- com o queimador de potência de 3,3±0,5kW para toda e qualquer panela de pressão;
- com o queimador de potência de 1,0±0,5kW para panelas metálicas com diâmetros externos de até 18 centímetros (inclusive), a exceção de panelas de pressão;
- com o queimador de potência de 2,0±0,5kW para panelas metálicas com diâmetros externos de entre 18 centímetros e 26 centímetros (inclusive), a exceção de panelas de pressão;
- com o queimador de potência de 3,3±0,5kW para panelas metálicas com diâmetros externos acima de 26 centímetros, a exceção de panelas de pressão." (N.R)
7. Fica excluído o subitem 6.4.1.1 dos Requisitos de Avaliação da Conformidade, aprovados pela Portaria Inmetro n° 419, de 2012.
8. Ficam excluídos os itens 1, 26, 34, 35 e 36 da Portaria Inmetro nº 21, de 2016.

PORTARIA INMETRO Nº 159, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, inciso VII, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Considerando o disposto no art. 9º-A do Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, que institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX; Considerando o que consta no Processo SEI nº 0052600.003282/2021-74, resolve:
Art. 1º A liberação das importações das mercadorias sob a anuência do INMETRO descritas nesta Portaria poderá se dar por meio do módulo Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos - LPCO no Portal Único de Comércio Exterior, a que se refere o art. 9º-A do Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992.
§ 1º As importações das mercadorias referidas no caput poderão ocorrer igualmente por meio da Licença de Importação e Declaração de Importação.
§ 2º Para a realização da anuência do Inmetro através do módulo LPCO, o importador deverá estar habilitado para a sua utilização no Portal Único de Comércio Exterior do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX.
Art. 2º O usuário:
I - registrará o pedido de licenciamento de importação via módulo LPCO no Portal Único de Comércio Exterior do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX;
II - registrará a Declaração Única de Importação - Duimp no Portal Único de Comércio Exterior;
III - vinculará a LPCO deferida pelo INMETRO no item de Duimp referente à importação da mercadoria listada nesta Portaria.
IV - deverá recolher a Taxa de Anuência prevista no Anexo II da Lei nº 9933/1999, por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), gerada pelo sistema Orquestra em processo específico próprio.
Art. 3º O Inmetro terá acesso, a qualquer tempo, às seguintes informações das Duimp que dependam de sua anuência conforme publicadas no Anexo III da Instrução Normativa SFR nº 680, de 2 de outubro de 2006 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB):
I - identificação do importador;
II - dados da carga;
III - documentos compartilhados com o Inmetro;
IV - dados das mercadorias anuídas pelo Inmetro, inclusive as listas de todos LPCOs vinculados a estas; e
V - listas de todos os tratamentos administrativos aplicados a essas Duimp.
Art. 4º As Licenças emitidas por meio do módulo LPCO:
I - serão válidas para mais de uma operação de importação, caso se enquadrem em algum dos seguintes tipos:
a) produto sujeito a certificação compulsória;
b) produto sujeito a certificação compulsória por lote;
c) produto sujeito a registro de objeto;
d) produto sujeito a registro de objeto por lote;
e) produto que deve atender a medida regulatória do Inmetro exclusivamente por meio do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE);
f) instrumento de medição/medida materializada sujeito à aprovação de modelo; e
g) produto/instrumento de medição/medida materializada isento de regulação ou não regulamentado.
II - terão sua validade definida pelo tipo de operação de importação realizada;
III - serão passíveis de controle de saldo;
IV - serão válidas para o CNPJ completo da sociedade.
Art. 5º A relação das NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) sujeitas a registro de LPCO no Portal Único de Comércio Exterior nas operações de importação, na forma desta Portaria, encontra-se no Anexo Único, também disponível no endereço http://www.inmetro.gov.br/legislacao/.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 02 de maio de 2021.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXO ÚNICO

Relação das NCM (NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL) SUJEITAS A REGISTRO DE LPCO NO PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR
1. Códigos de NCM aptas à anuência do Inmetro por meio do módulo LPCO no Portal Único de Comércio Exterior
1.1 40112010
1.240112090
1.3 84143011
1.4 84143019
1.5 84143091
1.6 84143099
1.7 84238110
1.8 84501100
1.9 84501200
1.10 84501900
1.11 84502090
1.12 87087010
1.13 87087090

PORTARIA Nº 158, DE 09 DE ABRIL DE 2021

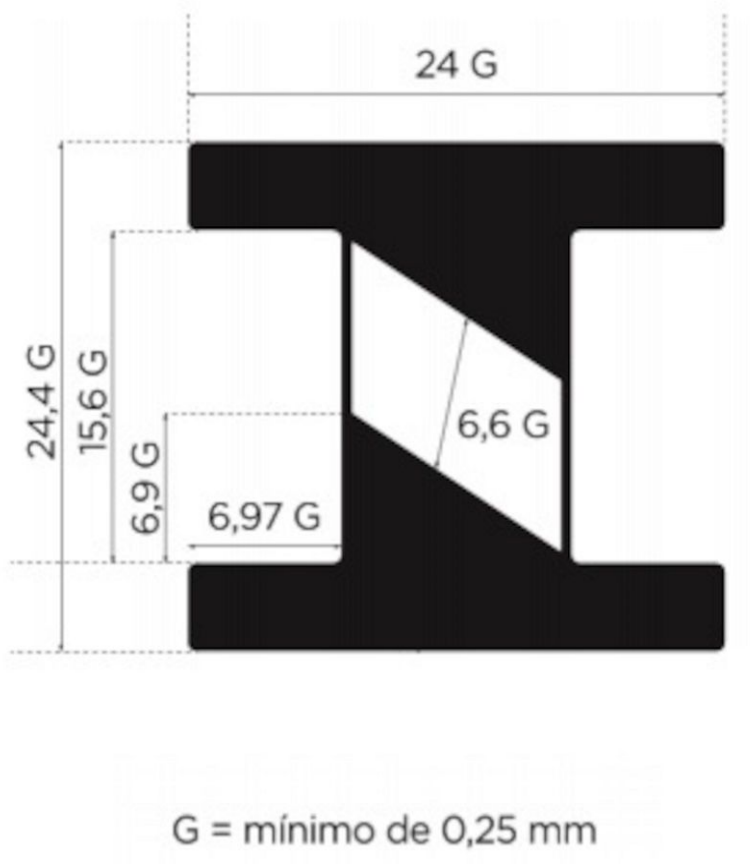
Altera o Regulamento Consolidado para Pneus de Bicicletas de Uso Adulto, publicado pela Portaria Inmetro nº 393, de 2020.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;
Considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.001808/2021-81;
Considerando a Portaria Inmetro nº 393, de 22 de dezembro de 2020, que aprova o Regulamento Consolidado para Pneus de Bicicletas de Uso Adulto, publicada no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2020, seção 1, página 65; e
Considerando as dificuldades do setor produtivo no cumprimento das especificações do Selo de Identificação da Conformidade para Pneus de Bicicletas de Uso Adulto, estabelecidas pela Portaria Inmetro nº 393, de 2020, em decorrência dos custos para sua implementação, resolve:
Art. 1º A Portaria Inmetro nº 393, de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:
"Art. 12. A partir de 60 (sessenta) meses, contados da data de vigência desta Portaria, os fabricantes nacionais e importadores devem fabricar ou importar, para o mercado nacional, somente pneus de bicicletas de uso adulto cujos Selos de Identificação da Conformidade estejam em conformidade com o layout estabelecido na Figura 1 do Anexo III desta Portaria.
§ 1º A partir de 12 (doze) meses, contados do término do prazo fixado no caput, os fabricantes nacionais e importadores devem comercializar para o mercado nacional, somente pneus de bicicleta de uso adulto cujos Selos de Identificação da Conformidade estejam em conformidade com o layout estabelecido na Figura 1 do Anexo III desta Portaria.
§ 2º Os pneus de bicicleta de uso adulto fabricados, importados ou distribuídos antes da vigência dos prazos previstos no caput e § 1º poderão ostentar o Selo de Identificação da Conformidade cujo layout encontra-se na Portaria Inmetro nº 342, de 2008." (NR)
Art. 2º Fica substituída a Figura 1 - Selo de Identificação da Conformidade, do Anexo III da Portaria Inmetro nº 393, de 2020, na forma do Anexo desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 03 de maio de 2021, conforme determina art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXO

Figura 1 – Selo de Identificação da Conformidade



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 7.785, DE 6 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep 15414.600671/2021-13, resolve:

Art.1º Aprovar a transferência do controle acionário direto de CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 03.730.204/0001-76, para HOLDING XS1 S.A., CNPJ nº 38.122.269/0001-13, ambos com sede na cidade de Brasília - DF, na forma do instrumento de protocolo e justificação de cisão parcial de CAIXA SEGUROS HOLDING S.A., CNPJ nº 14.045.781/0001-45, com sede na cidade de Brasília - DF, celebrado em 17 de dezembro de 2020.

Art. 2º Ratificar que o controle acionário indireto e a ingerência efetiva nos negócios de CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. permanecem sendo exercidos por CNP ASSURANCES S.A., CNPJ nº 05.714.603/0001-79, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da França.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

DIRETORIA TÉCNICA 1

CARTA CIRCULAR ELETRÔNICA Nº 2/2021/DIR1/SUSEP

Às Sociedades supervisionadas pela Susep. Esclarecimentos acerca das contribuições do seguro de penhor rural ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR..

Senhor Diretor de Relações com a SUSEP,

1. A SUSEP informa que, após reanálise jurídica de sua Procuradoria Federal acerca das contribuições compulsórias ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR, concluiu-se que a adesão ao Fundo é facultativa para todos os ramos ou modalidades de seguros rurais, inclusive o seguro de penhor rural.

2. Esta revisão de entendimento projeta efeitos apenas para o futuro, na forma determinada pelo art. 2º, parágrafo único, inciso XIII, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3. Desta forma, a partir da publicação desta Carta Circular, as seguradoras que comercializem seguros de penhor rural ficam desobrigadas de contribuir compulsoriamente para o FESR de que trata o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

4. Ademais, para fins de registro dos produtos de seguros de penhor rural no sistema de Registro Eletrônico de Produtos - REP, as seguradoras deverão selecionar o ramo "Penhor Rural" e especificar o SUBRAM ("com FESR" ou "sem FESR"), conforme o caso.

IGOR LINS DA ROCHA LOURENÇO
Diretor Diretoria Técnica 1

PORTARIA SUSEP/DIR1 Nº 28 DE 30 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 1 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência estabelecida no inciso XVIII, do artigo 19, do Anexo I, da Resolução CNSP n° 374, de 28 de agosto de 2019, tendo em vista o disposto no inciso III, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e no artigo 18, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.602370/2020-43, resolve:

Art. 1º Cadastrar XL CATLIN INSURANCE COMPANY UK LIMITED, sociedade organizada e constituída de acordo com as leis da Inglaterra e País de Gales, como ressegurador eventual, nos termos do inciso VII, do artigo 2º, da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR LINS DA ROCHA LOURENÇO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 81, DE 6 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.603414/2021-33, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP, CNPJ nº 03.558.096/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 3 de fevereiro de 2021:

I - alteração do endereço da sede para Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, Ala Sul, 1º andar, parte, Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ; e

II reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 82, DE 6 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.602363/2021-22, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição de administrador de SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CNPJ nº 33.041.062/0001-09, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 1º de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 83, DE 6 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.602364/2021-77, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição de administrador de SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 01.704.513/0001-46, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 1º de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 84, DE 6 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603557/2021-45, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de membros do comitê de auditoria de HDI GLOBAL SEGUROS S.A., CNPJ nº 18.096.627/0001-53, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 25 de fevereiro de 2021..

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 85, DE 6 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.603250/2021-44, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 03.209.092/0001-02, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 9 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 86, DE 6 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.604664/2021-91, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 17.479.056/0001-73, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 87, DE 6 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.604665/2021-35, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de INVESTPREV SEGURADORA S.A., CNPJ nº 42.366.302/0001-28, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 88, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.600338/2021-12, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento de dependência de CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A., CNPJ nº 29.959.459/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas reuniões do conselho de administração realizadas em 11 de dezembro de 2020 e 12 de março de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 89, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.600725/2021-41, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição administrador de MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., CNPJ nº 61.074.175/0001-38, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 90, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.600723/2021-51, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição de administrador de MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 04.046.576/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 91, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.600717/2021-02, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição de administrador de MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 09.382.998/0001-00, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL GOVERNANÇA DAS PARTICIPADAS

ATA

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ 22.543.331/0001-00 NIRE 53.3.0001645-3 ATA Nº 098 REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2020 I. Data e horário: Em vinte e três de janeiro de dois mil e vinte, às vinte horas e dezenove minutos, iniciou-se a Reunião do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., por meio eletrônico.II. Convocação: Os membros foram devidamente convocados para a reunião, conforme prevê o Estatuto Social da empresa.III. Votantes: Conselheiros: PEDRO DUARTE GUIMARÃES, Presidente; ADÃO NUNES DA SILVA, ANTÔNIO JOAQUIM GONZALEZ RIO-MAYOR, JÚLIO CESAR VOLPP SIERRA, LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES e THAYS CINTRA VIEIRA.Assessoramento Secretária designada: Paula Santiago dos Santos. Esteve disponível, para prestar esclarecimentos jurídicos, o Senhor Gryecos Attom Valente Loureiro, Diretor Jurídico da CAIXA.IV. Ordem do Dia: deliberar sobre: (i) Eleição de Diretor-Presidente da Caixa Seguridade Participações S.A.; (ii) Eleição de Diretor Executivo da Diretoria Comercial e de Produtos (DICOP) da Caixa Seguridade Participações S.A.V. Deliberação: O Conselho de Administração se manifestou conforme segue:(i) Eleição de Diretor-Presidente da Caixa Seguridade Participações S.A.: O Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 30, inciso XVII, do Estatuto Social da Companhia, ao apreciar o Relatório Executivo SUGOP/DIRIG nº 016/2020, de 23/01/2020, resolveu: a) destituir o Senhor MARCO ANTONIO DA SILVA BARROS, inscrito no CPF/MF sob o nº 732.550.257-53, do cargo de Diretor-Presidente da Caixa Seguridade Participações S.A., a partir de 31/01/2020; e, b) eleger o Senhor JOÃO EDUARDO DE ASSIS PACHECO DACACHE, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade n.º 06948511-8 IFPRJ, inscrito no CPF sob o nº 810.349.207-82, com endereço profissional na sede da empresa, ao cargo de Diretor-Presidente da Caixa Seguridade Participações S.A., com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Asa Sul, CEP 70.070-030, para cumprir mandato que se encerra em 15/05/2020, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. Para fins de registros necessários, foi esclarecido que o Senhor João Eduardo de Assis Pacheco Dacache atende às exigências constantes no Estatuto Social da Caixa Seguridade Participações S.A. e nas demais disposições legais de regência, nos termos da análise e manifestação promovida pelo Comitê de Elegibilidade da Companhia, consignada no Parecer nº 049, da Ata nº 37, de 22/01/2020.(ii) Eleição de Diretor Executivo da Diretoria Comercial e de Produtos (DICOP) da Caixa Seguridade Participações S.A: O Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 30, inciso XVII, do Estatuto Social da Companhia, ao apreciar o Relatório Executivo SUGOP/DIRIG nº 018/2020, de 23/01/2020, resolveu: a) destituir o Senhor GUSTAVO DE MORAES FERNANDES, inscrito no CPF/MF sob o nº 252.314.758-07, do cargo de Diretor Executivo Caixa Seguridade Participações S.A., a partir de 28/01/2020; e, b) eleger a Senhora CAMILA DE FREITAS AICHINGER, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, economiária, portadora da cédula de identidade n.º 6.611.467-8 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 006.567.429-41, com endereço profissional na sede da empresa, ao cargo de Diretora Executiva, na DI Comercial e de Produtos (DICOP) da Caixa Seguridade Participações S.A., com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Asa Sul, CEP 70.070-030, para cumprir mandato que se encerra em 15/05/2020, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. Para fins de registros necessários, foi esclarecido que a Senhora Camila de Freitas Aichinger atende às exigências constantes no Estatuto Social da Caixa Seguridade Participações S.A. e nas demais disposições legais de regência, nos termos da análise e manifestação promovida pelo Comitê de Elegibilidade da Companhia, consignada no Parecer nº 050, da Ata nº 37, de 22/01/2020.

LEONARDO GIUBERTI MATTEDI
Diretor Executivo

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

PORTARIA Nº 543, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.096, de 6 de novembro de 2019, e

CONSIDERANDO o art. 19 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, alterada pelas Leis nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, nº 12.702, de 7 de agosto de 2012 e nº 13.328, de 29 de julho de 2016;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010;

CONSIDERANDO a Orientação Normativa MPOG nº 7, de 31 de agosto de 2011;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial MPOG/MCTI nº 428, de 6 de setembro de 2012;

CONSIDERANDO a portaria interna nº 464, de 11 de janeiro de 2021; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 47648.001948/2019-59, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado da avaliação de desempenho institucional do 5º (quinto) ciclo do período compreendido de 1º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021, para fins de apuração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT), prevista na Portaria Fundacentro nº 464 de 11 de janeiro de 2021, constante no processo nº 47648.001948/2019-59, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2021.

Art. 2º Homologar o resultado da apuração final das Metas Globais e das Metas Intermediárias culminado na apuração do Indicador Final de Desempenho Institucional de 119,25% (cento e dezenove vírgula vinte e cinco percentual), nos termos dos Anexos I, II e III, respectivamente.

Art. 3º Tornar sem efeito a PORTARIA DE PESSOAL n° 29, de 07 de abril de 2021.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE MÊMOLO PORTELA

ANEXO I
APURAÇÃO DAS METAS GLOBAIS DO 5º CICLO

Descrição das Metas Globais	Meta Fixada	Unidade de Medida	Resultado Alcançado	Percentual Atingido
Monitorar a execução dos projetos, atividades, cursos e eventos planejados para 2020	100	Percentual	100%	100,00%
Desenvolver estudos e pesquisas visando à melhoria das condições de trabalho e proposição de políticas públicas de prevenção em segurança e saúde no trabalho	25	Relatórios de estudos e pesquisas finalizados e aprovados pela autoridade competente	37	148,00%
Elaborar cursos com conteúdo relacionado à formação em segurança e saúde no trabalho na modalidade de ensino à distância	3	Unidades	3	100,00%
Incrementar o Índice de Governança e Gestão da Fundacentro - IGG-F	20	Percentual	44,25%	221,25%
MÉDIA DAS METAS GLOBAIS (IMG)				142,31%

ANEXO II
APURAÇÃO DAS METAS INTERMEDIÁRIAS DO 5º CICLO

RESULTADO DAS METAS INTERMEDIÁRIAS	
Total de metas:	97
Somatório dos percentuais de atingimento:	9.331,00%
Percentuais de atingimento / Somatório de metas:	96,20%

OBSERVAÇÔES:

1) As Unidades de Avaliação e as equipes de trabalho foram alteradas para o 5º ciclo de avaliação de desempenho conforme a estrutura do Decreto nº 10.096, de 6 de novembro de 2019 e a proposição da Administração conforme Memória de Ata CAAD 0070861.

2) As informações sobre as metas intermediárias foram extraídas do Sistema de Gestão de Pessoas no módulo Avaliação de Desempenho (SIGEPE-AD), conforme SEI nº 0097480.

ANEXO III
APURAÇÃO DO INDICADOR FINAL DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL (IFDI) DO 5º CICLO

INDICADOR FINAL DE DESEMPENHO (IFDI) = (IMG + IMInt) / 2	
IMG (Anexo I)	142,31%
IMInt (Anexo II)	96,20%
IFDI	119,25%

OBSERVAÇÃO: Embora o Indicador Final de Desempenho Institucional (IFDI) do 5º ciclo de avaliação de desempenho tenha sido obtido com mais de 100% (cem por cento), a Instituição terá a pontuação máxima de 80 pontos de Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT).

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES

Reunião ordinária dos dias 22, 23, 24 e 25 do mês de fevereirO/2021
(Complementar à Publicada no DOU de 29/3/2021, Seção 1, pp. 86 a 88)
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201510336 Parecer: CNE/CES 91/2021 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Sociedade Piauiense de Ensino Superior Ltda. - Teresina/PI Assunto: Recredenciamento da Faculdade Pitágoras Instituto Camillo Filho (Pitágoras ICF), com sede no município de Teresina, no estado do Piauí Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Pitágoras Instituto Camillo Filho (Pitágoras ICF), com sede na Rua Napoleão Lima, nº 1.175, bairro Jóquei Clube, no município de Teresina, no estado do Piauí, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201614037 Parecer: CNE/CES 92/2021 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: ISLEC - Instituto Setelagoano de Educação e Ciência Ltda. - Sete Lagoas/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade Promove de Sete Lagoas (FSLMG), com sede no município de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Promove de Sete Lagoas (FSLMG), com sede na Rua Doutor Pena, nº 35, Centro, no município de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201803121 Parecer: CNE/CES 97/2021 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessado: Instituto Brasileiro de Peritos em Comércio Eletrônico e Telemática Ltda. - EPP - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da IBPTECH Faculdade de Ciências Forenses e Tecnologia, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da IBPTECH Faculdade de Ciências Forenses e Tecnologia, com sede na Alameda Campinas, nº 463, bairro Jardim Paulista, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Defesa Cibernética, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201820350 Parecer: CNE/CES 117/2021 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 292, de 8 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 9 de outubro de 2020, autorizou o funcionamento do curso superior de Odontologia, bacharelado, pleiteado pela UNAMA Faculdade da Amazônia de Macapá, com sede no município de Macapá, no estado do Amapá, contudo, determinou a redução de 240 (duzentas e quarenta) para 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 292, de 8 de outubro de 2020, que autorizou o funcionamento do curso superior de Odontologia, bacharelado, a ser oferecido pela UNAMA Faculdade da Amazônia de Macapá, com sede na Avenida Antônio Coelho de Carvalho, nº 1.811, bairro Central, no município de Macapá, no estado do Amapá, com 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201902677 Parecer: CNE/CES 118/2021 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Instituto de Ensino Primavera Ltda. - Primavera do Leste/MT Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 51, de 19 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 22 de janeiro de 2021, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, pleiteado pela Faculdade FASIPE de Primavera (FFP), com sede no município de Primavera do Leste, no estado de Mato Grosso Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 51, de 19 de janeiro de 2021, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade FASIPE de Primavera (FFP), com sede na Avenida 12 de Maio, nº 530, bairro Parque Eldorado, no município de Primavera do Leste, no estado de Mato Grosso Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.043208/2017-75 Parecer: CNE/CES 119/2021 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Brasil Educação S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 346, de 22 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 23 de outubro de 2020, determinou a aplicação de medidas cautelares em face do Centro Universitário Una, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 346/2020, que determinou a aplicação de medidas cautelares em face do Centro Universitário Una, com sede na Rua dos Aimorés, nº 1.451, bairro Lourdes, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201905802 Parecer: CNE/CES 121/2021 Relator: Aristides Cimadon Interessada: INACI Associação de Ensino - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 351, de 28 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 29 de outubro de 2020, autorizou o funcionamento do curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade FINACI, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, contudo, determinou a redução de 1.000 (mil) para 250 (duzentas e cinquenta) vagas totais anuais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 351, de 28 de outubro de 2020, para autorizar o funcionamento do curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Faculdade FINACI, com sede na Praça Pedro Lessa, nº 41, Centro, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, com 1.000 (mil) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201908172 Parecer: CNE/CES 122/2021 Relator: Aristides Cimadon Interessado: Instituto Pedagógico de Minas Gerais Ltda. - Belo Horizonte/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 598, de 16 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de dezembro de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Batista de Minas Gerais (FBMG), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 598, de 16 de dezembro de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância, que seria ministrado pela Faculdade Batista de Minas Gerais (FBMG), com sede na Rua Ponte Nova, nº 665, bairro Floresta, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201702697 Parecer: CNE/CES 128/2021 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessado: Centro de Educação do Pantanal Ltda. - EPP - Cáceres/MT Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 602, de 16 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de dezembro de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Administração, bacharelado, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Estácio do Pantanal (Estácio FAPAN), com sede no município de Cáceres, no estado de Mato Grosso Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 602, de 16 de dezembro de 2020, para autorizar o funcionamento do curso superior de Administração, bacharelado, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Faculdade Estácio do Pantanal (Estácio FAPAN), com sede na Avenida São Luiz - Lado Par, nº 2.522, bairro Cidade Nova, no município de Cáceres, no estado de Mato Grosso, com 8.000 (oito mil) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 202019735 Parecer: CNE/CES 130/2021 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessada: Descomplica Tecnologia e Educação S.A. - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 532, de 25 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 27 de novembro de 2020, indeferiu o pedido de aumento de 300 (trezentas) para 450 (quatrocentas e cinquenta) vagas totais anuais no curso superior de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância, ofertado pela Faculdade Descomplica, com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 532, de 25 de novembro de 2020, que indeferiu o pedido de aumento de 300 (trezentas) para 450 (quatrocentas e cinquenta) vagas totais anuais no curso superior de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância, ofertado pela Faculdade Descomplica, com sede na Avenida das Américas, nº 3.443, bairro Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202004554 Parecer: CNE/CES 131/2021 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessada: UB UNISAOLUIS Educacional S.A. - São Luís/MA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 530, de 25 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 27 de novembro de 2020, indeferiu o pedido de aumento de 170 (cento e setenta) para 289 (duzentas e oitenta e nove) vagas totais anuais no curso superior de Direito, bacharelado, ofertado pelo Centro Universitário Estácio de São Luís, com sede no município de São Luís, no estado do Maranhão Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 530, de 25 de novembro de 2020, que indeferiu o pedido de aumento de 170 (cento e setenta) para 289 (duzentas e oitenta e nove) vagas totais anuais no curso superior de Direito, bacharelado, ofertado pelo Centro Universitário Estácio de São Luís, com sede na Rua Grande/Oswaldo Cruz, nº 1.455, bairro Diamante, no município de São Luís, no estado do Maranhão Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202003515 Parecer: CNE/CES 132/2021 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessada: ESACOM - Escola Superior de Administração, Comunicação e Marketing S/C Ltda. - Santos/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 445, de 12 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 13 de novembro de 2020, indeferiu o pedido de aumento de 60 (sessenta) para 78 (setenta e oito) vagas totais anuais no curso superior de Engenharia Química, bacharelado, ofertado pela Faculdade ESAMC Santos, com sede no município de Santos, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 445, de 12 de novembro de 2020, que indeferiu o pedido de aumento de 60 (sessenta) para 78 (setenta e oito) vagas totais anuais no curso superior de Engenharia Química, bacharelado, ofertado pela Faculdade ESAMC Santos, com sede na Rua Dr. Egydio Martins, nº 181, bairro Ponta da Praia, no município de Santos, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201902636 Parecer: CNE/CES 134/2021 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessada: Escola Universitária de Botucatu e Região Ltda. - Botucatu/SP Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 359, de 17 de junho de 2020, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 127, de 27 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 29 de abril de 2020, autorizou o funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, da Faculdade de Botucatu (FDB), com sede no município de Botucatu, no estado de São Paulo, contudo, determinou a redução de 50 (cinquenta) para 25 (vinte e cinco) vagas totais anuais Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção do Parecer CNE/CES nº 359/2020, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 127, de 27 de abril de 2020, e manifesto-me favorável ao funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Botucatu (FDB), com sede na Avenida Paula Vieira, nº 542, bairro Vila Jahu, no município de Botucatu, no estado de São Paulo, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 00732.002851/2019-41 Parecer: CNE/CES 135/2021 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessados: Associação Igreja Adventista Missionária - AIAMIS - Sobral/CE e CESBE - Centro Educacional e Ensino Superior de Boa Esperança Ltda. - Boa Esperança/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 269, de 8 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 9 de outubro de 2020, aplicou medidas cautelares em face da Faculdade Ieducare (FIED), com sede no município de Tianguá, no estado do Ceará e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança (FAFIBE), com sede no município de Boa Esperança, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 269, de 8 de outubro de 2020, que determinou a aplicação de medidas cautelares em desfavor da Faculdade Ieducare (FIED), com sede na Rua Conselheiro João Lourenço, nº 406, Centro, no município de Tianguá, no estado do Ceará, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança (FAFIBE), com sede na Avenida Aureliano Chaves, nº 192, bairro Jardim Nova Esperança, no município de Boa Esperança, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201713258 Parecer: CNE/CES 137/2021 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Cenesup - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. - João Pessoa/PB Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 222, de 8 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 9 de julho de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, pleiteado pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE), com sede no município de Manaus, no estado do Amazonas Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria nº 222, de 8 de julho de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, que seria ministrado pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE), com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 604, Centro, no município de Manaus, no estado do Amazonas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201808739 Parecer: CNE/CES 138/2021 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: CESA - Centro de Estudo Superior de Apucarana - Apucarana/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 350, de 28 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 29 de outubro de 2020, indeferiu o pedido de

autorização para funcionamento do curso superior de Gestão Ambiental, tecnológico, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade do Norte Novo de Apucarana (FACNOPAR), com sede no município de Apucarana, no estado do Paraná Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 350, de 28 de outubro de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Gestão Ambiental, tecnológico, na modalidade a distância, que seria ministrado pela Faculdade do Norte Novo de Apucarana (FACNOPAR), com sede na Avenida Zilda Seixas Amaral, nº 4.350, bairro Parque Industrial Norte, no município de Apucarana, no estado do Paraná Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202004580 Parecer: CNE/CES 139/2021 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Sociedade Educacional Fortaleza - ME - Fortaleza/CE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 441, de 12 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 13 de novembro de 2020, indeferiu o pedido de aumento de 100 (cem) para 120 (cento e vinte) vagas totais anuais no curso superior de Odontologia, bacharelado, ofertado pela Faculdade de Tecnologia e Administração Edufor, com sede no município de São Luís, no estado do Maranhão Voto da Relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 441, de 12 de novembro de 2020, que indeferiu o pedido de aumento de 100 (cem) para 120 (cento e vinte) vagas totais anuais no curso superior de Odontologia, bacharelado, ofertado pela Faculdade de Tecnologia e Administração Edufor, com sede na Avenida dos Expedicionários, nº 51, bairro João Paulo, no município de São Luís, no estado do Maranhão Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201927245 Parecer: CNE/CES 141/2021 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Educare Tecnologia da Informação Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 384, de 5 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 6 de novembro de 2020, indeferiu o pedido de aumento de 50 (cinquenta) para 70 (setenta) vagas totais anuais no curso superior de Ciência da Computação, bacharelado, ofertado pela Faculdade de Tecnologia Bandeirantes (Bandtec), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto da Relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 384, de 5 de novembro de 2020, que indeferiu o pedido de aumento de 50 (cinquenta) para 70 (setenta) vagas totais anuais no curso superior de Ciência da Computação, bacharelado, ofertado pela Faculdade de Tecnologia Bandeirantes (Bandtec), com sede na Rua Haddock Lobo, nº 595, bairro Cerqueira César, no município de São Paulo, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201927221 Parecer: CNE/CES 142/2021 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Centro Superior de Tecnologia TECBRASIL Ltda. - Caxias do Sul/RS Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 384, de 5 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 6 de novembro de 2020, indeferiu o pedido de aumento de 60 (sessenta) para 84 (oitenta e quatro) vagas totais anuais no curso superior de Psicologia, bacharelado, ofertado pela Faculdade de Tecnologia FTEC de Bento Gonçalves, com sede no município de Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul Voto da Relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 384, de 5 de novembro de 2020, que indeferiu o pedido de aumento 60 (sessenta) para 84 (oitenta e quatro) vagas totais anuais no curso superior de Psicologia, bacharelado, ofertado pela Faculdade de Tecnologia FTEC de Bento Gonçalves, com sede na Avenida Osvaldo Aranha, nº 419, bairro Juventude da Enologia, no município de Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201711427 Parecer: CNE/CES 143/2021 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 282, de 30 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 2 de outubro de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Biomedicina, bacharelado, pleiteado pela UNAMA Faculdade da Amazônia de Rio Branco, com sede no município de Rio Branco, no estado do Acre Voto da Relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 282, de 30 de setembro de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Biomedicina, bacharelado, que seria ministrado pela UNAMA Faculdade da Amazônia de Rio Branco, com sede na Rua Rubens Carneiro, nº 536, bairro Abrão Alab, no município de Rio Branco, no estado do Acre Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.005880/2018-43 Parecer: CNE/CES 145/2021 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Instituto Cristão de Desenvolvimento Humano Ltda. - Fortaleza/CE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Portaria nº 536, de 26 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 27 de novembro de 2020, determinou a aplicação de medidas cautelares em face da Faculdade Excelência (FAEX), com sede no município de Maranguape, no estado do Ceará Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 536/2020, que determinou a aplicação de medidas cautelares em face da Faculdade Excelência (FAEX), com sede na Rua Doutor Argeu Braga Herbster, nº 960, bairro Outra Banda, no município de Maranguape, no estado do Ceará Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201819697 Parecer: CNE/CES 146/2021 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Centro de Ensino Superior Santíssima Trindade Limitada - ME - Carpina/PE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 282, de 30 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 2 de outubro de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Santíssima Trindade (FAST), com sede no município de Nazaré da Mata, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 282, de 30 de setembro de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Santíssima Trindade (FAST), com sede na Rua Professor Américo Brandão, nº 46, Centro, no município de Nazaré da Mata, no estado de Pernambuco Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202004569 Parecer: CNE/CES 147/2021 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Fundação Educacional de Criciúma - Criciúma/SC Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 514, de 25 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 27 de novembro de 2020, indeferiu o pedido de aumento de 324 (trezentas e vinte e quatro) para 474 (quatrocentas e setenta e quatro) vagas totais anuais no curso superior de Direito, bacharelado, ofertado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com sede no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 514, de 25 de novembro de 2020, para autorizar o aumento de 324 (trezentas e vinte e quatro) para 474 (quatrocentas e setenta e quatro) vagas totais anuais no curso superior de Direito, bacharelado, ofertado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com sede na Avenida Universitária, nº 1.105, bairro Universitário, no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201713129 Parecer: CNE/CES 148/2021 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS - Aracaju/SE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 293, de 8 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 9 de outubro de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Uninassau São Luís, com sede no município de São Luís, no estado do Maranhão Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 293, de 8 de outubro de 2020, para autorizar o funcionamento do curso superior de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Uninassau São Luís, com sede na Rua Zoé Cerveira, nº 120, bairro Alemanha, no município de São Luís, no estado do Maranhão, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201820992 Parecer: CNE/CES 149/2021 Relator: Robson Maia Lins Interessada: UNEF Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana Ltda. - Feira de Santana/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 598, de 16 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de dezembro de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, tecnológico, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana (FAESF/UNEF), com sede no município de Feira de Santana, no estado da Bahia Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 598, de 16 de dezembro de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Desenvolvimento e Análise de Sistemas, tecnológico, na modalidade a distância, que seria ministrado pela Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana (FAESF/UNEF), com sede na Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães, s/n, bairro Subaé, no município de Feira de Santana, no estado da Bahia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.019338/2016-14 Parecer: CNE/CES 150/2021 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Sociedade de Ensino Superior do Médio Parnaíba Ltda. - ME - Teresina/PI Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 59, de 19 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 20 de fevereiro de 2020, aplicou medidas cautelares em face da Faculdades FAMEP, com sede no município de São Pedro do Piauí, no estado do Piauí Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 59/2020, que determinou a aplicação de medidas cautelares em desfavor da Faculdades FAMEP, com sede na Rua 18 de Setembro, nº 293, Centro, no município de São Pedro do Piauí, no estado do Piauí Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000136/2019-66 Parecer: CNE/CES 151/2021 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Organização Pernambucana de Educação, Ciência e Cultura - Carpina/PE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 96, de 17 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de dezembro de 2019, aplicou a penalidade de vedação da abertura de novos cursos de pós-graduação por 2 (dois) anos, em face da Faculdade Luso-Brasileira, com sede no município de Carpina, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa no Despacho nº 96, de 17 de dezembro de 2019, que aplicou a penalidade de vedação da abertura de novos cursos de pós-graduação por 2 (dois) anos, em face da Faculdade Luso-Brasileira, com sede na Avenida Congresso Eucarístico Internacional, nº 1, bairro Santa Cruz, no município de Carpina, no estado de Pernambuco Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 9 de abril de 2021.
VINICIUS CAMPOS SILVA
Secretário Executivo

SÚMULA DE PARECERES

Reunião ordinária dos dias 15, 16, 17 e 18 do mês de março/2021
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Processo: 23000.023516/2019-46 Parecer: CNE/CEB 1/2021 Relatora: Suely Melo de Castro Menezes Interessado: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica - Brasília/DF Assunto: Reexame do Parecer CNE/CEB nº 6, de 10 de dezembro de 2020, que tratou do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade Voto da Relatora: Observadas as Notas Técnicas nº 6/2021/CGPA/DPR/SETEC/SETEC e nº 39/2021/COEJA/DPD/SEB/SEB, a Relatora vota favoravelmente ao reexame do Parecer CNE/CEB nº 6/2020, que tratou do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução em anexo, do qual é parte integrante Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23123.002475/2019-68 Parecer: CNE/CEB 2/2021 Relator: Ivan Cláudio Pereira Siqueira Interessado: Ministério da Educação/Assessoria Internacional - Brasília/DF Assunto: Reexame do Parecer CNE/CEB nº 3, de 3 de setembro de 2020, que tratou da homologação da Escola e Creche Mirai com sede na cidade de Kikugawa, no Japão, para a oferta de Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental e emissão de certificados educacionais válidos no Brasil Voto do Relator: Diante do exposto, e tendo em vista as informações contidas na Nota Técnica nº 3/2021/COGEI/DPD/SEB/SEB, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CEB nº 3/2020, e manifesto-me favorável à homologação da Escola e Creche Mirai, com sede na cidade de Kikugawa, no Japão, para a oferta de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos) e emissão de certificados educacionais válidos no Brasil Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 9 de abril de 2021.
VINICIUS CAMPOS SILVA
Secretário Executivo

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 343, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, em conformidade com as informações constantes no Processo SEI nº 00732.002900/2020-89 e Ação Civil Pública nº 1002261-16.2020.4.01.3310, em trâmite na Subseção Judiciária de Eunápolis/BA, resolve:

Art. 1º Fica autorizado, em caráter provisório, o curso superior de graduação em Direito, bacharelado, ofertado pela Universidade Federal do Sul da Bahia (18812), mantida pela Universidade Federal do Sul da Bahia (16126), ministrado na Rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista, BR-415, km 39, Bairro Ferradas, Município de Itabuna, Estado da Bahia.

§ 1º A autorização provisória de que trata este artigo é válida somente para a continuidade da oferta do referido curso para os estudantes matriculados no curso de Direito da Universidade Federal do Sul da Bahia até 09 de dezembro de 2020.

§ 2º Os estudantes matriculados no referido curso até o dia 09 de dezembro de 2020 poderão realizar atividades diretamente relacionadas à existência formal do curso, como celebrar contrato de estágio não obrigatório (remunerado) e participar do exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 3º Ficam resguardados os interesses dos estudantes já matriculados no referido curso até 09 de dezembro de 2020, sendo vedada a admissão de novos estudantes antes de eventual publicação de autorização definitiva do curso.

§ 4º A autorização provisória a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

§ 5º O reconhecimento do curso referido no caput deste artigo poderá ser solicitado pela instituição para fins de emissão e registro de diplomas dos estudantes matriculados, até 09 de dezembro de 2020, no curso de Direito da Universidade Federal do Sul da Bahia.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 344, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e o Edital SERES/MEC nº 1, de 28 de março de 2018, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Processo Judicial nº 1010158-97.2021.4.01.0000, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e considerando o Parecer de Força Executória nº 01052/2021/CORESPNG/PRU1R/PGU/AGU, inserto no Processo SEI nº 00732.000892/2021-17, resolve:

Art. 1º Suspender o prosseguimento da chamada pública regida pelo Edital SERES/MEC nº 1, de 28 de março de 2018, no que tange à seleção de propostas para autorização de funcionamento de curso de medicina no Município de Ponta Porã/MS.

Art. 2º Revogar os efeitos da Portaria nº 260, de 19 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União, de 22 de março de 2021, no que se refere à determinação do regular prosseguimento do chamamento público para Ponta Porã/MS, conforme disposto no processo SEI nº 00732.000673/2019-13.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 169, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15, inciso I, Anexo I, do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, e

Considerando o disposto no art. 20 da Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que trata da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

Considerando o Despacho COSEF nº 2219377/2021, SEI n° 2219377, e o Ofício nº 4627/2021/Cgfse/Digef-FNDE, SEI n° 2252433;

Considerando o esforço imediato empreendido pelo FNDE ao enviar comunicação aos municípios envolvidos informando o equívoco no repasse, no sentido de prontamente reaver os recursos repassados a maior, resultando em pronta e significativa restituição de valores pela maioria dos municípios contatados;

Considerando a recusa dos municípios relacionados nesta portaria em efetuar a devolução dos valores recebidos indevidamente;

Considerando o Parecer n° 11/2021/DICAD/PFFNDE/PGF/AGU, da Procuradoria Federal no FNDE, SEI FNDE n° 2243294;

Considerando o teor do Ofício nº 2021/001263/Diretoria de Governo, do Banco do Brasil S/A, SEI n° 2289246, resolve:

Art. 1 Autorizar o Banco do Brasil S/A a proceder o estorno do valor de R$ 1.347.285,34 (um milhão, trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) das contas de repasse do Fundeb, de titularidade dos municípios relacionados na tabela abaixo, visando a regularização de pagamento a maior efetuado aos referidos entes quando do repasse da complementação da União ao Fundeb referente ao mês de janeiro de 2021:

ANEXO

Município	UF	Valor a Ser Devolvido
Cajazeiras	PB	1.166.975,68
Caturité	PB	97.416,11
Santana de Mangueira	PB	56.658,40
Cajazeirinhas	PB	19.288,64
Mae D'Agua	PB	4.252,36
Bela Cruz	CE	885,66
Tamboril	CE	827,17
Croatá	CE	687,57
Pacujá	CE	293,75
Total		1.347.285,34

Parágrafo único. O valor de que trata este artigo deverá ser corrigido pela taxa Selic no período compreendido entre o dia 29.1.2021 e a data do efetivo débito na conta corrente dos municípios.

Art. 2° Os estornos realizados na forma do art. 1° deverão ser devolvidos ao FNDE por intermédio de Guia de Recolhimento da União (GRU), mediante a utilização do Código 68888-6, da UG nº 153173 e da Gestão nº 15253.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO LOPES DA PONTE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 120, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Presidencial de 4 de dezembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2020 e, considerando o disposto no artigo 10 da Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, publicada no DOU em 28/05/2020 e o que consta do Processo nº 23414.003633/2020-65, resolve:

Art. 1º. Restabelecer, a partir de 01 de janeiro de 2021, a contatem dos prazos de validade dos concursos públicos, suspensos conforme Portaria nº 296, de 24 de agosto de 2020, publicada no DOU de 27 de agosto de 2020, e fixar os novos prazos de validade, conforme a seguir especificado:

Concurso Público	Edital de Homologação	Publicação da Homologação no DOU	Novo Prazo de Validade
Cargos de Técnico-Administrativo em Educação, regido pelo Edital nº 316/2017, publicado no DOU de 02/10/2017.	417, de 26/12/2017	27/12/2017	01/08/2022
Cargos de Técnico-Administrativo em Educação, regido pelo Edital nº 75/2019, publicado no DOU de 31/05/2019.	143, de 01/10/2019	02/10/2019	07/05/2022
Cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regido pelo Edital nº 420/2017, publicado no DOU de 03/01/2018.	176, de 25/05/2018	28/05/2018	31/12/2022
Cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regido pelo Edital nº 322/2018, publicado no DOU de 08/10/2018.	26, de 11/03/2019	12/03/2019	15/10/2021
	retificado pelo Edital nº 28, de 12/03/2019	14/03/2019	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUINA APARECIDA NOBRE DA SILVA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

CAMPUS BOA VISTA

PORTARIA Nº 81- DG-CBV/IFRR, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORA-GERAL DO CAMPUS BOA VISTA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria n.º 1235/GR, de 18 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2020, Seção 2 e pela Portaria n.º 0899/GR/2015, publicada no Boletim de Serviço/Reitoria n.º 06A, de 18/06/2015, considerando o Processo Administrativo nº 23229.000734.2019-36, resolve:

Art. 1.º Aplicar à empresa SANTANA E SANTANA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.258.667/0001-30, a penalidade de Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Instituto Federal de Roraima, pelo prazo de 02 (dois) anos, prevista no Item 25.3.1 do Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 01/2016, art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7.º da Lei 10.520/02.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSEANE DE SOUZA CORTEZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 293, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 30/05/2021, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 02/2018, DOU de 27/12/2018, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1801, DOU de 16/08/2019.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Departamento: Geografia
Área de Conhecimento: Geografia Regional
Classe: Adjunto A
Regime de Trabalho: DE

DENISE VIEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 294, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 30/05/2021, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 02/2018, DOU de 27/12/2018, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1801, DOU de 16/08/2019.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Departamento: Geografia
Área de Conhecimento: Geoprocessamento Aplicado à Geografia
Classe: Assistente A
Regime de Trabalho: DE

DENISE VIEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 295, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 18/04/2021, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 02/2018, DOU de 27/12/2018, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1494, DOU de 05/07/2019.

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento: Sociologia
Área de Conhecimento: Metodologia em Ciências Sociais
Classe: Adjunto A
Regime de Trabalho: DE

DENISE VIEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 296, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 28/04/2021, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 02/2018, DOU de 27/12/2018, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1598, DOU de 15/07/2019.

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento: Sociologia
Área de Conhecimento: Teoria Sociológica Contemporânea
Classe: Adjunto A
Regime de Trabalho: DE

DENISE VIEIRA DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

PORTARIA Nº 697, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Reitor da Universidade Federal de Itajubá, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, resolve:

Art. 1º - DELEGAR COMPETÊNCIA ao Pró-Reitor de Graduação para firmar acordos, contratos, convênios e outros instrumentos Congêneres entre a UNIFEI e outras instituições, que tenham por objetivo a concessão de estágios aos alunos desta Universidade.

Art. 2º - A presente delegação é extensiva aos substitutos legais.

Art. 3º - Todas as práticas delegadas deverão ser exercidas em estrita consonância com a legislação federal, normas e instruções dos órgãos competentes e normativos internos da Universidade Federal de Itajubá.

Art. 4º - A presente delegação implica submeter-se às competências dos Órgãos de Controle Interno e Externo da Administração Pública.

Art. 5º - A autoridade delegada responde perante o Tribunal de Contas da União e aos Órgãos de Controle e Fiscalização, pelas práticas de atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, em desacordo com os preceitos das leis e normativos internos de órgãos superiores ou a qual esteja vinculado, aplicáveis à matéria.

Art. 6º - As competências ora estabelecidas, a qualquer tempo, poderão ser acrescidas ou suprimidas, conforme o interesse, conveniência e atendimento às prerrogativas legais da Administração Pública.

Art. 7º - A delegação de competência não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação.

Art. 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDSON DA COSTA BORTONI

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS APUCARANA

PORTARIA NORMATIVA GADIR AP/UTFPR Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2021

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 7º, I, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, de atos normativos inferiores a decreto emitidos no âmbito do Câmpus Apucarana da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

O DIRETOR-GERAL DO CÂMPUS APUCARANA DA UTFPR, no uso de suas atribuições, considerando as Portarias do Reitor da UTFPR n° 0885 de 08 de maio de 2017, e nº 1783 de 07 de outubro de 2016;

considerando o disposto no art. 7º, I, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos;

considerando o Decreto n.º 9.191/2017 que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos;

considerando os trabalhos realizados pela Comissão responsável pela triagem e revisão de atos normativos da UTFPR, designada pela Portaria do Reitor n.º 1240/2020;

considerando o conteúdo do Processo nº 23064.013228/2021-53; resolve:

I. Revogar os seguintes documentos abaixo relacionados:

ÁREA EMISSORA DO ATO NORMATIVO	GRUPO TEMÁTICO	ASSUNTO / EMENTA	TIPO DE ATO NORMATIVO	ANO DE EMISSÃO	Nº DO ATO NORMATIVO
GADIR-AP	Administração Geral	Trabalhos desenvolvidos através de designação de portarias	Ordem de Serviço	2008	1
GADIR-AP	Comunicação Institucional	Padronização de texto em material de divulgação e cerimonial de eventos	Ordem de Serviço	2010	1
LAMAP-AP	Pesquisa e Pós-Graduação	Normas e procedimentos para utilização do laboratório multiusuário do Câmpus Apucarana da UTFPR	Regula mento	Não apresenta data	
PPGEQ-AP	Pesquisa e Pós-Graduação	Homologa membros participantes de comissoes do PPGEQ	Resolu ção	2018	2
PPGEQ-AP	Pesquisa e Pós-Graduação	Aprova criterios de concessao, manutencao, renovacao e cancelamento de bolsas.	Resolu ção	2019	2
PPGEQ-AP	Pesquisa e Pós-Graduação	Atualiza criterios de concessao, manutencao, renovacao e cancelamento de bolsas.	Resolução	2020	2

MARCELO FERREIRA DA SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

PORTARIA Nº 2, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Revogam-se os atos normativos que dispõem sobre as atribuições legais atribuídas aos entes da gestão da Universidade Federal de São João del-Rei.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, nomeado por Decreto da Presidência da República de 8 de maio de 2020, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2 - Extra, página 1, de 8 de maio de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista a necessidade de agilizar e descentralizar os procedimentos administrativos na UFSJ e considerando:

- o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto;

- o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário;

- o Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, que altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União, resolve:

Art. 1º Revogar expressamente os seguintes atos normativos:

- PORTARIA REITORIA/UFSJ Nº 338, DE 27 DE JUNHO DE 2005 - Delega poderes a Maria da Penha Resende Rodrigues, Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores.

- PORTARIA REITORIA/UFSJ Nº 519, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 - Delega poderes ao professor Carlos Henrique de Souza Gerken, Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação.

- PORTARIA REITORIA/UFSJ Nº 806, DE 1o DE JULHO DE 2009 - Delega competência a Pró-reitores e Diretores de Campi.

- PORTARIA REITORIA/UFSJ Nº 203, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013 - Delega competência ao professor André Luiz Mota, Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação.

- PORTARIA REITORIA/UFSJ Nº 479, DE 13 DE JUNHO DE 2014 - Delega competência ao Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários.

- PORTARIA REITORIA/UFSJ Nº 661, DE 1o DE SETEMBRO DE 2016 - Delega competência ao Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento.

- PORTARIA REITORIA/UFSJ Nº 334, DE 11 DE MAIO DE 2017 - Delega competência ao Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação.

- PORTARIA REITORIA/UFSJ Nº 559, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018 - Delega poderes à Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor no ato de sua publicação o Diário Oficial da União.

MARCELO PEREIRA DE ANDRADE

PORTARIA Nº 3, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre as atribuições legais atribuídas aos entes da gestão da Universidade Federal de São João del-Rei.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, nomeado por Decreto da Presidência da República de 8 de maio de 2020, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2 - Extra, página 1, de 8 de maio de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista a necessidade de agilizar e descentralizar os procedimentos administrativos na UFSJ e considerando:

- o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto;

- o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário;

- o Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, que altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União;

- a Portaria Reitoria no 562 de 30 de novembro de 2020 e Portaria Reitoria no 002 de 9 de abril de 2021, que revoga os atos normativos que dispõem sobre as atribuições legais atribuídas aos entes da gestão da UFSJ, resolve:

Art. 1º Delegar ao Vice-reitor(a) poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, praticar os seguintes atos:

§ 1º Expedir portaria conforme relacionado:

a)Nomeação e exoneração de coordenadores e vice-coordenadores de Residência;

Nomeação e exoneração de coordenadores e vice-coordenadores de programas e projetos institucionais.

§ 2º Assinar os seguintes documentos:

b)a)Termos de compromisso de preceptoria;

Termos de compromisso de parceria de tecnológica e inovação;

Aprovação de editais de processo seletivo para preceptoria.

Art. 2o Delegar ao Pró-reitor(a) de Ensino de Graduação poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, praticar os seguintes atos:

§ 1º Expedir portaria conforme relacionado:

b)c)a)Nomeação e exoneração de membros dos colegiados dos cursos de graduação da UFSJ (docentes e discentes);

Nomeação e exoneração de membros dos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação da UFSJ (docentes e discentes);

Nomeação e exoneração de comissões técnicas ou de suporte, referentes à seleção, acompanhamento, avaliação, câmara, comitê, análise;

Desvinculação e reintegração de aluno da UFSJ.

§ 2º Assinar os contratos relativos a bolsas de monitoria e de estágio.

§ 3o Aprovar edital de eleição de coordenador e vice-coordenador de curso de graduação.

Art. 3º Delegar ao Pró-reitor(a) de Pesquisa e Pós-graduação poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, praticar os seguintes atos:

§ 1º Expedir portaria conforme relacionado:

b)c)d)a)Nomeação e exoneração de membros de comissões técnicas ou de suporte, referentes à seleção, acompanhamento, avaliação, câmara, comitê, análise e bolsas dos programas de pós-graduação;

Nomeação e exoneração de membros dos colegiados de pós-graduação da UFSJ (docentes e discentes).

§ 2º Autorizar o reembolso de despesas financiadas pela CAPES, comprovadas em documentação específica, relativas à participação em trabalhos de campo e em eventos científicos, como congressos e simpósios.

§ 3º Assinar os seguintes documentos:

b)a)Termos de outorga e firmar contratos decorrentes de planos de trabalho e cooperação entre a UFSJ e a FAPEMIG;

Termos de anuência para submissão de propostas às Chamadas da FAPEMIG;

Convênios ou quaisquer outros termos referentes aos estágios dos Programas de Pós-graduação celebrados entre a UFSJ com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

Contratos de cotitularidade sobre pedido de patente celebrados entre a UFSJ e entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras e pessoas físicas, desde que não implique em aprovação de contrapartidas em nome da UFSJ;

Bolsa de iniciação científica e captação de recursos junto a órgãos de fomento.

§ 4o A delegação de que trata a alínea "e" do § 3o não implica em autorização para aumento de desembolso e de alteração dos quantitativos utilizados para a construção do orçamento da UFSJ, constantes da proposta orçamentária.

§ 5º Representar a Universidade Federal de São João del-Rei nas questões referentes ao Patrimônio Intelectual junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Art. 4º Delegar ao Pró-reitor(a) de Extensão e Assuntos Comunitários, poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, praticar os seguintes atos:

§ 1º Assinar os seguintes documentos:

b)c)d)e)a)Contratos relativos a Bolsas de Atividade e de Extensão;

Contratos oriundos dos editais de concurso de Oficinas e Eventos do Inverno Cultural.

§ 2º Expedir portaria para nomeação e exoneração de membros de comissões técnicas ou de suporte, referentes à seleção, acompanhamento, avaliação, comitê, análise.

Art. 5º Delegar ao Pró-reitor(a) de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, praticar os seguintes atos:

§ 1º Assinar os seguintes documentos:

b)a)Autorização para confecção de termo aditivo de professor substituto;

Contrato de professor substituto;

Certidões relativas aos processos administrativos disciplinares e de sindicância;

Termos de Compromisso de Estágios, nos casos em que a UFSJ é a concedente.

§ 2º Expedir portaria conforme relacionado:

b)c)d)a)Nomeação de bancas de concursos para professores (efetivos e substitutos);

Formalização de progressão funcional de servidores;

Concessão de adicional de insalubridade;

Contratação de professor substituto;

Homologação do resultado de estágio probatório de servidores.

Art. 6º Delegar ao Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, praticar os seguintes atos:

§ 1º Encaminhar os procedimentos e expedir os atos administrativos correspondentes para autorizar:

b)c)d)e)a)Abertura de Processo Licitatório e aprovar o Termo de Referência ou Projeto Básico;

Confecção de Termo Aditivo para contrato de serviço e convênio;

Pagamento por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação;

Diárias e passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, com os perfis de Proponente, Ordenador de Despesa e Autoridade Superior.

§ 2º Assinar os seguintes documentos:

b)c)d)a)Contratos e convênios firmados pela UFSJ com entidades públicas e privadas, exceto os que importarem recursos financeiros/orçamentários;

Cooperação técnico-científica.

Art. 7º Delegar ao Chefe de Gabinete poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, encaminhar os procedimentos e expedir os atos administrativos correspondentes para autorizar:

b)a)Abertura de Processo Licitatório e aprovar o Termo de Referência ou Projeto Básico;

Confecção de Termo Aditivo para contrato de serviço e convênio;

Abertura de processo para pagamento por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.

Art. 8º Delegar ao Diretor(a) do Campus Centro Oeste Dona Lindu poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, expedir portaria para nomeação e exoneração dos órgãos colegiados do Campus Centro-Oeste Dona Lindu.

Art. 9º Delegar ao Coordenador(a) do Núcleo de Educação a Distância poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, aprovar os seguintes editais:

b)c)a)Eleição de membro docente do Colegiado de Educação a Distância;

Seleção de Tutores para os Cursos de Graduação e Pós-graduação a distância;

Alunos para os Cursos de Pós-graduação a distância;

Seleção de bolsista para desempenhar funções na equipe multidisciplinar do Núcleo de Educação a Distância;

Seleção para bolsista de laboratório para atuar na Coordenação de Tecnologia do Núcleo de Educação a Distância.

Art. 10. Delegar ao Diretor(a) da Divisão de Bibliotecas poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo:

§ 1º Praticar os atos previstos para recebimento da doação de livros para o acervo das Bibliotecas da UFSJ de acordo com a norma vigente de recebimento de doações de bens patrimoniais na UFSJ.

§ 2º Assinar os termos de doação de livros.

Art. 11. Delegar ao Diretor(a) da Divisão de Acompanhamento e Controle Acadêmico poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, assinar os diplomas juntamente com o Reitor.

Art. 12. Delegar à Chefia do Setor de Expedição e Registro de Diplomas poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, assinar os seguintes documentos:

b)c)d)e)a)os diplomas juntamente com o Reitor;

os termos de responsabilidade, atestando a regularidade dos procedimentos para expedição e registro do diploma;

as folhas que compõem o livro de registro de diploma.

Art. 13. Delegar ao Secretário(a) dos Conselhos Superiores poderes para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, praticar os seguintes atos:

§ 1º Autorizar:

a) Requisições de diárias e passagens dos conselheiros do Conselho Universitário - CONSU, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEP e Conselho Diretor - CONDI.

b) Concessão de diárias e passagens em prazo inferior a 15 dias da atividade, uma vez que a periodicidade das reuniões dos Conselhos Superiores não permite o cumprimento do prazo mínimo de 15 dias imposto pela norma que versa sobre o assunto.

§ 2º Assinar as convocações de reunião e expedientes de encaminhamento e devolução de processos a relatores e/ou conselheiros do Conselho Universitário - CONSU, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEP e Conselho Diretor - CONDI.

Art. 14. Delegar competência para assinatura da Folha de Rosto da Plataforma Brasil, para pesquisas envolvendo seres humanos, para:

I - Unidades Acadêmicas, para docentes e técnicos da UFSJ lotados nas respectivas Unidades, que coordenem projetos de pesquisa;

II - Pró-Reitor(a) de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, para os demais técnicos administrativos que coordenem projetos de pesquisa;

III - Coordenador de Programa de Pós-graduação Stricto-sensu e/ou Lato-sensu, para docentes e discentes de pós-graduação que coordenem ou participem de projetos de pesquisa;

IV - Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação para os casos não previstos nas delegações anteriores.

Art. 15. No exercício desta delegação devem ser respeitadas as demais disposições dos Regimentos das Unidades, bem como as resoluções dos Conselhos Superiores e legislação vigente.

Art. 16. Estabelecer que esta delegação se restrinja às ações adstritas ao órgão e às respectivas Unidades do dirigente e se efetive sem prejuízo de outras delegações conferidas anteriormente e não revogadas.

Art. 17. A delegação da presente Portaria é extensiva aos substitutos eventuais.

Art. 18. Fica vedada a subdelegação dos poderes conferidos pela presente Portaria.

Art. 19. Essa portaria entra em vigor no ato de sua publicação em função da urgência do expediente administrativo.

MARCELO PEREIRA DE ANDRADE

Ministério da Infraestrutura

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 821, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 701, de 10 de outubro de 2017, que dispõe sobre os requisitos obrigatórios de segurança para circulação de veículos que transportem produtos siderúrgicos.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o inciso I do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.022148/2020-25, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 701, de 10 de outubro de 2017, que dispõe sobre os requisitos obrigatórios de segurança para circulação de veículos que transportem produtos siderúrgicos.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 701, de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

.....

§ 4º Ficam liberados da exigência de amarração de topo e amarração direta utilizando-se cabos de aço, correntes ou cintas, previstas no art. 6º e no caput e § 2º deste artigo, os veículos que observarem plenamente os seguintes requisitos:

I - as carrocerias tenham sido desenvolvidas especialmente para o transporte de bobinas;

II - sejam dotados de dispositivo mecânico, composto por pelo menos dois perfis metálicos transversais, sendo um na parte dianteira e outro na parte traseira da bobina, fixados por parafusos ou pinos em estrutura localizada em ambas as laterais do berço, estruturas estas que precisam estar fixadas diretamente ao chassi ou longarina do veículo; e

III - possuam terceiro perfil metálico longitudinal, passando pelo centro da bobina, de modo que possibilite o pressionamento da bobina contra o piso do berço revestido de borracha, impedindo o desprendimento da bobina do berço da carreta, conforme ilustra a figura E do Anexo II.

§ 5º Para o uso dos dispositivos previstos nos incisos II e III do § 4º, são exigidos:

I - laudo técnico assinado por engenheiro mecânico, com o registro da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), que contemple o ensaio de resistência ou a simulação computacional comprovando que a segurança do sistema é igual ou superior aos dispositivos convencionais;

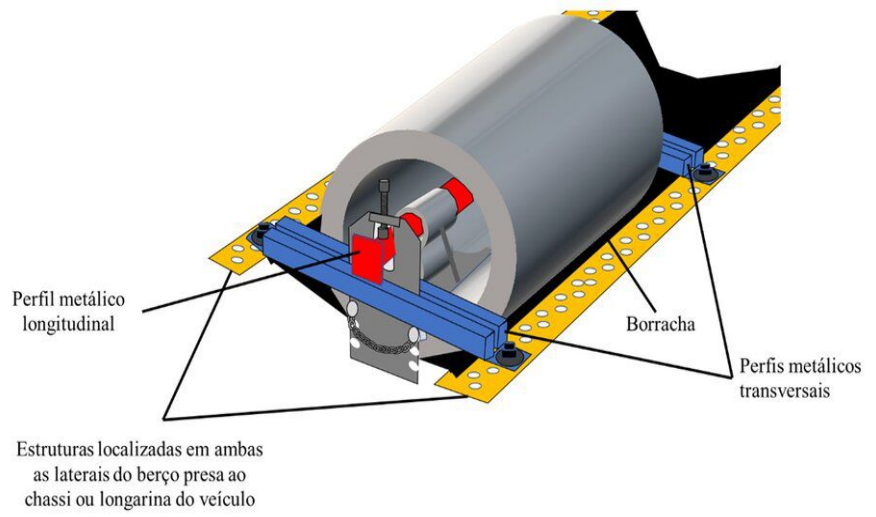
II - Certificado de Segurança Veicular (CSV) nos termos da Resolução CONTRAN nº 292/2008, e suas sucedâneas." (NR)

" ANEXO II

.....

Figura E - Dispositivo alternativo de segurança para travamento das bobinas no cocho

Figura E – Dispositivo alternativo de segurança para travamento das bobinas no cocho



" (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em de 3 de maio de 2021.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 822, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 202, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado da Bahia.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.006533/2021-14, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 202, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado da Bahia.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado da Bahia;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado da Bahia; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios da Bahia.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 26 de fevereiro de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 26 de fevereiro de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 26 de fevereiro de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de fevereiro de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de fevereiro de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 28 de janeiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado da Bahia deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/ Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 823, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 203, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Pernambuco.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.006972/2021-19, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 203, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado de Pernambuco;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado de Pernambuco; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios de Pernambuco.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 18 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 18 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 18 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 3 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado de Pernambuco deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 824, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 204, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio Grande do Norte.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007578/2021-06, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 204, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Rio Grande do Norte;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Rio Grande do Norte; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 1º de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 1º de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 1º de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de fevereiro de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de fevereiro de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 29 de janeiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Rio Grande do Norte deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 825, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 205, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Distrito Federal.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007368/2021-18, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 205, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Distrito Federal.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Distrito Federal;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Distrito Federal; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Distrito Federal.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 1º de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 1º de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 1º de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de fevereiro de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de fevereiro de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 29 de janeiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Distrito Federal deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 826, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 206, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Goiás.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007274/2021-31, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 206, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Goiás.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado de Goiás;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado de Goiás; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios de Goiás.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 17 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 17 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 17 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 2 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado de Goiás deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/ Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 827, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 207, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Alagoas.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007259/2021-92, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 207, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Alagoas.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado de Alagoas;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado de Alagoas; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios de Alagoas.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 19 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 19 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 19 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 4 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado de Alagoas deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 828, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 208, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de São Paulo.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007412/2021-81, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 208, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado de São Paulo;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado de São Paulo; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios de São Paulo.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 15 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 15 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 15 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 26 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado de São Paulo deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 829, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 209, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007616/2021-12, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 209, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Rio de Janeiro;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Rio de Janeiro; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Rio de Janeiro.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 22 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 22 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 22 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 5 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 18 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Rio de Janeiro deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 830, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 210, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Mato Grosso.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007629/2021-91, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 210, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado de Mato Grosso;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado de Mato Grosso; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios de Mato Grosso.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 1º de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 1º de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 1º de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 29 de janeiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado de Mato Grosso deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/ Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 831, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 211, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Amapá.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007631/2021-61, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 211, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Amapá.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Amapá;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Amapá; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Amapá.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 9 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 9 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 9 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 5 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 5 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Amapá deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 832, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 212, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Mato Grosso do Sul.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007630/2021-16, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 212, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Mato Grosso do Sul;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Mato Grosso do Sul; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 26 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 26 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 26 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 11 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 24 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Mato Grosso do Sul deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 833, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 213, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado da Paraíba.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007635/2021-49, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 213, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado da Paraíba.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado da Paraíba;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado da Paraíba; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios da Paraíba.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 11 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 11 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 11 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 24 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 9 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado da Paraíba deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestre

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 834, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 214, de 26 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Espírito Santo.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007617/2021-67, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 214, de 26 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Espírito Santo;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Espírito Santo; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Espírito Santo.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 18 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 18 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 18 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 3 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Espírito Santo deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 835, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 215, de 26 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Pará.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007633/2021-50, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 215, de 26 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Pará.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Pará;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Pará; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Pará.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 15 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 15 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 15 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 12 de fevereiro de 2020; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 12 de fevereiro de 2020.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Pará deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 836, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 216, de 26 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio Grande do Sul.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.006256/2021-31, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 216, de 26 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Rio Grande do Sul;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Rio Grande do Sul; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 22 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 22 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 22 de março 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 5 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 18 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Rio Grande do Sul deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestre

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 837, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 221, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Maranhão.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007627/2021-01, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 221, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Maranhão.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Maranhão;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Maranhão; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Maranhão.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 5 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 5 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 5 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 18 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 3 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Maranhão deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/ Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 838, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 218, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Piauí.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007641/2021-04, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 218, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Piauí.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Piauí;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Piauí; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Piauí.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 22 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 22 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 22 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 5 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 18 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Piauí deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 839, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 220, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Rondônia.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007643/2021-95, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 220, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Rondônia.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado de Rondônia;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado de Rondônia; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios de Rondônia.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 4 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 4 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 4 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 2 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 2 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado de Rondônia deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 840, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 219, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Sergipe.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007649/2021-62, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 219, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Sergipe.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado de Sergipe;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado de Sergipe; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios de Sergipe.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 26 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 26 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 26 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 11 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 24 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado de Sergipe deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 841, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Referenda a Portaria CONTRAN nº 217, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Tocantins.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007651/2021-31, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Portaria CONTRAN nº 217, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Tocantins.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Tocantins;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Tocantins; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Tocantins.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 17 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 17 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 17 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Resolução, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Tocantins deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Resolução.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 842, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 315, de 08 de maio de 2009, que estabelece a equiparação dos veículos ciclo-elétricos, aos ciclomotores e os equipamentos obrigatórios para condução nas vias públicas abertas à circulação, para adequar a definição de ciclomotor ao que prevê o Anexo do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o inciso I do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007549/2021-36, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 315, de 08 de maio de 2009, que estabelece a equiparação dos veículos ciclo-elétricos, aos ciclomotores e os equipamentos obrigatórios para condução nas vias públicas abertas à circulação, para adequar a definição de ciclomotor ao que prevê o Anexo do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 315, de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Para efeitos desta Resolução, ciclomotor é todo veículo de 2 (duas) ou 3 (três) rodas, provido de motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a 50 cm^3 (cinquenta centímetros cúbicos), equivalente a 3,05 pol^3 (três polegadas cúbicas e cinco centésimos), ou de motor de propulsão elétrica com potência máxima de 4 kW (quatro quilowatts), e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).

§ 1º Inclui-se na definição de ciclomotor a bicicleta dotada originalmente de motor elétrico, bem como aquela que tiver este dispositivo motriz agregado posteriormente à sua estrutura.

§ 2º Excetuam-se da definição prevista no caput os equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, sendo permitida sua circulação somente em áreas de circulação de pedestres, ciclovias e ciclo faixas, atendidas as seguintes condições:

.....

§ 3º Excetua-se da definição prevista no caput a bicicleta dotada originalmente de motor elétrico auxiliar, bem como aquela que tiver o dispositivo motriz agregado posteriormente à sua estrutura, sendo permitida a sua circulação em ciclovias e ciclo faixas, atendidas as seguintes condições:

....." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 843, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, que dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I, X e XV do art. 12, o art. 141 e os §§1º e 7º do art. 148-A, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007550/2021-61, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, que dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 691, de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

§ 1º A validade do exame toxicológico será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da coleta da amostra, podendo seu resultado ser utilizado neste período para todos os fins previstos no caput.

§ 2º O prazo de validade previsto no § 1º também se aplica ao exame de que trata o § 2º do art. 148-A do CTB." (NR)

"Art. 15. A hipótese de o exame previsto no § 2º do art. 148-A do CTB acusar o consumo pelo condutor de qualquer uma das substâncias constantes do Anexo I desta Resolução, em níveis que configurem o uso da substância detectada, acarretará a suspensão do direito de dirigir pelo período de 3 (três) meses, condicionado o levantamento da suspensão à inclusão, no RENACH, de resultado negativo em novo exame ou ao cumprimento da penalidade, sendo vedada a aplicação de outras penalidades, ainda que acessórias." (NR)

"Art. 16. No caso de o condutor ser reprovado no exame toxicológico, fica-lhe garantido o direito de contraprova e de recurso administrativo, sem efeito suspensivo, nos termos do § 4º do art. 148-A do CTB." (NR)

"Art. 21. A direção de veículo para o qual seja exigida habilitação nas categorias C, D ou E por condutor com idade inferior a 70 (setenta) anos sem realizar o exame toxicológico após 30 (trinta) dias do vencimento do prazo estabelecido no § 2º do art. 148-A do CTB configura infração prevista no art. 165-B do CTB.

§ 1º Ao condutor enquadrado no caput, cujo prazo de vencimento do exame toxicológico periódico exigido no § 2º do art. 148-A do CTB tenha se expirado antes de 12 de abril de 2021, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da entrada em vigor desta Resolução, para a realização do exame.

§ 2º Incorre na mesma penalidade descrita no caput o condutor que exerce atividade remunerada ao veículo e não comprova a realização do exame toxicológico periódico exigido pelo § 2º do art. 148-A do CTB após 30 (trinta) dias do vencimento do prazo estabelecido, por ocasião da renovação do documento de habilitação nas categorias C, D ou E, conforme previsto no parágrafo único do art. 165-B do CTB.

§ 3º Não se aplica a penalidade prevista no § 2º ao condutor da categoria C, D ou E que exerce atividade remunerada ao veículo pela não realização do exame toxicológico periódico exigido no § 2º do art. 148-A do CTB cujo prazo de vencimento tenha se expirado antes de 12 de abril de 2021.

§ 4º A mudança de categoria dos condutores das categorias C, D ou E para as categorias A e/ou B até a data da renovação da CNH afasta a aplicação da sanção referida no parágrafo único do art. 165-B do CTB.

§ 5º Cabe aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, às autoridades de trânsito ou seus agentes consultar a base de dados do RENACH para verificar a realização do exame para a eventual imposição das sanções legais.

§ 6º Os exames previstos no § 2º do art. 148-A do CTB somente serão exigidos para os motoristas que já tenham realizado o exame toxicológico de que trata esta Resolução." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
p/Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 844, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 723, de 6 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, previstas nos arts. 261 e 263, incisos I e II, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como sobre o curso preventivo de reciclagem.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o inciso I do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007551/2021-13, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 723, de 6 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, previstas nos arts. 261 e 263, incisos I e II, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como sobre o curso preventivo de reciclagem.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 723, de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Esta Resolução estabelece o procedimento administrativo a ser seguido pelos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) para a aplicação das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, bem como do curso preventivo de reciclagem." (NR)

"Art. 3º .....

I - sempre que o infrator atingir, no período de 12 (doze) meses, a seguinte contagem de pontos:

a) 20 (vinte) pontos, caso constem 2 (duas) ou mais infrações gravíssimas na pontuação;

b) 30 (trinta) pontos, caso conste 1 (uma) infração gravíssima na pontuação;

c) 40 (quarenta) pontos, caso não conste nenhuma infração gravíssima na pontuação.

.....

III - em caso de resultado positivo no exame toxicológico periódico previsto no § 2º do art. 148-A do CTB, realizado por condutor habilitado nas categorias C, D ou E.

§ 1º No caso do condutor que exerce atividade remunerada ao veículo, a contagem de pontos prevista no inciso I para a aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir será de 40 (quarenta) pontos, independentemente da natureza das infrações cometidas.

§ 2º Para as infrações cometidas antes de 12 de abril de 2021, aplicam-se os limites de pontos previstos no inciso I nos casos de processos:

I - ainda não instaurados; ou

II - instaurados, cuja instância administrativa ainda não tenha sido encerrada, nos termos do art. 290 do CTB.

§ 3º A pontuação das infrações cometidas antes de 12 de abril de 2021 continua sendo considerada para o cômputo de que trata o inciso I." (NR)

"Art. 4º .....

III - ao condutor que se utilize de veículo para a prática do crime de receptação, descaminho, contrabando, previstos nos arts. 180, 334 e 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), condenado por um desses crimes em decisão judicial transitada em julgado." (NR)

"Art. 5º As penalidades de que trata esta Resolução serão aplicadas pelas seguintes autoridades de trânsito, em processo administrativo, assegurados a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal:

I - no caso de suspensão do direito de dirigir em decorrência do acúmulo de pontos, pelo órgão ou entidade executivo de trânsito de registro do documento de habilitação;

II - no caso de suspensão do direito de dirigir em decorrência do cometimento de infração para a qual esteja prevista, de forma específica no CTB, a penalidade de suspensão do direito de dirigir:

a) para infrações cometidas antes de 12 de abril de 2021, pelo órgão ou entidade executivo de trânsito de registro do documento de habilitação;

b) para infrações cometidas a partir de 12 de abril de 2021, pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da penalidade de multa;

III - no caso de suspensão do direito de dirigir decorrente de resultado positivo no exame toxicológico periódico previsto no § 2º do art. 148-A do CTB realizado por condutor habilitado nas categorias C, D ou E, pelo órgão ou entidade executivo de trânsito de registro do documento de habilitação." (NR)

"Art. 7º .....

§ 1º Os órgãos e entidades componentes do SNT que aplicam a penalidade de multa deverão comunicar, exclusivamente por meio do lançamento no Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF), aos órgãos executivos de trânsito de registro do documento de habilitação, a pontuação correspondente, após o encerramento da instância administrativa da infração.

§ 2º Será instaurado um único processo administrativo para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir quando a soma dos pontos relativos às infrações cometidas atingir os limites previstos no art. 3º, no período de 12 (doze) meses.

§ 2º-A No caso de o condutor que exerce atividade remunerada em veículo optar por participar de curso preventivo de reciclagem ao atingir 30 (trinta) pontos no período de 12 (doze) meses, concluído com êxito o curso, essa pontuação será eliminada para fins de contagem subsequente.

....." (NR)

"Art. 8º .....

I - quando o infrator for o proprietário do veículo, será instaurado processo único para aplicação das penalidades de multa e de suspensão do direito de dirigir, nos termos do § 10 do art. 261 do CTB;

II - quando o infrator não for o proprietário do veículo, o processo de suspensão do direito de dirigir tramitará concomitantemente ao processo para aplicação da penalidade de multa, nos termos do § 10 do art. 261 do CTB, podendo ser autuado um único processo para essa finalidade, observado o disposto na Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, e suas alterações.

§ 1º Para as autuações que não sejam de competência dos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, relativas às infrações cometidas antes de 12 de abril de 2021, o órgão ou entidade responsável pela aplicação da penalidade de multa, encerrada a instância administrativa de julgamento da infração, comunicará imediatamente ao órgão executivo de trânsito do registro do documento de habilitação, via RENAINF, para que instaure processo administrativo com vistas à aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I, o procedimento de notificação deverá obedecer às disposições constantes na Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, e suas alterações e sucedâneas.

§ 3º O prazo para expedição da notificação da penalidade de suspensão do direito de dirigir de que trata o caput é de 180 (cento e oitenta) dias ou de 360 (trezentos e sessenta) dias, se houver defesa prévia, na forma do art. 282 do CTB." (NR)

"SEÇÃO III - POR RESULTADO POSITIVO NO EXAME TOXICOLÓGICO

"Art. 8º-A. Para instauração do processo administrativo destinado à aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir decorrente de resultado positivo no exame toxicológico periódico de que trata o § 2º do art. 148-A do CTB, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal competente pelo registro do documento de habilitação deverá utilizar os dados lançados no RENACH.

§ 1º É garantido o direito de contraprova e de recurso administrativo, sem efeito suspensivo, no caso de resultado positivo para os exames de que trata o caput.

§ 2º Caso seja realizada a contraprova, será sempre considerado o resultado nela obtido.

§ 3º O levantamento da suspensão é condicionado ao resultado negativo em novo exame ou ao cumprimento do prazo de 3 (três) meses de suspensão previsto no § 5º do art. 148-A do CTB, não se exigindo a realização do curso de reciclagem.

§ 4º O novo exame para levantamento da suspensão pode ser realizado a qualquer tempo.

§ 5º O resultado negativo em novo exame resultará no levantamento da suspensão do direito de dirigir, por meio da inclusão do referido resultado no RENACH, independentemente de o processo ter sido instaurado ou de o infrator já estar cumprindo a penalidade.

§ 6º A reclassificação da habilitação do condutor das categorias C, D ou E para as categorias A, B ou AB não dispensa a exigência do resultado negativo em novo exame para fins de levantamento da suspensão do direito de dirigir." (NR)

"Art. 9º .....

§ 1º Para instauração do processo definido no caput, o condutor que exerce atividade remunerada em veículo e, no período de 12 (doze) meses, for autuado por infrações cuja soma dos pontos atingir 30 (trinta) poderá requerer junto ao órgão de registro do documento de habilitação a participação no curso preventivo de reciclagem.

§ 2º Também fará jus ao estabelecido no § 1º o condutor que, possuindo uma soma de pontos por infrações inferior a 30 (trinta), no período de 12 (doze) meses, seja uma vez mais autuado, dentro desse período, e a soma dos pontos das infrações seja superior a 30 (trinta) e não ultrapasse os 39 (trinta e nove) pontos.

§ 3º Poderá fazer o requerimento o condutor que, mesmo já tendo atingido a soma exata de 30 (trinta) pontos, no período de 12 (doze) meses, for autuado por infrações que não ultrapassem 39 (trinte e nove) pontos, sendo eliminada a pontuação, observado o disposto no § 6º.

.....

§ 7º No caso de o condutor que exerce atividade remunerada em veículo ser autuado por infrações cometidas antes de 12 de abril de 2021:

I - se a soma dos pontos atingir 14 (quatorze), o condutor poderá requerer junto ao órgão de registro do documento de habilitação a participação no curso preventivo de reciclagem de que trata o caput;

II - se a soma de pontos for inferior a 14 (quatorze) e o condutor for autuado mais uma vez dentro de 12 (doze) meses, caso a soma dos pontos contando com essa nova infração for inferior a 20 pontos, o condutor também fará jus à participação no curso preventivo de reciclagem de que trata o caput.

§ 8º No caso previsto no inciso II do § 7º, o condutor poderá requerer a participação no curso preventivo de reciclagem de que trata o caput, sendo eliminada a pontuação, observado o disposto no § 6º." (NR)

"Art. 10.

.....

§ 2º.....

.....

II - a finalidade da notificação, qual seja, dar ciência da instauração do processo administrativo para imposição da penalidade de suspensão do direito de dirigir por somatório de pontos, por infração específica ou por resultado positivo em exame toxicológico periódico previsto no § 2º do art. 148-A do CTB;

.....

§ 5º Da notificação constará a data do término do prazo para a apresentação da defesa, que não será inferior a 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação da instauração do processo administrativo.

.....

§ 8º Os órgãos ou entidades integrantes do SNT, para fins de instauração do processo de suspensão do direito de dirigir ou de cassação do documento de habilitação, deverão considerar, exclusivamente, as informações constantes no RENAINF.

§ 9º No caso de processo de suspensão do direito de dirigir decorrente do resultado positivo no exame toxicológico, a notificação de instauração do processo administrativo deverá ser encaminhada ao condutor examinado e conter, além do disposto no § 2º, no mínimo:

I - nome e CNPJ do laboratório responsável pelo resultado do exame ou da contraprova, caso esta tenha sido realizada;

II - número do laudo;

III - data do exame;

IV - resultado do exame; e

V - substâncias detectadas.

§ 10. Para fins do § 9º, não se aplica o disposto no inciso IV do § 2º." (NR)

"Art. 11. .....

Parágrafo único. Na apresentação de defesa ou recurso, em qualquer fase do processo, para efeitos de admissibilidade, não serão exigidos documentos ou cópia de documentos emitidos pelo órgão responsável pela autuação." (NR)

"Art. 14. Não apresentada, não conhecida ou não acolhida a defesa, a autoridade de trânsito competente aplicará a penalidade de suspensão do direito de dirigir ou de cassação do documento de habilitação, conforme o caso." (NR)

"Art. 15. Aplicada a penalidade, a autoridade de trânsito competente deverá notificar o condutor informando-lhe:

I - identificação do órgão responsável pela aplicação da penalidade;

....." (NR)

"Art. 16. .....

.....

§ 2º-A. Não será exigido curso de reciclagem para a penalidade de suspensão decorrente de resultado positivo em exame toxicológico periódico previsto no § 2º do art. 148-A do CTB.

....." (NR).

"Art. 17. Os órgãos e entidades integrantes do SNT, nos termos das competências legais estabelecidas, deverão aplicar a penalidade de suspensão do direito de dirigir, conforme o disposto nos arts. 148-A e 261 do CTB." (NR)

"Art. 17-A. Os prazos para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir referente às infrações cometidas desde 1º de novembro de 2016 são os seguintes:

I - no caso do inciso I do art. 3º: de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e, no caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, de 8 (oito) meses a 2 (dois) anos;

II - no caso do inciso II do art. 3º: de 2 (dois) a 8 (oito) meses, exceto para as infrações com prazo descrito no dispositivo infracional, e, no caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, de 8 (oito) a 18 (dezoito) meses, exceto para as reincidências que geram a cassação do documento de habilitação, conforme inciso II do art. 263 do CTB." (NR)

"Art. 17-B. Os prazos para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir referente às infrações cometidas antes do dia 1º de novembro de 2016 são os seguintes:

I - para infratores não reincidentes na penalidade de suspensão do direito de dirigir no período de doze meses:

a) de 01 (um) a 03 (três) meses, para penalidades de suspensão do direito de dirigir aplicadas em razão de infrações para as quais não sejam previstas multas agravadas;

b) de 02 (dois) a 06 (seis) meses, para penalidades de suspensão do direito de dirigir aplicadas em razão de infrações para as quais sejam previstas multas agravadas com fator multiplicador de três vezes;

c) de 04 (quatro) a 10 (dez), para penalidades de suspensão do direito de dirigir aplicadas em razão de infrações para as quais sejam previstas multas agravadas com fator multiplicador de cinco vezes;

d) de 08 (oito) a 12 (doze) meses, para penalidades de suspensão do direito de dirigir aplicadas em razão de infrações para as quais sejam previstas multas agravadas com fator multiplicador de dez vezes;

II - para infratores reincidentes na penalidade de suspensão do direito de dirigir no período de doze meses:

a) de 06 (seis) a 10 (dez) meses, para penalidades de suspensão do direito de dirigir aplicadas em razão de infrações para as quais não sejam previstas multas agravadas;

b) de 08 (oito) a 16 (dezesseis) meses, para penalidades de suspensão do direito de dirigir aplicadas em razão de infrações para as quais sejam previstas multas agravadas com fator multiplicador de três vezes;

c) de 10 (dez) a 20 (vinte) meses, para penalidades de suspensão do direito de dirigir aplicadas em razão de infrações para as quais sejam previstas multas agravadas com fator multiplicador de cinco;

d) de 16 (dezesseis) a 24 (vinte e quatro) meses, para penalidades de suspensão do direito de dirigir aplicadas em razão de infrações para as quais sejam previstas multas agravadas com o fator multiplicador de dez vezes." (NR)

"Art. 17-C. Os prazos de suspensão do direito de dirigir para processo instaurado em decorrência da contagem de 20 (vinte) ou mais pontos em que haja uma ou mais infrações cometidas antes de 1º de novembro de 2016 são os estabelecidos no art. 17-B." (NR)

"Art. 17-D. O prazo de suspensão do direito de dirigir decorrente de resultado positivo no exame toxicológico periódico de que trata o § 2º do art. 148-A do CTB é de 3 (três) meses." (NR)

"Art. 17-E. Para os casos anteriores à publicação da Deliberação CONTRAN nº 163, de 31 de outubro de 2017, em que a penalidade já tenha sido inscrita no RENACH, mas que não tenha data de início do seu cumprimento, os órgãos e entidades integrantes do SNT deverão adotar a medida administrativa de recolhimento do documento de habilitação e encaminhá-la aos órgãos ou entidades de registro do documento de habilitação para aposição do início e fim do cumprimento da respectiva penalidade." (NR)

"Art. 19. .....

.....

III - no caso de condutor que se utilize de veículo para a prática do crime de receptação, descaminho ou contrabando, previstos nos arts. 180, 334 e 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), condenado por um desses crimes em decisão judicial transitada em julgado.

.....

§ 1º .....

I - o processo administrativo será instaurado após esgotados todos os meios de defesa da infração que enseja a penalidade de cassação, na esfera administrativa, devendo o órgão executivo de registro do documento de habilitação observar as informações registradas no RENAINF;

.....

§ 2º .....

I - o processo administrativo será instaurado após esgotados todos os meios de defesa da infração que configurou a reincidência, na esfera administrativa, devendo o órgão executivo de registro do documento de habilitação observar as informações registradas no RENAINF;

....." (NR)

"Art. 20. .....

§ 1º Decorrido o prazo previsto no caput, o condutor será considerado inabilitado até a conclusão do processo de reabilitação.

§ 2º No caso de cassação decorrente de decisão judicial com base no art. 278-A do CTB, o prazo para o infrator poder requerer sua habilitação é de 5 (cinco) anos." (NR)

"Art. 24. .....

§ 1º .....

I - no caso previsto no inciso I do art. 3º, o dia subsequente ao encerramento da instância administrativa referente à penalidade de multa que totalizar ou ultrapassar os limites de pontos no período de 12 (doze) meses;

.....

IV - no caso do inciso III do art. 3º, a data do resultado do exame ou da contraprova.

....." (NR)

"Art. 27-A. Para dar cumprimento às disposições desta Resolução, os órgãos autuadores poderão celebrar convênio com os órgãos ou entidades executivos de trânsito de registro do documento de habilitação do condutor infrator, nos termos do art. 25 do CTB." (NR)

"Art. 27-B. O órgão máximo executivo de trânsito da União poderá expedir normas complementares para o fiel cumprimento das disposições contidas nesta Resolução." (NR)

Art. 3º Ficam revogados os arts. 29 e 32 da Resolução CONTRAN nº 723, de 2020.

Art. 4º Ficam revogadas as Resoluções CONTRAN:

I - nº 182, de 2005; e

II - nº 557, de 15 de outubro de 2015;

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 845, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 619, de 06 de setembro de 2016 que estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I, X e XV do art. 12,da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007552/2021-50 resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 619, de 06 de setembro de 2016, que estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e dá outras providências.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 619, de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 5º O Auto de Infração de Trânsito valerá como notificação da autuação quando for assinado pelo condutor e este for o proprietário do veículo ou o principal condutor previamente identificado, desde que conste a data do término do prazo para a apresentação da Defesa da Autuação nos termos do art. 281-A do CTB.

....." (NR)

"Art. 4º .....

.....

§ 4º Da Notificação da Autuação constará a data do término do prazo para a apresentação da Defesa da Autuação pelo proprietário do veículo, principal condutor ou pelo condutor infrator devidamente identificado, que não será inferior a 30 (trinta) dias, contados da data de expedição da notificação da autuação ou publicação por edital, observado o disposto no art. 13.

.....

§ 8º No caso de processo de aplicação da penalidade de multa de forma concomitante à penalidade de suspensão do direito de dirigir de que trata o § 10 do art. 261 do CTB, a Notificação da Autuação deverá conter a informação referente a ambas as penalidades, observado o disposto na Resolução CONTRAN nº 723, de 6 de fevereiro de 2018, e suas sucedâneas.

§ 9º Para as notificações de autuação expedidas antes de 12 de abril de 2021, o prazo de que trata o § 4º não será inferior a 15 (quinze) dias." (NR)

"Art. 5º

.....

IX- esclarecimento de que a indicação do condutor infrator somente será acatada e produzirá efeitos legais se o formulário de identificação do condutor estiver corretamente preenchido, sem rasuras, com assinaturas originais do condutor e do proprietário do veículo.

.....

§ 9º Para fins de indicação do condutor infrator, o principal condutor equipara-se ao proprietário do veículo." (NR)

"Art. 9º.....

.....

§ 2º Caso a defesa prévia seja indeferida ou não seja apresentada no prazo estabelecido, será aplicada a penalidade e expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do cometimento da infração, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure a ciência da imposição da penalidade.

§ 3º Em caso de apresentação da defesa prévia em tempo hábil, o prazo previsto no §2º deste artigo será de 360 (trezentos e sessenta) dias." (NR)

"Art. 10. Em se tratando de infrações de natureza leve ou média, a autoridade de trânsito, nos termos do art. 267 do CTB, deverá aplicar a Penalidade de Advertência por Escrito, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica.

.....

§ 14. É nula a penalidade de multa aplicada quando o infrator se enquadrar nos requisitos estabelecidos no art. 267 do CTB." (NR)

"Art. 10-A. Para as infrações cometidas antes de 12 de abril de 2021, a penalidade de advertência por escrito poderá ser imposta à infração de natureza leve ou média, passível de ser punida com multa, não sendo reincidente o infrator, na mesma infração, nos últimos doze meses, quando a autoridade, considerando o prontuário do infrator, entender esta providência como mais educativa.

§ 1º Até a data do término do prazo para a apresentação da defesa da autuação, o proprietário do veículo, ou o condutor infrator devidamente identificado, poderá requerer à autoridade de trânsito a aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Não cabe recurso à Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) da decisão da autoridade que aplicar a Penalidade de Advertência por Escrito solicitada com base no § 1º, exceto se essa solicitação for concomitante à apresentação de defesa da autuação.

§ 3º Para fins de análise da reincidência de que trata o caput , deverá ser considerada apenas a infração referente à qual foi encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades

§ 4º Caso a autoridade de trânsito não entenda como medida mais educativa a aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito, aplicará a Penalidade de Multa.

§ 5º Para fins de cumprimento do disposto neste artigo, o DENATRAN deverá disponibilizar transação específica para registro da Penalidade de Advertência por Escrito no RENACH e no RENAVAM, bem como, acesso às informações contidas no prontuário dos condutores e veículos para consulta dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 6º Para cumprimento do disposto no § 1º, o infrator deverá apresentar, ao órgão ou entidade responsável pela aplicação da penalidade, documento emitido pelo órgão ou entidade executivo de trânsito responsável pelo seu prontuário, que demonstre as infrações cometidas, se houver, referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da infração, caso essas informações não estejam disponíveis no RENACH.

§ 7º Até que as providências previstas no § 5º sejam disponibilizadas aos órgãos autuadores, a Penalidade de Advertência por Escrito poderá ser aplicada por solicitação da parte interessada." (NR)

"Art. 11. .....

§ 1º O órgão ou entidade integrante do Sistema Nacional de Trânsito responsável pela expedição da Notificação da Penalidade de Multa deverá utilizar documento próprio para arrecadação de multa que contenha as características estabelecidas pelo DENATRAN.

§ 2º Quando o processo de suspensão do direito de dirigir for instaurado concomitante ao processo de aplicação da penalidade de multa, a notificação da penalidade de multa poderá ser dirigida ao proprietário e ao infrator, devendo conter, além do disposto neste artigo, as informações referentes à suspensão do direito de dirigir, observada a Resolução CONTRAN nº 723, de 2018, e suas sucedâneas."(NR)

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Resolução nº 619, de 2016:

I - o inciso VIII do art. 5º; e

II - os §§ 1º, 2º, 3º, 8º, 11 e 12 do art. 10.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/ Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 846, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 453, 26 de setembro de 2013 de que disciplina o uso de capacete de segurança para condutor e passageiro de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos motorizados e quadriciclos motorizados.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o inciso I do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007553/2021-02, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera Resolução CONTRAN nº 453, 26 de setembro de 2013 que disciplina o uso de capacete de segurança para condutor e passageiro de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos motorizados e quadriciclos motorizados.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 453, de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

" Art. 4º.

.....

II - sem estar devidamente fixado à cabeça pelo conjunto formado pela cinta jugular e engate, por debaixo do maxilar inferior; de tamanho inadequado ou no caso de queixeira não abaixada ou travada. art. 169 do CTB;

III - utilizando capacete de segurança sem viseira ou óculos de proteção ou com viseira ou óculos de proteção em desacordo com Anexo: incisos X ou XI do art. 244 do CTB, conforme o caso.

IV - não uso de capacete motociclístico, capacete não encaixado na cabeça ou uso de capacete indevido, conforme Anexo: incisos I ou II do art. 244 do CTB, conforme o caso."(NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/ Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 847, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 292, de 29 de agosto de 2008, que dispõe sobre as modificações de veículos previstas nos artigos 98 e 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências, para permitir a alteração do diâmetro externo do conjunto pneu/roda para veículos classificados na espécie misto, tipo utilitário, carroçaria jipe.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o inciso I do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.057703/2019-04, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 292, de 29 de agosto de 2008, que dispõe sobre as modificações de veículos previstas nos artigos 98 e 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e dá outras providências, para permitir a alteração do diâmetro externo do conjunto pneu/roda para veículos classificados na espécie misto, tipo utilitário, carroçaria jipe.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 292, de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

§ 1º Veículos com instalação de fonte luminosa de descarga de gás com CSV emitido até a data da entrada em vigor desta Resolução poderão circular até a data de seu sucateamento, desde que o equipamento esteja em conformidade com a Resolução CONTRAN nº 227, de 9 de fevereiro de 2007.

§ 2º Excetuam-se da proibição prevista no inciso II os veículos classificados na espécie misto, tipo utilitário, carroçaria jipe, desde que observados os limites de diâmetro externo do conjunto pneu/roda fixados pelo fabricante." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/ Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/ Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 848, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 205, de 20 de outubro de 2006, que dispõe sobre os documentos de porte obrigatório e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I, X e XV do art. 12 e o art. 141 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.025064/2019-18, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 205, de 20 de outubro de 2006, que dispõe sobre os documentos de porte obrigatório e dá outras providências.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 205, de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º. Sempre que for obrigatória a aprovação em curso especializado, o condutor deverá portar sua comprovação até que essa informação seja registrada no RENACH, nos termos do § 4º do art. 27 da Resolução do CONTRAN nº 789, de 18 de junho de 2020." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 849, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 789, de 18 de junho de 2020, que consolida normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I, X e XV do art. 12 e o art. 141 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.025064/2019-18, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 789, de 18 de junho de 2020, que consolida as normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 789, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º O Exame de Aptidão Física e Mental, a ser realizado no local de residência ou domicilio do examinado, será preliminar e renovável com a seguinte periodicidade:

I - a cada 10 (dez) anos, para condutores com idade inferior a 50 (cinquenta) anos;

II - a cada 5 (cinco) anos, para condutores com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos e inferior a 70 (setenta) anos; e

III - a cada 3 (três) anos, para condutores com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.

.....

§ 2º Quando houver indícios de deficiência física ou mental, ou de progressividade de doença que possa diminuir a capacidade para conduzir o veículo, os prazos previstos nos incisos I, II e III poderão ser diminuídos por proposta do perito examinador.

....." (NR)

"Art. 13.....

I - obtenção ou adição da ACC: mínimo de 05 (cinco) horas/aula;

II - obtenção da CNH na categoria "A": mínimo de 20 (vinte) horas/aula;

III - adição da categoria "A" na CNH: mínimo de 15 (quinze) horas/aula;

IV - obtenção da CNH na categoria "B": mínimo de 20 (vinte) horas/aula; ou

V - adição da categoria "B" na CNH: mínimo de 15 (quinze) horas/aula.

....." (NR)

"Art. 22. No caso de reprovação no Exame Teórico-técnico ou no Exame de Direção Veicular, o candidato poderá repetir o exame a qualquer tempo, observado o prazo previsto no § 3º do art. 2º, sendo dispensado do exame no qual tenha sido aprovado." (NR)

"Art. 27. .....

.....

§ 4º O órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal lançará no RENACH a aprovação nos cursos especializados, conforme codificação definida pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

....." (NR)

"ANEXO II

.....

"6. CURSOS ESPECIALIZADOS PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS

.....

VII - DA CERTIFICAÇÃO

- Os condutores aprovados no curso especializado e os que realizarem a atualização exigida terão os dados correspondentes registrados em seu cadastro pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal;

- Os certificados deverão conter no mínimo os seguintes dados:

a) nome completo do condutor;

b) número do registro RENACH e categoria de habilitação do condutor;

c) validade e data de conclusão do curso;

d) assinatura do diretor da entidade ou instituição, e validação do órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal quando for o caso;

e) no verso, deverão constar as disciplinas, a carga horária, o instrutor e o aproveitamento do condutor; e

f) o modelo dos certificados será elaborado e divulgado em portaria pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

VIII - DA VALIDADE

- Os Cursos especializados têm validade de cinco anos, quando os condutores deverão realizar a atualização dos respectivos cursos;

- O condutor que não apresentar comprovante de que realizou o curso de atualização no qual está habilitado após o término da validade prevista, terá automaticamente suprimida a informação correspondente no sistema RENACH;

- Para fins de fiscalização, as informações constantes no RENACH prevalecerão sobre eventual informação constante no campo "observações" da CNH;

- Os Cursos de atualização terão uma carga horária de 16 horas-aula, sobre as disciplinas dos Cursos especializados, abordando preferencialmente, as atualizações na legislação, a evolução tecnológica e estudos de casos, dos módulos específicos de cada curso." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 850, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 598, de 24 de maio de 2016, que regulamenta a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação, com novo leiaute e requisitos de segurança.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I, X e XV do art. 12 e o art. 141 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.025064/2019-18, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 598, de 24 de maio de 2016, que regulamenta a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação, com novo leiaute e requisitos de segurança.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 598, de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º Dentro do campo "Observações" do modelo da CNH previsto no Anexo I desta Resolução, deverão constar as restrições médicas e a informação sobre o exercício de atividade remunerada, todos em formatos padronizados e abreviados, conforme Anexo II desta Resolução." (NR)

"ANEXO III - ESPECIFICAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - CNH

.....

5. DADOS VARIÁVEIS:

A Carteira Nacional de Habilitação e a Permissão para Dirigir serão compostas dos seguintes dados variáveis:

- Sobre o portador: nome completo, documento de identidade, órgão emissor / UF, CPF, data de nascimento, filiação, fotografia e assinatura;

- Sobre o documento: Data da 1a habilitação, categoria do condutor, número de registro, validade, local de emissão, data da emissão, assinatura do emissor, código numérico de validação e número do formulário RENACH;

- Campo de observações: deverão constar as restrições médicas e a informação sobre o exercício de atividade remunerada, todos em formatos padronizados e abreviados conforme Anexo II."(NR)

"ANEXO IV - INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS DADOS VARIÁVEIS DA CNH

.....

15. OBSERVAÇÕES: dentro deste campo deverão constar as restrições médicas e a informação sobre o exercício de atividade remunerada, todos em formato padronizados e abreviados conforme Anexo II desta Resolução;" (NR)

Art. 3º Ficam revogados os códigos 11, 12, 13, 14, 17, 18 e 19 previstos na TABELA DE ABREVIATURAS A SEREM IMPRESSAS NA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO constante no ANEXO II da Resolução CONTRAN nº 598, de 2016.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 851, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 810, de 15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a classificação de danos e os procedimentos para a regularização, a transferência e a baixa dos veículos envolvidos em acidentes.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 80000.013523/2017-10, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 810, de 15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a classificação de danos e os procedimentos para a regularização, a transferência e a baixa dos veículos envolvidos em acidentes.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 810, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14. .....

.....

§ 5º O registro da transferência de propriedade de veículo sinistrado para a companhia seguradora ou para as empresas e entidades privadas de compra e venda de veículos sinistrados deve observar o prazo previsto no § 1º do art. 123 do CTB.

.....

§ 9º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal devem realizar, até 1º de novembro de 2021, as adequações necessárias em seus sistemas de registro de veículos para possibilitar o fiel cumprimento das disposições de que trata este artigo.

§ 10. Para a realização de transações de transferência de propriedade prevista no § 5º do art. 14, é imprescindível que as adequações necessárias nos sistemas de registro de veículos dos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal previstas no § 9º tenham sido realizadas.

§ 11. As transações de transferência de propriedade realizadas entre unidades federativas distintas somente poderão ser realizadas se atendida a exigência prevista nos §§ 9º e 10 pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito de origem e de destino do registro do veículo." (NR)

"Art. 17. Esta Resolução entra em vigor em 4 de janeiro de 2021.

Parágrafo único. O disposto no art. 14 entra em vigor em 3 de maio de 2021." (NR)

Art. 3º Fica revogado o § 3º do art. 14 da Resolução CONTRAN nº 810, de 2020.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 3 de maio de 2021.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/ Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 852, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 814, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Amazonas.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.014338/2020-79, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 814, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Amazonas.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 814, de 17 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Amazonas." (NR)

"Art. 2º .....

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 6 de janeiro de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

.....

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 853, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 815, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Ceará.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.004339/2021-96, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 815, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Ceará.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 815, de 17 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Ceará." (NR)

"Art. 2º .....

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 18 de fevereiro de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

.....

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 854, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 816, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Acre.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.004854/2021-76, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 816, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Acre.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 816, de 17 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Acre." (NR)

"Art. 2º .....

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 1º de fevereiro de 2021, para as notificações de autuação (NA) expedidas;

.....

§ 4º As prorrogações de prazo previstas nos incisos I e II não se aplicam às infrações autuadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO
Presidente do Conselho

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/Ministério da Educação

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO
p/Ministério da Defesa

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
p/Ministério da Infraestrutura

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Coordenador Máximo do Sistema Nacional de Trânsito

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/Ministério da Saúde

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
p/Ministério da Economia

JULIANA LOPES NUNES
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 4.705, DE 5 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.010659/2021-52, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Ilha do Cavaco;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RJ0092;

III - município (UF): Angra dos Reis (RJ);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 00' 49'' S / 044° 16' 02'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 18 de novembro de 2025.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 3052/SIA de 16 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2015, Seção nº 1, página nº 10.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.728, DE 7 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.013340/2021-89, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: FSO CIDADE DE MACAÉ;

II - Indicador de localidade: 9PCC;

III - Indicativo de chamada da EPTA: FSO CIDADE DE MACAÉ;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Flutuante;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 21,66 metros;

VII - Resistência do pavimento: 9,3 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 20,88 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 1;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 5 de abril de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.731, DE 7 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013368/2021-16, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeródromo Privado abaixo do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Fazenda Santa Rosália;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0215;

III - município (UF): Corumbá (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 43' 23'' S / 057° 45' 10'' W

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2.756/SIA de 14 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2017, Seção nº 1, página nº 49.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 4.709, DE 5 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão H, aprovado pela Portaria nº 3.711/SPO, de 14 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 136 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.001101/2021-76, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2021-03-O0HY-03-00, emitido em 29 de março de 2021, em favor da sociedade empresária ENERGISA SERVICOS AEREOS DE AEROINSPECAO S.A, CNPJ - 03.575.868/0001-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 166-ANTAQ, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.008451/2016-54.
Parte: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Ementa: Trata o presente Acórdão de proposta de ato normativo com vistas a estabelecer os critérios e procedimentos para celebração de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC, no âmbito da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 497ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 22 e 24/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por maioria, vencido o Diretor Relator Francisval Mendes, em I - aprovar a proposta de Resolução com vistas a estabelecer os critérios e procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC, no âmbito desta Agência Reguladora, consoante os termos da Resolução-MINUTA SRG (SEI nº 1201483), com as ressalvas e acréscimos constantes no Voto-Vista AT AST DR 1262471, devendo o texto consolidado ser submetido em Audiência e Consulta Pública pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, visando à obtenção de subsídios para o aprimoramento do ato normativo ora proposto; e II - encaminhar os autos à Superintendência de Regulação - SRG, e à Secretaria Geral - SGE, para que tomem todas as providências pertinentes à realização da Audiência e Consulta Pública. Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Francisval Mendes, e o Diretor Adalberto Tokarski. Em virtude do encerramento do mandato do Diretor Francisval Mendes, no presente Acórdão constarão apenas duas assinaturas. Em virtude de erro material, resta tornado sem efeito o Acórdão nº 126-2021 (SEI nº 1283089).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

EXTRATO DA ATA DA 494ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA ANTAQ

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em sua 494ª Reunião Ordinária, realizada em 03/02/2021, proferiu as seguintes decisões:

I - Ata da 493ª Reunião Ordinária: aprovada por unanimidade.

II - PROCESSOS AD REFERENDUM:

1) Processo: 50300.021571/2020-23 e Deliberação-DG nº 35/2020

Assunto: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TERMINAIS DE CONTÊINERES (ABRATEC) - Indeferimento de medida cautelar; Relator: Adalberto Tokarski.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1234438. Deliberação-DG nº 35/2020 (SEI nº 1217642) referendada.

2) Processo: 50300.000943/2021-69 e Resolução nº 8.096/2021

Assunto: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ - Elaboração de normativo para dispor sobre medidas excepcionais no Estado do Amazonas; Relator: Eduardo Nery.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1234889. Resolução ANTAQ nº 8.096 (SEI nº 1231926) referendada.

III - PROCESSOS-VISTA

3) Processo: 50300.014836/2019-01

Assunto: SANTOS BRASIL S/A - Processo Administrativo Sancionador; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Adalberto Tokarski.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto FM AST-DT 1203645.

4) Processo: 50300.004865/2019-57

Assunto: CARGILL AGRÍCOLA S/A - Processo Administrativo Sancionador; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Adalberto Tokarski.

Resultado: Voto-vista do Diretor Adalberto Tokarski aprovado, nos termos do Voto AT AST-DR 1231789, acompanhado pelo Diretor Eduardo Nery, ficando vencido o voto do Relator.

5) Processo: 50300.008203/2020-90

Assunto: COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP) - Exclusão de tarifa portuária. Medida Cautelar; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Francisval Mendes.

Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto AT AST-DR 1169952, acompanhado pelo Diretor Eduardo Nery, ficando vencido o voto-vista do Diretor Francisval Mendes.

6) Processo: 50300.011829/2016-05

Assunto: PORTO SUDESTE DO BRASIL S/A, COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ) E MRS - Arbitragem Regulatória, com pedido de cautelar inaudita altera pars; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Francisval Mendes.

Resultado: Pedido de vista solicitado pelo Diretor Eduardo Nery. O Diretor Francivsal Mendes proferiu seu voto vista:

7) Processo: 50300.002708/2014-19

Assunto: CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) - Consulta acerca de conduta de cobrança dos Órgãos Gestores de Mão de Obra do Porto de Belém e Vila do Conde; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Pedido de vista prorrogado pelo Diretor Eduardo Nery.

8) Processo: 50300.015027/2019-17

Assunto: SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A - Processo Administrativo Sancionador; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Pedido de vista prorrogado pelo Diretor Eduardo Nery.

9) Processo: 50300.015008/2019-82

Assunto: SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A - Processo Administrativo Sancionador; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Pedido de vista prorrogado pelo Diretor Eduardo Nery.

10) Processo: 50300.016810/2018-17

Assunto: SANTOS BRASIL S/A - Pedido de Reconsideração; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista 1: Francisval Mendes; Pedido de vista 2: Eduardo Nery.

Voto-vista do Diretor Francisval Mendes aprovado, nos termos do Voto FM AST-DT 1036655, acompanhado pelo Diretor Eduardo Nery, ficando vencido o voto do Relator.

11) Processo: 50300.007856/2020-51

Assunto: ANTAQ - Agenda Plurianual de Estudos 2021-2024; Relator: Eduardo Nery; Pedido de vista: Adalberto Tokarski.

Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1207589, com os acréscimos sugeridos pelo Diretor Adalberto Tokarski em seu Voto AT AST-DR 1230936.

12) Processo: 50300.001146/2014-71

Assunto: RHODES S/A E PORTO DO RECIFE S/A - Avaliação do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Arrendamento nº 92/038/00; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto FM AST-DT 1206396.

13) Processo: 50300.003857/2018-11

Assunto: ANTAQ - Proposta de revisão da Resolução nº 1.864/2010-ANTAQ; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Adalberto Tokarski.

Voto-vista do Diretor Adalberto Tokarski aprovado, nos termos do Voto 1238368, acompanhado pelo Diretor Francisval Mendes.

IV - PROCESSOS DE RELATORIA DO DIRETOR EDUARDO NERY:

14) Processo: 50300.000411/2021-21

Assunto: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA - Audiência Pública para Licitação de Arrendamento Portuário - SUA07.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1238354.

15) Processo: 50300.021712/2020-16

Assunto: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA - Licitação de Arrendamento Portuário - ITG03.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1238373.

16) Processo: 50300.001259/2021-02

Assunto: MGSUB PRODUTOS E SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS LTDA - Outorga de Autorização de EBN.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1238813.

17) Processo: 50300.000291/2021-62

Assunto: FIT MARINE SOLUÇÕES MARÍTIMAS S/A - Outorga de Autorização de EBN.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1234881.

V - PROCESSOS DE RELATORIA DO DIRETOR FRANCISVAL MENDES:

18) Processo: 50300.014090/2018-47

Assunto: RG ESTALEIRO ERG2 S/A - Processo Administrativo Sancionador.

Resultado: Pedido de vista solicitado pelo Diretor Eduardo Nery. O Diretor Relator proferiu seu voto.

19) Processo: 50314.001942/2014-53

Assunto: RG ESTALEIRO ERG2 S/A - Termo de Ajuste de Conduta.

Resultado: Pedido de vista solicitado pelo Diretor Eduardo Nery. O Diretor Relator proferiu seu voto.

20) Processo: 50300.010162/2016-15

Assunto: WORLDPORT DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO S/A - Autorização de Terminal de Uso Privado.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Relator.

21) Processo: 50300.011775/2016-70

Assunto: BRAZIL MARÍTIMA LTDA., JULIANA - LOCAÇÕES E SERVIÇOS PORTUÁRIOS LTDA, ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DO ITAQUI - Obrigatoriedade de recolhimento de contribuições ao Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto FM AST-DT 1175969.

22) Processo: 50300.006232/2020-17

Assunto: ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (USUPORT-RJ) - Embargos de Declaração

Resultado: Pedido de vista solicitado pelo Diretor Adalberto Tokarski. O Diretor Relator proferiu seu voto.

23) Processo: 50300.017838/2020-88

Assunto: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ - Consolidação Normativa - Agenda Regulatória.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto FM AST-DT 1239245.

24) Processo: 50300.006649/2019-46

Assunto: SHIPPING LINES (BRASIL) S/A; PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA.; ANX LOGÍSTICA INTERNACIONAL E AGENCIAMENTO LTDA - Denúncias sobre suposta abusividade de cobrança de THC.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Relator.

25) Processo: 50300.006652/2019-60

Assunto: PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA., LIBRA SERVICOS DE NAVEGACAO LTDA.; ANX LOGÍSTICA INTERNACIONAL E AGENCIAMENTO LTDA - Denúncias sobre suposta abusividade de cobrança de THC.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Relator.

26) Processo: 50300.006654/2019-59

Assunto: AGÊNCIA DE VAPORES GRIEG S/A; PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA.; ANX LOGÍSTICA INTERNACIONAL E AGENCIAMENTO LTDA - Denúncias sobre suposta abusividade de cobrança de THC.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Relator.

27) Processo: 50300.006655/2019-01

Assunto: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA. (30.259.220/0002-86); PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA.; ANX LOGÍSTICA INTERNACIONAL E AGENCIAMENTO LTDA - Denúncias sobre suposta abusividade de cobrança de THC.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Relator.

28) Processo: 50300.006660/2019-14

Assunto: PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA., LIBRA SERVICOS DE NAVEGACAO LTDA.; ANX LOGÍSTICA INTERNACIONAL E AGENCIAMENTO LTDA - Denúncias sobre suposta abusividade de cobrança de THC.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Relator.

29) Processo: 50300.022385/2020-10

Assunto: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ - Proposta de alteração de dispositivos do Anexo da Resolução ANTAQ n° 3.220, de 8 de janeiro de 2014.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto FM AST-DT 1238934.

30) Processo: 50300.021099/2020-29

Assunto: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA - Abertura de Audiência Pública - MUC59.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto FM AST-DT 1208737.

31) Processo: 50300.008451/2016-54

Assunto: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ - Proposta normativa para dispor sobre ajustamento de condutas no âmbito da ANTAQ.

Resultado: Pedido de vista solicitado pelo Diretor Adalberto Tokarski. O Diretor Relator proferiu seu voto.

VI - PROCESSOS DE RELATORIA DO DIRETOR ADALBERTO TOKARSKI:

32) Processo: 50300.022864/2020-28

Assunto: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ)/PORTO DE ITAGUAÍ - Inclusão de Modalidade Tarifária.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1229706.

33) Processo: 50300.006269/2019-10

Assunto: ROMPMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA ME - Processo Administrativo Sancionador.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1231323.

34) Processo: 50300.000860/2018-74

Assunto: SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE - SUPRG - Processo Administrativo Sancionador - Contrato de Cessão Não Onerosa com a Prefeitura Municipal de Pelotas.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1235994.

35) Processo: 50300.023487/2020-44

Assunto: ANANIAS SOARES DA COSTA - Outorga de Autorização de EBN.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1233256.

36) Processo: 50300.022297/2020-18

Assunto: SETE MARES LTDA - Outorga de Autorização de EBN.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1234267.

37) Processo: 50300.023191/2020-23

Assunto: TRANSMAR - CAPTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI - Outorga de Autorização de EBN.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1238705.

38) Processo: 50300.005725/2020-30

Assunto: MARIMEX DESPACHOS, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - Representação. Medida Cautelar. Aumento de preços do Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres - SSE.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1236039.

39) Processo: 50300.005876/2020-98

Assunto: BANDEIRANTES DEICMAR LOGÍSTICA INTEGRADA S/A - Medida Cautelar. Denúncia de aumento abuso de preços. RN nº 34.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1236287.

40) Processo: 50300.010010/2020-07

Assunto: TUP PORTO SÃO LUÍS S/A - Fiscalização de TUP.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1236340.

41) Processo: 50300.001993/2017-87

Assunto: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ - Pedido de Reconsideração.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1237410.

42) Processo: 50300.001473/2018-55

Assunto: SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE - SUPRG - Pedido de Reconsideração.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1238076.

43) Processo: 50300.019086/2020-90

Assunto: ENSEADA INDÚSTRIA NAVAL S/A (ESTALEIRO PARAGUAÇU) - Retificação do Acórdão nº 165-2020-ANTAQ.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1237338.

44) Processo: 50300.006837/2020-16

Assunto: ITACEL TERMINAL DE CELULOSE DE ITAQUI S/A - Diferimento de implementação de investimentos em arrendamento.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1238103.

45) Processo: 50300.001078/2021-78

Assunto: ITAHUM EXPORT COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA - Autorização de Instalação Portuária em Caráter Especial.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Relator.

VII - PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PAUTA INTERNA)

a) OUTROS:

46) Processo: 50300.023049/2020-86

Assunto: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SAF - Exoneração e nomeação de servidor.

Resultado: Matéria aprovada, por unanimidade, nos termos das Portarias de Pessoal nº 19/2021-DG (SEI nº 1243157).

b) EXTRAPAUTA

47) Processo: 50300.002063/2021-27

Assunto: DIRETORIA - DT - Exoneração e nomeação de servidores.

Resultado: Matéria aprovada, por unanimidade, nos termos das Portarias de Pessoal nº 21, 22 e 23/2021-DG (SEI nº 1243163, 1243165 e 1243167).

Após concluída a Reunião, todos os votos nela apresentados tornaram-se públicos e encontram-se disponíveis para consulta no portal da Agência na internet (www.gov.br/antaq). Em virtude do encerramento do mandato do Diretor Francisval Mendes, na presente Ata constarão a assinatura de apenas dois Diretores.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

JOELMA MARIA COSTA BARBOSA
Secretária-Geral

EXTRATO DA ATA DA 495ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA ANTAQ

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em sua 495ª Reunião Ordinária, realizada entre 22/02/2021 e 24/02/2021, proferiu as seguintes decisões:

I - Ata da 494ª Reunião Ordinária: aprovada por unanimidade.

II - PROCESSOS AD REFERENDUM:

1) Processo: 50300.021097/2020-30 e Deliberação DG nº 18

Assunto: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA - Prorrogação da Consulta Pública nº 19/2020; Relator: Eduardo Nery.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1249412. Deliberação-DG nº 18/2021 (SEI nº 1248411) referendada.

2) Processo: 50300.000885/2021-73 e Portaria DG nº 312

Assunto: Orientações à SFC durante o período de emergência de saúde pública decorrente do surto de coronavírus (Sars-Cov2); Relator: Adalberto Tokarski.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1246449. Portaria DG ANTAQ nº 312/2021 (SEI nº 1231376) referendada.

3) Processo: 50300.001534/2021-80 e Deliberação nº 19

Assunto: ESTALEIROS DO BRASIL LTDA. - EBR - Autorização em caráter especial e de emergência; Relator: Adalberto Tokarski.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1252717. Deliberação-DG nº 19/2021 (SEI nº 1248564) referendada.

III - PROCESSOS-VISTA

4) Processo: 50300.015027/2019-17

Assunto: SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A. - Processo Administrativo Sancionador; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Pedido de vista prorrogado pelo Diretor Eduardo Nery.

5) Processo: 50300.015008/2019-82

Assunto: SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A - Processo Administrativo Sancionador; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Pedido de vista prorrogado pelo Diretor Eduardo Nery.

6) Processo: 50300.002708/2014-19

Assunto: CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) - Consulta acerca de conduta de cobrança dos Órgãos Gestores de Mão de Obra do Porto de Belém e Vila do Conde; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto FM AST-DT 1207421, acompanhado, na íntegra, pelo Diretor Adalberto Tokarski, e no mérito pelo Diretor Eduardo Nery.

IV - PROCESSOS DE RELATORIA DO DIRETOR EDUARDO NERY:

7) Processo: 50300.016353/2020-77

Assunto: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA - Autorização para investimentos fora da poligonal do porto organizado.

Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1244035, com os ajustes promovidos pelo Voto EN AST-DG 1256844.

V - PROCESSOS DE RELATORIA DO DIRETOR ADALBERTO TOKARSKI:

8) Processo: 50300.009253/2020-94

Assunto: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FORNECEDORES DE SERVIÇOS A NAVIOS - Cobrança para acesso a navios por fornecedores.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1234430.

9) Processo: 50300.013258/2020-11

Assunto: SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (SNPTA) - Contrato de Arrendamento nº 30/2003 - diferença de área.

Resultado: Voto do Relator aprovado, no mérito, nos termos do Voto AT AST-DR 1237547, com os ajustes de encaminhamento propostos pelo Diretor Eduardo Nery no Voto EN AST-DG 1256774, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa.

10) Processo: 50300.015105/2018-94

Assunto: SINDICATO DOS ESTIVADORES DO ESTADO DE RONDÔNIA (SEER) E OUTROS - Pedido de retomada de terminal graneleiro no Porto Organizado de Porto Velho.

Resultado: Voto do Relator aprovado, no mérito, nos termos do Voto AT AST-DR 1239240, com as alterações propostas pelo Diretor Eduardo Nery no Voto EN AST-DG 1256864, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa.

11) Processo: 50300.011584/2017-99

Assunto: AJATO NAVEGAÇÃO EIRELI - ME - Processo Administrativo Sancionador.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1239293.

12) Processo: 50300.007395/2018-01

Assunto: NAVERIVER NAVEGAÇÃO FLUVIAL LTDA - Processo Administrativo Sancionador.

Resultado: Voto do Relator aprovado, acompanhado pelo Diretor Eduardo Nery, nos termos do Voto AT AST-DR 1245076.

13) Processo: 50300.009710/2019-15

Assunto: COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP - Processo Administrativo Sancionador.

Resultado: Pedido de vista solicitado pelo Diretor Eduardo Nery. O Diretor Relator apresentou seu voto (SEI nº 1248311).

14) Processo: 50300.015817/2019-94

Assunto: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - Processo Administrativo Sancionador.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1250344.

15) Processo: 50300.018283/2019-58

Assunto: SEPETIBA TECON S.A. E COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ) - Análise de alteração de cláusula do Contrato de Arrendamento C-DEPJUR nº 069/1998, firmado entre SEPETIBA TECON S.A. e CDRJ.

Resultado: Voto do Relator aprovado, no mérito, nos termos do Voto AT AST-DR 1242609, com a complementação feita pela Diretora Gabriela Costa no Voto GC AST-DT 1258303, acompanhado pelo Diretor Eduardo Nery.

16) Processo: 50300.022775/2020-81

Assunto: BELÉM NORTE NAVEGAÇÃO LTDA - Outorga de Autorização - EBN.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1243113.

17) Processo: 50300.002402/2014-46

Assunto: BRASIL PORT LOGÍSTICA OFFSHORE E ESTALEIRO NAVAL LTDA - Dispensa da renovação da garantia de execução contratual.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1244188.

18) Processo: 50300.010087/2020-79

Assunto: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA - Interpretação de Cláusula do Contrato de Arrendamento nº 14/2001, celebrado entre a Companhia Docas do Pará (CDP) e a Sociedade Fogás Ltda. (FOGÁS).

Resultado: Voto do Relator aprovado, no mérito, nos termos do Voto AT AST-DR 1244194, com a proposta apontada pelo Diretor Eduardo Nery em seu Voto EN AST-DG 1257529, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa.

19) Processo: 50300.011647/2020-11

Assunto: BANDEIRANTES DEICMAR LOGÍSTICA INTEGRADA S.A. - Alteração de Tabela de Preços e Serviços.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Relator.

20) Processo: 50300.006659/2019-81

Assunto: PORTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA. - PONTO SUL, E LOGÍSTICA INTERNACIONAL E AGENCIAMENTO LTDA. - ANX - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ n. 21032/2019 e 21033/2019 - Suposta abusividade de cobrança de THC.

Resultado: Pedido de vista solicitado pelo Diretor Eduardo Nery. O Diretor Relator apresentou seu voto (SEI nº 1245368).

21) Processo: 50300.006650/2019-71

Assunto: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC.

Resultado: Pedido de vista solicitado pelo Diretor Eduardo Nery. O Diretor Relator apresentou seu voto (SEI nº 1253072).

22) Processo: 50300.006648/2019-00

Assunto: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC.

Resultado: Pedido de vista solicitado pelo Diretor Eduardo Nery. O Diretor Relator apresentou seu voto (SEI nº 1248109).

23) Processo: 50300.018327/2020-83

Assunto: CEMOPAR CERÂMICA MODERNA DE PARINTINS - Registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1245478.

24) Processo: 50300.003639/2020-92

Assunto: TERLOGS TERMINAL MARÍTIMO LTDA - Requisição de mão de obra portuária - Ofício 00003/2020-SCPAR/SFS.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1247036.

25) Processo: 50300.013948/2020-71

Assunto: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO MARÍTIMO, ADUANEIRO E PORTUÁRIO - ANDMAP - Consulta acerca da Resolução nº 811/2020 da ANP.

Resultado: Pedido de vista solicitado pela Diretora Gabriela Costa. O Diretor Relator apresentou seu voto (SEI nº 1225838).

26) Processo: 50300.005898/2020-58

Assunto: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ARMADORES DE CABOTAGEM - ABAC - Consulta acerca da Resolução nº 811/2020 da ANP.

Resultado: Pedido de vista solicitado pela Diretora Gabriela Costa. O Diretor Relator apresentou seu voto (SEI nº 1217038).

27) Processo: 50300.007228/2020-76

Assunto: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ELCANO S.A. - Consulta acerca da Resolução nº 811/2020 da ANP.

Resultado: Pedido de vista solicitado pela Diretora Gabriela Costa. O Diretor Relator apresentou seu voto (SEI nº 1215306).

28) Processo: 50300.011141/2020-01

Assunto: RHODES S/A - Requerimento de suspensão da autorização para celebração de contrato de transição entre CODESA e empresa LIQUIPORT VILA VELHA S/A.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1249296.

29) Processo: 50300.020363/2020-15

Assunto: ECOPORTO SANTOS S.A - Alteração de tabela de preços e serviços.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Relator.

30) Processo: 50300.006373/2020-30

Assunto: EVOLVE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Instrumento Convocatório nº 21/19.

Resultado: Processo retirado de pauta em virtude de pedido de sustentação oral deferido. Retornará à pauta na próxima Reunião por videoconferência.

31) Processo: 50300.001078/2021-78

Assunto: ITAHUM EXPORT COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA - Autorização de Instalação Portuária em Caráter Especial.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1238724, retificado pelo Voto AT AST-DR 1256588.

VI - PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PAUTA INTERNA)

32) Processo: 50300.023184/2020-21

Assunto: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO INTERNA - SPL - Alteração na composição do Comitê de Gestão do Teletrabalho - CGT.

Resultado: Matéria aprovada, por unanimidade, nos termos da Portaria-DG ANTAQ nº 319/2021 (SEI nº 1258990).

VII - PROCESSOS EXTRAPAUTA

a) AD REFERENDUM:

33) Processo: 50300.000201/2016-76 e Portarias de Pessoal DG nº 25 e 26.

Assunto: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO A ANTAQ - PFA - Exoneração e nomeação de cargo comissionado.

Resultado: Portarias de Pessoal DG nº 25 e 26/2021 (SEI nº 1251740 e 1251769) referendadas por unanimidade.

34) Processo: 50300.002010/2021-14 e PORTARIA DE PESSOAL DG nº 24.

Assunto: SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS - SFC - Designação de substituto do titular da URERJ.

Resultado: PORTARIA DE PESSOAL DG nº 24/2021 (SEI nº 1251704) referendada por unanimidade.

b) OUTROS

35) Processo: 50300.018691/2020-43 - SECRETARIA-GERAL - SGE

Assunto: Finalização da migração do Portal da ANTAQ para o portal único do Governo Federal e proposta de normativo para instituir a Política de Gestão de Conteúdos do Portal da ANTAQ.

Resultado: Matéria aprovada, nos termos da Portaria DG nº 320/2021 (SEI nº 1259194).

36) Processo: 50300.000279/2021-58

Assunto: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - ARI - Nomeação de servidor para exercer o cargo de Coordenador de Relações Parlamentares - CRP.

Resultado: Matéria aprovada, por unanimidade, nos termos da PORTARIA DE PESSOAL nº 30/2021-DG (SEI nº 1258999).

37) Processo: 50300.003192/2021-32

Assunto: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SAF - Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado.

Resultado: Matéria aprovada, por unanimidade, nos termos das Portarias de Pessoal nº 31 e 32/2021-DG (SEI nº 1259003 e 1259004).

Após concluída a Reunião, todos os votos nela apresentados tornaram-se públicos e encontram-se disponíveis para consulta no portal da Agência na internet (www.gov.br/antaq).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

GABRIELA COELHO DA COSTA
Diretora

JOELMA MARIA COSTA BARBOSA
Secretária-Geral

EXTRATO DA ATA DA 496ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA ANTAQ

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em sua 496ª Reunião Ordinária, realizada em 11/03/2021, proferiu as seguintes decisões:

I - Ata da 495ª Reunião Ordinária: aprovada por unanimidade.

II - PROCESSOS AD REFERENDUM:

1) Processo: 50300.001533/2021-35

Assunto: Deliberação-DG nº 21/2021 - SUPERINTENDÊNCIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL - SUPRG - Autorização em caráter especial e de emergência; Relator: Adalberto Tokarski.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1253776. Deliberação-DG ANTAQ nº 21/2021 (SEI nº 1251984) referendada.

2) Processo: 50300.007582/2016-14

Assunto: Deliberação-DG nº 22/2021 - APM TERMINAIS ITAJAÍ S/A - Atribuição de efeito suspensivo aos termos do Acórdão nº 148-2020-ANTAQ; Relatora: Gabriela Costa.

Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1267579. Deliberação-DG ANTAQ nº 22/2021 (SEI nº 1252096) referendada.

III - PROCESSOS-VISTA

3) Processo: 50300.011829/2016-05

Assunto: PORTO SUDESTE DO BRASIL S/A, COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ) E MRS - Arbitragem Regulatória, com pedido de cautelar inaudita altera pars; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista 1: Francisval Mendes; Pedido de vista 2: Eduardo Nery.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Eduardo Nery, em virtude da solicitação apresentada pelas partes do processo na Petição 1272512.

4) Processo: 50300.015027/2019-17

Assunto: SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A - Processo Administrativo Sancionador; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Voto do Diretor Adalberto Tokarski aprovado, nos termos do Voto AT AST-DR 1204147, com as sugestões trazidas pelo Diretor Eduardo Nery em seu Voto-Vista EN AST-DG 1262374 acatadas pelo Diretor Relator.

5) Processo: 50300.015008/2019-82

Assunto: SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S/A - Processo Administrativo Sancionador; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto AT AST-DR 1205339, com os ajustes promovidos especificamente nas alíneas 'a' e 'b' do Voto-Vista EN AST-DG 1261965 do Diretor Eduardo Nery acatados pelo Diretor Adalberto Tokarski.

6) Processo: 50300.014090/2018-47

Assunto: RG ESTALEIRO ERG2 S/A - Processo Administrativo Sancionador; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto FM AST-DT 1207417, acompanhado pelo Diretor Adalberto Tokarski, ficando vencido o voto-vista do Diretor Eduardo Nery.

7) Processo: 50314.001942/2014-53

Assunto: RG ESTALEIRO ERG2 S/A - Termo de Ajuste de Conduta; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto FM AST-DT 1207417, acompanhado pelo Diretor Adalberto Tokarski, ficando vencido o voto-vista do Diretor Eduardo Nery.

8) Processo: 50300.009710/2019-15

Assunto: COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP - Processo Administrativo Sancionador; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Voto-vista do Diretor Eduardo Nery aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1262029, ficando vencido o voto do Relator.

9) Processo: 50300.006659/2019-81

Assunto: PORTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA - PONTO SUL, E LOGÍSTICA INTERNACIONAL E AGENCIAMENTO LTDA - ANX - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ n. 21032/2019 e 21033/2019 - Suposta abusividade de cobrança de THC; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Voto do Relator aprovado, no mérito, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1245368.

10) Processo: 50300.006650/2019-71

Assunto: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Voto-vista do Diretor Eduardo Nery aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1262021, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa, ficando vencido o voto do Relator.

11) Processo: 50300.006648/2019-00

Assunto: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Eduardo Nery.

Resultado: Voto-vista do Diretor Eduardo Nery aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1262025, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa, ficando vencido o voto do Relator.

12) Processo: 50300.006232/2020-17

Assunto: ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (USUPORT-RJ) - Embargos de Declaração; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Adalberto Tokarski.

Resultado: Pedido de vista prorrogado pelo Diretor Adalberto Tokarski.

13) Processo: 50300.008451/2016-54

Assunto: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ - Proposta normativa para dispor sobre ajustamento de condutas no âmbito da ANTAQ; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Adalberto Tokarski.

Resultado: Pedido de vista prorrogado pelo Diretor Adalberto Tokarski.

14) Processo: 50300.016253/2019-15

Assunto: SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO - SRG - Proposta de modificação de normativos; Relatora: Gabriela Costa; Pedido de vista: Adalberto Tokarski.

Resultado: Pedido de vista prorrogado pelo Diretor Adalberto Tokarski.

15) Processo: 50300.005898/2020-58

Assunto: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ARMADORES DE CABOTAGEM (ABAC) - Consulta acerca da Resolução nº 811/2020 da ANP; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Gabriela Costa.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1217038, com as retificações promovidas pelo Voto AT AST-DR 1272435.

16) Processo: 50300.007228/2020-76

Assunto: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ELCANO S/A - Consulta acerca da Resolução nº 811/2020 da ANP; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Gabriela Costa.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1215306, com a recomendação contida no Voto GC AST-DR 1262513 acatada.

17) Processo: 50300.013948/2020-71

Assunto: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO MARÍTIMO, ADUANEIRO E PORTUÁRIO (ANDMAP) - Consulta acerca da Resolução nº 811/2020 da ANP; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Gabriela Costa.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1225838, com as retificações promovidas pelo Voto AT AST-DR 1272421.

IV - PROCESSOS DE RELATORIA DO DIRETOR EDUARDO NERY:

18). 50300.004160/2020-73

Assunto: VOPAK BRASIL S/A - Processo Administrativo Sancionador.

Resultado: Voto do Relator aprovado nos termos do Voto EN AST-DG 1265444

19) Processo: 50300.000230/2020-14

Assunto: APM TERMINALS ITAJAÍ S/A - Processo Administrativo Sancionador.

Resultado: Voto do Relator aprovado nos termos do Voto EN AST-DG 1244107

20) Processo: 50300.020413/2019-12

Assunto: ANTAQ - Metodologia para o cálculo de custo de conformidade à regulação e carga administrativa.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1243390

21) Processo: 50300.009972/2020-13

Assunto: LOCALFRIO S/A ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS - Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato CT 058/2000.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1238447

22) Processo: 50300.014718/2020-29

Assunto: BRASIL TERMINAL PORTUÁRIO S/A - Alteração da Tabela de Preços.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Relator.

23) Processo: 50300.020364/2020-51

Assunto: TERMARES - TERMINAIS MARÍTIMOS ESPECIALIZADOS LTDA - Alteração da Tabela de Preços.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Relator.

24) Processo: 50300.011648/2020-57

Assunto: BANDEIRANTES DEICMAR LOGÍSTICA INTEGRADA S/A - Alteração da Tabela de Preços.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Relator.

25) Processo: 50300.002867/2021-26

Assunto: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP - Autorização para celebração de contrato de transição no Porto do Itaqui/MA.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1267323

26) Processo: 50300.001661/2021-89

Assunto: JÚLIO SOUZA SILVEIRA - ME - Outorga de Autorização de EBN.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1267325

27) Processo: 50300.018650/2020-57

Assunto: AGRO MADEIRAL PARINTINS LTDA - Registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1262023

V - PROCESSOS DE RELATORIA DO DIRETOR ADALBERTO TOKARSKI:

28) Processo: 50300.011647/2020-11

Assunto: BANDEIRANTES DEICMAR LOGÍSTICA INTEGRADA S/A - Alteração de Tabela de Preços e Serviços.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1244203

29) Processo: 50300.020363/2020-15

Assunto: ECOPORTO SANTOS S/A - Alteração de Tabela de Preços e Serviços.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1250281

30) Processo: 50305.002508/2014-16

Assunto: DEV MINERAÇÃO S/A - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

Resultado: Pedido de vista solicitado pela Diretora Gabriela Costa. O Diretor Adalberto Tokarski proferiu seu voto (SEI nº 1262481).

31) Processo: 50300.006661/2019-51

Assunto: ZIM DO BRASIL LTDA E OUTROS - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Adalberto Tokarski.

32) Processo: 50300.001221/2021-21

Assunto: J. C. M. NAVEGAÇÕES EIRELI - Outorga de Autorização de EBN.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1253434

33) Processo: 50300.002921/2021-33

Assunto: MARINHO TRANSPORTES HIDROVIÁRIOS LTDA - Desmembramento de Termo de Autorização de EBN.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1266945

34) Processo: 50300.001324/2018-96

Assunto: BENEVIDES MADEIRA LTDA - Registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1253802

35) Processo: 50300.014482/2020-21

Assunto: ESQUIVEL & MARQUES LTDA - Registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1264475

36) Processo: 50300.022868/2020-14

Assunto: CRAS AGROINDUSTRIA LTDA - Registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1265545

37) Processo: 50300.007935/2020-62

Assunto: TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S/A E OUTROS - Pedido de arbitragem. Suspensão de multa. MMC. Medida Cautelar.

Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Adalberto Tokarski.

38) Processo: 50300.011633/2017-93

Assunto: PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA - Processo de Fiscalização Extraordinário.

Resultado: Voto do Diretor Eduardo Nery aprovado, vencido o voto do Relator. Voto proferido oralmente nos seguintes termos: "I - declarar insubsistente o Auto de Infração nº 3415-0, lavrado em 26/09/2018, pela Unidade Regional de São Paulo - URESP; II - determinar à Superintendência de Regulação que avalie em seus aspectos regulatórios e jurídicos os limites da competência fiscalizatória da ANTAQ sobre áreas não afetas às operações portuárias em portos organizados, em especial nos processos de revisão da Resolução nº 3.274-ANTAQ e da Resolução Normativa nº 07-ANTAQ; III - arquivar o presente processo sem aplicação de penalidade à autuada; e IV - cientificar a interessada da presente decisão."

39) Processo: 50300.021098/2020-84

Assunto: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (MINFRA) - Análise das contribuições recebidas na Audiência Pública nº 20/2020-ANTAQ.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1266513

VI - PROCESSOS DE RELATORIA DA DIRETORA GABRIELA COSTA:

40) Processo: 50300.002634/2021-23

Assunto: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (MINFRA) - Licitação IMB05 - Arrendamento Simplificado.

Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1264004

41) Processo: 50300.002293/2021-96

Assunto: MEGA LOGÍSTICA SERVIÇOS PORTUÁRIOS LTDA - Outorga de Autorização de EBN.

Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1261318

42) Processo: 50300.003078/2021-11

Assunto: M. DO D. DE LIMA AZEVEDO - Desmembramento de Termo de Autorização de EBN.

Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1265084

43) Processo: 50300.021512/2020-55

Assunto: MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA - Registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário.

Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1265054

44) Processo: 50300.017886/2020-76

Assunto: LIMPAR NAVEGACAO E SERVICOS EIRELI - Registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário.

Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1266938

45) Processo: 50300.018882/2020-13

Assunto: ANTAQ - Revisão da Súmula Administrativa ANTAQ nº 01/2004, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1262434

46) Processo: 50300.003379/2021-36
Assunto: SCPAR - PORTO DE IMBITUBA S/A - Revisão e reajuste de tarifas e preços.
Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1263187
47) Processo: 50300.015928/2020-34
Assunto: COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO (CDSS) - Revisão tarifária.
Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1268624
48) Processo: 50300.018097/2020-52
Assunto: MARIMEX DESPACHOS, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA e BRASIL TERMINAL PORTUÁRIO S/A - Representação com pedido de medida cautelar.
Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1261446
49) Processo: 50300.007890/2019-92
Assunto: FEDEX BRASIL LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA - Devolução de imóvel objeto de instrumento público de arrendamento no Complexo Industrial Portuário de Suape.
Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1261766
50) Processo: 50300.000556/2021-22
Assunto: COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO (CODESA) E TERMINAL DE VILA VELHA S/A (TVV) - Contrato de Transição em áreas portuárias.
Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1262225
51) Processo: 50300.003657/2021-55
Assunto: COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP) - Aditivo ao Contrato de Transição celebrado entre a CDP e a empresa Petróleo Sabbá.
Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1267623
52) Processo: 50300.004000/2021-13
Assunto: TRIUNFO LOGISTICA LTDA - Medida Cautelar.
Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1268122
VII - PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PAUTA INTERNA)
a) AD REFERENDUM:
53) Processo: 50001.003413/2021-47
Assunto: Deliberação-DG nº 38/2021 - GIOVANNA PEREIRA BORGES - Recurso 2º Instância de pedido de acesso à informação. Relatora: Gabriela Costa.
Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1264805. Deliberação-DG ANTAQ nº 38/2021 (SEI nº 1263305) referendada.
54) Processo: 50300.011084/2017-57
Assunto:PORTARIA DE PESSOAL nº 34/2021 - ANTAQ - Recondução presidente da Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da ANTAQ - CPLA.
Resultado: Matéria aprovada por unanimidade.PORTARIA DE PESSOAL nº 34/2021 (SEI nº 1266391) referendada.
b) OUTROS:
55) Processo: 50300.008748/2018-81
Assunto: ANTAQ - Norma de Organização do trânsito de pessoas e veículos nas instalações da ANTAQ.
Resultado: Matéria aprovada, por unanimidade, nos termos da Portaria-DG ANTAQ nº 321/2021-DG (SEI nº 1273399).
56) Processo: 50300.003480/2021-97
Assunto: ANTAQ - Prêmio Servidor ANTAQ.
Resultado: Matéria aprovada, por unanimidade, nos termos propostos pela Portaria-DG ANTAQ nº 322/2021 (SEI nº 1275352).
57) Processo: 50300.000281/2021-27
Assunto: SUPERINTÊNCIA DE OUTORGAS - SOG - Designação de substituto do cargo de Gerente de Portos Organizados.
Resultado: Matéria aprovada, por unanimidade, nos termos daPORTARIA DE PESSOAL nº 36/2021-DG (SEI nº 1273419).
Após concluída a Reunião, todos os votos nela apresentados tornaram-se públicos e encontram-se disponíveis para consulta no portal da Agência na internet (www.gov.br/antaq).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

GABRIELA COELHO DA COSTA
Diretora

LORENA DO CARMO SOUZA
Secretária-Geral
Substituta

EXTRATO DA ATA DA 497ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA ANTAQ

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em sua 497ª Reunião Ordinária, realizada entre 22 e 24/03/2021, proferiu as seguintes decisões:
I - Ata da 496ª Reunião Ordinária: aprovada por unanimidade.
II - PROCESSOS AD REFERENDUM:
1) Processo: 50300.021697/2020-06 e Deliberação-DG nº 49 -
Assunto: ANTAQ - Indeferimento de solicitação de dilação de prazo para a realização das audiências públicas de nº 1/2021 e nº 2/2021; Relator: Eduardo Nery.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1276165. Deliberação-DG nº 49/2021 (SEI nº 1274969) referendada.
III - PROCESSOS-VISTA
2) Processo: 50300.006232/2020-17
Assunto: ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (USUPORT-RJ) - Embargos de Declaração; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Adalberto Tokarski.
Resultado: Pedido de vista prorrogado pelo Diretor Adalberto Tokarski.
3) Processo: 50300.008451/2016-54
Assunto: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ - Proposta normativa para dispor sobre ajustamento de condutas no âmbito da ANTAQ; Relator: Francisval Mendes; Pedido de vista: Adalberto Tokarski.
Resultado: Voto-vista do Diretor Adalberto Tokarski aprovado, nos termos do Voto AT AST-DR 1262471, acompanhado pelo Diretor Eduardo Nery, ficando vencido o voto do Relator.
4) Processo: 50300.016253/2019-15
Assunto: SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO (SRG) - Proposta de modificação de normativos; Relatora: Gabriela Costa; Pedido de vista: Adalberto Tokarski.
Resultado: Pedido de vista solicitado pelo Diretor Eduardo Nery. O Diretor Adalberto Tokarski apresentou seu voto-vista (SEI nº 1255033).
5) Processo: 50305.002508/2014-16
Assunto: DEV Mineração S/A - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC; Relator: Adalberto Tokarski; Pedido de vista: Gabriela Costa.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1262481.
IV - PROCESSOS DE RELATORIA DO DIRETOR EDUARDO NERY:
6) Processo: 50300.003402/2021-92
Assunto: VALDEMIR MAIA FERREIRA - Outorga de Autorização - EBN.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1274733.
7) Processo: 50300.003452/2021-70
Assunto: GLBL BRASIL OLEODUTOS E SERVIÇOS LTDA - Outorga de Autorização - EBN.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1276073.
8) Processo: 50300.011723/2019-46
Assunto: COMPANHIA DOCAS DA PARAÍBA - Demolição de silos desativados no porto de Cabedelo.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1276464.
9) Processo: 50300.021212/2020-76
Assunto: UNIÃO VOPAK ARMAZÉNS GERAIS LTDA - Baixa e desincorporação de bens.
Resultado: Processo retirado de pauta, em virtude de pedido efetuado pela parte, retornará na próxima reunião por videoconferência, conforme inciso II, § 3º do art. 16 da Resolução nº 7.701-ANTAQ.
10) Processo: 50300.014965/2020-25
Assunto: ANTAQ - Revisão e consolidação da Resolução Normativa 29-ANTAQ.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1248560, com as sugestões de melhoria textual propostas no Voto GC AST-DT 1281169 acolhidas pelo Relator, conforme o Voto EN AST-DG 1282824.
11) Processo: 50300.002513/2021-81
Assunto: AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS - Autorização para contrato de transição.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto EN AST-DG 1276793.
V - PROCESSOS DE RELATORIA DO DIRETOR ADALBERTO TOKARSKI:
12) Processo: 50300.005960/2017-14
Assunto: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A - Pedido de Reconsideração.
Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto AT AST-DR 1198734.
13) Processo: 50300.000218/2021-91
Assunto: M. L. SOARES - EPP - Registro de Instalação Portuária.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1275694.
14) Processo: 50300.022988/2020-11
Assunto: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA LTDA - Registro de Instalação Portuária.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1267102, complementado pelo Voto AT AST-DR 1281172.
15) Processo: 50300.009504/2020-31
Assunto: SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO (SRG) - Simplificação do estoque regulatório na navegação interior.
Resultado: Processo retirado de pauta pelo Diretor Relator.
16) Processo: 50300.001154/2020-64
Assunto: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE (CODERN) - Pedido de Desincorporação de Bens - Porto de Areia Branca.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1265350.
17) Processo: 50300.001002/2020-61
Assunto: CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) E EMBRAPORT - Consulta Regulatória.
Resultado: Voto da Diretora Gabriela Costa aprovado, nos termos do Voto GC AST-DT 1282399, acolhida, no Voto GC AST-DT 1282859, a sugestão de melhoria textual do Diretor Eduardo Nery, ficando vencido o voto do Relator.
18) Processo: 50300.007652/2019-87
Assunto: POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA - Consulta Regulatória - Afretamento por tempo/bloqueio.
Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1239638, retificado pelo Voto AT AST-DR 1282823.
19) Processo: 50300.013091/2019-55
Assunto: NETHUNOZ8 SERVIÇOS MARÍTIMOS E AMBIENTAIS LTDA - EPP - Processo Administrativo Sancionador.
Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto AT AST-DR 1259538.
20) Processo: 50300.013093/2019-44
Assunto: WL SERVIÇOS MARÍTIMOS E TERRESTRE LTDA - ME - Processo Administrativo Sancionador.
Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto AT AST-DR 1257750.
21) Processo: 50300.016900/2019-81
Assunto: ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Processo Administrativo Sancionador.
Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto AT AST-DR 1262908.
22) Processo: 50300.011637/2017-71
Assunto: AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS - Processo de Fiscalização Extraordinário.
Resultado: Voto do Relator aprovado, no mérito, nos termos do Voto AT AST-DR 1259537.
23) Processo: 50300.008311/2016-86
Assunto: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS) - Regularização de TUP.
Resultado: Voto da Diretora Gabriela Costa aprovado, nos termos do Voto GC AST-DT 1282600, acompanhado pelo Diretor Eduardo Nery, ficando vencido o voto do Relator.
24) Processo: 50300.006649/2019-46
Assunto: COSCO SHIPPING LINES (BRASIL) S/A E OUTROS - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC.
Resultado: Voto do Diretor Eduardo Nery aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1282411, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa, ficando vencido o voto do Relator.
25) Processo: 50300.006652/2019-60
Assunto: HAPAG-LLOYD E OUTROS - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC.
Resultado: Voto do Diretor Eduardo Nery aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1282484, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa, ficando vencido o voto do Relator.
26) Processo: 50300.006654/2019-59
Assunto: ITALIA MARITTIMA S.P.A. E OUTROS - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC.
Resultado: Voto do Diretor Eduardo Nery aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1282491, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa, ficando vencido o voto do Relator.
27) Processo: 50300.006655/2019-01
Assunto: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA E OUTROS - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC.
Resultado: Voto do Diretor Eduardo Nery aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1282494, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa, ficando vencido o voto do Relator.

28) Processo: 50300.006653/2019-12

Assunto: HYUNDAI MERCHANT MARINE E OUTROS - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC.

Resultado: Voto do Diretor Eduardo Nery aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1282517, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa, ficando vencido o voto do Relator.

29) Processo: 50300.006658/2019-37

Assunto: NYK LINE DO BRASIL LTDA E OUTROS - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC.

Resultado: Voto do Diretor Eduardo Nery aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1282521, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa, ficando vencido o voto do Relator.

30) Processo: 50300.006661/2019-51

Assunto: ZIM DO BRASIL LTDA E OUTROS - Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019. Suposta Abusividade de Cobrança de THC.

Resultado: Voto do Diretor Eduardo Nery aprovado, nos termos do Voto EN AST-DG 1282529, acompanhado pela Diretora Gabriela Costa, ficando vencido o voto do Relator.

31) Processo: 50300.018458/2020-61

Assunto: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA) - Cobrança de Tarifa de Infraestrutura Terrestre para Passageiros.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1229822.

32) Processo: 50300.007221/2020-54

Assunto: SEATRADE SERVIÇOS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICOS LTDA - Medida Cautelar Administrativa para garantir tratamento isonômico. Resolução 023/2020 SCPAR SFS.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1200175.

33) Processo: 50300.018646/2020-99

Assunto: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA E OUTROS - Medida Cautelar Administrativa. Resolução nº 7.574-ANTAQ.

Resultado: Voto do Relator aprovado, nos termos do Voto AT AST-DR 1273159.

34) Processo: 50300.020773/2020-58

Assunto: LOGÍSTICA BRASIL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS USUÁRIOS DOS PORTOS, DE TRANSPORTES E DA LOGÍSTICA - Medida Cautelar Administrativa.

Resultado: Voto da Diretora Gabriela Costa aprovado, nos termos do Voto GC AST-DT 1282286, acompanhado pelo Diretor Eduardo Nery, ficando vencido o voto do Relator.

35) Processo: 50300.002920/2021-99

Assunto: MARINHO TRANSPORTES HIDROVIÁRIOS LTDA - Desdobramento do Termo de Autorização nº 542-ANTAQ.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1265978.

36) Processo: 50300.021713/2020-52

Assunto: CECÍLIA MARGUTTI PASSOS - Dilação de prazo. Audiência Pública nº 02/2021-ANTAQ.

Resultado: Voto do Relator aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto AT AST-DR 1270947, retificado pelo Voto AT AST-DR 1281450.

VI - PROCESSOS DE RELATORIA DA DIRETORA GABRIELA COSTA:

37) Processo: 50300.023451/2020-61

Assunto: SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A (SCPAR) E EMPRESA FERTILIZANTES SANTA CATARINA LTDA (FERTISANTA) - Contrato de Transição.

Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1275807.

38) Processo: 50300.006660/2019-14

Assunto: LIBRA SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO LTDA - Procedimento de Fiscalização na cobrança de THC.

Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1263903.

39) Processo: 50300.021099/2020-29

Assunto: CECÍLIA MARGUTTI PASSOS - Prorrogação de prazo para a realização da audiência pública presencial prevista no âmbito da Audiência Pública nº 06/2021.

Resultado: Voto da Relatora aprovado, por unanimidade, nos termos do Voto GC AST-DT 1274934

VII - PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PAUTA INTERNA)

40) Processo: 50300.012766/2018-68

Assunto: ANTAQ - Delegação de competências.

Resultado: Matéria aprovada, por unanimidade, nos termos da Portaria-DG ANTAQ nº 324/2021 (SEI nº 1282962).

Após concluída a Reunião, todos os votos nela apresentados tornaram-se públicos e encontram-se disponíveis para consulta no portal da Agência na internet (www.gov.br/antaq).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

GABRIELA COELHO DA COSTA
Diretora

LORENA DO CARMO SOUZA
Secretária-Geral
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 50300.013819/2020-82. Fiscalizada: ANTONIO CARLOS TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 31.837.149/0001-53. Objeto e Fundamento Legal: O Chefe da Unidade Regional do Rio de Janeiro no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, resolve pela aplicação de penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 6.336,00 (seis mil trezentos e trinta e seis reais), relativa à infração tipificada no inciso II do art. 26 da Resolução Normativa ANTAQ nº 18/2017.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL
Chefe da Unidade

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 192, DE 17 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.021692/2021-08, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A, CNPJ nº 27.486.182/0001-09, para a implantação dos mercados a seguir como seções da linha Nova Iguaçu (RJ) - Vitória (ES) prefixo nº 07-0171-00:

I - De: Vitória (ES) e Iconha (ES) para: Niterói (RJ);

II - De: Vitória (ES) e Vila Velha (ES) para: Campos dos Goytacazes (RJ).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 217, DE 6 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, considerando a Ação Judicial nº 1065133-88.2020.4.01.3400, constante do processo nº 00424.170581/2020-17 e o que consta no processo nº 50500.076312/2020-83, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados novos pleiteado pela empresa SEVERO TURISMO EIRELI, CNPJ nº 05.974.414/0001-35, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, CNPJ nº 30.069.314/0001-01; AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03; EXPRESSO GUANABARA LTDA, CNPJ nº 41.550.112/0001-01; EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A, CNPJ nº 10.788.677/0001-90 e EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 218, DE 6 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, considerando a Ação Judicial nº 1065133-88.2020.4.01.3400, constante do processo nº 00424.170581/2020-17 e o que consta no processo nº 50500.087119/2020-78, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados novos pleiteado pela empresa SEVERO TURISMO EIRELI, CNPJ nº 05.974.414/0001-35, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas EXPRESSO GUANABARA LTDA, CNPJ nº 41.550.112/0001-01; EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A, CNPJ nº 10.788.677/0001-90 e EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 219, DE 6 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.027794/2021-29, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa NORDESTE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 76.299.270/0001-07, para a supressão da linha TOLEDO (PR) - RIO CLARO (SP), prefixo 09-0416-30.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 220, DE 6 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.027671/2021-98, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA PRINCESA DO NORTE S.A, CNPJ nº 81.159.857/0001-50, para a implantação dos mercados a seguir como seções da linha UBERLÂNDIA (MG) - FLORIANÓPOLIS (SC) prefixo nº 06-0180-00:

I - De: Uberlândia (MG) para: Itajaí (SC).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SUPAS nº 1.067, de 17.11.2020, publicada no DOU de 4.12.2020, Seção 1, página nº 115, Onde se lê: "Art. 1º Deferir o pedido da empresa GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S.A, CNPJ nº 72.543.978/0001-00, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 82: ... IX- De: SANTO ANTONIO DA PLATINA/PR Para: LINS/SP e OURINHOS/SP;" Leia-se: "Art. 1º Deferir o pedido da empresa GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S.A, CNPJ nº 72.543.978/0001-00, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 82: ... IX- De: SANTO ANTONIO DA PLATINA/PR Para: LINS/SP;"

Ministério da Justiça e Segurança Pública

ARQUIVO NACIONAL

PORTARIA Nº 12, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Aprova, pelo prazo de 24 meses, o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim da Controladoria-Geral da União - CGU.

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL SUBSTITUTO, designado pela Portaria nº 1.592, de 27 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 190, de 1º de outubro de 2019, no uso de suas atribuições, com fundamento na no Art. 22 do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria n° 2433, do Ministério da Justiça, de 24 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2011, considerando a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, o Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 e o Decreto Nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, e o que consta do processo 08061.001387/2014-12, resolve:

Art. 1º Aprovar, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação desta Portaria, o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim do Controladoria-Geral da União - CGU (SEI nº 0084374)

Parágrafo único. Compete à Controladoria-Geral da União dar publicidade aos referidos instrumentos de gestão de documentos e zelar pela sua correta aplicação.

Art. 2º A Controladoria-Geral da União deverá elaborar relatório circunstanciado sobre a utilização dos instrumentos de gestão de documentos no órgão, apontando as necessidades de alteração e/ou complementação, em até 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. No prazo de que trata o caput, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD do órgão deverá elaborar Listagem de Eliminação de Documentos resultante da aplicação do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim para aprovação pela autoridade competente da Controladoria-Geral da União, conforme legislação em vigor.

Art. 3º A aprovação, por prazo indeterminado dos instrumentos de gestão de documentos pelo arquivo Nacional, fica condicionada ao cumprimento do estabelecido nesta Portaria pela Controladoria-Geral da União.

Art. 4º Na hipótese de não cumprimento dos prazos e procedimentos estabelecidos no Art. 2º, o Arquivo Nacional suspenderá a aplicação dos instrumentos de gestão de documentos da Controladoria-Geral da União, até que o órgão apresente justificativa fundamentada para a ausência de resultados, a qual deverá ser submetida ao Arquivo Nacional para apreciação.

Art. 5º Cabe à Controladoria-Geral da União avaliar o momento em que o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim deverão ser revistos e submetê-los à aprovação do Arquivo Nacional.

Art. 6º Os instrumentos de gestão de documentos encontram-se disponíveis para consultas e cópias no sítio eletrônico do Arquivo Nacional: www.arquivonacional.gov.br.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO ESTEVES DE FREITAS

PORTARIA AN Nº 11, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Aprova o Plano de Destinação de Documentos da extinta Maternidade Praça XV.

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL SUBSTITUTO, designado pela Portaria nº 1.592, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 27 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 1º de outubro de 2019, no uso de suas atribuições, com fundamento na no Art. 22 do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria n° 2.433, do Ministério da Justiça, de 24 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2011, considerando a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, o Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, o Decreto Nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, a Portaria nº 272 de 9 novembro de 2020 e o que consta do processo 08227.001376/2020-41, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Destinação de Documentos relativos às atividades-fim do Ministério da Saúde, que integram o Processo nº 08227.001376/2020-41 (documento SEI Nº 0072729) do Arquivo Nacional.

Art. 2º O prazo de validade do Plano de Destinação de Documentos aprovado é de 18 meses.

Parágrafo único. Findo o prazo expresso no caput, o Plano de Destinação de Documentos não poderá mais ser aplicado.

Art.3º Compete ao Ministério da Saúde dar publicidade ao Plano de Destinação de Documentos aprovado e zelar pela sua correta aplicação.

Art.4º O instrumento de gestão de documentos aprovado pelo AN também encontra-se disponível para consultas e cópias no sítio eletrônico: www.arquivonacional.gov.br."

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO ESTEVES DE FREITAS

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.257, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/94563 - DPF/SOD/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRADA SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 17.249.507/0002-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 417/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.258, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/13707 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa RISTER R8 SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 37.551.635/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 610/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.259, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15848 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VENTURE CAPITAL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A, CNPJ nº 24.241.659/0002-89, para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.260, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/17710 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CEFOR CENTRO DE FORM E ESP EM SEG PRIV LTDA, CNPJ nº 01.173.638/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 732/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.261, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18834 - DPF/MCE/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES RIO DAS OSTRAS EIRELI, CNPJ nº 18.606.201/0001-00, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
500 (quinhentas) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Espoletas calibre 38
4282 (quatro mil e duzentos e oitenta e dois) Gramas de pólvora
10000 (dez mil) Projéteis calibre 38
6761 (seis mil e setecentas e sessenta e uma) Espoletas calibre .380
6796 (seis mil e setecentos e noventa e seis) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.262, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/21935 - DPF/MOC/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0011-07, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
846 (oitocentas e quarenta e seis) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.263, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/21937 - DPF/GVS/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0007-20, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
324 (trezentas e vinte e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.264, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/21938 - DPF/GVS/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0035-84, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
414 (quatrocentas e quatorze) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHO

DESPACHO Nº 1251/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Tornar sem efeito
Interessado: BENJAME BIEVENU
Processo: 08505.021785/2019-01

O COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo MM. Juiz Federal Victorio Giuzio Neto da 24ª Vara Cível Federal de São Paulo/SP, datada de 25 de março de 2021, torna sem efeito o Despacho nº 2946/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, publicado no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2020, e determina a reanálise do processo.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DESPACHO Nº 926/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ELISEY FEKLIN
Processo: 08495.000162/2020-97

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 1254/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo naturalizar-se n° 235881.000250/2020
Interessada: RENATO VIRIATO TROCO MONTEIRO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria Nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigências, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 9 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 615 - Tornar pública a PERDA da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de ofício, da entidade social IGES - INSTITUTO DE GESTÃO SOCIAL DO TERCEIRO SETOR, com sede em Vitório/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 04.903.674/0001-57 conforme Nota Técnica nº 115/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ, aprovada pelo Despacho nº 812/2021/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Nos termos do art. 5º inciso LV, da Constituição Federal de 1988, e art. 4º Parágrafo Único, do Decreto nº 3.100/99, ficam assegurados o direito da ampla defesa e do contraditório. Conforme art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999, a entidade terá 10 (dez) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar recurso administrativo à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08071.000308/2020-85.

Nº 616 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social CENTRO DE TECNOLOGIA DO AGRONEGOCIO - CTECAGRO, com sede em São João D'Aliança - GO, inscrita no CNPJ sob o nº 30.180.895/0001-54, conforme Nota Técnica nº 279/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08026.000207/2021-31.

Nº 617 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO TURMA DO JILÓ, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 22.853.953/0001-35, conforme Despacho nº 754/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ, em razão da documentação apresentada pela entidade encontrar-se incompleta. Conforme art. 4º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016, a entidade terá 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar pedido de reconsideração dirigido à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08026.000119/2021-39.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 9 DE ABRIL DE 2021

Nº 512 - Ato de Concentração nº 08700.001501/2021-61. Requerentes: Atnahs Pharma UK Ltd. e Cilag GmBH International. Advogados: Milena Mundim e Ciro Alvarenga. Natureza da operação: aquisição de ativo. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 515 - Ato de Concentração nº 08700.001503/2021-50. Requerentes: Ruby Investment Holdings, L.P. e RSA Security LLC. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto e Amanda Barelli. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 516 - Ato de Concentração nº 08700.001589/2021-11. Requerentes: Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus, Petróleo Brasileiro S.A. e Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. Advogados: Rodrigo Costenaro Cavali, André de Almeida Barreto Tostes e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 517 - Ato de Concentração nº 08700.001610/2021-88. Requerentes: Alberta Investment Management Corporation e Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. Advogados: Michelle Marques Machado, Ana Paula Paschoalini e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHOS DE 9 DE ABRIL DE 2021

Nº 519 - Processo nº 08700.004426/2020-17
Tipo de Processo: Finalístico: Ato de Concentração Ordinário
Requerentes: Bus Serviços de Agendamento S.A. e J3 Participações Ltda.
Advogado: Olavo Zago Chinaglia, Vitor Perdigão e outros.

Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da NOTA TÉCNICA Nº 8/2021/CGAA1/SGA1/SG/CADE (Documento SEI 0889655) à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido pelo deferimento dos pedidos de intervenção como terceiro interessado da empresa Guichê Virtual Serviços de Internet Ltda. (representada por Leonor Cordovil, Ricardo Motta, Daniel Tobias Athias e Catarina Lobo), nos termos do art. 50, I, da Lei nº 12.529/2011.

Nº 521/2021. Ato de Concentração nº 08700.001498/2021-85. Requerentes: Canada Pension Plan Investment Board e Iguá Saneamento S.A. Advogados: Ana Paula Paschoalini, Julia Raquel Haddad Niemeyer, Vitor Jardim Barbosa e Gustavo H. Kastrup. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 522/2021. Ato de Concentração nº 08700.001275/2021-18. Requerentes: Cia. Brasileira de Alumínio Brasil S.A., CBA Itapissuma Ltda. e VTRM Energia Participações S.A. Advogadas: Leonor Cordovil, Beatriz Cravo, Letícia Barros e Mariana Mello. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 523/2021. Ato de Concentração nº 08700.001381/2021-00. Requerentes: Wipro Limited, Cardinal Holdings 3 LP, Cardinal US Holdings Inc., Capco Technologies Private Limited. Advogada: Luciana Martorano. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

ATA DA 81ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2021

Hora 16h
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada nos termos do §1º, artigo 35 do Regimento Interno do Cade e iniciará sem os nomes dos Conselheiros Mauricio Bandeira Maia, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann, Luis Henrique Bertolino Braido e Paula Azevedo que nos últimos blocos de sorteio, nas sessões 237ª, 238ª e 239ª SOD, foram os relatores sorteados.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:
Ato de Concentração nº 08700.003969/2020-17
Requerentes: STNE Participações S.A e Linx S.A
Advogados: Ana Paula Martinez, Mariana Tavares de Araujo, Leonardo Peres da Rocha e Silva, José Alexandre Buaiz Neto
Terceiros Interessados: Adyen do Brasil Ltda., Banco Safra S.A., Cielo S.A., e Totvs S.A.
Advogados: Leonor Augusta Giovine Cordovil, Daniel Tobias Athias, Jessica Ferreira, Maria Amaral de Almeida Sampaio, Camilla Chagas Paoletti, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Ricardo Ferreira Pastore, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Felipe Zolezi Pelussi, Barbara Rosenberg, Marcos Antonio Tadeu Exposto Junior, Amanda Fabbri Barelli.
Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 6, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre procedimentos relacionados ao tratamento, segurança e classificação da informação no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, no art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo nº 48300.000370/2021-21, resolve:

Art. 1º Os procedimentos relacionados ao tratamento, segurança e classificação da informação, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, observarão as disposições desta Portaria.

CAPÍTULO I
CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - Tratamento da Informação - conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

II - Tratamento de Dados Pessoais: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

III - Alta Administração do Ministério de Minas e Energia - Ministro de Estado, Secretário-Executivo, Secretário-Executivo Adjunto e Secretários titulares dos Órgãos específicos singulares do Ministério de Minas e Energia;

IV - Conhecimento Sensível - todo conhecimento, sigiloso ou estratégico, cujo acesso não autorizado pode comprometer a consecução dos objetivos nacionais e resultar em prejuízos ao País, necessitando de medidas especiais de proteção;

V - Documento Preparatório - documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas;

VI- Gestor de Segurança da Informação - responsável pelas ações de Segurança da Informação no âmbito do órgão ou entidade da Administração Pública Federal;

VII - Gestor de Segurança e Credenciamento - responsável por promover a gestão da segurança e do credenciamento dos órgãos de registros, dos postos de controle e das pessoas naturais sob sua responsabilidade, no que se refere às informações classificadas;

VIII - Informação Classificada - informação sigilosa em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, conforme procedimentos específicos de classificação estabelecidos na legislação vigente;

IX - Informação ou Dado Pessoal - informação ou dado relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

X - Informação ou Dado Pessoal Sensível: informação ou dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

XI - Informação Sigilosa - aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo;

XII - Informação ou Dado Pessoal Anonimizado: informação ou dado relativos a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

XIII - Necessidade de Conhecer - é a condição pessoal, inerente ao efetivo exercício de cargo, função, emprego ou atividade, indispensável para que uma pessoa tenha acesso à informação classificada, em qualquer grau de sigilo;

XIV - Núcleo de Segurança e Credenciamento - órgão de registro central, instituído no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR), nos termos do art. 37 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

XV - Posto de Controle - Unidade do Ministério de Minas e Energia, habilitada, responsável pelo armazenamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo;

XVI - Quebra de Segurança - ação ou omissão que implica comprometimento ou risco de comprometimento de informação classificada em qualquer grau de sigilo;

XVII - Sanitização - eliminação efetiva de informação armazenada em qualquer meio eletrônico, garantindo que os dados não possam ser reconstruídos ou recuperados; e

XVIII - SEI - Sistema Eletrônico de Informações do Ministério de Minas e Energia.

CAPÍTULO II
DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 3º Observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, mormente o contido no art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), serão asseguradas, no âmbito do Ministério de Minas e Energia:

I - a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observando-se o disposto na legislação específica sobre o tema, mormente o contido na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Parágrafo único. Normativos internos estabelecerão diretrizes voltadas para identificar e assegurar a proteção de dados pessoais, de dados pessoais sensíveis, bem como de dados de crianças e adolescentes, inclusive em relação à previsão de eventual compartilhamento, observando-se a legislação em vigor e o disposto pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Art. 4º As informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas no âmbito das competências do Ministério de Minas e Energia, deverão ser divulgadas em local de fácil acesso, observando-se o conteúdo mínimo, a forma e os requisitos estabelecidos na LAI.

Art. 5º Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida, sendo vedadas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Art. 6º Deverá ser autorizado ou concedido o acesso imediato à informação disponível. Em caso de impossibilidade, o setor do Ministério de Minas e Energia instado a disponibilizar a informação demandada deverá prontamente:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

III - comunicar que não possui a informação, e indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 1º Por estar incumbida da intermediação das relações com os cidadãos, caberá à Ouvidoria-Geral do Ministério de Minas e Energia repassar a demanda recebida aos diversos setores do Ministério responsáveis pelo seu atendimento, fixando, à luz dos prazos legais estabelecidos, datas-limite que viabilizem a tempestiva resposta ao demandante.

§ 2º A resposta completa à solicitação deverá ser repassada pelos setores instados à Ouvidoria-Geral do Ministério de Minas e Energia até a data-limite estabelecida, cabendo a esta o contato e o encaminhamento da resposta ao demandante.

§ 3º Quando não for possível autorizar o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, deverá a negação de acesso ser devidamente fundamentada pelo Chefe do setor incumbido da resposta. A Ouvidoria informará ao requerente sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

CAPÍTULO III

DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 7º A Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério de Minas e Energia (POSIC/MME) estabelecerá diretrizes, responsabilidades, competências e subsídios para a gestão da segurança da informação, e será elaborada considerando a natureza e a finalidade do Ministério, estando alinhada ao seu planejamento estratégico.

Art. 8º A POSIC/MME será elaborada/revista sob a coordenação do Gestor de Segurança da Informação, com a participação dos Integrantes do Subcomitê de Tecnologia e Segurança da Informação e Comunicações do Ministério de Minas e Energia (STSIC), e será submetida à apreciação do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI) do Ministério, para sua posterior aprovação pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Seção I

Do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação

Art. 9º Será instituído, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, um Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI), ou estrutura similar, para, dentre outras atribuições, deliberar sobre os assuntos relativos à Política Nacional de Segurança das Informações (PNSI), a implementação das ações de governo digital e o uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação.

Parágrafo único. Normativo interno disporá sobre a composição, organização e funcionamento do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação do Ministério de Minas e Energia - CGDSI/MME.

Art. 10. Compete ao CGDSI/MME a governança da segurança da informação, bem como:

I - promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico, com vistas à segurança da informação;

II - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados da sua política de segurança da informação e das normas internas de segurança da informação;

III - propor alterações na Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC/MME;

IV - incorporar padrões elevados de conduta para a garantia da segurança da informação e orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

V - planejar a execução de programas, de projetos e de processos relativos à segurança da informação;

VI - estabelecer diretrizes para o processo de gestão de riscos de segurança da informação;

VII - observar as normas que estabelecem requisitos e procedimentos para a segurança da informação publicadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VIII - implementar controles internos fundamentados na gestão de riscos da segurança da informação;

IX - instituir um sistema de gestão de segurança da informação;

X - implantar mecanismo de comunicação imediata sobre a existência de vulnerabilidades ou incidentes de segurança que impactem ou possam impactar os serviços prestados ou contratados pelos órgãos da Administração Pública Federal;

XI - apreciar a proposição de recursos necessários às ações de segurança da informação, adotando as providências necessárias para assegurá-los e propiciar a execução da POSIC/MME; e

XII - observar as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança da segurança da informação em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidos nesta Portaria e na legislação.

Parágrafo único. O sistema de gestão de segurança da informação de que trata o inciso IX do caput identificará as necessidades do Ministério de Minas e Energia quanto aos requisitos de segurança da informação e implementará o processo de gestão de riscos de segurança da informação.

Art. 11. Para estruturar a gestão da segurança da informação no Ministério de Minas e Energia, deverão ser designados e/ou instituídos:

I - um Gestor de Segurança da Informação Interno - GSI;

II - um Subcomitê de Tecnologia e Segurança da Informação e Comunicações - STSIC/MME; e

III - uma Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos - ETIR.

§ 1º Compete ao Presidente do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação do Ministério de Minas e Energia a edição de ato para dispor sobre a composição e o funcionamento do Subcomitê de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério de Minas e Energia (STSIC/MME), observado o disposto na legislação.

§ 2º Compete ao GSI (Coordenador do Subcomitê de Segurança da Informação e Comunicações do MME) a edição de ato para dispor sobre a composição da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos - ETIR, cuja atuação será regida por normativos, padrões e procedimentos técnicos exarados pelo Centro de Tratamento e Resposta de Incidentes Cibernéticos de Governo, sem prejuízo das demais metodologias e padrões conhecidos.

Seção II

Do Gestor de Segurança da Informação

Art. 12. O Gestor de Segurança da Informação será designado dentre os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo no Ministério de Minas e Energia, com formação ou capacitação técnica compatível às suas atribuições.

Art. 13. Compete ao Gestor de Segurança da Informação do Ministério de Minas e Energia:

I - coordenar o Subcomitê de Tecnologia e Segurança da Informação e Comunicações (STSIC) do Ministério de Minas e Energia;

II - coordenar a elaboração/revisão da Política de Segurança da Informação e das normas internas de segurança da informação do Ministério de Minas e Energia;

III - assessorar o CGDSI/MME na implementação da Política de Segurança da Informação;

IV - estimular ações de capacitação e de profissionalização de recursos humanos em temas relacionados à segurança da informação;

V - promover a divulgação da política e das normas internas de segurança da informação do Ministério de Minas e Energia a todos os servidores, usuários e prestadores de serviços que trabalham no órgão ou na entidade;

VI - incentivar estudos de novas tecnologias, bem como seus eventuais impactos relacionados à segurança da informação;

VII - propor os recursos necessários às ações de segurança da informação;

VIII - acompanhar os trabalhos da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos;

IX - verificar os resultados dos trabalhos de auditoria sobre a gestão da segurança da informação;

X - acompanhar a aplicação de ações corretivas e administrativas cabíveis nos casos de violação da segurança da informação;

XI - implementar a gestão de risco de segurança das informações tratadas em ambiente de computação em nuvem; e

XII - manter contato direto com o Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República em assuntos relativos à segurança da informação.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Art. 14. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação, as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e Organismos Internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

§ 1º Estão igualmente sujeitos à restrição de acesso:

I - as informações pessoais;

II - as informações sigilosas protegidas por legislação específica; e

III - os documentos preparatórios enquadrados no art. 3º, inciso XII, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ 2º O acesso ao teor de documento preparatório será assegurado a partir da edição do ato ou decisão, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 15. No âmbito do Ministério de Minas e Energia, a classificação das informações será realizada pelas seguintes autoridades competentes, conforme os graus determinados a seguir:

I - ultrassecreto e secreto: Ministro de Estado de Minas e Energia; e

II - reservado: Ministro de Estado de Minas e Energia, e ocupantes de cargos de chefia do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível DAS 101.5 ou superior.

Art. 16. A decisão de classificar a informação deverá ser formalizada mediante a elaboração do Termo de Classificação de Informação - TCI (Anexo A), previsto no art. 31 do Decreto nº 7.724, de 2012.

§ 1º Tão logo ocorra a classificação do documento, cópia do respectivo TCI deverá ser encaminhada ao Gestor de Segurança e Credenciamento (GSC), para controle e arquivo.

§ 2º No caso de informações classificadas nos graus de sigilo ultrassecreto ou secreto, além da cópia encaminhada ao GSC, deverá ser enviada, no prazo de trinta dias contados a partir da respectiva classificação, cópia do TCI à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, instituída no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 35, § 1º, da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 17. As autoridades referidas no art. 15, nos incisos I e II, desta Portaria são consideradas credenciadas ex officio no exercício de seu cargo, dentro de suas competências e nos seus respectivos graus de sigilo, respeitada a necessidade de conhecer.

§ 1º As autoridades referidas no art. 15, inciso II, que tenham necessidade de conhecer informação classificada em grau de sigilo superior àquele para o qual já são credenciadas ex officio, deverão possuir credencial de segurança no respectivo grau de sigilo.

§ 2º Considera-se que aquele que tenha a competência para classificar em determinado grau de sigilo seja habilitado, de ofício, ao acesso às informações classificadas naquele grau de sigilo ou inferiores, observada a necessidade de conhecer preconizada no art. 37 desta Portaria.

CAPÍTULO V

DO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO CLASSIFICADA

Seção I

Das etapas do ciclo de vida da informação classificada

Art. 18. O sigilo da informação classificada deve ser resguardado durante todas as etapas de seu ciclo de vida, quais sejam:

I - produção e recepção: refere-se à fase inicial do ciclo de vida, e compreende a produção, recepção ou custódia, e a classificação da informação;

II - organização: refere-se ao armazenamento, arquivamento e controle da informação;

III - uso e disseminação: refere-se à utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão e distribuição da informação; e

IV - destinação: refere-se à fase final do ciclo de vida da informação, e compreende a avaliação, destinação ou eliminação da informação.

Seção II

Da Produção e Recepção

Art. 19. Por ocasião da produção de documentos, os servidores deverão realizar prévia e criteriosa análise acerca do teor da matéria tratada, no sentido de, pontualmente, avaliar a sua sensibilidade, conferindo-lhe tratamento particularizado, à luz do contido no art. 14 da presente Portaria.

Parágrafo único. Considerando suas atribuições, e os assuntos a elas relacionados, os setores deverão mapear e definir os processos que usualmente ensejam informações sensíveis, disseminando, no âmbito do setor, uma rotina para seu tratamento.

Art. 20. Somente servidores que exerçam funções de direção ou chefia do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível DAS 101.5 ou superiores, são competentes para proceder a classificação do sigilo da informação.

Parágrafo único. É de responsabilidade do servidor que produziu informação passível de classificação dar ciência à sua chefia imediata, e esta, se necessário, a outras autoridades de forma subsequente, até que a informação chegue a um dos servidores com competência para sua classificação previstos no caput.

Art. 21. Documentos produzidos no âmbito do Ministério de Minas e Energia contendo informações passíveis de classificação de acordo com o contido no caput do art. 14 desta Portaria, deverão exibir, na parte central do cabeçalho e rodapé, inclusive nas suas capas, marcação própria que indique o grau de sigilo atribuído: "RESERVADO", "SECRETO" ou "ULTRASECRETO", de forma a possibilitar a sua rápida visualização.

§ 1º Para a padronização das marcações referidas no caput deste artigo, deverá ser utilizada a fonte "calibri" em letras maiúsculas, tamanho 12, cor vermelha, com um espaço entre cada letra.

§ 2º Documentos cuja restrição de acesso decorra das situações dispostas no § 1º do artigo referenciado no caput, deverão ser produzidos com a identificação de "SIGILOSO", utilizando-se o modelo previsto no Anexo B desta Portaria.

Art. 22. As páginas de documentos sensíveis produzidos (classificados ou não) deverão ser numeradas de forma sequencial, com numeração exibida nos respectivos rodapés, observando-se formatação padronizada "XX/YY", onde XX é o número da página, e YY é o quantitativo total de páginas do documento.

Art. 23. O material utilizado como insumo para a elaboração de documento sensível ou classificado, como por exemplo minutas, rascunhos e anotações, deverá receber tratamento específico por ocasião da sua eliminação, sendo fragmentado ou adequadamente guardado para posterior descarte de forma apropriada, a fim de evitar a recuperação irregular e indevida de seu conteúdo.

Art. 24. O recebimento de processos ou documentos externos que contenham informações classificadas deverá ser protocolizado no Protocolo Geral ou no Protocolo do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia, conforme o caso, à luz do destinatário e da sensibilidade do assunto.

Art. 25. Quando do recebimento de processos ou documentos neste Ministério, deverá ser mantido o sigilo da informação já classificada por outro órgão ou entidade.

Art. 26. Ao receber processo ou documento classificado de origem externa, cabe à unidade de protocolo:

I - informar ao remetente, no prazo mais curto possível, o recebimento da informação; e

II - efetuar a verificação da integridade do meio de recebimento e registrar indícios de violação ou de irregularidade, cientificando, com brevidade, o destinatário no Ministério de Minas e Energia.

§ 1º Na hipótese dos casos previstos no inciso II do caput, cabe ao destinatário do documento informar, imediatamente, o fato ao remetente.

§ 2º Quando não houver indicação expressa do destinatário, o encaminhamento deverá ocorrer à Chefia de Gabinete do Ministro ou aos titulares das unidades administrativas quando identificadas, conforme o caso.

§ 3º O envelope interno somente será aberto pelo destinatário, seu representante autorizado ou autoridade hierarquicamente superior, excetuando-se aqueles identificados com a marca "PESSOAL", os quais somente poderão ser abertos pelo próprio destinatário.

Art. 27. A autoridade destinatária deverá atestar o recebimento do documento classificado.

§ 1º Após tomar conhecimento do conteúdo do processo ou documento classificado, o destinatário elaborará o Formulário de Registro de Documento Classificado - FRDC (Anexo C) e o encaminhará à unidade setorial de protocolo, para a sua inclusão no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério de Minas e Energia (SEI).

§ 2º Após elaboração do FRDC referenciado no parágrafo anterior, a autoridade recebedora do documento encaminhará cópia do Termo de Classificação de Informação - TCI recebido ao Gestor de Segurança e Credenciamento (GSC), para controle e arquivo.

§ 3º No sentido de viabilizar a identificação da localização física do documento/processo classificado a qualquer momento, o FRDC deverá ser tramitado eletronicamente, e de forma concomitante, aos mesmos destinatários do documento/processo físico.

Art. 28. Nas hipóteses em que o servidor receba documento não classificado quanto ao sigilo na sua origem, mas que ao tomar conhecimento do seu teor identifique a presença de dados ou informações que, na sua avaliação, justificariam a classificação do documento, deverá ser observado o procedimento previsto no parágrafo único do art. 20 desta Portaria para tal fim, cabendo ao servidor com competência a elaboração do correspondente Termo de Classificação da Informação - TCI (Anexo A).

§ 1º Se o documento recebido já estiver inserido no SEI, o processo eletrônico, com os respectivos TCI e FRDC, deverá retornar à unidade de protocolo de entrada, para a adoção dos procedimentos necessários à segurança da informação, seguido do envio de cópia do TCI ao Gestor de Segurança e Credenciamento (GSC).

§ 2º Procedimento idêntico ao previsto no caput deste artigo deverá ser observado se o servidor responsável pela instrução de um processo eletrônico identificar a necessidade de inserir ou elaborar um novo documento que contenha informação classificada.

Seção III

Da Organização

Art. 29. É obrigatório o cadastro de todo processo ou documento que contenha informação classificada no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério de Minas e Energia (SEI), utilizando-se o Formulário de Registro de Documento Classificado - FRDC (Anexo C), com observância, no que for aplicável, às normas e procedimentos de protocolização e organização processual, sendo vedada a inserção no SEI do conteúdo do documento contenho informação classificada.

Parágrafo único. Na hipótese de o processo ou documento não ter sido recebido originalmente pelo Protocolo Geral ou Protocolo-GM, o servidor que o recebeu deverá encaminhá-lo a uma dessas duas unidades para a elaboração do Formulário de Registro de Documento Classificado - FRDC e, consequentemente, ser efetuado seu cadastramento no Sistema.

Art. 30. A informação classificada deverá ser mantida e arquivada em condições especiais de segurança, separada de acordo com o grau de sigilo atribuído. Cada setor deverá definir local adequado para a guarda dessas informações, devendo ser observada a utilização de cofre ou armário com chave, em compartimento com acesso restrito às pessoas autorizadas.

§ 1º Para a manutenção e arquivamento de informação classificada no grau de sigilo ultrassecreto e secreto é obrigatório o uso de equipamento, ambiente ou estrutura que ofereça segurança compatível com o grau de sigilo.

§ 2º Documentos em suporte físico ou digital (mídia móvel) armazenados nos setores deverão possuir cópia de segurança armazenada no Arquivo Central do Ministério de Minas e Energia e em local a ser definido pelo CGTI/SPOA, respectivamente.

Art. 31. Os Titulares das unidades do Ministério de Minas e Energia deverão designar, no âmbito dos respectivos setores, Servidor responsável pelo armazenamento e controle dos documentos sensíveis em suporte físico, bem como os digitais em mídia móvel (HD externo, pen drive, etc.).

Parágrafo único. Compete aos servidores designados no caput providenciar a entrega das cópias de segurança exigidas no § 2º do artigo anterior.

Art. 32. No Arquivo Central, os documentos em meio físico recebidos para guarda deverão ser segregados e armazenados conforme a sua classificação de sigilo e a sua sensibilidade, observando-se as medidas adequadas para fins de organização, preservação e acesso.

Art. 33. Para o armazenamento em meio eletrônico de documento com informação classificada em qualquer grau de sigilo é obrigatória a utilização de sistemas de tecnologia da informação atualizados, de forma a prevenir ameaças de quebra de segurança, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.

§ 1º As mídias para armazenamento poderão estar integradas a equipamentos conectados à internet, desde que por canal seguro e com níveis de controle de acesso adequados ao tratamento da informação classificada, admitindo-se também a conexão a redes de computadores internas, desde que seguras e controladas.

§ 2º Os meios eletrônicos de armazenamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, inclusive os dispositivos móveis, devem utilizar recursos criptográficos adequados ao grau de sigilo.

Seção IV

Do Uso e Disseminação

Art. 34. A utilização, o acesso, a reprodução, o transporte, a transmissão e a distribuição da informação devem seguir os princípios da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade, conforme normativos de segurança da informação e a legislação vigente, bem como as orientações específicas que garantam a salvaguarda de informação sigilosa e pessoal.

Art. 35. Durante seu trâmite, a guarda e o armazenamento de documentos que contenham informações classificadas são de responsabilidade daquele que detém a sua posse.

Art. 36. Documentos sigilosos em suporte físico (classificados ou não) deverão ter as suas tramitações, interna e externa, controladas por meio de sistema de protocolo, de forma a possibilitar conhecer, a qualquer momento, a sua localização e o responsável pela sua custódia.

Art. 37. O acesso, a divulgação e o tratamento de informações classificadas são restritos a pessoas com necessidade de conhecê-las e que estejam credenciadas, em conformidade com o art. 18 do Decreto nº 7.845, de 2012.

Parágrafo único. Os servidores que tiverem acesso a qualquer informação sigilosa ficam proibidos de divulgar o seu conteúdo, durante o período correspondente à classificação da informação, ainda que venham ser dispensados ou exonerados.

Art. 38. O acesso à informação classificada por pessoa não credenciada, ou não autorizada ex officio, poderá ser permitido excepcionalmente, mediante assinatura de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS (Anexo D).

Art. 39. No tratamento da informação classificada deverão ser utilizados sistemas de informação e canais de comunicação seguros que atendam aos padrões mínimos de qualidade e segurança definidos pelo Poder Executivo Federal.

§ 1º A transmissão de informação classificada em qualquer grau de sigilo por meio de sistemas de informação deverá ser realizada, no âmbito da rede corporativa, por meio de canal seguro, como forma de mitigar o risco de quebra de segurança.

§ 2º Os sistemas de informação de que trata o caput deverão ter níveis diversos de controle de acesso e utilizar recursos criptográficos adequados aos graus de sigilo, bem como manter controle e registro dos acessos autorizados e não-autorizados e das transações realizadas, por prazo igual ou superior ao de restrição de acesso à informação.

Art. 40. Os equipamentos e sistemas utilizados para o acesso a documento com informação classificada em qualquer grau de sigilo deverão estar isolados ou ligados a canais de comunicação seguros, que estejam física ou logicamente isolados de qualquer outro, e que possuam recursos criptográficos e de segurança adequados à sua proteção.

Parágrafo único. A cifração e a decifração de informação classificada em qualquer grau de sigilo deverão utilizar recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado.

Art. 41. A reprodução do todo ou de parte de documento com informação classificada em qualquer grau de sigilo terá o mesmo grau de sigilo do documento.

Parágrafo único. A reprodução referenciada no caput condiciona-se à autorização expressa da autoridade classificadora ou autoridade hierarquicamente superior com igual prerrogativa, devendo as cópias serem autenticadas por essas autoridades.

Art. 42. A impressão de documentos com conteúdo sensível ou sigiloso, quando realizada em equipamentos de uso comum, só deverá ser liberada com a presença do usuário que os enviou, mediante a apresentação do crachá ou senha.

Art. 43. Caso a preparação, impressão ou reprodução de informação classificada em qualquer grau de sigilo seja efetuada em tipografia, impressora, oficina gráfica ou similar, essa operação deverá ser acompanhada por pessoa oficialmente designada, responsável pela garantia do sigilo durante a confecção do documento.

Art. 44. A expedição e a tramitação de documentos em meio físico classificados deverão observar os seguintes procedimentos:

I - serão acondicionados em envelopes duplos;

II - no envelope externo não constará indicação do grau de sigilo ou do teor do documento;

III - no envelope interno constarão o destinatário e o grau de sigilo do documento, de modo a serem identificados logo que removido o envelope externo;

IV - o envelope interno será fechado, lacrado e expedido mediante recibo, que indicará remetente, destinatário e número ou outro indicativo que identifique o documento; e

V - será inscrita a palavra "PESSOAL" no envelope que contiver documento de interesse exclusivo do destinatário.

Art. 45. A expedição de documento com informação classificada em grau de sigilo secreto ou reservado será feita pelos meios de comunicação disponíveis, com recursos de criptografia compatíveis com o grau de sigilo, ou, se for o caso, por via diplomática, sem prejuízo da entrega pessoal.

Art. 46. A expedição, a condução e a entrega de documento com informação classificada em grau de sigilo ultrassecreto serão efetuadas pessoalmente, por agente público autorizado, ou transmitidas por meio eletrônico, desde que sejam usados recursos de criptografia compatíveis com o grau de classificação da informação, vedada sua postagem.

Art. 47. No transporte, transmissão e distribuição de mídias que contenham informação sigilosa deve ser aplicado controle de acesso e uso de criptografia baseada em algoritmo de Estado.

Art. 48. No transporte, transmissão e distribuição de documentos em suporte físico que forem realizados por empresa terceirizada, cabe à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração efetuar o processo licitatório e assinar o Contrato, cabendo ao GSC estabelecer, por ocasião da elaboração do Termo de Referência, as regras que visem a seleção da empresa, zelando também pela observância das medidas e procedimentos de segurança da informação previstos nos normativos em vigor.

Seção V

Da Destinação da Informação

Art. 49. A avaliação e a seleção de documento com informação desclassificada, para fins de guarda permanente ou eliminação, observarão o disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e no Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

Parágrafo único. Quando da desclassificação, o documento que contiver informação classificada em qualquer grau de sigilo será encaminhado ao Arquivo Central do Ministério. A destinação final de documentos contendo informações desclassificadas é de competência da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), conforme proposição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS).

Seção VI

Desclassificação e Reavaliação da Informação Sigilosa

Art. 50. A desclassificação ou redução do prazo de sigilo da informação classificada poderá ser reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, observando-se a legislação em vigor sobre o assunto.

Art. 51. A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informações classificadas deverá constar das capas dos processos, se houver, e de campo apropriado no Termo de Classificação de Informação - TCI.

Art. 52. A desclassificação de informações, sua reclassificação, ou a redução do prazo de seu sigilo, deverá ser prontamente informada ao Gestor de Segurança e Credenciamento pela autoridade que a procedeu.

Art. 53. Periodicamente, de acordo com rotina estabelecida pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS), referenciada na Seção VII desta Portaria, deverá ser procedida a eliminação segura de documentos sensíveis em suporte físico e/ou digital, observando-se os procedimentos e os necessários registros previstos nos normativos sobre o tema.

Art. 54. Na eliminação de informação em meio eletrônico deve ser realizada sanitização dos dados nas mídias de armazenamento, tais como dispositivos móveis, discos rígidos, memórias das impressoras, scanners, multifuncionais, entre outros dispositivos, antes do descarte, a fim de evitar a recuperação irregular e indevida de dados.

Seção VII

Da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS)

Art. 55. Será constituída, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS) com as seguintes competências:

I - assessorar sobre a classificação quanto ao grau de sigilo, desclassificação, reclassificação ou reavaliação da informação;

II - propor o destino final da informação desclassificada; e

III - subsidiar a elaboração do rol anual das informações desclassificadas e documentos classificados em cada grau de sigilo, a ser disponibilizado na Internet.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos.

CAPÍTULO VI

DO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PESSOAL

Art. 56. Independentemente de classificação de sigilo, as informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

§ 1º O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais, e em estrita observância ao estabelecido na Lei Geral de Proteção de Dados.

§ 2º As informações mencionadas no caput poderão ter autorizados sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem, desobrigando-se esse consentimento nos casos específicos previstos na legislação em vigor sobre o assunto.

Art. 57. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um Termo de Responsabilidade (Anexo E), que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, e sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

Parágrafo único. A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

Art. 58. Para a identificação e a classificação de dados pessoais no âmbito do Ministério de Minas e Energia, deverá ser observado, como orientação, o disposto no "Guia de Elaboração de Inventário de Dados Pessoais", disponível em https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/GuiaInventario.pdf, elaborado com o intuito de auxiliar os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional a realizar o levantamento e registro dos dados pessoais tratados no âmbito institucional.

Seção I

Do Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

Art. 59. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer quando houver o consentimento do titular ou de seu responsável legal, de forma específica e destacada, e para finalidades específicas.

Parágrafo único. É permitido o tratamento dos dados citados no caput sem o fornecimento de consentimento do titular, desde que observadas as hipóteses previstas no art. 11, inciso II, da LGPD, e as vedações estabelecidas no mesmo artigo.

Art. 60. Dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins desta Portaria, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

Parágrafo único. A determinação do que seja razoável deve levar em consideração fatores objetivos, tais como custo e tempo necessários para reverter o processo de anonimização, de acordo com as tecnologias disponíveis, e a utilização exclusiva de meios próprios.

Seção II

Do Tratamento de Dados de Crianças e Adolescentes

Art. 61. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos da legislação em vigor, e mediante o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

Parágrafo único. O consentimento citado no caput não será exigido quando a coleta de dados for necessária para sua proteção ou para contatar os pais ou o responsável legal, podendo os dados serem utilizados uma única vez e sem armazenamento, sendo vedado, entretanto, o seu repasse a terceiros sem o consentimento de que trata caput.

CAPÍTULO VII

DO CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA

Seção I

Do Gestor de Segurança e Credenciamento

Art. 62. O Gestor de Segurança e Credenciamento (GSC) do Ministério de Minas e Energia, e seu substituto, serão servidores lotados na Secretaria-Executiva e/ou no Gabinete do Ministro, conforme a conveniência do serviço e a devida indicação, ambos designados formalmente pelo Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Art. 63. Cabe ao Gestor de Segurança e Credenciamento (GSC):

I - a manutenção da qualificação técnica necessária à segurança de informação classificada, em qualquer grau de sigilo, no âmbito do Ministério de Minas e Energia;

II - a implantação, controle e funcionamento dos protocolos de Documentos Controlados, se houver, e dos documentos classificados;

III - a conformidade administrativa e sigilo dos processos de credenciamento e habilitação dentro da competência do Ministério de Minas e Energia;

IV - a proposição à Alta Administração de normas no âmbito do Ministério de Minas e Energia, para o tratamento da informação classificada e para o acesso às áreas, instalações e materiais de acesso restritos;

V - a gestão dos recursos criptográficos, das Credenciais de Segurança e dos materiais de acesso restrito, com o auxílio do Posto de Controle;

VI - o assessoramento à Alta Administração do Ministério de Minas e Energia para o tratamento de informações classificadas, em qualquer grau de sigilo;

VII - a promoção da capacitação dos agentes públicos ou militares responsáveis pelo tratamento de informação classificada, em qualquer grau de sigilo;

VIII - controlar e manter arquivo atualizado dos Termos de Classificação de Informação - TCI;

IX - coordenar os trabalhos da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS);

X - definir as áreas de acesso restrito para efeito de segurança das informações classificadas, informando-as à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

XI - providenciar, até 31 de maio de cada exercício, junto à CGTI, a disponibilização do rol das informações desclassificadas e o de documentos classificados em cada grau de sigilo na página do Ministério de Minas e Energia na internet; e

XII - responder, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, pelas ações necessárias ao desempenho das atribuições de competência do Órgão de Registro Nível 1 (ORN1) previstas nos normativos em vigor.

§ 1º O Gestor de Segurança e Credenciamento adotará as providências para que os agentes públicos do Ministério de Minas e Energia conheçam as normas e observem os procedimentos de segurança e de tratamento de informação sigilosa classificada, de acordo com o grau de sigilo atribuído.

§ 2º A gestão de segurança e credenciamento no que se refere ao tratamento de informação classificada, em qualquer grau de sigilo, abrange ações e métodos que visam à integração das atividades de gestão de risco e de continuidade das ações de controle, acesso, credenciamento e suas capacitações.

Art. 64. Em conformidade com o disposto no item 5.5.3.2 da Norma Complementar nº 01/IN02/NSC/GSI/PR, de 27 de junho de 2013, fica delegado o ato de concessão da credencial de segurança para o Gestor de Segurança e Credenciamento, sendo vedada a subdelegação.

Seção II

Da Concessão de Credencial

Art. 65. O Ministério de Minas e Energia, mediante prévia habilitação junto ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), exercerá as atribuições institucionais de competência do Órgão de Registro Nível 1 (ORN1), conforme disposto no art. 7º do Decreto nº 7.845, de 2012.

Art. 66. A concessão de credencial de segurança pelo Gestor de Segurança e Credenciamento realizar-se-á em três fases: indicação, investigação de segurança e credenciamento.

Art. 67. A fase de indicação para o processo de credenciamento se inicia com a solicitação formal, ao GSC, por autoridade que exerça função de direção, comando ou chefia do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível DAS 101.5 ou superior, e seus equivalentes, à qual o servidor esteja subordinado, com a identificação da pessoa para a qual deseja a credencial.

Parágrafo único. Além do Formulário Individual de Dados para Credenciamento - FIDC (Anexo F) devidamente preenchido e assinado, a solicitação de indicação referenciada no caput deverá informar:

I - grau de acesso à informação classificada pretendido;

II - as atividades/funções a serem desenvolvidas pelo indicado que demandem o acesso à informação classificada;

III - o prazo estimado de exercício;

IV - a justificativa da autoridade indicadora para a necessidade de conhecer documentos classificados por parte da pessoa a ser credenciada; e

V - outras informações julgadas pertinentes.

Art. 68. A fase de investigação de segurança tem como objetivo identificar o nível do risco potencial de quebra de segurança ao se permitir que a pessoa indicada acesse informação classificada no grau de sigilo indicado, e será realizada pela Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais (AEPED), por solicitação formal do GSC.

Art. 69. O relatório de investigação será anexado ao processo de credenciamento de segurança, no qual constará parecer do responsável, identificando, em função do nível do risco potencial de quebra de segurança constatado, se o indicado está apto ou não para o credenciamento de segurança no grau solicitado.

§ 1º Os autos e peças componentes da investigação serão elaborados por: servidor público ocupante de cargo efetivo ou militar de carreira, com competência profissional comprovada para atuar na área de inteligência; por policial ou por perito criminal.

§ 2º O relatório de investigação e os autos da investigação deverão ser tratados como documento pessoal, sendo arquivados no órgão encarregado da investigação e compondo o processo de credenciamento.

§ 3º A investigação deverá avaliar, no mínimo, dados dos seguintes aspectos pessoais do indicado:

I - envolvimento com pessoas ou organizações associadas ao crime, terrorismo, tráfico, sabotagem e espionagem;

II - situação fiscal;

III - dados relacionados à situação criminal, cível e administrativa; e

IV - situação eleitoral e do serviço militar.

Art. 70. A fase do credenciamento se caracteriza pela homologação da permissão para o tratamento da informação classificada no grau solicitado, não eximindo o credenciado das responsabilidades administrativas, cíveis e penais quanto à manutenção da segurança dos ativos de informação classificada tratados, conforme legislação pertinente.

Art. 71. A credencial de segurança terá prazo de validade máximo de dois anos, observada eventual restrição temporal contida no art. 67, parágrafo único, inciso III, e poderá ser renovada ao término de sua validade, sem limite de renovações, desde que observado o processo preconizado nesta Portaria para sua concessão, sendo vedada a prorrogação.

Seção III

Descredenciamento de Segurança

Art. 72. O descredenciamento dar-se-á de forma automática, independentemente de solicitação ou processo, nos seguintes casos:

I - término de validade de credencial de segurança;

II - transferência de órgão ou entidade;

III - cessação da necessidade de conhecer;

IV - aposentadoria;

V - falecimento; e

VI - exoneração de cargo comissionado ou função de confiança, quando a necessidade de conhecer for decorrente do exercício do referido cargo.

Parágrafo único. Excetuando-se o previsto no inciso I acima, em qualquer dos demais casos cabe à chefia imediata do servidor, via autoridade que solicitou o credenciamento de segurança (se não for a mesma), informar ao Gestor de Segurança e Credenciamento a ocorrência do fato, para que seja providenciado o respectivo descredenciamento.

Art. 73. O descredenciamento poderá ocorrer, a qualquer tempo, a critério da Alta Administração do Ministério de Minas e Energia, ou ainda, em caso de suspeita ou quebra de segurança.

Seção IV

Do Posto de Controle

Art. 74. O Posto de Controle do Ministério de Minas e Energia atuará sob a responsabilidade e subordinação ao Gestor de Segurança e Credenciamento, observando as disposições que normatizam o seu funcionamento.

Art. 75. Caberá ao Posto de Controle do Ministério de Minas e Energia:

I - armazenar e controlar as informações classificadas, inclusive as credenciais de segurança, sob sua responsabilidade;

II - manter a segurança lógica e física das informações classificadas, sob sua guarda;

III - encaminhar, periodicamente, ao Órgão de Registro que o credenciou relatórios de suas atividades; e

IV - notificar o Órgão de Registro que o credenciou imediatamente, quando da quebra de segurança das informações classificadas por ele custodiadas.

Art. 76. Quando cessada a tramitação de documentos que contenham informação sigilosa classificada em grau de sigilo, estes serão encaminhados pela área responsável ao Posto de Controle do Ministério de Minas e Energia para fins de guarda.

Parágrafo único. Até que sejam transferidos ao Posto de Controle, tais documentos deverão ser armazenados de modo que impossibilite o acesso por pessoas não credenciadas, conforme o disposto no art. 30 desta Portaria.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77. Caberá à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), por meio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, auxiliar o Gestor de Segurança da Informação (GSI) e o Gestor de Segurança e Credenciamento (GSC) na proposição e implementação de soluções e o estabelecimento de requisitos de proteção física e lógica para o adequado tratamento das informações, inclusive as classificadas, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

Art. 78. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso, nos termos do art. 34, parágrafo único, da Lei nº 12.527, de 2011.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se, também, à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

Art. 79. Os usuários da informação são responsáveis pela segurança dos ativos da informação do Ministério de Minas e Energia que estejam sob sua responsabilidade e por todos os atos praticados com sua identificação, tais como: login, crachá, carimbo, endereço de correio eletrônico ou assinatura digital e outros.

Art. 80. De acordo com art. 24 da Instrução Normativa GSI/PR nº 2, de 5 de fevereiro de 2013, toda quebra de segurança de informação classificada, em qualquer grau de sigilo, deverá ser informada, tempestivamente, pelo Gestor de Segurança e Credenciamento (GSC), à Alta Administração do Órgão, que informará ao GSI/PR, relatando as circunstâncias com o maior detalhamento possível.

Art. 81. Os documentos não classificados, ou não identificados como de acesso restrito, estão automaticamente disponíveis para acesso público e imediato, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 82. A solicitação de acesso externo a processos não sinalizados no SEI como de acesso público, deverá ser, obrigatoriamente, submetida à apreciação prévia do responsável pela classificação e/ou ao GSIC do Ministério, antes de sua concessão.

Art. 83. O Secretário-Executivo poderá expedir atos complementares necessários ao cumprimento desta Portaria.

Art. 84. Os casos omissos serão tratados pelo Secretário-Executivo assessorado pelo Gestor de Segurança da Informação e Gestor de Segurança e Credenciamento do Ministério de Minas e Energia, conforme o caso, e, ainda, no que couber, pela Autoridade de Monitoramento a que se refere o art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 85. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO A

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
GRAU DE SIGILO: _____ (idêntico ao grau de sigilo do documento)

TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO	
ÓRGÃO/ENTIDADE:	
CÓDIGO DE INDEXAÇÃO:	
GRAU DE SIGILO:	
CATEGORIA:	
TIPO DE DOCUMENTO:	
DATA DE PRODUÇÃO:	
FUNDAMENTO LEGAL PARA CLASSIFICAÇÃO:	
RAZÕES PARA A CLASSIFICAÇÃO: (observando-se o grau de sigilo do documento)	
PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO:	
DATA DE CLASSIFICAÇÃO:	
AUTORIDADE CLASSIFICADORA	Nome:
	Cargo:
AUTORIDADE RATIFICADORA (quando aplicável)	Nome:
	Cargo:
DESCLASSIFICAÇÃO em ____/____/_____ (quando aplicável)	Nome:
	Cargo:
RECLASSIFICAÇÃO em ____/____/_____ (quando aplicável)	Nome:
	Cargo:
REDUÇÃO DE PRAZO em ____/____/_____ (quando aplicável)	Nome:
	Cargo:
PRORROGAÇÃO DE PRAZO em ___/ ____/_____ (quando aplicável)	Nome:
	Cargo:
_____ ASSINATURA DA AUTORIDADE CLASSIFICADORA	
_____ ASSINATURA DA AUTORIDADE RATIFICADORA (quando aplicável)	
_____ ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por DESCLASSIFICAÇÃO (quando aplicável)	
_____ ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por RECLASSIFICAÇÃO (quando aplicável)	
_____ ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por REDUÇÃO DE PRAZO (quando aplicável)	
_____ ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por PRORROGAÇÃO DE PRAZO (quando aplicável)	

ANEXO B

(SIGILOSO)
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Este modelo destina-se ao registro de informações que se enquadrem em alguma das situações abaixo:

A) Informações Pessoais, observado o disposto na LGPD;

B) Informações sigilosas protegidas por legislação específica; ou

C) Documento Preparatório: utilizado como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, conforme o disposto no art. 3º, inciso XII, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

ANEXO C

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE DOCUMENTO CLASSIFICADO	
(1) Órgão/Entidade responsável pela classificação do documento:	
(2) NUP:	
(1) Código de Indexação do Documento Classificado (TCI):	
(1) Grau de Sigilo:	
(1) Data da Produção do Documento Classificado:	
(1) Data de Classificação:	
(1) Fundamentação Legal:	
(1) Identificação do Documento:	
(1) Prazo da Restrição de Acesso:	
(1) Autoridade Classificadora	Nome:
	Cargo:
(3) Registro do Destinatário do Documento no Ministério de Minas e Energia:	
(4) Responsável pela Elaboração do FRDC	Nome:
	Cargo:

(1) Informações extraídas do Termo de Classificação de Informação (TCI).

(2) Preencher com o NUP atribuído ao Processo no SEI.

(3) Unidade Destinatária Original do Documento no Ministério de Minas e Energia.

(4) Identificação do Responsável pela Elaboração da FRDC no Protocolo.

ANEXO D

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

_____, CPF nº _____, identidade nº _____, solicito, em caráter excepcional, acesso ao documento/processo _____(1)_____, em decorrência da _____(2)_____.

Declaro ter pleno conhecimento das obrigações a mim impostas em decorrência do teor e da classificação dos dados e das informações acima especificados, e comprometo-me a agir no sentido de resguardar o conteúdo disseminado pelo prazo estabelecido.

Declaro ter conhecimento dos dispositivos constantes na Lei de Acesso à Informação (LAI), mormente o contido no § 2º do seu artigo 25, o qual estabelece a obrigação de resguardar o sigilo àquele que obtiver acesso à informação classificada como sigilosa; e no parágrafo único do seu artigo 34, o qual submete a pessoa física ou entidade privada que tenha acesso a informação sigilosa a responder pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida da mesma.

Declaro ainda autorizar o tratamento dos dados pessoais fornecidos neste documento, para a finalidade de registro da concessão do acesso, conforme o previsto no inciso I do art. 7º da lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

_____, ____, em ___ de _____ de 20__.

_____
(assinatura)

(1) Preencher com a identificação clara do documento/processo que deseja ter acesso.

(2) Apresentar a motivação que justifique o acesso ao documento/processo desejado.

ANEXO E

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

Eu, _____, identidade nº _____, expedido pelo órgão _____, e CPF nº _____, residente na rua/avenida _____, CEP_____, cidade _____, UF ____, telefone nº (_____)_____ e correio eletrônico _____ , declaro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e de sua regulamentação, que é de minha inteira responsabilidade o acesso à(s) cópia(s) do documento(s) nº(s) _____, certifico que a utilização do(s) referido(s) documento(s) tem como finalidade e destinação: _____.

Responsabilizo-me integralmente pela adequada utilização das informações a que tiver acesso.

Autorizo o tratamento dos dados pessoais fornecidos neste termo, para a finalidade de registro da concessão de acesso aos aludidos documentos, conforme o previsto no inciso I do art. 7º da Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Estou ciente de que posso vir a ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente pelos danos morais ou materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida, conforme as legislações:

I - Lei nº 12.527/2011, art. 31 § 2º (uso indevido de informação);

II - Decreto nº 7.724/2012, art. 56 (transparência e respeito às informações pessoais);

III - Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), art. 20 (divulgação autorizada ou necessária); e

IV - Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), arts. 138 a 145 (crimes contra a honra), 297, 299 e 304 (crimes de falsidade documental).

_____, ____, em ___ de _____ de 20__.

_____
(assinatura)

ANEXO F

(SIGILOSO)
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE DADOS PARA CREDENCIAMENTO - FIDC
ÓRGÃO DE REGISTRO NÍVEL 1

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO:	Foto 3x4 Rosto Frontal e Fundo Branco
Responda de forma precisa às questões apresentadas; Digite os dados diretamente no Formulário ou preencha o mesmo em letras de forma com caneta azul ou preta; Se não tiver resposta a dar a alguma(s) questão(ões), escreva a expressão "NADA A RELATAR"; e Os dados informados são considerados pessoais.	

1. DADOS PESSOAIS:

Nome completo: _____
Data de nascimento: _____/_____/_____
Local de nascimento: _____ UF: _____ País: _____
Nacionalidades: _____
Estado Civil: _____
Documento de identificação: _____ Tipo _____
Data de expedição: _____ Local de expedição: _____
Identidade Funcional: _____ Órgão: _____
Cadastro de Pessoas Físicas: _____ Cadastro INSS: _____
Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____
Carteira Nacional de Habilitação: _____ Emissão: _____ UF: _____
Passaporte Nº: _____ País Emissor: _____

2. RESIDÊNCIA HABITUAL:

Endereço: _____
CEP_____ Cidade_____ UF_____ País_____
Telefones residenciais: _____
Telefones celulares: _____
Telefones Funcionais: _____
Emails: _____

3. DADOS PROFISSIONAIS:

Cargo/Função/Emprego: _____
Órgão/Empresa: _____
Endereço: _____
CEP_____ Cidade _____ UF _____ País _____
Data de admissão: _____ / _____ / _____

4. DADOS DO PAI:

Nome completo: _____
Data de nascimento: _____ / _____ / _____ Local de nascimento: _____
UF: _____ País: _____ Nacionalidades: _____
Endereço: _____
CEP_____ Cidade _____ UF _____ País _____
Convive atualmente: Sim [ ] Não [ ]

5. DADOS DA MÃE:

Nome completo: _____
Data de nascimento: _____ / _____ / _____ Local de nascimento: _____
UF: _____ País: _____ Nacionalidades: _____
Endereço: _____
CEP_____ Cidade _____ UF _____ País _____
Convive atualmente: Sim [ ] Não [ ]

6. DADOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A):

Nome completo: _____
Data de nascimento: _____ / _____ / _____ Local de nascimento: _____
UF: _____ País: _____ Nacionalidades: _____
Endereço: _____
CEP_____ Cidade _____ UF _____ País _____
Convive atualmente: Sim [ ] Não [ ]

7. RESIDÊNCIAS ANTERIORES (Endereços residenciais do solicitante nos últimos dez anos):

Desde	Até	
		Endereço: _____ CEP_____ Cidade _____ UF____ País_____
Desde	Até	Endereço: _____ CEP_____ Cidade _____ UF____ País_____
Desde	Até	Endereço: _____ CEP_____ Cidade _____ UF____ País_____
Desde	Até	Endereço: _____ CEP_____ Cidade _____ UF____ País_____

8. VIAGENS: Se visitou algum País estrangeiro nos últimos 10 anos, preencha o quadro abaixo:

Data		País	Motivo
Início	Fim		

9. Pessoas de seu convívio que tenham residido no exterior por mais de 2 anos, nos últimos dez anos:

Nome	De/Até	País	Motivo

10. Possui alguma enfermidade? Sim [ ] Não [ ]
10.1 Caso positivo, qual?
_____
_____

11. Faz uso de algum medicamento controlado? sim [ ] não [ ]
11.1 Caso positivo, relacione:
_____

12. FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Relacionar os cursos realizados após o ensino médio):

Data de Conclusão	Instituição e País	Título

13. DADOS SOBRE EMPREGOS ANTERIORES (Relacionar os empregos anteriores ao que está sendo exercido atualmente):

Período	Empresa ou Entidade	Endereço	Cargo/Emprego

14. RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Relatar se manteve relações com governos estrangeiros, organismos ou programas internacionais esclarecendo as funções desempenhadas ou tipo de relação mantida):

Organismo/Programa	Tipo de Relação e Período	País

15. REFERÊNCIAS PESSOAIS:

Nome	Telefone

16. OBSERVAÇÕES FINAIS (Relate qualquer fato que julgue necessário e oportuno para o processo de credenciamento):
_____
_____

17. DECLARAÇÃO PESSOAL: EU _____, DEVIDAMENTE QUALIFICADO NO ITEM 1 (UM) DESTE FORMULÁRIO, DECLARO PARA OS FINS DESTE CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA, QUE:

A) TUDO QUE FOI MANIFESTADO POR MIM, NESTE QUESTIONÁRIO, É PURA EXPRESSÃO DA VERDADE;

B) RECONHEÇO QUE QUALQUER FALSIDADE DECLARADA (POR OMISSÃO, ENGANO, INEXATIDÃO OU TERGIVERSAÇÃO DE ALGUM DADO) SERÁ MOTIVO PARA NEGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CREDENCIAL DE SEGURANÇA, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS RESPONSABILIDADES;

C) COMPROMETO-ME A COMUNICAR IMEDIATAMENTE AO ÓRGÃO CREDENCIADOR, DURANTE A INVESTIGAÇÃO OU DURANTE O PERÍODO DE VALIDADE DA CREDENCIAL DE SEGURANÇA, QUALQUER ALTERAÇÃO POSTERIOR DOS DADOS ASSINALADOS NESTE QUESTIONÁRIO;

D) DECLARO CONHECER A LEGISLAÇÃO EM VIGOR E AS NORMAS RELACIONADAS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES, ESPECIALMENTE, AQUELAS RELATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS;

E) A PARTIR DOS DADOS DESTE FORMULÁRIO, ATENDENDO AO PRESCRITO NO INCISO II DO ART. 55 DO DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012, AUTORIZO A INVESTIGAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO SOBRE MINHA PESSOA, A FIM DE VERIFICAR SE EXISTE ALGUM REGISTRO QUE POSSA INDICAR RISCO À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, EM ESPECIAL ÀS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS;

F) ACEITO A CONDIÇÃO DE SER OU NÃO APROVADO NA INVESTIGAÇÃO DE SEGURANÇA, RECONHECENDO QUE O MEU CREDENCIAMENTO, PARA TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS, DEPENDERÁ DESSE RESULTADO; E

G) AUTORIZO O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS FORNECIDOS NESTE DOCUMENTO PARA A FINALIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO, CONFORME O PREVISTO NO INCISO I DO ART. 7º DA LEI 13.709/2018 LGPD.

_____, _____ de _____ de _____
(Local) (Data)

_____
(Nome e assinatura do declarante)

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa ANEEL, nº 929, de 30 de Março de 2021, constante no Processo n° 48500.004937/2020-00, publicada no DOU nº 63, de 6 de abril de 2021, Seção 1, página 79, onde se lê: "nº 897, de 2020, que aprova o Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.", leia-se: "Resolução Normativa ANEEL nº 926, de 16 de março de 2021, que aprova o Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 964, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Processo nºs: 48500.003069/2020-32 e 48500.003070/2020-67. Interessado: Powertis Brasil Desenvolvimento de Projetos de Energia e Participações Ltda. Decisão: Revogar, a pedido da interessada, o Despacho nº 1.801, de 22 de junho de 2020, referente ao Registro de Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs Chapada 1 e Chapada 2, cadastradas sob os Códigos Únicos de Empreendimentos de Geração - CEGs nºs UFV.RS.MG.048609-4.01 e UFV.RS.MG.048610-8.01. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 984, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Processo: 48500.000245/2021-65. Interessados: Agentes do Setor Elétrico. Objeto: registrar, especificamente para fins de habilitação no Leilão de Energia Nova "A-3" de 2021 (LEN A-3/2021), o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos de fonte eólica, conferindo-lhes as prerrogativas estabelecidas no artigo 2º da referida REN 102/2016, relacionados e qualificados nos anexos constantes da íntegra deste Despacho, observadas as condições nele dispostas, disponível nos autos e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 9 DE ABRIL DE 2021

Nº 986 Processo: 48500.000245/2021-65. Interessados: Agentes do Setor Elétrico. Objeto: registrar, especificamente para fins de habilitação no Leilão de Energia Nova "A-4" de 2021 (LEN A-4/2021), o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos de fonte eólica, conferindo-lhes as prerrogativas estabelecidas no artigo 2º da referida Portaria do MME nº 102, de 22 de março de 2016, relacionados e qualificados nos anexos constantes da íntegra deste Despacho, observadas as condições nele dispostas, disponível nos autos e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 987 Processo: 48500.000245/2021-65. Interessados: Agentes do Setor Elétrico. Objeto: registrar, especificamente para fins de habilitação no Leilão de Energia Nova "A-3" de 2021 (LEN A-3/2021), o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos de fonte solar fotovoltaica, conferindo-lhes as prerrogativas estabelecidas no art. 2º da Portaria MME nº 102, de 22 de março de 2016, relacionados e qualificados nos anexos constantes da íntegra deste Despacho, observadas as condições nele dispostas, disponível nos autos e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 988 Processo: 48500.000245/2021-65. Interessados: Agentes do Setor Elétrico. Objeto: registrar, especificamente para fins de habilitação no Leilão de Energia Nova "A-4" de 2021 (LEN A-4/2021), o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos de fonte solar fotovoltaica, conferindo-lhes as prerrogativas estabelecidas no art. 2º da Portaria MME nº 102, de 22 de março de 2016, relacionados e qualificados nos anexos constantes da íntegra deste Despacho, observadas as condições nele dispostas, disponível nos autos e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 989. Processo: 48500.000245/2021-65. Interessados: Agentes do Setor Elétrico. Objeto: registrar, especificamente para fins de habilitação no Leilão de Energia Nova "A-3" de 2021 (LEN A-3/2021), o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos de fonte termelétrica, conferindo-lhes as prerrogativas estabelecidas no art. 2º da Portaria MME nº 102, de 2016, relacionados e qualificados nos anexos constantes da íntegra deste Despacho, observadas as condições nele dispostas, disponível nos autos e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 990 Processo: 48500.000245/2021-65. Interessados: Agentes do Setor Elétrico. Objeto: registrar, especificamente para fins de habilitação no Leilão de Energia Nova "A-4" de 2021 (LEN A-4/2021), o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos de fonte termelétrica, conferindo-lhes as prerrogativas estabelecidas no art. 2º da Portaria MME nº 102, de 22 de março de 2016, relacionados e qualificados nos anexos constantes da íntegra deste Despacho, observadas as condições nele dispostas, disponível nos autos e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 33, de 7 de janeiro de 2020, constante do Processo nº 48500.003012/2018-19, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, cujo resumo foi publicado no DOU de 09 de janeiro de 2020, Seção 1, p. 90, v. 158, n. 6, onde se lê: "(iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito que passará a ser constituído de uma subestação elevadora de 26/500kV junto à usina, com um transformador de 450 MVA e uma linha de transmissão de 500 kV, em circuito simples de aproximadamente 0,5 (meio) km de extensão, conectando-a à subestação Santo Antônio dos Lopes, sob a responsabilidade da empresa Eletrobrás Eletronorte. A UTE Parnaíba V irá compartilhar o barramento de 500 kV da SE Parnaíba e trechos de linha de interligação dessa subestação com a SE Santo Antônio dos Lopes 500 kV, que compõem as instalações de uso exclusivo, com as UTEs Maranhão III, IV e V, MC2 Nova Venécia 2 e Parnaíba IV." leia-se: "(iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito que passará a ser constituído de uma subestação elevadora junto à usina, denominada SE Parnaíba, com um transformador de 18/500 kV - 450 MVA, e dois trechos de linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, de aproximadamente 50 (cinquenta) m de extensão cada um, conectando-a à subestação Santo Antônio dos Lopes, sob a responsabilidade da empresa Eletrobrás Eletronorte. A UTE Parnaíba V irá compartilhar o barramento de 500 kV da SE Parnaíba e trechos de linha de interligação dessa subestação com a SE Santo Antônio dos Lopes 500 kV, que compõem as instalações de uso exclusivo, com as UTEs Maranhão III, IV e V, MC2 Nova Venécia 2 e Parnaíba IV."

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 985, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3.923, de 29 de março de 2016, e o que consta do Processo nº 48500.003981/2019-51, decide revogar parcelas de Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE relativa à usina Macaco Branco, competências de janeiro a junho de 2021, fixadas à CPFL Geração de Energia S.A pelo Anexo I do Despacho nº 2.221, de 28 de julho de 2020.

DAVI ANTUNES LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 982, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000759/2021-11, decide indeferir o pleito da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - ISA CTEEP de isenção da aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI devido ao desligamento da Função Transmissão - FT LT 440kV Oeste / Bauru C2, ocorrido em 7 de novembro de 2020, atribuído pela empresa à queda de balão tripulado no ativo de transmissão.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 99/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 2º, XII, a, da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo nº: 48410.900507/2014-73
Titular: Acert Indústria de Acabamentos Cerâmicos e Telhas Eireli Epp
CNPJ: 07.209.470/0001-09
NFLDP: 89 - DNPM/CE
Valor: R$ 37.355,00

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 100/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 2º, XII, a, da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo nº: 48410.900508/2014-18
Titular: ACERT - INDUSTRIA DE ACABAMENTOS CERAMICOS E TELHAS EIRELI
CNPJ: 07.209.470/0001-09
NFLDP: 90 - DNPM/CE
Valor: R$16.353,52

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 101/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 2º, XII, a, da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo nº: 48420.996897/2010-26
Titular: G.P. GRANITOS DO BRASIL
CNPJ: 31.819.782/0001-19
NFLDP: 417 - ES
Valor: R$ 128.221,19

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 102/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 2º, XII, a, da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo nº: 48420.996928/2010-49
Titular: SOBRITA INDUSTRIAL S.A.
CNPJ: 27.061.563/0001-46
NFLDP: 434 - ES
Valor: R$ 80.794,20

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 103/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 2º, XII, a, da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo nº: 48420.997759/2011-45
Titular: CERÂMICA ADÉLIO LUBIANA LTDA
CNPJ: 07.116.493/0001-79
NFLDP: 1028 - DNPM/ES
Valor: R$ 615,37

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 104/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 2º, XII, a, da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo nº: 48420.996918/2012-75
Titular: CERÂMICA ADÉLIO LUBIANA LTDA
CNPJ: 07.116.493/0001-79
NFLDP: 389 - DNPM/ES
Valor: R$ 4.069,45

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 31/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o cancelamento do Alvará de Pesquisa(1780)
870.269/2019-PEGRAN MINERACAO LTDA- Publicado DOU de 22/02/2021- Alvará de Pesquisa n° 6505/2019

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 32/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
871.837/2015-SETCOMEX COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-MIRANGABA/BA - Guia n° 25/2021-16.000Toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
872.644/2016-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-JUAZEIRO/BA - Guia n° 18/2021-12.000 e 4.000toneladas-Quartzito e Pegmatito- Vigência da Guia:3 anos
871.280/2018-RILSTONE MINERACÃO LTDA-VITÓRIA DA CONQUISTA/BA - Guia n° 20/2021-16.000toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
870.430/2018-ROCHA BAHIA MINERACAO LTDA-CATURAMA/BA - Guia n° 29/2021-16.000toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
871.850/2017-MINERAÇÃO LABIRINTO EIRELI-AMÉRICA DOURADA/BA - Guia n° 27/2021-10.000toneladas-Mármore- Vigência da Guia:3 anos
870.829/2017-DJ GRANITOS EIRELI-OLIVEIRA DOS BREJINHOS/BA - Guia n° 19/2021-16.000toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
872.841/2016-MINERAÇÃO BONINAL LTDA-BONINAL/BA, SEABRA/BA - Guia n° 28/2021-16.000toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
872.094/2016-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-CAETITÉ/BA - Guia n° 21/2021-16.000toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
871.630/2016-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-SANTA LUZIA/BA - Guia n° 24/2021-12.000, 5.000, 15.000, 3.000 e 12.000toneladas-Argila, Argilas Especiais, Argila Refratária, Caulim e Filito- Vigência da Guia:3 anos
870.430/2018-ROCHA BAHIA MINERACAO LTDA-CATURAMA/BA - Guia n° 29/2021-16.000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
870.094/2013-SANTA RITA ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-PAU BRASIL/BA - Guia n° 31/2021-10.000toneladas-Mármore- Vigência da Guia:3 anos
872.688/2007-AC DA CUNHA COMERCIO DE CERÂMICA LTDA ME-CAMAÇARI/BA - Guia n° 32/2021-50.000toneladas-Areia- Vigência da Guia:3 anos
873.051/2015-SANTA HELOISA MINERACAO LTDA-SENTO SÉ/BA - Guia n° 34/2021-16.000toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
870.708/2018-TECNOGRES REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA.-CASTRO ALVES/BA - Guia n° 35/2021-4.000toneladas-Feldspato- Vigência da Guia:3 anos
871.099/2015-ALTERFLEX MINERACAO SALINAS LTDA-PINDOBAÇU/BA, SAÚDE/BA - Guia n° 36/2021-16.000toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
871.421/2018-SANTA HELOISA MINERACAO LTDA-ÉRICO CARDOSO/BA - Guia n° 33/2021-16000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
871.837/2015-SETCOMEX COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-Quartzito-Mirangaba/BA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
870.430/2018-ROCHA BAHIA MINERACAO LTDA-OF. N°8795/2021
871.044/2014-ROBSON ANTONIO GUIMARAES-OF. N°9494/2021
871.394/2015-DJ GRANITOS EIRELI-OF. N°8931/2021
870.171/2018-GRANFELIX MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°9643/2021
870.369/2014-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°9711/2021
870.794/2015-MINERACAO TREMEDAL LTDA-OF. N°10035/2021
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

870.962/2019-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI -Alvará N°7384/2019
870.940/2019-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI -Alvará N°7172/2019
870.579/2018-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI -Alvará N°1421/2019
871.432/2020-DAILANCE MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1409/2021
870.513/2020-JVS MINERAÇÃO EIRELI -Alvará N°3456/2020
870.449/2020-JOSUE FERREIRA DA SILVA -Alvará N°3449/2020
870.430/2020-UNIAO BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA. -Alvará N°3177/2020
871.628/2019-B.M. MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI -Alvará N°1382/2020
871.626/2019-B.M. MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI -Alvará N°1380/2020
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
870.645/2017-POLIBEGE MÁRMORES E GRANITOS LTDA- Área de 386,98ha para 275,05ha-Mármore-Morro do Chapéu e Sento Sé/BA
870.436/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA.- Área de 993,93ha para 727,07 ha-Quartzito-Gentio do Ouro e Ibipeba/BA
Defere pedido de reconsideração(262)
870.436/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA.
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
871.368/2018-PEDRA BOA MINERACAO LTDA
871.307/2018-2MC MINERACAO EIRELI
871.306/2018-2MC MINERACAO EIRELI
871.293/2018-PEDRA BOA MINERACAO LTDA
871.269/2018-PEDRA BOA MINERACAO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
870.994/2000-LINDINALVA ALMEIDA DAMASCENO E CIA LTDA-OF. N°8987/2021
870.130/1986-ECO MARMORES E GRANITOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°8988/2021
872.642/2007-BRITADEIRA SÃO JORGE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA ME-OF. N°9058/2021
Fase de Lavra Garimpeira
Autoriza transformação do regime de PLG para Autorização de Pesquisa(1299)
871.355/2016-COOPERATIVADOS EXTRATORES E GARIMPEIROS DE QUARTZO, FELDSPATO E DIOPISIDIO DA BA
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
870.890/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-MORRO DO CHAPÉU/BA - Guia n° 26/2021-16.000toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
872.777/2010-M.S.A. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-JEQUIÉ/BA - Guia n° 22/2021-50.000toneladas-Areia- Vigência da Guia:3 anos
873.960/2007-SRA MINERACAO LTDA-CAETITÉ/BA - Guia n° 30/2021-6.000toneladas-Manganês- Vigência da Guia:3 anos
870.853/2011-MINERACAO GRAJUMAR LTDA-ÉRICO CARDOSO/BA, PARAMIRIM/BA - Guia n° 38/2021-16000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
870.853/2011-MINERACAO GRAJUMAR LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
871.033/2019-ITINGA MINERACAO LTDA
870.858/2019-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME
870.648/2019-NGM NUCLEO GEOLOGICO E MINERAÇÃO EIRELI
870.018/2021-FRANCO FONTES MARTINS BICCAS
871.438/2020-CARLOS ANTONIO SÃO PEDRO CRUZ JÚNIOR
871.558/2020-SAFIRA MINING E STONES LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.167/2021-LAEDSON GRIPE SOARES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
871.384/2013-MSF MINERAÇÃO S.A.-OF. N°262/2015
871.650/2013-MSF MINERAÇÃO S.A.-OF. N°262/2015
871.386/2013-MSF MINERAÇÃO S.A.-OF. N°262/2015
Indefere pedido de reconsideração(181)
871.433/2020-MINERAÇÃO MINAS GERAIS DO BRASIL LTDA

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 35/2021

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
Barragem de Rejeito Não Magnético 04-VANÁDIO DE MARACÁS SA-870.135/1982-AI. N°1057/2021/GER-BA/SESBM-BA
Determina a interdição da barragem de mineração(2363)
Barragem de Rejeito Não Magnético 04-VANÁDIO DE MARACÁS SA-870.135/1982

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 37/2021

Fase de Concessão de Lavra
Autoriza a desinterdição da barragem de mineração(2365)
Barragem de Rejeito Não Magnético 04-VANÁDIO DE MARACÁS SA-870.135/1982

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 37/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)
815.416/2018-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-OF. N°8716/2021/GER-SC/ANM
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
815.181/2020-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP -Alvará N°5333/2021
Fica sobrestada a decisão sobre o relatório de pesquisa(320)
815.067/2011-ALA XT MINERAÇÃO S A-folhelho pirobetuminoso, calcário e argilito.- Prazo de 03 (três) anos
815.066/2011-ALA XT MINERAÇÃO S A-folhelho pirobetuminoso, calcário e argilito.- Prazo de 03 (três) anos
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.003/2020-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-Areia-Imbituba/SANTA CATARINA
815.049/2020-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Argila e Saibro-Antônio Carlos/SANTA CATARINA
815.048/2020-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Argila e Saibro-Antônio Carlos/SANTA CATARINA
815.047/2020-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Argila e Saibro-Antônio Carlos/SANTA CATARINA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.652/1995-O M JUNCKES EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTE LTDA-OF. N°8790/2021/DIFAM-SC/ANM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.594/1993-D' MIROS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°8781/2021/DIFAM-SC/ANM
815.643/1996-EXTRAÇÃO DE AREIA DESCHAMPS LTDA-OF. N°8955/2021/DIFAM-SC/ANM
815.787/2011-CARVALHO MINERAIS LTDA-OF. N°9114/2021/DIFAM-SC/ANM
815.583/2003-VERONICA COAN GOEDERT ME-OF. N°9378/2021/DIFAM-SC/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.594/1993-D' MIROS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N° 494/1996 - Vencimento em 13/10/2021
815.739/2011-RG & RG COMERCIO E EXTRACAO DE MINERAIS LTDA- Registro de Licença N° 1521/2018 - Vencimento em 18/03/2025
815.540/2018-ARGAMASSA 2 IRMAOS LTDA- Registro de Licença N° 2128/2018 - Vencimento em 25/03/2022
815.583/2003-VERONICA COAN GOEDERT ME- Registro de Licença N° 1153/2004 - Vencimento em 02/07/2024
815.380/1993-MANOEL LUIZ MARTINS ME- Registro de Licença N° 424/1994 - Vencimento em 25/03/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.590/2011-RG & RG COMERCIO E EXTRACAO DE MINERAIS LTDA-OF. N°8738/2021/DIFAM-SC/ANM
815.591/2011-RG & RG COMERCIO E EXTRACAO DE MINERAIS LTDA-OF. N°8749/2021/DIFAM-SC/ANM
815.771/2015-RG & RG COMERCIO E EXTRACAO DE MINERAIS LTDA-OF. N°8755/2021/DIFAM-SC/ANM
826.325/1997-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°8918/2021/DIFAM-SC/ANM e 8919/2021/DIFAM-SC/ANM
826.007/1991-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°8948/2021/DIFAM-SC/ANM e 8949/2021/DIFAM-SC/ANM
826.175/1992-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°9001/2021/DIFAM-SC/ANM e 9002/2021/DIFAM-SC/ANM
815.319/2002-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-OF. N°9018/2021/DIFAM-SC/ANM
815.501/1999-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-OF. N°9018/2021/DIFAM-SC/ANM
815.133/2009-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-OF. N°9018/2021/DIFAM-SC/ANM
826.174/1992-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°9304/2021/DIFAM-SC/ANM
826.174/1992-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°9306/2021/DIFAM-SC/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.073/2021-BEN BRASIL MINERACAO LTDA-OF. N°8708/2021/GER-SC/ANM
815.229/2019-CENTRO HISTORICO GERMANICO ITAPIRANGA - EIRELI-OF. N°8943/2021/DIREM-SC/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.289/2019-MUNICIPIO DE SAO LUDGERO-OF. N°8694/2021/DIFAM-SC/ANM
815.293/2019-MUNICIPIO DE SAO LUDGERO-OF. N°8712/2021/DIFAM-SC/ANM
815.283/2019-MUNICIPIO DE SAO LUDGERO-OF. N°8704/2021/DIFAM-SC/ANM
815.288/2019-MUNICIPIO DE SAO LUDGERO-OF. N°8612/2021/DIFAM-SC/ANM
815.287/2019-MUNICIPIO DE SAO LUDGERO-OF. N°8591/2021/DIFAM-SC/ANM
815.286/2019-MUNICIPIO DE SAO LUDGERO-OF. N°8584/2021/DIFAM-SC/ANM
Outorga o Registro de Extração, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação(920)
815.041/2021-MUNICIPIO DE GARUVA- Registro de Extração N°1/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/ de 05/04/2021

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 21/2021

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.489/2012-PEDREIRA VILA REAL EIRELLI EPP-OF. N°8784/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.954/1994-PEDREIRA VILA REAL EIRELLI EPP-OF. N°8780/2021/SEFAM-RJ/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.317/2010-MINERAÇÕES MONTES CLAROS LTDA- Registro de Licença N° 2.710/2012 - Vencimento em 28/02/2022
890.066/2010-AREAL SILVA MACEDO LTDA EPP- Registro de Licença N° 2.620/2010 - Vencimento em 28/02/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.018/2020-SANTA CLARA SERVIÇOS E TRANSPORTES DE PARATY LTDA ME-Registro de Licença N° 5/2021 - Vencimento em 12/02/2024

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 22/2021

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
890.943/2014-AREAL DO FUTURO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N° 2.877/2016-ONDE SE LÊ PRAZO DE VALIDADE ATÉ 31/12/2022, LEIA-SE PRAZO DE VALIDADE ATÉ 22/09/2021.

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 12/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.820/2013-BARALDI RODRIGUES & CIA LTDA.-Areia-Alto Paraíso/PR, Naviraí/MS
826.707/2016-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-Arenito-União da Vitória/PR
826.582/2016-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-Arenito-União da Vitória/PR
826.356/2014-AVP EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-AREIA E ARGILA-ARAUCÁRIA/PARANÁ
826.006/2014-AREAL COSTA LTDA-AREIA E ARGILA-CONTENDA/PARANÁ
826.657/2015-ARENA MINERAÇÃO LTDA. ME-Areia-Antônio Olinto/PR
826.304/2018-IVAN CESAR ROSSONI FILHO-Basalto-Toledo/PR
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.030/2013-MARCIO DOS SANTOS- Área de 173,15 ha para 49,79 ha-AREIA-Balsa Nova e Campo Largo/Paraná
826.064/2012-IRMÃOS RESNER LTDA- Área de 77,71 para 49,99-AREIA-Lapa e Rio Negro/Paraná
826.356/2012-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- Área de 68,81 ha para 48,73 ha-AREIA-Morretes e Paranaguá-PR/PARANÁ
826.752/2011-AREIAL ROGALSKI LTDA- Área de 982,44 ha para 48,98 ha-AREIA-PAULO FRONTIN E SÃO MATEUS DO SUL/PARANÁ
826.411/2009-DANIEL BERNARDO ROVEDA- Área de 231,79 ha para 49,80 ha-AREIA-ANTÔNIO OLINTO, LAPA E SÃO JOÃO DO TRIUNFO/PARANÁ
826.397/2017-LOURDES DA SILVA- Área de 133,80 ha para 49,60 ha-Areia-Araucária/PR, Curitiba/PR. Fazenda Rio Grande/PR
826.397/2017-LOURDES DA SILVA- Área de 133,80 para 49,60-Areia-Araucária/PR
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.243/2020-CERÂMICA E MADEIREIRA SÃO LUIZ LTDA EPP-OF. N°8550/2021
826.763/2012-INDÚSTRIA EXTRATIVA DE ARGILA MONTE CRISTO LTDA ME-OF. N°6972/2021/SEREM-PR/ANM
826.552/2016-MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°8251/2021/SEREM-PR/ANM
826.550/2016-MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°8253/2021/SEREM-PR/ANM
826.548/2016-MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°8403/2021/SEREM-PR/ANM
826.551/2016-MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°8405/2021/SEREM-PR/ANM
826.209/2015-AREAL TIJUCO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°8417/2021/SEREM-PR/ANM
826.549/2016-MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°8419/2021/SEREM-PR/ANM
826.277/2016-GUILHERME DE JESUS PAULUS-OF. N°8364/2021/SEREM-PR/ANM
826.167/2020-TERRAPLANAGEM TRES LAGOAS LTDA-OF. N°9704/2021
826.218/2011-CTG MINÉRIOS LTDA ME-OF. N°9651/2021
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.144/2018-AMILTON PRANTL
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.351/2018-LESIO DE NARDI & CIA. LTDA.- Alvará n°2260/2019 - Cessionario:826.1402021-Daniel Campos de Nardi- CPF ou CNPJ 007.533.309-03
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
826.443/2016-DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ALVARÁ N°366/2017
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
826.749/2016-AREIAL DO VALE LTDA-ALVARÁ N°4188/2017
826.444/2014-JONAS DEMOSTENE RAMOS-ALVARÁ N°9683/2014
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
826.367/2002-BRITADOR DAL ROSS EIRELI-OF. N°8551/2021
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
826.582/2001-MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL SAO JO-Fonte Santo Expedito, Marca Onda Leve, embalagens descartáveis de copos 200 mL e 300 mL; PET 350 ml, 510 mL, 1.5 L, 5L e 10L (sem gás); PET 350 mL, 510 mL e 1.5L (com gás); retornáveis de 10L e 20L (sem gás), sendo que deverá constar o número do processo como "ANM +17 dígitos", e substituir a expressão "data de envase: vide informação na tampa)" por "data de envase/validade: vide informação na tampa", mantendo a validade em meses.- ROLÂNDIA/PR
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.189/2010-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 53/2013 - Vencimento em 12/08/2022
826.637/2015-MARIA JOSE DE SOUZA & CIA LTDA- Registro de Licença N° 80/2015 - Vencimento em 09/11/2025
826.857/2016-ALLAN FELIPHE GUARNERI DE CARVALHO- Registro de Licença N° 15/2017 - Vencimento em 09/12/2030
826.241/2016-ELOISA DOROTI NUNES DALMINA ME- Registro de Licença N° 28/2018 - Vencimento em 29/09/2030
826.703/2017-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 14/2020/DNPM-PR - Vencimento em 02/10/2022
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
826.930/2014-CLAUDOMIRO SIROTI- Cessionário:Tozzi & Gimenez Ltda- CNPJ 04.170.327/0001- 62- Registro de Licença N° 57/2016- Vencimento da Licença: 25/02/2024
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.280/2010-PORTO DE AREIA HORIZONTE LTDA. ME-OF. N°8173/2021
826.534/2009-IVONEI ZOTTI & CIA. LTDA EPP-OF. N°7365/2021
826.408/2011-PARANAGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA.-OF. N°15/03/2021
826.653/2005-PEDREIRA DALMINA LTDA-OF. N°6986/2021
826.358/2003-AGUA MINERAL IMBUIAL LTDA-OF. N°8778/2021
826.522/2010-EXTRACAO DE AGUA MINERAL KLIN E SARTORI LTDA-OF. N°8572/2021
826.127/2011-J.M.C. PALU MINERADORA EIRELI-OF. N°8752/2021
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
826.184/1997-Mineração Bassani Ltda.- AI N°839/2021
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.250/2013-F.A. MINERAÇÃO E COMERCIO DE AREIA EIRELI ME-OF. N°2225/2021-60 (sessenta) dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
826.243/2017-MRX MINERAÇÃO E REFLORESTAMENTO LTDA.-OF. N°8851/2021/SEFAM-PR/ANM
826.396/2015-NICODEMUS RODRIGUES DE PAULA SOBRINHO-OF. N°8828/2021/SEFAM-PR/ANM
826.260/2015-COMERCIO E EXTRACAO DE MINERIOS BALSA NOVA LTDA-OF. N°9210/2021/SEFAM-PR/ANM
826.371/2012-ROSEMERI ROSSETIN FERREIRA (F.IND.)-OF. N°9217/2021/SEFAM-PR/ANM
826.370/2012-ROSEMERI ROSSETIN FERREIRA (F.IND.)-OF. N°9218/2021/SEFAM-PR/ANM
826.369/2012-ROSEMERI ROSSETIN FERREIRA (F.IND.)-OF. N°9221/2021/SEFAM-PR/ANM
826.359/2010-AREAL ITABAUNA LTDA-OF. N°9214/2021/SEFAM-PR/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
826.131/2021-JOSE EVERALDO DO NASCIMENTO
826.004/2021-MINERAÇÃO DRISNER LTDA EPP
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
826.598/2017-KLABIN S.A.
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
826.020/2021-MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO IGUACU- Registro de Extração N°03/2021 de 26/03/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
826.176/2020-PREFEITURA MUNICIPAL CRUZEIRO DO IGUAÇU-OF. N°7809/2021/SEFAM-PR/ANM
826.176/2020-PREFEITURA MUNICIPAL CRUZEIRO DO IGUAÇU-OF. N°7809/2021/SEFAM-PR/ANM

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 36/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
810.102/2019-LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM RODRIGO LTDA ME
810.839/2018-J F ROST MARTINS
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
810.102/2019-LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM RODRIGO LTDA ME
810.839/2018-J F ROST MARTINS
Fase de Concessão de Lavra
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
002.839/1935-COPELMI MINERAÇÃO LTDA- AI N° 256/2019, 257/2019, 330/2019, 368/2019 e 2422/2019.
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
P1-1-COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO-910.704/1978-AI. N°964/2021 e 966/2021
Torna sem efeito multa aplicada - BARRAGENS(2418)
CBC-COMPANHIA BRASILEIRA DO COBRE-910.139/1982-AI. N°18/2020
Fase de Licenciamento
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
810.029/2006-EGIDIO MILLIAVACA- Processo englobado:811018/2016
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
811.018/2016-EGIDIO MILLIAVACA
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.418/2016-SANDRO STIBORSKI ME- Registro de Licença N° 242/2016 - Vencimento em 13/08/2021
810.621/2014-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA-Registro de Licença N° 143/2014 - Vencimento em 05/04/2022
810.718/2013-COMERCIO DE AREIA MARTINS LTDA- Registro de Licença N° 134/2013 - Vencimento em 18/03/2023
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.068/2021-PEDREIRA CRUZ LTDA-Registro de Licença N° 048/2021 - Vencimento em 21/12/2024
810.178/2021-JOAO NEATOR ROMEO GARCIA-Registro de Licença N° 49/2021 - Vencimento em 17/03/2026
810.177/2021-JOAO NEATOR ROMEO GARCIA-Registro de Licença N° 50/2021 - Vencimento em 17/03/2026
810.184/2021-LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM RODRIGO LTDA ME-Registro de Licença N° 51/2021 - Vencimento em 22/01/2025
810.261/2020-FÁBIO CARDOSO BOEIRA-Registro de Licença N° 52/2021 - Vencimento em 17/03/2024
810.096/2020-J F ROST MARTINS-Registro de Licença N° 53/2021 - Vencimento em 20/05/2023
810.741/2020-EXTRACAO DE PEDRAS FONTES LTDA.-Registro de Licença N° 54/2021 - Vencimento em 15/10/2024
810.197/2021-CDL FABRICA DE TIJOLOS E MARAVALHAS EIRELI-Registro de Licença N° 55/2021 - Vencimento em 11/02/2031
810.202/2021-BELONI VASCONCELOS & FILHO LTDA-Registro de Licença N° 56/2021 - Vencimento em 03/12/2025
810.180/2021-CERAMICA T GARCIA LTDA-Registro de Licença N° 57/2021 - Vencimento em 10/12/2025

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 37/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
811.145/2011-BASALTEAR INDÚSTRIA DE MINERAIS LTDA. -Alvará N°5851/2013
810.017/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - Alvará N°4310/2017
811.132/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA -Alvará N°1033/2015
810.424/2015-CLAUDIO ROBERTO SANTOS DA ROCHA -Alvará N°7650/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
810.570/2020-RIOSUL NAVEGAÇÃO EIRELI ME- Alvará n°4214/2020 - Cessionario:48052.810782/2020-61-Porto da Figueira Material de Construção Ltda- CPF ou CNPJ 02.698.188/0001-19
810.572/2020-RIOSUL NAVEGAÇÃO EIRELI ME- Alvará n°4216/2020 - Cessionario:48052.810783/2020-13-Porto da Figueira Material de Construção Ltda- CPF ou CNPJ 02.698.188/0001-19
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.543/2008-FELIPE BRIDI-MINÉRIO DE TITÂNIO E MINÉRIO DE ZIRCÔNIO-São José do Norte/RS
810.542/2008-FELIPE BRIDI-MINÉRIO DE TITÂNIO E MINÉRIO DE ZIRCÔNIO-São José do Norte/RS
810.843/2007-FELIPE BRIDI-MINÉRIO DE TITÂNIO E MINÉRIO DE ZIRCÔNIO-São José do Norte/RS

810.392/2008-FELIPE BRIDI-MINÉRIO DE TITÂNIO E MINÉRIO DE ZIRCÔNIO-São José do Norte/RS
810.544/2008-FELIPE BRIDI-MINÉRIO DE TITÂNIO E MINÉRIO DE ZIRCÔNIO-São José do Norte/RS
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
810.631/2014-PERCIO EDUARDO KLAUS
810.998/2017-MAGMA TRANSPOSTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.997/2017-MAGMA TRANSPOSTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.945/2017-MAGMA TRANSPOSTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.586/2017-MAGMA TRANSPOSTES RODOVIÁRIOS LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.253/1990-COMPANHIA BRASILEIRA DO COBRE- Cessionário:Mineração Santa Maria Ltda- CPF ou CNPJ 10.267.829/0001-09- Alvará n°8185/2017
810.033/2004-MINERAÇÃO CARMEC LTDA- Cessionário:Votorantim Metais Zinco S. A.- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07- Alvará n°6311/2015
810.479/2020-PAULO ROBERTO SANTOS SOARES- Cessionário:Cerâmica dos Soares Ltda- CPF ou CNPJ 93.017.630/0001-50- Alvará n°4024/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.473/2019-LUCIANO DIAS CAVALHEIRO-OF. N°8929/2021
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.719/2003-GETULIO VARGAS EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.817/2020-EFF TARGGET BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MINERIOS E PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°9667/2021
810.818/2020-EFF TARGGET BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MINERIOS E PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°9877/2021
810.815/2020-EFF TARGGET BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MINERIOS E PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°9898/2021
810.816/2020-EFF TARGGET BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MINERIOS E PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°9908/2021
810.814/2020-EFF TARGGET BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MINERIOS E PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°9915/2021
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
811.033/2013-FLÁVIO KURTZ DE SOUZA
811.032/2013-FLÁVIO KURTZ DE SOUZA

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 38/2021

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
810.227/1992-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A - Publicado DOU de 08/12/2005, Relação n° 427/2005, Seção 1, pág. - LEIA-SE: APROVO COM REDUÇÃO DE ÁREA para 49,1 ha, o RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA para ARGILA REFRATÁRIA em ÁREA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PANTANO GRANDE/RS
810.757/2007-TONIOLO, BUSNELLO S/A - TUNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTACOES - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Publicado DOU de 27/01/2012, Relação n° 6/2012, Seção 1, pág. - LEIA-SE: APROVO COM REDUÇÃO DE ÁREA para 33,36 ha, o RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA para BASALTO para USO COMO BRITA, em ÁREA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA/RS.
810.589/2008-BASALTEAR INDÚSTRIA DE MINERAIS LTDA. - Publicado DOU de 29/09/2014, Relação n° 56/2014, Seção 1, pág. - LEIA-SE: APROVO COM REDUÇÃO DE ÁREA para 2,46 ha, o RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA para BASALTO para USO COMO REVESTIMENTO, em ÁREA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GARIBALDI/RS.
810.017/1989-INDUSTRIA DE CALCARIOS CACAPAVA LTDA - Publicado DOU de 25/03/2011, Relação n° 13/2011, Seção 1, pág. - LEIA-SE: APROVO COM REDUÇÃO DE ÁREA para 296,83 ha, o RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA para CAULIM em ÁREA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PANTANO GRANDE/RS.
810.579/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - Publicado DOU de 02/09/2016, Relação n° 73/2016, Seção 1, pág. - LEIA-SE: APROVO COM REDUÇÃO DE ÁREA para 49,57 ha, o RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA para AREIA para USO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, em ÁREA LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE RIO PARDO E VERA CRUZ/RS.
810.978/2008-TONIOLO, BUSNELLO S/A - TUNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTACOES - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Publicado DOU de 27/01/2012, Relação n° 6/2012, Seção 1, pág. - LEIA-SE: APROVO COM REDUÇÃO DE ÁREA para 4,57 ha, o RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA para BASALTO para USO COMO BRITA em ÁREA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA/RS.
810.700/2012-TRANSPORTES ZEMAI LTDA ME - Publicado DOU de 04/01/2018, Relação n° 124/2017, Seção 1, pág. - LEIA-SE: APROVO COM REDUÇÃO DE ÁREA para 49,5 ha, o RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA para ARGILA em ÁREA LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE SENTINELA DO SUL E TAPES/RS.
810.572/2008-MINERADORA FREI CANECA LTDA. - Publicado DOU de 05/06/2013, Relação n° 30/2013, Seção 1, pág. - LEIA-SE: APROVO COM REDUÇÃO DE ÁREA para 24,51 ha, o RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA para BASALTO e RIOLITO em ÁREA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO MARCOS/RS.
811.109/2009-PEDREIRA E CONCRETOS CAXIENSE LTDA - Publicado DOU de 25/06/2014, Relação n° 37/2014, Seção 1, pág. - LEIA-SE: APROVO COM REDUÇÃO DE ÁREA para 15,68 ha, o RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA para BASALTO em ÁREA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS.
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
811.070/2015-NELMA TEREZA MAZER ROSA- DOU de 04/09/2019

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 14/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
868.318/2016-LUIS CARLOS SEIBT
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.122/2020-CRK EMPREENDIMENTOS E ASFALTO USINADO EIRELI-OF. N°9543/2021/SEREM-MS/ANM
868.133/2020-MARCO AURELIO DA COSTA-OF. N°9553/2021/SEREM-MS/ANM
868.134/2020-WILSON SCARPELLI-OF. N°9554/2021/SEREM-MS/ANM
868.135/2020-WILSON SCARPELLI-OF. N°9566/2021/SEREM-MS/ANM
868.136/2020-WILSON SCARPELLI-OF. N°9569/2021/SEREM-MS/ANM
868.137/2020-AUGUSTO FABIO DE CASTRO SOARES-OF. N°9576/2021/SEREM-MS/ANM
868.139/2020-MARCO AURELIO DA COSTA-OF. N°9545/2021/SEREM-MS/ANM
868.223/2020-RODRIGO MEIRA FALEIROS-OF. N°9907/2021/SEREM-MS/ANM
868.140/2020-MARCO AURELIO DA COSTA-OF. N°9593/2021/SEREM-MS/ANM
868.141/2020-AUGUSTO FABIO DE CASTRO SOARES-OF. N°9598/2021/SEREM-MS/ANM
868.142/2020-AUGUSTO FABIO DE CASTRO SOARES-OF. N°9602/2021/SEREM-MS/ANM
868.143/2020-MARCO AURELIO DA COSTA-OF. N°9617/2021/SEREM-MS/ANM
868.169/2020-AILTON CABRAL DUARTE-OF. N°9663/2021/SEREM-MS/ANM
868.170/2020-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-OF. N°9659/2021/SEREM-MS/ANM
868.171/2020-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-OF. N°9661/2021/SEREM-MS/ANM
868.173/2020-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-OF. N°9666/2021/SEREM-MS/ANM
868.174/2020-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°9669/2021/SEREM-MS/ANM
868.175/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9718/2021/SEREM-MS/ANM
868.176/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9723/2021/SEREM-MS/ANM
868.177/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9729/2021/SEREM-MS/ANM
868.178/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9741/2021/SEREM-MS/ANM
868.219/2020-RODRIGO MEIRA FALEIROS-OF. N°9902/2021/SEREM-MS/ANM
868.217/2020-MINERADORA VALE DO CERRADO LTDA-OF. N°9899/2021/SEREM-MS/ANM
868.180/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9765/2021/SEREM-MS/ANM
868.179/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9752/2021/SEREM-MS/ANM
868.215/2020-JESSÉ MARQUES FRANCISCO-OF. N°9896/2021/SEREM-MS/ANM
868.205/2020-ATRATIVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°9845/2021/SEREM-MS/ANM
868.158/2020-MÁRIO SABATEL JÚNIOR-OF. N°9650/2021/SEREM-MS/ANM
868.181/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9769/2021/SEREM-MS/ANM
868.182/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9771/2021/SEREM-MS/ANM
868.183/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9776/2021/SEREM-MS/ANM
868.212/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9887/2021/SEREM-MS/ANM
868.184/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9780/2021/SEREM-MS/ANM
868.188/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9795/2021/SEREM-MS/ANM
868.185/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9786/2021/SEREM-MS/ANM
868.211/2020-JESSÉ MARQUES FRANCISCO-OF. N°9883/2021/SEREM-MS/ANM
868.191/2020-EFF TARGGET BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MINERIOS E PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°9835/2021/SEREM-MS/ANM
868.203/2020-ATRATIVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°9839/2021/SEREM-MS/ANM
868.204/2020-ATRATIVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°9843/2021/SEREM-MS/ANM
868.206/2020-ATRATIVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°9869/2021/SEREM-MS/ANM
868.207/2020-ATRATIVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°9876/2021/SEREM-MS/ANM
868.208/2020-ATRATIVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°9880/2021/SEREM-MS/ANM
868.187/2020-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°9793/2021/SEREM-MS/ANM

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHO
Relação nº 16/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.210/2018-WAGNER FREIRE DA SILVA-OF. N°8860/2021
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
846.161/2016-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°695/2017
846.160/2016-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°694/2017
846.475/2008-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°4575/2009
846.036/2009-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°8643/2009
846.012/2016-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°5048/2016
846.155/2017-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°220/2018
846.346/2012-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°8849/2017
846.586/2011-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°19308/2011
846.343/2012-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°1782/2013
846.345/2012-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°1783/2013
846.347/2012-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°1785/2013
846.013/2016-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°11810/2016
846.460/2008-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°4554/2009
846.474/2008-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°2086/2009
846.578/2011-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°19302/2011
846.579/2011-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°19303/2011
846.580/2011-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°19304/2011
846.583/2011-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°19306/2011
846.585/2011-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°19307/2011
846.084/2017-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°2573/2018
846.156/2017-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°2280/2018
846.150/2013-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°1977/2014
846.151/2013-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°1978/2014
846.152/2013-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°1979/2014

VLADIMIR DE SOUZA MELO
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 12/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.513/2016-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA. -Alvará N°1511/2017
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
800.451/2011-MARCONI CORDEIRO MAGALHAES-AI N°1013/2021
800.452/2011-MARCONI CORDEIRO MAGALHAES-AI N°1014/2021
800.826/2011-MULTIRESIDUOS GERENCIAMENTO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA-AI N°1015/2021
800.968/2011-JOSÉ EDSONRIVA SOUZA CUNHA ME-AI N°1017/2021

800.900/2011-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA-AI N°1018/2021
800.899/2011-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA-AI N°1019/2021
800.901/2011-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA-AI N°1020/2021
801.085/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°1022/2021
801.084/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°1036/2021
801.083/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°1023/2021
801.082/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°1024/2021
801.081/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°1025/2021
801.080/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°1026/2021
801.079/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°1027/2021
801.078/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°1028/2021
800.140/2012-ARISTON ARAÚJO CAJATY-AI N°1038/2021
800.298/2012-ARISTON ARAÚJO CAJATY-AI N°1039/2021
800.299/2012-ARISTON ARAÚJO CAJATY-AI N°1040/2021
800.142/2012-ARISTON ARAÚJO CAJATY-AI N°1041/2021
800.642/2012-CIA SOBRALENSE DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-AI N°1042/2021
800.086/2012-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-AI N°1043/2021
800.085/2012-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-AI N°1044/2021
800.087/2012-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-AI N°1045/2021
800.956/2012-JOSE ISAIAS DE LIMA-AI N°1047/2021
800.920/2012-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S A-AI N°1046/2021
800.889/2012-MINERAL GROUP PARTICIPAÇÕES LTDA.-AI N°1048/2021
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.365/2018-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA
800.287/2018-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
800.286/2018-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
800.189/2018-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
800.076/2018-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.433/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.- Área de 954,07 para 212,06-Quartzito-Viçosa do Ceará/CE
800.260/2015-BR STONE MINERACAO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA-Área de 999,97 para 31,49-Quartzito-Pentecoste/CE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.646/2016-MIGUEL DOMINGOS COSTALONGA-OF. N°8930/2021
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
800.339/2016-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-GRANJA/CE - Guia n° 53/2021-16.000toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:1 ano
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.282/2011-MINERAÇÃO LOUGON LTDA.-OF. N°26/2020/SEFAM-CE /GER - CE.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
800.222/2014-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-MASSAPÊ/CE - Guia n° 58/2021-16.000toneladas-Basalto- Vigência da Guia:02 anos
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.029/2021-S. M. BATISTA-OF. N°8206/2021
800.017/2021-JOSE WILSON SIQUEIRA CAMPOS JÚNIOR-OF. N°7988/2021
800.329/2020-CALMAP INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA-OF. N°7986/2021
800.319/2020-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°7991/2021
800.236/2020-CONSTRUTORA ABROLHOS LTDA-OF. N°9611/2021

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SERGIPE

DESPACHO
Relação nº 7/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.052/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°6198/2021/NPFAM-SE/ANM
878.161/2011-PHOSFAZ FERTILIZANTES LTDA.-OF. N°6923/2021/NPFAM-SE/ANM
878.040/2019-FRANCISCO CELSO DE ARAÚJO GOMES-OF. N°6924/2021/NPFAM-SE/ANM
878.041/2019-FRANCISCO CELSO DE ARAÚJO GOMES-OF. N°6925/2021/NPFAM-SE/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
878.072/2017-ANA PALMIRA ROCHA MESSIAS- Alvará n°6.826/2018 - Cessionário: Backshore Resources de Desenvolvimento Minerais- CNPJ 41.090.967/0001-99
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
878.059/2017-RICARDO OLIVEIRA GALLART DE MENEZES- Cessionário:Backshore Resources de Desenvolvimento Minerais- CPF ou CNPJ 41.090.967/0001-99- Alvará n°5.983/2017
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
878.042/2011-MINERAÇÃO SÃO JORGE-OF. N°6347/2021/NPFAM-SE/ANM
878.094/2009-PEDREIRA SOUZA E OLIVEIRA EIRELI-OF. N°3362/2021/NPFAM-SE/ANM
878.070/2019-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°3356/2021/NPFAM-SE/ANM
878.064/2013-SERNAL CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES E EXTRAÇÕES DE AREIA LTDA ME-OF. N°3360/2021/NPFAM-SE/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.050/2006-MINERAÇÃO E COMÉRCIO SANTA MARIA LTDA.- Registro de Licença N° 171/2006 - Vencimento em 06/01/2022
878.006/2020-ORLANDO FIGUEIREDO DE ARAUJO- Registro de Licença N° 03/2021 - Vencimento em 26/02/2022
878.151/2015-JARDIM'S MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA- Registro de Licença N° 104/2016 - Vencimento em 16/02/2022
Despacho publicado(756)
878.141/2016-W. S. CUNHA E CIA LTDA-Comunicação - Ofício nº 8332/2021/NPFAM-SE/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.009/2021-PRS ECO JAZIDA LTDA-OF. N°6194/2021/NPFAM-SE/ANM
878.026/2020-JACKSON MARQUES ME-OF. N°8488/2021/NPFAM-SE/ANM
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.043/2020-GEOMINAS NORDESTE GEOLOGIA & MINERAÇÃO EIRELI-Registro de Licença N° 04/2021 - Vencimento em 30/10/2025
878.033/2020-JOSE ADILSON DA CONCEICAO-Registro de Licença N° 05/2021 - Vencimento em 11/09/2025

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 9/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.005/2020-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-OF. N°8927/2021/NPFAM-SE/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
Dique de resíduos insolúveis e Dique de contenção de salmoura-PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.-605.626/1976-AI. N°Dique de resíduos insolúveis - 173/2021/GER-BA/SESBM-BA, 195/2021/GER-BA/SESBM-BA, 213/2021/GER-BA/SESBM-BA, 223/2021/GER-BA/SESBM-BA, 252/2021/GER-BA/SESBM-BA, 254/2021/GER-BA/SESBM-BA, 256/2021/GER-BA/SESBM-BA, 258/2021/GER-BA/SESBM-BA, 260/2021/GER-BA/SESBM-BA, 262/2021/GER-BA/SESBM-BA, 264/2021/GER-BA/SESBM-BA, 265/2021/GER-BA/SESBM-BA, 267/2021/GER-BA/SESBM-BA, 269/2021/GER-BA/SESBM-BA e 271/2021/GER-BA/SESBM-BA. Dique de contenção de salmoura 180/2021/GER-BA/SESBM-BA, 191/2021/GER-BA/SESBM-BA, 198/2021/GER-BA/SESBM-BA, 217/2021/GER-BA/SESBM-BA, 251/2021/GER-BA/SESBM-BA, 253/2021/GER-BA/SESBM-BA, 255/2021/GER-BA/SESBM-BA, 257/2021/GER-BA/SESBM-BA, 259/2021/GER-BA/SESBM-BA, 261/2021/GER-BA/SESBM-BA, 263/2021/GER-BA/SESBM-BA, 266/2021/GER-BA/SESBM-BA, 268/2021/GER-BA/SESBM-BA, 270/2021/GER-BA/SESBM-BA e 272/2021/GER-BA/SESBM-BA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
878.053/2002-CONCESSIONARIA ENTRE RIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°8687/2021/NPFAM-SE/ANM
878.053/2002-CONCESSIONARIA ENTRE RIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°9825/2021/NPFAM-SE/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.133/2016-EMANUEL SOUZA GARCEZ ME- Registro de Licença N° 119/2017 - Vencimento em 27.11.2021
878.075/2019-JOSE BENIVAL DOS SANTOS ME- Registro de Licença N° 198/2020 - Vencimento em 25.11.2021
878.109/2016-MARQ. TERRA COMERCIO SERVICOS E TRANSPORTE LTDA- Registro de Licença N° 113/2016 - Vencimento em 23.11.2023
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
878.099/2017-MM MINERACAO LTDA-OF. N°4444/2021/NPFAM-SE/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
878.150/2014-COMERCIO DE AREIA UNIAO LTDA-OF. N°9238/2021/NPFAM-SE/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.004/2020-MARCUS MILSTEIN SILVA LTDA-Registro de Licença N° 06/2021 - Vencimento em 13/01/2023
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
878.041/2020-MARIA CLARA DE MENEZES BARRETO-OF. N°9931/2021/NPFAM-SE/ANM

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 97/2021

832087/2004 - João Francisco Pereira da Silva Pádua - Torna Sem Efeito Notificação Administrativa da Multa (904) - NA 3917/2012, publicada no DOU em 28/11/2012 | Número 229| Seção: 1 | Página: 69.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 168/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
820.313/2018-DIBÁSICO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-ALVARÁ N° 8848 Publicado DOU de 16/11/2018- Onde se lê:'' ...numa área de 712,90ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 513,7 ha...''
866.143/2017-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N° 5289 Publicado DOU de 06/07/2017- Onde se lê:'' ... numa área de 149,17ha....''; Leia-se:'' ... numa área de 99,69 ha...''
830.919/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-ALVARÁ N° 2550 Publicado DOU de 20/05/2019- Onde se lê:'' ... numa área de 483,68 ha...''; Leia-se: ''... numa área de 451,97 ha,...''
866.598/2015-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N° 2665 Publicado DOU de 18/03/2016- Onde se lê:'' ... numa área de 98,47 ha,..''; Leia-se:'' ... numa área de 48,62 ha...''

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 169/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
866.251/2021 - HUMBERTO COVEZZI - ALVARÁ Nº 2191/2021 - Destacado do Processo 866.146/2014 - ALVARÁ Nº 1219/2017 - Vencimento em 18/02/2022.
851.152/2018 - SEKAI IMPORT E EXPORT EIRELI - ALVARÁ Nº 2172/2021 - Destacado do Processo 850.122/2018 - ALVARÁ Nº 7634/2018 - Vencimento em 04/10/2021.
830.123/2019 - APPARECIDA JANDIRA DE ANDRADE BARBOSA - ALVARÁ Nº 2173/2021 - Destacado do Processo 833.288/2015 - ALVARÁ Nº 3365/2017 - Vencimento em 03/05/2020.
830.130/2020 - AREEIRO CAMPO ALEGRE EIRELI ME - ALVARÁ Nº 2174/2021 - Destacado do Processo 833.288/2015 - ALVARÁ Nº 3365/2017 - Vencimento em 03/05/2020.
831.299/2018 - RSA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ALVARÁ Nº 2170/2021 - Destacado do Processo 831.951/2017 - ALVARÁ Nº 1006/2018 - Vencimento em 19/02/2021.
867.342/2020 - ROBSON LUIZ SOARES DA SILVA - ALVARÁ Nº 2190/2021 - Destacado do Processo 866.798/2019 - ALVARÁ Nº 677/2020 - Vencimento em 20/03/2023.
867.097/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2175/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.161/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2176/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021

867.162/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2177/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021
867.163/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2178/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.164/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2179/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.167/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2180/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.168/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2181/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.185/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2182/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.186/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2183/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.187/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2184/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.188/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2185/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021
867.189/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2186/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.190/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2187/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.193/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2188/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021.
867.194/2020 - MARCELO BOZETTI - ALVARÁ Nº 2189/2021 - Destacado do Processo 866.423/2017 - ALVARÁ Nº 1675/2018 - Vencimento em 07/03/2021
850.989/2018 - DUARTE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ALVARÁ Nº 2171/2021 - Destacado do Processo 850.122/2018 - ALVARÁ Nº 7634/2018 - Vencimento em 04/10/2021

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

DESPACHO
Relação nº 172/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
Despacho publicado(156)
890.963/2013-AZEVEDO CUNHA CONSTRUTORA EMPR. LTDA-Acolhendo proposta da Gerência Regional/RJ, conforme Despacho 246 (1016980), ANULO a publicação do despacho de arquivamento no Diário Oficial da União de 05 /12/2018, Seção 1, pág. 91, Relação nº 111/2018, por ter sido publicado em duplicidade. (1984)

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 173/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
826.064/2003-HOTEL BOURBON DE FOZ DO IGUAÇU LTDA-ÁGUA MINERAL
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
826.064/2003-HOTEL BOURBON DE FOZ DO IGUAÇU LTDA-ÁGUA MINERAL TERMAL

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 175/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
2169/2021-846.294/2020-JOÃO PAULO DE VASCONCELOS SANTIAGO-
2168/2021-846.215/2020-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

DESPACHO
Relação nº 176/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
2192/2021-867.080/2020-TRANSTERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-
2193/2021-867.081/2020-TRANSTERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-
2194/2021-867.083/2020-TRANSTERRA MINERACAO E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI-
2195/2021-867.087/2020-TRANSTERRA MINERACAO E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI-
2196/2021-867.088/2020-GUAPORE LOCAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
2199/2021-867.091/2020-MARCIO SANDIM GONÇALVES-
2200/2021-867.093/2020-EMAL EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIPUANÃ LTDA-
2197/2021-867.082/2020-PIERMONT MINERACAO EIRELI-
2198/2021-867.084/2020-J. A. AGROPECUARIA LTDA.-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 191, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP nº 48610.204360/2021-60, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa CELSE-CENTRAIS ELÉTRICAS DE SERGIPE S.A, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 23.758.522/0001-52, autorizada a exercer a atividade de carregamento de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de carregamento de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 385, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
AV/MT0208016	AEROPOSTO TIGRAO LTDA	22.906.527/0002-01	48610.203651/2021-31

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.149, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre os critérios de parametrização para composição do plano de trabalho e prestação de contas dos programas de proteção no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.726, de 28 de abril de 2016, na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, no Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, e no Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas, na forma desta Portaria, as regras e os critérios de parametrização para a composição do plano de trabalho relativo à formalização e prestação de contas de instrumentos de transferências voluntárias dos programas de proteção a pessoas ameaçadas, executados no âmbito deste Ministério.

Art. 2º Para fins desta Portaria adotam-se os seguintes conceitos:

I - bens remanescentes: bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam;

II - convênio: acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;

III - prestação de contas financeira: procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência dos instrumentos;

IV - prestação de contas técnica: procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos nos instrumentos;

V - plano de trabalho: peça processual integrante dos instrumentos, que evidencia o detalhamento do objeto, da justificativa, dos cronogramas físico e financeiro, do plano de aplicação das despesas, bem como das informações da conta corrente específica, dos partícipes e dos seus representantes;

VI - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;

VII - termo de referência: documento apresentado na aquisição de bens ou prestação de serviços, que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado da região onde será executado o objeto, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto; e

VIII - documento hábil: documento que reúna informações suficientes para a comprovação dos valores referentes aos subsídios definidos, como os recibos assinados pelos usuários dos programas.

Art. 3º A transferência voluntária de recursos ocorrerá mediante a celebração de convênios, termos de colaboração e instrumentos congêneres, consoante normativos vigentes.

Art. 4º Ficam aprovados os critérios de parametrização das despesas, assim conceituadas:

a) subsídio: auxílio financeiro concedido com a finalidade de suprir as necessidades básicas do usuário do programa e sua família, enquanto integrar o programa de proteção;

b) locação de imóvel: aluguel de imóvel com a finalidade de acomodar o usuário do programa e sua família, enquanto integrar o programa de proteção;

c) pagamento da equipe técnica: remuneração destinada aos profissionais responsáveis por desempenhar as funções de apoio aos programas de proteção, cujas profissões e atribuições virão definidas no plano de trabalho do respectivo programa;

d) despesas com diárias: pagamento de verba indenizatória, destinada a ressarcir os custos envolvidos no desenvolvimento das atividades relativas aos programas de proteção que envolvam viagens; e

e) aquisição de mobiliário: compra de bens de natureza permanente, destinados à instalação domiciliar do usuário do programa e de sua família ou destinados à estruturação da sede do Programa de Proteção.

Parágrafo único. A aquisição de mobiliário destinado à estruturação da sede do Programa de Proteção exigirá a chancela da área técnica responsável pela fiscalização.

Art. 5º São critérios para composição da proposta de trabalho:

I - fica estabelecido o subsídio para um agrupamento familiar de quatro membros em R$1.322,19 (mil trezentos e vinte e dois reais e dezenove centavos);

a) o subsídio poderá ser revisado periodicamente em valor ideal para manutenção de uma família de quatro membros e suficiente para arcar com as despesas básicas indispensáveis do usuário do programa e de sua família, se houver, com alimentação, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte e lazer, com exceção das despesas com água, energia e aluguel, as quais ficarão a cargo da executora, em razão do caráter sigiloso;

b) a autorização para inclusão de dependentes adicionais, até o limite de 3 (três) pessoas, ficará a cargo da autoridade administrativa responsável pela gestão do programa de proteção, sendo o subsídio acrescido de 25% do valor total por usuário ingressado no programa;

c) fica dispensado o detalhamento, no plano de trabalho, das despesas elencadas na alínea "a" deste inciso, ressalvadas as que ficarão a cargo da executora;

d) o subsídio será repassado mensalmente ao usuário, salvo quando este não dispuser de capacidade para geri-lo, ficando a cargo da executora do programa a responsabilidade pela administração das despesas, devendo comprovar a sua eficaz utilização à autoridade administrativa responsável pela gestão do programa de proteção na prestação de contas;

II - as características e peculiaridades do imóvel a ser locado serão definidas no plano de trabalho de forma geral, a fim de garantir a sua compatibilidade com os objetivos do programa de proteção, devendo ser justificada, na prestação de contas, a dimensão do imóvel locado, levando-se em consideração a quantidade de indivíduos que integram o núcleo familiar e a peculiaridade local na oferta de imóveis para locação;

III - a área finalística ficará responsável pela avaliação das especificações do imóvel, bem como pela chancela da locação em valor superior ao previsto no item abaixo na prestação de contas;

IV - o valor máximo a ser pago pela locação será calculado, considerando a média dos preços praticados para imóveis semelhantes em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, cidades em que os custos de vida são mais elevados em relação às demais cidades do País;

V - apenas em situações excepcionais, o valor apurado poderá ser ultrapassado, desde que amplamente comprovada a necessidade, mediante chancela da área finalística responsável pela avaliação das especificações do imóvel na prestação de contas;

VI - a definição do salário da equipe técnica deverá ser compatível com funções similares desempenhadas por servidor no âmbito do Poder Executivo Federal, tomando-se como parâmetro para a sua fixação as categorias profissionais utilizadas e descritas no plano de trabalho, e respeitando o teto remuneratório de profissional de igual qualificação no âmbito privado, não podendo, em nenhuma hipótese, exceder o valor do cargo comissionado de Direção e Assessoramento Superior - DAS, de nível 101.3;

VII - a diária para custeio de despesa com alimentação, hospedagem e translado para o usuário e equipe técnica, deverá respeitar os limites estabelecidos no Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Federal;

VIII - a referência orçamentária para aprovação de diária no plano de trabalho deverá respeitar o limite concedido ao servidor do Poder Executivo Federal, equivalente ao cargo comissionado de Direção e Assessoramento Superior - DAS, de nível 101.3, conforme anexo I, alínea "d" do citado Decreto, observando os valores estabelecidos nos deslocamentos de Brasília/Manaus/Rio de Janeiro;

IX - é vedada a participação desses profissionais em mais de uma equipe técnica de apoio aos programas de proteção, devendo o profissional assinar um termo, no qual atesta a não acumulação de outros empregos, funções ou contratações com a Administração Pública, estando sujeito às penas da lei no caso de descumprimento.

Art. 6º A definição da titularidade dos bens adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública Federal e a destinação dos bens remanescentes ao final da execução da parceria, celebradas sob a égide da Lei nº 13.019, de 2014 e do Decreto nº 8.726, de 2016, serão previstas em cláusulas constantes do instrumento celebrado pelas partes, observado o disposto em lei específica.

§ 1° Caso seja definida a titularidade dos bens para a Organização da Sociedade Civil - OSC, estes ficarão afetados ao objeto da parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade, podendo o tombamento ser realizado diretamente no patrimônio da OSC.

§ 2° No caso do parágrafo anterior, os bens deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública, nos termos do § 5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

§ 3° Estabelecida a titularidade dos bens para a OSC, esta poderá realizar a doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social, observadas as normas previstas no Código Civil.

§ 4° Caso seja definida a titularidade dos bens remanescentes para a Administração Pública, esta poderá doá-los, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o termo da parceria, nos termos do art. 36, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014.

Art. 7º A Lei nº 13.019, de 2014 e o Decreto nº 8.726, de 2016 não se aplicam nem subsidiária nem analogicamente quando o convenente for pessoa jurídica de direito público, caso em que devem ser observadas as seguintes regras, nos convênios e instrumentos congêneres firmados anteriormente à vigência da mencionada Lei:

I - são de titularidade do convenente os bens remanescentes cujos convênios e ajustes congêneres foram firmados:

a) sob a égide da Portaria Interministerial nº 424/2016, desde que ausente disposição em contrário no instrumento celebrado sobre a destinação dos bens (art. 25); e

b) anteriormente à entrada em vigor da Portaria Interministerial nº 424/2016, desde que comprovado o benefício para a consecução do objeto (art. 2º, I, "a") e ausente expressa disposição em contrário no instrumento celebrado sobre a destinação dos bens (art. 25); e

II - são de titularidade do concedente os bens remanescentes cujos convênios e ajustes congêneres foram firmados anteriormente à entrada em vigor da Portaria Interministerial nº 424/2016, não comprovado o benefício para a consecução do objeto, aplicando-se as disposições da Portaria Interministerial nº 507/2011.

Art. 8º O órgão ou entidade que receber recursos na forma estabelecida nesta Portaria estará sujeito a prestar contas de sua boa e regular aplicação, observando-se o seguinte:

I - a prestação de contas deverá ser encaminhada no prazo estabelecido, conforme legislação aplicável ao instrumento celebrado entre as partes;

II - fica dispensada a exigência da comprovação detalhada dos gastos com o recurso do subsídio por parte do usuário do programa de proteção, devendo a prestação de contas ser realizada mediante documento hábil que comprove o repasse mensal pela executora do programa;

III - na hipótese do artigo art. 5º, I, "d", deve a executora comprovar detalhadamente os gastos com o recurso do subsídio, em proveito do usuário do programa e de sua família;

IV - as despesas executadas com a locação de imóvel, pagamento de diárias, passagens e salário da equipe técnica deverão ser comprovadas nos moldes da legislação em vigor, resguardado o sigilo dos beneficiários da política e dos agentes que a operam; e

V - os comprovantes de despesas que identifiquem as pessoas protegidas e seus locais de proteção, deverão ser tarjados, a fim de se garantir o sigilo típico e necessário aos programas de proteção.

Art. 9º Os casos omissos serão dirimidos pela autoridade competente do órgão, ou por agente público com poderes por ele delegados.

Art. 10 Fica revogada a Portaria nº 297, de 24 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2018.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 9 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, e no art. 1º da Portaria nº 640, de 06 de novembro de 2015, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Cargo	Órgão	Validade do Passaporte
Daniel Lopes de Luccas	Assessor Técnico Militar da Ajudância de Ordens da Presidência da República	Presidência da República	30/06/2023

OTÁVIO BRANDELLI

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 658, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Restabelece o repasse de recurso financeiro, especifica a composição do incentivo referente à Habilitação em custeio das Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e mantém recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Pernambuco e Município de Agrestina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.402, de 18 de junho de 2019, que suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU192);

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.008, de 2 de agosto de 2019, que restabelece a transferência mensal de recursos financeiros para o custeio mensal de Unidades destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando que as constatações do Relatório de Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS/SGEP/MS) nº 14.883 foram sanadas; e

Considerando o Parecer Técnico nº 251/2021-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.111843/2020-13, resolve:

Art. 1º Fica restabelecido o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal da Unidade de Suporte Básico (USB) destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Agrestina (PE), vinculada à Central de Regulação de Urgências (CRU) Caruaru (Agreste), conforme Anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. Os valores foram especificados e atualizados conforme incisos I a VIII do art. 923 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre incentivos financeiros de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências.

Art. 2º Fica especificada a composição do incentivo referente à Habilitação das Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Agrestina (PE), conforme Anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. O desmembramento do incentivo em valores específicos para a habilitação das mencionadas unidades, não acarreta impacto nos limites financeiros de Média e Alta Complexidade do Estado de Pernambuco e Município de Agrestina.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para o restabelecimento, regular e automático, do montante constante do Anexo a esta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Agrestina (PE), IBGE 260030.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	DESCRIÇÃO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO EM CUSTEIO	PORTARIA DE SUSPENSÃO	VALOR DA HABILITAÇÃO EM CUSTEIO ANUAL (R$)	VALOR DO INCREMENTO DE CUSTEIO EM 2013 ANUAL (R$)	VALOR DO REPASSE A SER RESTABELECIDO ANUAL (R$)
260030	PE	AGRESTINA	5601312	MUNICIPAL	USB	PORTARIA Nº 3.144/GM/MS, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009	PORTARIA Nº 3.268/GM/MS, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020	150.000,00	7.500,00	157.500,00

ANEXO II

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DE INCENTIVO HABILITAÇÃO	INCENTIVO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO ANUAL (R$)
260030	PE	AGRESTINA	5601312	MUNICIPAL	USB	82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB 192	157.500,00

PORTARIA GM/MS Nº 659, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Restabelece a transferência mensal de recursos financeiros para o custeio da Porta de Entrada Hospitalar Tipo II e torna sem efeito o art. 2º da Portaria nº 2.231/GM/MS, de 25 de agosto de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.658, de 8 de agosto de 2013, que aprova a Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de São Paulo e aloca os recursos financeiros para sua implementação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - Do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017; que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.231, de 25 de agosto de 2020, que suspende a transferência e determina a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada do Estado de São Paulo; e

Considerando o Parecer Técnico nº 1.466/2020, da Coordenação-Geral de Urgência/DAHU/SAES/MS, constante do NUP/SEI nº 25000.112920/2013-23, resolve:

Art. 1º Fica restabelecida a transferência de recursos financeiros destinados ao incentivo de custeio mensal da Porta de Entrada Hospitalar Tipo II, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica sem efeito o art. 2º da Portaria GM/MS nº 2.231, de 25 de agosto de 2020, que determina a devolução do recurso financeiro de custeio mensal do Hospital das Clínicas FMUSP, CNES: 2078015, São Paulo - SP, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 27 de agosto de 2020, Seção 1, páginas 139 e 140.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO EM CUSTEIO	PORTARIA DE SUSPENSÃO	VALOR ANUAL (R$) DO REPASSE A SER RESTABELECIDO
355030	SP	SÃO PAULO	HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SÃO PAULO	2078015	ESTADUAL	PORTARIA Nº 1.658/GM/MS, DE 8 DE AGOSTO DE 2013	PORTARIA Nº 2.231/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2020	3.600.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 660, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Restabelece o repasse de recurso financeiro referente à Habilitação das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Boa Vista (RR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições, que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II - Do componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS n° 3.794, de 24 de dezembro de 2020, que suspende o repasse de recurso financeiro referente à Habilitação da Central de Regulação das Urgências (CRU) e Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Estado de Roraima e Município de Boa Vista;

Considerando que o objeto do Relatório de Auditoria nº 13860 (0012592512) é a Central de Regulação das Urgências Regional do Estado de Roraima - SAMU 192, e Unidades Móveis, sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima - SESAU/RR; e

Considerando o Parecer Técnico nº 263/2021-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.161896/2020-85, resolve:

Art. 1º Fica restabelecido o repasse de recurso financeiro referente à Habilitação das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Boa Vista (RR), conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os valores foram especificados e atualizados conforme incisos I a VIII do art. 923 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre incentivos financeiros de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para o restabelecimento, regular e automático, do montante constante do Anexo desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista (RR).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir da 2ª (segunda) parcela de 2021.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	GESTÃO	CNES	DESCRIÇÃO	PORTARIA HABILITAÇÃO	VALOR DA HABILITAÇÃO ANUAL (R$)	INCREMENTO VALOR PORTARIA Nº 2.255/2012 ANUAL (R$)	INCREMENTO VALOR DA HABILITAÇÃO EM 2013 ANUAL (R$)	VALOR TOTAL A SER RESTABELECIDO ANUAL (R$)
140010	RR	BOA VISTA	MUNICIPAL	7011474	USA	PORTARIA Nº 1.160/GM/MS, DE 13 DE AGOSTO DE 2008	330.000,00	99.000,00	171.600,00	600.600,00
				7011385	USB		150.000,00	45.000,00	9.750,00	204.750,00
				7011415			150.000,00	45.000,00	9.750,00	204.750,00
				7011431			150.000,00	45.000,00	9.750,00	204.750,00
				7357737	MOTO	PORTARIA Nº 2.423/GM/MS, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012	84.000,00	0,00	25.200,00	109.200,00
				7357745			84.000,00	0,00	25.200,00	109.200,00
TOTAL (R$)							948.000,00	234.000,00	251.250,00	1.433.250,00

DESPACHO Nº 127, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 25000.472857/2017-13

Interessada: Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília - FUMES - MARÍLIA/SP.

Assunto: Recurso administrativo contra decisão que indeferiu o requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 313/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS e na NOTA TÉCNICA Nº 393/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO Nº 128, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Processo n. 25000.044095/2010-84

Interessado: Hospital Santana de Guaraciaba.

Assunto: Recurso administrativo contra decisão que indeferiu o requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 164/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO Nº 130, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Processo 25000.164868/2018-03
Interessado: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo - SP.
Assunto: Recurso administrativo contra decisão que indeferiu o requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 22/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO Nº 131, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 25000.090417/2018-14
Interessada: Associação Capelinhense de Apoio aos Portadores de Câncer - CAPELINHA/MG.
Assunto: Recurso administrativo contra decisão que indeferiu o requerimento de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 279/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS e na NOTA TÉCNICA Nº 418/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO GM/MS Nº 132, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 25000.478323/2017-92
Interessado: Ministério Evangélico Provida - MEPROVI.
Assunto: Recurso administrativo contra decisão que indeferiu o requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 195/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS e na NOTA TÉCNICA Nº 288/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO Nº 133, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Ref. Processo Administrativo: Nº 25000.104598/2012-88
Interessado: Associação Portuguesa de Beneficência de São José do Rio Preto.
Assunto: Recurso administrativo contra decisão que indeferiu o requerimento de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

DECISÃO: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 74/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS e na NOTA TÉCNICA Nº 150/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO Nº 134, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Ref. Processo Administrativo: Processo n. 25000.195665/2015-16
Interessada: Associação Evangélica Beneficente - SÃO PAULO/SP.
Assunto: Recurso administrativo contra decisão que indeferiu o requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 323/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS (0011089418) e na NOTA TÉCNICA Nº 394/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO Nº 135, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 25000.077215/2010-20
Interessado: Hospital de Cantagalo. CNPJ nº 29.236.841/0001-84.
Assunto: Recurso administrativo contra decisão que indeferiu o requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 155/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS (0019264702), bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU (0019957979), e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 567/GM/MS, de 29 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 2021, Seção 1, páginas 193 e 194,
Onde se lê:

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	LEITOS NOVOS UTI ADULTO COVID-19 Cód 2612	LEITOS NOVOS UTI PEDIÁTRICA COVID-19 Cód 2613	VALOR CUSTEIO MÊS
MS	500270	CAMPO GRANDE	2599856	CLINICA DE CAMPO GRANDE SA	MUNICIPAL	140635	5	_	240.000,00
MS	500270	CAMPO GRANDE	3984338	HOSPITAL GERAL EL KADRI LTDA	MUNICIPAL	140634	10	_	480.000,00

Leia-se:

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	LEITOS NOVOS UTI ADULTO COVID-19 Cód 2612	LEITOS NOVOS UTI PEDIÁTRICA COVID-19 Cód 2613	VALOR CUSTEIO MÊS
MS	500270	CAMPO GRANDE	2599856	CLINICA DE CAMPO GRANDE SA	MUNICIPAL	140635 138909	10	_	480.000,00
MS	500270	CAMPO GRANDE	3984338	HOSPITAL GERAL EL KADRI LTDA	MUNICIPAL	140634	5	_	240.000,00

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 105, DE 15 DE MARÇO DE 2021 (*)

Estabelece as metas institucionais do Ministério da Saúde, para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, para fins de pagamento das Gratificações que especifica.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Art. 27 da Portaria GM/MS nº 3.627, de 19 de novembro de 2010; a Portaria GM/MS nº 702, de 26 de abril de 2013; a Portaria GM/MS nº 624, de 28 de maio de 2015; a Portaria GM/MS nº 2.717, de 13 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do Anexo desta Portaria, as metas institucionais do Ministério da Saúde referentes ao processo de avaliação de desempenho para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, para fins de pagamento das seguintes gratificações:

I - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE);
II - Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDPST);
III - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública (GDAPIB);
IV - Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais (GDAPS);
V - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT);
VI - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas - do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDM-PGPE);
VII - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública (GDM-PIBSP);
VIII - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDM-PST);
IX - Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos (GDACE); e
X - Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura (GDAIE).

Art. 2º A Avaliação de Desempenho (AD) contempla duas dimensões que são mensuradas em escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

I - dimensão institucional, que corresponde à avaliação dos resultados das metas globais e intermediárias, tendo como valor total 80 (oitenta) pontos; e
II - dimensão individual, que corresponde à avaliação de metas e fatores de competências, equivalente a 20 (vinte) pontos, assim totalizando os 100 (cem) pontos.

Art. 3º Compete:

I - ao Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS da Secretaria-Executiva conduzir o processo de avaliação institucional; e
II - à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos o processo de avaliação de desempenho individual dos servidores.

Parágrafo único: A avaliação de desempenho institucional compreende a aplicação de metodologia analítica capaz de mensurar os esforços empreendidos no alcance das metas globais e intermediárias propostas.

Art. 4º Para a aplicação da metodologia de mensuração da Avaliação de Desempenho Institucional, assumem-se os seguintes conceitos:

I - metas globais, que expressam o alcance do objetivo de cada Secretaria do Ministério da Saúde, incluindo o Gabinete do Ministro, as quais representam o que se pretende fazer para modificar uma determinada realidade relacionada ao objeto principal de atuação da Secretaria; e
II - metas intermediárias, que expressam o alcance do objetivo de cada Departamento (Unidade de Avaliação) ou unidade análoga, subordinado à respectiva Secretaria, e representam o que se pretende fazer para modificar uma determinada realidade relacionada ao objeto principal de atuação específica.

§1º As metas globais serão objetivamente mensuráveis por meio de 01 (um) índice resultado dos indicadores de seus Departamentos e Unidades subordinadas.

§2º As metas intermediárias serão objetivamente mensuráveis por meio de indicador(es) pactuado(s) com o Gabinete do Departamento, respeitadas as especificidades temáticas, com respectiva anuência do Gabinete da Secretaria à qual está subordinado.

Art. 5º A mensuração dos resultados dar-se-á de maneira ascendente, ou seja, de cada Departamento para sua respectiva Secretaria. Essa será responsável por consolidar os resultados obtidos da mensuração das metas e encaminhá-los ao Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS.

I - a aferição das metas intermediárias será feita mediante a apuração da razão entre o resultado alcançado e o resultado previsto para o ciclo, multiplicado por cem, até o limite de cem pontos percentuais;

II - a aferição das metas globais será feita mediante a apuração da média aritmética do conjunto de resultado das metas intermediárias, multiplicado por cem, até o limite de cem pontos percentuais; e

III - a medida resumo será mensurada por meio da média aritmética do conjunto de resultado das metas globais, multiplicado por cem, até o limite de cem pontos percentuais.

§1º A correlação entre a medida resumo institucional e a pontuação da Avaliação de Desempenho Institucional será estabelecida com base na escala específica de quantificação detalhada no quadro a seguir:

Medida Resumo Institucional	Pontuação a ser atribuída
75% < X ≤ 100%	80
65% < X ≤ 75%	70
55% < X ≤ 65%	61
45% < X ≤ 55%	52
35% < X ≤ 45%	43
25% < X ≤ 35%	34
0% < X ≤ 25%	25

Art. 6º O processo de mensuração das metas dar-se-á de maneira parcial e final:

I - parcial: a ser aferida até o dia 26 do mês de abril de 2021; e

II - final: a ser aferida até o último mês de encerramento do período, qual seja, até o dia 30 de junho de 2021.

Parágrafo único. O resultado final da Avaliação de Desempenho Institucional será publicado no Diário Oficial da União até o dia 10 do mês de julho do ano de 2021.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACSON VENANCIO DE BARROS

ANEXO

11º CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL (PERÍODO DE 1º DE JULHO DE 2020 A 30 DE JUNHO DE 2021)				
GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE (GM/MS)				
Meta global: Atender 100% das demandas alusivas à direção, assessoramento, coordenação, orientação e ao planejamento das atividades do Gabinete.				
Unidade Responsável	Meta Intermediária	Meta Física	Nome do Indicador	Fórmula de cálculo do alcance da meta
AISA	Pactuar 5 (cinco) ações de cooperação internacional com países considerados estratégicos para o Ministério da Saúde, no período de julho de 2020 a junho de 2021.	5	Número de ações de cooperação internacional em saúde pactuadas	(Somatório de ações de cooperação internacional em saúde pactuadas/5) x 100
AISA	Produzir 25 (vinte e cinco) documentos contendo subsídios técnicos para o posicionamento internacional do Ministério da Saúde em foros multilaterais no período de julho 2020 a junho de 2021.	25	Número de documentos de subsídios técnicos produzidos	[(Número de documentos de subsídios técnicos produzidos)/25] x 100
ASPAR	Atender 70% das demandas relativas a assuntos parlamentares no período de julho de 2020 a junho de 2021.	70%	Percentual de demandas relativas a assuntos parlamentares atendidas	[(Número de demandas atendidas/Total de demandas recebidas)/0,7] x 100
ASCER	Assessorar o Senhor Ministro na totalidade dos eventos internos e externos, presenciais e remotos, demandados ao Ministério da Saúde.	100%	Percentual de demandas de assessoramento de eventos atendidas	(Número de demandas de assessoramento de eventos atendidas/Total de demandas de assessoramento de eventos recebidas) x 100
ASCOM	Atender 100% das demandas de publicidade para a produção de campanhas de prevenção e conscientização da população sobre as principais doenças no País, inclusive em relação à COVID-19.	100%	Percentual de demandas de publicidade de campanhas atendidas	(Número de demandas de publicidade atendidas/Total de demandas de publicidade recebidas) x 100
CGGM	Atender 100% das demandas de assessoramento direto ao GM e de seus assessores nas ações de publicidade de atos normativos, registro de documentos, elaboração de expedientes oficiais, relatórios, passagens, prestação contas nos Sistema - SCDP, expedição de documentos e acompanhamento das principais ações relativas à estratégia do MS.	100%	Percentual de demandas de assessoramento atendidas	(Número de demandas de assessoramento atendidas/Total de demandas de assessoramento recebidas) x 100
CONSULTORIA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (CONJUR)				
Meta global: Prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério da Saúde.				
Unidade Responsável	Meta Intermediária	Meta Física	Nome do Indicador	Fórmula de cálculo para o alcance da meta
CONJUR	Reduzir para 80 (oitenta) dias o tempo médio de atendimento a demandas consultivas encaminhadas à CONJUR, considerando o período de julho de 2020 a junho de 2021.	80 dias	Tempo médio de atendimento a demandas consultivas	(80/Tempo médio de atendimento a demandas consultivas) x 100
DIRETORIA DE INTEGRIDADE (DINTEG)				
Meta global: Promover os valores ética, transparência e comprometimento, no âmbito do Ministério da Saúde, por meio de ações de controle interno, ouvidoria e correição.				
Unidade Responsável	Meta Intermediária	Meta Física	Nome do Indicador	Fórmula de cálculo para o alcance da meta
CGCIN	Dar tratamento a todas as demandas de diligências dos Órgãos de Controle e defesa do Estado recebidas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, no período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.	100%	Proporção de demandas de diligências dos Órgãos de Controle e defesa do Estado tratadas em até 5 (cinco) dias úteis	(Total de demandas tratadas em até 5 (cinco) dias úteis/total de demandas recebidas e geradas no período) x 100
CGCIN	Elaborar e propor 3 (três) instrutivos (documentos) previstos no cronograma de implantação da Política de Gestão de Riscos do Ministério da Saúde - PGR/MS. 1º) Política de Gestão de Riscos; 2º) Metodologia de Gestão de Riscos; e 3º) Método de Priorização de Processos.	3	Número de documentos para a estruturação da PGR/MS elaborados	(Número de documentos previstos no cronograma de implantação da PGR/MS elaborados/3) x 100
CGCIN	Revisão de 100% das ações e medidas do Plano de Integridade (PI).	100%	Percentual das ações e medidas contidas no Plano de Integridade revisadas	(Número de ações e medidas contidas no Plano de Integridade revisadas/Total de ações e medidas previstas no Plano de Integridade no período de julho de 2020 a junho de 2021) x 100
CGOUV	Responder a 100% das demandas de atendimento ao cidadão (matéria de Ouvidoria e de pedidos de acesso à informação) cuja resposta seja operacionalizada diretamente pela Ouvidoria.	100%	Percentual de demandas para Ouvidoria e de acesso à informação respondidas aos cidadãos, no prazo legal	[(DOR+PAIR)/(DOC+PAIC)]x100 Onde: DOR = Demandas de Ouvidoria respondidos no prazo legal; PAIR = Pedidos de Acesso à Informação respondidos no prazo legal; DOC = [Demandas de Ouvidoria recebidos] - [Demandas de Ouvidoria não retornadas no prazo regulamentar pelas áreas técnicas] PAIC = [Pedidos de Acesso à informação cadastrados] - [Pedidos de acesso à informação não respondidos no prazo regulamentar pelas áreas técnicas do Ministério]
CORREG	Analisar 300 (trezentos) processos pendentes de juízo de admissão, no período de julho de 2020 a junho de 2021.	300	Quantidade de juízos analisados	(Número de juízos analisados/ 300) x 100
CORREG	Instaurar 68 (sessenta e oito) processos aptos de instauração, no período de julho de 2020 a junho de 2021.	68	Número de processos instaurados	(Número de processos instaurados/68) x 100
CORREG	Julgar 96 (noventa e seis) processos aptos para julgamento do Corregedor-Geral acumulados, no período do ciclo.	96	Número de processos julgados pelo Corregedor-Geral	(Número de processos julgados pelo Corregedor-Geral/96) x 100
CORREG	Analisar e encaminhar à CONJUR 69 (sessenta e nove) processos aptos para julgamento pelo Ministro da Saúde, no período do ciclo.	69	Número de processos aptos para julgamento pelo Ministro da Saúde encaminhados à CONJUR	(Número de processos aptos para julgamento pelo Ministro da Saúde encaminhados à CONJUR/69) x 100
SECRETARIA EXECUTIVA (SE)				
Meta global: Aperfeiçoar a gestão do SUS, visando à garantia a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade.				
Unidade Responsável	Meta Intermediária	Meta Física	Nome do Indicador	Fórmula de cálculo para o alcance da meta
DEMAS	Elaborar e validar 01 (um) Plano de Implementação do Módulo de Gestão de Dados e Indicadores (MGDI) do Ministério da Saúde.	1	Plano de Implementação elaborado e validado	(Número de Planos de Implementação do Módulo de Gestão de Dados e Indicadores (MGDI) do Ministério da Saúde elaborados e validados) x 100

DESD	Monitorar 100% dos convênios e Termos de Execução Descentralizados (TEDs) de repasse no período de julho de 2020 a junho de 2021.	100%	Percentual de instrumentos de repasse (Convênios e TEDs) monitorados	[Números de projetos monitorados (convênios e TEDs)/Total de projetos (convênios e TEDs)] x 100
DESID	Elaboração e publicação de 8 (oito) documentos técnicos (artigos, livros e manuais) com o objetivo de desenvolver e fortalecer a gestão e dos programas e projetos de cooperação técnica e a economia da saúde no âmbito do SUS.	8	Número de documentos técnicos disponibilizados	(Número de documentos técnicos (artigos, livros e manuais) disponibilizados/8) x 100
DLOG	Finalizar 80% dos processos aquisitivos de insumos estratégicos para saúde relacionados ao enfrentamento à COVID-19, iniciados por meio de dispensa e inexigibilidade, em até 60 (sessenta) dias.	80%	Percentual de processos aquisitivos de insumos estratégicos para saúde relacionados ao enfrentamento da COVID-19, iniciados por meio de dispensa e inexigibilidade, concluídos em até 60 (sessenta) dias	[(Número de processos aquisitivos de insumos estratégicos para saúde relacionados ao enfrentamento da COVID-19, iniciados por meio de dispensa e inexigibilidade, concluídos em até 60 (sessenta) dias/Número de processos aquisitivos de insumos estratégicos para saúde relacionados ao enfrentamento da COVID-19, iniciados por meio de dispensa e inexigibilidade concluídos)/0,8] x 100
SPO	Elaborar 4 (quatro) relatórios de prestação de contas com ênfase no planejamento quadrienal indicado no Plano Nacional de Saúde (PNS), anualizado na Programação Anual de Saúde (PAS).	4	Número de relatórios de prestação de contas elaborados	(Número de Relatórios Quadrimestrais de Prestação de Contas (RQPC) elaborados + Relatórios Anuais de Gestão (RAG) elaborados/4) x 100
CGJUD	Atender 35% das demandas judiciais em saúde do Ministério da Saúde no período de julho de 2020 a junho de 2021.	35%	Percentual de demandas judiciais em saúde atendidas	[(Número de demandas judiciais atendidas/Total de demandas judiciais recebidas no período de junho de 2020 a julho de 2021)/0,35] x 100
DATASUS	Conexão dos estabelecimentos de saúde de 4 (quatro) Unidades da Federação à Rede Nacional de Dados em Saúde até junho de 2021.	4	Número de Unidades da Federação com estabelecimentos de saúde conectados à Rede Nacional de Dados em Saúde	(Somatório das Unidades da Federação com estabelecimentos de saúde, sendo pelo menos um (1) dos três (3) tipos de estabelecimentos (Atenção Primária à Saúde, Hospitalar e/ou Laboratórios de Análises Clínicas) conectados à Rede Nacional de Dados em Saúde/4) x 100
HFRJ	Realizar 470.000 internações, consultas ambulatoriais e atendimentos, no período de 1º de julho de 2020 a 30 junho de 2021.	470.000	Número de internações, consultas ambulatoriais e atendimentos realizados pelos Hospitais Federais do Rio de Janeiro	(Número das internações, consultas ambulatoriais e atendimentos realizados/470.000) x 100
DGIP	Implantar 80% das ações do Plano de Ação do DGIP/SE/MS previstas para o primeiro semestre de 2021.	80%	Percentual de ações do Plano de Ação do DGIP/SE/MS implantadas	[(Número de ações do Plano de Ação implantadas/Total de ações do Plano de Ação)/0,8] x 100
SAA	Desenvolver estudo do conjunto de instrumentos de gestão utilizados na execução dos procedimentos geridos pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos até junho de 2021.	1	Número de estudos de instrumento de gestão para procedimentos da SAA desenvolvidos	(Número de estudos de instrumento de gestão para procedimentos da SAA desenvolvidos) x 100
FNS	Executar 95% das emendas parlamentares impositivas de julho de 2020 até junho de 2021.	95%	Percentual de execução das emendas parlamentares impositivas	[(Quantidade de emendas executadas no período/Total de emendas parlamentares impositivas indicadas ao Orçamento 2020)/0,95] x 100
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE (SAES)				
Meta global: Formular e implementar políticas em parceria com estados e municípios, para garantir a equidade e o acesso aos serviços especializados de atenção à saúde.				
Unidade Responsável	Meta Intermediária	Meta Física	Nome do Indicador	Fórmula de cálculo para o alcance da meta
DCEBAS	Supervisionar 90% das entidades com CEBAS vencidos entre dezembro de 2019 a novembro de 2020.	90%	Percentual das entidades com CEBAS vencidos supervisionadas	[(Número de Fichas Técnicas de Supervisão abertas/Total de Fichas Técnicas de Supervisão para o período indicado)/0,9] x 100
DCEBAS	Analisar 90% dos requerimentos de certificação protocolados no período de junho de 2020 a maio de 2021.	90%	Percentual de requerimentos de certificação protocolados no período de junho de 2020 a maio de 2021 analisados	[(Número de requerimentos analisados/Total de requerimentos)/0,9] x 100
DRAC	Estruturar 1 (uma) proposta do Programa Grupo de Diagnósticos Relacionados do Sistema Único de Saúde (Programa DRG-SUS), até junho de 2021.	1	Número de propostas do Programa Grupo de Diagnósticos Relacionados do Sistema Único de Saúde estruturadas	Número de propostas do Programa Grupo de Diagnósticos Relacionados do Sistema Único de Saúde estruturadas x 100
DAHU	Analisar 86% das solicitações de serviços de atenção especializada à saúde no período de junho de 2020 a maio de 2021.	86%	Percentual de solicitações analisados	[(Número total de solicitações analisadas/Número total de solicitações recebidas)/0,86] x 100
DAET	Revisar as políticas prioritárias de atenção especializada à saúde com foco na implementação, contemplando as etapas de desenho e monitoramento, até junho de 2021.	1	Políticas de atenção especializada priorizadas, revisadas	(Proposta de política estruturada/1) x 100
INC	Realizar 4.000 (quatro mil) procedimentos em cardiologia intervencionista, no período de junho de 2020 a maio de 2021.	4.000	Número de procedimentos hemodinâmicos realizados	(Somatório dos procedimentos de cardiologia intervencionista da tabela SIGTAP/4.000) x 100
INC	Realizar 1.200 (mil e duzentas) cirurgias cardiovasculares, no período de junho de 2020 a maio de 2021.	1.200	Número de cirurgias cardiovasculares realizadas	(Somatório dos procedimentos de cirurgias cardiovasculares na tabela SIGTAP/1.200) x 100
INC	Ofertar 50.000 (cinquenta mil) consultas especializadas em cardiologia e afins, no período de junho de 2020 a maio de 2021.	50.000	Número de consultas médicas especializadas em cardiologia e afins	(Somatório das consultas médicas realizadas/50.000) x 100
INCA	Realizar 353.040 atendimentos assistenciais (cirurgias, atendimentos em quimioterapia, atendimentos em radioterapia, visitas domiciliares, consultas médicas e multiprofissionais), no período de julho de 2020 a junho de 2021.	353.040	Número de atendimentos realizados	(Somatório dos atendimentos realizados/353.040) x 100
INCA	Qualificar 2.124 profissionais de saúde para a atuação em Oncologia, no período de julho de 2020 a junho de 2021.	2.124	Nº de profissionais de saúde qualificados pelo INCA para atuação em Oncologia	[(Somatório dos profissionais de saúde formados pelo INCA no período de julho de 2020 a junho de 2021)/2.124] x 100
INCA	90% de Registros de Câncer de Base Populacional (RCBP) com informações consolidadas, no período de julho de 2020 a junho de 2021.	90%	Percentual de Registros de Câncer de Base Populacional com informações consolidadas	[(Número de RCBP, sob a gerência direta do INCA, com informações consolidadas a partir do ano calendário de 1998/Número total de RCBP em atividade operacional)/0,9] x 100
INCA	Publicar 80 (oitenta) artigos em revistas científicas indexadas Qualis maior ou igual a B1 (CAPES/Medicina-I), no período de julho de 2020 a junho de 2021.	80	Número de artigos publicados em revistas indexadas Qualis maior ou igual a B1 (CAPES/Medicina-I)	(Somatório de artigos publicados em revistas indexadas com Qualis maior ou igual a B1 (CAPES/Medicina-I)/80) x 100
INTO	Realizar 6.100 (seis mil e cem) cirurgias traumato-ortopédicas no período de julho de 2020 a maio de 2021.	6.100	Número de cirurgias traumato-ortopédicas realizadas	(Número de cirurgias traumato-ortopédicas realizadas/6.100) x 100
INTO	Submeter 50 (cinquenta) artigos científicos a revistas nacionais e internacionais indexadas, no período de julho de 2020 a junho de 2021.	50	Número de artigos científicos submetidos a revistas nacionais e internacionais indexadas	(Número de artigos científicos submetidos a revistas nacionais e internacionais indexadas/50) x 100
INTO	Realizar 113.000 (cento e treze mil) atendimentos (ambulatoriais, de internação e domiciliares), no período de junho de 2020 a maio de 2021.	113.000	Número de atendimentos ambulatoriais realizados	(Número de atendimentos ambulatoriais realizados/113.000) x 100
SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (SAPS)				
Meta global: Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada.				
Unidade Responsável	Meta Intermediária	Meta Física	Nome do Indicador	Fórmula de cálculo para o alcance da meta
DAPES	Elaborar e publicar 10 (dez) orientações técnicas, no período de julho de 2020 a junho de 2021, para os gestores e técnicos do SUS, com o objetivo de fornecer subsídios para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), no contexto dos Ciclos da Vida e Saúde Mental.	10	Número de orientações técnicas elaboradas e publicadas	(Número de orientações técnicas elaboradas e publicadas/10) x 100
DEPROS	Elaborar e disponibilizar à população, gestores e profissionais de saúde, no período de julho de 2020 a junho de 2021,18 (dezoito) documentos técnicos para a qualificação da agenda de promoção da saúde e qualificação do cuidado na Atenção Primária.	18	Número de documentos técnicos elaborados e disponibilizados no site da APS	(Número de documentos técnicos elaborados e disponibilizados no site da APS/18) x 100
DESF	Elaborar o Manual Instrutivo Previne Brasil 2021 para promover a articulação tripartite visando a formulação e implantação do novo financiamento da Atenção Primária no período de julho de 2020 a junho de 2021.	1	Número de "Manual Instrutivo Previne Brasil 2021" publicado	Número de "Manual Instrutivo Previne Brasil 2021" publicado x 100

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE (SCTIE)				
Meta global: Fortalecer as políticas de ciência, tecnologia, inovação e acesso a insumos estratégicos na área da saúde, por meio de assistência farmacêutica, desenvolvimento de pesquisas, avaliação de tecnologias e estratégias do complexo industrial da saúde.				
Unidade Responsável	Meta Intermediária	Meta Física	Nome do Indicador	Fórmula de cálculo para o alcance da meta
CGCIS	Investir em 5 (cinco) novos projetos de qualificação, inovação, fabricação e modernização de plataformas tecnológicas no âmbito do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde no período de julho de 2020 a junho de 2021.	5	Número de projetos de qualificação, inovação, fabricação e modernização de plataformas tecnológicas no âmbito do PROCIS	Número de projetos publicados com orçamento descentralizado/5 x 100
DAF	Capacitar 4500 (quatro mil e quinhentas) pessoas com cursos desenvolvidos pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS).	4.500	Número de capacitados com cursos desenvolvidos pelo DAF no período	(Número de capacitados com cursos desenvolvidos pelo DAF no período/4.500) x 100, sendo Capacitado = conclusão de curso com geração de certificado
DECIT	Fomentar 300 (trezentas) pesquisas científicas e tecnológicas em saúde, visando à produção de evidências e à geração de soluções tecnológicas na área da saúde.	300	Número de novas pesquisas científicas e tecnológicas em saúde financiadas	(Número de novas pesquisas científicas e tecnológicas em saúde financiadas/300) x 100
DGITIS	Elaborar e/ou atualizar 14 (catorze) Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) entre julho de 2020 a junho de 2021.	14	Número de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) elaborados e/ou atualizados	(Número de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas elaborados e/ou atualizados/14) x 100
SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES)				
Meta global: Aperfeiçoar a gestão do SUS, visando à garantia a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade.				
Unidade Responsável	Meta Intermediária	Meta Física	Nome do Indicador	Fórmula de cálculo para o alcance da meta
DEGES	Realizar o financiamento de 6.000 (seis mil) bolsas por mês, no âmbito do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-SAÚDE), visando o fortalecimento do processo integração ensino-serviço-comunidade de forma articulada entre os SUS e as instituições de ensino, direcionadas a professores, estudantes e trabalhadores/profissionais da saúde.	6.000	Número de bolsas destinadas a estudantes, tutores e preceptores envolvidos em ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-SAÚDE)	(Número de bolsas destinadas a estudantes, tutores e preceptores envolvidos em ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde/6.000) x 100
DEGES	Disponibilizar cursos para a qualificação profissional, na modalidade EAD, visando alcançar 430.000 (quatrocentas e trinta mil) certificações de profissionais, trabalhadores e gestores do SUS, bem como estudantes e professores dos cursos da área da saúde.	430.000	Número de certificações emitidas	(Número de certificações emitidas/430.000) x 100
DEGTS	Realizar o diagnóstico situacional para análise dos aspectos demográficos, pedagógicos e estruturais necessários à implementação dos programas de residência em saúde, conforme as necessidades de saúde da população.	1	Número de diagnósticos realizados	Número de diagnósticos realizados x 100
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS)				
Meta global: Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle.				
Unidade Responsável	Meta Intermediária	Meta Física	Nome do Indicador	Fórmula de cálculo para o alcance da meta
SVS	Realizar 80% das ações prioritárias planejadas, em apoio aos entes federativos, no âmbito da vigilância em saúde, até junho de 2021.	80%	Percentual de ações prioritárias realizadas	[(Total de ações prioritárias realizadas/Total das ações prioritárias planejadas)/0.8] x 100
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA (SESAI)				
Meta global: Fortalecer o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena nas ações de atenção primária e saneamento ambiental com o controle social.				
Unidade Responsável	Meta Intermediária	Meta Física	Nome do Indicador	Fórmula de cálculo para o alcance da meta
GAB	Analisar e encaminhar, em até 48 horas, 75% dos processos referentes à solicitação de diária e alimentação para realização de reuniões, capacitações e monitoramento de conselheiros dos Conselhos Locais e Distritais da Saúde Indígena.	75%	Percentual de processos que tramitam na Assessoria de Apoio ao Controle Social (ACS/GAB) analisados e encaminhados em até 48 horas	[(Número de processos que tramitam na Assessoria de Apoio ao Controle Social analisados e encaminhados em até 48 horas/Número de processos de diárias e alimentação para realização de reuniões, capacitações e monitoramento de conselheiros dos Conselhos Locais e Distritais da Saúde Indígena)/0,75] x 100
DASI	Elaborar e disponibilizar documentos técnicos (Informe, Nota Técnica, Protocolo, Projeto Qualificação RH) para orientar os DSEI no enfrentamento da COVID-19.	8	Número de documentos técnicos para orientar os DSEI no enfrentamento da COVID-19 elaborados e disponibilizados	(Número de documentos elaborados e disponibilizados pela COGASI no período de julho de 2020 a junho de 2021/8) x 100
DEAMB	Realizar 40 (quarenta) inspeções técnicas aos Distritos Especiais de Saúde Indígena visando o apoio às ações de saneamento e edificações.	40	Número de inspeções técnicas realizadas nos DSEI	(Número de inspeções técnicas realizadas nos DSEI/40) x 100

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 57, de 25-3-2021, Seção 1, páginas 149 a 151, com incorreção no original.

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA Nº 19, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar a Portaria de Registro Único do Ministério da Saúde (RMS) que autoriza o uso da medicina no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.031230/2021-84	ELISSON RIBEIRO DE LIMA DA SILVA	1100568	RO	GUAJARA-MIRIM

PORTARIA Nº 20, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar a Portaria de Registro Único do Ministério da Saúde (RMS) que autoriza o uso da medicina no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.031273/2021-60	ILANNA RAISSA ALVES VIEIRA	1100567	RO	ALTO PARAISO

PORTARIA Nº 21, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar a Portaria de Registro Único do Ministério da Saúde (RMS) que autoriza o uso da medicina no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.031320/2021-75	DHERICK DEL PIEIRO PARIENTE	1100564	RO	MACHADINHO D'OESTE
25000.031387/2021-18	ELON ALMEIDA SILVA	1100565	RO	SÃO MIGUEL DO GUAPORE
25000.031191/2021-15	ORLANDO DEL PIEIRO PARIENTE	1100566	RO	ROLIM DE MOURA
25000.031280/2021-61	AFONSO SIQUEIRA FIGUEIRÓ	1100563	RO	PORTO VELHO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.416, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 227421
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

ALUSUISSE LONZA DO BRASIL LTDA 43.235.795/0001-20
FRASCO DE PET PÓS-CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO - 01
25351.143219/2021-86 6.7523.0001.001-1
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS) 04/2026
4044 Registro de Embalagem Reciclada
FRASCO DE PET PÓS-CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO - 02
25351.143219/2021-86 6.7523.0001.002-8
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS) 04/2026
4044 Registro de Embalagem Reciclada

AMCOR DO NORDESTE IND. E COM. DE EMBALAGENS LTDA 12.350.811/0001-00
PRÉ-FORMA DE PET PÓS-CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO - 01
25351.138028/2021-01 6.7311.0004.001-1
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS) 04/2026
4044 Registro de Embalagem Reciclada
PRÉ-FORMA DE PET PÓS-CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO - 02
25351.138028/2021-01 6.7311.0004.002-8
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS) 04/2026
4044 Registro de Embalagem Reciclada

DANONE LTDA. 23.643.315/0115-10
CEREAL DE ARROZ PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COM BANANA
25351.441121/2015-98 6.6577.0139.001-2
ALIMENTOS INFANTIS
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa

JGS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA 26.691.705/0001-96
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTOBACILLUS RHAMNOSUS HN001 EM PÓ
25351.028401/2021-16 6.7489.0002.001-8
METALICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 04/2026
NOUVE DA / NOUVE PROBIOT / NOUVE ATOP
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
---
NUTERAL INDÚSTRIA DE FORMULAÇÕES NUTRICIONAIS LTDA 69.363.174/0001-15
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - BAUNILHA
25016.817515/2008-32 5.7418.0038.006-0
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 08/2023
MARCA INCLUÍDA: TOTAL NUTRITION SOY
MARCA NÃO APROVADA: REABLIT SOY
457 Inclusão de Marca

PHL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA ME 10.861.595/0001-23
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTOBACILLLUS ACIDOPHILUS NCFM EM SUSPENSÃO GOTAS
25351.582621/2016-08 6.7310.0006.001-9
VIDRO 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 08/2025
456 Alteração de Rotulagem

RESOLUÇÃO RE Nº 1.417, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DE ALIMENTOS. PUBLICAÇÃO NR: 221921
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO
NUMERO DO PROCESSO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO
ASSUNTO PETIÇÃO

ALTHAIA S.A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA 48.344.725/0007-19
SULFATO DE CONDROITINA
25351.548437/2019-99
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

AQIA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA. 01.142.107/0001-37
CAFÉ VERDE MOÍDO
25351.396229/2018-17
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

KEMIN DO BRASIL LTDA 03.484.601/0001-05
EXTRATO AQUOSO DE HORTELA
25351.499773/2019-09
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

NATUREX INGREDIENTES NATURAIS LTDA. 03.899.381/0002-61
EXTRATO DE CAFE VERDE
25351.852921/2018-39
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

SOROCAPS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 09.542.984/0001-07
CAFE VERDE EM PO
25351.094576/2019-99
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.418, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DE ALIMENTOS. PUBLICAÇÃO NR: 226221
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO
NUMERO DO PROCESSO
EMBALAGEM
CLASS/CAT DESCRIÇÃO
ASSUNTO PETIÇÃO

PROSUGAR INDUSTRIA E COMERCIO S/A 15.230.400/0002-41
HIDROXIMETANO SULFÍNICO ÁCIDO SAL SÓDICO
25351.680654/2020-14
COADJUVANTES DE TECNOLOGIA
4110 AVALIAÇÃO DE INCLUSÃO DE COADJUVANTES DE TECNOLOGIA, EXCETO ENZIMAS

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.461, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Declarar a caducidade e publicar o cancelamento de registro dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob os nºs de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL CNPJ
MARCA COMERCIAL PRINCÍPIO(S) ATIVO(S)
PROCESSO M.S. REGISTRO VENCIDO EM PRAZO MÁX RENOVAÇÃO

FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA - 06.628.333/0001-46
HIOSFARMA butilbrometo de escopolamina
25351.025294/00-15 110850019 04/2006 10/2005

FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA - 01.440.590/0001-36
FREKA DERM INCOLOR cloreto de benzalcônio + ortofenilfenol + clorofeno + etanol
25351.042530/2003-27 132230029 10/2005 04/2005

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP - 43.640.754/0001-19

FURP-DIAZEPAM diazepam
25991.001158/80 110390007 04/2010 10/2009

GEYER MEDICAMENTOS S.A. - 92.670.801/0001-82
SABOFEN ANTISSÉPTICO iodopovidona
25992.002682/77 104430039 10/2004 04/2004

HOMEOPATIA WALDEMIRO PEREIRA LABORATORIO INDUSTRIAL FARMACEUTICO EIRELI - 76.440.528/0001-43
HIDRANALIS Calcaria carbonica - D3
25992.013063/75 102470027 12/2005 06/2005

LABORATIL FARMACEUTICA LTDA - 47.100.862/0001-50
UROXAZOL-N norfloxacino
25000.036046/97-94 105770152 04/2008 10//2007

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
PARKEXIN cloridrato de selegilina
25000.021569/95-47 103700201 05/2012 11/2011

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
ZOLTRON cloridrato de nortriptilina
25351.290786/2004-20 100681017 04/2010 10/2009

PRODOTTI LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA. - 51.603.488/0001-82
FOLDERM terconazol
25000.007126/96-05 108580115 04/2006 10/2005

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - 60.665.981/0001-18
TINDAGRIPE guaifenesina
25351.707858/2008-13 104971376 09/2016 03/2016
METACOROL tartarato de metoprolol
25000.010958/96-28 104970262 05/2012 11/2011
QUINOFLOX cloridrato de ciprofloxacino
25000.014477/92-68 104970162 10/2003 04/2003
PERPRAZOL lansoprazol
25351.708035/2008-05 104971369 03/2012 09/2011
PROPILTIOURACILA propiltiouracil
25000.016177/97-18 104970272 12/2002 06/2002
UNI-GLIC gliclazida
25351.173596/2002-87 104971233 12/2012 06/2012
DRAMAMINE dimenidrinato
25000.020958/99-05 104971165 08/2004 02/2004
REGENOM acetato de retinol + cloranfenicol + aminoácidos + levometionina
25351.021448/2003-69 104970040 01/2016 07/2015

RESOLUÇÃO RE Nº 1.462, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento de registro, em virtude de caducidade previamente declarada, dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob os nºs de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL CNPJ
MARCA COMERCIALPRINCÍPIO(S) ATIVO(S)
PROCESSO M.S. RESOLUÇÃO CADUCIDADE DECLARADA

ENGEFARMA PRODS. FARMACÊUTICOS LTDA. - 71.992.770/0001-06
SECUFENOTAL fenobarbital
25000.000390/94-75 121550015 R.E. 1350 de 20/08/2003

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. - 61.190.096/0001-92
PRILOCAINA + FELIPRESSINA cloridrato de prilocaína + felipressina
25000.002383/92-19 100430602 R.E. 1033 de 25/03/2009

GREENPHARMA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA - 33.408.105/0001-33
TILDOMET metildopa
25351.014237/01-09 120190119 R.E. 5561 de 10/12/2009

LASA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. - 75.549.436/0001-33
ACETILASA acido acetilsalicílico
25000.021196/95-31 110860017 R.E. 2227 de 05/06/2009

LUPER INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.299.111/0001-35
TERMOGRIPE C salicilamida + maleato de clorfeniramina + cafeína
25992.011324/71 104040114 R.E. 5340 de 26/11/2009

MEGALABS FARMACEUTICA S.A. - 33.026.055/0001-20
DAUMIL ADULTO ácido acetil salicilico + cafeína
25000.020702/98-72 101430056 R.E. 5561 de 10/12/2009

RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA - 73.663.650/0001-90
cloridrato de amitriptilina cloridrato de amitriptilina
25351.177157/2002-43 123520110 R.E. 3334 de 06/09/2013

STEVIAFARMA INDUSTRIAL S/A - 78.363.322/0001-92
ACIDO ACETILSALICILICO acido acetilsalicílico
25023.150108/94 122020001 R.E. 4256 de 10/09/2010

VALEANT FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - 61.186.136/0001-22
TILINA cloridrato de amitriptilina
25000.046954/99-11 105750047 R.E. 4411 de 02/10/2009

RESOLUÇÃO RE Nº 1.463, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Habilitação do Centro de Equivalência Farmacêutica, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 67, de 23 de março de 2016.

Art. 2º A presente Habilitação terá validade conforme identificado no ANEXO.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - 07.272.636/0001-31 DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ EXPEDIENTE: 008075/21-0 de 07/01/2021 CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS: Clínica: Rua Coronel Nunes de Melo, 1000, Rodolfo Teófilo, Fortaleza - CE VALIDADE: 09/04/2023 ---------- RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: AZIDUS BRASIL PESQUISA CIENTIFICA E DESENVOLVIMENTO LTDA - 07.743.272/0001-20 DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA: Azidus Laboratories Limited EXPEDIENTE: 3348461/20-1 de 30/09/2020 CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS: Clínica e Bioanalítica (Nº 23, School Road, Rathnamangalam, Vandalur, Chennai - Tamilnadu - INDIA) VALIDADE: 28/03/2023

RESOLUÇÃO RE Nº 1.464, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 1.373, de 5 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 64, de 7 de abril de 2021, Seção 1, página 101, única e exclusivamente quanto ao medicamento DAMATER, da detentora GRÜNENTHAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA., processo nº25351.322735/2017-34., com vencimento do registro em 05/2028.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.465, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 168, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

ENQUADRAMENTO: Art. 4º, §1º da Resolução - RDC nº 168, de 2017
PROCESSO
DEPOSITANTE
PROCURADOR
PARECER

PI 0512690-8
GILEAD SCIENCES, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

PI 0515832-0
SIGMA - TAU INDUSTRIE FARMACEUTICHE RIUNITE S.P.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
104/21

PI 0515944-0
BAYER HEALTHCARE LLC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
107/21

PI 0516106-1
WILEX AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
104/21

PI 0516566-0
INDENA S.P.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
117/21

PI 0517238-1
PHARMA MAR, S.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
104/21

PI 0606360-8
GENENTECH, INC
CAROLINA NAKATA
118/21

PI 0607606-8
SANTEN PHARMACEUTICAL CO., LTD.
DANIEL ADVOGADOS - NELLIE D. SHORES
119/21

PI 0709075-7
SYNCORE BIOTECHNOLOGY CO., LTD
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
112/21

PI 0709682-8
THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
114/21

PI 0709771-9
THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
113/21

PI 0717125-0
KUDOS PHARMACEUTICALS LIMITED (GB)
DANIEL &CIA
122/21

PI 0818154-3
THE JOHNS HOPKINS UNIVERSITY
ORLANDO DE SOUZA
123/21

PI 0820099-8
MERCK-SERONO S.A. / ZYMOGENETICS, INC
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
123/21

PI 0910557-3
ANGIOCHEM INC. (CA)
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
109/21

PI 0910570-0
FIDIA FARMACEUTICI S.P.A. (IT)
MOMSEN LEONARDOS &CIA
110/21

PI 0914012-3
INSTITUTE FOR RESEARCH IN BIOMEDICINE
DAVID DO NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
123/21

PI 0919693-5
BAXALTA GMBH / BAXALTA INCORPORATED
TRENCH, ROSSI E WATANABE ADVOGADOS
123/21

PI 0923217-6
SHIONOGI &CO LTD. (JP) / VIIV HEALTHCARE COMPANY (US)
KASZNAR, LEONARDOS ADVOGADOS
111/21

PI 0923228-1
PIERRE FABRE MEDICAMENT
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

PI 1010780-0
ALGIPHARMA AS
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

PI 1011445-9
INSTITUT CATALÀ D' ONCOLOGIA / FUNDACIÓ INSTITUT D'INVESTIGACIÓ BIOMÈDICA DE BELLVITGE
MONTAURY PIMENTA, MACHADO &LIOCE
123/21

PI 1012749-6
JANSSEN VACCINES &PREVENTION B.V.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 102012006624-6
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
123/21

BR 112012003757-9
VENTIRX PHARMACEUTICALS, INC. / ARRAY BIOPHARMA, INC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112012004983-6
PROTAB LTD.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112012005280-2
OCCLUGEL / ASSISTANCE PUBLIQUE - HOPITAUX DE PARIS / CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE (C.N.R.S.) / UNIVERSITE PARIS DIDEROT PARIS 7 / UNIVERSITE PARIS-SUD 11
CAROLINA NAKATA
123/21

BR 112012008341-4
NIPPON ZENYAKU KOGYO CO., LTD.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112012018766-0
REGENERON PHARMACEUTICALS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112012018948-4
TORAY INDUSTRIES
PRISCILA PENHA BARROS THEREZA
123/21

BR 112012019725-8
SHENZHEN EVERGREEN THERAPEUTICS CO., LTD.
JACQUES LABRUNIE
123/21

BR 112012028306-5
NOVARTIS AG
DANNEMANN, SIEMSEN BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112012032146-3
HISTOCELL, S.L.
ADVOCACIA PIETRO ARIBONI S/C
123/21

BR 112013000783-4
MEDEIA THERAPEUTICS LTD
CAROLINA NAKATA
123/21

BR 112013004353-9
TORAY INDUSTRIES, INC
CAROLINA NAKATA
123/21

BR 112013005084-5
SUVEN LIFE SCIENCES LIMITED
MARTINEZ &ASSOCIADOS S/S LTDA
123/21

BR 112013007388-8
AMYLIN PHARMACEUTICALS, INC. / ASTRAZENECA PHARMACEUTICALS LP
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112013009673-0
MAYO FOUNDATION FOR MEDICAL EDUCATION AND RESEARCH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112013012396-6
EISAI R&D MANAGEMENT CO., LTD. / MORPHOTEK, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112013022832-6
MERCK SERONO S.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112014001965-7
MEDICINOVA, INC.
ORLANDO DE SOUZA
123/21

BR 112014014492-3
CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE / IMMUPHARMA FRANCE AS
ANDRE LUIZ SOUZA ALVAREZ
123/21

BR 112014028094-0
CANTEX PHARMACEUTICALS, INC.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
123/21

BR 112015002429-7
BERLIN-CHEMIE AG
DENIS ALLAN DANIEL
107/21

BR 112015003836-0
TARIS BIOMEDICAL LLC
LUIZ LEONARDOS &ADVOGADOS
106/21

BR 112015004936-2
BAYER HEALTHCARE LLC.
MARIA PIA CARVALHO GUERRA
116/21

BR 112015005443-9
NETRIS PHARMA
LUIZ LEONARDOS &ADVOGADOS
108/21

BR 112015011155-6
NUCANA PLC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112015011446-6
SANOFI
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112015011760-0
PTC THERAPEUTICS, INC.
DAVID DO NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
123/21

BR 112015014678-3
PFIZER INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 112016014810-0
ARGEN-X N.V.
LEONOR MAGALHAES
121/21

BR 112020008258-9
MERCK SHARP &DOHME CORP.
LICKS ADVOGADOS
104/21

BR 122012005261-2
ENANTA PHARMACEUTICALS, INC. / ABBVIE IRELAND UNLIMITED COMPANY
DENIS ALLAN DANIEL
104/21

BR 122014008750-0
MILLENNIUM PHARMACEUTICALS, INC.
ORLANDO DE SOUZA
104/21

BR 122014008753-5
MILLENNIUM PHARMACEUTICALS, INC.
ORLANDO DE SOUZA
105/21

BR 122014008754-3
MILLENNIUM PHARMACEUTICALS, INC.
ORLANDO DE SOUZA
107/21

BR 122020018491-4
IMPACT BIOMEDICINES, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
123/21

BR 122020008558-4
BIOTRON LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
123/21

RESOLUÇÃO RE Nº 1.466, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 40 (quarenta) dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 122 (cento e vinte e dois) dias do prazo original, no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de registro listadas no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
NUMERO DE EXPEDIENTE DATA DO PROTOCOLO

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122
1467733204 08/05/2020

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56994502000130
1696690202 28/05/2020

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
1743425204 29/05/2020

RESOLUÇÃO RE Nº 1.467, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 (vinte) dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 (sessenta) dias do prazo original, no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
NUMERO DE EXPEDIENTE DATA DO PROTOCOLO

ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. 15800545000150
4179356201 26/11/2020
4179356201 26/11/2020

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
3845595201 03/11/2020
3862791204 04/11/2020
4141407201 23/11/2020
4141645207 23/11/2020
4141428204 23/11/2020

BAYER S.A. 18459628000115
4241030204 27/11/2020
4241033209 27/11/2020
4241036203 27/11/2020
4241116205 27/11/2020
4241131209 27/11/2020
4241175201 27/11/2020
4241251200 27/11/2020
4241261207 27/11/2020
4241300201 27/11/2020

BLAU FARMACÊUTICA S.A. 58430828000160
3976459201 12/11/2020

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR 00402552000126
3880305204 05/11/2020
3881507209 05/11/2020
3881370200 05/11/2020
3881570202 05/11/2020
3880709202 05/11/2020
3880537205 05/11/2020
3881687203 05/11/2020
3880821208 05/11/2020
3881457209 05/11/2020
3879872207 05/11/2020
3879862200 05/11/2020
3880725204 05/11/2020

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198
4239719207 27/11/2020

ELI LILLY DO BRASIL LTDA 43940618000144
0824471215 01/03/2021

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
4035385201 13/11/2020
4094022205 19/11/2020
4190297201 26/11/2020
4240203204 27/11/2020
4239991202 27/11/2020
4239993209 27/11/2020

INSTITUTO BUTANTAN 61821344000156
3866772200 04/11/2020

MERCK S/A 33069212000184
4047872206 16/11/2020
4093177203 19/11/2020

MERCK SHARP &DOHME FARMACEUTICA LTDA 45987013000134
4141741201 24/11/2020

NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 82277955000155
4093594209 19/11/2020

RECORDATI RARE DISEASES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME 53056057000179
3863527205 03/11/2020
3850266206 03/11/2020

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61286647000116
3993100205 12/11/2020
3993217206 12/11/2020
4158138205 25/11/2020
4158221207 25/11/2020

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
3860915201 03/11/2020
4078754201 18/11/2020
4078752204 18/11/2020

RESOLUÇÃO RE Nº 1.468, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

ACCORD FARMACÊUTICA LTDA 64171697000146
fulvestranto 25351.188595/2019-85 04/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0289491/19-2
1.5537.0093.001-7 24 Meses
50 MG / ML SOL INJ IM CT SER VD TRANS PREENCH DESCART X 5 ML + AGULHA
1.5537.0093.002-5 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM CT 2 SER VD TRANS PREENCH DESCART X 5 ML + 2 AGULHA

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
Passiflora incarnata L.
SINTOCALMY 25351.155028/2006-28 03/2027
10626 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 0543481/21-5
10690 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 2246139/16-6
1.0573.0368.001-5 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0573.0368.002-3 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.0573.0368.003-1 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0573.0368.004-1 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0573.0368.005-8 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0573.0368.006-6 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0573.0368.007-4 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL AL X 40
1.0573.0368.008-2 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 40
1.0573.0368.009-0 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0573.0368.011-2 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0573.0368.012-0 24 Meses
30 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 25 ML + SER DOS
1.0573.0368.013-9 24 Meses
30 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 50 ML + SER DOS
1.0573.0368.014-7 24 Meses
30 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 100 ML + SER DOS
1.0573.0368.015-5 24 Meses
30 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 150 ML + SER DOS
1.0573.0368.016-3 24 Meses
150 MG/ML SOL GOT CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML
1.0573.0368.017-1 24 Meses
150 MG/ML SOL GOT CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML
1.0573.0368.018-1 24 Meses
150 MG/ML SOL GOT CT FR GOT PLAS OPC X 30 ML
ENOXAPARINA SÓDICA
VOLARE 25351.894171/2020-97 04/2024
10369 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO PELA VIA DE DESENVOLVIMENTO POR COMPARABILIDADE 2954378/20-9
1.0573.0764.001-8 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.002-6 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 6 SER PREENC VD TRANS X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.003-4 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.004-2 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.005-0 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 6 SER PREENC VD TRANS X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.006-9 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.007-7 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.008-5 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 6 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.009-3 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.010-7 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.012-3 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.013-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.014-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 6 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.015-8 24 Meses

100 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0573.0764.016-6 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 6 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA

ALEXION FARMACEUTICA BRASIL IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS E SERVICOS DE ADMINISTRACAO 10284284000149
ALFA-ASFOTASE
Strensiq 25351.137379/2016-42 07/2027
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 1128858/20-2
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 1128865/20-5
1.9811.0002.001-0 24 Meses
40 MG/ML SOL INJ SC CT 12 FA VD TRANS X 0,45 ML
1.9811.0002.002-9 24 Meses
40 MG/ML SOL INJ SC CT 12 FA VD TRANS X 0,7 ML
1.9811.0002.003-7 24 Meses
40 MG/ML SOL INJ SC CT 12 FA VD TRANS X 1 ML
1.9811.0002.004-5 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ SC CT 12 FA VD TRANS X 0,8 ML

Althaia S.A Indústria Farmacêutica 48344725000719
ibuprofeno 25351.380192/2020-20 04/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 1391211/20-9 (1440 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) - 0886604/14-0 - 25351.597103/2014-81)
1.3517.0061.001-3 24 Meses
600 MG CAP GEL MOLE CT BL PVC/PVDC/AL X 4
1.3517.0061.002-1 24 Meses
600 MG CAP GEL MOLE CT BL PVC/PVDC/AL X 10
1.3517.0061.003-1 24 Meses
600 MG CAP GEL MOLE CT BL PVC/PVDC/AL X 20
1.3517.0061.004-8 24 Meses
600 MG CAP GEL MOLE CT BL PVC/PVDC/AL X 30
1.3517.0061.005-6 24 Meses
600 MG CAP GEL MOLE CT BL PVC/PVDC/AL X 200
1.3517.0061.006-4 24 Meses
600 MG CAP GEL MOLE CT BL PVC/PVDC/AL X 500

AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. 18774815000193
BEVACIZUMABE
MVASI 25351.280215/2017-11 02/2029
1513 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO 2981614/20-9
1.0244.0012.001-4 24 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 4 ML
1.0244.0012.002-2 24 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 16 ML

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
SULFATO DE SELUMETINIBE
KOSELUGO 25351.088677/2020-64 04/2031
11306 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO 0410912/20-1
1.1618.0285.001-8 36 Meses
10 MG CAP DURA CT FR PLAS PEAD OPC X 60
1.1618.0285.002-6 36 Meses
25 MG CAP DURA CT FR PLAS PEAD OPC X 60
BENRALIZUMABE
FASENRA 25351.111862/2017-08 06/2028
1513 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO 3862791/20-4
1.1618.0267.001-1 36 Meses
30 MG/ML SOL INJ CT SER PREECH VD TRANS X 1ML

BL INDÚSTRIA OTICA LTDA 27011022000103
LATANOPROSTENO BUNODE
VYZULTA 25351.780327/2018-39 04/2031
10464 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO NOVO 1093536/18-5
1.1961.0029.001-5 36 Meses
0,24 MG/ML SOL GOT OFT CT FR GOT PLAS PEBD OPC X 2,5 ML
1.1961.0029.002-3 36 Meses
0,24 MG/ML SOL GOT OFT CT FR GOT PLAS PEBD TRANSL X 5 ML

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR 00402552000126
ÁCIDO PENTÉTICO
DTPA-TEC 25351.397013/2015-65 04/2024
10363 RADIOFÁRMACO - REGISTRO DE MEDICAMENTO RADIOFÁRMACO COMPONENTE NÃO RADIOATIVO PARA MARCAÇÃO 519576/15-4
1.8100.0026.001-4 6 Meses
10 MG PO LIOF INJ IV FA VD INCOLOR X 5 FA

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198
inibidor de C1 esterase derivado de plasma humano
BERINERT 25351.457294/2010-85 01/2029
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 0789828/20-2
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 0789838/20-0
1.0151.0125.001-4 36 Meses
500 UI PÓ LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + FA VD TRANS DIL X 10ML + DISP TRANSF
1.0151.0125.002-2 36 Meses
500 UI PÓ LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS+ FA VD TRANS DIL X 10ML + DISP TRANSF C/ FILTRO + SER 10 ML + EQP + 2 COMPRESSAS + 1 CURATIVO

ECKERT &ZIEGLER BRASIL COMERCIAL LTDA 02887124000247
TN101 GERADOR DE 99MO/99MTC 25351.385232/2018-13 04/2031
10365 RADIOFÁRMACO - REGISTRO DE MEDICAMENTO RADIOFÁRMACO RADIONUCLÍDEO 0547779/18-4
1.5092.0001.009-4 Outros
44400 MBQ SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML
1.5092.0001.010-8 Outros
55500 MBQ SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML
1.5092.0001.011-6 Outros
74000 MBQ SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML
1.5092.0001.012-4 Outros
44400 MBQ SOL OFT FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML
1.5092.0001.013-2 Outros
55500 MBQ SOL OFT FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML
1.5092.0001.014-0 Outros
74000 MBQ SOL OFT FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML

EMS SIGMA PHARMA LTDA 00923140000131
FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO + COLECALCIFEROL + COLECALCIFEROL
BONECAL D 25351.521299/2010-20 04/2026
10187 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 2489172/16-3
10195 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE 2489162/16-9
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2489183/16-5
1.3569.0635.003-4 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.3569.0635.004-2 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 60

FARMOQUÍMICA S/A 33349473000158
CLORETO DE SÓDIO
MARESIS HT 25351.733600/2017-55 07/2029
1888 ESPECÍFICO - AMPLIAÇÃO DE USO 2222744/20-0
1.0390.0203.001-3 24 Meses
20 MG/ML SOL SPR NAS CT TB AL X 100 ML
1674 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 2417086/20-1
1.0390.0203.002-1 24 Meses
30 MG/ML SOL SPR NAS CT TB AL X 100 ML

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 49324221000104
flumazenil 25351.000712/2019-98 04/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0001406/19-1
1.0041.0225.001-2 18 Meses
0,1 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV CT 5 AMP VD TRANS X 5 ML
1.0041.0225.002-0 18 Meses
0,1 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV CX 50 AMP VD TRANS X 5 ML
ALANINA + ARGININA + ÁCIDO ASPÁRTICO + ÁCIDO GLUTÂMICO + GLICINA + HISTIDINA + ISOLEUCINA + LEUCINA + CLORIDRATO DE LISINA + metionina (11 C) + FENILALANINA + PROLINA + SERINA + TREONINA + TRIPTOFANo + TIROSINA + LEVOVALINA + CLORETO DE CÁLCIO DI-HIDRATADO + GLICEROFOSFATO DE SÓDIO + SULFATO DE MAGNÉSIO HEPTAIDRATADO + CLORETO DE POTÁSSIO + ACETATO DE SÓDIO TRI-HIDRATADO + GLICOSE MONOIDRATADA + ÓLEO DE SOJA
KABIVEN 25351.028806/00-31 01/2028
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2506293/16-0
1.0041.9938.008-0 24 Meses
EMU INJ BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 2566 ML
1.0041.9938.009-9 24 Meses
EMU INJ BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 2053 ML
1.0041.9938.010-2 24 Meses
EMU INJ BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 1540 ML
1.0041.9938.011-0 24 Meses
EMU INJ BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 1026 ML
1.0041.9938.012-9 24 Meses
EMU INJ BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 1920 ML
1.0041.9938.013-7 24 Meses
EMU INJ BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 1440 ML
1.0041.9938.014-5 24 Meses
EMU INJ BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 2400 ML
1.0041.9938.019-6 24 Meses
EMU INJ CX 4 BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 1026ML
1.0041.9938.020-1 24 Meses
EMU INJ CX 4 BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 1540 ML
1.0041.9938.021-8 24 Meses
EMU INJ CX 4 BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 2053 ML
1.0041.9938.022-6 24 Meses
EMU INJ CX 3 BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 2566 ML
1.0041.9938.026-9 24 Meses
EMU INJ 4 BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 1440 ML
1.0041.9938.027-7 24 Meses
EMU INJ 4 BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 1920 ML
1.0041.9938.028-5 24 Meses
EMU INJ 3 BOLS PLAS BIOFINA TRANS X 2400 ML

GILEAD SCIENCES FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA 15670288000189
entricitabina + fumarato de tenofovir desoproxila
TRUVADA 25351.036639/2019-92 05/2027
11119 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DE USO 2183962/19-0
1.0929.0004.001-4 24 Meses
200 MG + 300 MG COM REV FR PLAS OPC X 30

HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO LTDA 78950011000120
Passiflora incarnata L.
MARACUJÁ HERBARIUM 25351.180343/2002-60 09/2027
10690 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 0486114/17-6
1.1860.0025.005-7 24 Meses
320 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.1860.0025.006-5 24 Meses
320 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 45
1.1860.0025.007-3 24 Meses
320 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60

INSTITUTO BUTANTAN 61821344000156
Toxóide diftérico + Toxóide Tetânico + Toxóide pertussis + Hemaglutinina Filamentosa + Pertactina
VACINA ADSORVIDA DIFTERIA, TÉTANO E PERTUSSIS (ACELULAR) 25351.007531/2016-19 11/2026
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 3351567/20-1
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 3351569/20-7
1.2234.0046.001-4 36 Meses
SUS INJ IM CT 10 SER PREENCH VD TRANS X 0,5 ML
1.2234.0046.002-2 36 Meses
SUS INJ IM CT 10 FA VD TRANS X 0,5 ML

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL
TEUTOVIT E 25000.009811/99-65 01/2025
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0360952/17-9
1.0370.0272.003-1 24 Meses
400 MG CAP MOLE CT FR PLAS PEAD OPC X 30

MERCK S/A 33069212000184
SOMATOSTATINA
STILAMIN 25351.368529/2008-34 03/2028

10942 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVO FABRICANTE DO IFA 0088489/20-8
11041 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL 0088545/20-2
1.0089.0382.002-2 36 Meses
3 MG PÓ LIOF INJ CT 01 AMP VD TRANS

RECORDATI RARE DISEASES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME 53056057000179
HEMINA
Panhematin 25351.722767/2017-91 08/2029
10408 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO 3863527/20-5
1.7126.0002.001-4 36 Meses
350 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS
BETAÍNA
Cystadane 25351.856781/2018-78 09/2024
10133 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM SECUNDÁRIA 2984529/20-7
1.7126.0003.001-1 36 Meses
1G/G PO OR CT FR PLAS PEAD OPC X 180 G + COL

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
picossulfato de sódio monoidratado
DULCOLAX GOTAS 25351.485095/2020-22 04/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4083170/20-1
(1440 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) - 2639572/19-0 - 25351.627136/2019-21)
1.8326.0476.001-3 24 Meses
7,5 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML
1.8326.0476.002-1 24 Meses
7,5 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS PEAD OPC X 30 ML

UCB BIOPHARMA LTDA. 64711500000114
certolizumabe pegol
CIMZIA 25351.201455/2015-58 02/2027
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 0669608/20-2
1.2361.0087.001-4 24 Meses
200 MG/ML SOL INJ CT 2 SER VD INC PREENC X 1 ML + 2 LENÇOS UMEDECIDOS
1.2361.0087.002-2 24 Meses
200 MG/ML SOL INJ CT 6 SER VD INC PREENC X 1 ML + 6 LENÇOS UMEDECIDOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.469, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

Camber Farmaceutica Ltda 24633934000129
lopinavir + ritonavir 25351.533866/2020-03
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 1859237/20-6
(200 + 50) MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 120
(100 + 25) MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 60
(100 + 25) MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 120
TEMOZOLOMIDA
MOZ 25351.578851/2018-41
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0802159/18-7
180 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 14
250 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 14
250 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 5
180 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 5
140 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 14
140 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 5
100 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 14
100 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 5
20 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 14
20 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 5
5 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 14
5 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 5

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR 00402552000126
ÁCIDO MEDRÔNICO
MDP-TEC 25351.398417/2015-32
10363 RADIOFÁRMACO - REGISTRO DE MEDICAMENTO RADIOFÁRMACO COMPONENTE NÃO RADIOATIVO PARA MARCAÇÃO 519558/15-6
10 MG PO LIOF INJ IV FA VD INCOLOR X 5 FA

FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA 09058502000148
ESTRADIOL HEMI-hiDRATADO
ESTREVA 25351.010524/2020-10 09/2026
10951 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3231800/20-6
10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 3231816/20-2
11020 RDC 73/2016 - NOVO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 3231826/20-0
11071 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO MAIOR DE COMPOSIÇÃO DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 3231833/20-2
1.7465.0006.001-9 36 Meses
1 MG/G GEL CT FR PLAS PEAD OPC X 50G
1.7465.0006.002-7 36 Meses
1 MG/G GEL CT 3 FR PLAS PEAD OPC X 50G

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122
lopinavir + ritonavir 25351.617307/2020-47
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2121032/20-2
(100 + 25) MG COM REV CT FR PLAS OPC X 120
(200 + 50) MG COM REV CT FR PLAS OPC X 120

NATCOFARMA DO BRASIL LTDA 08157293000127
cloridrato de bendamustina 25351.701955/2020-81
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4513329/20-8
100 MG PO LIOF SOL INFUS IV CT FA VD AMB

RESOLUÇÃO RE Nº 1.470, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob os nºs. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO DESISTIDA
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE DE DESISTÊNCIA A PEDIDO EXPEDIENTE DA PETIÇÃO DESISTIDA

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA
10943 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Inclusão de novo fabricante do IFA
25351.042116/2003-18 1102232/21-9 1391101/20-5

APSEN FARMACEUTICA S/A
1361 - GENERICO - Solicitação de Correção de Dados na Base
25351.853499/2018-39 0909840/21-2 0869220/21-3

ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
150 - SIMILAR - Registro de Medicamento Similar
25351.235351/2019-07 0567114/21-1 0359341/19-0

BAYER S.A.
1337 - MEDICAMENTO NOVO - Solicitação de Correção de Dados na Base
25351.090406/2008-82 0709164/21-8 2571236/20-5
1432 - MEDICAMENTO NOVO - Aditamento
25351.090406/2008-82 0668682/21-6 0103483/19-9

CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA
11062 - RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão de novo tipo de embalagem primária do medicamento
25351.701434/2010-88 0724058/21-9 3434790/19-9
10989 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudança menor de excipiente para formas farmacêuticas sólidas
25351.701434/2010-88 0724086/21-4 3434788/19-7

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.
10940 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Substituição de fabricante do IFA
25351.637563/2009-22 1153096/21-1 4353688/20-3
10952 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
25351.637563/2009-22 1153289/21-1 4353700/20-6
10952 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
25351.637563/2009-22 1153406/21-1 4354124/20-1
10952 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
25351.637563/2009-22 1153431/21-1 4354127/20-5
10952 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
25351.637563/2009-22 1153719/21-1 4354129/20-1
10955 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação
25351.637563/2009-22 1153841/21-4 4354116/20-0
10955 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação
25351.637563/2009-22 1153965/21-8 4354137/20-2
10958 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudança maior de método analítico
25351.637563/2009-22 1154093/21-1 4354142/20-9
10958 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudança maior de método analítico
25351.637563/2009-22 1154207/21-1 4354161/20-5
10958 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudança maior de método analítico
25351.637563/2009-22 1154352/21-3 4354240/20-9
10958 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudança maior de método analítico
25351.637563/2009-22 1154447/21-3 4354247/20-6
10958 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudança maior de método analítico
25351.637563/2009-22 1154595/21-0 4354253/20-1
10958 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudança maior de método analítico
25351.637563/2009-22 1154841/21-0 4354165/20-8
11045 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Alteração maior do processo de produção do medicamento
25351.637563/2009-22 1154963/21-7 4354168/20-2
11051 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Inclusão maior de equipamento
25351.637563/2009-22 1155088/21-1 4354172/20-1

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
11108 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Ampliação do prazo de validade do medicamento
25001.005695/88 0670999/21-1 0647364/21-4

GRÜNENTHAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA.
10957 - RDC 73/2016 - NOVO - Mudança maior de método analítico
25351.705252/2017-26 0741204/21-5 2748677/20-0
10951 - RDC 73/2016 - NOVO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
25351.705252/2017-26 0741633/21-4 2748867/20-5
10951 - RDC 73/2016 - NOVO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
25351.705252/2017-26 0907475/21-9 3991289/20-2

PRATI DONADUZZI &CIA LTDA
10956 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudança maior de método analítico
25351.002458/2015-77 0449333/21-8 3636724/20-9
10953 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Ampliação dos limites de especificação
25351.002458/2015-77 0449542/21-0 3636711/20-7
10950 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
25351.002458/2015-77 0449585/21-3 3636676/20-5
10950 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
25351.002458/2015-77 0449745/21-7 3636567/20-0
11627 - GENÉRICO - Formulário de informações relativas à documentação de registro (FIDR) ou Parecer de Análise Técnica da Empresa (PATE)
25351.002458/2015-77 0465666/21-1 4162507/20-2

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.
11059 - RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão maior de tamanho de lote do medicamento
25351.411910/2019-83 0541612/21-4 4048214/20-6
11044 - RDC 73/2016 - NOVO - Alteração maior do processo de produção do medicamento
25351.411910/2019-83 0541801/21-1 4048276/20-6
11071 - RDC 73/2016 - NOVO - Alteração maior de composição de embalagem primária do medicamento
25351.411910/2019-83 0542392/21-9 4048303/20-7
11050 - RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão maior de equipamento
25351.411910/2019-83 0542664/21-2 4048310/20-0

RESOLUÇÃO RE Nº 1.471, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelos arts. 2º e 4º da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e arts. 4º, 7º e 16 da Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
DEPO-PROVERA 25351099698201717
0611953211 NOVO - Substituição de fabricante do IFA
SAYANA 25351670851201711
1001529219 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Substituição de fabricante do IFA - 0611953211 - 25351099698201717)
DEPO-MEDROL 25351097843201704
1020813215 NOVO - Substituição de fabricante do IFA

RESOLUÇÃO RE Nº 1.472, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Publicar o deferimento das renovações de registro de medicamentos similares, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 134, de 29 de maio de 2003.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Edital de Chamamento nº 2, de 29 de janeiro de 2020, e na Orientação de Serviço nº 79, de 29 de janeiro de 2020.

Art. 3º A aprovação das renovações objeto desta resolução se refere à adequação à Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 134/2003, nos termos e condições da concessão do registro ou da última mudança pós-registro aprovada, ou seja, quaisquer mudanças pós-registro não serão tacitamente autorizadas e não podem ser implementadas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL
NOME DO PRODUTO VALIDADE DO REGISTRO
NÚMERO DO PROCESSO
NÚMERO DO EXPEDIENTE

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
DEXASON 04/2029
25351.052276/2008-80
0931907/08-7
0853445/13-4
0605856/18-6

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.286.647/0001-16
ATENOPRESS 11/2029
25000.001055/99-81
143614/09-7
0231048/14-1
0199756/19-4

FARMOQUÍMICA S/A - 33.349.473/0001-58
ALENDIL 08/2028
0068330/18-2
0080793/13-1
125363/08-8

VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - 30.222.814/0001-31
AMPRAX 06/2027
2395518/16-1
0000530/12-4
QUADRINEO 02/2028
0820636/18-8
0670154/12-0
GINECOL 12/2025
0494938/15-2
489118/10-0
FLAMATRAT 08/2026
1254350/16-1
102414/11-1
SEDALIVE 09/2025
0265172/15-6
218559/10-8

SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - 61.068.755/0001-12
PRONASTERON 07/2026
0804978/15-5
045903/11-8

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A - 60.659.463/0029-92
Tolrest
099515/10-1
0068558/15-5

RESOLUÇÃO RE Nº 1.480, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
VAC31518
68/2020
25351.074912/2021-00 1296422/21-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - 60.318.797/0001-00
ChAdOx1 nCoV-19
38/2020
25351.444534/2020-47 4354903/20-9
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

RESOLUÇÃO RE Nº 1.487, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 49324221000104
HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA
EPIKABI 25351.252756/2019-00 04/2024
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0385521/19-0
1.0041.0226.001-8 24 Meses
2 MG/ML SOL DIL INFUS IV CX 50 AMP VD AMB X 4 ML

RESOLUÇÃO RE Nº 1.492, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
linezolida 25351.011437/2015-03 10/2025
11082 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE EMBALAGEM SECUNDÁRIA OU ENVOLTÓRIO INTERMEDIÁRIO DO MEDICAMENTO 1249959/21-5
1.0043.1168.003-6 18 Meses
2 MG/ML SOL INJ INFUS IV CX 10 ENV PLAS OPC X BOLS PLAS TRANS X 300 ML
cloridrato de moxifloxacino 25351.012063/2015-11 08/2025
11082 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE EMBALAGEM SECUNDÁRIA OU ENVOLTÓRIO INTERMEDIÁRIO DO MEDICAMENTO 1293262/21-1
1.0043.1141.004-7 36 Meses
1,60 MG/ML SOL INFUS IV CX 10 ENVOL BOLS PLAS PP TRANS SIST FECH X 250ML
cloridrato de remifentanila 25351.797349/2020-52 03/2024
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 1225797/21-4
1.0043.1327.002-1 18 Meses
2 MG PO LIOF SOL INJ/INFUS IV CT 25 FA VD TRANS
1.0043.1327.003-1 18 Meses
2 MG PO LIOF SOL INJ/INFUS IV CT 50 FA VD TRANS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.853, de 5 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº. 108, de 8 de junho de 2020, Seção 1 pág. 71, referente ao processo 25000.002810/95-11.

Onde se lê:

MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA 45.987.013/0001-34
BICONCOR 25000.002810/95-11 1611848/20-1 1008902010035; 1008902010094; 1008902010124

Leia-se:

MERCK S/A - 33.069.212/0001-84
BICONCOR 25000.002810/95-11 1611848/20-1 1008902010035; 1008902010094; 1008902010124

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.739, de 27 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 124, de 1º de julho de 2019, Seção 1, pág. 196, e em Suplemento, pág. 7, referente ao processo nº 25351.733600/2017-55,

Onde se lê:

(...)
CLORETO DE SÓDIO
MARESIS 2% 25351.733600/2017-55 07/2024
1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2327190/17-6
1.0390.0203.001-3 24 Meses
20 MG/ML SOL SPR NAS CT TB AL X 100 ML
(...)

Leia-se:

(...)
CLORETO DE SÓDIO
MARESIS HT 25351.733600/2017-55 07/2024
1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2327190/17-6
1.0390.0203.001-3 24 Meses
20 MG/ML SOL SPR NAS CT TB AL X 100 ML
(...)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.235, de 25 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 58, de 26 de março de 2021, Seção 1, Pág. 100, referente ao processo 25351.574739/2020-56.

Onde se lê:

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
propofol 25351.574739/2020-56 03/2024
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4255268/20-1
1.0370.0754.001-3 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ/INFUS IV CT 5 FA VD TRANS X 20 ML
1.0370.0754.002-1 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ/INFUS IV CT FA VD TRANS X 50 ML

Leia-se:

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
propofol 25351.574739/2020-56 03/2024
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4255268/20-1
1.0370.0754.001-3 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ/INFUS IV CT 5 FA VD TRANS X 20 ML
1.0370.0754.002-1 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ/INFUS IV CT FA VD TRANS X 50 ML

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO RE Nº 1.473, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pela 20ª Vara Federal SJDF, no processo 1009947-51.2018.4.01.3400

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

PACTUAL COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - ME
CNPJ: 05.165.237/0001-46
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO CAIPIRINHA BRAZIL (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa com 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.674267/2020-31
Expediente: 4449264/20-2
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO SUMMER NIGHTS (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa com 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.674262/2020-16
Expediente: 4449249/20-9
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: BLUE HORSE BAKU NIGHTS (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa com 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.701717/2020-75
Expediente: 4512958/20-4
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO RE Nº 1.474, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar por caducidade o Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco da marca, conforme anexo, por não ter sido peticionada a renovação de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art. 2º A empresa terá o prazo, improrrogável, de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

ELITE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME
CNPJ: 27.839.998/0001-79
Marca: NAY PRIME MINT (fumo para narguilé)
Processo: 25351.667556/2019-40
Vencimento: 27/01/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade

RESOLUÇÃO RE Nº 1.475, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pela 1ª Vara - SJ/DF, no processo 100994496.2018.4.01.3400.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

ELITE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME
CNPJ: 27.839.998/0001-79
Marca: NAY MINT (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.717914/2020-14
Expediente: 4538154/20-2
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: NAY FRESH TANGER (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.029188/2021-51
Expediente: 0530244/21-7
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ZOMO LAS PALMAS (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.467699/2020-97
Expediente: 4049627/20-9
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
JRM TABACOS DO BRASIL EIRELI
CNPJ: 24.951.866/0001-46
Marca: GOLD SMOKE TROPICAL FUSION (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.567646/2020-75
Expediente: 4241456/20-3
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO RE Nº 1.476, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no processo 1029408-24.2018.4.01.0000.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 03.334.170/0001-09
Marca: CAMEL DOUBLE MINT &GREEN (cigarro com filtro) - embalagem primária box
Processo: 25351.038126/2019-16
Expediente: 0441872/20-7
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: WINSTON SELECT PURPLE MINT (cigarro com filtro) - embalagem primária box
Processo: 25351.954076/2021-31
Expediente: 0352102/21-8
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 04.041.933/0001-88
Marca: LUXOR HARMONY SELECT 100 XSL (cigarro com filtro) - embalagem primária box
Processo: 25351.406077/2019-59
Expediente: 4357945/20-1
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: LUCKY STRIKE BLUE BLEND 150 YEARS LUCKIES (cigarro com filtro) - embalagens primárias: box e maço; e embalagens secundárias: pacote para 10 embalagens primárias maço e pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.144143/2021-14
Expediente: 0872060/21-6
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: LUCKY STRIKE ORIGINAL 150 YEARS LUCKIES (cigarro com filtro) - embalagens primárias: box, maço e lata; e embalagens secundárias: pacote para 10 embalagens primárias maço e pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.144142/2021-61
Expediente: 0872031/21-2
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO RE Nº 1.477, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir a petição relativa a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

RC PREMIUM COMERCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELLI - EPP
CNPJ: 17.121.200/0001-03
Marca: CAPTAIN BLACK CHERRY (fumo desfiado) - embalagem primária saco para 42,5 g
Processo: 25351.626569/2020-01
Expediente: 4355735/20-0
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO RE Nº 1.478, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar por caducidade o Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco da marca, conforme anexo, por não ter sido peticionada a renovação de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

ELITE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME
CNPJ: 27.839.998/0001-79
Marca: NAY FRESH TANGER (fumo para narguilé)
Processo: 25351.724332/2019-42
Vencimento: 17/02/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade

RESOLUÇÃO RE Nº 1.479, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir a petição relativa a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

BRESSAN &FEDATO LTDA
CNPJ: 06.208.462/0001-85
Marca: DIPALHA (cigarro de palha) - embalagem primária caixa para 20 unidades
Processo: 25351.718593/2020-67
Expediente: 4540902/20-1
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

DESPACHO Nº 46, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, IV, §4º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

Autuado: ANDERSON SILVA ARAÚJO
CPF: 476.047.678-42
Processo Nº: 25069.056456/2019-89 - AIS 037/2019
Expediente: 0086757/19-8
Arquivamento.
Autuado: CATÁLOGO CDC TABACARIA E PRESENTES LTDA - ATUAL: TABACARIA SHOP
CNPJ: 10.945.121/0001-60
PROCESSO Nº: 25069.076534/2019-61 - AIS: 049/2019
Expediente: 0116055/19-9
Arquivamento.
Autuado: JOSÉ HAROLDO DE VASCONCELOS
CNPJ: 17.182.254/0001-70
Processo Nº: 25069.076999/2019-12 - AIS 052/2019
Expediente: 0116858/19-4
Arquivamento.
Autuado: JUAN CÂMARA PINHEIRO
CPF: 128.144.607-65
Processo Nº: 25069.128785/2019-39 - AIS 101/2019
Expediente: 0195080/19-1
Penalidade: Advertência.
Autuado: RODRIGO ANTONIO KOZAK
CPF: 291.464.138-98
Processo Nº: 25069.078680/2019-21 - AIS 053/2019
Expediente: 0119494/19-1
Penalidade: Advertência.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO RE Nº 1.448, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com § 6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

ALAMAR TECNO CIENTÍFICA LTDA / 48.044.358/0001-42
ANTICORPO SARS-CoV-2 TESTE RÁPIDO (Sangue Total/ Soro / Plasma)
25351.155255/2021-92 / 80049120111
8433 - IVD - Registro de produto / 0906814217

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
Sistema de placas especiais Monoloc
25351.425863/2020-99 / 10349001009
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 1523907201

BIO BRASIL BIOTECNOLOGIA LTDA / 10.942.372/0001-90
Detechta Rápido IgG e IgM SARS-CoV-2
25351.221026/2021-73 / 80680420038
8433 - IVD - Registro de produto / 1101357215

BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA / 02.913.684/0001-48
Âncoras Toggleloc
25351.799557/2021-77 / 80044680487
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 0049579214

BIOTECH VISION CARE OFTALMOLOGIA BRASIL LTDA / 19.443.989/0001-36
BIOVISC ORTHO
25351.666831/2020-41 / 81478170019
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2276266203
BIOVISC ORTHO SINGLE
25351.666829/2020-72 / 81478170018
80095 - MATERIAL - Registro de Material Implantável em Ortopedia / 2276263209

FASTTEST DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA / 20.037.992/0001-39
D-DIMER-CHECK-1
25351.841463/2021-16 / 81086830030
8433 - IVD - Registro de produto / 0126602211
PSA-CHECK-1
25351.920425/2021-11 / 81086830031
8433 - IVD - Registro de produto / 0286227211

HORIBA INSTRUMENTS BRASIL LTDA / 01.759.236/0001-79
Yumizen G DDi 2
25351.724162/2020-30 / 10347320341
8433 - IVD - Registro de produto / 4553693207

PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA / 58.295.213/0001-78
Intellivue guardian software
25351.253737/2021-15 / 10216710397
80274 - EQUIPAMENTO - Registro de Software Médico / 1198170219

QR Consulting, Importação e Distribuição de Produtos Médicos Ltda / 19.933.144/0001-29
Família Cassete de Teste para AFP (Soro/Plasma)
25351.076579/2021-65 / 81325990170
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 0670920216

QUIBASA QUÍMICA BÁSICA LTDA / 19.400.787/0001-07
BIOCLIN FAST COVID-19 anti-RBD
25351.172215/2021-13 / 10269360342
8433 - IVD - Registro de produto / 0954011213
BIOLISA DENGUE IgG
25351.644871/2019-07 / 10269360341
8433 - IVD - Registro de produto / 3064194192

Radac Importadora e Distribuidora Ltda / 08.900.095/0003-73
AllCheck COVID-19 IgG/IgM
25351.958238/2020-29 / 81991520005
8433 - IVD - Registro de produto / 3138113208

SAÚDE IMPORT - COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 07.956.849/0001-82
iVascular Angiolite
25351.649857/2018-19 / 80433810010
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0901252184

Smith &Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. / 13.656.820/0001-88
SISTEMA DE HASTE UMERAL TRIGEN
25351.774932/2020-95 / 80804050310
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 4651998200

SUPRI ARTIGOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA / 07.260.050/0001-57
SUTURA MONODERM™ QUILL™
25351.232831/2020-41 / 80351240045
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0951667201
SUTURA DE PDO QUILL™
25351.232830/2020-05 / 80351240044
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0951665204
SUTURA DE POLIPROPILENO QUILL™
25351.232829/2020-72 / 80351240043
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0951663208

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
DISPOSITIVOS MECTA-C STAND ALONE
25351.406599/2020-94 / 80102512646
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 1467849207
SYNERGY PICC - CATETER CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA DUAL LUMEN
25351.686316/2020-88 / 80102512647
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 4476100207
SYNERGY PICC - CATETER CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA TRIPLE LUMEN
25351.686317/2020-22 / 80102512648
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 4476104200

VYTTRA DIAGNOSTICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. / 00.904.728/0012-09
BM Covid-19
25351.688545/2020-37 / 81692610231
8433 - IVD - Registro de produto / 4481185203

RESOLUÇÃO RE Nº 1.449, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o § 4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com § 6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
SUPERA PERIPHERAL STENT (OD)
25351.043626/2018-99 / 80146502090
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 0749124217
SUPERA PERIPHERAL STENT (OD)
25351.043626/2018-99 / 80146502090
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 0749346211

AGFA HEALTHCARE BRASIL IMPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. / 09.032.626/0001-54
Sistema de Imagens de Raios-X de Radiografia Geral
25351.731359/2017-20 / 80497200030
80216 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão da indicação e finalidade de uso, tipo de operador ou paciente ou ambiente de utilização / 1215129217

AQUA BLUE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 34.012.095/0001-85
DISPOSABLE 3PLY PACE MASK
25351.518975/2020-92 / 81991180004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1299972215

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
Bomba de Insulina Minimed 640G
25351.376484/2020-68 / 10349000912
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 1230563214
Bomba de Insulina Minimed 640G
25351.376484/2020-68 / 10349000912
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 1230573211

BARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA. / 10.818.693/0001-88
ARISTA AH BARD
25351.425977/2016-09 / 80689090153
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 0752766217

BIOCARDIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA / 31.157.910/0001-06
instrumento cortante e articulado em aço inoxidável scanlan
25351.243520/2021-99 / 80015970032
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1318078219

BIOMÉDICA EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA / 01.299.509/0001-40
Família Combo FOB TURBILATEX®
25351.186480/2020-90 / 10355870394
8420 - IVD - Retificação - Correção pela ANVISA / 1019337215
ILUMINADORES CIRÚRGICOS ORTHO-LIGHT
25351.067635/2014-53 / 10355870216
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1311589218
TUBOS DESCARTÁVEIS NOUVAG
25351.259624/2021-15 / 10355879046
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1318863211

BIOMOLECULAR TECHNOLOGY COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA - EPP / 07.767.477/0001-46
DIAGNOSTIC KIT FOR NOVEL-CORONAVIRUS (2019-NCOV) RNA (PCR-FLUORESCENT PROBE ASSAY)
25351.317579/2020-40 / 80867150018
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3848125201

CARE SERVIÇOS MÉDICOS EM GERAL - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP / 22.840.313/0002-71
Monitor de Pressão Arterial
25351.387102/2019-98 / 81728369002
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1330088211

CIRURGICA FERNANDES - COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES - SOCIEDADE LIMITADA / 61.418.042/0001-31
SERINGA DE SEGURANÇA SEM AGULHA SAFER
25351.097397/2011-74 / 10150470296
817 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação a pedido da empresa / 1228722219

CMS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 03.301.390/0001-28
HANAROSTENT - STENT TRAQUEOBRONQUIAL
25351.126875/2008-47 / 80065320097
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 0854481216
HANAROSTENT - STENT DUODENAL PILORI
25351.102885/2008-97 / 80065320111
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 0854490215

DGTECH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 01.072.992/0001-25
INSTRUMENTAIS ARTICULADOS NAO CORTANTES PARA CIRURGIA VIDEO ENDOSCOPICA
25351.435087/2005-04 / 80092970001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1300261219

Eco Diagnostica Ltda / 14.633.154/0002-06
COVID-19 IgG/IgM Combo ECO Teste
25351.297985/2020-89 / 80954880135
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3879989208

EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA / 05.944.604/0001-00
Edwards SAPIEN 3 - Edwards Commander System / Edwards SAPIEN 3 - Sistema Commander Edwards
25351.232913/2015-42 / 80219050159
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 0769240214

EMBRAMAC- EMPRESA BRASILEIRA DE MATERIAIS CIRÚRGICOS, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 51.285.641/0001-70
SERINGA DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL SEM AGULHA EMBRAMAC
25351.012533/2011-40 / 10201230111
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1298973218
SERINGA DESCARTÁVEL SEM AGULHA EMBRAMAC
25351.094168/2011-27 / 10201230122
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1299299212

FERRARI MEDICAL LTDA / 00.593.614/0001-24
ELETRODO PARA COAGULACAO DE TECIDO EM ORL
25351.317961/2005-14 / 80088370008
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1315015214

FORTECARE INDÚSTRIA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI / 08.474.646/0001-12
DIALISADOR FORTECARE
25351.232827/2020-83 / 80463910075
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 1137603211

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
SISTEMA DE ANESTESIA CARESTATION
25351.661327/2020-55 / 80071260432
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 1230575218
SISTEMA DE IMAGIOLOGIA CARDIOVASCULAR OPTIMA
25351.346787/2013-14 / 80071260314
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 1230567217
Sistema de Anestesia Carestation
25351.450863/2015-70 / 80071260356
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 1230569213
Sistema de Tomografia Computadorizada
25351.585011/2017-54 / 80071260386
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 1230571215

HTM INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA / 03.271.206/0001-44
Família de gerador de ozônio para estética
25351.458412/2013-93 / 80212480016
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1297379213

INNOVA TECNOLOGIA PARA SAÚDE LTDA ME / 26.727.391/0001-34
Kit Cânula UltraLief
25351.844612/2020-18 / 81512929001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1297493215

JOHNSON &JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
SUTURA COMPOSTA ENTRANCADA AGULHADA
25351.272750/2004-64 / 80145900782
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 1204502211
SISTEMA DE PLACAS ESPECIAIS LCP PARA PEQUENOS E GRANDES FRAGMENTOS EM ACO INOXIDAVEL
25351.713508/2014-91 / 80145901725
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 1166538216

KASMED IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME / 19.006.720/0001-92
mascara descartável ecomax
25351.224351/2020-15 / 81359800016
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1299557216

KOPP INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 02.967.738/0001-58
PLACA BASE
25351.874341/2021-06 / 80204110027
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1073848217

LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA. / 04.187.384/0001-54
VENTILADOR PULMONAR LEISTUNG LUFT5
25351.316418/2020-39 / 80203470015
80222 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de método de esterilização ou reprocessamento e validade / 1134801211
VENTILADOR PULMONAR LEISTUNG PR5-TT
25351.581769/2019-85 / 80203470014
80222 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de método de esterilização ou reprocessamento e validade / 1134797210
VENTILADOR PULMONAR LEISTUNG FAMÍLIA PR4-G
25351.336811/2015-61 / 80203470013
80222 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de método de esterilização ou reprocessamento e validade / 1134799216

LMG LASERS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 09.089.140/0001-52
LMG Smart Laser
25351.734752/2015-80 / 80520090020
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1316910216

LTM COMERCIAL CIRURGICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP / 01.344.311/0001-30
INSTRUMENTAL PARA CIRURGIA ENDOSCÓPICA CORTANTE BIPOLAR TONTARRA
25351.685795/2010-98 / 80520880005
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1315683217
INSTRUMENTAL PARA CIRURGIA ENDOSCÓPICA BIPOLAR TONTARRA
25351.685821/2010-63 / 80520880006
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1316194216
INSTRUMENTAL PARA CIRURGIA ENDOSCÓPICA PARA UROLOGIA TONTARRA
25351.685834/2010-62 / 80520880002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1318254214

MANDALA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA / 09.117.476/0001-81
PLURYAL VOLUME
25351.666030/2020-86 / 80686360292
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 0652258211

MASSON-MED INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS EIRELI - ME / 05.279.114/0001-36
Seringas Patient SAFE
25351.147967/2009-53 / 80357660003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1311728219

MEDCLOUD TECNOLOGIA MEDICA LTDA / 13.119.682/0001-06
MedCloud Cloud PACS
25351.400157/2018-10 / 81622509001
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1232932211

MED-EL DO BRASIL ELETROMEDICOS LTDA / 29.251.258/0001-42
Implante Coclear SONATATI100
25351.089717/2020-95 / 81692270005

80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 1172154215

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MEDTRONIC COMERCIAL LTDA / 01.772.798/0001-52
CATETER DE PÓLOS ORIENTÁVEIS PARA ABLAÇÃO INTRACARDÍACA CONTACTR
25351.105913/2004-02 / 10339190223
80222 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de método de esterilização ou reprocessamento e validade / 1023257215

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MKTRADE COMERCIO EXTERIOR LTDA / 01.730.078/0001-24
SUPORTE HOSPITALAR
25351.036406/2003-22 / 10331319004
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1312749217

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

M2V COMERCIAL IMPORTADORA &EXPORTADORA LTDA-EPP / 01.323.940/0003-46
LUVA DESCARTÁVEL NITRÍLICA
25351.259594/2021-47 / 81598590003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1318496212

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Nexxmed Equipamentos Ltda / 09.135.326/0001-09
Kit Cânula Upper Block
25351.375914/2019-91 / 80743230043
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1116792211

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Nihon Kohden Brasil Importação, Exportação e Comércio de Equipamentos Médicos LTDA / 14.365.637/0001-96
MONITOR DE BEIRA DE LEITO - SÉRIE BSM-6000
25351.178952/2014-10 / 80914690004
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 1251395214

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOVELTY COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS E ORTOPEDICOS LTDA / 21.787.033/0001-01
PULSE DE LAVAGEM NOVELTY
25351.282344/2019-96 / 81282090029
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1313117216

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NUTRIEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMOQUIMICOS LTDA / 06.172.459/0001-59
NPH MEDICAL SERINGA DESCARTÁVEL SEM AGULHA
25351.513859/2011-82 / 80451960079
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1072434216

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA / 58.295.213/0001-78
MONITOR DE SINAIS VITAIS EFFICIA
25351.610059/2014-81 / 10216710305
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 1198257218
HEARTSTART FRX
25351.360137/2006-65 / 10216710172
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 1297272210

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

PROCTER &GAMBLE DO BRASIL LTDA / 59.476.770/0001-58
FIXODENT ULTRA
25351.155153/2021-77 / 80147370007
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1218846218

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

RENOVA MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 31.047.312/0001-84
kît cânula dissectora percutânea por plasma
25351.112005/2020-87 / 81747779001
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1296791212

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Samsung Eletronica da Amazonia Ltda. / 00.280.273/0007-22
EQUIPAMENTO DE DIAGNÓSTICO POR ULTRASSOM
25351.669802/2017-36 / 81549250003
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1329401216

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Sarstedt Ltda / 02.661.790/0001-81
MULTI ADAPTADOR SARSTEDT
25351.251716/2012-05 / 80003920027
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1121702212
ADAPTADOR DE MEMBRANA SARSTEDT
25351.251714/2012-41 / 80003920026
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1120592210

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Shalon Fios Cirurgicos Ltda / 33.348.467/0001-86
FIO DE SEDA TRANÇADA AGULHADO - SHALON
25000.004040/99-10 / 10243410013
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 3058079200
FIO DE SEDA TRANÇADA AGULHADO - SHALON
25000.004040/99-10 / 10243410013
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3302804194
FIO DE SEDA TRANÇADA AGULHADO - SHALON
25000.004040/99-10 / 10243410013
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 3058270209
FIO DE SEDA TRANÇADA AGULHADO - SHALON
25000.004040/99-10 / 10243410013
80234 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão do método de esterilização / 3058216204

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA / 01.449.930/0001-90
Equipamento de Tomografia Computadorizada
25351.559184/2018-06 / 10345162307
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 1215131219

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

SISNAC - PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 10.444.624/0001-51
ZERONA MEDICAL LASER
25351.068055/2013-79 / 80569770004
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1330207218

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Smith &Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. / 13.656.820/0001-88
EVOS Sistema de fixação rígida de placas retas para mini e microfragmentos
25351.664065/2019-47 / 80804050303
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4175578202

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLÓGICOS LTDA / 92.792.530/0001-38
SONA VOGUE MICRO
25351.322104/2010-55 / 10283310054
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1311746217

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
CDI Ressincronizador com Telemetria BLE
25351.376609/2020-50 / 10332340463
80222 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de método de esterilização ou reprocessamento e validade / 1212782215
Advisor™ VL, Sensor Enabled™ Circular Mapping Catheter
25351.067543/2020-18 / 10332340457
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 1215133215
HEARTMATE II - Sistema de Assistência ao Ventrículo Esquerdo
25351.606050/2019-64 / 10332340448
80165 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela EMPRESA / 1215102215
Simplicity III - Eletrodo Descartável de Radiofrequência NeuroTherm
25351.067384/2017-01 / 10332340408
80216 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão da indicação e finalidade de uso, tipo de operador ou paciente ou ambiente de utilização / 1212430213

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
PARAFUSOS BIOSTEON STRYKER
25351.757029/2010-17 / 80005430300
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 0906354214

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

SUPRI ARTIGOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA / 07.260.050/0001-57
SISTEMA DE PREVENÇÃO DE EMBOLIA CARÓTIDA CGUARD™
25351.522113/2019-21 / 80351240042
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 0651239219

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

TECNOTON APARELHOS MEDICOS EIRELI - EPP / 29.321.197/0001-42
FAMÍLIA DE IMPEDANCIOMETRO
25351.122039/2014-29 / 10333610003
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1311780217

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

TETRA FARM INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI / 20.515.679/0001-69
MÁSCARA DESCARTÁVEL
25351.890140/2021-48 / 81473010008
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1023560214

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

TRAUTEC EQUIPAMENTOS CIRÚRGICOS LTDA / 54.885.546/0001-04
FIXADOR EXTERNO TRAUTEC - FIXADORES EXTERNOS PARA OSTEOSSINTESE - PARA OSSOS MEDIOS E LONGOS
25351.173593/2004-13 / 10174110042
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1297843214

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Unigloves Brasil Importadora LTDA / 12.283.775/0001-09
LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO EM LÁTEX COM PÓ
25351.449247/2012-11 / 80746270003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1331915219

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VARIFEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP / 15.684.857/0001-45
DOCTOR AGULHA
25351.057771/2021-52 / 81569129003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1073359211

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VENTURA BIOMÉDICA LTDA / 57.182.230/0001-36
DRENAGEM VENTRICULAR EXTERNA
25351.133197/2019-21 / 10175060037
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 0652268218
DRENAGEM VENTRICULAR EXTERNA
25351.133197/2019-21 / 10175060037
80241 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão/alteração de acessórios de uso exclusivo em registro de família / 0652288212

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VK DRILLER EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA / 68.996.560/0001-81
Kit de Cânula Golden Block
25351.729640/2019-64 / 10383700065
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1117682212

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VMI TECNOLOGIAS LTDA / 02.659.246/0001-03
EQUIPAMENTO PARA MAMOGRAFIA DIGIMAMO
25351.614637/2018-66 / 81583780003
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 1298353215

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
SYNERGY - Cateter Central de Inserção Periférica (PICC) Mono Lumen
25351.199480/2020-50 / 80102512433
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 0801413212
CATETER DE HEMODIALISE
25351.200347/2020-53 / 80102512435
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 0801589219
SOLUÇÃO LUBRIFICANTE PARA LENTES DE CONTATO
25351.551415/2016-01 / 80102511828
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 2105310203

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

WEM EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA. / 54.611.678/0001-30
COAGULADOR POR PLASMA DE ARGONIO
25351.472418/2005-89 / 10247670038
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 1199781218
COAGULADOR POR PLASMA DE ARGONIO
25351.472418/2005-89 / 10247670038
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 1199779216

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

W.L. GORE &ASSOCIATES DO BRASIL LTDA. / 03.806.796/0001-62
GORE TRI-LOBE Balloon Catheter
25351.070384/2009-49 / 80067930022
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 0577431214

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

3P MEDICAL LTDA - ME / 26.397.154/0001-52
frasco para diurese 3p medical
25351.254363/2021-47 / 81659440032
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1318290211

RESOLUÇÃO RE Nº 1.450, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA / 09.377.976/0001-52
Novel Coronavirus(COVID-19)IgG/IgM Rapid Test Device
25351.181741/2020-85 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0777652207

Autentica Medical Importação Comercio e Serviços LTDA-ME / 18.192.496/0001-08
Cage Cervical com Trava stand alone - Scarlet AC-T
25351.317473/2016-78 / 81000030044
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 0854498211

BELLE ARTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 08.244.232/0001-05
VSE MEDICAL
25351.409628/2020-70 /
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1477669203

BIOADVANCE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA - ME / 07.630.473/0001-11
ENDOBOTON COM FIO-BIOADVANCE
25351.783528/2011-70 / 80301890011
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 0227108217

BIO-RAD LABORATORIOS BRASIL LTDA / 03.188.198/0001-77
Família Liquichek Cardiac Markers Plus Control LT
25351.488867/2009-54 / 80020690198
8442 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do produto em família / 0546970218

DAFA SURGICAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA EPP / 27.415.236/0001-45
COVID-19 PLUS - Teste rápido
25351.211990/2020-11 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 0883842209

Domo Salute Consultoria Regulatória Ltda / 26.263.959/0001-03
FAMÍLIA MEDIDOR DE GLICOSE NO SANGUE GOLD AQ PLUS
25351.000325/2020-95 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 0004572201
FAMÍLIA SOLUÇÃO DE CONTROLE DE GLICOSE NO SANGUE
25351.000324/2020-41 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 0004570205
TIRA-TESTE DE GLICOSE NO SANGUE GOLD AQ PLUS
25351.000323/2020-04 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0004568203

DORTE DISTRIBUIDORA, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA / 08.449.435/0001-20
Teste rápido para anticorpos IgG/IgM COVID-19 em Cassete
25351.516799/2020-54 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1808536209

EINCO BIOMATERIAL LTDA / 00.332.420/0001-75
Novo Coronavirus (2019-nCoV) IgM / IgG Test Kit
25351.292811/2020-20 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1129298209

F2R TRADE IMPORT EXPORT LTDA / 22.553.347/0001-02
kit de teste de anticorpos IgG / IgM para coronavírus (2019-nCoV) (ouro coloidal)
25351.292810/2020-85 / 81656990001
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4129764204

IOL IMPLANTES LTDA / 68.072.172/0001-04
Acetábulo Bipolar - IOL
25351.148838/2009-10 / 10223680072
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 0652292211
HASTE IOL EXETER
25351.472731/2011-81 / 10223680089
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 0835025216

JM VELLAME COMERCIO, REPRESENTACAO, LOCACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 30.980.559/0001-96
2019 - nCoV IgM/IgG Anticorpo teste kit (ouro coloidal)
25351.230948/2020-91 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0948397207

JOHNSON &JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
ELETRODO VAPR
25351.051224/2004-62 / 80145900748
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 1204364218

KATAL BIOTECNOLOGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 71.437.917/0001-04
COVID-19 IgG/IgM
25351.286464/2020-04 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1112330203

LB DIAGNÓSTICA COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA epp / 07.668.811/0001-04
LB qSARS-CoV-2 IgG/IgM Cassette Rapid Test
25351.291222/2020-24 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1125877202

MBIOLOG DIAGNOSTICOS LTDA / 03.590.360/0001-89
IMUNOCROM MB COVID19 IGG/IGM
25351.211994/2020-91 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0883850200

MEDBEST EIRELI / 36.991.316/0001-30
Ventilador Pulmonar
25351.466100/2020-06 /
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1651209200

MISSNER &MISSNER LTDA / 03.225.411/0001-73
CURATIVO DE ALGINATO DE CÁLCIO E PRATA M-TEC
25351.046421/2018-65 / 80003300015
80234 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão do método de esterilização / 0366015210
CURATIVO DE ALGINATO DE CÁLCIO E PRATA M-TEC
25351.046421/2018-65 / 80003300015
80239 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição química/matéria-prima / 0366025217

Nexxmed Equipamentos Ltda / 09.135.326/0001-09
Ventilador Anima
25351.560159/2020-81 / 80743230057
80216 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão da indicação e finalidade de uso, tipo de operador ou paciente ou ambiente de utilização / 3216361204

Novatech Comercio e Representações Ltda / 13.503.335/0001-74
TESTE RÁPIDO COVID-2019 (Sars-CoV-2) IgG/IgM
25351.211998/2020-79 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0883858205

NUTRIEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMOQUIMICOS LTDA / 06.172.459/0001-59
RENNOVA® FILL LIDO
25351.463711/2017-99 / 80451960200
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 0669589212
RENNOVA® LIFT LIDO
25351.463702/2017-06 / 80451960199
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 0669587216
Teste Rápido Covid-19 15 minutos Nutriex
25351.215994/2020-60 / 80451960214
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4549678201
Família Teste Rápido Antígeno Swab Covid-19
25351.525265/2020-19 / 80451960237
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1021528210

PASSROD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME / 26.185.222/0001-10
Genefill Soft Fill
25351.702142/2020-16 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2385876201

PV COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI / 15.804.354/0001-66
RESPIRADOR NASAL DE ALTO FLUXO
25351.292628/2020-24 /
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1128617202

RAHOS TECHNOLOGY LTDA.-EPP / 11.978.342/0001-05
Mini-implante Ortodôntico Titânio
25351.708905/2020-24 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2403875200

RENYLAB QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA / 00.562.583/0001-44
COVID-19 IGG/IGM Rapid Test
25351.219358/2020-15 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0908085206

SIMPLECARE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA / 13.529.881/0001-84
TESTE RAPIDO CORONA VIRUS - COVID - 19
25351.219357/2020-62 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0908083200

SMT IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. / 08.862.233/0001-05
MICROCATETER APT MEDICAL
25351.782837/2018-41 / 80446140035
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 0652262219

SUPRI ARTIGOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA / 07.260.050/0001-57
SUTURA PLAIN GUT
25351.745928/2018-03 / 80351240037
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 2777918201
Sutura Chromic Gut
25351.742266/2018-10 / 80351240032
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 2777920203
SUTURA MONODERM (PGA-PCL)
25351.742361/2018-13 / 80351240033
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 2763044207

TRIMED BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 05.334.383/0001-58

PLACAS ESPECIAIS PGF TRIMED
25351.848761/2021-29 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 0141194212

UBUNTU MED IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME / 27.672.060/0001-07
Novel Coronavirus (SARS-CoV-2) Antibody (IgM/IgG) Test
25351.222856/2020-37 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0919434207

Vida Biotecnologia Ltda - ME / 11.308.834/0001-85
TESTE RÁPIDO CORONAVIRUS
25351.197134/2020-37 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0830611207

VISAO IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS LTDA / 30.049.016/0001-50
Novel COVID-19 Rapid Test
25351.215986/2020-13 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 0896367203

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
SISTEMA DE AGULHA ENDOVASCULAR FUTHROUGHTM COM BALÃO
25351.723345/2020-38 /
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 4553091202
SISTEMA DE AGULHA ENDOVASCULAR FUTHROUGHTM
25351.723344/2020-93 /
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 4553088202

W.L. GORE &ASSOCIATES DO BRASIL LTDA. / 03.806.796/0001-62
GORE VIABIL BILIARY ENDOPROTHESIS
25351.050272/2008-67 / 80067930011
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 0092667211

3M DO BRASIL LTDA / 45.985.371/0001-08
3M TEGADERM ABSORVENT CURATIVO ACRÍLICO TRANSPARENTE
25351.231412/2010-52 / 80284930253
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 0769238212

RESOLUÇÃO RE Nº 1.451, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo, em atendimento à Decisão da Ação Ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2º O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o § 4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com § 6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

NUTRIEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMOQUIMICOS LTDA / 06.172.459/0001-59
Rennova lido
25351.063121/2020-65 / 80451960238
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0291830207

RESOLUÇÃO RE Nº 1.452, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA RARAS BRASIL PESQUISA CLINICA LTDA
CNPJ 37.268.318/0001-68
DISPOSITIVO MÉDICO EM INVESTIGAÇÃO Implante e Sistema de Entrega PLAR
NUMERO DO PROCESSO DO DICD 25351.172003/2021-28
EXPEDIENTE 0953159/21-9
CE 8001/2021
80104 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo do Dossiê de Investigação Clínica de Dispositivos Médicos - DICD de ORPCs
NUMERO DO PROCESSO DO DOSSIÊ ESPECÍFICO DE ENSAIO CLÍNICO 25351.205727/2021-65
EXPEDIENTE 1052879/21-2
ASSUNTO DA PETIÇÃO 80128 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC´s - Produtos para Saúde
NUMERO DO PROCESSO DO DOSSIÊ ESPECÍFICO DE ENSAIO CLÍNICO 25351.205728/2021-18
EXPEDIENTE 1052882/21-2
ASSUNTO DA PETIÇÃO 80128 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC´s - Produtos para Saúde

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO RE Nº 1.420, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Informar o LMR e o Intervalo de Segurança como UNA - Uso Não Alimentar, para a cultura de pastagem, na modalidade de emprego (aplicação) foliar e inserir a frase "Dose de Referência Aguda (DRfA): 0,025 mg/kg/pc (fonte: EFSA*, 2018) *EFSA: European Food Safety Authority", na monografia do ingrediente ativo Acetamiprido - A29, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.421, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas do açaí, castanha-do-pará, macadâmia, pinhão e pupunha, com LMR de 0,1 mg/kg e IS de 15 dias, marmelo e nêspera, com LMR de 0,2 mg/kg e IS de 17 dias, feijões, com LMR de 0,05 mg/kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", abacate, abacaxi, anonáceas, cupuaçu, guaraná, kiwi, manga, maracujá e romã, com LMR de 0,1 mg/kg e IS de 3 dias, milheto e sorgo, com LMR de 1,0 mg/kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", aveia, centeio, cevada e triticale, com LMR de 0,05 mg/kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego" e altera o LMR de 0,01 para 0,2 mg/kg para a cultura do caju, na monografia do ingrediente ativo G01-GLIFOSATO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.422, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a monografia do ingrediente ativo M19 - Metribuzim, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.423, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar da monografia do ingrediente ativo S13 - S-Metolacloro, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.424, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) solo para a cultura da cana-de-açúcar, com IS "Não determinado devido a modalidade de emprego e mantendo o LMR de 0,01 mg/kg, na monografia do ingrediente ativo E32 - ESPINETORAM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.427, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) solo para a cultura da cana-de-açúcar, com IS "Não determinado devido a modalidade de emprego e mantendo o LMR de 0,03 mg/kg e inclui as frases: l) Dose de Referência Aguda (DRfA) = 0,9 mg/kg p.c. (JMPR*,2003), *- Joint FAO/WHO Meeting on Pesticide Residues e m) Definição de resíduos para conformidade com o LMR e Avaliação do Risco Dietético: Metoxifenozida, na monografia do ingrediente ativo M32 - METOXIFENOZIDA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.428, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) produtos armazenados para a cultura do sorgo, com LMR de 1,0 mg/kg e IS de 30 dias, altera o LMR de 0,05 para 1,0 mg/kg na cultura do sorgo, inclusão da modalidade de emprego (aplicação) sementes armazenadas para as culturas do arroz, feijão, milho e trigo, com IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", mantendo os LMR aprovados para as respectivas culturas e inclui as frases: *-The Joint FAO/WHO Meeting on Pesticide Residues. e m) Definição de resíduos para conformidade com o LMR e Avaliação do Risco Dietético: Deltametrina, na monografia do ingrediente ativo D06 - DELTAMETRINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.429, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas: ervilha, feijão-caupi, grão-de-bico e lentilha, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de "Não determinado devido a modalidade de emprego", aveia, centeio e triticale, com LMR de 0,01 mg/kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", todas na modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência e incluir as frases: n) Dose de Referência Aguda (DRfA) = Não aplicável (EFSA*,2009), *- European Safety Food Authority e o) Definição de resíduos para conformidade com o LMR e Avaliação do Risco Dietético: Trifluralina, na monografia do ingrediente ativo T24 - TRIFLURALINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.430, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do coco, com LMR de 0,01 mg/kg e Intervalo de Segurança de 01 dia, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo Tebuconazol - T32, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.431, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o Intervalo de Segurança de 30 para 7 dias para a cultura da soja, na modalidade de emprego (aplicação) dessecação, mantendo o LMR atualmente aprovado, incluir as frases: l) Dose de Referência Aguda (DRfA) = Não aplicável (EFSA*, 2018), *- European Safety Food Authority e m) Definição de resíduos para conformidade com o LMR e Avaliação do Risco Dietético: Carfentrazona-etílica, na monografia do ingrediente ativo C49 - CARFENTRAZONA-ETÍLICA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.432, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas abacate, abacaxi, anonáceas, cacau, cupuaçu, guaraná, kiwi, lichia, macadâmia, manga, maracujá e romã, com LMR de 2,0 mg/kg e IS de 1 dia, uva, com LMR de 0,6 mg/kg e IS de 07 dias, acelga, agrião, almeirão, chicória, espinafre, mostarda e rúcula, com LMR de 3,0 mg/kg e IS de 3 dias, alho e chalota, com LMR de 0,5 mg/kg e IS de 2 dias, chuchu e maxixe, com LMR de 0,3 mg/kg e IS de 1 dia, couve-chinesa, couve-de-bruxelas e repolho, com LMR de 6,0 mg/kg e IS de 3 dias, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar; Incluir as frases: "Dose de Referência Aguda (DRfA) = Não aplicável (Fonte: JMPR*, 2018)", "Definição de resíduos para conformidade com o LMR: Mandipropamida", "Definição de resíduos para Avaliação do Risco Dietético: Soma de Mandipropamida e seu metabólito *SYN 500003 (4-chloro-phenyl)-prop-2-ynyloxy-acetic acid (Nº CAS 655223-09-9), para raízes e tubérculos e Mandipropamida, para as demais culturas"; excluir a coluna "SYN 500003*" da tabela do constante no item j), na monografia do ingrediente ativo M45 - MANDIPROPAMIDA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.433, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o LMR de 0,1 para 0,3 mg/kg e o IS de 21 para 3 dias para a cultura do citros, altera o LMR de 0,1 para 0,2 mg/kg para a cultura do tomate, inclui a frase: n) Definição de resíduos para conformidade com o LMR e Avaliação do Risco Dietético: Ciflutrina (soma de isômeros), na monografia do ingrediente ativo C61 - BETA-CIFLUTRINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.434, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas: feijão-caupi, feijão-fava, grão-de-bico e lentilha, com LMR de 0,1 mg/kg e IS de 14 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar e da frase: m) Definição de resíduos para conformidade com o LMR e Avaliação do Risco Dietético: Profenofós, na monografia do ingrediente ativo P13 - PROFENOFÓS, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.435, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o LMR para a cultura da cebola, de 0,1 mg/kg para 0,2 mg/kg, na monografia do ingrediente ativo Flutriafol, código F36, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.436, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura da soja, com LMR de 0,01 mg/kg e Intervalo de Segurança de 30 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, e incluir o texto: "Definição de resíduos para conformidade com o LMR e para fins de avaliação do risco dietético: Cimoxanil", na monografia do ingrediente ativo Cimoxanil C09, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.438, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas: batata-doce, beterraba, cenoura, gengibre, inhame, mandioquinha-salsa, nabo e rabanete, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 7 dias, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar e inclui as frases: o) Dose de Referência Aguda (DRfA) = 0,04 mg/kg p.c. (JMPR*, 2006) e *- Joint FAO/WHO Meeting on Pesticide Residues, na monografia do ingrediente ativo Zeta-cipermetrina, código C-60, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.439, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) solo para as culturas do café, melão, pepino, pimentão e tomate, mantendo os LMR e IS atualmente aprovados para as respectivas culturas, na monografia do ingrediente ativo Flupiradifurone, código F-69, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.440, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do arroz, com LMR e Intervalo de Segurança não determinado devido à modalidade de emprego e por ser de ocorrência natural em plantas cultivadas, na modalidade de emprego (aplicação) foliar; incluir o texto: "Dose de Referência Aguda (DRfA) = Não aplicável (fonte: EFSA*, 2013) *European Food Safety Authorithy", na monografia do ingrediente ativo Ácido Abscísico A60, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários

e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.441, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as frases: k) Ingestão Diária Aceitável (IDA) = 0,015 mg/kg p.c. (EFSA*, 2008), l) Dose de Referência Aguda (DRfA) = Não aplicável (EFSA*,2008), *- European Food Safety Authority e m) Definição de resíduos para conformidade com o LMR e Avaliação do Risco Dietético: Soma de Quizalofope, seus sais, ésteres (inclusive Propaquizafope) e seus conjugados, expresso como Quizalofope, na monografia do ingrediente ativo Propaquizalofope, código P-31, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.444, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar na cultura: feijão o LMR de 1,00 mg/Kg para 7,00 mg/Kg e o IS permanece com 60 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, inclui as frases: h) Dose de Referência Aguda (DRfA) = 0,4 mg/kg p.c. (JMPR*, 2005) e *- Joint FAO/WHO Meeting on Pesticide Residues e i) Definição de resíduos para conformidade com o LMR e Avaliação do Risco Dietético: Fluasifope-P (soma de todos os constituintes isômeros de Fluasifope, seus ésteres e conjugados, expresso como Fluasifope), na monografia do ingrediente ativo Fluasifope-p-butílico, código F23.1, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.453, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a Decisão Judicial (Processo n. 1063754-15.2020.4.01.3400 - 3ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF (TRF1) - NUP: 00424.173222/2020-11) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto KOLYNA.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

TECNOMYL BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA. / 05.280.269/0001-92
KOLYNA
25351.029550/2016-14
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1643689/16-0
CATEGORIA 4: PRODUTO POUCO TÓXICO

RESOLUÇÃO RE Nº 1.454, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
PLETHORA BR
25351.297066/2016-42
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3461880/20-5

AUGUST DO BRASIL ASSESSORIA INTERNACIONAL LTDA / 09.721.963/0001-59
AUG 117
25351.669106/2010-12
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3878911/20-3

AUGUST DO BRASIL ASSESSORIA INTERNACIONAL LTDA / 09.721.963/0001-59
NOMAD EC
25351.430242/2010-57
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3774702/20-9

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. / 04.136.367/0001-98
VERIMARK
25351.466389/2011-64
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3653812/20-8

RESOLUÇÃO RE Nº 1.455, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

CCAB AGRO S.A. / 08.938.255/0001-01
AZOXISTROBIN 200 CIPROCONAZOLE 80 CCAB SC
25351.478909/2013-98
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0681758/13-1
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO - FAIXA AZUL

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. / 61.064.929/0001-79
VESSARYA BR
25351.734090/2014-79
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 1079799/14-8
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO - FAIXA AZUL

CROPCHEM LTDA. / 03.625.679/0001-00
CRESOXIM-METÍLICO TÉCNICO CROPCHEM
25351.165370/2016-76
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1978090/16-7
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

CROPCHEM LTDA. / 03.625.679/0001-00
FLUMIOXAZINA TÉCNICO CROPCHEM
25351.032835/2016-22
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1655924/16-0
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

LUXEMBOURG BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. / 05.777.338/0001-78
NADRAN 250
25351.540673/2014-01
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0752900/14-7
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO - FAIXA AZUL

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
GLIFOSATO NORTOX ULTRA
25351.001641/2013-57
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0002298/13-5
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO - FAIXA AZUL

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
HEXAZINONA + TEBUTHIURON WG
25351.241972/2015-17
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0349488/15-8
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO - FAIXA AZUL

PROVENTIS LIFESCIENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA. / 14.497.712/0001-72
AZOXYSTROBIN 250 SC PLS CL1
25351.072035/2015-58
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0103973/15-3
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO - FAIXA AZUL

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
FORTENZA DUO PROFESSIONAL
25351.052510/2013-15
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0074205/13-8
NÃO CLASSIFICADO - PRODUTO NÃO CLASSIFICADO

TOPBIO - INSUMOS BIOLÓGICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. / 22.296.945/0001-35
BARKMAX
25351.706355/2020-17
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 4516468/20-4
CATEGORIA NÃO CLASSIFICADO - PRODUTO NÃO CLASSIFICADO

TOPBIO - INSUMOS BIOLÓGICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. / 22.296.945/0001-35
MINEX NEO
25351.706312/2020-23
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 4516408/20-1
CATEGORIA NÃO CLASSIFICADO - PRODUTO NÃO CLASSIFICADO

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52

CAPTAN TÉCNICO YGC
25351.786846/2015-33
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1124113/15-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.456, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Divulgar a reclassificação toxicológica de acordo com o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 294, de 29 de julho de 2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
EXPEDIENTE
NOVA CATEGORIA TOXICOLÓGICA

IRRIGAÇÃO DIAS CRUZ LTDA -ME / 57.397.200/0001-47
KEEPDRY
25000.039299/99-18
5001 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA RECLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA, 3277626/20-2
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO - FAIXA AZUL

MONSANTO DO BRASIL LTDA / 64.858.525/0001-45
XTENDICAM
25351.005581/2012-51
5001 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA RECLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA, 0632566/20-5
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO - FAIXA AZUL

RESOLUÇÃO RE Nº 1.457, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA - 47.180.625/0001-46
25351.184447/2020-25
FASE I

DU PONT DO BRASIL SA - 61.064.929/0001-79
25351.215866/2020-16
FASE I

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. - 04.136.367/0001-98
25351.658400/2020-10
ANEXO III

GÊNICA INOVAÇÃO BIOTECNOLÓGICA LTDA. - 23.255.514/0002-74
25351.889892/2021-66
ANEXO III
25351.971587/2021-17
ANEXO III

JB BIOTECNOLOGIA LTDA. - 22.175.316/0001-57
25351.039801/2021-49
ANEXO III

PROPHYTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - 07.118.820/0001-21
25351.045498/2021-13
ANEXO III

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
25351.584203/2020-49
FASE I

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO RE Nº 1.425, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____
ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI - ME / 025.066.271/0001-70
ALG SUN MULTI PROTETOR SOLAR FPS30 COM REPELENTES DE INSETOS
25351.308095/2020-18 / 418210009
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1179531/20-5

ATHENAS INDÚSTRIA E TERCERIZAÇÃO DE COSMÉTICOS EIRELI EPP / 001.287.021/0001-00
COLÔNIA BELLE
25351.000422/2017-01 / 266700114
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0116649/21-6
COLÔNIA CINDERELLA
25351.000423/2017-07 / 266700113
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0116581/21-2
COLÔNIA CHUÁ CHUÁ GALINHA PINTADINHA
25351.053840/2016-96 / 266700081
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0116560/21-5
COLÔNIA BEBÊ FISHER-PRICE (ELEFANTE)
25351.053860/2016-20 / 266700096
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0116280/21-2
COLÔNIA FROZEN (ANNA)
25351.219934/2016-94 / 266700075
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0116491/21-3
COLÔNIA FROZEN (ELSA)
25351.219940/2016-06 / 266700076
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0116557/21-4
COLÔNIA CHUÁ CHUÁ SCOOBY-DOO
25351.220166/2016-16 / 266700073
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0116488/21-2
COLÔNIA LOONEY TUNES (PIU PIU)
25351.220279/2016-20 / 266700074
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0116490/21-7
COLONIA CHUÁ CHUÁ DORA A AVENTUREIRA
25351.314013/2016-27 / 266700082
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0116563/21-4
COLÔNIA CHUÁ CHUÁ BOB ESPONJA
25351.602160/2015-39 / 266700067
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0116279/21-4

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. / 061.082.426/0002-07
EPISOL COLOR FPS 70 TOM 5
25351.633373/2020-64 / 200030870
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4369259/20-7
EPISOL COLOR FPS 70 TOM 6
25351.633449/2020-51 / 200030871
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4369346/20-7
EPISOL COLOR FPS 70 TOM 3
25351.633574/2020-61 / 200030872
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4369482/20-8

INGLEZA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA E COSMETICOS LTDA. / 017.245.028/0001-91
UAU GEL ANTISSÉPTICO FLORES VERMELHAS
25351.148620/2020-21 / 417180006
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3430994/20-9
UAU GEL ANTISSÉPTICO CLEAR
25351.839133/2020-71 / 417180005
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2791746/20-0

LIPSON COSMETICOS LTDA / 061.610.515/0001-06
HELIOCARE MAX DEFENSE FPS 50
25351.067533/2017-06 / 212392819
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2940958/20-3
HELIOCARE MAX DEFENSE FPS 90
25351.067611/2017-04 / 212392815
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2940933/20-1
HELIOCARE MAX DEFENSE OIL REDUCTION FPS 30
25351.100630/2015-50 / 212392813
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2940975/20-5

MIYUKI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA-EPP / 000.129.149/0001-75
GEL ANTI SÉPTICO PARA AS MÃOS RICIE
25351.286751/2004-96 / 221700088
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2588420/20-6
GEL ANTI SÉPTICO PARA AS MÃOS RICIE
25351.286751/2004-96 /
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2588420/20-6

VIDAL LIFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 004.529.445/0001-14
GEL ANTISSÉPTICO PARA MÃOS ECOTOYS MELINA
25351.929769/2020-12 / 235370041
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3057042/20-1

RESOLUÇÃO RE Nº 1.426, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____
Proline Indústria e Comércio Ltda / 002.946.060/0001-27
GEL BAC ANTI SEPTICO PREMISSE
25351.036351/01-08 / 230930002
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 1115157/21-3

RESOLUÇÃO RE Nº 1.443, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JÚNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

ESTAÇÃO Y INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA/2.03223-7
CALDA QUENTE CEREJA MARASCA SOPHIE SENSUAL FEELINGS
25351.304041/2016-02
CALDA QUENTE TRUFADA SOPHIE SENSUAL FEELINGS
25351.303986/2016-74
CALDA REFRESCANTE AMORA SOPHIE SENSUAL FEELINGS
25351.304015/2016-18
CALDA REFRESCANTE PISTACHE SOPHIE SENSUAL FEELINGS
25351.303986/2016-74
ÓLEO REFRESCANTE DE MASSAGEM SOPHIE SENSUAL FEELINGS
25351.307861/2016-41

REHAIR INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI/ 4.02653-2
MÁSCARA BTX MAXY BLEND
25351.145067/2021-56
MAXY BLEND - FUSÃO DOS ÁCIDOS
25351.145227/2021-67

RESOLUÇÃO RE Nº 1.445, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: ABOUT YOU INDUSTRIA DE COSMETICO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09324-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: NANO PROTECT VIRUCIDA E BACTERICIDA DESINFETANTE MULTISUPERFÍCIES
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440632/2020-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.9324.0002.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

---

NOME DA EMPRESA: ATL HIGIENE PROFISSIONAL EIRELI - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.01908-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAOXI BACT CLEAN S
NUMERO DE PROCESSO: 25351.584635/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0076.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: ATLAOXI BACT CLEAN S + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222046 SANITIZANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAOXI BACT CLEAN S
NUMERO DE PROCESSO: 25351.584635/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0076.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: ATLAOXI BACT CLEAN S + BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222046 SANITIZANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAOXI BACT CLEAN S
NUMERO DE PROCESSO: 25351.584635/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0076.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: ATLAOXI BACT CLEAN S + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222046 SANITIZANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAOXI BACT CLEAN S
NUMERO DE PROCESSO: 25351.584635/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0076.004-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: ATLAOXI BACT CLEAN S - AZUL + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222046 SANITIZANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAOXI BACT CLEAN S
NUMERO DE PROCESSO: 25351.584635/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0076.005-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: ATLAOXI BACT CLEAN S - AZUL + BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222046 SANITIZANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAOXI BACT CLEAN S
NUMERO DE PROCESSO: 25351.584635/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0076.006-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: ATLAOXI BACT CLEAN S - AZUL + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222046 SANITIZANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: AUDAX QUIMICA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00828-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: SIGNA PRO KITCHEN SANITIZANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520622/2015-65
NUMERO DE REGISTRO: 3.0828.0050.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: POTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 1 Ano(s)
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0380263/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: SIGNA PRO KITCHEN SANITIZANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520622/2015-65
NUMERO DE REGISTRO: 3.0828.0050.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 1 Ano(s)
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0380263/21-1

NOME DA EMPRESA: BECKER INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07194-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGINDOOR SMART 546
NUMERO DE PROCESSO: 25351.593347/2020-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.7194.0050.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222049 DESINFETANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: BIO CARB INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02068-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATACK MATA BARATAS GEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.318247/2010-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.2068.0033.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2025
APRESENTAÇÃO: SERINGA PLASTICA + BLISTER DE PLASTICO COM CARTOLINA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0516705/21-1

NOME DA EMPRESA: BIOCHEMICAL PRODUTOS QUIMICOS LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02593-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: BIOSURFACE REMOVER PREMIUM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.723600/2010-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.2593.0040.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0157161/21-8

NOME DA EMPRESA: BRILHO XIKE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA- ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03499-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGRO BIOS QUAT 80 F
NUMERO DE PROCESSO: 25351.963156/2020-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.3499.0011.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: SEM VERSÃO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGRO BIOS QUAT 80 F
NUMERO DE PROCESSO: 25351.963156/2020-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.3499.0011.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: SEM VERSÃO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGRO BIOS QUAT 80 F
NUMERO DE PROCESSO: 25351.963156/2020-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.3499.0011.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: SEM VERSÃO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGRO BIOS QUAT 80
NUMERO DE PROCESSO: 25351.963469/2020-54
NUMERO DE REGISTRO: 3.3499.0012.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA

VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: SEM VERSÃO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGRO BIOS QUAT 80
NUMERO DE PROCESSO: 25351.963469/2020-54
NUMERO DE REGISTRO: 3.3499.0012.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: SEM VERSÃO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGRO BIOS QUAT 80
NUMERO DE PROCESSO: 25351.963469/2020-54
NUMERO DE REGISTRO: 3.3499.0012.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: SEM VERSÃO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: CLEANER INDUSTRIA QUIMICA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.01838-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ÁCIDO CL 1001
NUMERO DE PROCESSO: 25351.177677/2017-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0024.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0511354/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ÁCIDO CL 1001
NUMERO DE PROCESSO: 25351.177677/2017-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0024.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3866429/20-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ÁCIDO CL 1001
NUMERO DE PROCESSO: 25351.177677/2017-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0024.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0511354/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ÁCIDO CL 1001
NUMERO DE PROCESSO: 25351.177677/2017-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0024.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3866429/20-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ÁCIDO CL 1001
NUMERO DE PROCESSO: 25351.177677/2017-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0024.003-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3866429/20-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ÁCIDO CL 1001
NUMERO DE PROCESSO: 25351.177677/2017-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0024.003-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0511354/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ÁCIDO CL 1001
NUMERO DE PROCESSO: 25351.177677/2017-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0024.004-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO + TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3866429/20-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ÁCIDO CL 1001
NUMERO DE PROCESSO: 25351.177677/2017-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0024.004-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO + TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0511354/21-5

_ _

NOME DA EMPRESA: DIOXIDE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.06294-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DIOXIPLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.422751/2015-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.6294.0001.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0544248/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DIOXIPLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.422751/2015-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.6294.0001.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0544248/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DIOXIPLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.422751/2015-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.6294.0001.003-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0544248/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: WTR 700
NUMERO DE PROCESSO: 25351.773616/2015-77
NUMERO DE REGISTRO: 3.6294.0003.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0559463/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: WTR 700
NUMERO DE PROCESSO: 25351.773616/2015-77
NUMERO DE REGISTRO: 3.6294.0003.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0559463/21-9

_ _

NOME DA EMPRESA: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02661-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLAX 3AL6 DIVERALK
NUMERO DE PROCESSO: 25351.026125/2003-61
NUMERO DE REGISTRO: 3.2661.0141.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 02 Ano(s)
CATEGORIA: 3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0091591/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DRAX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.195939/2002-64
NUMERO DE REGISTRO: 3.2661.0008.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2027
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0091696/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DIVOSAN HYPOCHLORITE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.222064/2002-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.2661.0146.001-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 06 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0091579/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: SAFE KLOR KLEEN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.426387/2014-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.2661.0256.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0091751/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: SAFE KLOR KLEEN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.426387/2014-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.2661.0256.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0091754/21-6

_ _

NOME DA EMPRESA: ECOLAB QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00053-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ELGICIDE BIO C
NUMERO DE PROCESSO: 25351.161988/2002-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.0053.0671.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2027
APRESENTAÇÃO: BALDE PLÁSTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0559617/21-6

_ _

NOME DA EMPRESA: ESSENCIAL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.05229-0

NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO GEL ATRIUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.934854/2020-94
NUMERO DE REGISTRO: 3.5229.0004.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: CLORO GEL + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO GEL ATRIUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.934854/2020-94
NUMERO DE REGISTRO: 3.5229.0004.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: CLORO GEL + BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: G5 INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08727-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRESCOR DE LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRESCOR DE LAVANDA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FLORAL CAMPESTRE + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.004-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FLORAL CAMPESTRE + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.005-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: ENERGIA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.006-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: ENERGIA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.007-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: NATUREZA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.008-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: NATUREZA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.009-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: BRISA DA MANHÃ + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.010-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: BRISA DA MANHÃ + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.011-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: MAGIA DA FLORESTA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-221 - Desinfetante Concentrado
NUMERO DE PROCESSO: 25351.609519/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0023.012-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: MAGIA DA FLORESTA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: INNOVATIVE WATER CARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS BRASIL LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.00388-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: HTH ALGICIDA DE MANUTENCAO
NUMERO DE PROCESSO: 25000.034622/98-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.0388.0009.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3210014 ALGICIDA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4567408/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HTH ALGICIDA DE MANUTENCAO
NUMERO DE PROCESSO: 25000.034622/98-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.0388.0009.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2026
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3210014 ALGICIDA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4567408/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HTH ULTRA-CLEAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.056383/2003-72
NUMERO DE REGISTRO: 3.0388.0016.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO OPACO POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3210014 ALGICIDA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4567192/20-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: HTH ULTRA-CLEAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.056383/2003-72
NUMERO DE REGISTRO: 3.0388.0016.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3210014 ALGICIDA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4567192/20-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: HTH ALGICIDA CHOQUE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.211201/2010-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.0388.0043.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3210014 ALGICIDA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4567155/20-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: HTH ALGICIDA CHOQUE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.211201/2010-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.0388.0043.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2030
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3210014 ALGICIDA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4567155/20-3

_ _

NOME DA EMPRESA: Ipanema Indústria de Produtos Veterinários Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.02380-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: PERMETRINA AERO SYSTEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.935525/2016-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.2380.0027.001-2
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 05/2026
APRESENTAÇÃO: TAMBOR METALICO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0515571/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PERMETRINA AERO SYSTEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.935525/2016-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.2380.0027.002-0
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 05/2026
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto

EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0515571/21-1

NOME DA EMPRESA: ISOPOLY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02540-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: POLYCLOR
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.735874/2018-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.2540.0019.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0559046/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: POLYCLOR
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.735874/2018-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.2540.0019.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0462853/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: POLYCLOR
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.735874/2018-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.2540.0019.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0559046/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: POLYCLOR
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.735874/2018-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.2540.0019.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0462853/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: POLYCLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.735874/2018-60
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0559046/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: POLYCLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.735874/2018-60
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0462853/21-7

NOME DA EMPRESA: ITAQUIMICA COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI ME
AUTORIZAÇÃO: 3.04981-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ITA SODA
VERSÃO: ITA SODA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.763304/2020-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.4981.0012.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: ITA SODA
VERSÃO: ITA SODA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.763304/2020-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.4981.0012.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

NOME DA EMPRESA: JUGATHA IND. E COM. DE PROD. QUÍMICOS LTDA EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02842-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BACTERICIDA CONCENTRADO JUGATHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.474753/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.2842.0015.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: . + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: LAND QUIMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01192-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAND SANIT 500
NUMERO DE PROCESSO: 25351.706585/2020-78
NUMERO DE REGISTRO: 3.1192.0028.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: LAND SANIT 500 + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: LIMA &PERGHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.01282-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: SH 10000 QUALIFOOD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.356578/2017-39
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0046.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2027
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3949770/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: SH 10000 QUALIFOOD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.356578/2017-39
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0046.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2027
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3949770/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0317.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0317.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0317.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: JASMIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0317.004-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0317.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0317.007-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0317.008-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: LAVICS LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0317.009-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: LAVANDA PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20

NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0317.010-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM SUAVE ODOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM SUAVE ODOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM ORIGINAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE +CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM ORIGINAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM ORIGINAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM SUAVE ODOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM ORIGINAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM SUAVE ODOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro

EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VOREL
VERSÃO: PERFORM SUAVE ODOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.697674/2008-20
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA+CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350343/21-7

NOME DA EMPRESA: MARKS INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08378-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEIKO BAC 315 PLUS - DESINFETANTE HOSPITALAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.633350/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.8378.0028.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEIKO BAC 315 PLUS - DESINFETANTE HOSPITALAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.633350/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.8378.0028.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MARY HILL PERFUMES EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.09558-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL LIQUIDO 70º INPM ALCOHOL LIQUID
NUMERO DE PROCESSO: 25351.867000/2020-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.9558.0001.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MONTESANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04063-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGE MULTI-INSETICIDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071395/2020-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.4063.0004.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00546-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON DETACLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.013870/2016-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3157.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0413425/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON DETACLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.013870/2016-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3157.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0413425/21-5

NOME DA EMPRESA: NATUCID LIFESCIENCE INDUSTRIA QUIMICA EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.03201-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: NATUCID PÓ MATA RATOS
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.011650/2020-83
NUMERO DE REGISTRO: 3.3201.0011.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3207013 RATICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3875 Registro de Produto de Risco 2 - Raticida de Venda Livre

NOME DA EMPRESA: OFFICER INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03292-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL LIQUIDO 46,2 INPM Q-ÓTIMO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.323657/2020-45
NUMERO DE REGISTRO: 3.3292.0027.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: TRADICIONAL + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL LIQUIDO 46,2 INPM Q-ÓTIMO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.323657/2020-45
NUMERO DE REGISTRO: 3.3292.0027.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031

APRESENTAÇÃO: TRADICIONAL + FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL LIQUIDO 46,2 INPM Q-ÓTIMO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.323657/2020-45
NUMERO DE REGISTRO: 3.3292.0027.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL LIQUIDO 46,2 INPM Q-ÓTIMO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.323657/2020-45
NUMERO DE REGISTRO: 3.3292.0027.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FLORAL + FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL LIQUIDO 46,2 INPM Q-ÓTIMO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.323657/2020-45
NUMERO DE REGISTRO: 3.3292.0027.005-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRESH + FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: Oleak Indústria e Comércio Ltda
AUTORIZAÇÃO: 3.01003-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGINDOOR DETERGENTE DESINFETANTE DESINCRUSTANTE LOUÇA SANITÁRIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.658579/2020-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.1003.0129.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: . + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: P. S. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03511-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: Quiminot Limp 10
NUMERO DE PROCESSO: 25351.673798/2020-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.3511.0006.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Quiminot Limp 10
NUMERO DE PROCESSO: 25351.673798/2020-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.3511.0006.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Quiminot Limp 10
NUMERO DE PROCESSO: 25351.673798/2020-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.3511.0006.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: POLIQUIMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.06828-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: REMOCER REMOVEDOR DE CERA POLIQUÍMICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.509660/2020-54
NUMERO DE REGISTRO: 3.6828.0012.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: UNICA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: REMOCER REMOVEDOR DE CERA POLIQUÍMICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.509660/2020-54
NUMERO DE REGISTRO: 3.6828.0012.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: UNICA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: REMOCER REMOVEDOR DE CERA POLIQUÍMICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.509660/2020-54
NUMERO DE REGISTRO: 3.6828.0012.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: UNICA + TAMBOR PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: PROCTER &GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01970-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: DOWNY CASA DESINFETANTE PARA USO GERAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.621585/2020-07
NUMERO DE REGISTRO: 3.1970.0020.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO COM GATILHO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0476608/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DOWNY CASA DESINFETANTE PARA USO GERAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.621585/2020-07
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÀSTICO COM TAMPA PLASTICA+ CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0476608/21-0

NOME DA EMPRESA: PROQUIL PRODUTOS QUÍMICOS IÇARENSE LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07265-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALVEJANTE CONCENTRADO CLORO ESSENCIAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.431441/2020-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.7265.0002.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALVEJANTE CONCENTRADO CLORO ESSENCIAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.431441/2020-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.7265.0002.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: QUALY QUIMICA EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.04652-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: FENNOPUR 9300 SA KEMIRA - DESINCRUSTANTE ALCALINO USO PROFISSIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.717083/2020-72
NUMERO DE REGISTRO: 3.4652.0003.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FENNOPUR + TAMBOR PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: QUIMICA LOURENCI - EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.08368-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE FOUR LINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.574179/2020-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.8368.0004.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FOUR LINE LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE FOUR LINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.574179/2020-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.8368.0004.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FOUR LINE EUCALIPTO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE FOUR LINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.574179/2020-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.8368.0004.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FOUR LINE FLORAL + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE FOUR LINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.574179/2020-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.8368.0004.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FOUR LINE PINHO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE FOUR LINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.574179/2020-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.8368.0004.005-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FOUR LINE TALCO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE FOUR LINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.574179/2020-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.8368.0004.006-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FOUR LINE HERBAL MIX + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE FOUR LINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.574179/2020-30

NUMERO DE REGISTRO: 3.8368.0004.007-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FOUR LINE MARINE + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE FOUR LINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.574179/2020-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.8368.0004.008-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FOUR LINE PRIMAVERA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: RAWELL QUÍMICA EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.03554-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: MATA BARATA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.706482/2020-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.3554.0034.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: SERINGA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: RIOQUIMICA S.A.
AUTORIZAÇÃO: 3.01329-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PERAX RIO 0,2 PRONTO USO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.405279/2013-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.1329.0373.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 312 REG. SANEANTES - Mudança de Categoria de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3863196/20-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PERAX RIO 0,2 PRONTO USO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.405279/2013-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.1329.0373.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3863118/20-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PERAX RIO 0,2 PRONTO USO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.405279/2013-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.1329.0373.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 312 REG. SANEANTES - Mudança de Categoria de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3863196/20-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PERAX RIO 0,2 PRONTO USO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.405279/2013-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.1329.0373.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3863118/20-1

NOME DA EMPRESA: SEVEN GEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02331-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIM+ GRILL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.221555/2017-79
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0068.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222025 LIMPADOR DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4479003/20-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIM+ GRILL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.221555/2017-79
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0068.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222025 LIMPADOR DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4479003/20-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIM+ LIMPA PEDRAS CONCENTRADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.221735/2017-54
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0073.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222033 LIMPA PISOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4479000/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIM+ LIMPA PEDRAS CONCENTRADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.221735/2017-54
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0073.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2027
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222033 LIMPA PISOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4479000/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: FINISH ECO CLEAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.230592/2019-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0084.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0515183/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: REMOVEDOR ULTRA UHS ECO CLEAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.230627/2019-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0088.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0126898/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEVEN REMOVEDOR GOLD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.616926/2013-65
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0038.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0126204/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEVEN REMOVEDOR GOLD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.616926/2013-65
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0038.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0126204/21-7

NOME DA EMPRESA: Spartan do Brasil Produtos Químicos Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.00018-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: Peroxy Protein Remover
NUMERO DE PROCESSO: 25351.559165/2020-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0200.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: Peroxy Protein Remover + FRASCO DE PLASTICO OPACO + FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Peroxy Protein Remover
NUMERO DE PROCESSO: 25351.559165/2020-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0200.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: Peroxy Protein Remover + BOMBONA PLASTICA + FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Peroxy Protein Remover
NUMERO DE PROCESSO: 25351.559165/2020-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0200.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: Peroxy Protein Remover + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Peroxy Protein Remover
NUMERO DE PROCESSO: 25351.559165/2020-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0200.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: Peroxy Protein Remover + TAMBOR PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Peroxy Protein Remover
NUMERO DE PROCESSO: 25351.559165/2020-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0200.005-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: Peroxy Protein Remover + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: TECNOCELL AGROFLORESTAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01704-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: KELLMAT BLOCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.128400/2005-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.1704.0043.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2030
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3207021 RATICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0413469/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: KELLMAT BLOCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.128400/2005-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NÃO PREVISTO NA TABELA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3207021 RATICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0413469/21-2

NOME DA EMPRESA: TOREZANI &LASCOSCK INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME

AUTORIZAÇÃO: 3.08410-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA ORIGINAL LEV 1L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA PINHO LEV 1L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.003-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA EUCALIPTO LEV 1L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.004-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA FLORES DO CAMPO LEV 1L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.005-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA LAVANDA LEV 1L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.006-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA LIMÃO LEV 1L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.007-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA MENTA LEV 1L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.008-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA ORIGINAL LEV 2L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.009-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA PINHO LEV 2L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.010-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA EUCALIPTO LEV 2L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.011-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA LIMÃO LEV 2L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.012-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA MENTA LEV 2L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.013-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA LAVANDA LEV 2L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.014-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA FLORES DO CAMPO LEV 2L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.015-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA ORIGINAL LEV 500 mL + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.016-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA PINHO LEV 500mL + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.017-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA EUCALIPTO LEV 500 mL + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.018-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA LIMÃO LEV 500 mL + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.019-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA MENTA LEV 500 mL + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.020-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA LAVANDA LEV 500 mL + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.021-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA FLORES DO CAMPO LEV 500mL + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.022-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA PINHO LEV 5L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.023-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA EUCALIPTO LEV 5L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.024-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE

VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA ORIGINAL LEV 5L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.025-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA LAVANDA LEV 5L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.026-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA FLORES DO CAMPO LEV 5L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.027-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA LIMÃO LEV 5L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORIGINAL LEV 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.557879/2020-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.8410.0002.028-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE BACTERICIDA MENTA LEV 5L + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: TOTAL QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01594-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO 3% ANTI-SPLASH CLOROX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.796608/2020-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1594.0115.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: 0 + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02066-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO PURO CUIDADO SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.734862/2019-07
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0498.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: CARTELA DE CARTOLINA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0091610/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO PURO CUIDADO SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.734862/2019-07
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0498.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: CARTELA DE CARTOLINA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0051271/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO PURO CUIDADO SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.734862/2019-07
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0498.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0091610/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO PURO CUIDADO SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.734862/2019-07
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0498.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0051271/21-4

_ _

NOME DA EMPRESA: V VILAS BOAS SOLUÇÃO EM LIMPEZA EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.09068-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: INTERCLEAN 1X20
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.453855/2020-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.9068.0004.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: INTERCLEAN 1X20
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.453855/2020-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.9068.0004.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: INTERCLEAN 1X20
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.453855/2020-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.9068.0004.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: INTERCLEAN 1X20
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.453855/2020-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.9068.0004.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

_ _

NOME DA EMPRESA: valdir de souza ferreira-me
AUTORIZAÇÃO: 3.08380-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERCLOR MV
NUMERO DE PROCESSO: 25351.722624/2020-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.8380.0002.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERCLOR MV
NUMERO DE PROCESSO: 25351.722624/2020-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.8380.0002.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: vocir otavio fernandes
AUTORIZAÇÃO: 3.09283-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ACIDO 10SS QUIMFER
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.969301/2020-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.9283.0002.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

_ _

NOME DA EMPRESA: Weizur do Brasil Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.05529-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: POLIZUR IB
NUMERO DE PROCESSO: 25351.310703/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5529.0009.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: POLIZUR IB + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: POLIZUR IB
NUMERO DE PROCESSO: 25351.310703/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5529.0009.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2031
APRESENTAÇÃO: POLIZUR IB + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

RESOLUÇÃO RE Nº 1.446, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: MULTQUÍMICA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02599-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: MR. KEEP BANHEIRO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.120145/2020-29
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: NOVA RENKO INDUSTRIAL LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03286-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: MIRAX OXY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.218103/2018-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.3286.0049.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3866749/20-5
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: MIRAX OXY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.218103/2018-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.3286.0049.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3866749/20-5
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: suall indústria e comércio ltda
AUTORIZAÇÃO: 3.07613-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO ESTABILIZADO GRANULADO ACTIVE SUALL PISCINAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.877477/2020-89
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO ESTABILIZADO GRANULADO ACTIVE SUALL PISCINAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.877477/2020-89
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO ESTABILIZADO GRANULADO ACTIVE SUALL PISCINAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.877477/2020-89
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO GRANULADO ESTABILIZADO DICLORO 33 SUALL PISCINAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.877582/2020-18
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO GRANULADO ESTABILIZADO DICLORO 33 SUALL PISCINAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.877582/2020-18
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO GRANULADO ESTABILIZADO DICLORO 33 SUALL PISCINAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.877582/2020-18
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: TEKSAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03417-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: SPERT ALCOOL 70 INPM LIQUIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.532498/2020-78
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: THECH DESINFECÇÃO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02003-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HAVOXIL
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.518361/2020-19
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3879 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Hortifrutícolas
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: HAVOXIL
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.518361/2020-19
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3879 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Hortifrutícolas
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: TROJAHAN &TOPPEL INDÚSTRIA LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07015-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: INTERTROPEL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.515280/2020-59
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: INTERTROPEL + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: INTERTROPEL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.515280/2020-59
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: INTERTROPEL + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: INTERTROPEL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.515280/2020-59
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: INTERTROPEL + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

RESOLUÇÃO RE Nº 1.447, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Cancelamento de Notificação de Produto Saneante de Risco 1 por ato de ofício, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: Hipper Produtos de Limpeza EIRELI - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.06946-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: SAB. HIPPER CONCENTRADO
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.501850/2019-90
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1218694/21-5

_ _

NOME DA EMPRESA: LAUNER QUÍMICA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02521-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRO TORK PRO BARREIRA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.188601/2021-19
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: PRO TORK PRO BARREIRA + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222023 FINALIZADOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1221240/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ORDENHE GOLD DIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.717186/2020-32
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: GOLD DIP + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222023 FINALIZADOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.

EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1221238/21-5
_ _
NOME DA EMPRESA: T.V.F. DA SILVA HIGIENIZAÇÃO ME
AUTORIZAÇÃO: 3.06179-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: IBI GEL
VERSÃO: IBI GEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.100385/2015-40
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1219080/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: IBI GEL
VERSÃO: IBI GEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.100385/2015-40
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1219080/21-2

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 1.398, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: A P Mangini Comercio De Material Cirurgico Ltda CNPJ: 06.210.501/0001-89
Endereço: Rua Rafael Puchetti, 940 - Braga - São José Dos Pinhais - PR CEP: 83020-330
Autorização de Funcionamento: 8.08.085-1 Expediente: 3845377/20-8
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: DCB Distribuidora Cirúrgica Brasileira Ltda. CNPJ: 20.235.404/0001-71
Endereço: Rua Niquelina, 213, Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG CEP: 30260-100
Autorização de Funcionamento: 8025010 Expediente: 2179661/20-7
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Jyas Comércio, Importação e Exportação de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda. CNPJ: 04.938.459/0001-91
Endereço: Av. Deputado Cristovam Chiaradia, 518, Buritis, Belo Horizonte - MG CEP: 30575-815
Autorização de Funcionamento: 8052762 Expediente: 1025465/18-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Med-Care Produtos para Saúde Ltda. CNPJ: 02.917.280/0001-22
Endereço: Av. Afonso de Melo Franco 222, Salas 408-412, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ CEP: 22631-455
Autorização de Funcionamento: 8166052 Expediente: 1308842/20-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Medartis Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 07.021.336/0003-41
Endereço: Rua Juiz de Fora, 1406 - Conj. 501/502, Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG CEP: 30180-061
Autorização de Funcionamento: 8171191 Expediente: 2421644/19-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Nova Aerofarma Comércio e Representações Ltda. CNPJ: 01.982.722/0001-51
Endereço: Rua Aurino Tavares, 153, Parque Rosário, Campos dos Goytacazes - RJ CEP: 28027-160
Autorização de Funcionamento: 8027821 Expediente: 0736611/20-7
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Prime Surgery Comércio de Materiais Cirúrgicos Ltda - ME CNPJ: 24.476.708/0001-81
Endereço: Rua Getúlio Vargas 198, Centro, Bom Jesus do Norte - ES CEP: 29460-000
Autorização de Funcionamento: 8136881 Expediente: 0967203/18-6
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Promovendo Comércio e Representações de Material Hospitalar Ltda. CNPJ: 11637221/0001-91
Endereço: Rua Ruy Porto, Nº 50 - Loja G, Loja H, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ CEP: 22793-077
Autorização de Funcionamento: 8067401 Expediente: 0669860/20-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Tecmedic Comércio De Produtos Médicos Ltda CNPJ: 05.638.301/0001-69
Endereço: Rua Brasílio Cuman, 566 - São Braz - Curitiba - PR CEP: 82315-010
Autorização de Funcionamento: 8.02.029-1 Expediente: 3416073/20-7
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Ultrafarma Comércio de Produtos Farmacêuticos Limitada CNPJ: 07.555.491/0001-86
Endereço: Av. Rodrigo Otavio nº 61 - Bairro Japiim, Manaus - AM CEP: 69077-000
Autorização de Funcionamento: 8.04.672-3 Expediente: 12345678/12-3
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Welt Medical Eireli CNPJ: 23.639.642/0001-30
Endereço: SHCN CL 315, Bloco B, Nº 54, Salas 209 E 210 - Pavimento Superior, Asa Norte, Brasília - DF CEP: 70774-520
Autorização de Funcionamento: 8145990 Expediente: 0576311/21-9
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Werfen Medical Ltda CNPJ: 02.004.662/0003-27
Endereço: Rodovia Antonio Heil, Nº 4605, Modulo K Frente - Itaipava - SC CEP: 88316-003
Autorização de Funcionamento: 8.15.245-2 Expediente: 3461828/20-3
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.399, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8º, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Biosensors Interventional Technologies Pte Ltd.
Endereço: 36, Jalan Tukang , 619266 - Singapura
Solicitante: Saude Import - Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 07.956.849/0001-82
Autorização de Funcionamento: 8043381 Expediente: 3260304/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Biotecnologias SRL
Endereço: Av. Eva Peron 1452, Lote 80 (PQE Industrial Metropolitano), Perez, Santa Fé, 2121 - Argentina
Solicitante: DR Importação, Exportação e Distribuição Ltda. CNPJ: 17.634.786/0001-00
Autorização de Funcionamento: 8099138 Expediente: 1861971/20-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: CareFusion
Endereço: 400 East Foster Road, Mannford, Oklahoma 74044 - Estados Unidos da América
Solicitante: Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda. CNPJ: 21.551.379/0001-06
Autorização de Funcionamento: 1003343 Expediente: 3568509/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Gana R&D Co. Ltd.
Endereço: 103, 905, 555 Dunchon-daero, Jungwon-gu, Seongnam-si, Gyeonggi-do, 13215 - Coreia do Sul
Solicitante: Nutriex Importação e Exportação de Produtos Nutricionais e Farmoquímicos Ltda. CNPJ: 06.172.459/0001-59
Autorização de Funcionamento: 8045196 Expediente: 3568356/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Kinki Roentgen Industrial Co., Ltd.
Endereço: 259, Muromachika Shiracho, Agaru, Muromachidori-Kamidachiuri, Kamigyo-Ku, Kyoto, 101-0041 - Japão
Solicitante: Emergo Brazil Import importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8011758 Expediente: 0238618/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Stellartech Research Corporation
Endereço: 560 Cottonwood Drive, Milpitas, Califórnia, 95035 - Estados Unidos da América
Solicitante: Boston Scientific do Brasil Ltda CNPJ: 01.513.946/0001-14
Autorização de Funcionamento: 1.03.413-5 Expediente: 3364248/20-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Technix S.p.A.
Endereço: Via Enrico Fermi, 45 - Grassobbio (BG), 24050 - Itália
Solicitante: CNPJ: 00029372/0001-40
Autorização de Funcionamento: 8007126 Expediente: 1100301/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.400, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Aat. 7º da Lei nº9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei nº13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o parágrafo único do art. 4º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o § 1º do art. 15 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: 3M Company, 3M Health Care
Endereço: 3M Center, 2510 Conway Avenue, Bldg. 275-5W-06, St. Paul, MN - 55144 - Estados Unidos da América.
Solicitante: 3M do Brasil Ltda. CNPJ: 45.985.371/0001-08
Autorização de Funcionamento: 8.02.849-3 Expediente: 3533614/20-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Alba Bioscience Ltd.
Endereço: James Hamilton Way, Penicuik, EH26 0BF, Reino Unido
Solicitante: Ortho Clinical Diagnostics do Brasil Produtos para Saúde Ltda CNPJ: 21.921.393/0001-46
Autorização de Funcionamento: 8.12.469-8 Expediente: 2388011/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.

Fabricante: Arrow International, Inc.
Endereço: 16 Elizabeth Drive, Chelmsford, Massachusetts, 01824 - Estados Unidos da América
Solicitante: Boston Scientific do Brasil Ltda. CNPJ: 01.513.946/0001-14
Autorização de Funcionamento: 1.03.413-5 Expediente: 1003611/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Biotronik SE &CO KG.
Endereço: Woermannkehre 1, Berlin, D-12359 - Alemanha
Solicitante: Biotronik Comercial Médica Ltda CNPJ: 50.595.271/0001-05
Autorização de Funcionamento: 8.02.243-9 Expediente: 2747639/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos e materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante:Cardinal Health
Endereço: 5452 Betsy Ross Drive, Santa Clara, California, 95054 Estados Unidos da América.
Solicitante: Cardinal Health do Brasil Ltda CNPJ: 19.585.158/0001-07
Autorização de Funcionamento: 8.13.561-1 Expediente: 3446378/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Cook Biotech Incorporated
Endereço: 1425, Innovation Place, West Lafayette, 47906, Indiana - Estados Unidos da América.
Solicitante: Smith &Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 13.656.820/0001-88
Autorização de Funcionamento: 8.08.040-5 Expediente :3042559/20-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Edan Instruments,Inc.
Endereço: #15 Jinhui Road, Jinsha Community, Kengzi Sub-District, Pingshan District 518122, Shenzen - China.
Solicitante: Medstar Importação e Exportação Eireli. CNPJ: 03.580.620/0001-35
Autorização de Funcionamento: 8.00.473-0 Expediente: 2501434/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Glaukos Corporation
Endereço: 229 Avenida Fabricante, San Clemente, Califórnia, 92672 - Estados Unidos da América
Solicitante: Glaukos Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 24.925.965/0001-53
Autorização de Funcionamento: 8.14.561-7 Expediente: 1004711/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Kaneka Corporation Osaka Plant
Endereço: 5-1-1, Torikai-nishi, Settsu, Osaka - 566-0072, Japão
Solicitante: Cardinal Health do Brasil Ltda. CNPJ: 19.585.158/0001-07
Autorização de Funcionamento: 8.13.561-1 Expediente: 3533481/20-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Lake Region Medical
Endereço: 340 Lake Hazeltine Drive, Chaska, Minnesota, 55318 - Estados Unidos da América.
Solicitante: Boston Scientific do Brasil Ltda. CNPJ: 01.513.946/0001-14
Autorização de Funcionamento: 1.03.413-5 Expediente: 3431352/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Lumenis Limited
Endereço: Yokneam Industrial Park, Hakidma Street 6, P.O. Box # 240, 2069204, Yokneam, Israel
Solicitante: HV Comércio, Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 00.338.208/0001-15
Autorização de Funcionamento: 1.03.543-4 Expediente: 3533562/20-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Medtronic Singapore Operations Pte. Ltd.
Endereço: 49 Changi South Avenue 2, Nasaco Tech Centre, 486056, Singapura
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 3739568/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Microgenics Corporation.
Endereço: 46500 Kato Road, Fremont, Califórnia, 94538 - Estados Unidos da América.
Solicitante: Abbott Laboratórios do Brasil Ltda. CNPJ: 56.998.701/0001-16
Autorização de Funcionamento: 8.01.465-0 Expediente: 3139969/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

Fabricante: Penumbra, Inc.
Endereço: 630 Roseville Parkway, Roseville, CA, 95747 - Estados Unidos da América
Solicitante: Penumbra Latin America Distribuidora de Equipamentos e Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 21.873.761/0001-28
Autorização de Funcionamento: 8.12.485-2 Expediente: 1019518/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Qiagen
Endereço: 19300 Germantown Road - Germantown - Maryland - 20874 - Estados Unidos da América
Solicitante: Qiagen Biotecnologia Brasil Ltda. CNPJ: 01.334.250/0001-20
Autorização de Funcionamento: 1.03.222-5 Expediente: 3533732/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Fabricante: S.A. Alcon-Couvreur N.V.
Endereço: Rijksweg 14, B-2870, Puurs, Bélgica
Solicitante: Alcon Brasil Cuidados com a Saúde Ltda CNPJ: 32.929.819/0001-24
Autorização de Funcionamento: 8.18.694-2 Expedientes: 3568493/20-9 e 0380422/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Stryker Medtech K.K
Endereço: 1131-1 Higashi-Naganuma, Inagi-Shi, Tóquio 206-0802 - Japão.
Solicitante: Stryker do Brasil Ltda. CNPJ: 02.966.317/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.00.054-3 Expediente :3120426/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: W.L. Gore &Associates, Inc.
Endereço: Appleton Central, 301 Airport Road, Elkton, Maryland, 21921 - Estados Unidos da América.
Solicitante: W.L. Gore &Associates do Brasil Ltda. CNPJ: 03.806.796/0001-62
Autorização de Funcionamento: 8.00.679-3 Expediente: 2584663/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.408, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

Fabricante: Lupin Ltd.
Endereço: T-142 MIDC, Dist. Thane, Tarapur, Maharashtra - 401506
País: Índia Código único: B.0046
Solicitante: Fundação Oswaldo Cruz CNPJ: 33.781.055/0001-35
Autorização de Funcionamento: 1.01.063-3 Expediente: 2699589/20-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: pirazinamida.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.409, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

Fabricante: Seqirus Inc.
Endereço: 475 Green Oaks Parkway, Holly Springs, North Carolina (NC) 27540
País: Estados Unidos da América Código único: A.1298
Solicitante: Medstar Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 03.580.620/0001-35
Autorização de Funcionamento: 1.09.517-3 Expediente(s): 3568409/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: cepa influenza tipo A (H1N1), cepa influenza tipo A (H3N2) e cepa influenza tipo B.

Fabricante: Wockhardt Limited
Endereço: Biotech Park, H-14/2, M.I.D.C. Waluj, Aurangabad 431136, Maharashtra State
País: Índia Código único: A.0631
Solicitante: Farma Vision Importação e Exportação de Medicamentos Ltda CNPJ: 09.058.502/0001-48
Autorização de Funcionamento: 1.07.465-1 Expediente(s): 3446621/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: insulina glargina.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.410, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

Fabricante: Recordati Industria Chimica e Farmaceutica S.p.A.
Endereço: Via Mediana Cisterna, 4, Campoverde di Aprilia (LT), Aprilia - 04011
País: Itália Código Único: B.0059
Solicitante: Fundação para o Remédio Popular - FURP CNPJ: 43.640.754/0001-19
Autorização de Funcionamento: 1.01.039-1 Expediente: 3587630/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo(s) farmacêutico(s) ativo(s) obtido(s) por síntese química: fenitoína

---

Fabricante: Zhejiang Langhua Pharmaceutical Co., Ltd.
Endereço: Zhejiang Provincial Chemical and Medical Materials Base Linhai Zone, Linhai, Zhejiang - 317016
País: República Popular da China Código único: B.0085
Solicitante: Geolab Indústria Farmacêutica S/A CNPJ: 03.485.572/0001-04
Autorização de Funcionamento: 1.05.423-2 Expediente: 3991291/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: cloridrato de ciprofloxacino monoidratado.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.411, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

Fabricante: Boehringer Ingelheim Pharma GmbH &Co.
Endereço: Birkendorfer Str. 65 - 88397 - Biberach a. d. R.
País: Alemanha Código único: A.0116
Solicitante: Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. CNPJ: 60.831.658/0001-77
Autorização de Funcionamento: 1.00.367-8 Expediente(s): 3331648/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: alteplase, tenecteplase, idarucizumabe.

Fabricante: Merck Sharp &Dohme Corp.
Endereço: 2778 South East Side Highway, Elkton, Virginia 22827
País: Estados Unidos da América Código único: A.0401
Solicitante: Instituto Butantan CNPJ: 61.821.344/0001-56
Autorização de Funcionamento: 1.02.234-0 Expediente: 2518038/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: partícula semelhante a vírus de proteína L1 do HPV dos tipos 6, 11, 16 e 18.

Fabricante: MSD International GmbH T/A MSD Ireland (Brinny)
Endereço: Brinny, Innishannon, Co. Cork
País: Irlanda Código único: A.0568
Solicitante: Merck Sharp &Dohme Farmaceutica Ltda CNPJ: 45.987.013/0001-34
Autorização de Funcionamento: 1.00.029-0 Expediente: 0768125/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: vacina pneumocócica 15-valente (conjugada) (conjugação e purificação)

RESOLUÇÃO RE Nº 1.413, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: GE HEALTHCARE (SHANGHAI) CO, LTD
ENDEREÇO: NO. 1 NIUDUN ROAD, CHINA (SHANGHAI) - PILOT FREE TRADE ZONE - SHANGHAI 201203 - PAÍS: CHINA, REPÚBLICA POPULAR - CÓDIGO ÚNICO: A.0244
EMPRESA SOLICITANTE: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 00.029.372/0001-40
AUTORIZ/MS: 1083968 - EXPEDIENTE(s): 3446322/20-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Grande Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: WOCKHARDT LIMITED
ENDEREÇO: BIOTECH PARK, H-14/2, M.I.D.C. WALUJ, AURANGABAD 431136, MAHARASHTRA STATE - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0631
EMPRESA SOLICITANTE: FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.058.502/0001-48
AUTORIZ/MS: 1074651 - EXPEDIENTE(s): 3446294/20-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA: APIS FLORA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA - CNPJ: 49.345.358/0001-45 - AUTORIZ/MS: 1021072
ENDEREÇO: RUA TRIUNFO, Nº 945
MUNICÍPIO: RIBEIRÃO PRETO - UF: SP - EXPEDIENTE: 3550137/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Pós
.....
EMPRESA: APIS FLORA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA - CNPJ: 49.345.358/0001-45 - AUTORIZ/MS: 1021072
ENDEREÇO: RUA TRIUNFO, Nº 945
MUNICÍPIO: RIBEIRÃO PRETO - UF: SP - EXPEDIENTE: 3550136/20-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Emulsões; Óleos; Soluções; Suspensões; Xaropes
.....
EMPRESA: APIS FLORA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA - CNPJ: 49.345.358/0001-45 - AUTORIZ/MS: 1021072
ENDEREÇO: RUA TRIUNFO, Nº 945
MUNICÍPIO: RIBEIRÃO PRETO - UF: SP - EXPEDIENTE: 3550338/20-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis; Pomadas
.....
EMPRESA: SALBEGO LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA - CNPJ: 92.832.195/0001-54 - AUTORIZ/MS: 1016912
ENDEREÇO: AVENIDA LUIZ MOSCHETTI, Nº 60
MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE - UF: RS - EXPEDIENTE: 3487920/20-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções - Concentrados Polieletrolíticos para Hemodiálise (CPHD)
.....
EMPRESA FABRICANTE: RECRO GAINESVILLE LLC
ENDEREÇO: 1300 GOULD DRIVE, GAINESVILLE, GEORGIA (GA) 30504 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.0203
EMPRESA SOLICITANTE: NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - CNPJ: 56.994.502/0001-30
AUTORIZ/MS: 1000685 - EXPEDIENTE(s): 3533333/20-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Cápsulas

RESOLUÇÃO RE Nº 1.414, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: GRÜNENTHAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 10.555.143/0003-85 - AUTORIZ/MS: 1086107 - AE: 1144645
ENDEREÇO: RODOVIA ANTONIO HEIL, 4999, KM 4 - PARTE 16A
MUNICÍPIO: ITAJAÍ - UF: SC - EXPEDIENTE: 2904716/20-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: United Medical LTDA - CNPJ: 68.949.239/0005-70 - AUTORIZ/MS: 1025762 - AE: 1235837
ENDEREÇO: Rodovia BR153 s/n Km 42 Parte B Subparte P
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 3550387/20-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: R. O. CARVALHO DO NASCIMENTO - CNPJ: 05.577.401/0001-22 - AUTORIZ/MS: 1062290 - AE: 1216797
ENDEREÇO: RUA MAGALHÃES FILHO, Nº 720, NORTE
MUNICÍPIO: TERESINA - UF: PI - EXPEDIENTE: 0919643/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: RR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 00.488.689/0001-45 - AUTORIZ/MS: 1236790 - AE: 1238708
ENDEREÇO: R JOAO CAMARA, 545 - SALA 08 CENTRO COMERCIAL
MUNICÍPIO: MANAUS - UF: AM - EXPEDIENTE: 1052018/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: D L HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 03.602.727/0001-37 - AUTORIZ/MS: 1072433 - AE: 1106121
ENDEREÇO: FOLHA 18, QUADRA 01, LOTE 24
MUNICÍPIO: MARABÁ - UF: PA - EXPEDIENTE: 2747573/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 03.560.974/0009-75 - AUTORIZ/MS: 1001711 - AE: 1230078
ENDEREÇO: AV TANNER DE MELO, SN QUADRA010 LOTE 004A GALPAO B PARQUE INDUSTRIAL
MUNICÍPIO: APARECIDA DE GOIÂNIA - UF: GO - EXPEDIENTE: 3379905/20-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: VINORTE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 38.314.675/0001-88 - AUTORIZ/MS: 1248934 - AE: 1248948
ENDEREÇO: RUA JOSE MIRANDA COELHO, 277 ALTOS
MUNICÍPIO: MANAUS - UF: AM - EXPEDIENTE: 1024435/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO RE Nº 1.415, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: LABORATÓRIO GROSS S. A. - CNPJ: 33.145.194/0001-72 - AUTORIZ/MS: 1004443
ENDEREÇO: RUA PADRE ILDEFONSO PENALBA, Nº 389
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO - UF: RJ - EXPEDIENTE: 2599894/20-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções; Xaropes
.....
EMPRESA: LABORATÓRIO GROSS S. A. - CNPJ: 33.145.194/0001-72 - AUTORIZ/MS: 1004443
ENDEREÇO: RUA PADRE ILDEFONSO PENALBA, Nº 389
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO - UF: RJ - EXPEDIENTE: 2697506/20-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - CNPJ: 35.820.448/0046-38 - AUTORIZ/MS: 2200001
ENDEREÇO: RODOVIA BR 040 KM 767
MUNICÍPIO: JUIZ DE FORA - UF: MG - EXPEDIENTE: 3181471/20-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos Criogênicos Medicinais: Líquidos Criogênicos Medicinais
.....
EMPRESA FABRICANTE: SEQIRUS INC
ENDEREÇO: 475 GREEN OAKS PARKWAY, HOLLY SPRINGS, NORTH CAROLINA (NC) 27540 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.1298
EMPRESA SOLICITANTE: CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ: 62.969.589/0001-98
AUTORIZ/MS: 1001510 - EXPEDIENTE(s): 3568569/20-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
Produtos estéreis (Granel): Emulsões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica

.....
EMPRESA: EASELABS LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA. - CNPJ: 17.299.140/0001-05 - AUTORIZ/MS: 1005298
ENDEREÇO: AVE WALDOMIRO LOBO 641
MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE - UF: MG - EXPEDIENTE: 4287416/20-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções
.....
EMPRESA: EASELABS LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA. - CNPJ: 17.299.140/0001-05 - AUTORIZ/MS: 1005298
ENDEREÇO: AVE WALDOMIRO LOBO 641
MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE - UF: MG - EXPEDIENTE: 4287404/20-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas
.....
EMPRESA FABRICANTE: AVARA LISCATE PHARMACEUTICAL SERVICES S.P.A.,
ENDEREÇO: VIA FOSSE ARDEATINE, 2 - 20060 LISCATE (MI) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0307
EMPRESA SOLICITANTE: ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 15.800.545/0001-50
AUTORIZ/MS: 1098607 - EXPEDIENTE(s): 2713813/20-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: ASTRAZENECA PHARMACEUTICALS LP
ENDEREÇO: 633 RESEARCH COURT, FREDERICK, MARYLAND (MD) 21703 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.1363
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 3166394/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: ELI LILLY ITALIA S.P.A
ENDEREÇO: V. GRAMSCI, 731-733 - 50019 SESTO FIORENTINO (FI) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.1206
EMPRESA SOLICITANTE: ELI LILLY DO BRASIL LTDA - CNPJ: 43.940.618/0001-44
AUTORIZ/MS: 1012603 - EXPEDIENTE(s): 3331373/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica; Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: SAGENT PHARMACEUTICALS INC
ENDEREÇO: 8900 CAPITAL BOULEVARD, RALEIGH, NORTH CAROLINA (NC) 27616 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.1307
EMPRESA SOLICITANTE: RECORDATI RARE DISEASES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 53.056.057/0001-79
AUTORIZ/MS: 1171267 - EXPEDIENTE(s): 3568571/20-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: BOEHRINGER INGELHEIM PHARMA GMBH &CO. KG
ENDEREÇO: BIRKENDORFER STR. 65, 88397 - BIBERACH AN DER RISS - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.0116
EMPRESA SOLICITANTE: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 60.831.658/0001-77
AUTORIZ/MS: 1003678 - EXPEDIENTE(s): 3331674/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA: White Martins Gases Industriais Ltda. - CNPJ: 35.820.448/0064-10 - AUTORIZ/MS: 2200001
ENDEREÇO: LOC III POLO PETROQUIMICO, S/N - LOTE 26
MUNICÍPIO: TRIUNFO - UF: RS - EXPEDIENTE: 0362183/18-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos Criogênicos Medicinais: Líquidos Criogênicos Medicinais

RESOLUÇÃO RE Nº 1.442, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução-RE nº 583, de 27 de fevereiro de 2020, no Diário Oficial da União nº 41, de 2 de março de 2020, Seção 1, págs. 69 e 70, conforme expedientes nº 1329590/21-0, 1329670/21-1 e 1329661/21-2 .

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA: VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 30.222.814/0001-31 - AUTORIZ/MS: 1003923
ENDEREÇO: Rua VPR 01 Quadra 2A Módulo 01
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 1329590/21-0
ASSUNTO: 70210 - MEDICAMENTO E INSUMOS FARMACÊUTICOS - Cancelamento de CBPF/CBPDA de INDÚSTRIA/DISTRIBUIDORA - PROCESSO ADMINISTRATIVO - uso exclusivo ANVISA
LINHA(S) DE CERTIFICAÇÃO CANCELADA(S): Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis; Pomadas;
MOTIVO DE CANCELAMENTO: Cancelamento por descumprimento dos artigos Art. 12. § 2 item III, alínea "f", Art.85, Art.86, Art. 8 incisos III, IV e XV, Arts. 79, 361 e 235 da RDC 301/2019 e em atendimento ao § 4º do art. 23 da Lei nº 6.437/1977.
.....
EMPRESA: VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 30.222.814/0001-31 - AUTORIZ/MS: 1003923
ENDEREÇO: Rua VPR 01 Quadra 2A Módulo 01
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 1329670/21-1
ASSUNTO: 70210 - MEDICAMENTO E INSUMOS FARMACÊUTICOS - Cancelamento de CBPF/CBPDA de INDÚSTRIA/DISTRIBUIDORA - PROCESSO ADMINISTRATIVO - uso exclusivo ANVISA
LINHA(S) DE CERTIFICAÇÃO CANCELADA(S): Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Cápsulas;
MOTIVO DE CANCELAMENTO: Descumprimento dos artigos Art. 12. § 2º, inciso III, alínea "f", Art.85, Art.86, Art. 8º incisos III, IV e XV, Arts. 79, 361 e 235 da RDC 301/2019 e em atendimento ao § 4º do art. 23 da Lei nº 6.437/1977.
.....
EMPRESA: VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 30.222.814/0001-31 - AUTORIZ/MS: 1003923
ENDEREÇO: Rua VPR 01 Quadra 2A Módulo 01
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 1329661/21-2
ASSUNTO: 70210 - MEDICAMENTO E INSUMOS FARMACÊUTICOS - Cancelamento de CBPF/CBPDA de INDÚSTRIA/DISTRIBUIDORA - PROCESSO ADMINISTRATIVO - uso exclusivo ANVISA
LINHA(S) DE CERTIFICAÇÃO CANCELADA(S): Líquidos não estéreis: Elixires; Emulsões; Soluções; Suspensões; Xampus; Xaropes;
MOTIVO DE CANCELAMENTO: Cancelamento por descumprimento dos artigos Art. 12. § 2º inciso III, alínea "f", Art.85, Art.86, Art. 8º incisos III, IV e XV, Arts. 79, 361 e 235 da RDC 301/2019.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.486, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: Dragon Pharma - CNPJ: Desconhecido
Produto - (Lote): CARDARINE(TODOS);MK GH (TODOS);TYPHON(TODOS);HYDRA (TODOS);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 1357125/21-7
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: comercialização dos suplementos alimentares HYDRA, TYPHON, MK-GH E CARDARINE, de marca DRAGON PHARMA, com composição irregular, apresentando constituintes não autorizados para essa categoria de alimentos e substâncias proibidas, sujeitas a controle especial: HYDRA (17b-hydroxy-2a, 17b-dimethyl-5a-androstan-3-one-azine; 2,17a-methyl-5a-androsta-1-em-17b-ol-3-one; methyl-1-etiocholenol-epietiocholanolone; 13-ethyl-3-methoxy-gona-2,5(10)-sien-17-one); TYPHON (2,17a-dimethyl-5ª-androsta-1-em-1-17b-ol-3-one e carbopol/bioperine), MK-GH (Ibutamoren (MK-677) R-1´-[-2-Methylalanyl-O-benzyl-D-seryl]-1-[Methylsulfonyl]-1,2-dihydrospiro [índole-3,4´piperidine] e CARDARINE [cardarine, 6'7'-dihydroxybergamottin (DHB) e piperine], evidenciada nos sites www.brasfortesuplementos.com.br e www.jacaresuplementos.com. Foram contrariados os seguintes dispositivos legais: art. 21 e inciso IV do art. 48 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969; art. 4º, inciso I e II do art. 7º da Resolução - RDC nº 243, de 26 de julho de 2018; item 4 da Resolução nº 17, de 30 de abril de 1999; item 4.3 da Resolução nº 16, de 30 de abril de 1999 e Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.491, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: BRAVIR INDUSTRIAL LTDA - CNPJ: 18.688.481/0001-35
Produto - (Lote): SALICONFORT (TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1361317/21-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto não está classificado como cosmético Grau 1 ou 2 e que estava indevidamente notificado nesta Agência, sendo exposto à venda por meio do site http://www.saliconfort.com.br, em desacordo com o art. 25 e item 5 do Anexo VIII da resolução RDC n.º 07/2015 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.280, DE 26 DE MARÇO DE 2021 (*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

PEREIRA SANTOS MEDICAMENTOS LTDA / 39.795.917/0001-65
25351.143617/2021-01 / 7792911
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1070902219

Laboratorios BBraun S.A. / 31.673.254/0016-80
25351.171559/2021-05 / 8219470
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0951975218

LAB SHOPPING DIAGNOSTICA LTDA / 22.536.130/0002-67
25351.075842/2021-07 / 8219392
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1009406213

DANILO DE SA M SANTOS DROGARIA / 40.157.732/0001-04
25351.177550/2021-08 / 7792908
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0968894213

V15 COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 32.428.456/0001-43
25351.165897/2021-08 / 8219271
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0936145218

BASI SAUDE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 39.321.083/0001-56
25351.165893/2021-11 / 4031164
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0936135212

AMBAR FARMACIA DE MANIPULACAO E COSMETICOS LTDA / 39.943.902/0001-05
25351.087906/2021-12 / 7792851
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0871637214

GOIANIA HOSPITALAR EIRELI / 26.611.220/0001-45
25351.171532/2021-12 / 8219466
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0951944215

P POLETTO FILHO FARMACIA / 39.788.830/0001-60
25351.194574/2021-13 / 7792821
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1020858215

BEMOL S/A / 04.565.289/0066-92
25351.057747/2021-13 / 7792973
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0614637216

SENSO SOLUTION BRASIL TECNOLOGIA LTDA / 29.290.243/0001-93
25351.171469/2021-14 / 8219435
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0951877216

SOLAR COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 37.950.724/0001-06
25351.171388/2021-14 / 8219421
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0951790218

DROGARIA LAGOA LTDA / 40.737.885/0001-20
25351.096733/2021-15 / 7792960
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0956860213

Ampla Distribuidora e Comercio de Produtos hospitalares Eireli / 37.684.307/0001-69
25351.165999/2021-15 / 8219389
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0936277211

BANDEIRA & TOMELERO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.498.863/0001-55
25351.070440/2021-16 / 7792925
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1011152212
---
cruz e gutemberg ltda / 40.368.511/0001-85
25351.070449/2021-19 / 7792848
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0871928214

BEMOL S/A / 04.565.289/0061-88
25351.070447/2021-20 / 7792956
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0969977215

ESTOKE ARMAZENS GERAIS BENEFICIAMENTO E SERVIÇOS LTDA / 09.675.116/0001-03
25351.633451/2020-21 / 4031269
746 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4369348200

VOGT LOG TRANPORTES LTDA / 37.361.428/0001-70
25351.165884/2021-21 / 3102125
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0936098210

HOSPMÉDICA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 28.530.912/0001-94
25351.171641/2021-21 / 3102187
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0952084210

DROGARIA VITORIA DE SAO PEDRO DA ALDEIA LTDA / 12.485.505/0004-15
25351.177548/2021-21 / 7792803
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0968888219

SOLAR COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 37.950.724/0001-06
25351.171514/2021-22 / 1252085
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0951926217

J.S. PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 32.422.207/0001-40
25351.120977/2021-26 / 8219404
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1054750211

T2 SOLUTION ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 32.014.051/0001-69
25351.171401/2021-27 / 3102173
70379 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 0951804219

NORDESTE HOSPITALAR LTDA / 04.922.653/0001-89
25351.171627/2021-28 / 1252101
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0952070219

SERGIO RICARDO DOS SANTOS / 14.514.406/0001-05
25351.177546/2021-31 / 7792774
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0968882210

CIA DE COMERCIO VAREJISTA FARMACEUTICA LTDA / 38.323.236/0001-31
25351.070445/2021-31 / 7792896
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1042578211

NOSSA PHARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 36.859.598/0001-16
25351.188968/2021-32 / 7792761
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1004832214

OMNI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA / 38.029.534/0002-02
25351.944973/2021-36 / 8219418
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0334233216

DOUGLAS P. TEIXEIRA DROGARIA / 37.175.347/0001-85
25351.057750/2021-37 / 7792942
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0976616212

UNIVERSO MAQUIAGEM EIRELI / 36.165.700/0001-83
25351.166029/2021-37 / 4031224
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0936310219

JR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MED HOSPITALARES LTDA / 38.182.923/0001-84
25351.997243/2021-38 / 3102160
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0429284217

MG COMERCIO DE MEDICAMENTOS / 28.193.564/0001-07
25351.040460/2021-54 / 7792882
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1035561218

Ampla Distribuidora e Comercio de Produtos hospitalares Eireli / 37.684.307/0001-69
25351.166000/2021-55 / 1252037
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0936278218

BASI SAUDE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 39.321.083/0001-56
25351.165984/2021-57 / 8219267
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 0936261218

CENTRALMED COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAL MEDICO EIRELI - EPP / 23.411.706/0001-41
25351.154308/2021-58 / 8219526
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0903899213

DELTA IMPORTACAO & EXPORTACAO - EIRELI - ME / 28.651.546/0001-21
25351.389633/2020-59 / 3102202
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3894644206
---
vanessa cristina lopes marques ribeirao preto / 05.392.115/0001-92
25351.166030/2021-61 / 1252068
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0936311215

LB Estética LTDA - ME / 02.041.050/0001-42
25351.105255/2020-61 / 4031255
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3379684201
---
mdl farma eireli / 35.056.710/0001-18
25351.987398/2021-66 / 7792879
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0782192211

GPG IMPORTAÇAO E COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.410.230/0001-00
25351.165929/2021-67 / 4031181
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0936196211

I. VASCONCELOS CAVALCANTE / 40.258.475/0001-05
25351.034408/2021-69 / 3102191
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1071443216

ALEX FARMA LTDA / 40.294.950/0001-90
25351.070430/2021-72 / 7792834
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0939503212

KASMED IMPORTACAO E COMERCIO LTDA / 19.006.720/0004-35
25351.165959/2021-73 / 8219284
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0936232218

SPA PHARMA BRASIL VAREJISTA LTDA / 38.710.816/0001-81
25351.171473/2021-74 / 4031238
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0951881213

DHT TECNOLOGIAS DIGITAIS EM SÁUDE LTDA / 23.514.955/0001-62
25351.171508/2021-75 / 8219452
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 0951919211

DROGARIA SBA LTDA / 40.472.682/0001-50
25351.177549/2021-75 / 7792817
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0968891219

VOGT LOG TRANPORTES LTDA / 37.361.428/0001-70
25351.165885/2021-75 / 8219253
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0936100214

DIXMEDICAL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 19.001.659/0001-90
25351.103799/2021-79 / 8219512
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 0751714216

NOTOS TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA / 30.091.747/0001-63
25351.171360/2021-79 / 1252071
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0951728211

I. VASCONCELOS CAVALCANTE / 40.258.475/0001-05
25351.034533/2021-79 / 8219497
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1071399217

PHARMACY BETEL QUALITY LTDA / 38.135.944/0001-49
25351.093352/2021-84 / 7792939
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1006832215

JD SAUDE HOSPITALAR EIRELI / 38.471.773/0001-29
25351.165964/2021-86 / 8219298
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0936238216

DROGARIA E PERFUMARIA PELIZON DA SILVA & SILVA LTDA / 32.248.770/0002-25
25351.177547/2021-86 / 7792791
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0968885214
---
gabriela m f dos santos bueno / 29.664.147/0001-68
25351.121112/2021-87 / 8218370
70377 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 0804141215

A. F. R. MORAES COMERCIAL LTDA / 02.474.798/0001-39
25351.171489/2021-87 / 8219449
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0951897217

BONELINK COMERCIO SERVIÇOS IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 34.576.368/0002-03
25351.109571/2021-92 / 8219509
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0767960211

FARMACIA LOPES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 39.712.632/0001-13
25351.997757/2021-93 / 7792865
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0838866211

T2 SOLUTION ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 32.014.051/0001-69
25351.171543/2021-94 / 4031241
70367 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 0951955217

DROGARIA SAO PAULO S.A / 61.412.110/1093-27
25351.177545/2021-97 / 7792788
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0968879210

ACOPLIN IMPORTS COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA EPP / 38.146.441/0001-79
25351.109765/2021-98 / 8219483

7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1058160214

BASI SAUDE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 39.321.083/0001-56
25351.166019/2021-00 / 3102142
735 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0936299215

(*) Republicado por ter saído com incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União nº 59, de 29 de março de 2021, Seção 1, pág. 161.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.481, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

BASI SAUDE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 39.321.083/0001-56 25351.166019/2021-00 / 3102142 735 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0936299215 ---------- FLEX FARMA LTDA / 40.991.208/0001-34 25351.259378/2021-00 / 7797311 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1214253211 ---------- BIS COMERCIO &SERVICOS LTDA / 26.437.725/0001-35 25351.232185/2021-01 / 1253228 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1133511210 ---------- ETHERA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 38.175.270/0001-06 25351.264540/2021-01 / 8220784 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1229451218 ---------- NL DROGARIA LTDA / 37.231.258/0001-09 25351.284872/2021-02 / 7796728 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297176216 ---------- ALFA PHARMA EIRELI / 40.872.326/0001-23 25351.270308/2021-02 / 7797109 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251284212 ---------- DROGARIA 5 ESTRELAS DO LOTE XV LTDA / 38.427.386/0001-95 25351.270280/2021-03 / 7797191 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251176215 ---------- AMICI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS EIRELI / 30.329.824/0001-70 25351.474754/2020-03 / 1246661 703 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4063304205 ---------- GLOBALDERMA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA. / 38.376.928/0001-48 25351.232146/2021-04 / 4032051 722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1133467211 ---------- SOLFARMA LTDA / 39.746.646/0001-58 25351.270315/2021-04 / 7797004 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251305219 ---------- POP MONTIVIDIU COMECIAL FARMACEUTICA LTDA / 41.406.753/0001-89 25351.270322/2021-06 / 7797049 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251327210 ---------- DROGARIA PARACATU BAIRRO LTDA / 41.308.632/0001-02 25351.290492/2021-07 / 7797342 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1313175213 ---------- RIBEIRO E SOUZA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 22.308.583/0002-36 25351.254348/2021-07 / 7797221 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1199716218 ---------- A.C. BORGES - DROGARIA / 40.930.594/0001-54 25351.284856/2021-10 / 7796762 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297140215 ---------- I. S. DE OLIVEIRA FARMACIA / 40.145.458/0001-53 25351.254353/2021-10 / 7797265 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1199731211 ---------- MLC SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA / 26.271.525/0001-55 25351.232419/2021-11 / 8220892 855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 1133774211 ---------- Sul Farma LTDA / 40.126.695/0001-77 25351.284863/2021-11 / 7796819 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297153217 ---------- INFINITY PRODUTOS PARA LABORATORIO / 40.051.687/0001-09 25351.232167/2021-11 / 3102966 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1133493211 ---------- NOSSA DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 12.095.582/0001-16 25351.758422/2014-11 / 8114751 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3215250209 ---------- TRANSMARIANO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA / 10.529.896/0001-54 25351.284510/2021-11 / 8220722 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1296212211 ---------- FARMACIA SANTO ANTONIO DE PORE LTDA-ME / 01.623.574/0001-89 25351.270306/2021-13 / 7797188 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251258213 ---------- MARONI COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA / 18.434.371/0001-47 25351.131237/2021-15 / 8218872 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0833977211 ---------- s pereira da silva / 37.751.263/0001-42 25351.270313/2021-15 / 7796975 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251299211 ---------- Farmacia Altenrath ltda / 36.988.332/0002-54 25351.290483/2021-16 / 7797416 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1313148216 ---------- W SEREJO E MUNIZ LTDA / 19.043.776/0001-17 25351.284526/2021-16 / 4032021 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1295839211 ---------- BIO ANALISE DROGARIA LTDA / 40.613.249/0001-97 25351.284831/2021-16 / 7797021 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297016216 ---------- S P LIRA FARMACIA LTDA / 26.825.585/0001-72 25351.270304/2021-16 / 7796731 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251252214 ---------- TOP FARMA JAGUARE LTDA / 39.528.910/0001-87 25351.270320/2021-17 / 7797083 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251321211 ---------- UNITED MEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LIMITADA / 39.155.508/0001-02 25351.232313/2021-17 / 8220861 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1133658211 ---------- BMAGALHÃES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 21.366.827/0001-93 25351.284614/2021-18 / 8220740 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1296330214 ---------- M. B. AGUIAR COMÉRCIO EIRELI / 22.456.872/0001-00 25351.284849/2021-18 / 7796853 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297127218 ---------- CLAUDINEI SARTORI DROGARIA / 32.844.150/0001-78 25351.270311/2021-18 / 7797097 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251293211 ---------- ALDORANDO MARTINS DA SILVA / 28.763.892/0001-00 25351.290481/2021-19 / 7797447 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1313142217 ---------- MACRO CIRURGICA PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 35.786.156/0001-24 25351.056597/2021-21 / 8217832 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0611196212 ---------- V T RAMOS FARMACIA LTDA / 40.182.499/0001-10 25351.284845/2021-21 / 7796867 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297074213 ---------- MULTMED COM DE PROD MEDICO HOSPITALARES LTDA / 30.650.401/0001-58 25351.284330/2021-21 / 1253199 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1295972212 ---------- moreira &struminski ltda / 32.540.186/0001-68 25351.284852/2021-23 / 7796776 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297133212 ---------- LYM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 30.699.443/0001-83 25351.953243/2021-26 / 8216520 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 0350101213 ---------- LORDELO LOGISTICA E SERVICOS EIRELI / 33.590.062/0001-50 25351.284570/2021-26 / 4032048 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1296284212 ---------- ANDRESSA FARMÁCIAS LTDA / 40.696.935/0001-79 25351.270318/2021-30 / 7796989 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251314218 ---------- DROGARIA ALAMEDA LTDA / 01.276.256/0065-53 25351.259564/2021-31 / 7797325 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1214984215 ---------- REOBOTE FARMA LTDA / 40.551.098/0001-90 25351.290488/2021-31 / 7797356 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1313163210 ---------- DROGARIA DROGAZILDA EIRELI ME / 22.416.345/0001-63 25351.270325/2021-31 / 7797035 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251336219 ---------- DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0153-69 25351.284836/2021-31 / 7797018 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297031210 ---------- DROGARIA E PERFUMARIA MONTEIRO LTDA / 40.963.240/0001-06 25351.284843/2021-32 / 7796913 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297060213 ---------- GAMMA CRUCIS COMERCIO ATACADISTA, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA - ME / 23.864.965/0001-28 25351.389588/2020-32 / 4026853 722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3894590203 ---------- JOICE BATISTA GOMES / 40.333.297/0001-21 25351.254358/2021-34 / 7797282 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1199748216 ---------- LETICIA CIBELY DA SILVA DAVID ALIXANDRE / 40.170.952/0001-78 25351.258641/2021-35 / 7797296 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1212439217 ---------- drogaria gouvea e ligiane ltda / 40.434.785/0001-25 25351.284868/2021-36 / 7796745 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297163214 ---------- MLC SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA / 26.271.525/0001-55 25351.232396/2021-36 / 3103009 734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1133750214 ---------- J J HOSPITALAR COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 26.938.846/0001-60 25351.232131/2021-38 / 8220736 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1133451217 ---------- FRACTUS INDUSTRIA COMERCIO PRODUTOS MEDICOS LTDA / 34.270.370/0001-60 25351.232212/2021-38 / 8220771 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 1133540210 ---------- TRIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 30.851.930/0001-10 25351.310504/2020-38 / 8210821 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3723942202 ---------- FF Comércio Farmacêutico LTDA Filial 02 / 37.108.645/0003-14 25351.284834/2021-41 / 7796898 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297025215 ---------- VANESSA DE AGUIAR SEVERINO FARMÁCIA / 37.921.987/0001-97 25351.270316/2021-41 / 7797052 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251308213 ---------- Dalcenter Material Hospitalar Eireli ME / 10.651.086/0001-76 25351.154250/2021-42 / 8220904 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0903817217 ---------- Drogaria gamboense ltda / 29.272.206/0001-52 25351.270323/2021-42 / 7796958 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251330210 ---------- RAUL DE LIMA LEAL LTDA / 40.262.711/0001-59 25351.254349/2021-43 / 7797234 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1199719212 ---------- FARO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA / 39.667.946/0001-41 25351.954211/2021-48 / 4032065 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0352603216 ---------- DROGARIA L &M VIANA LTDA / 41.041.105/0001-76 25351.270309/2021-49 / 7797161 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251287217 ---------- FARMACIA ROSSIC LTDA / 40.952.618/0001-76 25351.284873/2021-49 / 7796759 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297179211 ---------- DROGARIAS BELEM COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.733.810/0001-71 25351.284871/2021-50 / 7796793 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297173211 ---------- J J HOSPITALAR COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 26.938.846/0001-60 25351.232219/2021-50 / 3102970 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1133549217 ---------- MR FARMACIA E DISTRIBUIDORA EIRELI / 40.188.246/0001-53 25351.270307/2021-50 / 7797130 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251281218 ---------- ODONTOMED COMERCIO SERVICOS E LOCACOES EIRELI / 19.918.704/0001-76 25351.389513/2020-51 / 8220918 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3894510200 ---------- REGI RODRIGUES DROGARIA LTDA / 40.205.207/0001-17 25351.270314/2021-51 / 7797066 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251302214 ---------- A DE F OLIVEIRA CAVALCANTI FARMACIA / 39.906.734/0001-70 25351.284832/2021-52 / 7796944 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297019211 ---------- DEBORA REGINA GOECKS / 40.665.299/0001-18 25351.188957/2021-52 / 7797203 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1004799219 ---------- JEANE MORAIS DA CUNHA ME / 34.510.548/0001-01 25351.290484/2021-52 / 7797391 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1313151216 ---------- FARMASILVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.620.957/0001-40 25351.270321/2021-53 / 7796931 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251324215 ---------- DROGARIA GILEADE 22 DE MAIO LTDA / 39.928.958/0001-82 25351.254347/2021-54 / 7797217 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1199713213 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BEM ESTAR LTDA / 40.729.184/0001-40 25351.232402/2021-55 / 8220889 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 1133756212 ---------- JOSIELE FERREIRA DOS SANTOS ME / 37.576.821/0001-80 25351.254354/2021-56 / 7797279 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1199734216 ---------- BRASMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI / 10.964.866/0001-76 25351.284649/2021-57 / 3102952 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1296369218 ---------- TRANSMARIANO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA / 10.529.896/0001-54 25351.284511/2021-58 / 4032017 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1296213218 ---------- RIO AMAZONAS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.554.501/0001-80 25351.154523/2021-59 / 1251764 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0904072215 ---------- FARMACIA ORLANDI LTDA / 38.615.110/0001-30 25351.270305/2021-61 / 7797143 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251255219 ---------- FARO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA / 39.667.946/0001-41 25351.954306/2021-61 / 1253231 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0352946211 ---------- DROGARIA MACRO ATACADO KROLOW LTDA / 01.060.735/0004-16 25351.270312/2021-62 / 7797112 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251296216 ---------- E V CAVALCANTE COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 84.330.281/0002-11 25351.290482/2021-63 / 7797451 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1313145211 ---------- DROGARIA BARBOZA E TAKESHITA LTDA / 37.849.678/0001-53 25351.284848/2021-65 / 7796836 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297119217 ---------- DROGARIA &PERFUMARIA SUPER FARMA EIRELI / 35.949.683/0001-02 25351.284206/2021-66 / 7796927 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1295534215 ---------- I 9 DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA / 21.152.532/0001-14 25351.188401/2021-66 / 1252617 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1003612211 ---------- AGV FARMA LTDA / 38.448.886/0001-03 25351.254352/2021-67 / 7797251 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1199728211 ---------- adelaide genari oliveira cruz ltda / 38.422.868/0001-52 25351.259375/2021-68 / 7797308 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1214248214 ---------- BESTFARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 35.588.671/0001-08

25351.284860/2021-70 / 7796780 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297146214 ---------- Bruthan Comercial Ltda / 02.625.813/0001-00 25351.284356/2021-70 / 4032003 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1296026213 ---------- C. TESTI TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA / 37.795.781/0001-68 25351.270060/2021-71 / 1253154 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1250450217 ---------- Francisca das Chagas Marinho Silva / 04.217.389/0001-82 25351.270279/2021-71 / 7797174 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251173211 ---------- LORDELO LOGISTICA E SERVICOS EIRELI / 33.590.062/0001-50 25351.284571/2021-71 / 3102949 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1296285219 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0963-79 25351.270303/2021-71 / 7797126 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251249214 ---------- LIFE SUL SP TECNOLOGIA MEDICA LTDA / 35.034.709/0001-92 25351.290780/2020-72 / 8210865 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3685590201 ---------- DS MATERIAL MEDICO HOSPITALAR E SERVICOS EIRELI / 29.660.492/0001-23 25351.232279/2021-72 / 1253276 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1133615210 ---------- SANDRA MARIA OLIVEIRA RIBEIRO / 36.392.594/0001-70 25351.270310/2021-73 / 7797070 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251290217 ---------- FARMACIA LUZ DA ESPERANCA LTDA / 41.308.150/0001-44 25351.290480/2021-74 / 7797420 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1313139217 ---------- WALMIR N MORAES EIRELI / 27.643.034/0002-31 25351.284846/2021-76 / 7796840 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297103211 ---------- SNMED - COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI - ME / 06.879.813/0001-80 25351.284476/2021-77 / 1253171 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1296172210 ---------- GLUCO SCAN WHATCH / 38.127.808/0001-07 25351.109631/2021-77 / 8218565 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 0768040213 ---------- DROGARIA MALTA DA ILHA DO GOVERNADOR LTDA / 41.132.857/0001-42 25351.254350/2021-78 / 7797248 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1199722212 ---------- FARO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA / 39.667.946/0001-41 25351.954209/2021-79 / 8220798 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0352516216 ---------- UNIKA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.412.948/0001-27 25351.109566/2021-80 / 8218625 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0767951212 ---------- DROGARIA MENOR PRECO MONTE MOR LTDA / 40.782.075/0001-96 25351.284869/2021-81 / 7796805 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297167217 ---------- J CRUZ LTDA - EPP / 04.521.258/0001-94 25351.499799/2020-82 / 4021081 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3461876208 ---------- FARMA VIDAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 41.133.086/0001-08 25351.270319/2021-84 / 7796992 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251318211 ---------- DROGARIA CACHOEIRINHA LTDA / 06.985.551/0004-80 25351.284837/2021-85 / 7796884 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297037219 ---------- A W ARAUJO LOBATO / 34.379.424/0002-01 25351.259565/2021-85 / 7797339 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1214988218 ---------- LORDELO LOGISTICA E SERVICOS EIRELI / 33.590.062/0001-50 25351.284629/2021-86 / 8220767 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1296345211 ---------- FARMACIA RAMO DA VIDEIRA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 39.501.557/0001-41 25351.284844/2021-87 / 7796822 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297067211 ---------- IMUNOSCAN ENGENHARIA MOLECULAR LTDA / 06.935.380/0001-32 25351.225036/2021-88 / 8220307 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 1115383213 ---------- MLC SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA / 26.271.525/0001-55 25351.232395/2021-91 / 4032079 746 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1133749216 ---------- NEXT IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 37.414.128/0001-01 25351.945013/2021-93 / 8217100 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0191410217 ---------- RME DROGARIA LTDA / 17.450.918/0002-16 25351.270317/2021-95 / 7797157 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251311213 ---------- DS MATERIAL MEDICO HOSPITALAR E SERVICOS EIRELI / 29.660.492/0001-23 25351.232282/2021-96 / 8220858 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1133618219 ---------- J CRUZ LTDA / 04.521.258/0029-95 25351.290487/2021-96 / 7797360 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1313160215 ---------- f. s. drogaria ltda / 35.099.137/0007-15 25351.284835/2021-96 / 7796900 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297028210 ---------- Qualis Soluções para a Saúde Eireli / 32.661.819/0001-96 25351.284627/2021-97 / 8220753 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1296343219 ---------- TRANSMARIANO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA / 10.529.896/0001-54 25351.284384/2021-97 / 3102935 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1296063216 ---------- FARMACIA DO TRABALHADOR MAIS ECONOMICA EIRELI / 29.813.582/0001-07 25351.270324/2021-97 / 7796961 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1251333214 ---------- DCALDAS FARMA LTDA / 38.334.011/0001-80 25351.284842/2021-98 / 7796871 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297052212 ---------- BIS COMERCIO &SERVICOS LTDA / 26.437.725/0001-35 25351.232370/2021-98 / 3102997 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1133722211

RESOLUÇÃO RE Nº 1.482, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

BARRETO &BARRETO DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 12.910.852/0001-03
25351.238402/2016-00 / 7468759
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1231718217

COSME AGUIAR DE SOUSA EIRELI / 28.258.177/0001-01
25351.003419/2018-00 / 7562156
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1231720219

CHLOROPHYLLA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 13.624.227/0001-50
25351.115869/2013-01 / 2067844
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 1213782210

DROGARIA GOMES E SOUTO LTDA / 02.250.283/0001-55
25351.231482/2014-01 / 7162984
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1297743218

DROGARIA SOUZA NASCIMENTO LTDA / 03.076.447/0001-32
25351.056847/2014-01 / 7102006
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1297755211

Comércio de Medicamentos Brair LTDA / 88.212.113/0012-54
25351.183957/2002-01 / 0185010
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231734219

RODRIGO GUSTAVO POLINARIO E COMPANHIA LTDA / 34.059.503/0001-54
25351.501866/2019-01 / 7675705
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1329352214

UNICORP TERCEIRIZZE BRASIL INDUSTRIAL LTDA / 02.660.623/0001-16
25351.301098/2011-01 / 2059441
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 1326972219

IMPACTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 21.285.657/0001-12
25351.445371/2015-01 / 2083919
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1250405211

MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - ME / 10.807.173/0001-70
25351.596508/2010-01 / 8070625
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1250160219

ETHERA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 38.175.270/0001-06
25351.264540/2021-01 / 8220784
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1296100219
---
eurosilicone brasil importação e exportação ltda - epp / 11.015.655/0001-50
25351.541348/2010-02 / 8067493
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0173234216

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0332-96
25351.754427/2013-03 / 7075502
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1313620218

RAWELL QUÍMICA EIRELI / 08.400.893/0001-74
25351.212399/2007-03 / 3035549
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229379215
25351.212399/2007-03 / 3035549
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229571213
---
j n marques de alencar drogaria / 34.530.498/0001-16
25351.466816/2020-03 / 7767235
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0463196210

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0506-80
25351.441865/2013-04 / 0975700
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231815219

PRISMA TEK COMÉRCIO E DISTRIBUIDORAS DE MÁQUINAS LTDA. / 32.560.470/0001-04
25351.815898/2021-05 / 8215555
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0076882217

DROGARIA E PERFUMARIA CURVELO LTDA / 04.471.670/0001-47
25351.407898/2014-06 / 7235273
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1329362211

DYEMP COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 24.387.558/0001-30
25351.080636/2017-07 / 8147788
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1229608214

QUATTROR COMERCIAL LTDA / 11.916.306/0001-09
25351.077310/2018-09 / 2099614
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1229553215

MILLENIUM COMERCIAL &LOGOP DO GMILL DISTRIBUICAO LTDA / 02.632.609/0005-32
25351.697882/2018-09 / 8173694
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1312268212

COPERVET COMERCIAL IMPORTADORA LTDA / 32.606.617/0001-41
25351.684759/2019-09 / 1197280
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1213774217

CLAUDIO HENRIQUE GUIMARÃES REZENDE LTDA / 10.745.649/0001-95
25351.252147/2009-10 / 0596268
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1231709218

DROGARIA GALETTI &MARTINS LTDA / 07.045.796/0007-33
25351.415707/2020-10 / 7764179
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1200243217

DARA COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 37.715.986/0001-96
25351.243238/2021-10 / 4031761
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1296045218
25351.243238/2021-10 / 4031761
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1296346218

MOREIRA GONZAGA LTDA / 33.219.297/0001-30
25351.308843/2019-11 / 7657154
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1313594215

DROGARIA LECO FARMA LTDA ME / 29.292.776/0001-04
25351.111928/2020-11 / 7709593
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1313702216

S.M. DA SILVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS / 04.046.515/0001-83
25351.416375/2016-12 / 7482486
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1297757218

OXIGENAR EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI / 09.247.597/0001-48
25351.818817/2016-12 / 8133805
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1213727219

S.M. DA SILVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS / 04.046.515/0001-83
25351.416375/2016-12 / 7482486
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1297745214

VASCONCELOS COMERCIO EIRELI / 29.920.183/0001-45
25351.278665/2018-13 / 7585016
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1297741211

DIFARMA IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA / 31.655.550/0001-72
25351.098699/2021-13 / 8218171
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1213777216

LUCAS ANTONIO DE AQUINO / 39.618.438/0001-73
25351.166835/2021-13 / 7790665
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231367210

PHEX BRASIL TRANSPORTES LTDA / 11.914.227/0001-69
25351.834252/2018-13 / 1189756
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1229207210

P POLETTO FILHO FARMACIA / 39.788.830/0001-60
25351.194574/2021-13 / 7792821
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1329348216

PHEX BRASIL TRANSPORTES LTDA / 11.914.227/0001-69
25351.240538/2019-14 / 8183080
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1229269215

REAL SURGYCAL COMERCIO DE MATERIAL CIRURGICO LTDA / 19.051.128/0001-02
25351.780440/2018-14 / 8175374
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1311867210
25351.780440/2018-14 / 8175374
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1311869212

KHRYS-TEC EIRELI / 09.470.570/0001-10
25351.752509/2013-14 / 8101378
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1312415215

MAKE LINE COMERCIAL LTDA ME / 05.416.754/0001-40
25351.024092/2003-15 / 8017153
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1229397213

ISAFARMA LTDA / 03.075.288/0001-51
25351.473598/2014-15 / 7263635
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1313596211

FABIFARMA DROGARIA &PERFUMARIA LTDA / 07.061.111/0001-57
25351.304368/2005-16 / 0440511
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1297749217

MANIPULAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 03.996.820/0001-73
25351.183826/2002-16 / 0073081
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1251908211

Restoque comércio e confecções de roupas s/a / 49.669.856/0001-43
25351.271562/2013-17 / 2068745
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3846086207

PHARMA EXPRESS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E OPERADORA LOGÍSTICA LTDA / 10.977.241/0001-49
25351.198748/2021-17 / 8219791
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1311759212
---
drogaria mikail guarulhos ltda - me / 08.980.317/0001-43
25351.504905/2014-17 / 7276732
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 1233027212

PHARMALENE LTDA- ME / 19.399.606/0001-70
25351.420862/2014-18 / 7236862
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1039697217

HELP MEDICAL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 23.236.534/0001-17
25351.234848/2018-19 / 8165490
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1250143217

IRMÃOS FERRARI B &V LTDA / 09.369.464/0001-44
25351.368298/2009-19 / 0609705
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1251882214

MEDEIROS &RODRIGUES PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 03.897.292/0001-03
25351.154103/2013-20 / 0901860
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1231716211

DROGARIA LOVE LTDA / 32.521.682/0001-74
25351.496495/2019-20 / 7674930
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1297659218

MACFARMA EIRELI / 36.673.712/0001-19
25351.440004/2020-20 / 7724079
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1248211211

P. S. CUNHA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 36.859.992/0001-54
25351.682792/2020-20 / 7735100
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231732212

DROGARIA PAG POKO DE MARILIA LTDA / 03.937.651/0001-09
25351.151046/2015-21 / 7372479
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1251886217

COSTA FARMA LTDA / 29.525.328/0001-03
25351.617000/2018-21 / 7608192
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1297655215

TDM TRANSPORTES S.A / 16.884.492/0001-65
25351.492221/2014-21 / 8109567
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1296162214

MORETTI E MORETTI LTDA / 04.601.795/0001-44
25351.601580/2013-21 / 0831220
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1251916212
25351.601580/2013-21 / 0831220
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1313706219
---
danilo j r de macedo / 03.912.382/0001-18
25351.626387/2020-21 / 7772112
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1313714210

RONAM E MARTINEZ DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 07.231.121/0001-93
25351.472306/2019-23 / 7670742
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1231837210

DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA PARAÍBA LTDA / 07.238.005/0001-04
25351.151722/2020-24 / 8197411
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1312142219

MARTINS LOPES REPRESENTACOES LTDA / 38.091.360/0001-19
25351.254014/2021-25 / 3102892
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1213597218

ELOISE DE SISTI BERNARDES / 30.384.264/0001-57
25351.665429/2018-25 / 7612641
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1227221213

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0289-34
25351.367725/2013-26 / 7001372
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231728214

LYM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 30.699.443/0001-83
25351.953243/2021-26 / 8216520
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1213710219

BCPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.572.915/0001-32
25351.394068/2018-27 / 1179118
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 1296124215

GoldMed Importação de Produtos Hospitalares Ltda ME / 28.215.470/0001-91
25351.720145/2017-28 / 8160609
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1250335213

TDM TRANSPORTES S.A / 16.884.492/0001-65
25351.492213/2014-28 / 1114541
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1296163211

WASHINGTON GONÇALVES DA SILVA- DROGARIA- ME / 17.507.284/0001-00
25351.092596/2013-30 / 0904181
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1329364218

DGS BRASIL LTDA. / 29.503.297/0001-90
25351.249216/2019-31 / 8180632
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1213817218

CARLA ROSANE GIRARDI / 04.230.854/0001-15
25351.627834/2013-31 / 7028265
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231724211

LACTONA DO BRASIL LTDA / 71.785.984/0001-01
25351.708680/2014-33 / 2077794
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229628215
---
janilson pinheiro de oliveira / 12.493.364/0001-30
25351.635282/2013-34 / 7015566
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1329354211

THAINA RAQUELE QUINALIA RIBEIRO / 39.466.488/0001-82
25351.658846/2020-36 / 7773317
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1297759214

ACL CARGO TRANSPORTES LTDA EPP / 06.695.952/0001-53
25004.097878/2007-36 / 1073746
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1250421217

WONPHARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 34.526.645/0001-84
25351.873855/2021-36 / 8215801
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229481214

DROGARIA E PERFUMARIA DROGABAY IMPERADOR EIRELI / 29.106.140/0001-20
25351.577271/2018-37 / 7604096
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1231722215

RODRIGUES MEDICAMENTOS LTDA / 40.438.253/0001-66
25351.194588/2021-37 / 7792436
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1227877217

RCL IMPORTACAO, COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 24.996.224/0002-44

25351.815876/2021-37 / 8215507
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0076872211
25351.815876/2021-37 / 8215507
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0076850218

TRAUFIX MEDICAL PRIME MATERIAIS MEDICOS EIRELI / 12.639.633/0001-23
25351.112620/2011-38 / 8075315
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1249997216

EDMILSON SERVULO RODRIGUES ARTIGOS MEDICO HOSPITALARES / 31.586.750/0001-10
25351.741122/2018-38 / 8174317
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1229559213

MULTIMARCAS DISTRIBUIDORA DE CORRELATOS LTDA / 14.729.728/0001-63
25351.407726/2019-39 / 3090281
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 1229617213

FARMACIA AB LTDA / 34.038.017/0001-50
25351.032304/2020-39 / 7703525
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1313608219

DROGARIA PORTAL LTDA ME / 35.307.743/0001-93
25351.004230/2003-40 / 0252974
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1313710217

ARYANE B B LEAO / 21.793.581/0001-36
25351.371663/2015-41 / 7396686
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1251890215

ROCHA MEDICAMENTOS LTDA / 35.115.117/0001-03
25351.616867/2019-41 / 7688851
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1329246213

LEADS MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 12.810.613/0002-54
25351.098291/2021-41 / 8218673
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1311851216

DIFARMA IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA / 31.655.550/0001-72
25351.067700/2019-43 / 1185876
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 1213778212

Saude Farma Comercio LTDA - ME / 20.238.191/0001-31
25351.525101/2014-43 / 7288146
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1251900216

NEOBEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 33.808.504/0001-91
25351.633718/2019-46 / 8191099
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1327067218
25351.633718/2019-46 / 8191099
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1327164213

CENTRAL FARMA COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 08.011.952/0001-12
25351.225454/2014-46 / 7160892
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1231830212

FARMACIA E DROGARIA NISSEI S.A / 79.430.682/0173-60
25351.166783/2014-48 / 7155391
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1312735217

Ferreira Passos Drogaria Ltda / 35.889.200/0001-21
25351.234518/2020-48 / 7757836
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1251894218

PRATIXIA DERMO SOLUÇÕES LTDA - ME / 82.466.434/0001-46
25351.072813/2012-48 / 2062938
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1115642219

ALFALAGOS LTDA / 05.194.502/0001-14
25351.222583/2002-49 / 1055346
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1213938210

S DA S DIAS EIRELI / 35.411.421/0001-90
25351.316896/2020-49 / 8199230
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1311948210

BEM VIVER PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 34.391.031/0001-32
25351.635649/2020-49 / 8204095
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1213849217

DROGARIA E PERFUMARIA MAIS POPULAR LTDA / 28.687.719/0001-61
25351.848750/2021-49 / 7778879
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1297753215

PROTETIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME / 05.807.702/0001-03
25351.103488/2011-50 / 8075042
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1327109212

IRMÃOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0096-30
25351.269393/2018-52 / 7578401
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1024051219

DROGARIA MIKAELLA LTDA - ME / 09.250.395/0001-55
25351.695593/2013-52 / 7057238
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1251902212

KORRES BRASIL DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS EIRELLI / 35.439.997/0001-65
25351.650755/2020-52 / 4022498
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1229442219

DROGARIAS PACHECO SA / 33.438.250/0469-06
25351.333834/2014-53 / 7202307
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1251910213

Hortron Indústria e Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA-ME / 13.459.890/0001-46
25351.640230/2015-53 / 8128854
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1296117219

DROGARIAS PACHECO SA / 33.438.250/0469-06
25351.333834/2014-53 / 7202307
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1251896214

F. R. S COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 17.149.959/0001-96
25351.431763/2014-53 / 7244092
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1329260219

NEUROMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - ME / 24.537.048/0001-00
25351.291480/2016-56 / 8140714
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1312107219

STARLAB COMERCIO SERVICOS E IMPORTACOES EIRELI / 09.006.864/0001-95
25351.751530/2015-57 / 8131224
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0768042216

DROGARIAS PACHECO S.A / 33.438.250/0272-86
25351.593130/2013-57 / 7038596
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1251912210

STARLAB COMERCIO SERVICOS E IMPORTACOES EIRELI / 09.006.864/0001-95
25351.751530/2015-57 / 8131224
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0768237211

D. J. DROGARIA LTDA / 14.015.331/0001-00
25351.786371/2011-58 / 0821848
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1231713216

COMERCIAL COSTA GOMES LTDA / 36.395.622/0001-03
25351.142570/2004-59 / 8023312
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1239037210

NEOBEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 33.808.504/0001-91
25351.633785/2019-61 / 1196176
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1326974211
25351.633785/2019-61 / 1196176
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 1326989219

BRAZMEDICA COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI / 04.902.405/0001-76
25351.490873/2019-61 / 8187519
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1312078219

MARTINS AMARAL PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 30.566.187/0001-56
25351.391133/2018-62 / 7596880
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1329346210

DROGARIA GONÇALVES ARAÚJO EIRELI ME / 24.822.247/0001-51
25351.383224/2016-62 / 7480441
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1313712213

MARTINS AMARAL PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 30.566.187/0001-56
25351.391133/2018-62 / 7596880
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1329252218
25351.391133/2018-62 / 7596880
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1329360215

MARILIA MALTA BARROS DE SOUZA / 23.335.603/0001-40
25351.832133/2016-64 / 7435111
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1297747211

DIMED S/A DISRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0169-28
25351.649670/2015-64 / 7421131
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231822211

DROGARIA ALVES E SÁ LTDA / 23.156.944/0001-58
25351.638996/2015-66 / 7419861
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1313600213

MORAES LEME PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 04.380.222/0001-38
25351.488941/2020-66 / 8201561
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1229627219

MULTIMARCAS DISTRIBUIDORA DE CORRELATOS LTDA / 14.729.728/0001-63
25351.455351/2012-67 / 1093812
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 1229330216

WPF DROGARIA LTDA / 22.202.179/0002-83
25351.590599/2017-68 / 7549898
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1313716216

SILVA E SANTOS MANIPULACAO LTDA - ME / 07.870.949/0001-91
25351.081009/2014-68 / 7115378
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231820215

SCHWAAB COMPANY IND. COM. EXP. IMP. DE PRODUTOS DA AMAZONIA LTDA-ME / 08.621.097/0001-61
25351.012652/2011-69 / 2057817
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1250462215

A R GONCALVES - FARMACIA EIRELI / 25.313.488/0001-38
25351.067165/2017-69 / 7500601
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1297751219
---
leonardo borges do nascimento / 12.090.295/0001-13
25351.413038/2010-70 / 0683228
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1231839216

A C R B FREITAS - DROGARIA VITORIA - EIRELI / 21.202.828/0001-00
25351.082913/2015-71 / 7365741

7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1251880218

DROGARIA REMEDIOS POPULARES LTDA / 10.358.700/0001-06
25351.145572/2014-71 / 7310574
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1231843214

RONDOLAB COMERCIO E SERVICOS LTDA / 18.964.366/0001-46
25351.539700/2015-73 / 8127447
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0767979214

MAXIMA COMERCIO REPRESENTAÇÕES E ASSISTENCIA TECNICA LTDA / 05.098.822/0001-70
25351.501285/2014-74 / 8109749
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1250339219

M DO P DO S S LEANDRO / 14.626.776/0001-26
25351.138677/2014-74 / 7136086
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1329350218

R S MEDICAMENTOS LTDA / 32.139.713/0001-27
25351.246627/2019-74 / 7650784
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1313598218

TDM TRANSPORTES S.A / 16.884.492/0001-65
25351.492171/2014-76 / 3060048
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1296225216

ZILDA M. V. RODRIGUES LTDA / 80.699.457/0001-75
25351.202101/2014-78 / 7206906
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1329358213
25351.202101/2014-78 / 7206906
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1329256211

FARMÁCIA CERRO BRANCO LTDA / 88.397.302/0001-96
25351.022979/2003-79 / 0323583
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1251914216

E RODRIGUES ALVES E CIA LTDA / 84.046.457/0001-27
25351.119245/2019-79 / 7639379
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1329356217

YAMAHA MOTOR DO BRASIL LOGISTICA LTDA / 26.278.985/0001-05
25351.098343/2021-80 / 1251517
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1213908213

JOELMA CATARINA GOMES EIRELI / 24.400.324/0001-85
25351.034257/2016-81 / 7457730
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1313611219
25351.034257/2016-81 / 7457730
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1313708215

MSB MEDICAL SYSTEM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 06.167.295/0001-71
25351.268664/2008-81 / 8045441
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1312097213
25351.268664/2008-81 / 8045441
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1312271213
25351.268664/2008-81 / 8045441
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1312315211

MEDHTEC PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI EPP / 30.229.895/0001-00
25351.698142/2018-81 / 8173248
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1229461213
25351.698142/2018-81 / 8173248
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229396217

MEDSYSTEM EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI / 06.189.855/0001-99
25351.797683/2010-81 / 8071969
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229582215

DROGARIA TRÊS IRMÃOS EIRELI / 36.376.952/0001-51
25351.753441/2013-81 / 7075655
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1297657211

REDE BRASIL DRUGSTORE COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 04.663.139/0001-76
25351.467684/2014-81 / 7258241
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1231711210

J. FÉRES / 01.017.680/0001-19
25351.154239/2021-82 / 1251781
7144 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1250317215

BEM ESTAR FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 27.562.098/0001-27
25351.679160/2017-83 / 7556731
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1252815213

SAUDE E VIDA FARMACIA EIRELI / 33.383.700/0001-61
25351.135923/2020-84 / 7755272
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1329368211

LOGI-HEALTH SOLUÇÕES PARA SAÚDE LTDA. / 30.588.340/0001-46
25351.171344/2021-86 / 8219358
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229536213
25351.171344/2021-86 / 8219358
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229587217

AEROFLEX INDÚSTRIA DE AEROSOL LTDA / 07.872.967/0001-02
25351.414636/2016-88 / 3071556
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229567216

DROGARIA DUTRA E FREITAS EIRELI / 21.603.620/0001-95
25351.436346/2015-88 / 7401371
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1313720214
25351.436346/2015-88 / 7401371
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1313614213

SG TECNOLOGIA CLÍNICA LTDA / 61.485.900/0001-60
25351.259075/2021-89 / 3102889
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229642218

A. L. PEDROZO LTDA / 19.862.921/0001-91
25351.347507/2014-89 / 7213100
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1229093219

DROGARIA SAO JOAO MAUA LTDA / 22.694.750/0001-43
25351.029309/2017-89 / 7497201
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1313602210

BIOMAXFARMA BUENOPOLIS LTDA / 07.274.868/0001-29
25351.177109/2006-89 / 0472999
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0737868218

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0551-84
25351.182218/2016-90 / 7465033
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1329342217

BERNARDETE AMARAL BENINI EPP / 04.948.773/0002-36
25351.540493/2013-90 / 7038001
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231726218

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0271-90
25351.331223/2013-90 / 0943272
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1329366214

BALEN &BALEN LTDA / 85.035.004/0001-68
25351.756747/2013-90 / 7076448
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1313192213

MULTFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 13.000.452/0049-60
25351.702685/2019-91 / 7695938
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1231841218

LAB COMERCIAL - EIRELI -ME / 19.954.003/0001-92
25351.843359/2016-91 / 7435568
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1251904219

CASA DO PROTETICO LTDA / 05.668.163/0001-60
25351.420283/2018-91 / 8169747
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1229468218

NEOBEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 33.808.504/0001-91
25351.633772/2019-91 / 3090553
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1296138216

ECONOMIZAR MEDICAMENTOS LTDA - ME / 15.499.178/0001-04
25351.460507/2013-92 / 0990051
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1226115217

ALINE AYRES DE LIMA / 15.288.726/0001-49
25351.514650/2014-92 / 7278275
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1310069216

DROGARIA SÃO LUCAS EIRELI - ME / 00.564.834/0001-20
25351.243984/2009-93 / 0596331
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1329344213

CRISTANE ANDRADE AGOSTINHO / 11.370.796/0001-90
25351.212276/2014-93 / 7189330
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1313616210

INOVAO COSMETICOS LTDA / 16.911.189/0001-04
25351.283340/2013-94 / 2069052
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 1312195215

DROGARIA CASONE LTDA / 10.704.382/0005-11
25351.417822/2019-95 / 7667835
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1231833217

MEDIPRO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME / 27.292.082/0001-41
25351.506013/2017-95 / 1174704
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1229321217

TOTES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 10.966.979/0002-91
25351.799546/2021-97 / 7777081
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231818213

DX COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI / 22.244.564/0001-02
25351.000240/2021-98 / 3101684
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229328211

Elemento W Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal Ltda - EPP / 00.361.769/0001-35
25351.765150/2011-99 / 2062435
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1229471219

FARMACIA NOVA FARMA LTDA / 31.474.166/0001-73
25351.054961/2014-99 / 7100297
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4275612200

LACTONA DO BRASIL LTDA / 71.785.984/0001-01
0131494 / 1024705
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1229629211

KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 84.683.556/0001-10
25991.006243/77 / 1006401
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1229538216

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. / 61.190.096/0001-92
25991.003619/77 / 1000438
7148 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA - ENDEREÇO MATRIZ / 1312145218

REPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 03.948.933/0001-01
25351.001776/01-42 / 8006117
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1250273218

NEWARIS LIFESCIENCES LTDA / 37.407.347/0001-63
25351.874002/2021-11 / 1249406
7260 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0191424218

RESOLUÇÃO RE Nº 1.483, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

VENDRAMEL BELATTI DROGARIA LTDA / 36.295.918/0001-52
25351.546197/2020-21 / 7728985
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1311386211

TOP LINE COMERCIAL LTDA / 02.162.379/0001-61
25351.000274/01-59 / 8007052
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 2265390194
25351.031013/01-90 / 3025556
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 2265501191

RESOLUÇÃO RE Nº 1.484, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

Ativa Medical Comercio de Dispositivo Medicos EIRILI / 36.142.691/0001-05
25351.161889/2020-01 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3446728201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 4041912/20-6, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. É de responsabilidade do interessado a verificação quanto a existência de exigências, conforme estabelecem os artigos 4º e 5º da RDC 204/2005.

J A S ARGOLO / 40.816.115/0001-73
25351.290485/2021-05 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1313154211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

CH DA SILVA AGUIAR / 19.885.545/0005-84
25351.284833/2021-05 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297022211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

ADELUAM FARMA COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LIMITADA / 40.369.157/0001-03
25351.254355/2021-09 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1199737211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

CH DA SILVA AGUIAR / 19.885.545/0009-08
25351.284847/2021-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297110213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

LUCENA LUCENA EIRELI -epp - filial ix / 21.206.040/0010-55
25351.284870/2021-13 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297170217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011. (Declaração incorreta)

BRAGENTE PROJETOS CONSULTORIA E REPRESENTACAO LTDA / 30.755.336/0001-25
25351.232140/2021-29 /
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1133460216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.

DROGA PARQUE EIRELI / 39.677.376/0001-70
25351.290486/2021-41 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1313157215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

ANDREZA ALVES MONTEIRO COSTA DROGARIA FARMAIS EIRELI / 39.937.617/0001-73
25351.284841/2021-43 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297045210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

3WS TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA / 04.322.997/0001-57
25351.284520/2021-49 /
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1296224210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

PRO PHARMA DROGRARIA LTDA ME / 40.390.715/0001-12
25351.289284/2021-57 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1310598211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

AR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI / 34.110.544/0001-28
25351.154465/2021-63 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0904068218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

IBIZA COMERCIO IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA / 39.226.300/0001-29
25351.154470/2021-76 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0904073211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

MIX ATACADO EIRELI / 30.804.335/0001-23
25351.088183/2020-80 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3364211205
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 3940341/20-6, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. É de responsabilidade do interessado a verificação quanto a existência de exigências, conforme estabelecem os artigos 4º e 5º da RDC 204/2005.

CH DA SILVA AGUIAR / 19.885.545/0008-27
25351.284867/2021-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1297160210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.485, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

FARMÁCIA GINAP LTDA / 00.453.515/0001-47
25351.015331/2014-07 / 7082502
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1251898211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

FARMACIAS RC FARMA POPULAR LTDA / 29.100.239/0001-15
25351.157204/2018-08 / 7573910
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1231835213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

I N BEZERRA PAULINO EIRELI / 23.994.837/0001-07
25351.499560/2020-11 / 8201760
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1296303217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Petição em desacordo com a RDC 76/2008. Não há previsão de ampliação de atividade para AFE de varejista de produtos para saúde. A empresa deve solicitar o cancelamento da autorização vigente juntamente com o pedido de nova autorização para a atividade requerida.

COMERCIO DE MEDICAMENTOS PEJUCARA LTDA / 74.102.799/0001-63
25351.413981/2014-14 / 7240727
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1313704212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

DROGARIA MASTER LTDA / 84.039.031/0001-46
25351.089337/2019-17 / 7637117
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231826214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

ODONTOMED EIRELI ME / 02.474.717/0001-09

25351.491125/2017-34 / 8157264
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1163918211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Petição em desacordo com a RDC 76/2008. Não há previsão de ampliação de atividade para AFE de varejista de produtos para saúde. A empresa deve solicitar o cancelamento da autorização vigente juntamente com o pedido de nova autorização para a atividade requerida.

Avenca Indústria Cosmética EIRELI / 17.910.635/0001-29
25351.481742/2013-41 / 2072095
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0559116217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

BIOANALYSIS IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA / 31.378.353/0001-53
25351.823294/2020-43 / 8206827
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1296351211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

DBV Comercio de Material Hospitalar LTDA me / 17.771.867/0001-43
25351.194106/2021-49 /
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1229625216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

DROGARIA FARMA FAMILY 2000 LTDA - ME / 27.912.356/0001-58
25351.257612/2018-51 / 7582864
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1313718212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

Farmacia farmadete ltda / 75.289.579/0007-49
25351.171981/2021-52 / 7790526
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1231824218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

ARAUJO E SALES COMERCIAL DE MADICAMENTOS LTDA ME / 28.878.727/0001-95
25351.391932/2020-53 / 7721743
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1251892211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

O N F FERREIRA &CIA LTDA - ME / 14.981.840/0001-97
25351.634666/2017-63 / 7556623
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1329248210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

A B BEZERRA FARMÁCIA / 29.950.776/0001-54
25351.144752/2020-84 / 7711795
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 1241045216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração.

J M COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 06.104.133/0001-94
25351.183057/2014-90 / 7151812
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1231845211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.488, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

I 9 DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA / 21.152.532/0001-14
25351.188404/2021-08 / 1252621
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1003616216

BIS COMERCIO &SERVICOS LTDA / 26.437.725/0001-35
25351.232345/2021-12 / 1253305
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1133693211

C. TESTI TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA / 37.795.781/0001-68
25351.284366/2021-13 / 1253168
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1296041212

NORTEPHARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI ME / 16.720.709/0001-00
25351.232283/2021-31 / 1253280
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1133619215

UNIKA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.412.948/0001-27
25351.109561/2021-57 / 1251503
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0767968212

MULTMED COM DE PROD MEDICO HOSPITALARES LTDA / 30.650.401/0001-58
25351.284527/2021-61 / 1253201
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1295840219

Indukern do Brasil Química LTDA / 72.923.113/0016-56
25351.006727/2021-84 / 1253245
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0462139212

TOPMED MEDICAMENTOS EIRELI / 05.541.666/0001-70
25351.232155/2021-97 / 1253214
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1133480217

RESOLUÇÃO RE Nº 1.489, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

MANIPULAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 03.996.820/0001-73
25351.398355/2013-00 / 1399544
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 1251165210

CARGOSOFT SERVICOS LOGISTICOS LTDA / 05.443.883/0007-13
25351.458822/2016-04 / 1161334
7013 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 1213773211

YAMAHA MOTOR DO BRASIL LOGISTICA LTDA / 26.278.985/0001-05
25351.098471/2021-23 / 1251119
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1229209212

QSP FORMULAS DE CACHOEIRAS DE MACACU LTDA / 02.213.974/0001-89
25351.170300/2004-38 / 1367090
7024 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 1313136212

LUCIO JOAQUIM ELLER EPP / 02.313.859/0001-86
25351.268000/2015-41 / 1140461
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 1248203210

ALFALAGOS LTDA / 05.194.502/0001-14
25351.492033/2014-42 / 1114601
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1213848211

MEDIPRO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME / 27.292.082/0001-41
25351.506037/2017-44 / 1170579
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1229336214

DIFARMA IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA / 31.655.550/0001-72
25351.962944/2021-56 / 1250127
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 1213776210

VICKFÓRMULAS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME / 06.016.532/0001-01
25351.422836/2014-66 / 1116388
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 1294486216

NEOBEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 33.808.504/0001-91
25351.633735/2019-83 / 1196180
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1296064212

FARMACIA BIOLOGICA ONDEI &CICUTO LTDA - ME / 71.619.787/0001-12
25351.678757/2013-87 / 1110020
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 1230431210

MILLENIUM COMERCIAL &LOGOP DO GMILL DISTRIBUICAO LTDA / 02.632.609/0005-32
25351.327868/2014-93 / 1113577
7006 - AE - ALTERAÇÃO - INSUMOS FARMACÊUTICOS - FRACIONADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 1312241217

REPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 03.948.933/0001-01
25351.001768/01-14 / 1209311
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1250416213

FARMÁCIA MEDICATUS LTDA / 89.611.594/0001-80
25025.060423/99-44 / 1343522
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 1251167216

Farmacia Medicamenta Ltda / 50.082.791/0001-14
25001.016547/84 / 1330581
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 1230433216

RESOLUÇÃO RE Nº 1.490, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

KFG COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA / 10.646.998/0001-50
25351.284461/2021-17 /
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1296155218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

STIN PHARMA EXCELENCIA EM SAUDE LTDA / 38.115.624/0001-27
25351.290592/2021-25 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 1313592219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I e II da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

SUPRAMED COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 09.285.873/0001-62
25351.757725/2020-76 /
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2554386200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 3888786/20-0, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. É de responsabilidade do interessado a verificação quanto a existência de exigências, conforme estabelecem os artigos 4º e 5º da RDC 204/2005.

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO RE Nº 1.458, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Habilitar, na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), conforme o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, os laboratórios abaixo relacionados:

Código na REBLAS	Nome do Laboratório	Expediente	Endereço	Cidade/UF	CNPJ
134	Controlbio Assessoria Técnica Microbiológica S/S Ltda.	1107977/21-5	Rua Comendador Elias Assi, nº 645 - Caxingui	São Paulo/SP	67.185.108./0001-77
211	Valer Laboratórios Comércio E Serviços Analíticos Eireli	0972406/21-2	Avenida Fátima Porto, 3280 - Conêgo Getúlio	Indaiatuba/SP	27.423.569/0001-16
013	Ecolab Química Ltda	1167836/21-9	Rod. Índio Tibirica - Raffo	Suzano/SP	00.536.772/0032-49
087	JLA Brasil Laboratório de Análise de Alimentos S/A	1165504/21-9	Avenida Carlos Tosin, 860 - Distrito Industrial	Marília/SP	07.440.269/0001-38
177	JLA Brasil Laboratório de Análise de Alimentos S/A	1164647/21-1	Avenida Nilo Pandolphi 4354 - Distrito Industrial	Mirassol/SP	07.440.269/0005-61

Art. 2º O período de vigência da habilitação será de quatro anos, a contar da data de publicação.
Art. 3º Os escopos habilitados serão publicados no sítio eletrônico da ANVISA: (https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/laboratorios).
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO RE Nº 1.459, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir, conforme o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, o pedido de credenciamento do laboratório abaixo relacionado:

Nome do Laboratório	Expediente	Endereço	Cidade/UF	CNPJ	Motivação
TUV RHEINLAND DO BRASIL LTDA	0083335218	Rua dos Comerciários, 220 - Jabaquara	São Paulo/SP	01.950.467/0002-46	Descumprimento do art 12, inciso II e do art 4º, inciso VII da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 390/2020

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO RE Nº 1.460, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e conforme o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir a alteração de escopo do laboratório relacionado a seguir na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS):

Código na REBLAS	Nome do Laboratório	Expediente	Endereço	Cidade/UF	CNPJ
031	Medlab Produtos Diagnósticos Ltda.	3795058/20-1	Rua Otávio Teixeira Mendes Sobrinho, 35 - Vila Santa Catarina	São Paulo/SP	55.405.955/0001-10

Art. 2º Esta Resolução não altera o período de vigência do laboratório, estabelecida por sua Resolução de habilitação inicial.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.363, DE 5 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Deferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: MEDIC DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
ENDEREÇO: AV. CORONEL FERNANDO PEREIRA LEITE, Nº 1.520, SALA 1206/1208/1210/1212
BAIRRO: JARDIM CALIFÓRNIA
MUNICÍPIO: RIBEIRÃO PRETO
UF: SP
CEP: 14.026-020
CNPJ: 08.049.999/0001-75
PROCESSO: 25759.194474/2021-12 (EXP: 1020448/21-2)
AUTORIZ/MS: 9.09513-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: prestação de serviço de importação de produtos para saúde e para diagnostico in vitro, por conta e ordem de terceiro.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.386, DE 6 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo desta Resolução, a Certificação de Boas Práticas de Armazenagem de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos em portos, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados.

Art. 2º A presente certificação tem validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

Empresa: CONCESSIONÁRIA AEROPORTO RIO DE JANEIRO S.A. - CNPJ: 19.726.111/0001-08
Endereço: Avenida Vinte de Janeiro S/N - Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim
Rio de Janeiro/RJ; C.E.P. 21941-570
Expediente: 4229290/20-5

RESOLUÇÃO RE Nº 1.390, DE 7 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: SOUZA VALADARES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: RUA NEIDE MARTINS Nº 17 E 19 PARTE
BAIRRO: DONANA
MUNICÍPIO: CAMPOS DOS GOYTACAZES
UF: RIO DE JANEIRO
CEP: 28.110-000
CNPJ: 00.655.154/0001-11
PROCESSO: 25752. 532162/2020-92 (EXP: 4174592/20-2)
AUTORIZ/MS: 9.09525-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.

MATRIZ
EMPRESA: NETHUNOZ8 SERVICOS MARITIMOS E AMBIENTAIS LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA DOM GERARDO 63 SALA 1705
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20090-030
CNPJ: 18.386.115/0001-21
PROCESSO: 25752.850242/2021-16 (EXP: 0145214/21-2)
AUTORIZ/MS: 9.09524-2
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

MATRIZ
EMPRESA: INSET GLOBAL CONTROLE DE VETORES E PRAGAS LTDA.
ENDEREÇO: RUA BARÃO DO BANANAL, 373 ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL
BAIRRO: CASCADURA
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 21.380-330
CNPJ: 27.912.115/0001-09
PROCESSO: 25752.667333/2020-01 (EXP:4434951/20-3)
AUTORIZ/MS: 9.09523-9
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

MATRIZ
EMPRESA: L. TEIXEIRA VOI &CIA LTDA
ENDEREÇO: R MARECHAL FLORIANO, 969
BAIRRO: OCEANIA
MUNICÍPIO: PARANAGUÁ
UF: PR
CEP: 83.203-390
CNPJ: 36.637.697/0001-53
PROCESSO Nº: 25743.603687/2020-29 (EXP: 2078823/20-1)
AUTORIZ/MS: 9.09340-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

MATRIZ
EMPRESA: ROSIANE ALCIDES DA SILVA
ENDEREÇO: RUA ORLANDO BENEVENUTO NUNES, Nº 35
BAIRRO: PROGRESSO
MUNICÍPIO: LAGUNA
UF: SC
CEP: 88.790-000
CNPJ: 13.831.161/0001-79
PROCESSO Nº: 25741.530252/2020-78 (EXP: 4171004/20-5)
AUTORIZ/MS: 9.09526-0
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.391, DE 7 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução dE Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução dE Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito de Concessão Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

EMPRESA: ESTALEIROS CHAMON LTDA
ENDEREÇO: RUA DR. MARIO TINOCO Nº 07
BAIRRO: ILHA DA CONCEIÇÃO
MUNICÍPIO: NITERÓI
UF:RJ
CEP: 24050-200
CNPJ: 42.591.297/0001-57
PROCESSO: 25752.658733/2020-18 (EXP: 4420970/20-3)
AUTORIZ/MS: ----------
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: DIANTE DO EXPOSTO E DO FUNDAMENTO LEGAL DADO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º E PELOS ARTIGOS 6º E 11º, DA RESOLUÇÃO RDC Nº 204, DE 06 DE JULHO DE 2005, CONCLUÍMOS QUE A EMPRESA NÃO ATENDEU ÀS EXIGÊNCIAS DOS ITENS 5, 7, 8, 10 ,12 DO ANEXO III DA RDC/ANVISA Nº. 345 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002, IMPLICANDO NO INDEFERIMENTO DO PLEITO DE CONCESSÃO DA AFE PARA A ATIVIDADE SOLICITADA.

EMPRESA: PETROLUB INDUSTRIAL DE LUBRIFICANTES LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA BR 040, S/Nº KM.461-A
BAIRRO: ZONA RURAL
MUNICÍPIO: SETE LAGOAS
UF: MG
CEP: 35.701-970
CNPJ: 17.195.231/0001-09
PROCESSO Nº. 25761.123456/2020-01 (EXP.: 3658042/20-2)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ALFANDEGADOS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA.
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: EM DESACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11º DA RDC Nº 204/2005, BEM COMO NOS PARÁGRAFOS §1º E §4º DO ARTIGO 5º, DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 345, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO - RDC Nº 374, DE 16 DE ABRIL DE 2020. PROCESSO INDEFERIDO POR DESCUMPRIMENTO DAS NOTIFICAÇÕES DE EXIGÊNCIA 4466724/20-8 E 0418856/21-4, ALÉM DE DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS ACERCA DE MATRIZ E FILIAL, VISTO, QUE O CNPJ QUE CONSTA COMO MATRIZ NO FORMULÁRIO DE PETIÇÃO, CONTRATO SOCIAL, E CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA, DIVERGE DO CNPJ CONSTANTE NA DECLARAÇÃO DA EMPRESA E NO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL.

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 198, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
210384 - DVD RESGATE CULTURAL
LIBIA CRISTINA RODRIGUES 00991183193
CNPJ/CPF: 36.289.720/0001-66
Processo: 01400000384202153
Cidade: Senador Canedo - GO;
Valor Aprovado: R$ 200.000,00
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto prevê a gravação e registro videográfico de apresentações de músicos instrumentistas, oferecendo ao público música de qualidade, com a prensagem de 1000 cópias. O projeto também realizará uma palestra sobre a música na cultura brasileira como atividade de contrapartida social. Ambas atividades culturais serão realizadas através do projeto de lei de incentivo à cultura.

210565 - DVD Thiago Ferraz
JOSE WILSON PEREIRA DOS SANTOS 88541266915
CNPJ/CPF: 28.152.264/0001-80
Processo: 01400000565202180
Cidade: Jaú - SP;
Valor Aprovado: R$ 200.000,00
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto prevê a gravação e registro do trabalho autoral do artista Thiago Ferraz, compositor, arranjador e produtor musical, com prensagem de 1000 cópias. O projeto também realizará palestra sobre produção musical como atividade de contrapartida social.

210863 - DVD Ezequiel Dal Pozzo
ARA PRODUCOES LTDA ME - ME
CNPJ/CPF: 10.803.650/0001-29
Processo: 01400000863202170
Cidade: Araranguá - SC;
Valor Aprovado: R$ 377.349,50
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto "DVD EZEQUIEL DAL POZZO" prevê a gravação de um DVD instrumental com 12 (doze) faixas de sua autoria, que será gravado com a participação de uma orquestra. Com prensagem de 1000 cópias, sendo distribuídas gratuitamente e realização de 04 palestras sobre produção musical.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
205109 - O Dono do Samba - Gravação de DVD
DEISE CRISTINE BATISTA BAYMA
CNPJ/CPF: 963.622.357-20
Processo: 01400005100202034
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 534.160,44
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realização de gravação do DVD "O Dono do Samba" do cantor e compositor Wagner Luz. O projeto objetiva, além da gravação do DVD, como produto, o show de lançamento do DVD do artista, com formação de plateia para alunos e professores da rede pública de ensino e renda totalmente revertida ao Abrigo Evangélico da Pedra de Guaratiba, orfanato que cuida de crianças em situação de risco, desde recém nascidos.

210232 - DVD Zé Roberto - Origens do interior
JOSE ROBERTO DIAS CARVALHO 40352708816
CNPJ/CPF: 14.768.977/0001-68
Processo: 01400000232202151
Cidade: Ourinhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.999,80
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto "Origens do Interior" propõe a do DVD do cantor Zé Roberto, com faixas autorais e regravações de clássicos da música sertaneja.

210663 - DVD BORBOLETA
JOSUE BEN NUN LIMA DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 016.216.851-95
Processo: 01400000663202117
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 199.375,00
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Oprojeto prevê a realização do DVD "Borboleta" da cantora Ister, gravado ao vivo em Brasília.

PORTARIA Nº 199, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
191416 - Arte por toda parte
Instituto Roberto Luiz Kaiser de Ensino e Pesquisa
CNPJ/CPF: 22.503.634/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/04/2021 à 31/12/2021

202606 - XI MOVA-SE FESTIVAL : SOLOS, DUOS E TRIOS
C TEATRAL DE IDEIAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.104.162/0001-44
Cidade: Manaus - AM;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

203738 - Ballet Água Viva (Titulo Provisório)
IAV - INSTITUTO AGUA VIVA
CNPJ/CPF: 22.941.057/0001-28
Cidade: Serra - ES;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
202008 - Rios do Rio
ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/03/2021 à 31/12/2021

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 22, DE 8 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 405, de 19 de agosto de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do projeto cultural relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

210125 - 2ª Mostra de Cinema Árabe Feminino
PARTISANE FILMES LTDA
CNPJ/CPF: 31.976.668/0001-00
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 3.991,94
Valor total atual: R$ 209.387,46

Art. 2.º - Homologar os projetos audiovisuais, relacionados nos anexos desta Portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei n.º 8.313/1991, Decreto n.º 5.761/2006 e a Instrução Normativa vigente, passam para a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GRAÇA MELO CORTES

ANEXO I - Artigo 18 , § 1º

211031 - Matapi - Mercado Audiovisual do Norte (4ª edição)
LEAO DO NORTE PRODUCOES AUDIOVISUAIS LTDA
CNPJ/CPF: 19.700.356/0001-66
Processo: 01400001031202171
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 199.591,56
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: A 4ª edição do Matapi - Mercado Audiovisual do Norte busca fortalecer o desenvolvimento da cadeia produtiva do audiovisual na região Norte do país, tendo como pilares a conexão entre realizadores, produtores, executivos e players; a capacitação de estudantes e profissionais do setor; e o empreendedorismo para a geração de novas oportunidades e negócios, através de um evento, com painéis, mesas redondas, oficinas, consultorias de projetos, masterclasses, rodadas de negócios e apresentação de pitchings e também uma CONTRAPARTIDA SOCIAL através de uma palestra sobre produção audiovisual para alunos e professores de escola pública.

211032 - SkArte - Skate e Grafite
CRISTIANO SILVA DE LIMA
CNPJ/CPF: 156.635.348-30
Processo: 01400001032202115
Cidade: Sorocaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.416,40
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 23/07/2021
Resumo do Projeto: Realizar um filme documentário de curta metragem de 15', no formato 2k, sobre a história do skate no brasil, desde seu surgimento na década de 70, os grandes campeões nacionais, até se tornar uma das modalidades olímpica.

211033 - PIT WALL - Na Velocidade da Luz - Documentário
DIALETO POLODOC PRODUCOES SOCIO-CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 24.009.909/0001-79
Processo: 01400001033202160
Cidade: Indaiatuba - SP;
Valor Aprovado: R$ 599.999,93
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Produção de um Documentário, de média-metragem, com a duração de 26 minutos, gravado, editado e finalizado em 4k e intitulado "PIT WALL - Na Velocidade da Luz" (produto Principal), com distribuição em DVD; realizar 5 palestras sobre o tema como Contrapartida Social.

211035 - Mato Grosso do Sul: sua história
Giorgi Dener Gonçalves
CNPJ/CPF: 059.010.548-57
Processo: 01400001035202159
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 222.276,60
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 30/11/2021
Resumo do Projeto: Produção cinematográfica dedocumentário em média-metragem com temática sobre a cultura do estado do Mato Grosso do Sul. O documentário terá entre 55 e65 minutos de duração e terá como tema a história do estado do Mato Grosso do Sul. O conteúdo está previsto para ser classificado como Livre para todos os públicos e terá distribuição física através da doação de DVDs a escolas públicas no estado do Mato Grosso do Sule disponibilização digital em canal de Youtube da produtora Adventure Produções, "Adventure TV". A contrapartida constará de 5 palestras com o tema "Cinema Documental" a serem realizadas em escolas públicas do Mato Grosso do Sul. Dados técnicos da finalização: Full HD, arquivo *mov em HD externo.

211036 - Rio Iguaçu - Da Nascente à Foz
JOSE LUIZ VANIN
CNPJ/CPF: 053.253.509-00
Processo: 01400001036202101
Cidade: Pinhais - PR;
Valor Aprovado: R$ 186.794,69
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto "RIO IGUAÇU DA NASCENTE À FOZ" Trata da produção de um filme documental, com 40 minutos de duração em formato 4k, com classificação livre. Abordando questões culturais, socioambientais e econômicas do maior e mais importante rio do Paraná. Rio que em seu curso forma uma das 7 maravilhas da natureza: AS CATARATAS DO IGUAÇU.

211037 - Cinema no parque
COBALTO PRODUCOES, PROJETOS, EDITORA E COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.972.043/0001-52
Processo: 01400001037202148
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 399.230,91
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 01/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto busca criar quatro noites de programação de cinema ao ar livre gratuitas em um parque de São Paulo. Serão exibidos filmes de curta, média e longa metragem. Cada noite terá quatrohoras de programação (entre curtas, médias e longas). Os filmes exibidos terão como tema as artes visuais.

211038 - Gumba, Leo e Glorinha na Floresta
Conteúdos Diversos Produções
CNPJ/CPF: 09.461.800/0001-84
Processo: 01400001038202192
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 594.233,64
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Médiametragem em animação com duração de aproximadamente 50 minutos finalizado em Full HD que visa disseminar a cultura de paz para o público da 1a. infância (target principal 4 a 6 anos). Também prevê a realização de um workshop ministrado em 3 encontros e um manual visando a capilarização de uma metodologia de cultura de paz para a primeira infância, dirigido a pais, professores e agentes multiplicadores.Tanto o média metragem como o manual estarão disponíveis em site do projeto para livre fruição do conteúdo.

ANEXO II - Artigo 26

211034 - Waii - Um Mergulho No Invisível - Parte I - Websérie
NUCLEO.5 & PRODUCOES ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 20.248.699/0001-10
Processo: 01400001034202112
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 44.907,50
Prazo de Captação: 12/04/2021 à 30/11/2021
Resumo do Projeto: Realizar a websérie documental Waii - um mergulho no invisível, com duração de 3 episódios, com duração de 15 minutos cada e em resolução 4K. O tema abrodado será em cima do resultado prático de rituais, cerimônias e tratamentos "fora do comum", cruzando com descobertas nos campos da neurociência, epigenética e física quântica.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 25, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 475, de 30/11/2016, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

DANIELI HELENCO

ANEXO I

01-Processo nº 01425.000471/2014-01
Projeto: Prospecção Arqueológica das áreas não prospectadas e ocorrências arqueológicas, delimitação de sítios e Monitoramento do Empreendimento BR-174
Arqueóloga Coordenadora: Cleiciane Aiane Noleto da Silva
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Municípios de Colniza, Aripuanã, Juruena e Castanheira, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02-Processo nº 01512.010341/2014-90
Projeto: Resgate Arqueológico na área de implantação do Loteamento Vila Elza
Arqueólogo Coordenador: Luiz Alberto Silveira da Rosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES
Área de Abrangência: Município de Viamão, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
ANEXO II
01-Processo: 01498.000134/2016-14
Projeto: Resgate, Prospecção, Monitoramento e Educação Patrimonial das Obras Civis de implantação do Habitacional do Pilar
Arqueóloga Coordenadora: Suely Cristina Albuquerque de Luna
Apoio Institucional: Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (NEPARQ) do Departamento de História - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Abrangência: Município de Recife, estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 15 (quinze) meses
ANEXO III
01-Processo nº 01500.000870/2021-43
Projeto: Monitoramento Arqueológico Praça Getúlio Vargas - Nova Friburgo/RJ - Revitalização Urbano Paisagística - Parte 2
Arqueóloga Coordenadora: Margareth Ferreira Di Palma Queiroz
Área de Abrangência: Município de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro
Prazo de validade: 04 (quatro) meses
ANEXO IV
01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Norte Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda.
Empreendimento: Sistema de Tratamento e Destinação de Resíduos - STDR Iranduba
Processo nº 01490.000341/2019-91
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Sistema de Tratamento e Destinação de Resíduos - STDR Iranduba
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Francisco Vilaça Nunes
Apoio Institucional: Museu Amazônico - Laboratório de Arqueologia - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Área de Abrangência: Município de Iranduba, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Tenda Negócios Imobiliários S.A
Empreendimento: Vale das Águas
Processo nº 01500.000082/2020-76
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Vale das Águas
Arqueólogo Coordenador: Diogo de Cerqueira Pinto
Arqueóloga de Campo: Patrícia Carolina Letro de Brito
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB) - Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB)
Área de Abrangência: Município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 03 (três) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: EBER Bio-Energia e Agricultura Ltda
Empreendimento: Linha de Transmissão 138kV SE EBER - Fazenda Veredas
Processo nº 01516.000217/2018-18
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sítio Água Clara
Arqueólogo Coordenador: Mozart Martins de Araújo Júnior
Arqueólogo de Campo: Pedro Mateus Oliveira Abrantes Procedino
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí - Francisco Honório de Campos
Área de Abrangência: Município de Montes Claros de Goiás, estado de Goiás
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
ANEXO V
01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: RNI Negócios Imobiliários S/A
Empreendimento: Condomínio Cascavel Hilgo
Processo nº 01508.000743/2020-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Condomínio Cascavel Hilgo
Arqueóloga Coordenadora: Vania Leandro de Sousa
Arqueóloga de Campo: Graciele Tules de Almeida
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Cascavel, estado do Paraná
Prazo de Validade: 01 (um) mês
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Frata Engenharia Topografia e Georreferenciamento Ltda
Empreendimento: Loteamento Recanto das Araras
Processo nº 01506.006143/2017-53
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Recanto das Araras
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Nathália Rodrigues de Lima
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Batatais, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Lara Central de Resíduos Ltda
Empreendimento: Lara Central Tratamento de Resíduos
Processo nº 01408.000144/2018-83
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Lara Central Tratamento de Resíduos
Arqueólogo Coordenador: Lúcia Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Getúlio Alípio Xavier de Jesus Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia LABAP - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Área de Abrangência: Município de Santa Rita, estado da Paraíba
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Terracapri Incorporações e Construções Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Quinta dos Cambarás
Processo nº 01506.000600/2020-00
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Loteamento Residencial Quinta dos Cambarás
Arqueólogo Coordenador: Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho
Arqueólogo de Campo: Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Elias Fausto, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cabo Frio Locação e Soluções em Energia Solar Ltda
Empreendimento: Cabo Frio VIII e IX
Processo nº 01500.000874/2021-21
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Cabo Frio VIII e IX
Arqueóloga Coordenadora: Sâmara dos Reis
Arqueóloga de Campo: Luana Agda Salciaray Henriques
Área de Abrangência: Município de Paraíba do Sul, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 01 (um) mês
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pedro Miguel Belluci
Empreendimento: Loteamento Alto de Santa Maria
Processo nº 01506.001143/2020-62
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Loteamento Alto de Santa Maria
Arqueólogo Coordenador: Mario Augusto Manzine Junior
Arqueólogo de Campo: Mario Augusto Manzine Junior
Apoio Institucional: Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu" - Prefeitura Municipal de Jacareí
Área de Abrangência: Município de Piraju, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Alphaville Urbanismo S.A
Empreendimento: Condomínio Alphaville Três Praias Residencial 3
Processo nº 01409.000033/2021-62
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Condomínio Alphaville Três Praias Residencial 3
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Tânia Ferraz de Oliveira
Área de Abrangência: Município de Guarapari, estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Welfare Gestão Patrimonial Própria AS Empreendimento: Welfare Gestão Patrimonial Própria AS
Processo nº 01425.000416/2020-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial no Aterro Welfare Gestão Patrimonial Própria AS
Arqueólogo Coordenador e de campo: Lucas Hirooka Lima
Apoio Institucional: Museu de História Natural de Mato Grosso Casa Dom Aquino - Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais (Ecoss)
Área de Abrangência: Município de Várzea Grande, estado de Mato Grosso
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: BS Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Jardim Residencial Bom Sucesso
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Jardim Residencial Bom Sucesso
Processo nº 01506.000754/2020-93
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: David Lugli Turtera Pereira
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Indaiatuba, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Tractebel Energias Complementares Participações Ltda
Empreendimento: Conjunto Santo Agostinho Fase (1)
Processo nº 01421.002044/2015-71
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Conjunto Santo Agostinho Fase (1)
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueóloga de Campo: Sheila Elizabete da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Área de Abrangência: Municípios de Lajes e Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AS Administração e Participação Ltda
Empreendimento: Loteamento Misto Eco Marine
Processo nº 01506.001552/2020-69
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Misto Eco Marine
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Thaissa de Castro Almeida Caino
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura Municipal de Monte Mor
Área de abrangência: Município de Avaré, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SDU & SMUP Loteamentos e Participações Ltda
Empreendimento: Loteamento Vila Romana
Processo nº 01506.001318/2020-31
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento Vila Romana
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura Municipal de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Altinópolis, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pauma e Brasil Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Residencial Parque dos Ipês
Processo nº 01506.000235/2021-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Residencial Parque dos Ipês
Arqueólogo Coordenador: Diego Barrocá
Arqueólogo de Campo: Diego Barrocá
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Presidente Prudente, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Empresa Urbanizadora e Loteadora Manari Ltda
Empreendimento: Condomínio Golden Park
Processo nº 01424.000165/2020-15
Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Condomínio Golden Park
Arqueólogo Coordenador: Kleber de Oliveira Souza
Arqueólogo de Campo: Benedito Walderlino de Souza da Silva
Apoio Institucional: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP) - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Área de Abrangência: Município de Macapá, Estado do Amapá
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Invest Market Empreendimentos Imobiliários Eirelli
Empreendimento: Loteamento Residencial Ecostilo
Processo nº 01506.005078/2017-49
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Residencial Ecostilo
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Gustavo Peres da Silva
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Franca, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cris Participações e Administração de Bens Ltda
Empreendimento: CGH Morro Agudo
Processo nº 01510.000307/2020-75
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da CGH Morro Agudo
Arqueólogo Coordenador: Éberson Martins do Couto
Arqueólogo de Campo: Éberson Martins do Couto

Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Capão Alto e Campo Belo do Sul, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: CP SPE Ltda
Empreendimento: Condomínio Residencial Central Park
Processo nº 01506.000453/2020-60
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Condomínio Residencial Central Park
Arqueóloga coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de campo: Hiuri Marcel Di Baco
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Bertioga, estado de São Paulo
Prazo de validade: 04 (quatro) meses
18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: ICIS Creta Cerâmica Ltda
Empreendimento: ICIS Creta Cerâmica Ltda
Processo nº 01506.004506/2019-88
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da ICIS Creta Cerâmica Ltda
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Maritza dos Santos Dode
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Município de Igaraçu do Tietê, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Voltalia Energia do Brasil Ltda
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Janaúba VLT 207,2 MW / 263,09 MWp
Processo nº 01514.001847/2020-36
Projeto: Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Fotovoltaico Janaúba VLT
Arqueóloga Coordenadora: Sâmara dos Reis
Arqueóloga de Campo: Luana Agda Salciaray Henriques
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Janaúba, estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 03 (três) meses
20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Reserva Vivere SPE
Empreendimento: Loteamento Reserva Vivere
Processo nº 01409.000460/2018-45
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Loteamento Reserva Vivere
Arqueólogo Coordenador: Marcellus D'Almeida de Almeida
Arqueólogo de Campo: Marcellus D'Almeida de Almeida
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Linhares, estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Eco Minas Mineração Ltda - ME
Empreendimento: Eco Minas Mineração
Processo nº 01409.000392/2020-39
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Eco Minas Mineração
Arqueólogo Coordenador: Marcellus D'Almeida de Almeida
Arqueólogo de Campo: Marcellus D'Almeida de Almeida
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Linhares, estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
22-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Surfland Brasil Garopaba Incorporações SPE Ltda
Empreendimento: Surfland Club & Resort
Processo nº 01510.000678/2019-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Monitoramento Arqueológico na área da Surfland Club & Resort
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Município de Garopaba, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 01 (um) mês
23-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Empreendimentos Imobiliários Paraíso Ltda
Empreendimento: Condomínio Horizontal Recanto do Caqui
Processo nº 01508.000762/2019-86
Projeto: Salvamento Arqueológico dos Sítios Recanto do Caqui 1 e Recanto do Caqui 2, Loteamento Recanto do Caqui
Arqueólogo Coordenador: Felipe Roger Alves Glória
Arqueólogo de Campo: Jonas Israel de Souza Melo
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Fazenda Rio Grande, estado do Paraná
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Associação das Empresas Depositantes de Resíduos Industriais de Mármores e Granitos do Distrito de Jaciguá-Vargem Alta ES (AEDRIM))
Empreendimento: Associação das Empresas Depositantes de Resíduos Industriais de Mármores e Granitos do Distrito de Jaciguá-Vargem Alta ES (AEDRIM)
Processo nº 01409.000296/2020-91
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Associação das Empresas Depositantes de Resíduos Industriais de Mármores e Granitos do Distrito de Jaciguá-Vargem Alta ES (AEDRIM)
Arqueólogo Coordenador: Willy Edgar Brudi
Arqueólogo de Campo: Willy Edgar Brudi
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra
Área de Abrangência: Município de Vargem Alta, estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
25-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AMG Brasil S/A
Empreendimento: Pilha de Estéril - PDE 08
Processo nº 01514.001741/2020-32
Projeto: Avaliação de Impactos ao Patrimônio Arqueológico para o empreendimento Pilha de Estéril - PDE 08
Arqueólogo Coordenador: Osmar Hilário da Silva
Arqueólogo de Campo: Thiago de Souza Nascimento
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Nazareno, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
26-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cerâmica Formigari Ltda
Empreendimento: Jazida de Areia e Cascalho e Infraestrutura - Cerâmica Formigari
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do na Área de Implantação de Exploração de Jazida de Areia e Cascalho e Infraestrutura - Cerâmica Formigari
Processo nº 01506.007088/2016-38
Arqueólogo Coordenador: Leonardo Tomé de Souza
Arqueólogo de campo: Leonardo Tomé de Souza
Apoio Institucional: MAPA - Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara
Área de abrangência: Município de Estiva Gerbi, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
27-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: EBER Bio Energia e Agricultura Ltda
Empreendimento: EBER Bio Energia e Agricultura Ltda
Processo nº 01516.000216/2018-65
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico nas Áreas do Complexo do Parque Industrial e Áreas de Plantio de Cana de Açúcar para a EBER Bio Energia e Agricultura Ltda
Arqueólogo Coordenador: Mozart Martins de Araújo Junior
Arqueólogo de Campo: Matheus Martins de Araújo
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos - Prefeitura de Jataí
Área de Abrangência: Municípios de Aragarças e Montes Claros de Goiás, estado de Goiás
Prazo de Validade: 11 (onze) meses
28-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Erivaldo Farias de Albuquerque Filho (Farias Empreendimento Ltda)
Empreendimento: Condomínio Real Park
Processo nº 01424.000171/2020-72
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Condomínio Real Park
Arqueólogo Coordenador: Kleber de Oliveira Souza
Arqueólogo de Campo: Anastácio da Silva Penha
Apoio Institucional: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP) - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Área de Abrangência: Município de Macapá, estado do Amapá
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
29-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Nova Guaporé Energética S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 138 KV SE PCH Nova Guaporé –SE Jauru
Processo nº 01425.000464/2019-14
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na área de implantação da Linha de Transmissão 138 kV SE Nova Guaporé - SE Jauru
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Raul Viana Novasco
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Municípios de Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos e Jauru, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
30-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Residencial Capadócia Piraju e Reserva da Lagoa Empreendimentos Imobiliários SPE
Empreendimento: Residencial Capadócia
Processo nº 01506.000326/2021-41
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Residencial Capadócia
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de campo: Valéria Marques dos Santos Tavares
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura Municipal de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Piraju, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

PORTARIA Nº 26, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 475, de 30/11/2016, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve REVOGAR:

I-Autorização nº 18, Anexo V, Seção I, Pág. 08, Portaria nº 38/2019, publicada no Diário Oficial da União em 10/06/2019, em nome do Sr. Jardel Stenio de Araújo Barbosa, referente ao Processo nº 01508.000196/2019-11, Projeto: " Acompanhamento Arqueológico das obras do empreendimento Área de Lazer Pioneiro Ernesto de Paiva ", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

DANIELI HELENCO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 07, de 29 de janeiro de 2021, Seção I, Anexo III, Página 147, Autorização nº 06, processo nº 01500.003001/2020-90, publicada em 01/02/2021, inclua-se: Apoio Institucional: Fundação de Cultura de Barra Mansa - Prefeitura Municipal de Barra Mansa.

Na Portaria nº 24, de 31 de março de 2021, Seção I, Anexo III, Página 53, Autorização nº 05, processo nº 01500.000867/2021-20, publicada em 01/04/2021, onde se lê: "Arqueóloga de Campo: Rafaela Fonseca de Oliveira", leia-se: "Arqueólogas de Campo: Rafaela Fonseca de Oliveira e Luana Agda Salciaray Henriques".

Na Portaria nº 24, de 31 de março de 2021, Seção I, Anexo IV, Página 53, Autorização nº 01, processo nº 01508.000052/2021-71, publicada em 01/04/2021, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Ricardo Evaristo Sampaio Mêra", leia-se: "Raul Viana Novasco".

Na Portaria nº 24, de 31 de março de 2021, Seção I, Anexo IV, Página 53, Autorização nº 02, processo nº 01508.000798/2020-01, publicada em 01/04/2021, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Ricardo Evaristo Sampaio Mêra", leia-se: "Raul Viana Novasco".

Na Portaria nº 05, de 22 de janeiro de 2021, Seção I, Anexo V, Página 159, Autorização nº 13, processo nº 01506.001317/2020-97, publicada em 25/01/2021, onde se lê: "Arqueóloga de Campo: Valéria Marques dos Santos Tavares", leia-se: "Arqueólogos de Campo: Valéria Marques dos Santos Tavares e Hiuri Marcel Di Baco".

Na Portaria nº 12, de 12 de fevereiro de 2021, Seção I, Anexo III, Página 167, Autorização nº 01, processo nº 01506.001256/2020-68, publicada em 17/02/2021, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Fernando Figali Moreira Júnior", leia-se: "Arqueólogos de Campo: Fernando Figali Moreira Júnior e Hiuri Marcel Di Baco".

Na Portaria nº 17, de 05 de março de 2021, Seção I, Anexo V, Página 167, Autorização nº 07, processo nº 01506.000382/2020-03, publicada em 08/03/2021, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Fernando Figali Moreira Júnior"; leia-se: "Arqueólogos de Campo: Fernando Figali Moreira Júnior e Lucio Cioni Sanabria Zarate.

Na Portaria nº 11, de 09 de fevereiro de 2021, Seção I, Anexo III, Página 68, Autorização nº 09, processo nº 01506.001021/2020-76, publicada em 10/02/2021, onde se lê: "Arqueóloga de Campo: Tânia Ferraz de Oliveira"; leia-se: "Arqueólogas de Campo: Tânia Ferraz de Oliveira e Thaissa de Castro Almeida Caino".

Na Portaria nº 13 de 18 de março de 2013, Seção I, Anexo II, Permissão nº 08, processo nº 01516.002580/2009-79, publicada no DOU em 19 de março de 2013, onde se lê: Apoio Institucional: Museu Ângelo Rosa de Moura, da Secretaria Municipal de Cultura Porangatu, leia-se: Apoio Institucional: Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás.

Na Portaria nº 71, de 20 de novembro de 2020, Seção I, Anexo III, Página 133, Autorização nº 02, processo nº 01514.001468/2020-46, publicada em 23/11/2020, onde se lê "Apoio Institucional: Centro Regional de Arqueologia Ambiental - Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Universidade de São Paulo (USP)", leia-se "Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Universidade de São Paulo (USP)".

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 10, DE 31 DE MARÇO DE 2021
(Sessão Telepresencial)

Presidência: Ministra Ana Arraes (Presidente) e Ministro Jorge Oliveira
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Alden Mangueira de Oliveira
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 14 horas e 30 minutos, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente o Ministro Vital do Rêgo, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 9, referente à sessão telepresencial realizada em 24 de março de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES

Da Presidência: (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Informação de que, em atendimento ao contido no subitem 9.2 do Acórdão 122/2021-Plenário, a Segecex elaborou estudo, no âmbito do TC-006.651/2021-6, o qual será encaminhado ao Exmo. Ministro Walton Alencar, relator do processo que originou o acórdão citado, com proposta de constituição de apartado, a fim de que possa ser acompanhada a solução apresentada, bem como eventuais desdobramentos.

Realização, nos dias 8 e 9 de abril, de painel de referência, coordenado pelo Ministro Raimundo Carreiro, com o objetivo de subsidiar os trabalhos de fiscalização do processo de licitação do 5G.

Do Ministro Walton Alencar Rodrigues: (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Proposta de para determinar à SeinfraPetróleo para que submeta a este relator, no âmbito do Acompanhamento realizado nos autos do TC 024.763/2020-9, no prazo de 7 dias úteis, análise conclusiva a respeito da necessidade, ou não, de concessão de medida cautelar para a suspensão da alienação da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), a par de, no mesmo prazo, notificar a Petrobrás para, em assim o desejando, apresentar ao Tribunal nova manifestação sobre o tema. Aprovada.

Do Ministro Aroldo Cedraz: (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Sancionada pelo Governo Federal, no dia 30 do mês corrente, a Lei 14.129, que estabelece princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública. Congratulações ao Deputado Alessandro Molon (PSB/RJ), autor do projeto que deu origem à referida lei, bem como aos relatores da matéria nas casas legislativas e demais parlamentares envolvidos.

Do Ministro Raimundo Carreiro: (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Proposta para que a Presidência do Tribunal que envide esforços para a prorrogação do acordo de cooperação entre o TCU e o Senado Federal, que objetiva o aperfeiçoamento das atividades relacionadas à fiscalização da gestão pública e à avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais, cuja vigência é até agosto de 2021.

Do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti: (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Proposta, nos termos do art. 8º da Resolução 315/2020, para informar à SecexTrabalho das conclusões dos TC-034.201/2017-3, dada a materialidade dos recursos envolvidos e o fato de que o monitoramento dos indicadores qualitativos dos projetos financiados com recursos dos Editais 01/2011 e 01/2015 foi suspenso pelo Sebrae Nacional, destacando os montantes aplicados no desenvolvimento do Cerne por meio dos convênios formalizados entre o Sebrae Nacional e a Anprotec constantes do Anexo I da peça 140, para subsidiar eventual atuação daquela unidade técnica sobre o tema. Aprovada.

Do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho:

Registro de incidente processual nos autos do processo TC-017.413/2017-6, que será devidamente encaminhado à Corregedoria do Tribunal para apurações.

Do Ministro-Substituto Weder de Oliveira:

Sugestão, a ser avaliada pela Presidência, para que seja desenvolvida alternativa na qual a contagem de prazos das comunicações expedidas pelo Tribunal se dê também a partir do decurso de dez dias corridos contados da sua disponibilização no sistema Conecta, considerando-se a intimação automaticamente realizada na data de término desse prazo (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata). Na oportunidade, a Presidência esclareceu que há estudo a respeito do tema em andamento na Segecex, originado em atendimento ao item 9.6 do Acórdão 4.049/2020, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, que busca meios mais eficazes de promover a comunicação processual do Tribunal, e que foi requerida celeridade na finalização da proposta dessa solução para que, em breve, seja trazida ao conhecimento do Plenário.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-023.224/2020-7, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
TC-011.164/2015-8, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
TC-009.587/2011-0 e TC-031.800/2016-5, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;
TC-002.513/2012-9 e TC-013.280/2017-1, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;
TC-012.703/2018-4, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira; e
TC-022.596/2020-8 e TC-028.842/2017-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 637 a 697.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 698 a 741, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão dos seguintes processos:

TC-024.602/2015-9, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Bruno Dantas. A apreciação foi adiada para a sessão do Plenário de 05 de maio de 2021.
TC-026.145/2020-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler. A apreciação foi adiada para a sessão do Plenário de 28 de abril de 2021.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-047.495/2020-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, o Dr. Michel Smarrito Gomes produziu sustentação oral em nome de Navele Empreendimentos e Serviços.

Na apreciação do processo TC-001.463/2016-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Israel Marcos de Sousa Santana produziu sustentação oral em nome de Cláudia Regina Silva Macêdo, Pedro Victor Silva Macêdo, Flávio Vinícius Macêdo e Arte em Marketing - Projetos e Eventos Ltda.

Na apreciação do processo TC-008.513/2004-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Juliano Vieira da Costa produziu sustentação oral em nome de Paulo Jorge Sarkis.

Na apreciação do processo TC-010.348/2018-2, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, a Dra. Aline Crivelari produziu sustentação oral em nome do Banco do Brasil.

Na apreciação do processo TC-017.117/2014-3, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, os Drs. Fábio Santos Marins e Júlio Neves Magalhães não forneceram, em seu pedido, o endereço eletrônico para recebimento do link da sessão, razão pela qual não produziram a sustentação oral que haviam requerido em nome de Cleone Luiz Gomes.

Na apreciação do processo TC-004.752/2019-8, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Dr. Pedro Augusto Schelbauer de Oliveira produziu sustentação oral em nome de Jorge Luiz Zelada.

Na apreciação do processo TC-023.953/2018-7, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, os Drs. Antenor Madruga e Frederico Martins produziram sustentação oral em nome da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia, e o Dr. Pedro Augusto de Oliveira produziu sustentação oral em nome de Jorge Luiz Zelada. Com a anuência do relator, os Drs. Antenor Madruga e Pedro Augusto Schelbauer de Oliveira usaram da palavra para estrito esclarecimento de matéria de fato, nos termos do § 8º do art. 168 do Regimento Interno.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-031.629/2016-4 (Ata nº 47/2020), cuja relatora é a Ministra Ana Arraes e revisor é o Ministro Benjamin Zymler.

Com a anuência da relatora, a Dra. Cristiana Pinho Martins, representante de Ademir Galvão Andrade, usou da palavra para estrito esclarecimento de matéria de fato, nos termos do § 8º do art. 168 do Regimento Interno.

Após empate ocorrido na votação do processo, na qual a relatora foi acompanhada pelos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro, e o revisor foi acompanhado pelos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, atuando em substituição ao Ministro Vital do Rêgo, o Ministro Jorge Oliveira, no exercício da Presidência, proferiu voto de desempate, nos termos do art. 124 do RI, para apoiar a proposta apresentada pelo revisor. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 741.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 637/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar parcialmente cumprida a determinação constante do item 9.3 do Acórdão 1.824/2017 - TCU - Plenário, fazer as seguintes recomendações, dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e apensar este processo em definitivo ao TC 005.506/2017-4 (Representação), de acordo com o parecer SecexEduc (peças 9-10):

1. Processo TC-021.134/2020-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidades: Advocacia-geral da União; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Ministério da Educação
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Recomendar ao FNDE, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que, em relação à utilização do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) para o registro de receitas e despesas vinculadas à Lei 11.494/2007 (e sua sucessora, a Lei 14.113/2020) oriundas de condenação judicial transitada em julgado (ACP 1999.61.00.050616-0 e processos similares), adote:
1.6.1. as medidas necessárias para tornar efetivamente públicas todas as informações prestadas pelos entes federativos ao Siope, corrigindo eventuais problemas tecnológicos que dificultem e/ou impeçam o acesso da sociedade aos relatórios e demais informações arroladas no seu site oficial;
1.6.2. mecanismos informatizados de controle para dotar o Siope de críticas automatizadas acerca de eventuais indícios de utilização irregular dos recursos advindos do recebimento.

ACÓRDÃO Nº 638/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 157, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar parcialmente cumprido o item 9.2 do Acórdão 2.154/2019-TCU-Plenário e em cumprimento o item 9.3 do mesmo acórdão; ordenar o retorno dos presentes autos à Secex Administração para continuidade do monitoramento realizado, de acordo com os pareceres da unidade técnica (peças 29-31):

1. Processo TC-033.275/2020-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão: Controladoria-geral da União
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 639/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação aos responsáveis José Airto Batista (CPF 103.349.125-04) e Bárbara Rafaela Santos da Rocha (CPF 052.281,549-44), ante o recolhimento integral das multas individuais que lhes foram imputadas por meio do acórdão 1.464/2019-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos:

Responsável	Valor original	Valor recolhido	Data do recolhimento
Bárbara Rafaela Santos da Rocha	R$ 5.000,00	R$ 5.107,00	20/8/20
José Airto Batista	R$ 4.000,00	R$ 4.100,40	19/8/20

1. Processo TC-019.523/2017-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 015.784/2020-7 (MONITORAMENTO)
1.2. Responsáveis: Angelo Roberto Antoniolli (973.238.618-53); Bárbara Rafaela Santos da Rocha (052.281.594-44); Fundação Universidade Federal de Sergipe (13.031.547/0001-04); Jose Airto Batista (103.349.125-04)
1.3. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 640/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando, dessa maneira, que o presente recurso não está fundado em nenhuma das hipóteses descritas no dispositivo supracitado;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnando pelo não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso e em determinar o seu arquivamento, após comunicação ao recorrente do teor deste acórdão, bem como do exame de admissibilidade de peça 59.

1. Processo TC-007.494/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 010.380/2018-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Luis Eduardo Dudu Colombo dos Santos (507.348.490-87); Luiz Fernando Mainardi (291.496.060-34)
1.3. Recorrente: Luis Eduardo Dudu Colombo dos Santos (507.348.490-87)
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bagé - RS
1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.9. Representação legal:
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 641/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 43, inciso I, 53 e 55 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 234 a 236, e 250, inciso II, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da denúncia, considerá-la parcialmente procedente e ordenar a adoção das seguintes medidas, dar ciência ao denunciante e aos demais interessados, e em determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.699/2020-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás - GO
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. com fundamento no art. 2º, inciso II e art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, dar ciência ao Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS), à Caixa Econômica Federal e ao Município de Palmeiras de Goiás/GO, celebrantes do contrato de repasse 863750/2017/MS/Caixa, sobre as seguintes impropriedades/falhas ocorridas na Concorrência 8/2019, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de irregularidades semelhantes:
a) limitação à apresentação de um único atestado, para fins de avaliação da capacidade técnica das licitantes, em afronta ao art. 30, §§ 1º, 3º e 5º, da Lei 8.666/1993;
b) exigência de comprovação de experiência em tipologia de obra específica, no caso construção de hospital, como requisito de qualificação técnica das licitantes, em afronta ao art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993;
c) exigência, para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, de demonstração de vínculo empregatício, por meio de carteira de trabalho, do profissional com a empresa licitante, em contraposição ao disposto no art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993; e
d) exigência de que o responsável técnico constasse do quadro permanente da licitante no prazo de noventa dias da data da abertura do certame, em afronta ao disposto no art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 642/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar cumpridas as medidas solicitadas por meio do subitem 9.3 do Acórdão 1.321/2020-Plenário, conforme pareceres emitidos nos autos, nos termos abaixo:

1. Processo TC-021.335/2020-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
1.5. Representação legal: não há
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. determinar o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 643/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU, em considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 3.066/2020-Plenário e ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.150/2020-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 644/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, fazer as seguintes determinações e/ou ordenar a adoção das seguintes medidas e em determinar o seu arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.203/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal:
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência à Polícia Rodoviária Federal, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade identificada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 24/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
a) ausência de publicação do edital em língua estrangeira, a despeito da abrangência internacional do certame (itens 9.11.1.1.4 do edital e item 4.2 do seu Termo de Referência), em afronta aos princípios da competitividade e da publicidade, previstos no art. 3º, § 1º, da Lei 8.666/1993, e a jurisprudência do TCU (Acórdão 2.672/2017-Plenário);

ACÓRDÃO Nº 645/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235, 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento do feito, dando ciência deste acórdão ao representante, conforme pareceres uniformes emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.525/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
1.1.1. Represenante: Deputado Federal André Peixoto Figueiredo Lima
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
1.5. Representação legal: não há
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 646/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente e determinar o seu apensamento ao TC 023.181/2008-0, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.182/2020-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 647/2021 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e relacionados estes autos de Monitoramento para examinar o cumprimento das determinações e recomendações constantes do Acórdão 1.257/2019-TCU-Plenário, prolatado no âmbito do TC 027.119/2018-1, que trata de auditoria operacional com objetivo de avaliar a gestão de segurança das barragens de usos múltiplos sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf);

Considerando que, no âmbito do decisum ora monitorado, este Tribunal expediu determinações à Codevasf e ao Dnocs, para que elaborassem Plano de Ação para a implementação, com 17 ações saneadoras em cada um deles, sendo adicionalmente exaradas 45 recomendações dirigidas a diferentes órgãos e entidades;

Considerando que a Codevasf e o Dnocs encaminharam seus Planos de Ação, bem como de seus órgãos superiores - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) a este Tribunal, os quais foram devidamente analisados pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom);

Considerando que, das 34 determinações expedidas para o Dnocs e Codevasf (17 para cada um deles) por intermédio do Acórdão 1.257/2019-TCU-Plenário, 9 apresentaram preliminarmente indícios de cumprimento, e 25 não estão com ações em graus suficientes de desenvolvimento para que se possa, mesmo preliminarmente, informar que estariam sendo satisfeitas;

Considerando que a unidade técnica, em sua proposta de encaminhamento, considera cumprida a determinação do caput do subitem 9.1, no entanto, considera que estão em cumprimento seus subitens 9.1.1 a 9.1.17, de maneira que pode-se considerar em cumprimento todo o subitem 9.1;

Considerando a proposta da unidade técnica de que todas essas determinações destinadas ao Dnocs e à Codevasf, compreendidas nos subitens 9.1.1 a 9.1.17 do Acórdão 1.257/2019-TCU-Plenário, deverão ser objeto de novo monitoramento, proposta com a qual consinto;

Considerando que a aprovação do plano de monitoramento, com o detalhamento do tempo de duração de cada fase, bem como do número de servidores e de Homens-hora destinada ao futuro monitoramento deve-se dar no âmbito da Secretaria-Geral de Controle Externo e não por intermédio de um acórdão deste Tribunal;

Considerando que 6 recomendações emanadas no acórdão ora monitorado podem ser consideradas como atendidas, visto que as foram implementadas as medidas necessárias, e que, para as outras 37, foram apresentadas justificativas suficientes para a não implementação;

Considerando que as recomendações têm caráter colaborativo e não cogente, de maneira que a unidade técnica propõe que estas não sejam incluídas em um futuro monitoramento, posicionamento com o qual consinto;

Considerando as semelhanças entre as deliberações 9.1.5 e 9.9. do Acórdão 1.257/2019-TCU-Plenário para o Dnocs e Codevasf e que as recomendações constantes do subitem 9.9 para essas entidades podem ser absorvidas pelas respectivas determinações constantes do subitem 9.1.5, de maneira a tornar insubsistentes aquelas recomendações para aqueles órgãos;

Considerando, portanto, que este processo pode ser encerrado, vez que cumpriu os objetivos para os quais foi constituído;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 243, do Regimento Interno, e de acordo com o pronunciamento da SeinfraCom, em:

a) considerar em cumprimento a determinação constante do subitem 9.1, com os respectivos subitens 9.1.1 a 9.1.17, do Acórdão 1.257/2019-TCU-Plenário (TC 027.119/2018-1);

b) considerar implementadas as recomendações dos subitens 9.2.1.2, 9.2.2, 9.3.7, 9.4.1, 9.4.8 e 9.7.1 do Acórdão 1.257/2019-TCU-Plenário, e não implementadas com justificativas suficientes as recomendações constantes dos subitens 9.2.1.1, 9.2.3, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5, 9.3.6, 9.3.8, 9.4.2, 9.4.3, 9.4.4, 9.4.5, 9.4.6, 9.4.7, 9.4.9, 9.5, 9.6, 9.7.2 9.7.3, 9.8 do mesmo decisum;

c) considerar não implementadas com justificativas suficientes as recomendações constantes do subitem 9.9 do Acórdão 1.257/2019-TCU-Plenário, em relação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

d) tornar insubsistentes as recomendações do subitem 9.9 do Acórdão 1.257/2019-TCU-Plenário em relação ao Departamento de Obras Contra as Secas e à Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, tendo em vista que estas já estão contidas nas determinações do item 9.1.5 desse mesmo acórdão;

e) aprovar a realização de futuro monitoramento com o objetivo de avaliar a implementação das medidas adotadas pelo Departamento de Obras Contra as Secas e pela Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba em cumprimento às determinações 9.1.1 a 9.1.17 do Acórdão 1.257/2019-TCU-Plenário:

f) dar ciência ao Departamento de Obras Contra as Secas (Dnocs), à Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), ao Ministério da Economia, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Educação, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Instituto Nacional de Colonização e Agricultura do presente Acórdão, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-026.299/2020-8 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Órgãos/Entidades: Departamento de Obras Contra as Secas (Dnocs), à Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 648/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la procedente, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC- 030.713/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Comando do Comando Militar do Leste.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Tiago Sandi (35917/OAB-SC) e outros, representando Fieis da Terra Atacadista Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. determinar ao Comando da 1ª Região Militar, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de quinze dias, adote providências quanto aos itens abaixo, e informe ao TCU, no prazo de trinta dias, os encaminhamentos realizados:

a) negocie os valores dos itens desclassificados no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 3/2020 (itens 65, 68, 69, 70, 72, 74, 86, 87, 94, 95, 96, 104, 105, 107, 118, 120, 122 e 128), de forma a obter os mesmos preços ofertados pela empresa Fiéis da Terra Atacadista e afastar o prejuízo ao erário e, caso não seja possível tal negociação, que se adquira somente o necessário para os respectivos itens da ata de registro de preços até que se conclua nova licitação para esses itens, escoimada das irregularidades verificadas no edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 3/2020, que serão objeto de ciência nesta deliberação;

1.6.2. dar ciência ao Comando da 1ª Região Militar, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 3/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

a) a exigência de apresentação de catálogo/ficha técnica para produtos hortifrutigranjeiros, com base na regra contida no item 8.9 do edital, configura formalismo exagerado e restrição indevida à competitividade, em desacordo com o previsto no art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/1993, uma vez que essa documentação não acrescenta informações relevantes para a análise da aceitabilidade do produto ofertado, sendo suficiente a descrição detalhada cadastrada no sistema Comprasnet e enviada na proposta ajustada ao melhor lance;

b) a exigência de apresentação de amostras para todos os itens licitados, conforme item 8.10 do edital, configura restrição indevida à competitividade, em desacordo com o previsto no art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/1993, uma vez que, em especial para os produtos hortifrutigranjeiros, a análise das amostras não assegura a entrega de produto com as mesmas características, por apresentarem, naturalmente, variações, devendo a análise da conformidade com o exigido no edital ser verificada na entrega do produto;

c) a exigência de assinatura digital com padrão ICP nos documentos listados nos itens 8.9.1 do edital, conforme consta do item 8.5.1 do edital, impõe condição que restringe indevidamente a competitividade, em desacordo com o previsto no art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/1993, uma vez que, conforme previsto no art. 26, § 3º, do Decreto 10.024/2019, toda a documentação deve ser encaminhada, exclusivamente, por meio do sistema, e ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, o que é suficiente para conferir segurança quanto à autenticidade e autoria; e

d) a exigência de que a planilha de composição de custos seja assinada por contador com CRC ativo, conforme consta do Anexo IV do edital, impõe condição que restringe indevidamente a competitividade, em desacordo com o previsto no art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/1993, uma vez que não se trata de documento contábil;

1.6.3. dar ciência desta decisão ao Comando da 1ª Região Militar e ao representante; e

1.6.4. arquivar os autos, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de que a Selog monitore a determinação supra.

ACÓRDÃO Nº 649/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II e § 1°, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em: a) conhecer da representação e, no mérito, considerá-la improcedente; b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários à adoção da referida medida; c) dar ciência desta decisão à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte e à representante; d) arquivar os autos.

1. Processo TC-046.986/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa.

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 650/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Sr. Glauco César Campos Costa (CPF 036.525.837-79), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada por intermédio do Acórdão m 9.2 do Acórdão 2679/2018 - TCU - Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.694/2014-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 019.335/2015-6 (SOLICITAÇÃO); 006.007/2014-7 (REPRESENTAÇÃO); 009.924/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Armando José Guedes Queiroga Junior (000.099.127-97); Clara Regina Rocha de Aquino (718.513.137-53); Glauco Cesar Campos Costa (036.525.837-79); Ildefonso Castro Junior (788.020.407-53); Jacob Gimi Lerner (012.785.097-04); Jeronimo Jesus de Almeida (544.394.857-15); João Henrique Carrieres Rato (012.086.077-58)

1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador) ()

1.4. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Rio de Janeiro; Ministério do Esporte (extinta); Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro - RJ

1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.8. Representação legal: Fernando Azevedo e Silva e outros, representando Autoridade Pública Olímpica; Ricardo Leyser Goncalves e outros, representando Ministério do Esporte (extinta).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 651/2021 - TCU - Plenário

Considerando que, apesar da conduta inadequada da pregoeira responsável pela condução do Pregão Eletrônico 152/2020, ao não desclassificar imediatamente as propostas manifestamente inexequíveis oferecidas pelas empresas JEF Correia Serviços de Segurança Digital Ltda e VJV da Silva Serviços de Acabamentos em Construções, não haveria interesse público em eventual anulação do certame ou retorno à fase anterior, uma vez que a proposta vencedora apresentou desconto razoável (da ordem de 18%) em relação ao valor estimado, sendo a melhor dentre as ofertas válidas de outras 41 licitantes.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação para, no mérito, considera-la parcialmente procedente; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Pinheiro e Martins Serviços Ltda, ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica (peça 36), que fundamentou este Acórdão, à Fundação Universidade Federal de Uberlândia e ao representante, informando-lhes que o conteúdo desta deliberação poderá ser consultado, também, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e arquivar os autos.

1. Processo TC-000.650/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante: Pinheiro e Martins Serviços Ltda (CNPJ 14.464.882/0001-50)

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Victor Dornelas Pereira (199.559/OAB-MG) e outros, representando Pinheiro e Martins Servicos Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência à Fundação Universidade Federal de Uberlândia de que a ausência de imediata desclassificação das ofertas manifestamente inexequíveis durante a etapa aberta de disputa do pregão, oferecidas pelas empresas JEF Correia Serviços de Segurança Digital Ltda. (CNPJ 07.440.172/0001-25) e VJV da Silva Serviços de Acabamentos em Construções (CNPJ 27.230.551/0001-06), ambas no valor de R$ 320.001,94, que serviu de parâmetro para convocação das demais licitantes para etapa fechada da disputa, afronta os §§ 2º e 3º do artigo 33 do Decreto 10.024/2019 e a jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão TCU 2.920/2020-Plenário, Ministro-Relator Augusto Sherman), o que poderia ter redundado em prejuízos à competitividade do certame.

ACÓRDÃO Nº 652/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 1º, inciso XVI, da Lei 8.443/1992; c/c o art. 105, § 1º, da Resolução TCU 259/2014; e arts. 1º, inciso XXIV; 143, incisos III e V; 169, inciso V; 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, eis que ausentes os indícios quanto à irregularidade ou ilegalidade; indeferir o pedido de medida cautelar, ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; fazer as comunicações sugeridas e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.485/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante: Ministério Público junto ao TCU.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência ao representante e comunicá-lo que, diante da relevância do assunto tratado nesta representação, o Tribunal já vem acompanhando o tema no âmbito do TC 015.759/2019-9 e promoverá oportunamente abertura de processos específicos para analisar os casos concretos, podendo ser concedida vista e cópia caso solicitado, nos termos regimentais e respeitada a política de proteção da informação estabelecida na Lei 12.527/2011 e na Resolução-TCU nº 284/2018.

ACÓRDÃO Nº 653/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considera-la improcedente; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Guilherme Carrapatoso Garcia Serviços Administrativos (Inovad), ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica, peça 20, que fundamentou este Acórdão, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP e ao representante; e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.338/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não atuou.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 654/2021 - TCU - Plenário

Considerando que cuidam os autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), relacionadas a atuação do referido órgão ante a possibilidade de que foram utilizadas informações privilegiadas a fim de auferir vantagens ilícitas em operações na Bolsa de Valores diante da mudança da presidência da Petrobras;
Considerando que o representante não acostou nenhum documento e/ou outro material com indícios concretos da ocorrência de irregularidade;
Considerando que foi juntada apenas notícia jornalística indicando que um parlamentar solicitou a atuação da CVM na apuração da conduta indevida de "insider trading";
Considerando que não se está afirmando pela não ocorrência de irregularidade, mas, tão somente, está se constatando que não foram colacionadas as evidências que suportem as afirmações do representante;
Considerando que é atribuição da CVM a regulação do mercado de ações, consoante art. 4º da Lei 6.385/1976;
Considerando que a atuação do Tribunal de Contas da União no controle externo das atividades finalísticas das agências reguladoras cinge-se a uma fiscalização de segunda ordem, respeitando os limites de atuação e a autonomia funcional daquelas entidades;
Considerando, ainda, que a unidade técnica informa que há indícios de que a CVM já está atuando no que tange ao objeto da presente representação, não havendo indícios de irregularidades na atividade fiscalizatória;
Considerando, por fim, que a representação não preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º da Resolução - TCU 259/2014, haja vista não está acompanhada de suficientes indícios concernentes à irregularidade ou ilegalidade.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.541/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 655/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Supermercado Dodady Ltda., ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica que fundamentou este Acórdão, peça 34, ao 8º Batalhão de Engenharia de Construção - Exército Brasileiro e ao representante; fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos; arquivar o processo, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-006.568/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: 8º Batalhão de Engenharia de Construção.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Dar ciência ao 8º Batalhão de Engenharia de Construção - Exército Brasileiro, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico SRP 35/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
recusa indevida das intenções de recurso apresentadas pela empresa Dodady Supermercados Ltda., uma vez que o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), constituindo irregularidade a denegação fundada em exame prévio de questão relacionada ao mérito do recurso, em afronta ao disposto no art. 4º, inciso XI, da Lei 10.520/2020 c/c o art. 44 do Decreto 10.024/2019, e à jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 1148/2014-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;
no modelo de atestado de capacidade técnica inserido no Anexo IV do edital, consta coluna com solicitação de informações quanto ao número da Nota fiscal/Nota de Empenho/Contrato, em afronta ao art. 30 da Lei 8.666/1993, que elenca de forma exaustiva todos os documentos que podem ser exigidos para habilitar tecnicamente um licitante, e a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 944/2013-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, lembrando que, caso necessárias à confirmação das informações constantes do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante, essas informações podem ser objeto de diligências, nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 656/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pelo Ministério Público junto ao TCU, ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; determinar a realização de diligência à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento interno - TCU, nos termos propostos pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica, peça 4, que fundamentou este Acórdão, ao Ministério da Economia e ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.207/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 657/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em não conhecer da presente representação, por não estarem presentes os requisitos de admissibilidade; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Controles Contábeis Serviços Ltda.-ME, ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica, peça 21, que fundamentou este Acórdão, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários e ao representante; e arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.555/2021-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal:
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 658/2021 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo que cuida de prestação de contas anual do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), exercício ano 2006.

Considerando que o presente processo foi autuado nesse Tribunal em 4/7/2007, portanto, há mais de treze anos, e teve seu julgamento sobrestado por decisão do Ministro Marcos Vinicios Vilaça, em 8/4/2008, até que houvesse o julgamento definitivo do TC 022.112/2007-0 (Relator: Ministro Raimundo Carreiro), que cuidou de Representação sobre possível favorecimento da empresa Frutas do Nordeste do Brasil S.A (Frutan) na concessão de créditos do FNE (peça 10, p. 61-64).

Considerando que o processo TC 022.112/2007-0 (Relator: Ministro Raimundo Carreiro) foi apreciado pelo TCU mediante o Acórdão 1.875/2017-Plenário (Relator: Ministro José Múcio Monteiro), não se confirmando a presumida interferência, porquanto, embora as negociações tenham se iniciado em 2006, a efetiva renegociação da dívida questionada apenas se efetivou no exercício de 2007, motivo por que o TCU determinou fosse o processo de representação apensado ao TC 023.883/2008-3, que tata da prestação de contas do FNE, exercício 2007.

Considerando que que os fatos relatados no processo TC 022.112/2007-0 (Relator: Ministro Raimundo Carreiro) não afetam o mérito destas contas, pode ser levantado o sobrestamento.

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica (peças 19 a 21) e a manifestação do Ministério Público junto ao TCU (peça 22).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

com fulcro no art. 157, do Regimento Interno do TCU e do art. 47, da Resolução-TCU 259/2014, levantar o sobrestamento do presente processo;
incluir o nome do Sr. Victor Samuel Cavalcante da Ponte (CPF 375.091.107-00) no Rol de responsáveis das presentes contas, haja vista que ele era diretor do Banco do Nordeste do Brasil no período por elas abrangido;
excluir do Rol de responsáveis as seguintes pessoas, visto que, pelo disposto no art. 12, § 6º, incisos VIII, XIII, XV e XVI da IN-TCU 47/2004, elas não fazem parte do Rol de responsáveis das presentes contas: Aila Maria Ribeiro de Almeida Medeiros (CPF 289.236853-72); João Francisco Freitas Peixoto (CPF 090.955.433-15); José Lucenildo Parente Pimentel (CPF 112.680.853-91); João Bosco Ximenes Carmo (CPF 114.103.453-00); Gildete Mesquita Ribeiro (CPF 231.445.053-15); Pedro Pucci de Mesquita (CPF 073.789.473-34); e a pessoa jurídica Banco do Nordeste do Brasil S/A (CNPJ 07.237.373/0001- 20);
com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares com ressalva em face das falhas relacionadas na matriz constante do anexo I da instrução as contas dos responsáveis a seguir nominados, dando-lhes quitação: Roberto Smith (CPF 270.320.438-87), ex-presidente do BNB, Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães (CPF 000.141.923-49), Pedro Rafael Lapa (CPF 075.167.544-04), Francisco de Assis Germano Arruda (CPF 073.970.463-04), Augusto Bezerra Cavalcanti Neto (CPF 139.379.364-91), Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral (CPF 070.763.984-00), Victor Samuel Cavalcante da Ponte (CPF 375.091.107-00), ex-diretores do BNB;
com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas dos Srs. Ciro Ferreira Nogueira (CPF 120.055.093-53), Pedro Brito do Nascimento (CPF 001.166.453-34), Silvana Maria Parente Neiva Santos (CPF 112.676.823-53), Ministros da Integração Nacional no período abrangido por estas contas, dando-lhes quitação plena;
enviar cópia do presente Acórdão ao Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste e ao Banco do Nordeste do Brasil, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;
com fundamento no art. 169, III, do Regimento Interno do TCU, arquivar a presente prestação de contas.

1. Processo TC-018.501/2007-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2006)

1.1. Responsáveis: Augusto Bezerra Cavalcanti Neto (139.379.364-91); Ciro Ferreira Gomes (120.055.093-53); Francisco de Assis Germano Arruda (073.970.463-04); Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimaraes (000.141.923-49); Pedro Brito do Nascimento (001.166.453-34); Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral (070.763.984-00); Pedro Rafael Lapa (075.167.544-04); Roberto Smith (270.320.438-87); Silvana Maria Parente Neiva Santos (112.676.823-53); Victor Samuel Cavalcante da Ponte (375.091.107-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Representação legal: Haroldo Maia Junior e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.a.; Célia Maria Rufino de Sousa e outros, representando Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e Banco do Nordeste do Brasil S.a..

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 659/2021 - TCU - Plenário

VISTO, relacionado e discutido este Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial, interposto por Agmar Ribeiro dos Santos contra o Acórdão 6.852/2017-TCU-1ª Câmara - (Peça 96) (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues).

Considerando os pareceres da Secretaria de Recursos (peças 192 a 194) e do Ministério Público junto a este Tribunal (peça 197);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no artigo 35 da Lei 8.443/92, c/c artigo 288 do RI/TCU; em:

a) não conhecer do Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial, interposto por Agmar Ribeiro dos Santos contra o Acórdão 6.852/2017-TCU-1ª Câmara (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues).

b) dar ciência deste Acórdão ao recorrente.

c) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.774/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 027.493/2019-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.492/2019-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.489/2019-1 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Agmar Ribeiro dos Santos (143.482.251-68); Dl Empresa de Construções e Planejamento Eireli (02.495.787/0001-35)

1.3. Recorrente: Agmar Ribeiro dos Santos (143.482.251-68)

1.4. Entidade: Prefeitura Municipal de Rubiataba - GO

1.5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.9. Representação legal: Felipe Rocha Lopes (59128/OAB-DF) e outros, representando Agmar Ribeiro dos Santos; Helvecio Costa de Oliveira (18.887/OAB-GO) e outros, representando Agmar Ribeiro dos Santos e Dl Empresa de Construçõess e Planejamento Eireli.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 660/2021 - TCU - Plenário

VISTO, relacionado e discutido o Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial interposto por SO Telecomunicações e Segurança Eletrônica Ltda. contra o Acórdão 1.343/2020 - Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro, por meio do qual o Tribunal conheceu e negou provimento a Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interpostos por Júlio Cezar Ferreira, José Domingos Soares e SO Telecomunicações, Segurança e Eletrônica, contra o Acórdão 1.467/2019 - Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler;

Considerando que o recurso de reconsideração poderá ser interposto uma única vez (art. 33 da Lei 8.443/1992);

Considerando que, nos termos do § 4º do art. 278 do Regimento Interno do TCU, "Não se conhecerá de recurso da mesma espécie, exceto embargos de declaração, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao TCU, contra deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto";

Considerando que não é possível receber o expediente como recurso de revisão, pois esta espécie recursal somente pode ser conhecida em hipóteses específicas e excepcionais, descritas no artigo 35 da Lei 8.443/92;

Considerando o pronunciamento da Secretaria de Recursos às peças 152, 154 e 155, e os pareceres do Ministério Público junto a este Tribunal às peças 156 e 157 (Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin); e

Considerando, por fim, as propostas da Secretaria de Recursos insertas às peças 149 a 151 no sentido de conhecer dos embargos de declaração opostos por SO Telecomunicações e Segurança Eletrônica Ltda. (peça 138) e Júlio Cezar Ferreira (peça 140) contra o Acórdão 1.343/2020 - TCU - Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no inciso IV do art. 143 do RI/TCU; em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração interposto pela empresa SO Telecomunicações e Segurança Eletrônica Ltda., em razão de ser inadequado para combater deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto, nos termos do art. 278, § 4º, do Regimento Interno/TCU;

b) conhecer dos embargos de declaração opostos por SO Telecomunicações e Segurança Eletrônica Ltda. (peça 138) e Júlio Cezar Ferreira (peça 140) com fulcro no artigo 34, § 2º, da Lei 8.443, de 1992 e no artigo 287, § 3º, do RI/TCU, suspendendo-se os efeitos do item 9.1 do Acórdão 1.343/2020-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro;

c) encaminhar os autos à Secretaria de Gestão de Processos, para ciência aos recorrentes e interessados deste Acórdão e, subsequentemente, à Secretaria de Recursos para instrução do mérito dos embargos de declaração opostos às peças 138 e 139.

1. Processo TC-012.418/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: André Pinatto (627.781.022-72); Ermindo Pinatto (012.508.988-03); Francisco Caninde Fernandes de Macedo (209.988.051-49); Ivanhoe Martins Fernandes (297.530.907-49); José Domingos Soares (142.796.144-15); Julio Cezar Ferreira (239.435.052-00)

1.2. Recorrentes: So Telecomunicacoes e Seguranca Eletronica Ltda (03.110.585/0001-90); Julio Cezar Ferreira (239.435.052-00); So Telecomunicacoes e Seguranca Eletronica Ltda (03.110.585/0001-90)

1.3. Órgão/Entidade: DPF - Superint. Regional/AM - MJ

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 661/2021 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial lavrada nos seguintes termos (peças 262 e 263), anuída pelo Ministério Público junto ao TCU (parecer à peça 264, da Procuradora-Geral):

"Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em cumprimento ao Acórdão 416/2007-TCU-Plenário.

2. O Tribunal manifestou-se em relação ao mérito do processo por intermédio do Acórdão 949/2016-TCU-Plenário-JM da seguinte maneira (peça 99):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, 23, inciso III, e 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:

9.1 - excluir Genésio Bernardino de Souza da relação processual;

9.2 - julgar irregulares as contas de Rogério Gonzales Alves, Luiz Francisco Silva Marcos, Heda de Lourdes Gutierrez e Encomind Engenharia Comércio e Indústria Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 272.669,96 (duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 1/7/2002 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 - autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4 - encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, para as medidas cabíveis.

3. Ao apreciar o recurso de reconsideração interposto pela empresa Encomind Engenharia Ltda. (14.915.029/0001-08), o Tribunal prolatou o Acórdão 1430/2017-TCU-Plenário-AC com o seguinte teor (peça 128):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, I e 33 da Lei 8.443/1992 e no art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pela empresa Encomind Engenharia Ltda. e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. em conformidade com o disposto no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno e no Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, promover as seguintes correções na redação do Acórdão 949/2016-TCU-Plenário, por inexatidão material, mantendo-se inalterados os demais termos da referida deliberação:

9.2.1. no item 3, onde se lê "(...) Rogério Gonzalez Alves (...), leia-se "(...) Rogério Gonzales Alves (...)";

9.2.2. nos itens 3 e 9.2, onde se lê "(...) Encomind Engenharia Comércio e Indústria Ltda. (CNPJ 14.915.029/0001-08) (...)", leia-se "(...) Encomind Engenharia Ltda. (CNPJ 14.915.029/0001-08) (...)";

9.3. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso que dê conhecimento deste acórdão e do Acórdão 949/2016-TCU-Plenário, acompanhados dos respectivos relatórios e votos, a todos os responsáveis e interessados e à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso.

4. Em nova manifestação, o Tribunal deliberou acerca do recurso de reconsideração interposto pela Sra. Heda de Lourdes Gutierrez (CPF 023.357.861-72) e pelo Sr. Luiz Francisco Silva Marcos (CPF 269.130.547-34). Na ocasião, prolatou o Acórdão 1943/2019-TCU-Plenário-AC (peça 190) com o seguinte teor:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443, de 1992, em:

9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos pela Sra. Heda de Lourdes Gutierrez e pelo Sr. Luiz Francisco Silva Marcos para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar conhecimento da presente deliberação aos recorrentes.

5. Ao apreciar os embargos declaratórios opostos pela Sra. Heda de Lourdes Gutierrez (CPF 023.357.861-72), o Tribunal prolatou o Acórdão 1003/2020-TCU-Plenário - AC, cujo teor é o seguinte (peça 213):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer do Embargos de Declaração opostos pela Sra. Heda de Lourdes Gutierrez para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação à recorrente e aos demais interessados.

6. Em nova tentativa levada a efeito pela Sra. Heda de Lourdes Gutierrez (CPF 023.357.861-72), o Tribunal manifestou-se da seguinte maneira em sede de embargos declaratórios (Acórdão 1960/2020-TCU-Plenário) - peça 233

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos Embargos de Declaração opostos pela Sra. Heda de Lourdes Gutierrez, em face do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e demais interessados.

7. Consta da peça 248, documentação subscrita pelo Sr. Luiz Francisco Silva Marcos, arrolado nos presentes autos como responsável, na qual solicita que lhe seja informada qual a sua participação em temos percentuais e, respeitada a sua capacidade financeira, no débito solidário imputado pelo Tribunal apontado pelo Tribunal.

8. A documentação a que se refere o item anterior foi analisada pelo Serviço de Admissibilidade de Recursos - SAR/Serur. Na oportunidade, a unidade especializada manifestou-se da seguinte maneira:

(...)

A admissão como recurso de peça inominada desprovida de qualquer réstia que indique animus recursal, em evidente inobservância ao princípio da voluntariedade, pode acarretar prejuízo à parte, uma vez que o princípio da consumação impossibilitará a apresentação de um novo recurso, caso ainda cabível, eis que configurada estaria a incidência do fenômeno da preclusão consumativa, positivado no art. 278, §3º, do Regimento Interno deste Tribunal (Regimento Interno/TCU).

Assim, em face da ausência dos elementos volitivo e de razão, imprescindíveis para que se confira à espécie a natureza de recurso, conclui-se que a peça em voga deve ser recebida como mera petição, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014, e encaminhada à SecexTCE, unidade técnica responsável, para apreciação e adoção das medidas que entender pertinentes.

9. De fato, na mesma linha de raciocínio do SAR/Serur, entendemos que o responsável apenas possui dúvidas de caráter conceitual acerca do instituto da solidariedade.

10. De acordo com o art. 264 do Código Civil Brasileiro, há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda (grifo nosso). No caso concreto, os Srs. Rogério Gonzales Alves e Luiz Francisco Silva Marcos, a Sra. Heda de Lourdes Gutierrez e a empresa Encomind Engenharia Comércio e Indústria Ltda. são responsáveis pelo débito integral imputado pelo item 9.2 do Acórdão 949/2016-TCU-Plenário. Não há que se falar em proporcionalidade entre os devedores, tampouco em avaliação da condição socioeconômica dos devedores para definir o quantum debeatur de forma individual.

11. Na jurisprudência do Tribunal pode-se citar, dentre outros, os Acórdãos 1441/2010-TCU-Plenário-AN e 3752/2018-TCU-2ª Câmara-AA, os quais estabelecem não existir rateio de débito solidário, já que o instituto da solidariedade passiva é benefício conferido pelo legislador ordinário ao credor, que pode exigir de um ou de alguns devedores o pagamento da integralidade da dívida.

12. Em razão do evidenciado nos itens 10 e 11 acima, proporemos que o processo seja encaminhado ao Relator, via MPTCU, com proposta de seja informado ao responsável o seguinte: não existe rateio de débito solidário, já que o instituto da solidariedade passiva é benefício conferido pelo legislador ordinário ao credor, que pode exigir de um ou de alguns devedores o pagamento da integralidade da dívida. Após a notificação que vier a ser expedida ao responsável, tramitar os autos à Secretaria de Gestão de Processos para que adote as providências a seu cargo.

13. Em face do exposto, submetemos o presente processo à consideração superior, para posterior envio ao Relator, via MPTCU, com as seguintes propostas:

a) informar ao Sr. Luiz Francisco Silva Marcos que não existe rateio de débito solidário, já que o instituto da solidariedade passiva é benefício conferido pelo legislador ordinário ao credor, que pode exigir de um ou de alguns devedores o pagamento da integralidade da dívida; e

b) remeter os autos à Secretaria de Gestão de Processos para que adote as providências a seu cargo."

Acolho a proposta da unidade e o parecer do Ministério Público nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em:

a) informar ao Sr. Luiz Francisco Silva Marcos que não existe rateio de débito solidário, já que o instituto da solidariedade passiva é benefício conferido pelo legislador ordinário ao credor, que pode exigir de um ou de alguns devedores o pagamento da integralidade da dívida; e

b) remeter os autos à Secretaria de Gestão de Processos para que adote as providências a seu cargo.

1. Processo TC-037.097/2011-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 014.663/2009-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.2. Responsáveis: Encomind/ Engenharia Comércio e Indústria (14.915.029/0001-08); Genésio Bernardino de Souza (001.702.916-34); Heda de Lourdes Gutierrez (023.357.861-72); Luiz Francisco Silva Marcos (269.130.547-34); Rodolfo Aurélio Borges de Campos (040.782.921-00); Rogério Gonzales Alves (553.259.397-34)
1.3. Recorrente: Luiz Francisco Silva Marcos (269.130.547-34)
1.4. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)
1.5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.9. Representação legal: Marcelo Aparecido Batista Seba (15.816/OAB-DF) e outros, representando Encomind/ Engenharia Comércio e Indústria; Jéssica de Oliveira Amaral (48386/OAB-DF) e outros, representando Heda de Lourdes Gutierrez.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 662/2021 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo que cuida de Acompanhamento, decorrente do Acórdão 2.799/2013 - Plenário, de relatoria do Ministro José Múcio, dos certames RDC Presencial 2013/10406, 11190, 11192, 11193 e 11194, publicados pelo Banco do Brasil S.A. (BB), relacionados a investimentos em aeródromos regionais integrantes do "Programa de Investimento em Logística: Aeroportos" do Governo Federal.

Considerando que os estudos preliminares do aeroporto de Balsas/MA e o anteprojeto do aeroporto de Porto Seguro/BA foram entregues pelo Banco do Brasil no dia 16 de julho de 2019, por intermédio do Ofício Disec/Cesup Governo - 2019/0402 (peça 90, p. 27-28); que o anteprojeto de Linhares/ES foi entregue pelo Banco do Brasil em 28 de junho de 2019, por meio do Ofício Disec/Cesup Governo - 2019/0387 (peça 90, p. 25-26); e que o anteprojeto do Aeroporto de Patos de Minas/MG foi entregue no dia 26 de julho de 2019, através do Ofício Disec/Cesup Governo - 2019/0422 (peça 90, p. 5-6).

Considerando, assim, que os referidos produtos já foram entregues no âmbito dos respectivos contratos, restando apenas a análise dos referidos estudos e anteprojetos por parte da SAC, avalia-se que o presente processo já cumpriu o seu objetivo, que foi de acompanhar os certames licitatórios realizados pelo Banco do Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento nos artigos 43, inciso I, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, e 258, inciso II, do Regimento Interno, em:

arquivar os presentes autos;

autorizar a Secretaria de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil a autuar processo autônomo para monitorar os procedimentos de investimentos em aeródromos regionais integrantes do "Programa de Investimento em Logística: Aeroportos" do Governo Federal;

dar ciência sobre o presente Acórdão para o Banco do Brasil e para Secretaria Nacional de Aviação Civil.

1. Processo TC-029.107/2014-8 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Entidade: Banco do Brasil S.A; Secretaria de Aviação Civil (extinta)
1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 663/2021 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados este processo administrativo de interesse do Sr. Luiz Wagner Mazzaro Almeida Santos.

Considerando que por meio do Acórdão 1.455/2020 - Plenário, de minha relatoria, proferido na Sessão Plenária de 10/6/2020 (Ata nº 21/2020 - Plenário), o Tribunal não conheceu dos embargos de declaração interpostos pelo Sr. Luiz Wagner Mazzaro Almeida Santos em face do Acórdão 526/2020 - Plenário, também de minha relatoria, proferido na Sessão Plenária de 11/3/2020 (Ata nº 7/2020 - Plenário), por serem intempestivos.

Considerando, no entanto, as Portarias TCU nºs 61/2020 e 71/2020, que suspenderam os prazos processuais no âmbito do Tribunal de Contas da União durante o período de 23/3/2020 a 20/5/2020.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fulcro no art. 174 do Regimento Interno do TCU, em:

tornar insubsistente o Acórdão 1455/2020 - Plenário, de minha relatoria, proferido na Sessão Plenária de 10/6/2020 (Ata nº 21/2020 - Plenário);

considerar prejudicada a análise dos embargos interpostos pelo Sr. Luiz Wagner Mazzaro Almeida Santos (peça 107) em face do referido Acórdão 1.455/2020 - Plenário, ante a perda de seu objeto;

restituir os autos ao Gabinete do Relator.

1. Processo TC-028.360/2011-7 (ADMINISTRATIVO)
1.1. Interessado: Luis Wagner Mazzaro Almeida Santos (371.926.207-34)
1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio de Janeiro (SEC-RJ).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 664/2021 - TCU - Plenário

VISTOS, discutidos e relacionados os presentes autos de monitoramento de determinação endereçada ao Ministério de Minas e Energia (MME), no subitem 9.3.1 do Acórdão 1.836/2013-TCU-Plenário (relator Ministro José Múcio), para que apresentasse plano de ações destinadas ao cumprimento do art. 8º da Lei 12.783/2013, quanto à necessidade de realização de licitação das concessões de geração de energia elétrica não renovadas e vincendas, assim como as ações executadas relativas às concessões não renovadas, mas já vencidas;

Considerando que o plano de ações foi implementado por meio da realização do Leilão Aneel 12/2015;

Considerando que 66 das 80 usinas indicadas na Nota Informativa 004/2015/DOC/SPE-MME já foram regularizadas, e 14 estão em regularização;

Considerando que, quanto às usinas que ainda se encontram pendentes de regularização, foram apresentadas as devidas justificativas para a demora na regularização; e

Considerando, por fim, os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica às peças 82 a 84;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143 e 243 do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.3.1 do Acórdão 1.836/2013-TCU-Plenário, relator Ministro José Múcio;

b) enviar cópia deste Acórdão e da instrução à peça 82 ao Ministério de Minas e Energia, para ciência; e

c) arquivar os presentes autos nos termos do inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-013.038/2016-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 033.107/2016-5 (DENÚNCIA)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 665/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de monitoramento do cumprimento da determinação constante do item 1.8.1 do Acórdão 2.178/2018-TCU-Plenário (Relator: Ministro José Múcio Monteiro), proferido no âmbito do TC 013.070/2012-6, cujo objetivo era monitorar o cumprimento das determinações exaradas por meio do Acórdão 3.260/2011-TCU-Plenário, proferido no âmbito do processo TC 008.979/2011-1, também de relatoria do Exmo. Ministro José Múcio Monteiro.

Considerando que no âmbito de auditoria realizada no Dnit (TC 008.979/2011-1), cujo objetivo era avaliar a conformidade de projeto, editais, atos e contratos concernentes ao Programa de Restauração, Manutenção e Conservação de Rodovias (CREMA) 2ª etapa, foi proferido o Acórdão 3.260/2011-TCU-Plenário contendo determinações ao Dnit, conforme excerto a seguir:

9.1. determinar ao Dnit que:

9.1.1. se abstenha de incluir nos editais das licitações para obras de manutenção rodoviária objeto do programa CREMA 2ª etapa, sob pena da nulidade do certame licitatório:

a) cláusulas que impeçam a formalização de termos aditivos aos contratos para alteração quantitativa ou qualitativa das soluções de projeto;

b) cláusulas com previsão de visita e de reunião técnicas obrigatórias aos licitantes, com data e hora marcada, que não resguardam os termos do art. 3º, caput, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93;

c) cláusulas que vedem o somatório de atestados para qualificação técnica dos licitantes, em razão do que prescreve o art. 30, § 5º, da Lei nº 8.666/93 e o disposto nos itens 9.7.1 e 9.7.2 do Acórdão 2.150/2008-P;

9.1.2. realize ensaios, cálculos e laudos conclusivos acerca da viabilidade técnico/econômica da utilização de pedreiras, areais e cascalheiras circunvizinhas aos trechos de realização das obras e que não possuam licenciamento ou lavra concedida, identificados no site do Departamento Nacional de Produção Mineral, mas possam ser objeto de prévio bloqueio das jazidas junto ao DNPM, ou que possuam menor distância de transporte;

9.1.3. caso existam segmentos rodoviários cujos projetos de restauração e manutenção para o CREMA 2ª Etapa já estejam aprovados e não seja viável a adoção das medidas indicadas no subitem anterior (9.1.2), previamente ao lançamento dos editais de licitação, consigne nos respectivos editais e minutas de contrato que tais medidas serão adotadas no prazo de até 90 (noventa) dias após a emissão das ordens de serviço e, se for a hipótese, serão adotadas as providências necessárias para reestabelecer o equilíbrio econômico/financeiro dos contratos eventualmente celebrados, modificando-se as fontes de aquisição dos insumos previstas originalmente no projeto, bem como alterando-se os respectivos preços dos serviços envolvidos;

9.1.4. revise a distribuição das instalações industriais, considerando a possibilidade de adoção de duas ou mais unidades de produção para cada lote, mediante a confirmação da viabilidade técnica das ocorrências de materiais para pavimentação (pedreiras e areais) disponíveis nos segmentos projetados;

9.1.5. caso não utilize base e/ou sub-base estabilizada granulometricamente com insumos provenientes das jazidas identificadas na região, demonstre a inviabilidade técnica e/ou econômica da adoção dessa alternativa;

9.1.6. revise os quantitativos de fresagem contínua e descontínua nos projetos eventualmente já aprovados, tomando por base a metodologia proposta pela Coordenação de Projetos de Infraestrutura, consubstanciada na sua Nota Técnica nº 34/2011;

9.1.7. se abstenha de licitar obras no âmbito do CREMA 2ª Etapa (contratos de restauração e manutenção) com base em projetos fundamentados em levantamentos de campo das condições estruturais do pavimento realizados há mais de dois anos ou que não tenham considerado as contribuições relativas às eventuais intervenções realizadas no pavimento após a conclusão dos levantamentos de campo efetuados originalmente para alicerçar o desenvolvimento dos projetos; (tornado insubsistente por meio do Acórdão 507/2012-TCU-Plenário - Relator: Min. José Múcio)

9.1.8. reavalie, após inspeção em campo, antes da publicação dos editais de licitação, a ocorrência de eventual evolução das trincas (FC1, FC2, FC3 e panelas), de modo que tanto o projeto quanto o respectivo orçamento base reflitam de modo fidedigno as atuais condições funcionais do pavimento a ser restaurado; (tornado insubsistente por meio do Acórdão 507/2012-TCU-Plenário - Relator: Min. José Múcio)

9.1.9. adote como data base dos orçamentos das obras do programa CREMA 2ª Etapa o Sicro 2 a partir de janeiro/2011, inclusive;

9.1.10. corrija as composições de custos unitários relativas aos serviços de reciclagem de pavimentos, utilizando 82 m³/h de produtividade da recicladora e 0,1000 un/m³ de consumo de bits de corte, até que sejam realizados novos e conclusivos estudos sobre o assunto;

9.1.11. adote os custos de transporte de materiais betuminosos decorrentes da aplicação das novas equações tarifárias definidas conforme Acórdão 3402/2010-TCU;

9.1.12. promova, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência, estudos e pesquisas com a participação do seu Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR), com o objetivo de:

a) estabelecer normatização acerca da diferenciação dos esforços de roçada e de limpeza dos dispositivos de drenagem de acordo com a as respectivas isocurvas de precipitação (isoietas), associadas à temperatura e evapotranspiração, ou qualquer outro elemento que melhor reflita o crescimento das gramíneas e leguminosas;

b) estabelecer normatização referente ao dimensionamento dos canteiros de obras e dos respectivos custos para sua instalação e manutenção, observando que tais custos devem, quando aplicável, referenciar-se pelo Sinapi, e que as instalações devem corresponder ao estritamente necessário para a execução de cada obra, podendo para este fim desenvolver canteiros-tipo, em função dos diversos portes de obras, em que as edificações e seus respectivos custos de manutenção estejam pré-dimensionados;

c) avaliar a adequação dos critérios para a previsão de evolução de trincas e para a respectiva quantificação de fresagem contínua e descontínua em contratos de obras de restauração e manutenção (CREMA 2ª Etapa) normatizados por intermédio da Nota Técnica n° 34/2011, considerando a possibilidade de adaptação de modelos matemáticos existentes ou a concepção de novos modelos que melhor representem a evolução de trincas entre a data da inspeção em campo e a data prevista para o início das obras;

9.1.13. nos editais das licitações para obras objeto do programa CREMA 2ª etapa, detalhe os serviços constituintes da solução por quilômetro das obras de restauração, viabilizando a identificação das unidades de serviços realizadas e a formalização de aditivos contratuais que reflitam adequadamente alterações quantitativas e qualitativas das soluções de projeto; (redação dada pelo Acórdão 507/2012-TCU-Plenário - Relator: Min. José Múcio)

Considerando que o Dnit, por do Memorando 88961/2018/IPR/DPP/DNIT SEDE (peça 6, p. 10), informou que o Software MeDiNa poder ser utilizado para atender à determinação do acórdão, bem como foi constituído Grupo de trabalho para tratar da forma de quantificação de fresagem contínua e descontínua em contratos de obras de restauração e manutenção (CREMA) 2º Etapa.

Considerando que a manifestação do Dnit atende ao disposto no item 1.8.1 do Acórdão 2.178/2018-TCU-Plenário, propondo-se considerar cumprida essa determinação e, por consequência, a determinação constante do item 9.1.12 "c" do Acórdão 3.260/2011-TCU-Plenário (Relator: Ministro José Múcio Monteiro), sem prejuízo de, autorizar a SeinfraRodoviaAviação a incluir em seu planejamento de auditoria procedimento para avaliar a adequação da metodologia de previsão de evolução de trincas e para a respectiva quantificação de fresagem contínua e descontínua em contratos de obras de restauração e manutenção (CREMA), conforme proposto a seguir.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

considerar cumprida a determinação constante do item 1.8.1 do Acórdão 2.178/2018-TCU-Plenário, e, por consequência do item 9.1.12 "c" do Acórdão 3.260/2011-TCU-Plenário;

autorizar a SeinfraRodoviaAviação a incluir em seu planejamento de auditoria, procedimento para avaliar a adequação da metodologia de previsão de evolução de trincas e para a respectiva quantificação de fresagem contínua e descontínua em contratos de obras de restauração e manutenção (CREMA);

encaminhar cópia do presente acórdão ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), informando que o inteiro teor das deliberações originadas nestes autos pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

arquivar os presentes autos, nos termos do inciso V do art. 169 do RI/TCU.

1. Processo TC-045.637/2020-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou
1.3. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit)
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 666/2021 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos que cuidam de auditoria de conformidade realizada em Municípios do Estado da Paraíba para verificar a aplicação dos recursos dos precatórios do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e em que, nessa fase, trata-se de Pedido de Reexame interposto pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil contra o Acórdão 2.819/2020-TCU-Plenário - (Peça 65) (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), proferido na Sessão Plenária Telepresencial de 21/10/2020 nos seguintes termos:

"VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada em Municípios do Estado da Paraíba para verificar a aplicação dos recursos dos precatórios do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), abrangendo o período de 12/12/2014 a 21/06/2018;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. ordenar à unidade técnica que:

9.1.1. constitua processos apartados dos presentes autos, autuando-os como Tomadas de Contas Especiais, ex-vi do art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c art. 202, incisos I e II, e art. 209, §§5º e 6º, do Regimento Interno/TCU, com a citação solidária do gestor signatário do contrato advocatício e dos escritórios/profissionais contratados, adiante especificados, em face do efetivo pagamento de honorários advocatícios contratuais com recursos dos precatórios do Fundef, para que no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem alegações de defesa e/ou recolham à conta corrente específica dos precatórios do Fundef as quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente a partir das datas discriminadas até a data dos efetivos recolhimentos, abatendo-se na oportunidade, a quantia eventualmente já ressarcida na forma da legislação em vigor:

Município	Advogado	Valor Sacado	Data Saque	Gestor
ALAGOA GRANDE	RAIMUNDO & CAPELA - JURÍDICO ESTRATÉGICO	2.638.378,09	14/05/2018	Hildon Régis Navarro Filho (ex-prefeito)
ALAGOA NOVA	MARIA SONJA PONTE GUIMARAES FIALHO	202.115,90	03/03/2016	Kleber Herculano de Moraes (ex-prefeito)
	MARCIO ZIULKOSKI	22.909,77	03/03/2016	Kleber Herculano de Moraes (ex-prefeito)
AMPARO	GUSTAVO BRAGA LOPES	122.247,46	11/12/2015	João Luiz de Lacerda (ex-prefeito)
	FABIO ROMERO DE CARVALHO	122.247,46	11/12/2015	João Luiz de Lacerda (ex-prefeito)
CUITÉ	MEDEIROS SAMPAIO ADVOCACIA S C LTDA ME	242.633,97	21/05/2018	Antônio Medeiros Dantas (ex-prefeito)
	E S INFORMATICA LTDA ME	76.120,45	11/05/2018	Antônio Medeiros Dantas (ex-prefeito)
	DAVI LIMA ADVOCACIA	242.633,97	14/05/2018	Antônio Medeiros Dantas (ex-prefeito)
	BORGES E RENOVATO ADVOGADOS S C EPP	763.225,60	18/05/2018	Antônio Medeiros Dantas (ex-prefeito)
	HENRIQUE CARVALHO ADVOGADOS	486.323,57	14/05/2018	Antônio Medeiros Dantas (ex-prefeito)
ITABAIANA	CARVALHO E BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS	759.141,60	11/12/2014	Eurídice Moreira da Silva (ex-prefeita)
MANAIRA	GONÇALVES, BONIFACIO E BRITO SOCIEDADE DE ADVOGADOS	439.560,43	18/07/2017	José Simão de Sousa (ex-prefeito)
MASSARANDUBA	EDGAR TAVARES DE MELO DE SA PEREIRA	686.748,71	13/12/2016	Paulo Fracinette de Oliveira (ex-prefeito)
NOVA OLINDA	EDGAR TAVARES DE MELO DE SA PEREIRA	329.164,17	09/06/2017	Francisco Cipriano dos Santos (ex-prefeito)
PATOS	GEORGE LUCENA BARBOSA DE LIMA	3.497.217,93	12/12/2016	Nabor Wanderley da Nóbrega Filho (ex-prefeito)
PEDRA LAVRADA	JOSE MAVIAEL ELDER FERNANDES DE SOUSA	247.805,66	24/05/2017	José Antonio Vasconcelos da Costa (ex-prefeito)
	RAQUEL BEATRIZ VALENTE DE OLIVEIRA LACER	240.371,54	24/05/2017	José Antonio Vasconcelos da Costa (ex-prefeito)
	RODRIGO LUIS DE ARAUJO CAVALCANTE	240.371,54	24/05/2017	José Antonio Vasconcelos da Costa (ex-prefeito)
SOBRADO	PEIXOTO ADVOCACIA E CONSULTORIA	1.021.854,48	17/07/2017	Célia Maria de Oliveira Melo (ex-prefeita)
TAVARES	GUSTAVO BRAGA LOPES	582.863,18	11/12/2015	José Severiano de Paulo Bezerra da Silva (ex-prefeito)
	FABIO ROMERO DE CARVALHO	582.863,18	11/12/2015	José Severiano de Paulo Bezerra da Silva (ex-prefeito)
LIVRAMENTO	CELSO TADEU LUSTOSA PIRES SEGUNDO	97.518,25	12/07/2017	Jarbas Correia Bezerra (ex-prefeito)

9.1.2. as citações previstas no subitem anterior devem atender às orientações do item 9.2, do Acórdão 2.093/2020-Plenário;

9.1.3. comunique aos 21 Municípios que realizaram gastos com os recursos dos precatórios do Fundef em despesas distintas da manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) (tabela 4, do Relatório de Auditoria) acerca da necessidade de imediata recomposição, à conta específica dos precatórios do Fundef, dos valores indevidamente gastos, atualizados monetariamente a partir da data da ocorrência, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos dos itens 9.2.3 e 9.4.2, do Acórdão 1.824/2017 - Plenário;

9.1.3.1. na comunicação deverá ser informado que, na hipótese de o gasto ter ocorrido com fundamento em decisão judicial, esta deverá ser apresentada em resposta à comunicação;

9.1.4. promova diligências e aprofunde a análise dos pagamentos de remunerações aos profissionais da educação com os recursos dos precatórios do Fundef, em relação aos Municípios auditados, devendo identificar: sua natureza (remuneração ordinária, rateios, passivos previdenciários, etc), os respectivos valores, datas, responsáveis, se decorreram de decisão judicial, o conteúdo e circunstância dessa decisão (se homologou acordo ou se o magistrado determinou solução própria), após o que deverá propor encaminhamento compatível com a presente deliberação;

9.1.5. comunique aos Municípios de Massaranduba (R$ 784.925,76), Pilões (R$ 78.596,43) e de Alagoa Nova (R$ 60.197,20) acerca da necessidade de imediata recomposição, à conta específica dos precatórios do Fundef, dos valores cujas despesas, realizadas com recursos dos precatórios do Fundef, não foram comprovadas, devidamente atualizados, sob pena de instauração de tomada de contas especial, nos termos dos itens 9.2.2.2; 9.2.3; 9.4.2 e 9.4.3, do Acórdão 1.824/2017- Plenário;

9.1.6. dê ciência da presente deliberação:

9.1.6.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para que lhe dê ampla divulgação;

9.1.6.2. ao Ministério Público Federal no Estado da Paraíba, ao Ministério Público Estadual da Paraíba, à Controladoria-Geral da União, à Advocacia-Geral da União, ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e aos Municípios auditados nos presentes autos.

9.2. indeferir o pedido de ingresso do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) como interessado, porquanto não demonstrou razão legítima para intervir no processo (art. 146, §2º, do RI/TCU)."

Considerando a ausência de legitimidade recursal do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), por não ter demonstrado sua razão legítima para intervir nos autos, nem a possibilidade concreta de lesão a direito subjetivo próprio, à luz do art. 282 do Regimento Interno/TCU c/c o art. 146 e art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995, com redação dada pelo art. 1º da Resolução-TCU 213/2008.

Considerando os pareceres da Secretaria de Recursos (peças 182 a 184);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no artigo 48 da Lei 8443/1992 e artigos 146 e 282 do Regimento Interno/TCU; em:

a) não conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil contra o Acórdão 2.819/2020-TCU-Plenário - (Peça 65) (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal.

b) dar ciência deste Acórdão ao recorrente.

c) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-020.046/2018-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 031.932/2017-7 (MONITORAMENTO)
1.2. Responsáveis: Antônio Medeiros Dantas (003.818.614-49); Bonifacio Rocha de Medeiros (044.766.464-68); Borges e Renovato Advogados S/c (06.925.876/0001-25); Carvalho e Braga Advogados Associados (09.005.770/0001-00); Célia Maria de Oliveira Melo (007.513.554-02); Davi Lima Advocacia (06.014.214/0001-01); Edgar Tavares de Melo de Sá Pereira (010.579.064-84); Eurídice Moreira da Silva (122.736.784-87); Fabio Romero de Carvalho (770.237.814-04); Francisco Cipriano dos Santos (690.483.984-87); Genoilton João de Carvalho Almeida (078.580.514-15); George Jose Porciuncula Pereira Coelho (618.167.524-87); George Lucena Barbosa de Lima (608.602.514-20); Goncalves,bonifacio e Brito Sociedade de Advogados (11.477.143/0001-05); Gustavo Braga Lopes (007.488.564-20); Henrique Carvalho Advogados (10.833.351/0001-37); Hildon Régis Navarro Filho (421.603.164-15); Joao Luis de Lacerda Junior (103.899.034-34); Jose Leite Sobrinho (165.541.751-72); José Antônio Vasconcelos da Costa (436.941.444-04); José Maviael Elder Fernandes de Sousa (028.717.674-67); José Severiano de Paulo Bezerra da Silva (788.386.734-20); José Simão de Sousa (287.711.504-63); Kleber Herculano de Moraes (714.424.564-34); Marcio Ziulkoski (946.819.960-68); Maria Sonja Ponte Guimaraes Fialho (002.074.541-91); Maria do Socorro Santos Brilhante (267.997.074-87); Medeiros Sampaio Advocacia S/c Ltda (01.717.055/0001-80); Nabor Wanderley da Nóbrega Filho (460.798.404-30); Paulo Fracinette de Oliveira (503.804.194-91); Peixoto Advocacia & Consultoria (07.619.813/0001-03); Prefeitura Municipal de Alagoa Nova - PB (08.700.684/0001-46); Prefeitura Municipal de Amparo - PB (01.612.473/0001-02); Prefeitura Municipal de Camalaú - PB (09.073.271/0001-41); Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB (08.993.917/0001-46); Prefeitura Municipal de Cuité - PB (08.732.174/0001-50); Prefeitura Municipal de Itabaiana - PB (09.072.430/0001-93); Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (08.778.326/0001-56); Prefeitura Municipal de Manaíra - PB (09.148.131/0001-95); Prefeitura Municipal de Massaranduba - PB (08.739.138/0001-19); Prefeitura Municipal de Nova Palmeira - PB (08.739.930/0001-73); Prefeitura Municipal de Olho D'água - PB (08.944.076/0001-87); Prefeitura Municipal de Patos - PB (09.084.815/0001-70); Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada - PB (08.740.466/0001-35); Prefeitura Municipal de Pilões - PB (08.786.626/0001-87); Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB (01.612.643/0001-59); Prefeitura Municipal de Santa Inês - PB (01.612.693/0001-36); Prefeitura Municipal de Santa Rita - PB (09.159.666/0001-61); Prefeitura Municipal de Seridó - PB (08.916.124/0001-23); Prefeitura Municipal de Sobrado - PB (01.612.553/0001-68); Prefeitura Municipal de São José de Caiana - PB (08.891.541/0001-69); Prefeitura Municipal de São José de Espinharas - PB

(08.882.730/0001-75); Prefeitura Municipal de São João do Cariri - PB (09.074.345/0001-64); Prefeitura Municipal de Tavares - PB (08.944.092/0001-70); Prefeitura Municipal de Uiraúna - PB (08.924.078/0001-04); Raimundo & Capela - Juridico Estrategico (07.038.997/0001-18); Raquel Beatriz Valente de Oliveira Lacerda Martins (013.358.544-10); Rodrigo Luis de Araujo Cavalcante (055.523.764-80); e S Informatica Ltda (02.093.296/0001-68)

1.3. Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal (33.205.451/0001-14)

1.4. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado da Paraíba (223 Municípios)

1.5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.9. Representação legal: Pedro Filype Pessoa Ferreira Oliveira (22.033/OAB-PB) e outros, representando Prefeitura Municipal de Cuité - PB; Adilson Alves da Costa (18400/OAB-PB), representando Prefeitura Municipal de Pilões - PB; Ana Paula Del Vieira Duque (51.469/OAB-DF) e outros, representando Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal; Gessica Fernanda Borges Miotto (43.775/OAB-DF), representando Henrique Carvalho Advogados e Davi Lima Advocacia; André Luiz de Oliveira Escorel (20672/OAB-PB), representando José Severiano de Paulo Bezerra da Silva.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 667/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que cuidam de representação oferecida pelo Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU), representado pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, com fundamento no art. 81, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e no art. 237, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (RI/TCU), com o intuito de que este Tribunal adote medidas de sua competência com vistas a (peça 1):

averiguar a atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) com vistas a avaliar como o tratamento de dados é fiscalizado pela autoridade nacional, objetivando garantir o cumprimento da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) pelo setor privado, notadamente em relação ao megavazamento de dados referentes a mais de 220 milhões de brasileiros, o qual constitui grave violação aos direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, assegurados pelo art. 17 da LGPD; e

dentro do conceito de Estado Cooperativo, atuar em parceria com os mecanismos privados existentes, notadamente junto às empresas de segurança que detectaram os vazamentos e que já estão empreendendo investigação com vistas à identificação das fontes de vazamento.

Considerando que o MP/TCU possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no art. 237, inciso I, do RI/TCU.

Considerando, todavia, que representações relatando fatos noticiados em jornais e sites da internet, por si só, não atendem aos requisitos para conhecimento pelo Tribunal, especialmente no que diz respeito à presença de indícios concernentes a irregularidade ou ilegalidade.

Considerando o fato de não ter sido indicado o responsável sujeito à jurisdição do Tribunal, uma vez que não se sabe a origem do vazamento de dados, conforme teor das notícias encaminhadas pelo representante, nas quais não foram citadas vulnerabilidades, descumprimento de normas ou situação de exposição de dados sensíveis que pudessem estar associadas a organizações públicas.

Considerando que o teor da representação, em consonância com o pedido apresentado pelo representante, configura-se como um requerimento de auditoria para que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais da Presidência da República seja fiscalizada, não se coadunando com o previsto pelo RI/TCU no caput do art. 234 c/c o parágrafo único do art. 237.

Considerando que que o Tribunal iniciou auditoria de tema correlato, sob responsabilidade da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) e relatoria do Ministro Augusto Nardes (TC 039.606/2020-1), com vistas a avaliar as ações governamentais e os riscos à proteção de dados pessoais, com o objetivo de elaborar diagnóstico acerca dos controles implementados pelas organizações públicas federais para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados LGPD, bem como induzir essas organizações a conduzirem iniciativas para providenciar o pleno cumprimento dessa legislação.

Considerando a proposta uníssona da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (peças 14 e 15).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

a) não conhecer da presente representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 234, § 2º, segunda parte, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU) c/c parágrafo único do art. 237 do mesmo RI/TCU;

b) dar ciência do presente Acórdão ao representante, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

c) apensar, em definitivo, o presente processo ao TC 039.606/2020-1 (Relator: Ministro Augusto Nardes), tendo em vista o disposto no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-005.267/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais da Presidência da República (ANDP/PR)

1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 668/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que cuidam de representação, com pedido de cautelar, formulada pelo Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), requerendo ao TCU que adote providências no sentido de apurar potencial ilegalidade dos gastos públicos destinados ao custeio de eventos públicos realizados pela Presidência da República e demais órgãos da União, por entender contrários às orientações de órgãos técnicos de saúde e contribuírem para a disseminação da Covid-19.

Considerando que os Senadores da República têm legitimidade para representar ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 237, inciso III, do RI/TCU.

Considerando, no entanto, que a presente representação não satisfaz os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU e/ou no art. 103, § 1º da Resolução - TCU 259/2014, haja vista não restar comprovada a prática de irregularidade ou ilegalidade configuradas na realização de eventos públicos de que tenha participado o Presidência da República, descaracterizada, portanto, ilegalidade na aplicação de recursos públicos destinados ao custeio destes eventos.

Considerando eventual transgressão às normas sanitárias da esfera estadual ou municipal, não compete ao Tribunal de Contas da União atuar em tal seara.

Considerando que à vista do disposto no parágrafo único do art. 235 do RITCU, não é possível conhecer da presente representação, face à não comprovação de ilegalidade praticada pelo Presidente da República, ao participar de eventos públicos, realizados no período da pandemia da Covid-19, destinados à inauguração de obras públicas, não satisfeito, portanto, o requisito de admissibilidade previsto no mencionado artigo.

Considerando a inexistêbcia de ilegalidade praticada pelo Presidente da República, ao participar de eventos públicos destinados à entrega de obras públicas à comunidade, como mencionado anteriormente, não resta demonstrada, portanto, a aplicação irregular de recursos públicos no custeio destes eventos, motivo pelo qual se conclui pela negativa de admissibilidade da presente representação.

Considerando a proposta uníssona da unidade técnica (peças 6 a 8).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no parágrafo único do art. 235, do RITCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) informar ao representante que o conteúdo da presente deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

c) arquivar o presente processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235, do RITCU, e no art. 105 da Resolução -TCU 259/2014.

1. Processo TC-006.864/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Presidência da República

1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 669/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU, representado pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, requerendo que o Tribunal adote as medidas necessárias a apurar a suficiência e pertinência da motivação dos atos administrativos relativos à decisão de enviar uma equipe de dez agentes públicos - incluindo o Ministro das Relações Exteriores - a Israel, para conhecer um suposto medicamento para tratamento da covid-19, produto ainda em fase incipiente de testes e aparentemente sem os rigores de uma pesquisa científica usual, o que ofende o princípio constitucional da eficiência a que se vincula a Administração Pública e pode resultar em dispêndio injustificado de recursos públicos.

Considerando que a presente representação não satisfaz os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU e no art. 103, § 1º da Resolução TCU 259/2014, por não se fazer acompanhar de suficientes indícios de irregularidade ou ilegalidade.

Considerando que o elemento essencial para o conhecimento da representação o apensamento de indícios que comprovem a irregularidade apontada.

Considerando que, não obstante, via de regra, o representante estar, à luz do art. 237 do RITCU, legitimado a representar ao Tribunal sobre ilegalidades ou irregularidades de que tenha conhecimento, a demanda sob análise não está acompanhada dos indícios necessários de forma a ensejar que o Tribunal venha a determinar a adoção de medidas face aos motivos alegados na representação.

Considerando a proposta uníssona da unidade técnica (peças 6 e 7).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação, por não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU;

b) informar ao representante que o conteúdo da presente deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

c) arquivar o presente processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-007.579/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Presidência da República

1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 670/2021 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos os presentes autos de monitoramento do cumprimento das deliberações proferidas no Acórdão 2.645/2017-TCU-Plenário, de 29/11/2017, Relator Ministro José Múcio Monteiro, por meio do qual o Colegiado determinou à Caixa Econômica Federal a adoção de medidas conducentes a "9.2.1. impedir novas contratações diretas com a CPM Braxis com base no art. 24, inciso XXIII, e no art. 25, caput, da Lei 8.666/1993; 9.2.2. impedir novos aditamentos referentes a aumentos de quantitativos ou de valores aos contratos que tenham sido celebrados com a CPM Braxis com base no art. 24, inciso XXIII, e no art. 25, caput, da Lei 8.666/1993, salvo para alterações pontuais de adequação que, justificadamente, sejam necessárias à conclusão dos serviços; 9.2.3. impedir novas prorrogações dos contratos de serviços contínuos que tenham sido celebrados com a CPM Braxis com fundamento no art. 24, inciso XXIII, e no art. 25, caput, da Lei 8.666/1993, salvo se for indispensável à continuidade desses serviços até que se conclua licitação para nova contratação dos mesmos objetos";

Considerando as conclusões exaradas pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação insertas às peças 429 e 430, dando conta de que:

A Caixa não celebrou nenhum contrato por meio de contratação direta após a publicação do Acórdão ora monitorado;

Não foram evidenciadas nos autos alterações contratuais nos contratos firmados via contratação direta entre a Caixa e a CPM Braxis que estivessem em desacordo com o disposto no Acórdão ora monitorado;

A Caixa adotou providências visando ao encerramento de sua participação societária na empresa CPM Braxis S.A.;

Todos os contratos de serviços continuados entre a Caixa e a CPM Braxis se encerraram e foram substituídos por novos decorrentes de pregões eletrônicos; e

A Caixa promoveu iniciativas administrativas internas que visaram evitar novas contratações diretas junto à empresa CPM Braxis S.A.,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no inciso V do art. 143 do RI/TCU, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.3.1 do Acórdão 1.836/2013-TCU-Plenário, relator Ministro José Múcio;

b) informar à Caixa Econômica Federal que o presente Acórdão pode ser acessado pela plataforma Conecta-TCU e pelo portal do TCU na internet; e

c) arquivar os presentes autos nos termos do inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-008.837/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 033.562/2018-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Capgemini Brasil S/A (65.599.953/0001-63)
1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
1.7. Representação legal: Andre Luiz Viviani de Abreu (116896/OAB-RJ) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Daniela Serra de Mello Martins e outros, representando Capgemini Brasil S/A.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 671/2021 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de representação formulada pela Controladoria-Geral do Estado de Roraima a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na aplicação de recursos destinados a obras em estradas vicinais em diversos municípios do Estado de Roraima;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.448/2020 - TCU - Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro, o Colegiado conheceu da representação, considerou-a procedente e determinou à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, com fundamento no art. 2º c/c art. 4º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, que, no prazo de 120 dias, informasse ao TCU as providências adotadas com a finalidade de prevenir ou corrigir e, se confirmadas, remover os efeitos das irregularidades relatadas pela Controladoria-Geral de Roraima, que os recursos dos convênios 868018/2018, 828115/2016, 835060/2016, 846603/2017 e 859621/2017 podem ter sido destinados à empresa que não executara os serviços correspondentes;

Considerando que a notificação da Deliberação ocorreu em 10/2/2021 (peça 35);

Considerando o pedido de concessão de prazo acional (120 dias) formulado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (peça 37, de 12/2/2021) para completo atendimento do Acórdão;

Considerando a proposta da SeinfraUrbana para conceder prazo adicional de 15 dias à unidade jurisdicionada (peças 38 e 39); e

Considerando, por fim, a razoabilidade do pedido;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fulcro no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em conceder à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia prazo adicional de 120 dias para o atendimento do item "b" do Acórdão 2.448/2020 - TCU - Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro, contados do término do prazo anteriormente fixado.

1. Processo TC-015.799/2020-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Roraima; Prefeitura Municipal de Mucajaí - RR
1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 672/2021 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos em que, nessa fase, trata-se de Pedido de Reexame interposto por Orbenk Administração e Serviços Ltda contra o 2.791/2020-TCU-Plenário (Peça 17) (Relator: Ministro Aroldo Cedraz), proferido na Sessão Plenária Telepresencial de 21/10/2020, nos seguintes termos:

"ACÓRDÃO Nº 2791/2020 - TCU - Plenário
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considera-la parcialmente procedentes; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda (79.283.065/0001-41), ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica, peça 15, que fundamentou este Acórdão, à Universidade Federal do Paraná e ao representante, informando-lhes que o conteúdo desta deliberação poderá ser consultado, também, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos; e, arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, III, do Regimento Interno deste Tribunal.
1. Processo TC-033.693/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Dar ciência à Universidade Federal do Paraná, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão 96/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
1.6.1. o percentual de 20% estabelecido nos subitens 21.1.2, a e b, 21.1.4.1, 21.1.5.2 e 21.1.6.1, do item 21 - Das Sansões Administrativas do Edital, pode resultar um ônus desproporcional para a contratada, o que pode frustar o caráter competitivo do certame, em afronta ao princípio da razoabilidade e à jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 145/2004, 597/2008, 1.449/2020 e 2.274/2020, todos do Plenário, de relatoria, respectivamente, dos Ministros Marcos Bemquerer, Guilherme Palmeira, Augusto Nardes e Raimundo Carrero, que se baseiam no art. 9º da Lei da Usura (Decreto 22.626/1933, revigorado pelo Decreto sem número de 29/11/1991)."

Considerando que a empresa recorrente não é parte nos presentes autos, nos termos do art. 146 do RI/TCU.

Considerando a pacífica jurisprudência do TCU no sentido de que o reconhecimento como parte interessada depende, além do pedido de ingresso nos autos como interessado, da demonstração de legítima e comprovada razão para intervir no processo.

Considerando que não prosperam os argumentos da empresa recorrente de que possui legitimidade para apresentar recurso, por não ter demonstrado sua razão legítima para intervir nos autos, nem a possibilidade concreta de lesão a direito subjetivo próprio, à luz do art. 282 do Regimento Interno/TCU c/c o art. 146 e art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995, com redação dada pelo art. 1º da Resolução-TCU 213/2008.

Considerando que a empresa recorrente não figura nos autos como responsável nem como interessada, de modo que não é considerada como parte no processo e, sendo assim, não pode praticar atos processuais (arts. 144, §§1º e 2º, e 145, caput, do Regimento Interno/TCU).

Considerando os pareceres da Secretaria de Recursos (peças 25 e 26);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto pela empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda., em razão da ausência de legitimidade, nos termos do artigo 48 da Lei 8443/1992 e artigos 146 e 282 do Regimento Interno/TCU
b) dar ciência deste Acórdão à empresa recorrente.
c) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-033.693/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Orbenk Administração e Serviços Ltda. (79.283.065/0001-41)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal:
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 673/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno deste Tribunal, e na Súmula-TCU 145, em corrigir, por erro material, o Acórdão 495/2021-TCU-Plenário, de forma que, no subitem 9.1 daquela decisão, onde se lê "aprovar o projeto de alteração da Resolução-TCU 160/2003", leia-se "aprovar o projeto de alteração das Resoluções-TCU 233/2010, 259/2014 e 276/2016".

1. Processo TC-029.433/2017-7 (ADMINISTRATIVO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União (00.414.607/0001-18)
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 674/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de acompanhamento da desestatização, por meio de arrendamento portuário, de terminal voltado à movimentação e armazenagem de cavacos de madeira a granel para exportação no Porto de Santana/AP, intitulado MCP01, pelo período de 25 anos, conforme o Aviso 64/2017/MTPA, de 21/9/2017;

Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 124/2018-TCU-Plenário, informou ao extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (sucedido pelo Ministério da Infraestrutura) e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que, dentro do escopo delimitado para análise de primeiro estágio de desestatização nos moldes da Instrução Normativa-TCU 27/1998, não foram detectadas irregularidades ou impropriedades que desaconselhassem o regular prosseguimento do processo concessório do terminal MCP01;

Considerando que não acudiram interessados no certame licitatório realizado para o arrendamento em questão (Leilão 4/2018), realizado em 25/9/2018, motivo pelo qual o Poder Concedente pretende remodelar o projeto, sem que haja informação acerca de previsão de retomada do arrendamento;

Considerado a superveniência da Instrução Normativa-TCU 81/2018, a qual alterou a sistemática de fiscalização dos processos de desestatização, e que os estudos apresentados a esta Corte de Contas deverão ser revistos por ocasião da eventual retomada do empreendimento, oportunidade em que o Tribunal poderá deliberar pela necessidade de realizar ou não fiscalização sobre o processo concessório do Terminal Portuário MCP01, com base nas regras contidas na nova instrução normativa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inc. II, e 43, inc. I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em autorizar o arquivamento do processo e remeter cópia deste acordão à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e ao Ministério da Infraestrutura.

1. Processo TC-029.910/2017-0 (DESESTATIZAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.5. Representação legal: Ana Carolina Souza do Bomfim, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinto); Alexandre Dalfior de Figueiredo, representando Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 675/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de processo que cuida do acompanhamento da desestatização, por meio de arrendamento portuário, do Terminal Salineiro de Areia Branca (Tersab), no município de Areia Branca-RN, sob administração da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), utilizado para movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente sal marinho;

Considerando que estes autos se destinam exclusivamente à análise da viabilidade técnica e econômico-financeira do arrendamento, bem como da adequação de suas respectivas minutas jurídicas ao ordenamento vigente e ao estudo de viabilidade;

Considerando que, no que tange à viabilidade econômico-financeira, não se identificaram irregularidades ou oportunidades de melhoria quanto às premissas utilizadas, as quais se encontram em linha com a jurisprudência desta Corte;

Considerando que, quanto à viabilidade técnica, as inconsistências identificadas pela secretaria especializada foram devidamente sanadas pelos gestores, após a reunião de apresentação do relatório preliminar;

Considerando que as minutas jurídicas se alinham, em grande parte, à jurisprudência do TCU, e que os gestores se comprometeram a sanar o risco de que, por falha contratual, eventual morosidade ou inexecução por parte da Codern venha a trazer a possibilidade de que o contrato do futuro arrendatário tenha de ser reequilibrado antes mesmo de a operação do parceiro privado ter se iniciado;

Considerando que as manifestações apresentadas nos autos (peças 55 a 57) pelo Sindicato das Indústrias de Extração do Sal do Estado do Rio Grande do Norte (Siesal) não modificam as conclusões dos exames empreendidos pela unidade instrutora, a qual reiterou sua proposta de encaminhamento de peças 53-54, conforme tratativas entre o Gabinete deste relator e a SeinfraPortoFerrovia, visto que os pontos apresentados cuidam de questões discricionárias e/ou relacionadas a aspectos concorrenciais e mercadológicos, os quais extrapolam o escopo da análise e das competências desta Corte, mas que podem ser avaliadas e decididas pelo Poder Público previamente ao certame concessório;

Considerando que, em caso similar, por meio do Acórdão 608/2021-TCU-Plenário, este Tribunal recomendou ao Poder Concedente que elaborasse nota técnica ou instrumento que defina claramente o objetivo e a metodologia de cálculo da Movimentação Mínima Exigida e de seu fator redutor "alpha" como forma de embasar, explícita e congruentemente, as decisões regulatórias atinentes ao modelo concessório de terminais portuários, nos termos da lei de procedimento administrativo (Lei 9.784/1999, art. 50, § 1º);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inc. XV, 143, inc. III, 169, inc. V, 250, inc. I, e 258, inc. II, do Regimento Interno, c/c as disposições da Instrução Normativa-TCU 81/2018, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em informar aos órgãos responsáveis que, dentro do escopo delimitado na fiscalização, não foi detectada inconsistência que obste o regular prosseguimento do processo concessório do terminal portuário do Tersab, e adotar as providências indicadas neste acórdão.

1. Processo TC-039.471/2020-9 (DESESTATIZAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Ministério da Infraestrutura
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado da instrução (peça 53) e das manifestações do Siesal (peças 55 a 57), ao Ministério da Infraestrutura e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários para que avaliem a pertinência ou inadequação, conforme o caso, das sugestões e possíveis riscos apontados pela entidade em relação ao impacto das premissas do modelo concessório do Tersab no mercado local de sal;
1.6.2. encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 53) ao Sindicato das Indústrias de Extração do Sal do Estado do Rio Grande do Norte (Siesal);
1.6.3. autorizar o arquivamento do processo.

ACÓRDÃO Nº 676/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de monitoramento do Acórdão 1.975/2019-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte expediu recomendações direcionadas ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) no sentido de os induzir a adotar medidas para assegurar o bom uso público da área inicialmente prevista para o projeto do Campus do Cérebro;
Considerando que as recomendações ainda não foram completamente adotadas;
Considerando, no entanto, a complexidade da questão, bem como a atual situação da pandemia causada pela Covid-19, que interfere nas ações administrativas dos órgãos;
Considerando a materialidade do investimento de recursos públicos já feito no empreendimento, sua relevância à sociedade e a decorrente necessidade de se manter o presente monitoramento;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 243, 250, incisos II e III, 254, 143, inciso III, e 201, § 1º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar não implementadas as recomendações expedidas ao MEC e ao MCTI por meio do Acórdão 1.975/2019-TCU-Plenário, e adotar as medidas constantes do subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-015.677/2019-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (24.365.710/0001-83)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação; Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
1.6. Representação legal: Severino Cesário de Lima, representando Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Rubens Naves (19379/OAB-SP) e outros, representando Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Sobrestar este processo pelo prazo de um ano, quando a SecexEducação deverá reanalisar a situação e apresentar informações atualizadas ao relator;
1.7.2. Encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução (peça 84), ao MEC, ao MCTI e às Universidades Federais do Rio Grande do Norte (UFRN) e Rural do Semi-Árido (UFERSA).

ACÓRDÃO Nº 677/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de relatório de auditoria realizada na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e na Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., com o objetivo de fiscalizar o projeto das obras de construção da EF-354, da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), no trecho compreendido entre Mara Rosa-GO e Água Boa-MT;
Considerando que, em atendimento à recomendação constante do subitem 9.1 do Acórdão 1.948/2020-TCU-Plenário, o Ministério da Infraestrutura encaminhou a Nota Informativa Conjunta 02/2020/CGOFER/DTFER/SNTT-MINFRA, justificando não ser oportuno o atendimento da recomendação no presente caso, sem prejuízo de adotar a proposição nos próximos projetos de investimento cruzado similares ao da Fico;
Considerando que a recomendação deixava a cargo do MInfra e da ANTT avaliar a conveniência e a oportunidade de promover o detalhamento dos elementos de projetos básicos das obras de artes especiais e das obras complementares tipo passagens inferiores, ponderando os custos e benefícios desta solução, dada a representatividade dessa parcela do obra e o estágio do processo de prorrogação antecipada da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM);
Considerando que a recomendação não possui caráter cogente;
Considerando que este processo já foi submetido à apreciação de forma unitária pelo Plenário, na forma prevista no art. 39 da Resolução-TCU 280/2016, ocasião em que foi proferido o Acórdão 1.948/2020-TCU-Plenário;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a", do Regimento Interno/TCU, em apensar definitivamente este processo ao TC 018.842/2019-4, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e em encaminhar cópia desta deliberação e instrução (peça 120) ao Ministério da Infraestrutura.

1. Processo TC-025.638/2019-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Marcio Velloso Guimaraes (569.159.507-53); Mario Rodrigues Junior (022.388.828-12).
1.2. Interessado: Vale S.A. (33.592.510/0001-54).
1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério da Infraestrutura; Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.7. Representação legal: Larissa Carvalho Gersanti (60699/OAB-DF) e outros, representando Vale S.A.; Silvia Regina Schmitt (38.717/OAB-DF), representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 678/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação acerca de impropriedades/falhas no Pregão Eletrônico 50/2018, promovido pelo Senado Federal, que resultou no Contrato 66/2018;
Considerando que, por meio do Acórdão 2.758/2018-TCU-Plenário, esta Corte conheceu da representação, considerando-a parcialmente procedente, e, pelos subitem 9.3.1 daquela decisão, determinou ao Senado Federal que se abstivesse de prorrogar o contrato decorrente do certame e adotasse as medidas necessárias à realização de novo certame licitatório;
Considerando que a determinação foi atendida, uma vez que o Senado Federal instaurou o Pregão 84/2020, com o objetivo de substituir o Contrato 66/2018, e que o TCU o acompanha por meio do processo TC 029.666/2020-1;
Considerando que as prorrogações contratuais efetuadas pelo Senado Federal não podem ser consideradas irregulares, visto que a decisão do Tribunal se encontrava sob efeito suspensivo;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III, 169, incisos III e V, 235 c/c o art. 237, VII, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres nos autos, em considerar atendida a medida elencada no subitem 9.3.1 do Acórdão 2.758/2018-TCU-Plenário; encaminhar cópia deste acórdão ao Senado Federal, acompanhada da instrução (peça 125); e arquivar o processo.

1. Processo TC-017.172/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Senado Federal
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Ana Luiza Nicolini de Castro David (63.205/OAB-DF) e outros, representando El Dorado Serviços Profissionais Eireli; Edvaldo Fernandes da Silva (19233/OAB-DF), representando Senado Federal; Heyrovsky Torres Rodrigues (33.838/OAB-DF) e outros, representando Intelit Service Ltda.

ACÓRDÃO Nº 679/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação formulada pela Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão acerca de supostas irregularidades praticadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), relativas ao desembaraço de 107 (cento e sete) ventiladores respiratórios no Aeroporto Internacional Cunha Machado, equipamentos importados com recursos privados de empresários maranhenses para posterior doação ao Estado, em auxílio ao tratamento das pessoas internadas com o novo coronavírus (COVID-19) na rede pública de saúde;
Considerando que, diante da ausência de autoridade aduaneira no Aeroporto Internacional Cunha Machado de São Luís/MA no momento da chegada dos equipamentos, o material foi retirado pelo Secretário de Indústria e Comércio do Estado mediante assinatura de termo de responsabilidade perante o representante da Infraero, por entender que não se tratava de contrabando ou descaminho;
Considerando que a RFB teria emitido nota informando que, diante do flagrante descumprimento da legislação aduaneira (arts. 23 e 27 do Decreto-Lei 1.455/1976), tomaria as providências legais cabíveis contra as pessoas físicas e jurídicas envolvidas, promovendo os competentes procedimentos fiscais, além de representação aos órgãos de persecução penal;
Considerando que a atuação do Tribunal de Contas da União não se limita às hipóteses em que se verifica prejuízo ao erário federal, possuindo também competência para realizar fiscalizações de natureza operacional, por meio das quais busca aferir a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade dos atos da administração pública federal, bem como o respectivo impacto destes na execução de políticas públicas, tal como ações que estão sendo adotadas no combate ao novo coronavírus;
Considerando que é ônus do importador e do estado que pretende receber os equipamentos por meio de doação providenciar a documentação exigida pelo fisco, podendo, a depender da emergência, fazer gestão junto aos órgãos federais para que haja a pronta liberação dos insumos importados para o combate do coronavírus;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III, 169, III e IV, 235 c/c o art. 237, VII, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente; encaminhar cópia deste acordão, acompanhada da instrução (peça 34), à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à representante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-017.670/2020-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Advocacia-geral da União (26.994.558/0001-23)
1.2. Órgão: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária e Supervisão de Contas (SecexTrib).
1.6. Representação legal: Irma Claudia do Nascimento Morais (48255/OAB-DF) e outros, representando Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 680/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PB) acerca de possíveis irregularidades ocorridas na gestão dos recursos federais repassados pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional ao Município de Uiraúna/PB (Transferência Legal nº 24/2017 - SIAFI 692102) com vistas à construção da 1ª etapa do Sistema Adutor Extremo Oeste-Capivara, estação de tratamento que vai da cidade de São João do Rio do Peixe/PB até a barragem Capivara;
Considerando que, dada a conexão entre as evidências contidas no relatório do TCE/PB e o processo 418811/2019/SFPOSTF/VPGR - inquérito N. 4800, da Procuradoria Geral da República/MPF, que apura o pagamento de propina em contratos de construção do sistema adutor Extremo Oeste-Capivara, esta Corte buscou interlocução com as instituições que de alguma forma participam ou participaram da fiscalização das obras da adutora, tais como o Departamento de Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) para que pudessem informar sobre as irregularidades identificadas e as medidas tomadas em razão delas;
Considerando que a CGU encaminhou a esta Corte resultado de fiscalização promovida por aquela controladoria nas obras de construção do Sistema Adutor Extremo Oeste-Capivara, a qual explicita irregularidades que remaneceram não sanadas após a análise da manifestação do responsável, e que aponta possíveis danos no valor de R$ 2.888.600,69;
Considerando que o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) tomou ciência dos apontamentos efetuados pela CGU;
Considerando que o art. 3° da Instrução Normativa-TCU 71/2012 preconiza que, diante da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade competente deve imediatamente, antes da instauração da tomada de contas especial, adotar medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano;
Considerando que, na hipótese de esgotadas as medidas administrativas indicadas acima, a autoridade competente deve providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico, sob pena de responsabilidade solidária;
Considerando a necessidade de otimizar a atividade administrativa, evitando a superposição da atuação dos órgãos de controle;
Considerando a necessidade de fixação de prazo para que o MDR comprove a este Tribunal as medidas adotadas em face dos apontamentos.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 237, inciso IV e parágrafo único, e 250, inciso II, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da representação, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade; considerá-la procedente; adotar as medidas indicadas no subitem 1.6 deste acórdão; e encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional e ao Município de Uiraúna-PB, acompanhada da instrução (peça 36).

1. Processo TC-024.913/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Município de Uiraúna - PB.
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/recomendações/orientações:
1.6.1. determinar ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) que comprove, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as medidas administrativas adotadas visando a caracterização ou elisão do dano revelado em fiscalização da CGU, nas obras de construção da 1ª etapa do Sistema Adutor Extremo Oeste-Capivara, da cidade de São João do Rio do Peixe/PB até a barragem Capivara, no município de Uiraúna/PB (Transferência Legal nº 24/2017 - SIAFI 692102), conforme preconiza o art. 3° da Instrução Normativa-TCU 71/2012, ou as providências com vistas à instauração da tomada de contas especial, nos termos do art. 8° da Lei 8.443/1992; e
1.6.2. ordenar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana) que monitore o cumprimento do item 1.6.1 nestes autos.

ACÓRDÃO Nº 681/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades na Concorrência 1/2020, promovida pela Comissão Regional de Obras da 2ª Região Militar do Exército Brasileiro, com vistas a contratar empresa para a realização de obra de reforma da cobertura do quartel general do Ibirapuera (São Paulo/SP);
Considerando que a representante se insurge, em síntese, contra o fato de que, apesar de oferecido o menor preço, teve sua proposta desclassificada por erro formal, não tendo a comissão de licitação adotado as devidas diligências de modo a permitir a correção da falha, mesmo após a representante, em fase recursal, ter apresentado recurso com planilhas corrigidas e sem alteração no preço global proposto;
Considerando que o contrato já foi assinado pelo valor de R$ 4.931.726,90, ou seja, R$ 557.628,24 superior ao valor da proposta indevidamente desclassificada;
Considerando que não resta possibilidade de correção da situação verificada ou remoção dos seus efeitos, porém remanesce a irregularidade, consistente na desclassificação da proposta da representante por erro em sua planilha orçamentária sem a realização de diligência destinada à correção das falhas identificadas;
Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 46;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, VII, todos do Regimento Interno/TCU, em:
conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante;
adotar a medida elencada no subitem 1.7 deste acórdão;
encaminhar cópia desta deliberação à Comissão Regional de Obras da 2ª Região Militar do Exército Brasileiro e à representante, juntamente com a instrução (peça 46).

1. Processo TC-028.152/2020-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Scopus Construtora & Incorporadora Ltda. (49.723.802/0001-19)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Regional de Obras da 2ª Região Militar
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Paulo Sergio Mendonca Cruz (67.691/OAB-SP) e outros, representando Scopus Construtora & Incorporadora Ltda.; Joao de Freitas Junior (121.572/OAB-SP), representando Emr Construções e Instalações Industriais Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência à Comissão Regional de Obras da 2ª Região Militar do Exército Brasileiro, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes, de que foi identificada falha na Concorrência 1/2020, relacionada à desclassificação da proposta da licitante EMR Construções e Instalações Industriais Ltda. por erro em sua planilha orçamentária, sem a realização de diligência destinada à correção das falhas identificadas, mantido o valor global inicialmente proposto, contrariando o art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993, os itens 8.7 e 10.16.4 do edital da Concorrência 1/2020, o princípis da obtenção da proposta mais vantajosa e a jurisprudência do TCU (Acórdãos 2.239/2018, 898/2019, 2.546/2015, 830/2018, 1.487/2019 e 370/2020, todos do Plenário).

ACÓRDÃO Nº 682/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 75/2018, promovido pelo município de Macapá/AP, com vistas a formar registro de preços para contratação de empresa executora de serviços de processamento de roupas de serviços de saúde sob situações higiênico-sanitárias adequadas;
Considerando que o processo licitatório resultou na adjudicação do objeto à empresa que atualmente executa os serviços, com o valor R$ 3.375.120,00, e que não foi verificado prejuízo ou sobrepreço no processo licitatório;
Considerando que a ata de registro de preços decorrente do certame expirou em fevereiro de 2020, que o contrato dela decorrente foi assinado em 27/3/2019 e que os serviços são imprescindíveis e não devem ser suspensos, sob risco de causar danos aos pacientes que estão internados nas unidades hospitalares do município;
Considerando que, após as diligências e oitivas realizadas pelo Tribunal, identificaram-se impropriedades no procedimento licitatório, relacionadas à ausência de parâmetros objetivos para avaliar a capacidade técnica-operacional dos licitantes, e à falta de justificativa para permitir adesões de outros órgãos não participantes do registro de preços;
Considerando que, em novo edital realizado pela entidade municipal para contratação do mesmo objeto, foi incluída cláusula estabelecendo parâmetros mais adequados de avaliação da capacidade técnica-operacional das licitantes;
Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 56;
Considerando, por fim, que o pedido de ingresso nos autos formulado pelo representante não está acompanhado de razão legítima para intervir nos autos, nem a possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, VII, todos do Regimento Interno/TCU, em:
a) conhecer a representação e considerá-la parcialmente procedente;
b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante;
c) indeferir o pedido de ingresso nos autos formulado pelo representante;
d) adotar as medidas elencadas no subitem 1.6 deste acórdão;
e) encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Macapá e ao representante, acompanhada da instrução (peça 56).

1. Processo TC-030.719/2020-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Município de Macapá - AP
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Augusto Cesar Nogueira de Souza (55713/OAB-DF) e outros, representando Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência à Subsecretaria de Compras e Contratações do Município de Macapá, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, de que a ausência de justificativa para a possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, prevista no edital do Pregão Eletrônico SRP 75/2018, está em desacordo com a jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 757/2015, 2.037/2019, 224/2020, todos do Plenário.

ACÓRDÃO Nº 683/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o interessado se limitou a invocar hipóteses para a admissibilidade do recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-las materialmente;
Considerando que argumentos e teses jurídicas são questões que justificam seu exame em outras espécies recursais;
Considerando que mesmo que sejam aplicados os regimes prescricionais adotados pelo Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário ou pela Lei 9.873/1999, não ocorreu a prescrição do débito e, consequentemente, da multa proporcional no caso em exame;
Considerando que, assim, deve ser rejeitada a arguição de prescrição suscitada pelo interessado, e que, por outra perspectiva, os elementos fáticos para a sua condenação persistem; e
Considerando as proposições, tanto da unidade técnica como do Ministério Público junto ao TCU, que pugnam pelo não conhecimento deste recurso de revisão.
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigo 32, III, e 35 da Lei 8443/1992 c/c os artigos 143, IV, alínea 'b', e 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer deste recurso de revisão, por não atender aos requisitos legais específicos para a sua admissibilidade, dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Ministério do Turismo, e arquivar estes autos, conforme os pareceres constantes dos autos.

1. Processo TC-019.311/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Ildeu Oliveira e Silva (139.811.616-53) e In Market Instituto Mineiro de Marketing Ltda (05.566.407/0001-02)
1.2. Interessado: Ildeu Oliveira e Silva (139.811.616-53)
1.3. Órgão: Ministério do Turismo
1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)
1.8. Representação legal: Mauro Jorge de Paula Bomfim (43.712/OAB-MG)
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 684/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 243, 250, I, 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, em considerar cumpridas as determinações contidas no item 9.4 do Acórdão 4.069/2020-Plenário, encaminhar cópia desta deliberação e da instrução que a suporta ao 54º Batalhão de Infantaria de Selva e adotar a providência a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.066/2021-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Unidade: 54º Batalhão de Infantaria de Selva
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. determinar o apensamento destes autos ao processo TC 033.726/2020-5.

ACÓRDÃO Nº 685/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada por determinação da Decisão 534/2002-TCU-Plenário (peça 2, p. 40-41), prolatada no âmbito do processo TC-008.148/1999-6, no qual foi apurada denúncia de irregularidades praticadas na aplicação de recursos federais transferidos ao Município de Pirapemas/MA por meio de diversos convênios e contratos de repasse.
Considerando que, por meio do Acórdão 1619/2010-TCU-Plenário, as contas de Carmina Carmen Lima Barroso Moura e de outros responsáveis foram julgadas irregulares, com imputação de débito (item 9.3), aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 (item 9.4), e inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança pelo prazo de oito anos (item 9.8);
Considerando que, antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, que ocorreu em 22/7/2014 (peça 240), sobreveio o falecimento de Carmina Carmen Lima Barroso Moura, ocorrido em 12/7/2013 (peça 252);
Considerando o caráter personalíssimo das apenações constantes dos itens 9.4 e 9.8 do Acórdão 1619/2010-TCU-Plenário;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 3º, § 2º, da Resolução/TCU 178/2005, em tornar, de ofício, no que tange à Sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura, insubsistentes as penalidades aplicadas por meio dos itens 9.4 e 9.8 do Acórdão 1619/2010-TCU-Plenário.

1. Processo TC-020.595/2004-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pirapemas - MA
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Melissa Lima Barroso Moura.

ACÓRDÃO Nº 686/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento do subitem 9.3 do Acórdão 2.645/2015-TCU-Plenário, constituído por força do subitem 9.4.2 do mesmo acórdão, proferido no TC 008.290/2015-6 relativo à auditoria realizada pela então Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária, no âmbito do Fiscobras/2015, nas obras da construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) no segmento entre Ilhéus/BA e Caetité/BA (Relatório de Fiscalização 9/2015).
Considerando que o referido item 9.3 do Acórdão 2.645/2015-Plenário assim dispôs:
"9.3. determinar à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de trinta dias, apresente ao Tribunal:
9.3.1. o caminho crítico das obras com base no real cronograma de execução no âmbito dos lotes 1 a 4 da Fiol;
9.3.2. as medidas adotadas com vistas a coibir a fabricação de dormentes de concreto e de brita para lastro, bem como de qualquer outro produto intermediário, de forma antecipada, no âmbito dos lotes 1 a 4 da Fiol, em observância ao disposto no item 9.2.3 do Acórdão 1712/2012 - Plenário;
9.3.3. as medidas adotadas com vistas a evitar que a baixa execução física do lote 1, bem como a inexecução do segmento de 17 km excluído do lote 2, ainda sem contratação, atrasem ainda mais a liberação da ferrovia ao tráfego, uma vez que, enquanto essas obras não estiverem concluídas, os demais trechos permanecerão sem utilidade";

Considerando que, por meio de despacho do relator datado de 25/03/2019, foi determinado à unidade técnica que levantasse informações constantes de outros processos em andamento nesta Corte, relacionadas às determinações retro referidas, como forma de subsidiar a análise do cumprimento das mesmas (peça 11);

Considerando que, dando cumprimento ao despacho do Relator, a unidade técnica procedeu a levantamento das informações constantes dos TC's 015.088/2017-0, 008.290/2015-6 e 039.356/2019-1, as quais foram sumarizadas em sua instrução (§§ 13 a 33);

Considerando que, relativamente à determinação constante do subitem 9.3.1 do referido acórdão, a unidade técnica registra que foram apresentadas as informações requeridas, ainda que de forma extemporânea e merecedora de atualizações, uma vez que abrangido o período até dezembro de 2019 (§§ 36 a 38 da instrução);

Considerando, entretanto, que as questões relacionadas à reavaliação de custo/beneficio das alternativas de viabilidade da conclusão dos trechos da FIOL foram tratadas no TC 015.088/2017-0 (§ 39 e 40 da instrução); e que, após ajustes nas informações e documentos em razão da realização de audiência e de determinações da Corte de Contas, o Edital de Subconcessão da Fiol, lotes 1 a 4, foi publicado no dia 16/12/2020, com expectativa de assinatura do contrato em 23/07/2021 (§§ 41 a 43 da instrução); o que desaconselha se prossiga na análise do referido caminho crítico nestes autos (§ 44 da instrução);

Considerando que, com relação à determinação constante do subitem 9.3.2 do referido acórdão, a Valec, além de justificar a inclusão da fabricação de dormentes nos editais, informou que os dormentes a serem utilizados no lote 1F já se encontram 50% produzidos e os demais deverão ser regularmente produzidos até final da obra, ressalvada a já prevista retenção de pagamentos para ajustes nas medições; que os dormentes a serem utilizados nos lotes 2F, 3F e 4F serão fornecidos e aplicados de acordo com o termo aditivo firmado; e que ajustes na estratégia de produção e aplicação de dormentes, como algumas que oferece, poderão ser analisados em projeto futuros (§§ 45 a 54 da instrução);

Considerando que, em vista dessas informações e de que o Tribunal já reconheceu os esforços da administração da Valec no sentido de dar cumprimento à determinação, associado ao fato de já ter sido lançado o edital de subconcessão dos Lotes 1 a 4, conforme já salientado, a unidade técnica propõe seja considerada cumprida a determinação (§§ 63 a 65 da instrução);

Considerando que, quanto à determinação contida no subitem 9.3.3 do referido acórdão, a Valec informou não vislumbrar qualquer dificuldade de ordem técnica para a conclusão das obras relativas aos quatro lotes e que recursos financeiros em montante adequado seriam alocados para conclusão das obras (§ 66 da instrução);

Considerando que, em relação a isso, a SeinfraPortoFerrovia apontou que a viabilidade técnica e econômico/financeira e a transferência dos referidos lotes à iniciativa privada já foram tratados nos TC's 015.088/2017-0 e 039.356/2019-1, respectivamente, o que desaconselha se prossiga na análise das medidas relacionadas à execução das obras nestes autos (§ 67 da instrução);

Considerando as propostas uniformes da unidade técnica, no sentido de considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.3.2, e não mais aplicáveis as determinações contidas nos subitens 9.3.1 e 9.3.3, todos do referido Acórdão 2.645/2015-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 243 do Regimento Interno, por unanimidade, em:

a) considerar cumprida a determinação constantes do subitem 9.3.2 do Acórdão 2.645/2015-TCU-Plenário;

b) considerar não mais aplicáveis as determinações constantes dos subitens 9.3.1 e 9.3.3 do Acórdão 2.645/2015-TCU-Plenário;

c) dar ciência deste acórdão à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

d) encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, dispensando-se o seu apensamento ao processo originador da deliberação ora monitorada (TC 008.290/2015-6), prescrito no art. 5º, inciso II, da Portaria Portaria-Segecex 27/2009, em face do disposto no item 9.3 do Acórdão 3.062/2020-TCU-Plenário proferido naqueles autos.

1. Processo TC-013.559/2016-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 008.290/2015-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (filial RJ)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
1.6. Representação legal: Silvia Regina Schmitt (38.717/OAB-DF) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (filial RJ).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 687/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de novo monitoramento do Acórdão 3.031/2015-TCU-Plenário, proferido no bojo do TC 024.197/2014-9, o qual tratou de auditoria integrante dos trabalhos de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) a respeito da Governança e Gestão das Aquisições Públicas - Ciclo 2014, realizada com o objetivo de avaliar se as práticas de governança e gestão das aquisições no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) estavam de acordo com a legislação pertinente e aderentes às boas práticas.

Considerando que o primeiro monitoramento resultou na prolação do Acórdão 2.889/2018-Plenário (peça 9), tendo-se fixado novo prazo para cumprimento dos subitens 9.1.1.2 e 9.1.1.3 do acordão original (item 9.1 do Acórdão 2.889/2018-Plenário);

Considerando, posteriormente, a prolação do Acórdão 1.992/2020-Plenário (peça 5), relativo a um segundo ciclo de monitoramento do Acórdão 3.031/2015-Plenário, por meio do qual foi dada ciência ao Inpa de que não houve o cumprimento pleno das determinações constantes dos subitens 9.1.1.2 e 9.1.1.3 do Acórdão 3.031/2015-TCU-Plenário;

Considerando a realização de diligência ao Inpa, pela Selog (peça 12), com vistas a conhecer medidas eventualmente adotadas para dar integral atendimento dos subitens 9.1.1.2 (em relação à exclusão das parcelas referentes ao aviso prévio da planilha de custos e formação de preços do Contrato 16/2013) e 9.1.1.3 (concernente à recuperação dos valores pagos indevidamente em decorrência da não exclusão das parcelas referentes ao aviso prévio, da planilha de custos e formação de preços do Contrato 16/2013) do Acórdão 3.031/2015-TCU-Plenário;

Considerando que restou assente que o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia apurou os valores que deveriam ser recuperados da contratada e procedeu à anulação do valor no crédito que a empresa ainda possuía pendente de quitação (peça 16, p. 112-124), bem como já havia glosado os valores em questão a partir do segundo ano do contrato (peça 63 do TC 024.197/2014-9);

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 18-19,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 15, inciso I, alínea "s", 143, inciso III, 234 e 235, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) considerar atendidas as deliberações constantes dos subitens 9.1.1.2 e 9.1.1.3 do Acórdão 3.031/2015-TCU-Plenário;

b) dar ciência deste Acórdão e da instrução de peça 18 ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa; e

c) determinar o apensamento dos autos ao processo originador (TC 024.197/2014-9), nos termos do art. 36 da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-029.599/2020-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 688/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, incisos I e V, e 243, todos do Regimento Interno, em considerar atendida a determinação constante do item 9.4 do Acórdão 2.355/2020-TCU-Plenário e apensar os autos ao TC 022.392/2014-9, conforme proposto pela Selog (peças 12 e 13).

1. Processo TC-044.980/2020-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal do Pará (UFPA)
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal do Pará (UFPA).

ACÓRDÃO Nº 689/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação à empresa Kamustra Produções Artísticas Ltda. ante o recolhimento integral da multa aplicada por meio do subitem 9.3 do Acórdão 2204/2010-TCU-Plenário, conforme demonstrativo de débito consignado à peça 148, de acordo com os pareceres da Seproc e do MP/TCU emitidos nos autos (peças 150/152).

1. Processo TC-013.211/2005-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsável: Kamustra Produções Artísticas Ltda. (CNPJ 04.857.175/0001-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.6. Representação legal: Bruno de Siqueira Pereira (20601/OAB-DF) e outros, representando Ministério da Cultura (extinta); Raphael Ribeiro Bertoni (259.898/OAB-SP) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT - Superintendência Estadual de Operações Brasília; Leonardo Lopes Soares e outros, representando Mc Cann Erickson Publicidade Limitada.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 690/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação ao Sr. Francisco Humberto de Carvalho Júnior ante o recolhimento integral da multa aplicada por meio do subitem 9.2 do Acórdão 2860/2016-TCU-Plenário, consoante Demonstrativo de Débito (peça 192), de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Seproc e pelo MP/TCU (peças 194/196).

1. Processo TC-046.095/2012-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsável: Francisco Humberto de Carvalho Júnior (CPF 135.713.383-91)
1.2. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Ministério do Turismo; Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.6. Representação legal: Guilherme Lopes Mair e outros, representando Caixa Econômica Federal; Alanna Castelo Branco Alencar (6854/OAB-CE) e outros, representando Geraldo Bandeira Accioly e Francisco Humberto de Carvalho Júnior.

ACÓRDÃO Nº 691/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e no art. 9º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência das seguintes impropriedades e de encaminhar cópia desta deliberação à Fundação Habitacional do Exército, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.396/2011-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)
1.1. Apenso: TC-016.824/2012-1 (Representação).
1.2. Responsáveis: Gilberto Arantes Barbosa, (039.492.491-68), Clovis Jacy Burmann, (042.202.347-72), José Antonio Nogueira Belham, (027.066.877-20), Antonio Cássio Segura, (060.466.238-63), Ricardo Barbalho Lamellas, (050.389.107-00), Jorge Lúcio Andrade de Castro, (300.727.606-30), Jorge Ernesto Pinto Fraxe, (108.617.424-00), Leticio de Campos Dantas Filho, (042.910.777-34), Rubens Silveira Brochado, (055.123.100-97).
1.3. Órgão/Entidade: Fundação Habitacional do Exército - MD/CE.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
1.7. Representação legal: Maria Beatriz Castilho da Silva (12839/OAB-DF) e outros, representando Fundação Habitacional do Exército.
1.8. Ciência:
1.8.1. à Fundação Habitacional do Exército sobre as seguintes impropriedades:
1.8.1.1. ausência de concurso público para contratação de pessoal, em afronta ao art. 20 da Lei 6.855/1980 e ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal;
1.8.1.2. deficiência nos critérios adotados para pagamentos dos empregados da APE/Poupex que prestaram serviços à Fundação Habitacional do Exército;
1.8.1.3. lançamentos contábeis de transações imobiliárias realizadas com o Comando do Exército intempestivos, em desacordo com os arts. 83, 85, 87 e 89 da Lei 4.320/1964;
1.8.1.4. utilização de regulamento de licitações e contratos com dispositivos contrários à Lei 8.666/1993;
1.8.1.5. manter em vigência contratação de empréstimo ilegal junto à APE/Poupex, em inobservância ao 29 da Lei 6.855/1980; e
1.8.1.6. promover empreendimento imobiliário, no setor Noroeste em Brasília/DF, a um grupo específico de militares em condições mais vantajosas do que as praticadas normalmente, violando os princípios da moralidade e da impessoalidade.

ACÓRDÃO Nº 692/2021 - TCU - Plenário

Atuo nos presentes autos com fundamento no art. 27-A da Resolução-TCU 175/2005, tendo em vista haver sido designado, por meio da Portaria-TCU 18-GAPES, de 25/3/2021, substituto do eminente Ministro Vital do Rêgo.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.940/2018-7 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.2. Relator: Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
1.5. Representação legal: Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB/RJ 130.645) e outros.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 693/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, e considerando o cumprimento das determinações constantes dos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, bem como a recomendação contida no subitem 9.2.2.3, e, em implementação, as recomendações constantes dos subitens 9.2.1.1, 9.2.1.2, 9.2.2.1, 9.2.2.2 e 9.2.2.4, todos do Acórdão 1.277/2020 - Plenário, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-022.523/2019-7 (Relatório de Auditoria), sem prejuízo de juntar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e do presente decisum ao TC-034.018/2019-0 (Relatório de Acompanhamento), com vistas à continuidade do acompanhamento de indicadores de desempenho do Sistema Senai, e de encaminhar cópia desta deliberação ao Departamento Nacional e aos Departamentos Regionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-024.781/2020-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.6. Representação legal: Cassio Augusto Muniz Borges - OAB/RJ 91.152 e OAB/DF 20.016-A, Francisco de Paula Filho - OAB/DF 7.530, Leticia de Oliveira Lourenço - OAB/MG 104.144 e Aurélio Rodrigues de Souza Neto - OAB/DF 17926/E.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 694/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação à Sra. Ana Cristina Abdallah, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.496/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: TC-023.184/2018-3 (Monitoramento); TC-011.530/2018-9 (Cobrança Executiva).
1.2. Responsáveis: Ana Cristina Abdallah (310.565.711-87); Marise Fernandes de Araujo (193.513.131-15); Paulo de Siqueira Garcia (335.382.551-72); Renor Juriti Sampaio (094.349.686-15).
1.3. Representante: então Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Goiânia/GO.
1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).
1.8. Representação legal: Andre Quintino Silva Paiva (47.830/OAB-GO) e outros, representando Prefeitura Municipal de Goiânia/GO; Isabela Cristina Alves da Silva e outros, representando Caixa Econômica Federal; Anadir Dias Corrêa Júnior (26.472/OAB-GO), representando Ana Cristina Abdallah; Henrique Gouveia de Melo Goulart (21.512/OAB-GO) e outros, representando Paulo de Siqueira Garcia e Prefeitura Municipal de Goiânia - GO.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão 2.910/2014, proferido pelo Plenário, em Sessão de 29/10/2014, Ata 42/2014.
Data de origem da multa: 29/10/201 Valor original da multa: R$ 8.000,00
Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:
19/03/2018 R$ 275,42
20/04/2018 R$ 275,67
17/05/2018 R$ 276,28
15/06/2018 R$ 277,39
18/07/2018 R$ 280,88
17/08/2018 R$ 281,80
13/09/2018 R$ 281,55
15/10/2018 R$ 282,90
14/11/2018 R$ 284,17
12/12/2018 R$ 284,17
04/01/2019 R$ 283,55
12/02/2019 R$ 284,91
18/03/2019 R$ 286,13
11/04/2019 R$ 288,28
20/05/2019 R$ 289,91
25/07/2019 R$ 290,33
31/07/2019 R$ 290,33
02/08/2019 R$ 290,33
15/08/2019 R$ 292,00
16/09/2019 R$ 294,00
11/10/2019 R$ 294,00
12/11/2019 R$ 295,00
15/01/2020 R$ 291,00
14/02/2020 R$ 291,00
12/03/2020 R$ 295,72
13/04/2020 R$ 297,86
04/05/2020 R$ 299,58
10/06/2020 R$ 301,08
10/07/2020 R$ 302,59
10/08/2020 R$ 304,10
08/09/2020 R$ 295,50
05/10/2020 R$ 296,10
05/11/2020 R$ 296,69
19/11/2020 R$ 903,40

ACÓRDÃO Nº 695/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo administrativo trata de proposta de fiscalização e teria sido autuado, como apartado, a partir do TC 015.973/2017-4;
Considerando que, para tanto, a unidade técnica sugeriu a autuação do processo de acompanhamento sobre o Convênio 777.081/2012, mantendo a chancela de sigilo, como "reservada", sobre as Peças 3 a 9 pelo período de até cinco anos após as respectivas datas de produção;
Considerando, contudo, que o TCU deve manter o suscitado sigilo sobre todo o presente processo;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente proposta de fiscalização, autorizando a realização do solicitado acompanhamento, e, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-031.534/2020-1 (ADMINISTRATIVO)
1.1. Interessada: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).
1.2. Órgão: Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (Secex-Educação).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providências:
1.7.1. autuar o correspondente processo de controle externo e, assim, promover o subsequente acompanhamento sobre o Convênio 777.081/2012 celebrado entre o então Ministério do Esporte e a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos;
1.7.2. manter a chancela de sigilo, como "reservada", sobre todo o presente processo administrativo e, especialmente, sobre as Peças 3 a 9 pelo período de até cinco anos após as respectivas datas de produção, nos termos dos arts. 23, VIII, e 24, § 1°, III, e § 4°, da Lei n.º 12.527, de 2011; e
1.7.3. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 696/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de auditoria realizada sobre as selecionadas 55 contratações públicas federais, durante o período de 1º/7/2019 a 18/3/2020, com o objetivo de, a partir, especificamente, das aquisições baseadas em Unidade de Serviços Técnicos (UST), entre outras denominações similares, avaliar se a subjacente execução contratual asseguraria o emprego dos critérios capazes de efetivamente aferir os pagamentos por resultados a preços razoavelmente condizentes;
Considerando que, no bojo do referido processo, o Acórdão 1.508/2020 foi prolatado pelo Plenário do TCU nos seguintes termos:
"(...) 9.3. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, o Ministério da Saúde adote as providências necessárias para a instauração da tomada de contas especial diante das irregularidades constatadas no Contrato n.º 82/2018 (Processo 25000.154726/2019-19) firmado com a Infortech Informática Eireli - EPP, devendo informar o TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre o efetivo resultado das providências adotadas;"
Considerando que, diante disso, o Ofício 31.982/2020-TCU/Seproc (Peça 241) foi encaminhado à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, tendo a ciência do expediente ocorrido em 30/6/2020 (Peça 245);
Considerando que, em 29/9/2020, como Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira compareceu à Peça 369 (p. 3) e solicitou a prorrogação, por 90 dias contados da ciência da referida solicitação, "(...) para o atendimento integral da demanda em comento, ressaltando, que, tão logo as informações técnicas sejam recebidas nesta CDOC/CGCIN/DIENTEG/MS, serão levadas ao conhecimento desta Corte de Contas";
Considerando que, em 4/11/2020, o Plenário do TCU prolatou o Acórdão 12.943 e, assim, deferiu a solicitação apresentada por Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira, como Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, no sentido de conceder em favor do Ministério da Saúde a prorrogação, por 90 (noventa) dias, do prazo para o atendimento ao Acórdão 1.508/2020-TCU-Plenário em conformidade com a proposta da unidade técnica;
Considerando que a Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde foi notificada sobre o aludido acórdão por intermédio do no Ofício 31.982/2020-TCU/Seproc (Peça 241), tendo a ciência do expediente ocorrido em 30/6/2020 (Peça 244);
Considerando que, em 3/3/2021, a Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde compareceu novamente à Peça 379 por intermédio de Aline Ribeiro, como Coordenadora-Geral de Controle Interno do Ministério da Saúde, e solicitou a prorrogação, por 90 (noventa) dias, do prazo fixado para o cumprimento da determinação prolatada pelo item 9.3 Acórdão 1.508/2020-TCU-Plenário, diante das justificativas apresentadas pelos departamentos competentes (Despacho GAB/SE 0016926571 do Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde e Despacho DLOG 0019325564 do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde), tendo, para tanto, apresentado a seguinte motivação: "(...) Registra-se que no dia 1º de fevereiro de 2021, foi realizada uma reunião entre este DLOG e os auditores do TCU para auxilio no cálculo das Unidades Técnicas de Serviço a serem ressarcidas ao erário. Informa-se que na referida reunião ficou acordado a realização de uma nova reunião com a equipe do Tribunal de Contas da União devido ao caráter técnico do cálculo, entretanto em virtude da ausência de agenda ainda não foi possível a realização da nova reunião. Ressalta-se que devido a pandemia do novo coronavírus, este Departamento está com sobrecarga de serviço, pois é responsável pela aquisição, armazenagem e distribuição dos insumos adquiridos por esta pasta no enfrentamento da pandemia";
Considerando que a Seproc verificou já ter sido concedida a prorrogação de prazo por 90 (noventa) dias por meio do Acórdão 12.943/2020-TCU-Plenário (Peça 380), podendo o TCU promover, então, essa nova prorrogação em caráter improrrogável;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da solicitação apresentada à Peça 379 por Aline Ribeiro, como Coordenadora-Geral de Controle Interno do Ministério da Saúde, e, assim, autorizar, excepcionalmente e em caráter improrrogável, a prorrogação, por 90 (noventa) dias, do prazo em prol do Ministério da Saúde para o efetivo atendimento às determinações proferidas pelo Acórdão 1.508/2020-TCU-Plenário, devendo o novo prazo ser contado da notificação do presente Acórdão, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo indicada:

1. Processo TC-022.253/2019-0 (AUDITORIA)
1.1. Apenso: TC-022.600/2020-5 (Solicitação)
1.2. Instituições: Agência Nacional de Aviação Civil, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Agência Nacional do Cinema, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Escola Nacional de Administração Pública, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundo de Imprensa Nacional, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Furnas Centrais Elétricas S. A., Instituto Brasileiro de Museus, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Cidadania, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Ministério da Defesa, Ministério da Economia; Ministério da Educação, Ministério da Infraestrutura, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e então Ministério do Turismo e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).
1.6. Representação legal:
1.6.1. Mayrluce Alves de Sousa (OAB/DF 61.298), entre outros, representando a MBA - Tecnologia Ltda.;
1.6.2. Luiz Antônio Ferreira Bezerril Beltrão (OAB/DF 19.773), entre outros, representando a MBA - Tecnologia Ltda. e a Central IT Tecnologia da Informação Ltda.
1.7. Providência: enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Ministério da Saúde, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do prazo fixado.

ACÓRDÃO Nº 697/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de representação autuada por força do item 1.7.3 do Acórdão 2.689/2014-TCU-Plenário (Relação nº 34/2014) para a apuração dos indícios de sobrepreço, além de outras irregularidades, nas obras de construção do Estaleiro e Base Naval (EBN) da Marinha junto ao Município de Itaguaí - RJ;

Considerando que, por intermédio do Acórdão 2.689/2014-Plenário (Peça 207), no bojo do TC 027.943/2010-0, diante da necessária obtenção de elementos adicionais sobre as obras de construção do Estaleiro e da Base Naval (EBN) da Marinha no Município de Itaguaí - RJ, visando ao saneamento do processo, o TCU determinou a constituição de processo apartado, nos termos do art. 43 da Resolução TCU nº 259, de 2014, para analisar as respostas à prévia oitiva da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear - Cogesn e da Construtora Norberto Odebrecht S.A. - CNO ;

Considerando que, diante disso, o Ofício 16.296/2020-TCU/Seproc (Peça 438) foi encaminhado à Cogesn, tendo a ciência do expediente ocorrido em 29/4/2020 (Peça 441);

Considerando que, em 6/11/2020, o Exmo. Sr. Contra-Almirante Alexandrino Machado Neto, como Diretor de Controle Interno da Marinha, compareceu à Peça 445 para solicitar a prorrogação, por 120 (cento e vinte) dias, do prazo inicialmente estipulado para o atendimento às determinações prolatadas pelo Acórdão 2.689/2014-TCU-Plenário, tendo, em sintonia com o presidente da tomada de contas especial na Cogesn (Capitão de Mar e Guerra Claudio de Carvalho), assinalado que essa medida permitiria o encaminhamento da tomada de contas especial ao TCU já com as novas diligências promovidas no processo administrativo e a análise jurídica prévia da Consultoria Jurídica Adjunta junto ao Comando da Marinha, além da decisão final no processo, ao passo que o referido prazo contemplaria, também, o tempo de tramitação nas instâncias administrativas necessárias;

Considerando que, em 7/12/2020, foi proferido o despacho à Peça 449 e ali deferida a solicitação apresentada pelo Exmo. Sr. Contra-Almirante Alexandrino Machado Neto, como Diretor de Controle Interno da Marinha, para conceder em favor da Cogesn a prorrogação, por 120 (cento e vinte) dias, do prazo para o atendimento ao Acórdão 2.689/2014-TCU-Plenário, em conformidade com a proposta da unidade técnica;

Considerando que o Controle Interno da Marinha foi notificado sobre o aludido despacho por intermédio do envio de cópia criptografada pelo Serviço de Gestão de Processos do TCU (Peça 452) em 9/12/2020;

Considerando que, em 24/3/2021, o Exmo. Sr. Contra-Almirante Alexandrino Machado Neto, como Diretor de Controle Interno da Marinha, compareceu novamente à Peça 458, solicitando a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo fixado para o cumprimento da determinação prolatada pelo item 1.7.3 do Acórdão 2.689/2014-TCU-Plenário, sob a justificativa de que a manutenção da tomada de contas especial ou a eventual perda do seu objeto dependeria do desfecho no Processo Administrativo NUP 62164001765/2014-55 e, para dar robustez à análise dos fatos novos suscitados pela Construtora Norberto Odebrecht, teria sido necessária a promoção de novas diligências junto à Prefeitura Municipal de Itaguaí em prol do levantamento de informações tributárias tendentes a demandar o acréscimo de tempo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da solicitação apresentada à Peça 458 pelo Exmo. Sr. Contra-Almirante Alexandrino Machado Neto, como Diretor de Controle Interno da Marinha, e, assim, deferir o presente pedido de prorrogação do prazo, por 60 (sessenta dias), em prol do Comando da Marinha para o efetivo atendimento à determinação proferida pelo item 1.7.3 do Acórdão 2.689/2014-TCU-Plenário, devendo o novo prazo ser contado a partir da notificação do presente Acórdão, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo indicada:

1. Processo TC-030.171/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: TC-025.312/2015-4 (Solicitação).
1.2. Responsável: não identificado.
1.3. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha.
1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Serviço de Gestão de Processos (Seproc).
1.7. Representação legal:
1.7.1 Bruno Rodrigues Viveiros, entre outros, representando o Comando da Marinha;
1.7.2. Carolina Ferreira Caetano da Silva Lemos (OAB/BA 16.768), entre outros, representando a Construtora Norberto Odebrecht S A.
1.8. Providência: enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Comando da Marinha, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do prazo fixado.

ACÓRDÃO Nº 698/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.495/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Navele Empreendimentos e Serviços Ltda (29.762.861/0001-99).
3.2. Representante: Vivacom Comércio e Serviços Ltda. (10.996.691/0001-89).
4. Órgão/Entidade: Hospital Federal Ipanema.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Michel Smarrito Gomes (115.757/OAB-RJ), representando Navele Empreendimentos e Serviços Ltda.
8.2. José Guilherme Berman Corrêa Pinto (119454/OAB-RJ) e outros, representando Vivacom Comercio e Serviços Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com requerimento de adoção de medida cautelar, formulada por Vivacom Comércio e Serviços Ltda. (10.996.691/0001-89), em face de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 11/2020 realizado pelo Hospital Federal de Ipanema - HFI, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva de suas instalações, englobando o fornecimento de mão-de-obra, peças e materiais.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;
9.2. no mérito, considerar a representação parcialmente procedente;
9.3. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, por ausentes os requisitos para sua adoção;
9.4. não conhecer do agravos interpostos por Vivacom Comércio e Serviços Ltda e Navele Empreendimentos e Serviços Ltda., por ausentes os pressupostos do art. 289 do Regimento Interno do TCU;
9.5. determinar ao Hospital Federal de Ipanema, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que o Contrato 42/2020, celebrado em 30/12/2020 com a empresa Navele Empreendimentos e Serviços Ltda. (CNPJ 29.762.861/0001-99) seja executado pelo período inicialmente firmado, com excepcional prorrogação até que o HFI promova, ao longo desse período, novo certame, de modo a eliminar a falha constatada, qual seja a utilização, como critério de seleção do fornecedor no Pregão Eletrônico 11/2020, de parâmetro incompatível com a metodologia de remuneração da contratada, o que impossibilita garantir que tenha sido selecionada a proposta mais vantajosa para Administração, tampouco permite estabelecer conexão necessária e suficiente entre os critérios de seleção do fornecedor e os critérios de medição e pagamento do contrato, infringindo o art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993;
9.6. dar ciência ao Hospital Federal de Ipanema, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, de que a fixação de quantitativo de postos de trabalho alocados na contratação de serviços de manutenção predial afronta o disposto no item 2.1 do Anexo VII-B e no art. 63 da IN Seges/MP 5/2017;
9.7. dar ciência deste Acórdão ao Hospital Federal de Ipanema, a fim de subsidiar o atendimento à proposta de determinação acima formulada, à representante, à interessada, bem como ao Juízo da 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro, onde tramita a ação 5084372-21.2020.4.02.5101/RJ, versando sobre matéria correlata, a título de subsídio, informando que o inteiro teor pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e
9.8. determinar à Selog que monitore a determinação contida no item 9.4;
9.9. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0698-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 699/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.513/2004-5.
1.1. Apenso: 026.731/2006-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Prestação de Contas)
3. Recorrente: Paulo Jorge Sarkis (007.412.480-34).
4. Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal:
8.1. Giovani Bortolini (58747/OAB-RS) e outros, representando Paulo Jorge Sarkis.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Paulo Jorge Sarkis contra o Acórdão 1.814/2020-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas do recorrente referentes à gestão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no exercício de 2003,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.814/2020-TCU-Plenário;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0699-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 700/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.463/2016-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Cláudia Regina Silva Macêdo (599.078.601-82); Pedro Victor Silva Macêdo (037.576.271-05); Flávio Vinicius Macêdo (400.766.441-20); Arte Em Marketing - Projetos e Eventos Ltda. - Me (02.437.404/0001-72).
4. Unidade Jurisdicionada: Arte Em Marketing - Projetos e Eventos Ltda. - Me.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
8. Representação legal:
8.1. Israel Marcos de Sousa Santana (46.411/OAB-DF) e outros, representando Arte em Marketing - Projetos e Eventos Ltda. - Me, Cláudia Regina Silva Macêdo, Flávio Vinicius Macêdo e Pedro Victor Silva Macêdo.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Arte em Marketing - Projetos e Eventos Ltda. - Me, Cláudia Regina Silva Macêdo, Flávio Vinicius Macêdo e Pedro Victor Silva Macêdo contra o Acórdão 1.377/2019-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, imputou-lhes débito e aplicou-lhes multa em razão da impugnação total das despesas do Projeto "Sociedade Masculina 2011", firmado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac 10-11729),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e dar provimento parcial ao presente recurso de reconsideração para:
9.1.1. julgar irregulares as contas de Cláudia Regina Silva Macêdo, com base no art. 16, III, "b", da Lei 8.443/1992;
9.1.2. tornar sem efeito o débito imputado e a multa aplicada, respectivamente, pelos itens 9.2. e 9.3. do Acórdão 1.377/2019-TCU-Plenário;
9.1.3. aplicar à Cláudia Regina Silva Macêdo, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, II, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data do acórdão recorrido até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.1.4. tornar sem efeito a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função comissionada na Administração Pública imposta a Flávio Vinicius Macêdo pelo item 9.7. do Acórdão 1.377/2019-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à Secretaria Especial da Cultura.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0700-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 701/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.348/2018-2.
1.1. Apensos: 015.870/2020-0; 015.867/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Relatório de Auditoria).
3. Recorrente: Banco do Brasil S.A. (00.000.000/0001-91).
4. Unidade Jurisdicionada: Casa Civil da Presidência da República.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).
8. Representação legal:
8.1. Claudio Bispo de Oliveira (16109-B/OAB-PB) e outros, representando Banco do Brasil S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto pelo Banco do Brasil S.A. contra o contra o Acórdão 2.604/2018 - TCU - Plenário, por meio do qual o Tribunal, no item 9.4, determinou a adoção de medidas relacionadas à divulgação da agenda de compromissos públicos da alta Administração do Banco do Brasil S.A.;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48, caput e parágrafo único da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente pedido de reexame, mantendo-se inalterado o Acórdão 2.604/2018 - TCU - Plenário;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0701-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 702/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.117/2014-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.2. Responsáveis: Cláudia Gomes de Melo (478.061.091-53); Cleone Luiz Gomes (387.346.131-53); Instituto Caminho das Artes - ICA (03.572.065/0001-08); Isaias Alves Alexandre (795.260.201-20); LBS Transportes e Eventos Ltda. ME (09.431.348/0001-08); Premium Avança Brasil (07.435.422/0001-39)
3.3. Recorrentes: Cláudia Gomes de Melo (478.061.091-53); Premium Avança Brasil (07.435.422/0001-39); Cleone Luiz Gomes (387.346.131-53); Instituto Caminho das Artes - ICA (03.572.065/0001-08); Isaias Alves Alexandre (795.260.201-20).
4. Entidade: Premium Avança Brasil (07.435.422/0001-39).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Fábio Santos Martins (21.828/OAB-GO) e outros, representando Cleone Luiz Gomes e LBS Transportes e Eventos Ltda. ME;
8.2. Valdemar Cunha Silva e outros, representando Instituto Caminho das Artes - ICA.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recursos de reconsideração interpostos pela Premium Avança Brasil e Cláudia Gomes de Melo, presidente dessa entidade; por Cleone Luiz Gomes, responsável legal da empresa LBS Transportes e Eventos Ltda. - ME; e pelo Instituto Caminho das Artes (ICA) e Isaias Alves Alexandre, na condição de dirigente, contra o Acórdão 2682/2018-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os em débito e aplicou-lhes multa, dentre outras medidas,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 2682/2018-TCU-Plenário;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0702-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 703/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.752/2019-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Antônio Luiz Coelho dos Santos Neto (849.259.576-00); Joao Jorge Vieira Sampaio (275.681.307-97); Jorge Luiz Zelada (447.164.787-34); Marcelo da Silva Mendonça (006.179.367-14); Mendes Junior Trading e Engenharia S A (19.394.808/0001-29); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Welington Luiz Petris (024.543.147-03).
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetroleo).
8. Representação legal:
8.1. Carlos Roberto de Siqueira Castro (20015/OAB-DF) e outros, representando Antônio Luiz Coelho dos Santos Neto;
8.2. Antonio Carneiro Maia Neto (138.278/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.;
8.3. Mariana Macedo Pessanha Fernandes (158.482/OAB-RJ) e outros, representando Antônio Luiz Coelho dos Santos Neto, Joao Jorge Vieira Sampaio e Welington Luiz Petris;
8.4. Giuseppe Giamundo Neto (234412/OAB-SP) e outros, representando Mendes Junior Trading e Engenharia S A.;
8.5. Felipe Henrique Braz Guilherme (69.406/OAB-PR) e outros, representando Jorge Luiz Zelada.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao Acórdão 1.633/2018-Plenário, para apurar prejuízos causados na execução das obras de construção do novo Terminal Aquaviário de Barra do Riacho - TABR, objeto do Contrato 0802.0045377.08.2, firmado entre a Petrobras e a empresa Mendes Junior Trade e Engenharia S.A.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e §§2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II e 58 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210, 214, inciso III, alínea "a", 215 a 217 do Regimento Interno, em:
9.1. declarar revéis Renato de Souza Duque, Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho;
9.2. acolher as razões de justificativa de Marcelo da Silva Mendonça, João Jorge Vieira Sampaio e Wellington Luiz Petris;
9.3. rejeitar as alegações de defesa de Jorge Luiz Zelada e da empresa Mendes Junior Trade e Engenharia S.A;
9.4. julgar irregulares as contas de Renato de Souza Duque, Paulo Roberto Costa, Pedro José Barusco Filho, Jorge Luiz Zelada e da empresa Mendes Junior Trade e Engenharia S.A., condenando-os, solidariamente, ao recolhimento aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A. da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir da data discriminada até o pagamento:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
R$ 35.934.150,93	2/12/2010

9.5. rejeitar as razões de justificativa de Antônio Luiz Coelho dos Santos Neto e aplicar-lhe multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.8. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.10. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.11. dar ciência deste acórdão ao Ministério Público Federal, à Advocacia-Geral da União, à Petróleo Brasileiro S.A e aos demais interessados, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentaram podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0703-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 704/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.953/2018-7.
1.1. Apenso: 009.832/2010-6
2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Almir Guilherme Barbassa (012.113.586-15); Antônio Luiz Coelho dos Santos Neto (849.259.576-00); Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A (40.450.769/0001-26); Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A (40.450.769/0048-90); Carlos Eduardo Sardenberg Bellot (490.791.077-00); Dennis Arguelles Botinelly (861.211.387-34); Joao Jorge Vieira Sampaio (275.681.307-97); Jorge Luiz Zelada (447.164.787-34); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Luiz Cláudio de Amorim Gonçalves (847.139.687-49); Marco Aurélio da Rosa Ramos (352.544.320-04); Maria das Graças Silva Foster (694.772.727-87); Michel Martignago Mondardo (983.373.439-15); Márcio de Almeida Ferreira (236.504.788-20); Paulo Mauricio Cavalcanti Gonçalves (332.551.307-78); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04).
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé e Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetroleo).
8. Representação legal:
8.1. Raissa Roese da Rosa (52568/OAB-DF) e outros, representando Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A.
8.2. Daniele de Oliveira Nunes (165.787/OAB-RJ) e outros, representando Renato de Souza Duque.
8.3. Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto (16.950/OAB-PR) e outros, representando Pedro José Barusco Filho.

8.4. Patricia Franco Bonfadini Mendes (152.991/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A..

8.5. Ellen Medas da Rocha (202.447/OAB-RJ), representando Paulo Roberto Costa.

8.6. Felipe Henrique Braz Guilherme (69.406/OAB-PR) e outros, representando Jorge Luiz Zelada.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao Acórdão 1.633/2018-Plenário, para apurar prejuízos causados na execução das obras de construção do píer do novo Terminal Aquaviário de Barra do Riacho - TABR, objeto do Contrato 0802.0045378.08.2, firmado entre a Petrobras e a empresa Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e §§2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210, 214, inciso III, alínea "a", 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa de Renato de Souza Duque, Paulo Roberto Costa, Pedro José Barusco Filho, Jorge Luiz Zelada e da empresa Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A., julgar irregulares suas contas e condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A. da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir da data discriminada até o pagamento:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
R$ 71.156.416,27	29/01/2010

9.2. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.5. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.6. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério Público Federal, à Advocacia-Geral da União, à Petróleo Brasileiro S.A e aos demais interessados, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentaram podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0704-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 705/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.170/2020-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto VII: Solicitação

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC)

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação expedida pelo Gabinete do Exmo. Sr. Deputado Federal Felipe Rigoni, de ordem dos Exmos. Srs. Aliel Machado, Eduardo Bismarck, Felipe Rigoni, Prof. Israel Batista, João H. Campos, Luísa Canziani, Tabata Amaral e Tiago Mitraud;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. não conhecer da presente solicitação, nos termos do art. 232, § 2º, do Regimento Interno;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0705-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 706/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.987/2001-1.

1.1. Apensos: 004.950/2003-4; 010.375/2000-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Prestação de Contas)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A. (23.274.194/0001-19); Maria Aparecida de Faria Santos (083.256.198-30); Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (26.989.715/0024-07)

3.2. Responsáveis: Alexandre Husni (076.064.278-87); Analia Francisca Ferreira (188.920.276-20); Anderson de Sá Almeida (516.684.241-34); Aécio Ferreira da Cunha (000.261.231-34); Benedito Aparecido Carraro (047.339.329-87); Carlos Alberto de Carvalho Afonso (220.254.487-91); Carlos Wagner Pacheco (098.607.706-20); Celso Ferreira (011.553.507-15); Dimas Fabiano Toledo (100.434.467-87); Firmino Ferreira Sampaio Neto (037.101.225-20); Heitor Herberto Sales (164.111.377-49); Jorge Khalil Miski (584.541.527-68); Jorge Trinkenreich (296.064.037-34); José Carlos Muniz de Brito Filho (261.295.907-68); José Guilherme Almeida dos Reis (535.893.947-49); Luciano Nobre Varella (023.643.447-00); Luiz Carlos dos Santos (043.738.808-59); Márcio Augusto Vasconcelos Nunes (316.283.207-10); Paulo Roberto Ribeiro Pinto (126.023.707-97); Pedro Grossi Júnior (032.834.457-53); Xisto Vieira Filho (023.447.347-91)

3.3. Recorrente: Maria Aparecida de Faria Santos (083.256.198-30).

4. Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

8. Representação legal:

8.1. Fabio de Souza Ramacciotti (108415/OAB-SP) e outros, representando Alexandre Husni e Alexandre Husni;

8.2. Paloma Mirtes Costa Castro Laranjeira Malheiros (OAB/RJ 163.667) e outros, representando Furnas Centrais Elétricas S.A.

8.3. Elísio De Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros, representando a Sra. Maria Aparecida de Faria Santos, na qualidade de sucessora do Sr. Luiz Carlos dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Sra. Maria Aparecida de Faria Santos, na qualidade de sucessora do Sr. Luiz Carlos dos Santos, ao Acórdão 430/2020-Plenário, o qual conheceu e rejeitou embargos opostos pela mesma interessada e por Furnas Centrais Elétricas S.A. ao Acórdão 1.888/2019-Plenário, por meio do qual foram julgados recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 31/2008-Plenário, que foi proferido quando do julgamento da prestação de contas de Furnas Centrais Elétricas S.A., relativa ao exercício de 2000,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. receber os embargos de declaração como mera petição, sem efeito suspensivo, nos termos do artigo 287, § 6º, do Regimento Interno;

9.2. aplicar à Sra. Maria Aparecida de Faria Santos a multa prevista no artigo 58 da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 298 do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão de oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do artigo 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente;

9.3. esclarecer à embargante que, nos termos do art. 1.026, § 3º, do CPC c/c o artigo 298 do RI/TCU, a oposição de novos embargos de declaração com cunho protelatório ensejará o aumento da gradação da pena, bem como que a interposição de qualquer outro recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa;

9.4. ordenar à unidade técnica de origem que se abstenha de autuar como recurso expedientes apresentados pela Sra. Maria Aparecida de Faria Santos em desacordo com este acórdão;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.6. após cientificar a embargante desta decisão, encaminhar os autos à Serur para exame de admissibilidade do expediente à peça 97.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0706-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 707/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.383/2020-4.

1.1. Apenso: 024.904/2020-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Antônio Henrique de Carvalho Ellery (029.248.541-72); Atahualpa José Lobato Fernandez Neto (121.351.002-34); Darcy da Silva Câmara (011.432.046-20); João Pedro Ferraz dos Passos (263.046.357-53); Samira Prates de Macedo (184.960.671-49)

3.2. Recorrentes: Antonio Henrique de Carvalho Ellery (029.248.541-72); João Pedro Ferraz dos Passos (263.046.357-53); Atahualpa Jose Lobato Fernandez Neto (121.351.002-34); Darcy da Silva Camara (011.432.046-20); Samira Prates de Macedo (184.960.671-49).

4. Órgão: Ministério Público do Trabalho.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22.256/OAB-DF), representando Antonio Henrique de Carvalho Ellery, Darcy da Silva Camara, João Pedro Ferraz dos Passos, Samira Prates de Macedo e Atahualpa José Lobato Fernandez Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 228/2021-Plenário, alusivo a alterações de aposentadoria concedidas pelo Ministério Público do Trabalho,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração apresentados pelos srs. Antonio Henrique de Carvalho Ellery, Darcy da Silva Camara, João Pedro Ferraz dos Passos, Samira Prates de Macedo e Atahualpa José Lobato Fernandez Neto para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados e ao Ministério Público do Trabalho.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0707-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 708/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.832/2020-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Pensão Civil)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Milton Candido de Oliveira (148.132.388-15).

3.2. Recorrente: Milton Candido de Oliveira (148.132.388-15).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Vinicius Fidelis de Oliveira (OAB/DF 20.081) e outro, representando Milton Candido de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 175/2021-Plenário, alusivo a alteração de pensão civil concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração apresentados pelo sr. Milton Candido de Oliveira para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao INSS.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0708-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 709/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.223/2017-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Lince Construtora e Incorporadora Ltda. (07.343.442/0001-80).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, em desfavor da empresa Lince Construtora e Incorporadora Ltda., em razão de superfaturamento detectado no custo conjugado de insumos betuminosos e seu transporte, decorrente da considerac–aÞo de distância de transporte superior aì efetivamente realizada ou a possiìvel de ser realizada e mais econõmica no Contrato 238/2009.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 considerar revel a empresa Lince Construtora e Incorporadora Ltda, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2 julgar, com fundamento no art. 71, inciso II, da CF/1988; arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992; e arts. 209, § 6º, inciso II, 210 e 214, inciso III do RI/TCU, irregulares as contas da empresa Lince Construtora e Incorporadora Ltda., responsável pelo Contrato 238/2009, e condená-la ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Dnit, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA DO PAGAMENTO
4.163,08	28/9/2009
5.087,36	28/9/2009
12.267,18	30/10/2009
22.170,23	11/11/2009
58.745,92	11/12/2009
55.153,76	29/12/2009
25.136,15	1/3/2010
4.239,12	12/4/2010
3.533,88	29/4/2010
15.117,04	26/5/2010
38.209,57	29/6/2010
19.817,24	30/7/2010
52.355,15	09/9/2010
35.378,95	28/9/2010
22.050,94	03/1/2011
35.137,04	03/1/2011
(8.324,40)	28/2/2011
1.275,75	08/4/2011
(359,91)	28/4/2011
(384,62)	27/6/2011
(2.541,77)	09/6/2011
(3.832,63)	27/7/2011
409,34	13/7/2011
474,51	16/9/2011
92,77	28/12/2011

9.3 aplicar à empresa Lince Construtora e Incorporadora Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e
9.5 autorizar, caso solicitado, o pagamento da dívida em trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor.
9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, e ao Departamento de Infraestrutura de Transportes, para ciência, e informar-lhes que a deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;
9.7. informar à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução-TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0709-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 710/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.765/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Solicitação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Milton Ribeiro, Ministro de Estado da Educação.
4. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Solicitação formulada pelo Ministro de Estado da Educação, Sr. Milton Ribeiro, por intermédio do Ofício nº 360/2021/Astec/GM/GM-MEC, de 29/1/2021 (peça 4),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão Ordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da solicitação, com fundamento no art. 8º, §8º, II, da IN-TCU 84/2020;
9.2. indeferir o pedido geral de postergação de prazo para a publicação do Relatório de Gestão das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
9.3. indeferir o pedido específico de prorrogação de prazo para a publicação do Relatório de Gestão do exercício de 2020 das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
9.4. deferir, em caráter extraordinário, a dispensa de inclusão dos indicadores de desempenho previstos no Acórdão 2.267/2005-TCU-Plenário no Relatório de Gestão do exercício de 2020 das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
9.5. juntar cópia do Ofício nº 360/2021/Astec/GM/GM-MEC, de 29/1/2021 (peça 4), assim como do acórdão resultante da presente solicitação, aos autos do TC 046.918/2020-5; e
9.6. encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0710-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 711/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.538/2005-3.
1.1. Apenso: 010.194/2004-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Recurso de Reconsideração de Prestação de Contas).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Serviço Social do Comércio - Administração Nacional (33.469.164/0001-11).
3.2. Responsáveis: Abram Abe Szajman (001.214.108-97); Antônio José Domingues de Oliveira Santos (014.706.557-72); Cogefe Engenharia Comércio e Empreendimentos Ltda. (17.455.288/0001-91); Infracon Construtora e Incorporadora Eireli (02.329.639/0001-40); João Carlos Gomes Roldão (261.617.707-25); Luis Fernando de Mello Costa (180.811.187-72); Maron Emile Abi-abib (030.228.541-53); Renato Rossi (001.285.626-68).
3.3. Recorrentes: Antônio José Domingues de Oliveira Santos (014.706.557-72); Infracon Construtora e Incorporadora Eireli (02.329.639/0001-40).
4. Órgão/Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Nacional.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Não atuou.
8. Representação legal:
8.1. Marcello Terto e Silva (21.959/OAB-GO) e outros, representando Infracon Construtora e Incorporadora Eireli.
8.2. Alain Alpin Mac Gregor (101.780/OAB-RJ) e outros, representando Antônio José Domingues de Oliveira Santos.
8.3. Antônio Perilo Teixeira Netto (21359/OAB-DF) e outros, representando Antônio José Domingues de Oliveira Santos e Serviço Social do Comércio - Administração Nacional.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Antônio José Domingues de Oliveira Santos e pela empresa Infracon - Construtora e Incorporadora Eireli em face do Acórdão 2.690/2020-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal conheceu e negou provimento aos recursos de reconsideração interpostos pelos embargantes contra o Acórdão 686/2019-TCU-Plenário, de natureza condenatória;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento nas razões expostas pelo relator e nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los, ante a ausência de omissão e contradição no acórdão embargado;
9.2. dar ciência deste acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0711-10/21-P.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 712/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.281/2019-0.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
3.2. Responsável: Fernando Francener Alflen (751.610.952-53).
4. Órgãos/Entidades: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correio.
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão do dano ocasionado ao erário decorrente da ausência de valores (numerário, produtos e etiquetas) no cofre da Agência dos Correios de Alto Alegre dos Parecis/RO, no valor total de R$ 117.757,80, conforme apurado no Processo Administrativo NUP 53126.000481/2013-26,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:
9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, para todos os efeitos, o Sr. Fernando Francener Alflen, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e nos arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso I, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as presentes contas e condenar em débito o Sr. Fernando Francener Alflen, pelos valores originais abaixo discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora a partir das datas indicadas, nos termos da legislação vigente, até a efetiva quitação do débito, abatendo-se na oportunidade as quantias eventualmente ressarcidas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional:

Débito/Crédito	Data	Valor (R$)
D	25/6/2013	117.757,80
C	31/8/2016	111,26
C	30/9/2016	395,87
C	31/10/2016	410,10
C	30/11/2016	410,10
C	31/12/2016	416,57
C	31/1/2017	417,43
C	28/2/2017	563,11
C	31/3/2017	538,95
C	30/4/2017	562,64
C	31/5/2017	561,44
C	30/6/2017	563,11
C	31/8/2017	563,11
C	30/9/2017	578,50
C	31/10/2017	578,50
C	30/11/2017	578,50
C	31/12/2017	578,50
C	28/2/2018	526,89

9.3. aplicar ao Sr. Fernando Francener Alflen a multa referida no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo pagamento;
9.4. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar, desde já, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;
9.6. dar ciência desta decisão ao responsável, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios e à Procuradoria da República no estado de Rondônia, para adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0712-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 713/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 036.863/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).
3.2. Responsável: Sergio Luiz Soares de Souza Costa (CPF 971.454.834-91).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria realizada no âmbito do Fiscobras 2021, no Ministério do Desenvolvimento Regional, referente ao período compreendido entre 19/10/2020 e 3/3/2021, com objetivo de fiscalizar o Edital do RDC Eletrônico 3/2020 - SNSH (Peça 42), que trata da contratação para a execução das obras complementares e recuperação das obras civis, instalações e equipamentos elétricos e mecânicos do Trecho V - do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - Pisf;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. informar ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) sobre o presente Acórdão, destacando que o Relatório e o Voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico <www.tcu.gov.br/acordaos>.
9.2. com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, o arquivamento dos presentes autos.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0713-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 714/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.477/2021-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante/Interessados:
3.1. Representante: Quagliato Nogueira Terceirização de Serviços Ltda. (01.033.347/0001-01)
3.2. Interessado: Orbenk Administração e Serviços Ltda. (79.283.065/0001-41).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Jose Miguel Pundeck e outros, representando Orbenk Administração e Serviços Ltda..
8.2. David Antonio Augusto Nogueira (17003/OAB-CE), representando Quagliato Nogueira Terceirização de Serviços Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Quagliato e Nogueira Terceirização de Serviços Ltda. em face de indícios de irregularidades supostamente ocorridos no Pregão Eletrônico 25/2020, conduzido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de movimentação de bens na Coordenadoria de Material e Patrimônio e na Seção de Microinformática;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;
9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar;
9.3. no mérito, considerar a Representação improcedente, com fulcro no art. 276, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.4. informar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP e ao representante deste Acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.5. arquivar os presentes autos, nos termos dos arts. 250, I, e 169, II, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0714-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 715/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.954/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (CNPJ 05.340.639/0001-30)
4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Renato Lopes (406.595-B/OAB-SP) e outros, representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, oferecida por Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 4/2021, a cargo da Justiça Federal de 1º Grau da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (JF/RS), que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de abastecimento de combustíveis e outros serviços, a fim de atender às necessidades da JF/RS;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;
9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;
9.3. no mérito, considerar a Representação parcialmente procedente;
9.4. dar ciência à Justiça Federal de Primeiro Grau/Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 4/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
9.4.1. a ausência da exigência da comprovação da qualificação técnica e econômico-financeira das licitantes infringe o previsto no art. 27, c/c os arts. 30, 31 e 32 da Lei 8.666/1993 e está em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal, conforme Acórdão 891/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator José Múcio Monteiro;
9.5. informar à Justiça Federal de Primeiro Grau/Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (JF/RS) e ao representante deste Acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.6. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0715-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 716/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.602/2017-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinanças).
8. Representação legal:
8.1. Andre Yokomizo Aceiro (175337/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.
8.2. Henrique Bastos Rocha (95.577/OAB-RJ) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia representação formulada pelo Procurador do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU), Marinus Eduardo De Vries Marsico, a respeito de indícios de irregularidades em operações financeiras realizadas entre a Caixa Econômica Federal e grupos privados controladores da empresa operadora de telefonia Oi S/A. (Antiga Telemar Norte Leste S/A.), especialmente a partir de 2008, ano da aquisição da companhia Brasil Telecom S/A. (peça 2);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 c/c o art. 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c com o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, nos termos do art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU;
9.2 determinar à Caixa Econômica Federal, com fulcro no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe a este Tribunal informações atualizadas a respeito da situação de seus créditos junto às empresas do Grupo Oi, que se encontra em recuperação judicial desde 20/6/2016 até a presente data, bem como informar trimestralmente, a partir da notificação deste acórdão, a evolução da situação;
9.3 alertar à Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinanças) para que, com fulcro no art. 241, I, do Regimento Interno do TCU, atue processo de acompanhamento a fim de verificar a situação dos créditos da Caixa Econômica Federal junto às empresas do Grupo Oi, assim como as providências tomadas para reavê-los, por meio da análise da documentação a ser encaminhada pela entidade em cumprimento à determinação do item anterior;
9.4 encaminhar o presente acórdão ao Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU), ao Presidente da Caixa Econômica Federal, à Diretoria da Caixa Econômica Federal, ao Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, ao Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal e à Diretoria Executiva de Riscos da Caixa Econômica Federal, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço www.tcu.gov.br/acordaos, e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos;
9.5 arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0716-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 717/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.934/2015-0.
1.1. Apensos: 021.026/2017-3; 021.027/2017-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Anderson Jose de Sousa (161.737.082-72).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva - AM.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Alessandra Rodrigues Bernardes Oshiro (16069/OAB-DF) e outros, representando Anderson Jose de Sousa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Cesar Augusto Goncalves contra o Acórdão 1.269/2020 - TCU - Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou recurso de revisão interposto contra o Acórdão 2.709/2017 - TCU - 2ª Câmara (Relator Ministro Marcos Bemquerer Costa).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 34, § 2º, da Lei 8.443/1992 e 287, § 3º, do RI/TCU, em:
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. dar ciência ao embargante e demais interessados a respeito do inteiro teor deste acórdão, informando que esta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0717-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 718/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-034.400/2013-3.
1.1. Apensos: TC-008.477/2008-0 e TC-007.077/2016-5
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Ecoplan Engenharia Ltda. (92.930.643/0001-52), Luiz Fernando de Pádua Fonseca (586.131.*-**) e Planave S A Estudos e Projetos de Engenharia (33.953.340/0001-96)
3.2. Recorrente: Ecoplan Engenharia Ltda. (92.930.643/0001-52)
4. Unidade: Secretaria de Portos (extinta)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Serur e SeinfraPortoFerrovias
8. Representação legal:
8.1. Augusto Rolim da Silva Neto (16.854/OAB-DF) e outros, representando Ecoplan Engenharia Ltda.
8.2. Fernando Luiz Carvalho Dantas (22588/OAB-DF) e outros, representando Luiz Fernando de Pádua Fonseca e Luiz Fernando de Pádua Fonseca;
8.3. Eduardo Han (11714/OAB-DF) e outros, representando Planave S A Estudos e Projetos de Engenharia e Ecoplan Engenharia Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em fase de apreciação de Recurso de Revisão, interposto por Ecoplan Engenharia Ltda. contra o Acórdão 1.298/2017-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, que julgou suas contas irregulares, condenando-a ao ressarcimento de débito, solidariamente com os demais responsáveis, e aplicando-lhe a multa prevista no art. 57 de Lei 8.443/1992,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, III, da Lei 8.443/1992, do Recurso de Revisão interposto por Ecoplan Engenharia Ltda. para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2 dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0718-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 719/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.476/2017-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinanças).
8. Representação legal: Lucineia Possar (40297/OAB-DF) e outros, representando Banco do Brasil S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia representação formulada pelo Procurador do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU), Marinus Eduardo De Vries Marsico, a respeito de indícios de irregularidades em operações financeiras realizadas entre o Banco do Brasil e grupos privados controladores da empresa operadora de telefonia Oi S/A. (Antiga Telemar Norte Leste S/A.), especialmente a partir de 2008, ano da aquisição da companhia Brasil Telecom S/A. (peça 2);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 c/c o art. 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c com o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, nos termos do art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU;
9.2 determinar ao Banco do Brasil S.A., com fulcro no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe a este Tribunal informações atualizadas a respeito da situação de seus créditos junto às empresas do Grupo Oi, que se encontra em recuperação judicial desde 20/6/2016 até a presente data, bem como informar trimestralmente, a partir da notificação deste acórdão, a evolução da situação;
9.3 alertar à Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinanças) para que, com fulcro no art. 241, I, do Regimento Interno do TCU, atue processo de acompanhamento a fim de verificar a evolução da situação dos créditos do Banco do Brasil junto às empresas do Grupo Oi, assim como as providências tomadas para reavê-los, por meio da análise da documentação a ser encaminhada pela entidade em cumprimento à determinação do item anterior;
9.4 encaminhar o presente acórdão ao Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU), ao Presidente do Banco do Brasil S.A., à Diretoria do Banco do Brasil, ao Conselho de Administração do Banco do Brasil, ao Conselho Fiscal do Banco do Brasil e à Diretoria de Gestão de Riscos do Banco do Brasil, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço www.tcu.gov.br/acordaos, e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos;
9.5 arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0719-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 720/2021 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 005.202/2015-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Francisco Edson Barbosa (054.334.024-44).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Caiçara do Rio do Vento - RN.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto por Francisco Edson Barbosa contra o Acórdão 7.757/2015 - TCU - 2ª Câmara, retificado por inexatidão material pelo Acórdão 9.265/2015 - TCU - 2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, imputou-lhe débito e aplicou-lhe multa em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados no âmbito do Convênio 700.810/2010;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos art. 32, inciso III, e 35, III, da Lei 8.443/1992, conhecer e dar provimento parcial ao presente recurso de reconsideração para:
9.1.1. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Edson Barbosa, com base no art. 16, III, "a", da Lei 8.442/93;
9.1.2. tornar sem efeito o débito imputado e a multa aplicada, respectivamente, pelos itens 9.1. e 9.2. do Acórdão 7.757/2015 - TCU - 2ª Câmara;
9.1.3. aplicar a Francisco Edson Barbosa a multa prevista no art. 58, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, I, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.
10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0720-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 721/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.646/2015-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: André Luiz de Oliveira (114.568.411-49); Galvão Engenharia S.A. (01.340.937/0001-79); Ulisses Assad (008.266.408-00).
4. Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
8. Representação legal:
8.1. José Anchieta da Silva (23.405/OAB-MG) e outros, representando SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda;
8.2. Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF) e outros, representando Galvão Engenharia S.A.;
8.3. Tarley Max da Silva (19.960/OAB-DF) e outros, representando André Luiz de Oliveira; e
8.4. Silvia Regina Schmitt (58.372/OAB-RS) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento aos itens 9.1 e 9.1.2 do Acórdão 2.497/2014-TCU-Plenário, em razão do indício de superfaturamento identificado no Contrato CT 39/2007, cujo objeto foi a construção do Lote 16 da Ferrovia Norte-Sul (FNS), no trecho compreendido entre o rio Canabrava (km 1.095,71) e a rodovia GO-244 (km 1.147,21),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir da relação processual André Luiz de Oliveira;
9.2. considerar revel Ulisses Assad, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Ulisses Assad e da Galvão Engenharia S.A., condenando-os ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
94.669,67	24/12/08
300.766,16	04/02/09
47.968,78	10/03/09
757,85	18/05/09
35.952,64	18/05/09
278.048,64	09/06/09
560.840,69	08/07/09
784.652,34	14/08/09
891.282,06	03/09/09
914.046,07	14/10/09
827.188,02	11/12/09
727.743,18	11/12/09
262.129,47	30/12/09
283.668,70	19/02/10
246.606,16	15/03/10
673.068,71	29/04/10
607.953,48	06/05/10
530.431,81	10/06/10
1.308.643,94	30/06/10
371.367,59	31/08/10
457.290,01	06/09/10
99.383,55	10/11/10
1.050.117,63	31/12/10
57.274,53	30/12/10
12.983,48	30/12/10
78.079,30	09/03/11
1.025,34	31/03/11
8.874,93	30/05/11

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Ulisses Assad e à Galvão Engenharia S.A. multa, individual, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.5. considerar graves as infrações cometidas por Ulisses Assad;
9.6. nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, inabilitar Ulisses Assad para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública por um período de 8 (oito) anos;
9.7. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.8. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.9. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em Goiás, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.10. dar ciência deste acórdão à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e aos responsáveis.
10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0721-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 722/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.040/2016-9.
1.1. Apenso: 041.251/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados: Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (30.521.090/0001-27); SBM Offshore do Brasil Ltda. (10.409.062/0001-05).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
8. Representação legal:
8.1. Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF 20.327) e outros, representando Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A.;
8.2. Fernanda Maria Garcia Leite da Cruz (OAB/RJ 140.611) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.;
8.3. Rafael Ferreira Larcher (OAB/DF 33.994) e outros, representando SBM Offshore do Brasil Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) com objetivo de fiscalizar os procedimentos administrativos e os instrumentos contratuais dos quais resultaram os contratos de afretamento e de operação do navio-plataforma Cidade de Saquarema,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. dar ciência desta deliberação à Petróleo Brasileiro S.A., à Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A., à SBM Offshore do Brasil Ltda. e à Single Buoy Moorings Inc. (08.677.103/0001-00); e
9.2. arquivar estes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do RITCU.
10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0722-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 723/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.437/2017-4.
1.1. Apenso: 034.706/2017-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: Não há.
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério da Infraestrutura.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
8. Representação legal:
8.1. Wagner Alessander Ferreira e outros, representando Ministério da Infraestrutura.
8.2. Paulo Sergio Bezerra dos Santos e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, encaminhada pelo Presidente do Senado Federal, por meio do Ofício 367 (SF), de 10/5/2017, por intermédio da qual requer a realização de auditoria nos contratos de concessões ferroviárias, nos termos do Requerimento 624/2016, formulado pelo Senador Álvaro Dias, aprovado pelo Plenário do Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. retirar o sobrestamento destes autos, em razão do julgamento do processo TC 009.032/2016-9;

9.2. encaminhar ao Presidente do Senado Federal cópia integral do processo TC 009.032/2016-9, conforme estabelecido no subitem 9.2 do Acórdão 2.669/2017-TCU-Plenário;

9.3. considerar integralmente atendida esta solicitação de fiscalização, nos termos do art. 14, inciso IV, da Resolução-TCU 215/2008;

9.4. juntar cópia desta deliberação ao processo TC 009.032/2016-9, nos termos do art. 14, inciso V, da Resolução-TCU 215/2008;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério da Infraestrutura e à Agência Nacional de Transportes Terrestres; e

9.6. arquivar estes autos, com fundamento no art. 14, inciso IV, da Resolução-TCU 215/2008 c/c art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0723-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 724/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.397/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsáveis: Tatiana Fátima Sturmer da Rosa (931.836.230-72); Gilberto Dias Custódio (504.362.791-34); Jéssica Michelle de Lima Gallio (015.228.751-58); Nicolas Nascimento (015.759.431-90); Célio Fernandes Lopes (953.406.291-04), Conceição de Maria Cardoso Costa (392.603.805-53), Francisco José Dantas (152.872.381-34), Izabel Cristina de Oliveira Campos (342.351.406-04), Kattiucy Sousa Costa Trajano (008.178.161-00); Luis Roberto Costa (066.233.988-64).

4. Unidade Jurisdicionada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

8. Representação legal:

8.1. Daniel Gustavo Santos Roque e outros, representando Conceição de Maria Cardoso Costa, Francisco José Dantas, Gilberto Dias Custodio, Izabel Cristina de Oliveira Campos, Kattiucy Sousa Costa Trajano, Luis Roberto Costa e Tatiana Fátima Sturmer da Rosa.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta denúncia acerca de possíveis irregularidades cometidas por Nicolas Nascimento, ex-servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, na condição de membro da Comissão Especial de Licitação e fiscal substituto da execução do contrato de construção do campus de Taguatinga Norte/DF (Contrato 24/2012),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Jéssica Michelle de Lima Gallio e Nicolas Nascimento revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art.12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Tatiana Fátima Sturmer da Rosa e Gilberto Dias Custódio e excluí-los da relação processual;

9.3. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas por Célio Fernandes Lopes, Conceição de Maria Cardoso Costa, Francisco José Dantas, Izabel Cristina de Oliveira Campos, Kattiucy Sousa Costa Trajano e Luis Roberto Costa, as quais também se aproveitam em favor de Jéssica Michelle de Lima Gallio e Nicolas Nascimento, para afastar parcialmente as irregularidades a eles imputadas, detectadas nos editais das Concorrências do IFB 7/2009, 3/2011, 4/2012 e 2/2012;

9.4. aplicar a Francisco José Dantas e Izabel Cristina de Oliveira Campos, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, multas individuais no valor de R$ 3.400,00, fixando prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU) , o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.5. aplicar a Nicolas Nascimento, com fundamento no art. 58, incisos II e III, da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 33.400,00, fixando prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU) , o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, e do art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida;

9.8. dar ciência desta deliberação ao denunciante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília;

9.9. levantar a chancela de sigilo que recai sobre estes autos, com fundamento no art. 55 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0724-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 725/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.732/2018-4.

1.1. Apenso: 027.963/2018-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Ministério da Infraestrutura.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, encaminhada pelo então Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal (CTFC), ex-Senador Ataídes Oliveira, por meio do Of. 42/2018/CTFC, de 10/10/2018, por intermédio da qual requer a realização de auditoria sobre a renovação antecipada dos contratos de concessão de ferrovias originalmente pactuados com a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale S.A.), nos termos do Requerimento-CTFC 29/2018, de autoria do ex-Senador Ricardo Ferraço,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. encaminhar à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal (CTFC) cópia integral dos processos TC 018.841/2019-8 e TC 018.842/2019-4, conforme determinado no subitem 9.5 do Acórdão 297/2020-TCU-Plenário;

9.2. considerar integralmente atendida esta solicitação de fiscalização, nos termos do art. 14, inciso IV, da Resolução-TCU 215/2008;

9.3. juntar cópia desta deliberação aos processos TC 018.841/2019-8 e TC 018.842/2019-4, nos termos do art. 14, inciso V, da Resolução-TCU 215/2008; e

9.4. arquivar estes autos, com fundamento no art. 14, inciso IV, da Resolução-TCU 215/2008 c/c art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0725-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 726/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 800.022/1998-0.

1.1. Apensos: 002.069/1998-9; 013.869/2008-0; 013.861/2008-2; 030.519/2008-6; 000.423/2008-2; 006.092/1999-3; 800.104/1997-8; 013.876/2008-5; 926.107/1998-4; 005.716/2007-9; 926.111/1998-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Clóvis Corrêa de Queiroz (245.567.777-04); Francisco Hélio Maia (001.562.052-20); Jefferson Marinho (196.139.112-00); Jose Thomaz de Mello Neto (557.692.688-91); José Rafael da Silva (110.107.894-49); João Tota Soares de Figueiredo (007.915.802-10); Juan Carlos Uyeno Barroso (230.817.759-49); Maurício Hasenclever Borges (006.996.756-34); Raymundo Tarcísio Delgado (018.630.026-34); Regina Norma de Araújo Rosas (030.551.162-91); Wilpido Hilário de Souza Júnior (369.031.161-68).

4. Entidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (extinto).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia Relatório de Auditoria realizada no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Acre (DER/AC), para avaliação das obras executadas nas rodovias BR-364/AC e BR-317/AC, objeto dos convênios PG-019/94, PG-102/94 e PG-043/95, celebrados inicialmente entre o extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e o Ministério do Exército, mas transferidos ao DER/AC em 27/7/1995,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 e considerando a Sentença 337/2010, proferida pela Justiça Federal, 3ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, no Processo 2007.38.01.006372-0, a qual transitou em julgado, reduzir de R$ 10.000 para R$ 5.000,00 o valor da multa aplicada a Raymundo Tarcísio Delgado (018.630.026-34) em face da irregularidade consignada no item 9.7.3 do Acórdão 1.000/2005-TCU-Plénário;

9.2. dar ciência deste acórdão a Raymundo Tarcísio Delgado, à Consultoria Jurídica do TCU (Conjur) e à Procuradoria-Regional da União da 1ª Região.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0726-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 727/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.971/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Responsáveis/Recorrente:

3.1. Responsáveis: José Alves da Silva (059.308.981-20); Xoxoteando Produções Artísticas Ltda.-ME (07.408.508/0001-72).

3.2. Recorrente: José Alves da Silva (059.308.981-20).

4. Entidade: Município de Congo/PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Joanilson Guedes Barbosa (13.295/OAB-PB), representando Xoxoteando Produções Artísticas Ltda.-ME;

8.2. Jéssica de Oliveira Amaral (48.386/OAB-DF) e outros, representando José Alves da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por José Alves da Silva, ex-Prefeito Municipal de Congo/PB, contra o Acórdão 1.927/2019-TCU-Plenário, por meio do qual este Tribunal julgou suas contas irregulares, condenou-lhe ao pagamento do débito apurado nos autos e aplicou-lhe multa em razão de irregularidades na execução do Convênio 673/2008, celebrado entre o Ministério do Turismo e o Município de Congo/PB, tendo como objeto o apoio financeiro para a realização de festa junina local,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração;

9.2. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, ao Ministério do Turismo e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0727-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 728/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.198/2019-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição (129.546.244-34); José Antônio de Figueiredo (507.172.357-34); Mendes Junior Trading e Engenharia S/A (19.394.808/0020-91)

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S/A

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo)

8. Representação legal:

8.1. Thays Chrystina Munhoz de Freitas (251.382/OAB-SP) e outros, representando Mendes Junior Trading e Engenharia S/A

8.2. Carlos Roberto de Siqueira Castro (20.015/OAB-DF) e outros, representando José Antônio de Figueiredo e Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição

8.3. Rafael Zimmermann Santana (154.238/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S/A

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao Acórdão 1.633/2018-Plenário, para apurar prejuízos ocorridos no âmbito do contrato 160.2.073.03-3, celebrado entre a Petróleo Brasileiro S/A e a empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A, o qual teve por objeto a prestação de serviços de construção e montagem industrial em plataformas do Ativo Norte da Unidade de Exploração e Produção da Bacia de Campos (UNBC).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e §§2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210, 214, inciso III, alínea "a", 215 a 217 e 267 do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa de Carlos Eugênio Melro Silva da Resurreição, Gerente-Geral da UNBC - Petrobras, de José Antonio de Figueiredo, Gerente Executivo da Petrobras, e da empresa Mendes Junior Trading e Engenharia S/A;

9.2. julgar irregulares as contas de Carlos Eugênio Melro Silva da Resurreição, de José Antonio de Figueiredo e da empresa Mendes Junior Trading e Engenharia S/A, condenando-os, solidariamente, ao recolhimento aos cofres da Petróleo Brasileiro S/A da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir da data discriminada até o pagamento:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
1º/9/2009	1.211.449,56

9.3. aplicar à empresa Mendes Junior Trading e Engenharia S/A a multa individual no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. enviar cópia desta deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0728-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 729/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.120/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessado: Distrimed Comércio e Representações Ltda. (08.516.958/0001-41).

4. Unidade: Município de Teresina - PI.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI 5456), representando Distrimed Comércio e Representações Ltda.; e Raimundo Eugênio Barbosa dos Santos Rocha (OAB/PI 1.510), representando o Município de Teresina/PI.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) sobre indícios de superfaturamento em pagamentos efetuados pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) de Teresina/PI decorrentes da contratação de testes rápidos para detecção de anticorpos afetos ao novo coronavírus SARS-Cov-2.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante os motivos expostos pelo Relator e com fundamento nos artigos 10, § 1º, 12, inciso II, e 47 da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 198, parágrafo único, 237, inciso VI, 250, inciso II, e 252 do Regimento Interno do TCU,

9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. converter o presente processo em tomada de contas especial, autorizando, desde logo, as citações indicadas no relatório e no voto condutores desta deliberação;

9.3. determinar que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) acompanhe o andamento das ações empreendidas pela Controladoria-Geral da União, pelo Departamento da Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal relacionadas ao objeto desta representação no que tange a eventual fraude no procedimento de contratação para que, se for o caso, adote medidas para responsabilização dos responsáveis por este Tribunal;

9.4. dar ciência deste acórdão ao interessado e ao Município de Teresina/PI, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentaram podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0729-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 730/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 017.469/2016-3.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

8. Representações legais:

8.1. Lucas Rocha Silva e outros, representando João Carlos Ferraz, Luciano Galvão Coutinho e Maurício Borges Lemos;

8.2. Grazielle Fernandes Pettene e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

8.3. Maria Beatriz Mendes Gomes (230.266/OAB-RJ) e outros, representando Elvio Lima Gaspar;

8.4. Carina Gallardo Rey (132.226/OAB-RJ), representando Roberto Zurli Machado, BNDES Participações S.A., Agência Especial de Financiamento Industrial e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

8.5. Breno Melaragno Costa (91.220/OAB-RJ) e outros, representando Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva;

8.6. Ana Carolina Alhadas Valadares e outros, representando Eduardo Rath Fingerl;

8.7. Anna Beatriz Coelho da Cunha e outros, representando Luciene Ferreira Monteiro Machado;

8.8. Luiz Antônio de Sampaio Campos (74.714/OAB-RJ) e outros, representando Julio Cesar Maciel Ramundo;

8.9. Ana Luiza Nascimento de Souza Polak (342.501/OAB-SP) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A.;

8.10. Marta de Castro Meireles (130.114/OAB-RJ), representando Marcela Puppin Carvalho, Daniel da Silva Grimaldi, Vivian Regina Costa Winkel, Vânia Conze Cezimbra, Thaís de Azevedo Gama Pinto, Roger Louis Fernand Egea, Sergio Foldes Guimaraes, Raquel Batissaco Duarte, Priscilla Assis Pinto da Matta, Patrícia Mirela Ramon de Arruda, Luiz Filipe de Castro Neves, Luiz Antônio Araújo Dantas, Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos, Juliana Ferreira Ribeiro Pessoa, Elydia Mariana da Silva Hirata, Bruno Castelo Branco, Bruno Hilano Regueira, André Taveira Cruz, Carlos Frederico Braz de Souza, Vladimir Matheus Ribeiro de Souza, Márcia Cristina da Silva Dias, Luciene Ferreira Monteiro Machado e Gil Bernardo Borges Leal;

8.11. Bruna Wills (46082/OAB-DF) e outros, representando Marcelo Oliveira Santos, Roberta Lavalle da Silva Faria, Marcos Alberto Pereira Motta, Marcelo Orlando Mesquita da Silva, Denilson Queiroz Gomes Ferreira, Joao Barbosa de Oliveira, Alessandra Marques da Silva Martins, Marcus Sergio Martins Aguiar, Daniel do Espirito Santo Cardoso Seiceira e Thiago Leone Mitidieri;

8.12. André Uryn (110.580/OAB-RJ) e outros, representando Demian Fiocca, Fernando Marques dos Santos, Armando Mariante Carvalho Junior, Eduardo Rath Fingerl, Jorge Kalache Filho, Luiz Fernando Linck Dorneles e Wagner Bittencourt de Oliveira;

8.13. Celso Cordeiro de Almeida e Silva (161995/OAB-SP) e outros, representando Guilherme Narciso de Lacerda; e

8.14. Pedro José de Almeida Ribeiro (163187/OAB-RJ), representando Alexandre Kussunoki Lautenschlager, Fabrício Bianchi Catermol Cunha, Luiz Eduardo Miranda Cruz e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos por Marcelo Oliveira Santos, Marcelo Orlando Mesquita da Silva, Marcos Alberto Pereira Motta, Roberta Lavalle da Silva Faria, Thiago Leone Mitidieri e Denilson Queiroz Gomes Ferreira, em face do Acórdão 2.006/2019-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 não conhecer dos presentes embargos, por não preencherem os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU;

9.2 indeferir o pedido de ingresso nos autos como parte interessada da CNO S.A.;

9.3 indeferir o pedido de ingresso nos autos como parte interessada e amicus curiae da Associação dos Funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - AFBNDES; e

9.4 dar ciência deste acórdão aos embargantes, à CNO S.A. e à Associação dos Funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - AFBNDES.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0730-10/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 731/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 021.271/2020-8.
2. Grupo: I - Classe: III - Assunto: Consulta.
3. Interessado: Marcelo Augusto Xavier da Silva - Presidente da Funai.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio (Funai).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
8. Representante legal: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Consulta formulada pelo Sr. Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), acerca da possibilidade de pagamento de diárias a colaboradores eventuais vinculados à Administração Pública em apoio à Funai,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer da presente consulta, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno do TCU, porquanto formulada por autoridade não legitimada a apresentar consulta perante este Tribunal;

9.2. dar conhecimento ao interessado acerca dos Acórdãos 159/2015, 2306/2012, 258/2014 e 1566/2020, todos do Plenário, por tratarem de matérias relacionadas ao objeto da presente consulta, conforme detalhado na proposta de deliberação que fundamenta este Acórdão; e

9.3. dar ciência desta deliberação à Fundação Nacional do Índio.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0731-10/21-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 732/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.067/2010-3.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas (exercício de 2009).
3. Responsáveis: Ezequiel Sousa do Nascimento (CPF: 339.653.821-87); Fátima Rosa Naves (CPF: 355.517.711-72); Anete Alves Fernandes Fidelis (CPF: 146.269.501-91); Carlo Roberto Simi (CPF 330.130.557-15); José Geraldo Machado JR (CPF: 736.227.887-04); Rodolfo Peres Torelly (CPF: 152.584671-04); Geraldo Riesenbeck (CPF: 235.072.680-00); Leonardo Manoel da Silva (CPF: 316.819.801-34); Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira (CPF: 334.477.481-68); Sebastião da Costa Pereira (CPF: 247.861.601-72); Áurea Inácio Ribeiro (CPF: 185.082.271-91); Valéria Christina Macedo Daruich (296.042.731-91); Luciana Tannus da Silva (CPF: 254.035.085-20 - Falecida), Augusto Lopes de Almeida Ribeiro (CPF: 010.427.017-92); Maria Suely Felippe Barrozo Lopes (CPF: 656.853.937-68); Ronaldo Donizete Pereira (CPF: 119.061.111-20); Danilo Rocha Limoeiro (CPF: 959.376.761-49); Adriana Phillips Ligiero (CPF: 807.683.341-87); Márcio Alves Borges (CPF: 399.724.451-00); Tatiana da Costa Ferreira (CPF: 658.436.061-04; Marcelo Alvares de Sousa (CPF: 606.637.231-91); Maria Emília Piccinini Veras (CPF: 022.079.311-53); e Maria das Graças Parente Pinto (CPF: 115.946.831-15).
4. Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE/MTE).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrabalho).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) relativa ao exercício de 2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos Srs. Leonardo Manoel da Silva (CPF: 316.819.801-34), Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira (CPF: 334.477.481-68), Sebastião da Costa Pereira (CPF: 247.861.601-72), Aurea Inácio Ribeiro (CPF: 185.082.271-91), Valéria Christina Macedo Daruich (296.042.731-91), Luciana Tannus Da Silva (CPF: 254.035.085-20), Augusto Lopes de Almeida Ribeiro (CPF: 010.427.017-92), Maria Suely Felippe Barrozo Lopes (CPF: 656.853.937-68), Ronaldo Donizete Pereira (CPF: 119.061.111-20), Danilo Rocha Limoeiro (CPF: 959.376.761-49), Adriana Phillips Ligiero (CPF: 807.683.341-87), Marcio Alves Borges (CPF: 399.724.451-00), Tatiana da Costa Ferreira (CPF: 658.436.061-04), Marcelo Alvares de Sousa (CPF: 606.637.231-91), Maria Emília Piccinini Veras (CPF: 022.079.311-53) e Maria das Graças Parente Pinto (CPF: 115.946.831-15), dando-lhes quitação plena;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento julgar regulares com ressalva as contas de Rodolfo Peres Torelly (CPF: 152.584671-04) e Geraldo Riesenbeck (CPF: 235.072.680-00), dando-lhes quitação;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos Srs. Ezequiel Sousa do Nascimento (CPF: 339.653.821-87), ex-Secretário de Políticas Públicas e Emprego; Fátima Rosa Naves (CPF: 355.517.711-72), ex-Coordenadora-Geral de Qualificação; Anete Alves Fernandes Fidelis (CPF: 146.269.501-91), ex-Coordenadora-Geral de Qualificação Substituta; Carlo Roberto Simi (CPF 330.130.557-15), ex-Diretor do DEQ; e José Geraldo Machado Júnior (CPF: 736.227.887-04), ex-Diretor do Departamento de Qualificação Substituto;

9.4. determinar à SPPE, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que, no prazo de 90 dias, adote as providências necessárias para obtenção de ressarcimento dos recursos glosados do Convênio 021/2007 (Siafi 594404), celebrado com a Prefeitura de Niterói/RJ, e, no caso de insucesso das medidas administrativas, instaure tomada de contas especial, informando ao TCU, no mesmo prazo, o resultado conclusivo das providências;

9.5. dar ciência deste Acórdão à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0732-10/21-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 733/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.201/2017-3.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Denúncia.
3. Responsável: Guilherme Ary Plonski, ex-Conselheiro do Conselho Deliberativo do Sebrae Nacional (CPF 576.650.608-20).

3.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional (Sebrae Nacional).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
8. Representações legais: Maria Lúcia da Silva (52808/OAB-DF), Larissa Moreira Costa (16745/OAB-DF) e outros, representando Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional; Sávio de Faria Caram Zuquim (9.191/OAB-DF) e outros, representando Guilherme Ary Plonski, Instituto Christiano Becker de Estudos Sobre Desenvolvimento, Empreendedorismo e Inovação (ICB) e Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à execução do Projeto Habitats de Inovação, fruto de parceria entre o Sebrae-Unidade Nacional e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), que objetivou o desenvolvimento, a implantação e o credenciamento de uma plataforma de desenvolvimento e aperfeiçoamento das incubadoras de empresas no Brasil, por meio do desenvolvimento de atividades previstas no Edital Sebrae/Anprotec 01/2011, cujo objeto foi a Aplicação do Modelo de Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (CERNE), no valor de R$ 28.200.000,00, e no Edital Sebrae/Anprotec 01/2015, que objetivou a Implantação e a Certificação do CERNE, no valor R$ 28.800.000,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, com fundamento nos arts. 1º, inciso XXIV, 234 e 235, do RI/TCU, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. dar ciência ao Sebrae Nacional sobre as seguintes impropriedades, nos termos do art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020:

9.2.1. a suspensão do monitoramento dos objetivos, indicadores e metas qualitativas no acompanhamento dos projetos contemplados com recursos dos Editais Sebrae/Anprotec 01/2011 e 01/2015 contraria o art. 11, § 1º, da Lei 8.029/1990 e ao princípio da eficiência, art. 37, caput, da Constituição Federal;

9.2.2. a ausência de publicação de informações consolidadas sobre a execução financeira dos projetos objeto dos Editais 01/2011 e 01/2015 e sobre a situação das respectivas prestações de contas configura afronta ao princípio da eficiência, art. 37, caput, da Constituição Federal;

9.3. arquivar o processo; e

9.4. dar ciência deste Acórdão aos interessados.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0733-10/21-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 734/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 036.992/2019-4.
2. Grupo: II - Classe: IV - Assunto: Prestação de Contas, Exercício 2018.
3. Responsáveis: Álvaro Pereira da Silva (321.789.647-53); Álvaro Roberto Cruz Ferreira Lima (769.492.067-04); Américo Paysan Valdetaro Filho (498.978.707-25); Anatólio dos Santos Junior (898.202.827-72); Antônio Eleazar de Moraes (016.769.748-06); Carlos Ernesto Miranda Aversa (730.470.317-20); Celso José Tiago (394.313.397-49); Clévis Pedro Cruz Melo (228.035.561-20); Délcio Monteiro Sapper (769.491.337-15); George da Silva Divério (734.108.967-91); José Galaor Ribeiro Junior (734.147.517-04); Marcus Vinícius dos Santos Fernandes (711.225.247-49); Mauro Santos Vilela (413.169.246-53); Newton Raulino de Souza Filho (703.319.607-53); Nilton Gonçalves Rezende (703.319.797-72); Ricardo Guilherme Ribeiro de Almeida (475.027.976-53); Ronaldo César Brasil de Souza (230.433.183-15); Thiago Felipe Castilho Rocha (326.048.728-03).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Indústria de Material Bélico - Imbel.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública -SecexDefesa.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas Ordinária da Indústria de Material Bélico - Imbel, referente ao exercício 2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar regulares as contas dos Srs. Álvaro Pereira da Silva (321.789.647-53); Álvaro Roberto Cruz Ferreira Lima (769.492.067-04); Américo Paysan Valdetaro Filho (498.978.707-25); Anatólio dos Santos Junior (898.202.827-72); Antônio Eleazar de Moraes (016.769.748-06); Carlos Ernesto Miranda Aversa (730.470.317-20); Celso José Tiago (394.313.397-49); Clévis Pedro Cruz Melo (228.035.561-20); Délcio Monteiro Sapper (769.491.337-15); George da Silva Divério (734.108.967-91); José Galaor Ribeiro Junior (734.147.517-04); Marcus Vinicius dos Santos Fernandes (711.225.247-49); Mauro Santos Vilela (413.169.246-53); Newton Raulino de Souza Filho (703.319.607-53); Nilton Gonçalves Rezende (703.319.797-72); Ricardo Guilherme Ribeiro de Almeida (475.027.976-53); Ronaldo César Brasil de Souza (230.433.183-15); Thiago Felipe Castilho Rocha (326.048.728-03), dando-lhes quitação plena; e

9.2. dar ciência deste Acórdão à Indústria de Material Bélico do Brasil.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0734-10/21-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 735/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.395/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrentes: Jair Bolzani (003.098.851-91).
4. Órgão: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: André Fonseca Roller (OAB/DF 20.742) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Jair Bolzani em face do Acórdão 870/2020-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0735-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 736/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC-010.925/2015-5.
2. Grupo II; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrentes: Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (10.841.500/0001-00); Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva (864.226.004-10) - sócio administrador; Marta Feitosa Lima Rodrigues (232.407.093-68) - ex-Coordenadora-Geral de Análise de Projetos do Ministério do Turismo (MTur); e Tânia Maria da Silva Penha (253.628.101-97) - técnica do MTur.
4. Entidade: Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania - IMDC (21.145.289/0001-07).
5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Serur.
8. Advogado constituído nos autos: Napoleão Manoel Filho (OAB/PE 20.238), representando a Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva.

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, agora em fase de recursos de reconsideração contra o Acórdão 1897/2019-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com base nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 278, § 2º, e 281 do Regimento Interno, em:
9.1. não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva;
9.2. conhecer do recurso de reconsideração apresentado pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.3. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Marta Feitosa Lima Rodrigues e por Tânia Maria da Silva Penha para, no mérito, dar-lhes provimento, a fim de excluir os seus nomes e, por extensão, também o de Talita Costa Pires do subitem 9.3 do Acórdão 1897/2019-Plenário, bem como tornar insubsistente o subitem 9.7 da mesma deliberação;
9.4. dar ciência do presente acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0736-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 737/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.962/2012-0.
1.1. Apenso: 014.035/2010-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Adriana Coutinho Grego Pontes (024.747.144-56); Adriano de Melo Ferreira (022.585.464-35); Alexandro Candeia Soares - EPP (05.483.048/0001-11); Antônio Alves Simões Filho (631.599.964-68); Benjamin Gomes Maranhão Neto (805.175.874-91); Boutique das Carnes Ltda. (09.151.328/0001-83); Cirufarma Comercial Ltda. (40.787.152/0001-09); Comercial Campinense de Cerais Ltda (10.408.838/0001-72); Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda. (67.729.178/0002-20); Drogafonte Ltda. (08.778.201/0001-26); Drogaria Drogavista Ltda. (00.958.548/0001-49); Hilton Farias Targino (953.577.424-72); José Roberto Fernandes da Silva (034.444.054-05); José Sávio de Lima (040.930.878-14); Marcelo de Moraes Cordeiro (355.301.384-20); Marysávio da Silva Lima (052.695.024-29); Maues Lobato Comercio e Representacoes Ltda. (09.007.162/0001-26); Miguel Barros Lima (10.623.891/0001-96); Niedja de Fátima de Azevedo Costa (04.650.744/0001-02); Prontomédica - Produtos Hospitalares Ltda. (40.811.440/0001-43); Ubiratan Batista da Silva (952.257.654-91); Wilma Targino Maranhão (236.690.474-68).
3.2. Recorrentes: Antônio Alves Simões Filho (631.599.964-68); José Sávio de Lima (040.930.878-14); Ubiratan Batista da Silva (952.257.654-91); Hilton Farias Targino (953.577.424-72); Adriano de Melo Ferreira (022.585.464-35); Marcelo de Moraes Cordeiro (355.301.384-20); Benjamin Gomes Maranhão Neto (805.175.874-91); Wilma Targino Maranhão (236.690.474-68); José Roberto Fernandes da Silva (034.444.054-05); Marysávio da Silva Lima (052.695.024-29).
4. Entidade: Município de Araruna - PB.
5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Jordana de Pontes Macêdo (OAB/PB 18.369), Carlos Roberto Batista Lacerda (OAB/PB 9.450), Diogo Henrique Belmont da Costa (OAB/PB 13.991) e Diego Ricardo Marques (OAB/DF 30.782).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Wilma Targino Maranhão, ex-prefeita, Benjamin Gomes Maranhão Neto, secretário municipal de saúde, Antônio Alves Simões Filho, secretário de Administração municipal, Marcelo de Moraes Cordeiro, secretário municipal de educação, Marysávio da Silva Lima, Ubiratan Batista da Silva e José Roberto Fernandes da Silva, fiscais de contrato, José Sávio de Lima e Adriano de Melo Ferreira, integrantes da comissão permanente de licitação, e Hilton Farias Targino, secretário municipal de Desenvolvimento Pecuário e Agroindustrial e integrante da CPL, contra o Acórdão 326/2019-TCU-Plenário;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhes provimento para tornar insubsistentes os itens 9.5 a 9.8 do Acórdão 326/2019-TCU-Plenário;
9.2. estender os efeitos desse julgamento aos demais responsáveis, nos termos do art. 281 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.3. julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, as contas de Wilma Targino Maranhão (236.690.474-68), Marcelo de Moraes Cordeiro (355.301.384-20), Ubiratan Batista da Silva (952.257.654-91), Antônio Alves Simões Filho (631.599.964-68) e Benjamin Gomes Maranhão Neto (805.175.874-91), dando-lhes quitação;
9.4. julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;
9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0737-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO N. 738/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 018.671/2019-5.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura (05.619.125/0001-18) e Wagner Baptista da Costa Júnior (219.724.511-20).
4. Entidade: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal de Wagner Baptista da Costa Júnior: Otávio Reisen Casotti, OAB/DF 43.344.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 820/2009, celebrado com o Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, que tinha por objeto a realização do evento "Capital Fashion Week".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas do Instituto Centro-Brasileiro de Cultura e do Sr. Wagner Baptista da Costa Júnior e dar-lhes quitação plena;
9.2. com fulcro no art. 11 da Resolução/TCU 315/2020, recomendar à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, na condição de unidade normatizadora das transferências voluntárias da União, que avalie a conveniência e oportunidade de incluir nas normas aplicáveis aos instrumentos de repasse que tenham por objeto o incentivo a realização de eventos:
9.2.1. a exigência de declaração do proponente sobre a existência de registro da marca do evento e, caso a marca pertença a terceiro, a justificativa do seu interesse em atuar como executor-intermediário; e
9.2.2. a obrigatoriedade de o concedente verificar, junto à base de dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, a existência de registro da marca do evento incentivado;
9.3. fixar o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência da presente deliberação, para que a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia se manifeste justificadamente acerca da implementação, ou não, da recomendação ora formulada;
9.4. enviar cópia deste Acórdão à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, ao Ministério do Turismo e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, estará disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0738-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 739/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.272/2019-0.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Representante: Brasil84 Publicidade e Propaganda Ltda. - ME (CNPJ 17.489.954/0001-02).
4. Entidade: Conselho Federal de Odontologia (CFO).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. João Batista de Oliveira Filho (OAB-MG 20.180), entre outros, representando a Brasil84 Publicidade e Propaganda Ltda. - ME;
8.2. Markceller de Carvalho Bressan (OAB-DF 32.305), representando o Conselho Federal de Odontologia.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Brasil84 Publicidade e Propaganda Ltda. - ME sobre os indícios de irregularidade na Concorrência n.º 1/2019 conduzida pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) sob o valor total de R$ 5.249.194,88 para a contratação de empresa especializada em prol da prestação de serviços de publicidade e propaganda;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar, no mérito, a procedência da presente representação (já conhecida pelo Acórdão 2.525/2019-TCU-Plenário), diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;
9.2. determinar, nos termos do art. 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que o Conselho Federal de Odontologia adote as imediatas providências para, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação desta deliberação, promover a efetiva anulação da Concorrência n.º 1/2019, com todos os atos dela decorrentes, além da plena desconstituição dos atos porventura resultantes do eventual contrato público subsequente, devendo informar o TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação desta deliberação, sobre o efetivo resultado das providências adotadas em prol do pleno cumprimento dessa determinação;
9.3. determinar, nos termos do art. 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação desta deliberação, o Conselho Federal de Odontologia apresente o plano de ação para a eventual realização e conclusão, se for o caso, do novo certame em prol da subsequente contratação dos serviços de publicidade e propaganda, sem prejuízo de, nesse plano de ação, apresentar a devida comprovação sobre a efetiva necessidade institucional dessas ações de publicidade ou propaganda e sobre a efetiva economicidade das últimas contratações de publicidade e propaganda, devendo evidenciar, para tanto, a efetiva correção e solução das presentes irregularidades e, especialmente, das seguintes falhas:
9.3.1. falta de robustos estudos aptos a demonstrar a plena necessidade institucional da contratação de publicidade e propaganda, justificando a demanda e os quantitativos estimados para os serviços licitados, além de não evidenciar que o orçamento seria compatível com os preços de mercado e as referenciais no setor público, em dissonância, assim, com os princípios do planejamento e da eficiência, sem prejuízo de apresentar, no referido plano de ação, a devida comprovação sobre a efetiva economicidade das últimas contratações de publicidade e propaganda;
9.3.2. indevida desclassificação de licitantes ante o elevado desconto nos custos internos, sem a correspondente estipulação do critério de referência sobre a exequibilidade dos preços no edital, sem conter, ainda, a avaliação global sobre os custos das propostas, em dissonância, assim, com os princípios da motivação, do julgamento objetivo, da impessoalidade, da competitividade, da razoabilidade, da eficiência e da seleção da melhor proposta;
9.3.3, falta de previsão no edital sobre a reversão da parcela do desconto de agência em prol do CFO, descumprindo o Anexo B das Normas-Padrão da Atividade Publicitária (NPAP) emitidas pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão (Cenp);
9.3.4. adoção, não justificada, dos critérios para a definição dos honorários de custos internos não condizentes com as orientações e práticas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom-PR) e com as contratações dos órgãos federais integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom), em dissonância, assim, com os princípios da motivação e da eficiência;
9.4. promover o envio de ciência ao Conselho Federal de Odontologia, nos termos da Resolução TCU n.º 315, de 2020, com vistas à superveniente adoção das medidas cabíveis em prol da prevenção ou correção das irregularidades assinaladas pelo item 9.3 deste Acórdão e, também, das falhas consubstanciadas pela falta de transparência ativa, ante a indisponibilidade de alguns links para o acesso a informações sobre o certame, além da ausência de informações sobre as últimas contratações de publicidade ou propaganda no portal da transparência do CFO junto à internet, em dissonância, assim, com os princípios da transparência e do pleno acesso à informação pública;
9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Conselho Federal de Odontologia, para ciência e adoção das medidas cabíveis em cumprimento aos itens 9.2, 9.3 e 9.4 deste Acórdão dentro dos prazos fixados, além do envio da aludida cópia à Agência Multiface de Propaganda Ltda. e à ora representante, para ciência; e
9.6. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, V, do RITCU, sem prejuízo de promover o monitoramento dos itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0739-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 740/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.970/2016-1.
1.1. Apenso: 006.793/2016-9
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis/Representante:
3.1. Interessado: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP).
3.2. Responsáveis: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
3.3. Representante: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).
4. Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
8. Representação legal:
8.1. Kleypton de Oliveira Moura, representando o Crea-SP.
8.2. Joao Augusto de Lima (OAB/DF 20.264) e outros, representando o Crea-SP.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) em que foram noticiadas inconformidades ocorridas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP), na gestão de 2012 a 2016.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer desta representação, uma vez preenchidos os requisitos regimentais de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. rejeitar parcialmente as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Francisco Yutaka Kurimori (CPF: 711.696.018-04);
9.3. aplicar ao Sr. Francisco Yutaka Kurimori (CPF: 711.696.018-04) multa prevista no art. 58, IV, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);
9.4. determinar ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea-SP) que, no prazo de 90 (noventa) dias, promova a apuração dos eventuais valores pagos indevidamente ao seu ex-presidente, Francisco Yutaka Kurimori (CPF: 711.696.018-04), a título de ressarcimento de despesas com combustível e pedágios correspondente aos trajetos em que houve a utilização de veículo oficial, e adote, caso confirmada a ocorrência de pagamentos irregulares, as medidas administrativas ao seu alcance ou requeira ao órgão jurídico pertinente as providências judiciais e extrajudiciais cabíveis com vistas à restituição do débito identificado, consoante estabelece o art. 6º, § 2º da IN/TCU 71/2012;
9.5. recomendar ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea-SP) que avalie, na definição de perfil profissional para posições críticas, a implantação das seguintes diretrizes, fundamentadas nas práticas do Levantamento de Governança de Gestão de Pessoas de 2016:
a) a definição de perfis profissionais deve levar em consideração um conjunto de fatores (competências, experiência, idoneidade, etc.) que contribuam de maneira determinante para o exercício das atividades e tarefas que são atribuídas aos ocupantes de cargos na administração;
b) deve haver coerência entre os perfis profissionais, as tarefas exigidas, a missão, as metas e os objetivos da administração, devido à dependência que o setor público possui das pessoas e de seu capital intelectual para o exercício das atividades e consequentes entregas para a sociedade.
9.6. informar ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea-SP) que a apuração do "teto constitucional" aplicado, inclusive, à remuneração percebida pelos empregados dos conselhos de fiscalização profissionais, que acumulam regularmente cargos ou empregos públicos, está disciplinada no acórdão 504/2018-TCU-Plenário, prolatado levando-se em consideração os REs 602.043 e 612.975, apreciados definitivamente pelo STF, com reconhecimento de repercussão geral;
9.7. expedir comunicação acerca desta deliberação ao Crea-SP, ao Confea e ao Sr. Francisco Yutaka Kirimori.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0740-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 741/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 031.629/2016-4
1.1. Apenso: TC 042.025/2012-5
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrentes: Ademir Galvão Andrade (CPF 049.051.805-20), Maria de Fátima Peixoto Carvalho (CPF 064.145.322-15), Nelson Francisco Marzullo Maia (CPF 704.371.227-00), Nelson Pontes Simas (CPF 055.383.432-00) e Probase Projetos e Engenharia Ltda. (CNPJ 43.946.318/0001-72).
3.1. Responsáveis: Ademir Galvão Andrade (CPF 049.051.805-20), Maria de Fátima Peixoto Carvalho (CPF 064.145.322-15), Nelson Francisco Marzullo Maia (CPF 704.371.227-00), Nelson Pontes Simas (CPF 055.383.432-00) e Probase Projetos e Engenharia Ltda. (CNPJ 43.946.318/0001-72).
4. Unidade: Companhia Docas do Pará.
5. Relator/revisor
5.1. Relatora: Ministra Ana Arraes.
5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
5.3. Revisor: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Caio Farah Rodriguez (OAB/SP 148.254) e outros representando a Probase Projetos e Engenharia Ltda.; Jean Carlos Dias (OAB/PA 6.801), Elísio Augusto Velloso Bastos (OAB/PA 6.803) e outros representando Nelson Pontes Simas; Camila Ribeiro Peixoto (OAB/PA 17.347) representando Maria de Fátima Peixoto Carvalho; Cristiana Pinho Martins (OAB/PA 9.328) representando Ademir Galvão Andrade.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Ademir Galvão Andrade, Nelson Francisco Marzullo Maia, Nelson Pontes Simas e Maria de Fátima Peixoto Carvalho e pela empresa Probase Projetos e Engenharia Ltda. contra o Acórdão 2.917/2018-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo revisor, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar a eles provimento, mantendo inalterado o Acórdão 2.917/2018-Plenário;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 10/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0741-10/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Revisor), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministro que proferiu o voto de desempate: Jorge Oliveira (na Presidência).
13.3. Ministros com voto vencido: Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes.
13.4. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.5. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 19 horas e 33 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado, a ser realizada a seguir, e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 7 de abril de 2021.

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO CFFA Nº 613, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre o processo de revalidação da Cédula de Identidade Profissional para a obtenção do Cartão de Identificação Profissional e da Carteira Profissional Digital de fonoaudiólogo, e dá outras providências.

A Diretoria do Conselho Federal de Fonoaudiologia, ad referendum do Plenário, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982 e o Regimento Interno; Considerando o disposto no art. 10, inciso XIII, da Lei nº 6.965/1981; Considerando o disposto no art. 17, da Lei nº 6.965/1981;Considerando o Código de Ética da Fonoaudiologia; Considerando a edição da Resolução CFFa nº 607/2021, que dispõe sobre o modelo do Cartão de Identificação Profissional do fonoaudiólogo, a ser expedido pelos CRFas; Considerando a edição da Resolução CFFa nº 608/2021, que dispõe sobre a criação do modelo de Carteira Profissional Digital de fonoaudiólogo; Considerando a edição da Resolução CFFa nº 609/2021, que dispõe sobre registro profissional, principal e secundário, transferência por alteração de endereço profissional, baixa, reintegração e revalidação da Cédula de Identidade Profissional, no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia; Considerando a edição da Resolução CFFa nº 550/2019, que dispõe sobre a regulamentação do processo administrativo simplificado a que estão sujeitos os profissionais que não atenderem corretamente às normas para transferência e/ou revalidação de registro; Considerando o decidido na 399ª Reunião de Diretoria, realizada no dia 08 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas para o processo de revalidação da Cédula de Identidade Profissional para a obtenção do novo modelo de Cartão de Identificação Profissional e Carteira Profissional Digital.

Art. 2º A revalidação da Cédula de Identidade Profissional é condição de legitimidade do exercício da profissão e é obrigatória a todos os profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, para a obtenção do Cartão de Identificação Profissional e da Carteira Profissional Digital. Parágrafo único. O profissional que não proceder com a revalidação da cédula de identidade profissional no prazo de validade desta poderá sofrer processo administrativo simplificado e responder às determinações legais vigentes.

Art. 3º A solicitação para o Cartão de Identificação Profissional será protocolada no Conselho Regional de Fonoaudiologia e será constituída, obrigatoriamente, da seguinte documentação física ou digital, sem redução da qualidade das imagens: a) o requerimento de registro de pessoa física, em "outros" descrever revalidação, e o termo de ciência fornecidos pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, devidamente preenchidos, sem rasuras e assinados com caneta esferográfica de tinta na cor preta, conforme documento de identidade; b) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, com fundo branco, sem data, sem borda, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como sem camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; c) comprovante de pagamento da taxa correspondente; d) cópia da cédula de identidade (RG) ou outro documento oficial de identificação, com foto, que conste o número completo do RG; e) cópia da certidão de casamento ou óbito do cônjuge ou averbação de divórcio ou de alteração de nome; § 1º O Conselho Regional de Fonoaudiologia, com a finalidade de manter atualizados os dados cadastrais e profissionais do fonoaudiólogo, poderá requerer outros documentos além dos elencados nas alíneas do presente artigo. § 2º Os documentos aludidos nas alíneas "d" e "e" poderão ser apresentados em cópias simples, acompanhadas dos originais para autenticação, ou acompanhados de uma declaração de veracidade das informações. § 3º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado e informado de que terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para sanar a pendência, sob pena de indeferimento do requerimento. § 4º O Conselho Regional de Fonoaudiologia deverá registrar na Carteira Profissional Digital a seguinte informação: "Cartão de Identificação Profissional emitido em dd/mm/aaaa".

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SILVIA TAVARES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA RAMOS
Diretora Secretária

RESOLUÇÃO CFFA Nº 614, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a alteração do texto da Resolução CFFa nº 550, de 31 de julho de 2019.

A Diretoria do Conselho Federal de Fonoaudiologia, ad referendum do Plenário, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982 e o Regimento Interno; Considerando a Resolução CFFa nº 609, de 26 de março de 2021, que dispõe sobre a regulamentação de normas para o registro profissional no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia e dá outras providências. Considerando a Resolução CFFa nº 613, de 08 de abril de 2021, que dispõe sobre o processo de revalidação da Cédula de Identidade Profissional para a obtenção do Cartão de Identificação Profissional e da Carteira Profissional Digital de fonoaudiólogo, e dá outras providências. Considerando o decidido na 399ª Reunião de Diretoria do CFFa, realizada no dia 08 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar o texto da Resolução CFFa nº 550/2019, no que se refere à Resolução CFFa nº 532, de 09 de novembro de 2018, para o novo texto: I- "Considerando o disposto no § 4º do art. 23, no parágrafo único do art. 42 e no § 5º do art. 43, todos da Resolução CFFa nº 532, de 09 de novembro de 2018" para: "Considerando a Resolução vigente sobre normas para o registro profissional no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia;" II - "Art. 3º Por meio do processo administrativo simplificado, serão apuradas e julgadas as faltas e infrações éticas cometidas pela pessoa física, inscrita, que incorram nas condutas tipificadas no § 4º do art. 23, no parágrafo único do art. 42 e no § 5º do art. 43, todos da Resolução CFFa nº 532, de 09 de novembro de 2018" para: "Art. 3º Por meio do processo administrativo simplificado, serão apuradas e julgadas as faltas e infrações éticas cometidas pela pessoa física, inscrita, que incorram contra as normas vigentes para o registro profissional no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia;" III - "Art. 4º Para a instauração de processo administrativo simplificado, bastará que seja expedido ofício informativo à Comissão de Ética do Conselho Regional pelo funcionário responsável pela cobrança da dívida negociada e/ou parcelada, na forma do § 3º do art. 23 da Resolução CFFa nº 532, de 09 de novembro de 2018, ou pelo funcionário responsável pela instrução do processo de revalidação profissional, mediante documento escrito e assinado, contendo" para: "Art. 4º Para a instauração de processo administrativo simplificado, bastará que seja expedido ofício informativo à Comissão de Ética do Conselho Regional pelo funcionário responsável pela cobrança da dívida negociada e/ou parcelada, de acordo com as normas vigentes para o registro profissional no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, ou pelo funcionário responsável pela instrução do processo de revalidação profissional, mediante documento escrito e assinado, contendo; "IV - "Inc. III do art. 4º provas pré-constituídas dos fatos alegados, por exemplo, mas não limitadas a ofício encaminhado ao profissional na forma prevista no § 4º do art. 23, e no § 5º do art. 43, todos da Resolução CFFa nº 532, de 09 de novembro de 2018" para: "Inc. III do art. 4º - provas pré-constituídas dos fatos alegados, por exemplo, mas não limitadas a ofício encaminhado ao profissional na forma prevista nas normas vigentes para o registro profissional no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SILVIA TAVARES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA RAMOS
Diretora Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA CRF-SP Nº 4, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Institui o rito processual administrativo relacionado à apuração de infrações praticadas por Fornecedores de bens e serviços do CRF-SP e regulamenta as competências para aplicação das sanções administrativas previstas em lei.

A Diretoria do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, autarquia criada pela Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com o item 2.3 de ata da Reunião de Diretoria Extraordinária, realizada no dia 27/01/2021;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o teor das determinações 9.5.1 e 9.5.2 do Acórdão nº 754/2015-TCU-Plenário, expedido pelo Tribunal de Contas da União, as quais foram objeto de divulgação aos órgãos do Sistema de Serviços Gerais - SISG no Portal de Compras do Governo Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos e competências para aplicação e tramitação das penalidades previstas na legislação, revolve:

Art. 1º. Instituir o rito processual administrativo de apuração de responsabilidade a eventuais infrações praticadas por Fornecedores do CRF-SP, bem como regulamentar a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto na legislação vigente, nos contratos e instrumentos convocatórios expedidos pelo CRF-SP.

Seção I - Das Definições

Art. 2º - Para os efeitos desta Portaria considera-se:

I. Fornecedor: pessoa física ou jurídica, participante de licitações / aquisições ou contratada para fornecimento de bens ou prestação de serviços;

II. Licitação / aquisição: todas as modalidades licitatórias e de aquisições, em qualquer de suas fases, inclusive as representadas pela dispensa e inexigibilidade de licitação, adesões e registro de preço;

III. Autoridade competente: empregado investido de competência administrativa para expedir atos administrativos em razão de função ou por delegação;

IV. Autoridade superior: aquela hierarquicamente acima da autoridade competente responsável pela aplicação da penalidade;

V. Despacho fundamentado: instrumento que concretiza o dever de motivação das decisões, previsto no art. 50 da Lei nº 9.784/99;

VI. Saneamento: procedimento destinado a eliminar vícios, irregularidades ou nulidades processuais, bem como a verificação da razoabilidade da sanção indicada;

VII. Recurso hierárquico: é o pedido de reexame dirigido à autoridade superior àquela que produziu o ato impugnado;

VIII. Pedido de reconsideração: é o pedido dirigido à autoridade que prolatou a decisão, com o fito de obter, a partir dos argumentos apresentados, a reconsideração da decisão anteriormente tomada.

Seção II - Das Sanções Administrativas

Art. 3º. As sanções de que trata esta Portaria são aquelas descritas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como nas disposições de instrumentos convocatórios e de contratos administrativos expedidos pelo CRF-SP, quais sejam:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 1º. As sanções de advertência, suspensão, impedimento e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme § 2º do art. 87 de Lei nº 8.666/93.

§ 2º. Na aplicação das sanções administrativas, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a culpabilidade do infrator, a intensidade do dano provocado e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

§ 3º. Para dosimetria da penalidade, na aplicação das sanções administrativas, será observado o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 13 de outubro de 2017, do Secretário de Administração da Secretaria Geral da Presidência da República.

Seção III - Das Competências para Aplicação das Sanções Administrativas

Art. 4º. São competentes para a aplicação das sanções administrativas:

I. Autoridade competente: Coordenadoria do Departamento de Licitações e Contratos ou Diretor-Presidente do CRF-SP;

II. Autoridade superior: Diretoria do CRF-SP.

Art. 5º. A Coordenadoria do Departamento de Licitações e Contratos tem competência para aplicar as sanções previstas nos incisos I e II do artigo 3º, enquanto o Diretor-Presidente tem competência para aplicar as sanções indicadas nos incisos III, IV e V do artigo 3º.

Seção IV - Do Rito Procedimental

Art. 6º. O procedimento de apuração de responsabilidade será realizado observando-se as seguintes fases:

I. Fase preliminar;

II. Notificação e defesa prévia;

III. Saneamento e aplicação da sanção;

IV. Intimação da decisão e apresentação de recurso;

V. Análise do recurso e decisão.

Art. 7º. As notificações e intimações previstas no procedimento poderão ocorrer por correspondência, com aviso de recebimento, por e-mail ou por qualquer outro meio eletrônico, mediante confirmação inequívoca do seu recebimento;

Art. 8º. A Fase Preliminar obedecerá aos seguintes estágios:

I. Identificação da suposta infração: a detecção de suposta infração poderá ocorrer no procedimento licitatório pelo pregoeiro, durante a execução contratual pelos fiscais ou gestores, por recebimento de denúncia ou reclamação dos usuários dos serviços. A suposta infração deverá ser caracterizada e comprovada pelo pregoeiro, gestor ou fiscal, e encaminhada ao Departamento de Licitação e Contratos:

a) A comunicação a ser encaminhada para Departamento de Licitação e Contratos deverá definir a suposta infração, indicar o dispositivo contratual ou editalício violado e apresentar a documentação probatória necessária para demonstrar os fatos alegados;

b) No caso de a comunicação ser feita pelo gestor ou fiscal do contrato, deverão constar também informações quanto às medidas saneadoras já realizadas pela equipe de gestão/fiscalização do contrato e que não foram bem-sucedidas.

II. Autuação de processo administrativo específico: após recebimento e análise do documento com suposta infração, o Departamento de Licitação e Contratos instruirá processo específico, incluindo cópias dos seguintes documentos: edital de licitação, contrato, empenho e análise prévia:

a) O Departamento de Licitação e Contratos poderá solicitar informações complementares aos responsáveis pela denúncia de irregularidade para melhor caracterização da suposta infração.

III. Análise prévia da justificativa apresentada: os argumentos apresentados para certificar a ocorrência ou não da infração serão examinados previamente pelo Gestor/Fiscal de Contratos. Para tanto, as razões e provas eventualmente apresentadas serão analisadas em conformidade com as cláusulas legais, editalícias e contratuais:

a) Após análise prévia, emitirá Parecer Técnico apresentando os fatos, os argumentos trazidos pelo Fornecedor, se houver, e o possível enquadramento da falta;

b) O Departamento de Licitação e Contratos poderá analisar os argumentos apresentados pelo Fornecedor juntamente com o pregoeiro e/ou gestor do contrato, podendo ainda solicitar parecer à Consultoria Jurídica do CRF/SP.

IV. Comunicação do suposto evento à Autoridade Competente:

a) O processo será encaminhado à Autoridade Competente para decidir sobre a continuidade do processo;

b) Se, após análise da justificativa e dos documentos que a complementam, for constatado que os fatos não correspondem a uma infração ou que os argumentos trazidos pelo Fornecedor podem ser aceitos por possuírem justificativa capaz de afastar a sanção prevista, a autoridade poderá decidir pelo arquivamento do processo, por meio de despacho fundamentado;

c) No caso de não serem acatados os argumentos contidos no esclarecimento / justificativa eventualmente apresentados pelo Fornecedor, deverá ser realizado, pelo Gestor do Contrato e/ou Pregoeiro, o enquadramento do fato às sanções previstas na Seção III desta Portaria, no edital, contrato administrativo e demais disposições sancionatórias, por meio de despacho fundamentado.

Parágrafo único. Aquele que, no exercício de suas competências, tiver conhecimento de qualquer irregularidade que possa ensejar a aplicação de sanções previstas nesta Portaria e não tomar as medidas cabíveis, retardando ou omitindo-se no seu dever, estará sujeito à apuração de responsabilidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 9º. A fase de Notificação e Defesa Prévia observará os seguintes passos:

I. Notificação do Fornecedor: será feita via correspondência ou meio eletrônico do Departamento de Licitações, com aviso de recebimento, e conterá descrição do fato, as conclusões quanto à análise das justificativas apresentadas pelo Fornecedor, se houver, informação acerca da sanção indicada na fase preliminar e prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação, no caso das penalidades previstas nos incisos I a IV do artigo 3º e de 10 (dez) dias úteis para a penalidade prevista no inciso V:

a) Não sendo possível a notificação via correspondência ou meio eletrônico, o Fornecedor será citado por edital publicado no Diário Oficial da União;

b) Transcorrido o prazo estipulado no edital sem que haja manifestação por parte do Fornecedor, a revelia será certificada no processo;

II. Análise da defesa prévia apresentada: o documento será encaminhado à autoridade competente:

a) no caso de serem aceitos os argumentos na defesa prévia, deverá ser proferido Parecer do Gestor do Contrato, com justificativa da não aplicação da penalidade e sugestão de arquivamento dos autos;

b) Se, após a análise da defesa prévia, for constatado que o comportamento do Fornecedor corresponde a uma infração ou que os argumentos trazidos não são capazes de afastar a sanção prevista, será produzido Parecer Técnico sugerindo aplicação da sanção.

Art. 10. A fase de Saneamento e Aplicação da Sanção terá início com o envio dos autos à Autoridade Competente para aplicação da sanção cabível:

I. O saneamento contemplará a realização de diligências, caso necessário, para complementação de informações ou produção de provas adicionais essenciais à instrução processual, bem como a apreciação da autoridade competente quanto à proporcionalidade e razoabilidade da sanção proposta, além das considerações sobre eventuais critérios que entender pertinentes;

II. Após as providências e diligências da fase do Saneamento e antes da Decisão, os autos serão encaminhados à Consultoria Jurídica para análise e manifestação;

III. Após concluída a análise jurídica de que trata o inciso anterior, caberá à Autoridade Competente proferir decisão sobre a aplicação da sanção, a desclassificação da sanção ou o arquivamento do processo, devidamente motivada e fundamentada, de forma a contemplar as razões que levaram àquela conclusão.

Artigo 11. Proferida a decisão da Autoridade Competente, o Fornecedor será intimado acerca da aplicação ou não da penalidade, cabendo:

I. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

§ 1º. O recurso será dirigido à Diretoria do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, mas deverá ser enviado previamente à autoridade prolatora da decisão para conhecimento das razões recursais e eventual reconsideração e/ou eventual remessa à autoridade hierarquicamente superior.

§ 2º. A admissibilidade do recurso será examinada pelo Departamento de Licitações e Contratos quanto aos aspectos técnicos, devendo apreciar as razões apresentadas e, mediante despacho fundamentado, decidir pela admissibilidade ou inadmissibilidade do recurso, para posteriormente proferir decisão de mérito. Havendo dúvida jurídica, a autoridade poderá encaminhar os autos à Consultoria Jurídica para apreciação dos aspectos preliminares e de mérito dos recursos interpostos.

§ 3º. Enquanto pendente a discussão sobre a penalidade, o Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo suspenderá o pagamento dos valores relacionados aos serviços prestados no montante correspondente às multas aplicadas. Após julgamento, inclusive em sede de recurso, em caso de provimento, o valor controvertido retido será pago ao prestador de serviço e, em caso de não acolhimento das razões ou, ainda, desprovimento do recurso, o valor correspondente à sanção será incorporado ao patrimônio do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

Art. 12. A fase de Análise do Recurso observará os seguintes estágios:

I. Uma vez admitido o recurso, este será encaminhado à Diretoria;

II. Ao ter conhecimento do recurso, a Diretoria, em até 10 (dez) dias úteis, deverá proferir decisão de forma fundamentada, negando ou acolhendo o recurso;

III. Exarada a decisão da Diretoria, o Fornecedor será notificado da decisão.

Parágrafo único. Após o exaurimento da fase recursal disciplinada nos dispositivos desta Portaria, a aplicação da sanção será formalizada pelo Departamento de Licitações, o qual providenciará a publicação no Diário Oficial da União e se o caso, registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e demais sistemas, assim como efetivará os encaminhamentos contidos na decisão.

Art. 13. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos no prazo máximo de 05 (cinco) anos, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

Art. 14. As sanções a serem aplicadas por autoridade competente terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.

Seção V - Disposições Finais

Art. 15. Esta Portaria deverá ser obrigatoriamente expressa nos editais e termos de contrato emitidos pelo CRF/SP, em complementação às demais leis e atos normativos aplicáveis, inclusive nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 16. A aplicação de penalidade não prejudica o direito de o CRF/SP recorrer às garantias contratuais com o objetivo de ser ressarcida dos prejuízos que o contratado lhe tenha causado.

Art. 17. Na contagem dos prazos referidos nesta Portaria, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no CRF/SP.

Art. 18. Na hipótese de apuração de ato lesivo à administração pública, especificamente previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), o CRF-SP adotará o procedimento previsto na Portaria nº 05, de 23 de setembro de 2014.

Art. 19. Os procedimentos descritos nesta Portaria serão submetidos aos mecanismos de controle interno do CRF-SP.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MACHADO FERREIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE SERVICO SOCIAL DA 7ª REGIÃO

PORTARIA Nº 12, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

Prorrogar o trabalho Home Office das/os trabalhadoras/es do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região, estabelecido na Portaria nº 011/2021, Publicada no DOU em 11 de março de 2021, Seção 1, pág. 194.

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO, representado pela Presidenta Luciane Barbosa do Amaral Rangel, CRESS/RJ nº 14.548, no uso de suas atribuições legais, determina:

CONSIDERANDO a classificação de pandemia do novo coronavírus pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ocorrida em 11/03/2020 e que se prolonga até a presente data, bem como o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificados como de transmissão interna;

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Pleno, instância máxima de deliberação deste Conselho Profissional, realizado no dia 27/03/2021 que prorrogou a suspensão das atividades institucionais presenciais do CRESS 7ª Região e a continuidade das atividades institucionais desta Autarquia Federal através de "Home Office," a fim de garantir a saúde pública e medidas de distanciamento social;

CONSIDERANDO o Plano de Contingenciamento aprovado na Plenária deste Conselho Profissional realizada no dia 26 de setembro de 2020, bem como o ofício circular CFESS nº 197/2020;

CONSIDERANDO a natureza essencial da atividade de fiscalização, que é função precípua do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região e a necessidade de se assegurarem condições mínimas para sua continuidade, compatibilizando-a com medidas para a preservação da saúde, conforme orientações da OMS, em meio à Pandemia;

CONSIDERANDO a necessidade de entrega do DIP (Documento de Identidade Profissional) à(ao) Assistente Social, de forma presencial e por agendamento, conforme dispõe o Plano de Contingenciamento aprovado na Plenária do dia 26 de setembro de 2020, assim como atividades administrativas inerentes às funções precípuas deste Conselho Profissional;

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Pleno, instância máxima de deliberação deste Conselho Profissional realizado no dia 21/11/20, no que se refere à determinação do pagamento do auxílio ao trabalho home office aos(às) trabalhadores(as) desta Autarquia Federal, bem como a Nota Técnica 17/2020 do GT NACIONAL COVID-19 e do GT NANOTECNOLOGIA/2020, resolve:

Art. 1º- Prorrogar a suspensão do atendimento ao público, exceto para entrega do DIP em dia e horário agendados, bem como as atividades institucionais presenciais desta Autarquia Federal até o dia 30/04/2021.

Art.2º- Ratificar a alteração da rotina institucional deste Conselho Profissional que estabelece que seus funcionários exerçam suas atividades em casa, através de "Home Office" até a data supracitada no art.1º;

Art.3º- Prorrogar o pagamento do auxílio ao trabalho home office aos(às) trabalhadores(as) do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região que se encontram exercendo suas atividades de forma remota, na razão de R$ 100,00 (Cem Reais) mensais até o dia 30/04/2021.

Art. 4º - Determinar que as(os) agentes fiscais exerçam suas atividades "Home Office", exceto no que se refere às visitas de fiscalização imprescindíveis ao deslinde das denúncias quanto aos aspectos do trabalho, condições técnicas e éticas para o exercício profissional, principalmente aqueles(as) que seguem atuando nos serviços essenciais, garantindo-se o uso dos EPIs adequados, de acordo com as indicações e orientações

da ANVISA, assim como as determinações dispostas no Plano de Contingenciamento aprovado por este Conselho Profissional;

Art.5º-Determinar que os agentes administrativos do setor de Registro e Anuidade exerçam suas atividades "Home Office," exceto no que se refere à excepcionalidade quanto à entrega do DIP (Documento de Identidade Profissional) que deverá ser feita através de agendamento no endereço eletrônico do CRESS, garantindo-se o uso dos EPIs adequados, de acordo com as indicações e orientações da ANVISA, assim como as determinações dispostas no Plano de Contingenciamento aprovado por este Conselho Profissional.

Art.6º-Determinar que caso haja necessidade do labor no âmbito do CRESS, os(as) trabalhadores(as) do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região cumpram suas atividades de forma presencial, garantindo-se o uso dos EPIs adequados, de acordo com as indicações e orientações da ANVISA, assim como as determinações dispostas no Plano de Contingenciamento aprovado por este Conselho Profissional.

Art.7º- Estabelecer o trabalho Home Office dos(as) trabalhadores(as) deste Conselho Profissional que pertencem ao grupo de risco, enquanto perdurar a pandemia ou até a efetiva vacinação conforme estabelece o Ministério da Saúde.

Art.8º- Avaliar e adotar, se for a hipótese, outras medidas de urgência, ou retomar as atividades deste Conselho Profissional na Sede e nas Seccionais, caso esta emergência que hoje vivenciamos dentro do Estado do Rio de Janeiro descontinue.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2021, para que produza os devidos efeitos legais.

LUCIANE BARBOSA DO AMARAL RANGEL
Conselheira Presidenta